

Universidade de Lisboa
Instituto de Ciências Sociais



***Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto:
Contribuição para o estudo das relações entre
antropologia, nacionalismo e colonialismo
(de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)***

Patrícia Carla Valente Ferraz de Matos

Doutoramento em Ciências Sociais
Especialidade: Antropologia Social e Cultural
2012

Universidade de Lisboa
Instituto de Ciências Sociais



***Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto:
Contribuição para o estudo das relações entre
antropologia, nacionalismo e colonialismo
(de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)***

Patrícia Carla Valente Ferraz de Matos

Doutoramento em Ciências Sociais
Especialidade: Antropologia Social e Cultural
2012

Tese orientada pelo Professor Doutor José Manuel Sobral

Tese apoiada pela FCT com a bolsa de doutoramento SFRH/ BD/ 25357/ 2005

Resumo

A história da antropologia portuguesa – entendida nas suas dimensões biológica e sociocultural – deve ser percebida a partir de um estudo compreensivo da acção e da produção de alguns dos seus actores mais influentes. Em Portugal, a institucionalização da antropologia enquanto disciplina científica insere-se num processo alargado do desenvolvimento de instituições científicas e das disciplinas cujo estudo evoluiu, nos finais do século XIX, como a geologia, a arqueologia, as ciências naturais e a medicina, por um lado, e, por outro, a filologia, a história e a etnografia. Esteve também sempre vinculada a factores de natureza política e ideológica. Entre estes merecem destaque as preocupações relativas à construção e consolidação do império colonial e as que diziam respeito ao conhecimento das origens, identidade étnica e práticas culturais do povo português. O nacionalismo, vinculado a um paradigma etno-racial, foi também uma influência determinante nos discursos e práticas científicas e políticas no período em questão.

Ao examinar o papel da Escola de Antropologia do Porto, na primeira metade do século XX, assim como a vida e a obra da sua principal figura - Mendes Correia - esta tese pretende: 1. contribuir para um melhor conhecimento da produção do saber antropológico em Portugal; 2. conhecer a história científica mais ampla em que essa produção se insere; 3. entender o discurso e a prática política em regimes sucessivos – da Monarquia ao Estado Novo; 4. incrementar o conhecimento global acerca das articulações entre ciência (antropológica) e política no período em questão, utilizando para o efeito este estudo de caso.

Palavras-chave: antropologia, ciência, história da antropologia, escola, nacionalismo e colonialismo.

Abstract

The history of Portuguese anthropology – both in its biological and socio-cultural dimensions – must be understood based on a comprehensive study of the action and production of some of its most influent actors. In Portugal, the institutionalization of anthropology as a scientific discipline occurs in the scope of the wider development process of scientific institutions and of the disciplines whose study underwent an evolution during the late nineteenth century, as is the case of geology, archaeology, natural sciences and medicine, on the one hand, and philology, history and ethnography, on the other. Furthermore, this process has always been associated with factors of political and ideological nature. Among these, the concerns towards the erection and strengthening of the colonial empire deserve special attention, as well as the ones regarding the knowledge on the origins, ethnical identity and cultural practices of the Portuguese people. Nationalism, as associated with an ethno-racial paradigm, also decisively influenced speech and the scientific and political practices during the period in question.

While examining the role played by the Porto School of Anthropology in the first half of the twentieth century, and also the life and works of its protagonist – Mendes Correia – this thesis aims at: 1. contributing to a better understanding of the production of anthropological knowledge in Portugal; 2. knowing the wider scientific history in which this production is integrated; 3. understanding speech and political practices in successive regimes – from de Monarchy to the *Estado Novo*; 4. increasing global knowledge on the articulation between (anthropological) science and politics in the period under study, using for this effect the present case study.

Keywords: anthropology, science, history of anthropology, school, nationalism and colonialism.

Agradecimentos

Para chegar até aqui tive o apoio de várias pessoas a quem gostaria de agradecer. O meu interesse inicial pela antropologia vem de professores como o Prof. Doutor Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia, que esteve por detrás da criação da licenciatura em antropologia na UC, o Prof. Doutor Nuno Porto e a Prof.^a Doutora Susana de Matos Viegas, que me convidou, após a licenciatura, para trabalhar num projecto ligado à UC e ao CEAS (ISCTE/IUL) e a quem devo o estímulo para me iniciar na investigação científica.

Comecei a fazer investigação, como bolseira de um projecto, intitulado *Poder e Diferenciação na Costa da Bahia. Identidades Culturais, Etnicidade e Raça em Contextos Multiétnicos*, em 1997. Essa investigação, e alguns temas sobre os quais ela se debruçava, vieram a influenciar o trabalho que desenvolvi depois. Agradeço, por isso, à Prof.^a Doutora Susana Matos Viegas e ao Prof. Doutor Miguel Vale de Almeida por me terem convidado a participar no referido projecto e por continuarem a acompanhar o meu percurso. No âmbito desse projecto, a primeira pessoa que me falou num «Mendes Correia que tinha coisas que deviam ser espiolhadas e analisadas» foi o Prof. Doutor Miguel Vale de Almeida. Na altura fiz fichas de leitura de alguns dos seus textos referentes a questões raciais e ao contexto colonial. Mas, de facto, só depois vim a ter a percepção da vastidão da sua obra e da sua importância na primeira metade do século XX, não só a nível científico, mas também político.

Posteriormente, o trabalho que realizei no mestrado despertou em mim a vontade de fazer futuramente uma pesquisa sobre Mendes Correia. Em 2005, após o meu investimento na realização do mestrado, fazia sentido e, felizmente, também para o Prof. Doutor José Manuel Sobral, meu orientador científico, a posterior realização de um estudo que contribuísse para um melhor conhecimento da história da antropologia portuguesa e, especificamente, da Escola de Antropologia do Porto. Ainda que parcamente se soubesse da sua existência, não tinha ainda surgido um verdadeiro interesse pela mesma. Tal era, por si só, um motivo que suscitava alguma reflexão, pelo menos para mim. Tornou-se claro na altura que a história da ciência assim como a história (e as *estórias*) das próprias disciplinas vão sendo feitas também de escolhas, de decisões nem sempre fáceis, que deliberadamente excluem episódios, factos e pessoas. Fazer este trabalho foi então o resultado dessa constatação, mas também, e sobretudo, de um interesse pessoal pela temática – história da disciplina em Portugal – e o resultado de uma oportunidade feliz, que reunia o Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa (UL) como instituição acolhedora do projecto, o Prof. Doutor José

Manuel Sobral, como orientador científico, e a bolsa de doutoramento da FCT (SFRH/ BD/ 25357/ 2005). Sem estes três pilares, a tese agora apresentada jamais veria a luz do dia. O apoio do Prof. Doutor José Manuel Sobral foi fundamental, assim como a sua influência em termos teóricos. Por outro lado, a forma como me foi orientando e direccionando, permitindo ao mesmo tempo que eu fosse amadurecendo as ideias e trilhasse o meu próprio percurso, não invalidou a sua prestimosa contribuição para o enriquecimento do mesmo.

Após a primeira leitura do projecto feita pelo orientador, os primeiros comentários vieram do Prof. Doutor Ramon Sarró, no âmbito da avaliação da cadeira de «Projecto de Investigação em Ciências Sociais», que me ajudaram posteriormente no delinear da tese. Quero agradecer ainda as críticas da Prof.^a Doutora Susana de Matos Viegas, na altura coordenadora da secção de antropologia do Seminário de Investigação do ICS-UL, e dos colegas do doutoramento em duas sessões do Seminário de Investigação do ICS, sobretudo a Mónica Saavedra (em 2008) e o Nuno Martins (em 2009), que leram duas versões preliminares, depois transformadas em capítulos diferentes, e cujos comentários e pistas de investigação foram valiosos.

Foram várias as pessoas que me ajudaram a reconstituir a biografia de Mendes Correia, disponibilizando-me tempo e materiais, e a quem quero deixar o meu agradecimento: Huet Bacelar Gonçalves, Maria Antónia Pinto Ponce de Leão Frey-Ramos, Maria do Céu Mendes Correia Magalhães Basto, Maria Antónia Mendes Correia Magalhães Basto, Alexandre Alves Costa, Ana Maria Vieira Pinto Alves da Costa, Manuel Vieira Pinto e Maria José Patronilho. Correndo o risco de me esquecer de alguém, não quero deixar de agradecer a alguns dos meus principais entrevistados: Agostinho Faria Isidoro, Maria Rosa Spohr, João Machado Cruz, Maria do Céu Mendes Correia Magalhães Basto, Maria Antónia Mendes Correia Magalhães Basto, Vítor de Oliveira Jorge, Helena Galhano, Adriano Moreira, João Pereira Neto e Norberto Santos Júnior. Também a Júlio Garcez de Lencastre, um informante privilegiado, com quem fui mantendo o contacto ao longo de vários anos, agradeço as pistas que me foi dando entusiasticamente, as sugestões bibliográficas, assim como as críticas, resultado de uma visão da realidade diferente da minha, mas que sempre encontrou espaço para o diálogo e permitiu trazer benefícios recíprocos. Aqui e ali foram-me dadas algumas pistas, que vieram a ser pertinentes, por: Maria Antónia Pires de Almeida, Cláudia Castelo, Augusto Nascimento, Gerhard Seibert, Ricardo Roque, Eduardo Medeiros e João de Vasconcelos.

Nos locais onde foram realizadas as pesquisas tive o apoio fundamental de várias pessoas: Aires Oliva Teles (FCUP); Maria José Cunha (Museu de História Natural da FCUP);

Maria João Moita (Centro de Memória em Torre de Moncorvo); Celeste Brandão (numa primeira fase da pesquisa) e Raquel Branco (numa segunda fase da pesquisa), ambas da FCUP; Rosário Guimarães (Arquivo Municipal do Porto); Paula Costa e Elvira Costa (Biblioteca do ICS-UL); e os funcionários da Hemeroteca Nacional, que me ajudaram a encontrar «agulhas em palheiro».

No âmbito do curso de doutoramento do ICS-UL, as sessões do Seminário de Estudos Pós-Graduados permitiram-me ouvir vários especialistas e tomar conta do estado da arte de algumas investigações actuais que vão sendo feitas pelo mundo fora. Fora do ICS-UL foi importante a minha participação em congressos, seminários e conferências, nacionais e internacionais, por iniciativa própria, e por convite, em locais como Angola, Espanha, Brasil, EUA, Inglaterra e Itália, permitindo a apresentação e a discussão pública de algumas das fases deste trabalho com interlocutores diferentes, possibilitando o alargamento da minha rede de contactos e de intercâmbio intelectual. Em algumas destas deslocações, e também durante o período em que foram realizadas as pesquisas fora de Lisboa, o apoio do ICS-UL e da Comissão de Estudos Pós-Graduados foi fundamental. Esta tese é, assim, o resultado de vários anos de trabalho, de leitura, de sistematização de ideias, de actualização, de amadurecimento e de aperfeiçoamento constante.

Um agradecimento é devido também aos colegas fundadores da Associação Académica do ICS-UL, da qual fui vice-presidente, pela sua amizade, pelas suas ideias novas e pelo seu empenho no âmbito das actividades que realizámos juntamente no ICS, em especial as «Conversas Sobre...», que organizei durante um ano, num ambiente informal que proporcionou a todos a troca de experiências, o debate de ideias e o traquejo na argumentação.

Para além da academia, e fora dela, agradeço aos meus familiares e amigos mais próximos por fazerem parte da minha vida todos os dias, por contribuírem para o meu equilíbrio emocional, independentemente da tese, das formulações teóricas e da obtenção de graus académicos. A minha amiga jornalista Manuela Garcia contribuiu para a qualidade da língua portuguesa destas páginas. Agradeço-lhe a sua leitura atenta e a revisão do texto.

Agradeço o apoio da família mais próxima, ao Afonso e ao António, principalmente, minhas inspirações de todos os dias, e por em certas ocasiões perceberem a minha ausência, e também aos meus pais e aos meus sogros, que constituem pilares importantes da minha vida.

O período tratado por esta tese fez-me lembrar várias vezes os meus avós. Embora não os tenha conhecido pessoalmente a todos, também não conheci pessoalmente grande parte das figuras tratadas nesta tese e foi através da memória das pessoas que as conheceram, e dos registos que deixaram, que pude apreciar melhor as suas vidas. Tal como conhecer as histórias

dos meus avós e bisavós foi fulcral para mim, perceber os meandros pelos quais passou a história da disciplina a que decidi dedicar-me, permitiu-me compreender melhor por que razão algumas licenciaturas de antropologia hoje, e falo só em Portugal, mantêm entre si tantas diferenças, apesar de guardarem uma raiz e um nome comum. Considero por isso importante não esquecer as histórias do passado, pois amiúde elas permitem-nos perceber melhor o presente e impelem-nos de força para dar continuidade, ou não, a algumas instâncias de outrora. Esta tese é, por isso, dedicada à memória dos meus avós e à memória da minha querida Irene Toscano, que partiu precipitadamente antes do trabalho, que ela sempre apoiou, estar concluído.

Índice

Resumo

Abstract

Agradecimentos

Índice	IX
Índice de gráficos, quadros e figuras	XIII
Arquivos e Bibliotecas consultados	XVII
Siglas	XVIII

Introdução

1. Apresentação do tema, sua pertinência e contexto de realização da pesquisa	1
2. Biografia intelectual como objecto de estudo	6
3. Definição dos objectivos, questões a abordar e metodologia científica	12
4. Apresentação da estrutura da tese	15

Capítulo 1. Biografia de Mendes Correia (1888-1960)

1. Origens e família	17
2. Formação e carreira: entre a Medicina, as Ciências e as Letras	23
3. Congressos, reuniões científicas, agremiações e distinções	29
4. Homenagens durante a sua vida e posteriores ao seu falecimento	31
Em conclusão	35

Capítulo 2. Institucionalização da Antropologia em Portugal: O caso da Escola de Antropologia do Porto

1. Percursos do pensamento antropológico e da institucionalização da antropologia	38
1.1. O evolucionismo	40
1.2. Romantismo, nacionalismo e positivismo: fundadores da nação e da pátria	42
1.3. Estudar os factos naturais/ estudar os factos sociais	45
1.4. Antropologia de «construção da nação» e de «construção do império»	52
2. Contexto de emergência da antropologia em Portugal	53
3. A Escola de Antropologia de Coimbra (1885)	58

4. Alguns antecedentes da Escola de Antropologia do Porto	62
5. A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAЕ) (1918)	67
5.1. A fundação da SPAЕ e os seus sócios fundadores	69
5.2. Os novos sócios da SPAЕ nacionais e estrangeiros	72
5.3. Umas das preocupações da SPAЕ: o reconhecimento universitário da antropologia	74
5.4. Parcerias nacionais e internacionais e permuta de revistas e trabalhos	75
5.5. A publicação dos <i>TAE</i> e os temas apresentados nas conferências da SPAЕ	78
Em conclusão	88
Capítulo 3. Uma variedade de temas subjacentes ao estudo da humanidade	91
1. A cadeira de Antropologia da FCUP: definições, propósitos e conteúdos	92
2. Os métodos antropológicos baseados na estatística	97
2.1. A parte prática da cadeira de Antropologia ministrada por Mendes Correia	99
3. Distintas explicações para a origem do homem: um intróito necessário	101
3.1. Transformismo	102
3.2. A dialéctica criação/ transformismo em Mendes Correia	105
4. O reconhecimento da animalidade do homem e a sua ligação aos primatas	107
4.1. O impulso dado por Mendes Correia ao desenvolvimento da primatologia	111
5. Estudo do homem pré-histórico	112
5.1. Datar os tempos pré-históricos	115
5.2. Surgimento do homem no período terciário	117
5.3. O «homem» do pleistoceno e do neolítico	123
5.4. Outras investidas no âmbito da arqueologia	126
6. Alguns dos principais argumentos de Mendes Correia	133
6.1. <i>Os lusitanos são os antepassados dos portugueses</i> : contributos para o estudo das origens dos portugueses	133
6.1.1. A influência do norte de África e do Mediterrâneo	145
6.2. <i>Raça não é cultura</i> : articulações inspiradas na antropossociologia	149
6.2.1. Hereditariedade ou meio?	153
6.3. <i>Raciologia não é racismo</i> : inventa(ria)r a humanidade	158
6.3.1. Os contributos científicos da antropobiologia	169
6.4. <i>O mestiçamento não é diluidor</i> : questões levantadas pela miscigenação	172
6.5. <i>A cultura é uma atitude psicológica</i> : definição e contextos	175
7. Variedade de temas na obra de Mendes Correia	179

7.1. Diversificação temática nas conferências apresentadas no Brasil (1934)	181
Em conclusão	183
Capítulo 4. Aplicações práticas da antropologia	187
1. Antropologia criminal	188
1.1. Definir a «norma», encontrar o «desvio»	204
2. Política da população: educação, género, higiene e profilaxia	207
2.1. Higiene racial, aperfeiçoamento da «raça» e eugenia	212
3. Antropologia Colonial	220
3.1. Mendes Correia: impulsionador da antropologia colonial no laboratório e no terreno	226
3.1.1. As missões antropológicas às colónias portuguesas	231
3.1.2. Cargos de Mendes Correia no CEEP (1945-1956), na JMGIC (1946-1959), na ESC (1946-1958) e na SGL (1951-1960)	242
3.2. Miscigenação e questões levantadas pela situação colonial	246
3.3. <i>Raças do Império</i> (Correia, 1943a): diferenciação, classificação e poder	253
3.4. Bronislaw Malinowski (1914-18) e Mendes Correia (1945-46) no terreno: experiências distintas; retratos dos trópicos comparáveis	262
3.5. O período pós-guerra: reformulações teóricas e discursivas	271
Em conclusão	276
Capítulo 5. O legado político de Mendes Correia	279
1. Um autarca com preocupações particulares (1936-1942)	279
1.1. Medidas de regeneração social: apoio à infância e habitações condignas	281
1.2. Instrução e educação	283
1.3. Salvaguarda da memória e do património	286
1.3.1. As Comemorações Centenárias (1940)	288
2. O cargo de Procurador da Câmara Corporativa (1935-1938 e 1938-1942)	289
3. As funções de deputado na Assembleia Nacional (1945-1957)	292
3.1. Língua, património, tradições populares, voto feminino e artes nacionais	293
3.2. Medidas de regeneração social: alimentação, habitação e demografia	299
3.3. Desenvolvimento, do ensino, ciência e investigação	302
3.4. Portugal é também o Ultramar	304
3.4.1. Ensino nas colónias	305
3.4.2. Incrementar o conhecimento acerca das colónias	307

3.4.3. Questões legislativas: revisão da Constituição e do Acto Colonial (1951) e Lei Orgânica do Ultramar (1953)	312
Em conclusão	315

Considerações finais:

O legado de Mendes Correia e da Escola de Antropologia do Porto	319
1. A obra científica de Mendes Correia	324
2. Colaboradores e continuadores da obra de Mendes Correia	332
3. Do Porto para Lisboa; de Lisboa para o país	339
4. Depois de Mendes Correia	342

Fontes e Bibliografia	347
Documentos avulsos	347
Imprensa Periódica	348
Internet	348
Outras fontes publicadas	349
Fontes secundárias	375

Anexos

Anexo I - Textos de Mendes Correia existentes na Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro	i
Anexo II - Textos de Mendes Correia existentes no Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro	ii
Anexo III - Textos de Eusébio Tamagnini existentes no Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro	iv
Anexo IV - Temas das conferências apresentadas na SPAE, entre 1918 e 1944, classificados pela autora (Quadro n.º 1)	v
Anexo V - Lista dos volumes das miscelâneas da Escola de Antropologia do Porto	xx
Anexo VI – Lista dos autores estrangeiros que fazem parte das miscelâneas da Escola de Antropologia do Porto	xxii
Anexo VII - Figuras dos Capítulos 1, 2, 3, 4, 5 e das Considerações finais	xxvi

Índice de gráficos, quadros e figuras

Gráficos

N.º 1. Percentagem dos temas das conferências apresentadas na SPAE, entre 1918 e 1944, classificados pela autora	80
N.º 2. Comparação entre grupos sanguíneos (Correia, 1933a: 37)	171
N.º 3. Proporção das partes em que se estrutura <i>Raças do Império</i> (Correia, 1943a)	254
N.º 4. Proporção das partes em que se estrutura <i>Raças do Império</i> (Correia, 1943a), destacando o «Oriente Português»	255
N.º 5. Proporção dos territórios tratados em <i>Raças do Império</i> (Correia, 1943a)	255
N.º 6. Proporção entre metrópole e colónias em <i>Raças do Império</i> (Correia, 1943a)	256

Quadros

N.º 1. Temas das conferências apresentadas na SPAE, entre 1918 e 1944, classificados pela autora	v
N.º 2. Datação dos tempos pré-históricos adoptada dos manuais franceses (Correia, 1915b)	117
N.º 3. Subespécies e variedades do <i>Homo sapiens</i> sistematizadas por Mendes Correia (1915b)	125
N.º 4. Correspondência entre a Lusitânia e Portugal (Correia, 1943a: 151)	141
N.º 5. Vocabulário guineense (<i>Diário de campo de Mendes Correia...</i> , 1945-1946)	268

Figuras

N.º 1. Agenda pessoal de Mendes Correia, 1919. Museu de História Natural da FCUP	xxvi
N.º 2. Agenda pessoal de Mendes Correia, 1925. Museu de História Natural da FCUP	xxvi
N.º 3. Pais de Mendes Correia, sem data. Fotografia tirada na União – Photographia da Casa Real de Fonseca & C. ^a . Praça de Santa Thereza 47. Porto	xxvii
N.º 4. Pai de Mendes Correia. Fotografia da sua cédula pessoal (n.º 219123, série A, de 1924)	xxvii
N.º 5. Casa do pai de Mendes Correia em Vagos. Postal	xxviii
N.º 6. Prédio habitado por Mendes Correia na Rua de Sampaio e Pina em Lisboa.	
Fonte: http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/vilas/6/6-2-8f.jpg	xxviii
N.º 7. Mendes Correia com o sobrinho João	xxix

N.º 8. Mendes Correia com as sobrinhas Maria do Céu e Maria Antónia	xxix
Nº 9. Mendes Correia com o Chefe de Estado, Óscar Carmona, no Porto, sem data	xxx
N.º 10. Mendes Correia no Instituto de Anatomia, numa reunião do curso de 1911. <i>Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto</i> , Fasc. 1-2. Vol. XXV. Março-Junho de 1962	xxx
N.º 11. Logotipo do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto	xxxix
N.º 12. Mendes Correia, Estúdios Alvão, sem data	xxxix
N.º 13. Posse da Junta de Educação Nacional a 23-2-1929. Arquivo Nacional da Torre do Tombo	xxxix
N.º 14. Capa de <i>A Escola Antropológica Portuguesa</i> , 1941, Lisboa, s. ed.	xxxix
N.º 15. Fotografia do processo de Mendes Correia na ACL em 1928 quando entrou na academia	xxxix
N.º 16. Mendes Correia em Montpellier, 1941. Verso da fotografia: «Montpellier, 8 de Maio de 1941. Ampliação duma foto Henri Manuel»	xxxix
N.º 17. Colar da Academia Pontifícia de Ciências «Novi Lyncaeii» (Roma, 1924). Departamento de Biologia da FCUP	xxxix
N.º 18. Grande-Oficial da Ordem Militar de Cristo (Lisboa, 1937). Departamento de Biologia da FCUP	xxxix
N.º 19. Capa da edição n.º 13 de <i>Livros de Portugal</i> , o <i>Boletim do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros</i> , Janeiro de 1960	xxxix
N.º 20. Busto em gesso de Mendes Correia, Museu de História Natural da FCUP	xxxix
N.º 21. Busto em bronze de Mendes Correia, Museu de História Natural da FCUP	xxxix
N.º 22. Capa do catálogo da exposição «Aventureiros, Naturalistas e Coleccionadores» dedicada a Mendes Correia, Porto, 2005	xxxix
Nº 23. Fotografia da Sala da exposição «Aventureiros, Naturalistas e Coleccionadores» In <i>Etnologia e Arqueologia. Mendes Correia. Ciclo de Exposições «Aventureiros, Naturalistas e Coleccionadores»</i> , 2005, Porto, Universidade do Porto	xxxix
Nº 24. Fotografias da exposição «Aventureiros, Naturalistas e Coleccionadores», Porto, 2005	xxxix
Nº 25. Anúncio da celebração dos 170 anos do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, 2007	xxxix
N.º 26. Primeiro logotipo da SPAE	xxxix
N.º 27. Leopoldina Paulo, 1944. Primeira mulher doutorada da Universidade	xxxix

do Porto. <i>UPortoAlumni, Revista dos Antigos Alunos da Universidade do Porto</i> .	
2007. Junho. 1. II Série	xxxix
N.º 28. Logotipo actual da SPAE	xxxix
N.º 29. Apontamentos de Geografia. Agenda pessoal de Mendes Correia. Museu de História Natural da FCUP	xl
N.º 30. Busto do <i>Homo afer taganus</i> de frente. Tentativa de reconstituição pelo escultor Agostinho Rodrigues. Museu de História Natural da FCUP	xl
N.º 31. Busto do <i>Homo afer taganus</i> de perfil. Tentativa de reconstituição pelo escultor Agostinho Rodrigues. Museu de História Natural da FCUP	xli
N.º 32. Mendes Correia e Francisco de Almeida Moreira no Congresso Instituto Internacional de Antropologia em Amesterdão (1927). Colecção particular	xli
N.º 33. Capa da edição <i>A Cultura Portuguesa no Brasil</i> . 1935. Porto: Imprensa Portuguesa	xlii
N.º 34. Mendes Correia proferindo uma conferência na Junta de Província do Ribatejo, em Santarém, a 18-6-1938. Arquivo Nacional da Torre do Tombo	xlii
N.º 35. Mendes Correia proferindo uma conferência na Junta de Província do Ribatejo, em Santarém, a 18-6-1938. Arquivo Nacional da Torre do Tombo	xliii
N.º 36. Assistência à conferência de Mendes Correia na Junta de Província do Ribatejo, em Santarém, a 18-6-1938. Arquivo Nacional da Torre do Tombo	xliii
N.º 37. Mapa de Portugal Insular e Império Colonial Português, 1934	xliv
N.º 38. Fotografia tirada antes de sair para a missão antropológica de Moçambique de 1946 com toda a equipa. Centro de Memória, Torre de Moncorvo	xliv
N.º 39. Missão antropológica a Moçambique de 1948. Centro de Memória, Torre de Moncorvo	xlv
N.º 40. Missão antropológica a Moçambique a 10.8.1948. Momento de preencher as fichas com os dados recolhidos. Centro de Memória, Torre de Moncorvo	xlv
N.º 41. Quadro antropométrico. Missões antropológicas às colónias portuguesas	xlvi
N.º 42. Capa do livro <i>Raças do Império</i> (Correia, 1943a)	xlvii
N.º 43. Diário de campo de Mendes Correia da viagem à Guiné de 1945-46. Colecção particular	xlvii
N.º 44. Internato Municipal do Porto, Secção Feminina, anos 20. Arquivo Municipal do Porto	xlviii
N.º 45. Internato Municipal do Porto, Secção Masculina, anos 20. Arquivo Municipal do Porto	xlviii

N.º 46. Abrigo dos Pequeninos, 1938. Arquivo Municipal do Porto	xlix
N.º 47. Comissão promotora do 2.º Congresso Nacional de Automobilismo e Aviação Civil, na Presidência da República, a 10-3-1937. Arquivo Nacional da Torre do Tombo	xlix
N.º 48. Membros da comissão organizadora das festas centenárias a 11-4-1938. Arquivo Nacional da Torre do Tombo	l
N.º 49. Acto Medieval no Porto, Comemorações Centenárias, 1940. Arquivo Municipal do Porto	l
N.º 50. Acto Medieval no Porto, Comemorações Centenárias, 1940. Arquivo Municipal do Porto	li
N.º 51. Homenagem a António Nobre. <i>Relatório da Câmara Municipal do Porto</i> , 1940. Mendes Correia é o quarto a contar da direita. Arquivo Municipal do Porto	li
N.º 52. Mendes Correia e colaboradores, 23.7.1941, Póvoa do Lanhoso. Coleção particular	lii
N.º 53. Museu de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica. Museu de História Natural da FCUP. Anos 40 do século XX	lii
N.º 54. Planta do entressolho do edifício da FCUP, indicando as dependências do Instituto de Antropologia, Correia, 1941a	liii
N.º 55. Planta do andar térreo do edifício da FCUP, indicando as dependências do Instituto de Antropologia, Correia, 1941a	liii
N.º 56. Professores e estudantes de Ciências Biológicas. Em pé, da esquerda para a direita: Leopoldina Paulo, Amílcar Mateus, Arnaldo Rozeira, Santos Júnior, Manuel Ferreira, Marques Teixeira, Pires de Lima, Alfredo Silva, António Machado, João Cabral, Alfredo Ataíde, Alzira Almoester, Maria Emília Carregal, Maria Otilde Costa. Retirado de: http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?p_pagina=1001831 em 20.7.2012	liv
N.º 57. Quadro a óleo com a figura de Mendes Correia. Salão Nobre do edifício histórico da FCUP. Fotografia do quadro cedida pela FCUP	liv

Arquivos e Bibliotecas Consultados

- Arquivo da Câmara Municipal do Porto.
 - Arquivo Distrital do Porto.
 - Arquivo Municipal do Porto – Casa do Infante.
 - Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Lisboa.
 - Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto – Fundo Antigo.
 - Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
 - Biblioteca do Departamento de Zoologia e Antropologia da FCUP.
 - Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
 - Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa.
 - Biblioteca Nacional de Lisboa.
 - Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro.
 - Centro de Memória, Torre de Moncorvo.
 - Conservatória do Registo Civil de Lisboa.
 - Conservatória dos Registos Centrais, Lisboa.
 - Departamento de Biologia da FCUP.
 - Hemeroteca Nacional, Lisboa.
 - Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
 - Museu de História Natural da FCUP.
 - Quarto Cartório Notarial de Lisboa.
 - Real Gabinete Português de Leitura de Salvador da Bahia, Brasil.
 - Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, Brasil.
 - Sala de Arqueologia e Pré-História Mendes Corrêa do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
- Outros locais: colecções particulares e elementos pertencentes a espólios familiares não disponíveis ao público (fotografias, agendas pessoais, diários, registo de memórias familiares, correspondência pessoal).

Siglas

ACL Academia das Ciências de Lisboa
AGC Agência Geral das Colónias
AGU Agência Geral do Ultramar
AHC Arquivo Histórico Colonial
AHU Arquivo Histórico Ultramarino
AN Assembleia Nacional
APA Associação Portuguesa de Antropologia
BGC Boletim Geral das Colónias
BN Biblioteca Nacional de Lisboa
CC Câmara Corporativa
CEAS Centro de Estudos de Antropologia Social
CEEP Centro de Estudos de Etnologia Peninsular
CEEU Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar
CICAP Centro de Instrução de Condutores Auto do Porto
CML Câmara Municipal de Lisboa
CMP Câmara Municipal do Porto
CNCDP Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
CNCP Congresso Nacional de Ciências da População
ESC Escola Superior Colonial
EUA Estados Unidos da América
FCTUC Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
FCUL Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
FCUP Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
FDUL Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
FLUC Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
FLUL Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
FLUP Faculdade de Letras da Universidade do Porto
FMUC Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
FMUL Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa
FMUP Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
IAC Instituto para a Alta Cultura

IAUC Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra
IAUP Instituto de Antropologia da Universidade do Porto
IICT Instituto de Investigação Científica e Tropical
INE Instituto Nacional de Estatística
ISCSP Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
ISCSPU Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina
ISCEF Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
ISEU Instituto Superior de Estudos Ultramarinos
IST Instituto Superior Técnico
JIC Junta de Investigações Coloniais
JIU Junta de Investigações do Ultramar
JMGIC Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais
JMGIU Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar
MCCA Missão Cinegráfica às Colónias de África
MEMEUP Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português
SGL Sociedade de Geografia de Lisboa
SNI Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo
SPAE Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
SPN Secretariado de Propaganda Nacional
TAE: Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia/ Trabalhos de Antropologia e Etnologia.
UC Universidade de Coimbra
UL Universidade de Lisboa
UNL Universidade Nova de Lisboa
UP Universidade do Porto
UTAD Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro
UTL Universidade Técnica de Lisboa

There is no doubt that at present, a small but growing number of both anthropologists and historians would claim to 'do' history of anthropology, either exclusively or as an important part of their professional work; that there are venues for such work; and that expertise in the subfield can be an asset in the job market of both disciplines

Richard Handler, 2000: 3-4.

Biographies of anthropologists not only describe people who lived for anthropology; study of their life stories is anthropology

Roger Ivar Lohmann, 2008: 98.

INTRODUÇÃO

1. Apresentação do tema, sua pertinência e contexto de realização da pesquisa

Nesta introdução pretendo fazer uma contextualização do tema da investigação que aqui se apresenta e justificar a pertinência da realização de um estudo antropológico sobre a vida e a obra de Mendes Correia (1888-1960) e a Escola de Antropologia do Porto durante a primeira metade do século XX. Uma das motivações para iniciar uma pesquisa sobre este tema adveio do facto de ter constatado que passados 87 anos (quando escrevi o projecto em 2005) após a criação da SPAE, em 1918, estava ainda por realizar um estudo sobre esta escola - cujo representante principal foi Mendes Correia¹ - os trabalhos que produziu e a relação destes com os saberes científicos e a ordem política em Portugal e nas suas ex-colónias. Isto porque Mendes Correia foi, não só a figura principal da SPAE, mas também da antropologia portuguesa até aos anos 50 do século XX. Pareceu-me, por isso, oportuna a realização de um estudo profundo acerca da obra produzida pelos actores que estiveram ligados a esta escola, debruçando-me sobre os seus objectivos e analisando as iniciativas fomentadas pela escola, os trabalhos levados a cabo e o legado deixado. Além disso, considero que uma das formas de realizar um estudo antropológico é debruçarmo-nos sobre a própria evolução e desenvolvimento da antropologia. Nesse sentido, este trabalho almeja contribuir para um melhor conhecimento da história académica da antropologia em Portugal. Como referiu o antropólogo João Leal, o «resultado natural da expansão recente da história da antropologia», fez com que esta se tornasse num «subcampo disciplinar no interior da antropologia» (Leal, 2006: 123). Neste caso, pretendo destacar um dos expoentes desta disciplina em Portugal, cujo percurso pessoal (académico, político e institucional) e obra foram muito profícuos. No entanto, pretendo fazer muito mais do que uma biografia e estou consciente de que o trabalho de «biografar»², embora não deva ser confundido com a «invenção de factos», pode envolver também um processo de «ficção»³, «recriação» e reconstituição (Oliveira, 2003).

Esta tese pretende ser, antes, uma biografia intelectual do trabalho desenvolvido por Mendes Correia. Aspira ainda ultrapassar Mendes Correia, a sua vida, o seu trabalho e o seu lugar, independentemente de qual seja esse lugar, actualmente, dentro da antropologia portuguesa. Isto porque quer também estudar o contexto no qual tal obra foi produzida. Neste

¹ Existem trabalhos extensos sobre a vida e a obra de Bernardino Machado (Marques e Costa, 1978; Lima, 2007; Santos, 2005), fundador da cadeira de antropologia em Coimbra (1885), mas não sobre Mendes Correia.

² Entre as biografias sobre a vida e a obra de académicos, podemos referir a de Marc Bloch (Fink, 1991).

³ Maria A. Oliveira define a relação entre biografado e biógrafo como «ficcional porque o biografado, estando morto, é um ser imaginário, uma pessoa não existente, com quem o biógrafo se vai envolvendo» (2003: 110).

trabalho irei expor: novas informações acerca da vida de Mendes Correia, do período em que viveu e no qual floresceu a sua obra; as suas relações profissionais e de amizade; a sistematização e análise crítica do seu trabalho; as suas contribuições teóricas e o seu legado em geral. Apesar de Mendes Correia ter formação em medicina, foi sobretudo à antropologia e à arqueologia que se dedicou. Pretendo compreender também por que razão este autor foi uma figura perfeitamente integrada no seu tempo, tanto na academia, como na política, e é hoje absolutamente marginal em termos da antropologia propriamente dita e, inclusivamente, periférico à história da antropologia, já que a referência aos seus trabalhos é amiúde ignorada ou omitida. Contudo, não tenciono trazer ao texto um tom laudatório, mas crítico e reflexivo, não tanto no sentido de questionar ou destituir de valor, mas com o intuito de compreender e encontrar explicações.

Considero que no Porto existiu uma escola de antropologia, já que para isso concorreram vários factores, a saber: a UP foi palco de um local onde se ministrou um ensino relativo a esta disciplina, devidamente institucionalizado, dentro da faculdade de ciências; aí existiu um conjunto coeso de professores e alunos/discípulos que partilharam ideias, temas e métodos comuns, tendo a possibilidade de formar pessoas, que vieram a ser especialistas nesta área; e, por último, aí foi produzido conhecimento científico, baseado em investigação, reconhecido pelos seus pares, durante décadas, isto é, houve uma perdurabilidade no tempo durante cerca de meio século. Já foram realizados em Portugal alguns trabalhos sobre a história da antropologia portuguesa: de Manuel Areia e Maria Augusta Rocha (1985); Jorge Freitas Branco (1986); João Leal (2000, 2006); Rui Pereira (1986, 1998); João de Pina-Cabral (1991); Ricardo Roque (2001a); Gonçalo Duro dos Santos (2005); e José Manuel Sobral (2007), entre outros. Contudo, à excepção de alguns autores, como Rui Pereira (1998), Ricardo Roque (2001a, 2006), Duro dos Santos (2005) e do meu próprio trabalho (Matos, 2006), não é comum os antropólogos e os historiadores portugueses reconhecerem a existência de uma escola de antropologia ligada ao Porto, assim como o legado deixado por Mendes Correia e pelos seus colaboradores. Está ainda por fazer uma revisão crítica dos trabalhos e uma sinopse integrada sobre estes precursores da antropologia em Portugal que são, na sua maioria, largamente ignorados.

Algumas figuras do passado foram marginalizadas no seu tempo de vida e depois de falecerem alcançaram o estatuto de grandes precursores, heróis ou figuras marcantes da história. Já outras, que no seu tempo foram consideradas de grande importância, após a sua morte são remetidas para o passado e hoje são grandemente esquecidas como se nunca tivessem existido ou contribuído com algo de relevante. Como possíveis razões para o

esquecimento do passado antropológico a que me refiro, ou para a repulsão do seu estudo, aponto as seguintes: 1. o facto de alguns estudos antropológicos terem sido influenciados pelas teorias raciais (e racistas); 2. a existência de estudos antropológicos realizados no âmbito do contexto colonial, criticáveis pelo tipo de estudos (sobretudo os do âmbito da antropologia física que assentavam em pressupostos preconceituosos e discriminatórios para os indivíduos neles analisados), e pelo facto de estes incidirem sobre populações dominadas, ou sob a tutela da administração colonial portuguesa; 3. a conotação de alguns desses trabalhos com a política do Estado Novo; 4. o número elevado de trabalhos produzidos, assim como a sua extensão, a par da diversidade e complexidade dos temas abordados. Esta tese pretende assim dar a conhecer o trabalho de uma figura importante no seu tempo – Mendes Correia - explicar as razões que lhe conferiram esse estatuto e analisar a sua influência. Ao fazê-lo, inspiro-me no trabalho coordenado por Richard Handler (2000), da colecção *History of Anthropology* (HOA), criada e dirigida durante muitos anos por George Stocking, e que se intitula *Excluded Ancestors, Inventible Traditions: Essays Toward a More Inclusive History of Anthropology*. Nesse volume convidam-se os leitores a conhecer melhor os académicos que foram sendo esquecidos no tempo, mas que contribuíram (de forma decisiva) para o trabalho antropológico realizado na sua época. Conhecer o trabalho de Mendes Correia, assim como as iniciativas que impulsionou e dinamizou, permitir-nos-á concorrer para uma história da antropologia mais inclusiva, como nos é sugerido pelo subtítulo do volume editado por Handler.

Na antecâmara daquele livro pode ler-se que o «fazer da história pode ser usado tanto para apoiar como para contestar a legitimidade de instituições e cânones estabelecidos» (Handler, 2000). Ora, também neste trabalho o que pretendo fazer é uma investigação que dê a conhecer a história, independentemente da legitimação ou contestação a que possa ser sujeita. Na década de 90 do século XX, como lembra Handler, os antropólogos tornaram-se crescentemente conhecedores das maneiras pelas quais a participação na antropologia profissional depende, e continua a depender, de fronteiras categóricas como «raça⁴», classe, género, cidadania, filiação institucional e disciplinar e proficiência na língua inglesa. Quem escreve a história da antropologia tem «um papel crucial em interrogar essas fronteiras» e, ao fazê-lo, «torna novamente vantajoso o trabalho dos antropólogos que têm sido ignorados» (Handler, 2000). Segundo Handler (2000), Stocking foi o líder de um subcampo da antropologia – a história da antropologia – e o responsável por movê-la das margens para o

⁴ Ao longo do texto utilizo a expressão raça entre aspas porque não faz sentido falar na existência de raças humanas e «raça» é um termo há muito tempo desacreditado cientificamente (Matos, 2006).

centro da disciplina (2000: 3). Desde Franz Boas (1858-1942) e Edward Burnett Tylor (1832-1917), os antropólogos tinham seguido este género ocasionalmente, mas, como Stocking notou (1966), encontramos o subcampo a erguer-se apenas nos anos 60 do século XX⁵ (Handler, 2000: 3). A propósito desta discussão, Handler lembra que o termo subcampo (da história da antropologia) não se refere apenas aos quatro campos da antropologia sacralizados por Boas, mas a áreas de interesse menos inclusivas do que aqueles, como a política, a medicina, a antropologia psicológica ou a arqueologia histórica (2000: 4).

O papel da história da antropologia em relação à disciplina mais vasta da antropologia pode ser construído de várias formas. Stocking referiu-se à noção de Hallowell (1965) de história da antropologia como um projecto antropológico. Nesta perspectiva, história e antropologia são similares no seu objectivo fundamental – entender mundos de significado humano e eventos particularmente situados – embora as disciplinas possam ser distintas em termos de método e cultura disciplinar. Assim, como referiu Handler, interpretar ou explicar as práticas antropológicas do passado em relação a momentos histórico-culturais específicos deve ser um trabalho comum para antropólogos acostumados com investigação empírica em comunidades e situações locais, apesar da necessidade de se debruçarem mais nos arquivos do que na pesquisa de campo; porém, a recolha de histórias orais constrói, até certo ponto, a ponte metodológica (2000: 4). De acordo com Handler, a contextualização histórica do trabalho antropológico deve ser uma fonte para a autocrítica antropológica. Por outro lado, a crítica reflexiva pode ser construída como um sinal da decadência disciplinar. Nesta visão negativa podemos dizer que a disciplina, por muito seguramente institucionalizada que possa estar, tem-se desgastado a ela própria intelectualmente – o seu objecto de estudo, quer seja concebido como a «cultura» ou como os *outros* exóticos, tem sido banido ou declarado como tendo sido inapropriadamente objectificado em primeiro lugar. Para este autor, deixada sem um objecto do mundo real para se legitimar como um campo de estudo científico, a antropologia deve agora «canibalizar-se» a ela própria, tomar a sua história, os seus métodos, a sua epistemologia, como o seu principal assunto (2000: 4). Não partilhando da análise de Handler considero que a alternativa actual não é canibalizar-se, mas é necessário continuar a desenvolver um pensamento reflexivo acerca do que tem sido feito e acerca de que como tem sido feito. Tal trabalho e reflexão não deverão substituir as pesquisas que os antropólogos têm desenvolvido ultimamente, mas andar a par e passo com eles.

⁵ Para auxiliar este processo, Stocking fundou a *History of Anthropology Newsletter*, em 1973, com vista a informar os praticantes acerca de novas publicações ou novamente noticiadas, dissertações e fontes relevantes para o seu trabalho e HOA (em 1983) como um passo para a publicação do trabalho académico na subdisciplina.

Por outro lado, podemos reflectir acerca do papel da história da antropologia em relação a correntes teóricas e modos de ensinar nesta disciplina. Stocking comentou em vários lugares a qualidade de muita história disciplinar, pois os seus praticantes lêem e escrevem a história da sua disciplina como um prelúdio para o triunfo das suas próprias posições teóricas. Nas mãos de «vencedores» institucionalizados (por exemplo, aqueles que têm posições asseguradas nas universidades) este tipo de justificação da sua própria agenda teórica torna-se a defesa de um cânone estabelecido (Handler, 2000: 4). Como acréscimo, aqueles que se vêem a eles próprios como excluídos da causa antropológica, embora definidos, podem usar a história para ressuscitar ancestrais esquecidos (ao criarem-nos) e forjar passados antropológicos alternativos que sugerem cânones alternativos (*idem*, p. 4-5). Neste volume o que se debate e constituiu para mim uma inspiração é precisamente a noção de cânone: falar-se de «ancestrais excluídos» e trabalhar «para uma disciplina mais inclusiva», assume que «as fronteiras dessa disciplina e a lista oficial de praticantes/ancestrais aceites, aceitáveis, e/ou canonizados, podem ser especificados e acreditados» (Handler, 2000: 5). Considerando a disciplina de um modo mais geral, podemos perguntar: quem pertence à «história da antropologia» ou «que histórias de antropologia incluem que ancestrais?» (*idem, ibidem*).

A análise do processo de recrutar e excluir pessoas para a antropologia também pode ser interessante. Alguns livros da obra de Mendes Correia foram muito lidos, e citados, no seu tempo, mas não posteriormente. Parece assim que uma maneira relacionada, mas diferente, de construir cânones e fronteiras disciplinares se refere aos antecedentes institucionalizados da antropologia. Os cursos de antropologia incluem tipicamente escritores que não seriam classificados como antropólogos no seu tempo, ou autores que trabalharam antes desta ciência existir como uma disciplina institucionalizada. Como referiu Handler, as origens da antropologia não podem ser traçadas com certeza; de facto, elas devem ser reconstruídas retrospectivamente, num processo imaginativo que possa unir todo o tipo de antepassados (2000: 6). Esta ideia vai de encontro ao que Stocking notou acerca do modo como «as fronteiras da antropologia têm sido sempre problemáticas» e do facto de «historicamente a antropologia poder ser melhor visualizada como tendo originado por processos mais de fusão do que de divisão», com antecedentes vindos de tradições académicas mais antigas na «história natural, filologia, ... filosofia moral, ... [e] antiquarismo» (Stocking⁶, 1995a: 933, 936). Dada a indeterminação das fronteiras da antropologia, a forma como se faz a sua história interessa. Isto porque, como refere Handler, os historiadores da antropologia podem

⁶ Citado em Handler (2000: 5-6).

trazer à luz o trabalho de praticantes da antropologia que podem ter sido marginalizados no seu tempo e subsequentemente apagados da memória da disciplina (2000: 7). No caso de Mendes Correia, ele não foi marginalizado no seu tempo, mas apagado da disciplina posteriormente, em parte devido à mudança de contexto político verificada no país e à alteração paralela das posturas face à ideia de «raça» e à de possessão de territórios coloniais. No entanto, a memória do seu trabalho pode ser trazida de volta. Para a realização deste trabalho tive contacto com diversos materiais, sobretudo papéis e fotografias, documentos antigos e amarelecidos, deteriorados pelo tempo, frágeis ao toque, que me obrigaram a manuseá-los com cuidado. No processo de os ler, traduzir, e decifrar, senti também que, de certa forma, estive a salvar esse passado de ser definitivamente ignorado e esquecido. Nesse sentido, estou consciente de que trazer para a memória da disciplina o trabalho de Mendes Correia é, de certa forma, forjar uma nova memória da antropologia em Portugal.

2. Biografia intelectual como objecto de estudo

Segundo João de Pina-Cabral, a antropologia registou recentemente um novo desenvolvimento da sua longa tradição metodológica de histórias de vida dando lugar a uma série de biografias de antropólogos do passado (2008: 26). Para este antropólogo, este é um campo fértil para o desenvolvimento de um tipo de problema interpretativo que requer a nossa atenção. Por outro lado, a noção de que os seres humanos são determinados nas suas interpretações do mundo (ou seja, que as nossas crenças se adequam com o tipo de mundo no qual crescemos) é um lugar-comum nas ciências sociais e é fundamental ao nível da investigação antropológica. Como lembra o mesmo autor, o que os antropólogos pretendem é identificar as condições – materiais ou mentais – que estruturam o evento humano particular que estudam (2008: 26). Refere também que as acções e as crenças de uma pessoa são motivadas por factores de origem diversa que podem entrar em conflito, em parte cancelando a influência de cada uma (*idem, ibidem*). No geral, considera que os estudos biográficos dos antropólogos do passado são um valioso desenvolvimento na antropologia e podem contribuir para a mover para fora dos seus paroquialismos pós-imperiais cansados. Além disso, sugere que devemos trabalhar no sentido de uma história da antropologia que é mais teoricamente inclinada, ou seja, produzida por antropólogos com argumentos antropológicos em mente (Pina-Cabral, 2008: 27).

Na introdução do número especial de *Reviews in Anthropology*, intitulado «Biographies of Anthropologists», Roger Ivar Lohmann é peremptório ao afirmar que as biografias dos antropólogos são largamente reconhecidas como úteis para a história da ciência

e da disciplina (2008: 89). Ou seja: não só para um melhor conhecimento da história da ciência em geral, mas também, e mais especificamente, da história da antropologia. Lohmann argumenta ainda que as biografias não apenas fornecem informação acerca da antropologia, mas também dados *para*⁷ a antropologia, porque são estudos acerca de agentes humanos emaranhados em contextos sociais e culturais, comparáveis às histórias de vida dos informantes etnográficos, como referiu Pina-Cabral (2008: 26). Terá sido esse também, entre outros, o motivo que levou Margaret Mead (1974), vários anos antes, a escrever a biografia de Ruth Benedict. Lohmann acrescenta que as biografias têm uma importância similar tanto para a antropologia empírica e teórica, como para as etnografias, manuais e monografias na arqueologia e antropologia biológica (2008: 89). Além disso, permitem descrever as dinâmicas culturais a partir de uma pessoa central, com uma experiência própria, como será no caso do meu estudo a figura de Mendes Correia.

Biografar a vida de alguém pode ser um fenómeno complexo, pois envolve todo um processo de fazer selecções, avaliações, escolhas selectivas, individuais, de quem está a fazer o trabalho e tem de optar entre o que é mais importante, ou não, para incluir. Quem está a biografar está, por isso, numa situação de poder. Deste modo, como refere Lohmann, «o autor de uma biografia está na posição poderosa, mas desafiadora, de registar e avaliar para a posteridade o legado de uma pessoa» (Lohmann, 2008: 91). A explosão recente de monografias e volumes retratando antropólogos como sujeitos biográficos ocorreu essencialmente no Reino Unido e nos EUA e não propriamente em Portugal, onde tal só recentemente começou a registar-se, e com apenas alguns trabalhos, como os de Gonçalo Duro dos Santos (2005), sobre Eusébio Tamagnini; de Joaquim Lima (2007), sobre Bernardino Machado; de Ricardo Roque (2001a), sobre Fonseca Cardoso, entre outros. Esta vaga de biografar figuras importantes ligadas à ciência está sobretudo desenvolvida e difundida no âmbito propriamente da história, onde os exemplos são inúmeros.

Outro aspecto a salientar é que as personalidades de que Lohmann fala, ligadas à antropologia e à história da antropologia, nem sempre são reconhecidas como tal em todos os contextos. Por outro lado, ocorre-me o facto de que nem todos os antropólogos actuais reconhecem alguns dos precursores da antropologia como antropólogos, nem consideram que o seu trabalho tenha tido um contributo decisivo para a actividade que realizam actualmente. Esta vontade de cortar elos com o passado pode vir de gerações imediatamente a seguir, ou não, às gerações que são biografadas ou sobre as quais se escreve. Jorge Dias (1907-1973),

⁷ Itálico do autor; tradução minha.

por exemplo, participa da homenagem feita a Mendes Correia em 1957⁸, embora o seu trabalho tenha sido direccionado num sentido diferente. Uma das questões específicas que se verifica em Portugal é a da ruptura com o Estado Novo e com o que este representou (domínio imperial, colonialismo), o que não existiu – como no caso dos EUA – ou existiu de um modo distinto em países que, não sendo ditaduras – como o Reino Unido – permitiam uma pluralidade de vozes na academia, favoráveis ou desfavoráveis ao império, por exemplo. No entanto, parece evidente que quando existe um maior distanciamento tal corte não é tão necessário e é possível uma maior abstracção face ao passado, que permite uma análise mais distanciada e reflexiva, postura essa que pretendo levar a cabo neste caso.

Para Lohmann, a forma de narrativa da biografia é similar à ficção. Todavia, «a biografia é enfaticamente não ficção: uma representação da realidade, incluindo realidades escondidas, psicológicas, reconstruídas tão correctamente quanto possível a partir de provas como relatos, cartas, e análise dos comportamentos dos sujeitos biográficos» (2008: 90). No caso de Mendes Correia, a análise dos comportamentos é mais interessante se for feita ao longo do tempo, pois nos seus escritos há claramente uma adaptação dos discursos e uma adequação das sugestões, relativamente aos tempos históricos e políticos e às pressões externas (colónias) e internacionais (Europa) que ocorreram no país. Quando os eventos nelas tratados recuam ao passado, as biografias permitem uma maior distanciação e abstracção, como acontece neste trabalho, já que Mendes Correia faleceu em 1960 e assim a dificuldade em expor assuntos considerados pessoais ou privados é menor. Como lembra Lohmann, o que é considerado privado e, por isso, não apropriado para textos públicos varia culturalmente, relacionando-se este aspecto com a privacidade e com o anonimato. Quando os etnógrafos descrevem um grupo inteiro no abstracto, mesmo quando são críticos, nenhum indivíduo nomeado necessita de ser exposto, nem para a canonização nem para a culpa. Muitas vezes, os indivíduos são tornados anónimos ou são-lhes dados pseudónimos. Já os biógrafos não podem suprimir esta responsabilidade. Essa é uma das razões porque incluir o nome dos indivíduos em antropologia pode ser problemático, ao mesmo tempo que os antropólogos no terreno prometem esconder as identidades dos informantes, excepto quando isso é impossível, como quando avaliam as carreiras de personalidades públicas (Lohmann, 2008: 91).

O trabalho que aqui se apresenta é também uma espécie de «antropologia da antropologia» como assim designou Gerald Sullivan (2008: 226). Além disso, permite-nos reflectir sobre como chegámos às questões que animaram a antropologia. Para Sullivan,

⁸ Vide *Boletim da SGL*, Abril-Junho de 1957.

quando trabalhamos em arquivos antropológicos entramos num terreno particular que nos conduz ao passado, tanto dos antropólogos como dos seus interlocutores, e nos permite tornar esse passado útil outra vez. No caso deste estudo não é somente isso que pretendo, mas sim conhecê-lo melhor e divulgá-lo para quem o desconhece. Independentemente das contribuições que o trabalho de Mendes Correia trouxe (em que medida é que são úteis ou inspiradoras no presente e para o futuro) é importante conhecê-las (mesmo aquelas que foram mal-entendidas, desprezadas ou inúteis). Ainda que o passado tenha elementos que nos possam embaraçar, não devemos ignorá-lo ou esquecer-lo, quanto mais não seja para que esse passado mais negativo não se volte a repetir. Espera-se também que os antropólogos sejam honestos e equilibrados ao contar os factos e a revelar a sua posição, assim como as fontes de conhecimento, tão correctamente quanto possível. Por exemplo, para Lohmann, uma doutrina central da expectativa antropológica é evitar o etnocentrismo quando se escrevem relatos; aplicando o princípio análogo à biografia, os biógrafos de antropólogos são compelidos a escrever simpaticamente, mas honestamente, acerca de sujeitos biográficos individuais, representando as próprias perspectivas dos sujeitos e analisando as causas e as consequências das suas acções (2008: 91). Neste ponto considero que embora se possa escrever sobre uma personalidade, o antropólogo não tem necessariamente de concordar, ou ser simpático, com as suas posições e perspectivas, sejam elas teóricas, metodológicas ou analíticas. Além disso, o antropólogo poderá e deverá indagar sobre as consequências potenciais, pelo menos, dos escritos ou tomadas de posição do biografado. É necessário ter em atenção não só a escrita que remete para uma quase hagiografia, como o tipo de trabalho que pode surgir quando quem escreve nutre à partida uma aversão clara relativamente ao indivíduo biografado e discorda das suas ideias e práticas. Os elementos biográficos podem ser ainda divulgados em obituários ou em tributos de homenagem aos mestres e professores ou colegas. Se alguns antropólogos hoje os consideram, ou não, antropólogos, ou se se identificam com o seu trabalho isso é outra questão. Na altura em que viveram consideravam-se como tal, assim foram reconhecidos e será esse o meu ponto de partida.

Outro aspecto destacado por Lohmann é que o conhecimento e a separação das perspectivas émicas e éticas são tão importantes nas biografias como nas etnografias (2008: 91). Assim, quanto maior for a proximidade da experiência dos dados e da narrativa, maior será o potencial de riqueza émica. Por seu turno, quando a vida do biografado fizer parte de um passado distante, e seja conhecível apenas através de documentos, o contexto cultural e histórico da vida e acções dessa pessoa podem ser acedidos com um maior entendimento daquilo que aconteceu e uma perspectiva contextual mais abrangente (Lohmann, 2008: 92).

No meu caso, como existia uma distância de 45 anos, após a morte do biografado, essa riqueza émica pode ser considerada menor. Contudo, se tivermos em conta que a própria história se pode repetir, assim como os conflitos sociais que hoje registamos motivados pela migração de pessoas, e pelo contexto de crise social e económica que se vive na Europa, talvez algumas questões sobre as quais Mendes Correia reflectiu e escreveu não estejam assim tão distantes ou passíveis de ser definitivamente colocadas no passado.

A publicação de diários⁹ e de cartas também pode ser elucidativa. Tal material poderá fornecer elementos ricos dos momentos da sua vida ou fases, «iluminando relações particulares e eventos» (Lohmann, 2008: 93-94). No caso do percurso de Mendes Correia constatei existir uma grande diversidade de actividades e de caminhos distintos pelos quais passou não só na ciência, mas também no domínio político. Todavia, como acontece em outros percursos, parte das trilhas podem ser muitas vezes mais fruto das contingências e circunstâncias, paralelas à sua vida e ao meio social em que viveu, do que propriamente o resultado de uma estratégia previamente pensada e estabelecida. Após a leitura do seu livro de memórias *Em face de Deus* (1946b), escrito pelo próprio, podemos referir algo semelhante ao que Lohmann alude no seu texto. É o facto de os contadores de histórias, mesmo das suas próprias aventuras, não fornecerem necessariamente um conto claro e consistente, cronologicamente organizado da sua trajectória de vida, já que muito é esquecido, misturado, ou revisto, se não para a apresentação, pelo menos na própria memória do autor, para criar uma auto-imagem agradável, isto é, as experiências desagradáveis podem ser reprimidas com a passagem do tempo. Pessoas diferentes podem ter memórias complementares ou conflituosas dos mesmos eventos, a partir dos quais o biógrafo deve criar uma narrativa. Além disso, acrescenta Lohmann, os sonhos e as fantasias podem entrar na memória como factos «reais» na história de vida de uma pessoa (2008: 95). O que as biografias de antropólogos nos permitem é sobretudo aprofundar o nosso entendimento acerca da história da disciplina, um objectivo notoriamente alcançado pelo vasto trabalho de George W. Stocking, ao darem-nos a possibilidade de compreender o percurso da disciplina, quais os temas seleccionados, e o modo como algumas ideias foram desenvolvidas e/ou destinadas ao abandono.

David H. Price chama a atenção para a fase inicial da antropologia nos EUA durante a qual a posse de um diploma avançado em *qualquer* campo tinha mais importância do que ter um grau em *antropologia*. Os antropólogos mais proeminentes no início do século XX tinham doutoramentos realizados em campos como física, química, medicina, psicologia,

⁹ O exemplo da publicação de um diário é o de Bronislaw Malinowski (1967).

biologia ou geologia. Tal era uma condição necessária, já que os programas de antropologia tinham de ser elaborados por indivíduos que tivessem algum tipo de grau avançado, antes dos graus de antropologia poderem ser atribuídos pelos departamentos desta disciplina (2008: 103). Numa perspectiva comparada, podemos dizer algo similar sobre Portugal: grande parte dos praticantes da antropologia, na primeira metade do século XX, não tinha formação nessa área, mas sim em áreas académicas como a medicina ou as ciências biológicas. Relativamente ao caso norte-americano, segundo Price, ao mesmo tempo que os antropólogos amadores produziam um trabalho de qualidade inferior, ou fanático, havia esforços de amadores ou autodidactas brilhantes que nunca se conseguiram encaixar nos confins da academia emergente povoada por cavalheiros refinados (2008: 104). Lembra ainda que alguns dos primeiros presidentes da American Anthropological Association (AAA) eram autodidactas, muitas vezes tendo carreiras sólidas no mundo dos negócios para apoiar as suas actividades académicas¹⁰ (2008: 104). De acordo com Price, Roland Dixon tornou-se em 1913 o primeiro presidente da AAA a ter recebido um grau de doutoramento em antropologia e em 1919, o homólogo Clark Wissler tinha um doutoramento em psicologia, não em antropologia.

Já Patrick Lavolette focou-se no conceito de biografia intelectual e explorou a importância relacional e simbólica das histórias de vida da antropologia (2008: 232-233). De acordo com este autor, a biografia intelectual, como um recente género auto-consciente em desenvolvimento («*newly developing self-conscious genre*») está a tornar-se central para a maneira pela qual tem sido escrita a história da disciplina (2008: 233). Sugere, porém, que existiram algumas tensões entre a experiência prática e a conceptualização intelectual (2008: 232). Para Lavolette, muitos destes livros não constituem propriamente biografias no senso estrito do termo e fazem parte de uma viragem discursiva que surgiu quando os antropólogos começaram a tomar seriamente o entendimento e o estudo de uma «espécie» não usual – eles próprios (Bourdieu, 1988). Apesar de a escrita biográfica não ser propriamente nova, Lavolette considera que estamos a assistir presentemente a um novo interesse biográfico nas vidas e experiências dos antepassados dos antropólogos, tanto na Inglaterra como noutros locais (2008: 233). Por outro lado, ao revelar-nos a importância de diários e de documentos pessoais informais, assim como de artigos e monografias, as biografias de antropólogos podem ajudar-nos a traçar os meandros antropológicos entre ontologia e epistemologia – entre experiência, método e teoria. Estas biografias são conceptualizações epistemológicas

¹⁰ Enquanto W. J. McGee produzia e vendia artigos agrícolas, outros formaram-se em ciências naturais (F. W. Putnam e Jesse Fewkes na biologia, Franz Boas na física, Walter Hough na química e geologia, Aleš Hrdlička na medicina). Outros tiveram formação artística, como William Henry Holmes que estudou desenho (Price, 2008).

significantes de como a teoria e o método se misturam com a história de vida e a política. Tais fontes são valiosas ao descobrir e desacreditar processos imperiais, coloniais, ou outros potencialmente questionáveis, que podem ter ocorrido, ou não, através da prática de trabalho de campo (Laviolette, 2008: 254). No caso do percurso de Mendes Correia teremos de ter em conta não só a importância da institucionalização da antropologia em Portugal, mas também da sua internacionalização através do seu esforço para participar em eventos internacionais e publicar no estrangeiro. Estamos assim em condições de afirmar que os escritos sobre antropólogos constituem um material rico de informação e uma literatura émica que pode ser consultada da mesma forma que outras produções culturais. Além disso, o trabalho biográfico tem valor não apenas para entender a disciplina, mas também para os seus portadores humanos, que estão continuamente a mudar a tradição (Lohmann, 2008: 98).

3. Definição dos objectivos, questões a abordar e metodologia científica

A investigação para esta tese foi realizada entre 2006 e 2011 e teve os objectivos que a seguir se apresentam. Em primeiro lugar, o trabalho visa contribuir para um melhor conhecimento da história da antropologia em Portugal, desde os finais do século XIX até ao fim da década de 50 do século XX, a partir de alguns dos seus percursos e precursores e, especificamente, da Escola de Antropologia do Porto e do seu principal impulsionador – o professor Mendes Correia. Para a sua realização considereirei não só os trabalhos do mentor da escola, mas também da rede intelectual que construiu, abrangendo os seus discípulos e colaboradores, bem como os seus pares dentro e fora do país. Dado ter actuado não só no campo científico, mas também no campo político e institucional, pretendo compreender melhor as condições de produção do saber científico em Portugal no seu tempo.

Uma vez que se trata de uma biografia intelectual, irei analisar os discursos e as representações produzidos por Mendes Correia em torno de dois domínios de investigação considerados fundamentais: o «povo português» e as populações das colónias, mostrando as associações entre o estudo da nação e o do «império colonial português». Por outro lado, irei abordar comparativamente a produção de Mendes Correia e da sua escola no contexto do desenvolvimento internacional dos campos disciplinares com que lidava (que inclui a antropologia, a etnologia e a arqueologia). Em termos gerais, pretendo fazer uma interpretação, através de uma análise hermenêutica e qualitativa, da escola, dos saberes nela impulsionados e através dela divulgados. Como hipóteses de partida pretendo averiguar em que medida a realidade portuguesa relativamente à institucionalização da antropologia e do seu percurso foi diferente, ou não, das existentes em outros contextos nacionais e que

diferenças existiram no interior do país no que respeita a distintas escolas de antropologia. Em seguida pretendo investigar se o conhecimento antropológico produzido no âmbito desta escola estava ou não isolado no tempo e espacialmente ou se, pelo contrário, eram várias as redes de trabalho e de intercâmbio intelectual internacional entre as pessoas a ela ligadas e as pessoas associadas a escolas antropológicas de outros países. Por último, irei averiguar se existe ou não uma relação entre as políticas nacionais e políticas propostas no contexto analisado e os trabalhos impulsionados e desenvolvidos pelos representantes desta escola.

Em termos de metodologia a pesquisa focou-se em bibliotecas, arquivos, museus e fundos documentais e junto de várias pessoas, através de contactos formais, de entrevistas e de conversas mais ou menos informais. No que respeita à pesquisa documental, tive em conta as diferentes temáticas abordadas e desenvolvidas nos textos e recorri a fontes depositadas em diversos locais, dentro e fora de Portugal, com destaque para as instituições com as quais Mendes Correia esteve relacionado. Por outro lado, fiz uma pesquisa bibliográfica destinada a fornecer uma genealogia das disciplinas em que o autor se situa (sobretudo a antropologia e a arqueologia). A investigação baseia-se ainda na análise dos trabalhos de Mendes Correia e de outras pessoas da escola, procurando identificar objectos de pesquisa, paradigmas explicativos, controvérsias, continuidades e mudanças. Algumas fontes são públicas, outras são de domínio privado, mas o cruzamento entre os dois tipos de materiais foi fundamental para articular as ideias, os factos e discernir conclusões. Para uma maior aproximação do leitor às fontes, optei amiúde por colocar grandes extensões de texto dando assim a possibilidade de também extrair algumas conclusões. Alguns dos principais locais visitados¹¹ foram a FCUP e, especificamente, o antigo Departamento de Zoologia e Antropologia desta faculdade, o Arquivo da CMP, o Arquivo Municipal do Porto – Casa do Infante -, o Arquivo Distrital do Porto, a BN, a Hemeroteca Nacional, o ANTT, o arquivo da Assembleia da República, o Centro de Memória em Torre de Moncorvo e o IICT.

Por último, recolhi testemunhos orais através de entrevistas a indivíduos, que estiveram relacionados com Mendes Correia, e a membros da sua escola, como por exemplo antigos alunos. Contactei ainda: pessoas que conhecem ou já estudaram o contexto, que analisei; indivíduos associados a instituições a que o próprio Mendes Correia esteve ligado como a ex-ESC, a SGL e a ACL; e familiares, mais ou menos próximos. Com este método fui-me aproximando de pessoas, com quem mantive encontros posteriores e me disponibilizaram contactos e informações adicionais. Quanto à manutenção do anonimato dos

¹¹ Consultar no Índice a lista completa dos locais visitados.

entrevistados, fiz a seguinte opção: no caso de algumas pessoas que entrevistei e são figuras públicas, cujas questões que lhes coloquei são de domínio ou interesse público, identifique-as no texto; no caso de pessoas que entrevistei acerca de domínios mais privados e íntimos e/ou problemáticos, e no sentido de preservar a sua privacidade, não as identifiquei, sobretudo por uma questão ética. Esta tese socorreu-se também de algumas histórias de vida. Neste recurso não incluí apenas as entrevistas que realizei, mas as histórias que reconstituí a partir de uma relação mais próxima com alguns informantes privilegiados que fui mantendo durante mais tempo. Tal foi possível também pela atitude de colaboração e de interesse desses informantes no próprio estudo que eu estava a realizar. Creio que o método das histórias de vida nos permite obter um conhecimento mais denso e permite que se alcance a verdade histórica através da saturação do objecto. Além disso, o que nelas se repete ou é coincidente, pode-nos permitir detectar um padrão quando as cruzamos, como referiu Paula Godinho¹². Neste caso possibilitaram-me sobretudo conhecer melhor o contexto histórico analisado e estabelecer relações entre elementos que se revelaram úteis para a interpretação dos dados.

Nas entrevistas tive em consideração que a memória está relacionada com o esquecimento, que ela não é apenas um somatório de lembranças, mas está encadeada com a reconstituição e reconfiguração dos factos, e até com alguma eventual manipulação da narrativa (Ricoeur, 2000). Por outro lado, levei em conta que a forma como vemos o presente é influenciada pelo nosso passado e que a repetição evocativa dos acontecimentos serve também de memória (Connerton, 1993). Em alguns casos, os entrevistados conheceram pessoalmente Mendes Correia e falaram-me dessa experiência; noutros, a sua memória recorreu a elementos biográficos que tinham lido posteriormente ao seu falecimento e utilizaram como se fosse a sua própria experiência. Uma vez que o trabalho incide na pesquisa de fontes históricas, procurei fazer uma contextualização dos discursos e dos materiais analisados. Por força do objecto de estudo, a pesquisa socorreu-se de procedimentos característicos da antropologia, mas também da história. No entanto, tal *modus operandi* não levantou qualquer problema em termos de identidade. Como referiu José Manuel Sobral,

Quando antropólogos estudam o passado através de documentos e procuram articular a sua pesquisa com os dados revelados pelo estudo histórico e quando historiadores aplicam métodos, objectos e modelos antropológicos na sua análise – quando não se acerbam a um privilegiar da fala e da experiência dos agentes sociais através da ‘história oral’ – não tem sentido falar em separações estritas. Mas as disciplinas permanecem distintas, na matéria-prima com que trabalham e na actividade de investigação (não falando do facto de os historiadores não produzirem teorias, vendo-se antes como tributários, mesmo que críticos, das conceptualizações produzidas noutras áreas) (1999: 27-28).

¹² «História de vida – Academia» - vídeo com Paula Godinho disponível na internet: http://www.memoriamedia.net/historiasdevida/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=57 (disponível em e- Museu do Património Imaterial, acedido em 25.5.2011).

4. Apresentação da estrutura da tese

A tese está dividida em cinco capítulos. Os dois primeiros capítulos serão dedicados a fazer o retrato da figura de Mendes Correia e do contexto no qual actuou. No capítulo 1, dedicado à sua biografia, destacarei os aspectos mais importantes da sua vida, nomeadamente a formação em medicina, o trabalho que desenvolveu enquanto professor da UP e a sua ligação ao Porto. Por outro lado, realçarei a sua projecção e o seu estatuto a nível nacional e internacional. Abordarei algumas das homenagens que recebeu no seu tempo e na actualidade e a forma como esses processos decorreram. No capítulo 2 analisarei o contexto em que surgiu a Escola de Antropologia do Porto e a SPAE. Apresentarei uma visão do processo de institucionalização da antropologia no país, que se insere num processo mais vasto que abrangeu outras ciências. Darei ênfase ainda aos esforços que foram movidos por pessoas ligadas à UC e depois à UP para que a antropologia fosse reconhecida como um campo disciplinar autónomo, um processo no qual Mendes Correia teve um papel fundamental.

Nos três capítulos seguintes farei a análise da obra científica e política de Mendes Correia, tendo como objectivo proceder a uma sistematização das suas ideias, reflectir criticamente acerca de algumas das suas teorias e dar conta das suas principais actividades políticas. Veremos como alguns dos seus aspectos biográficos nos ajudam a compreender a sua produção científica e a sua acção ao nível académico, social e político. Mendes Correia é um homem com interesses variados, desde a arqueologia pré-histórica até à antropologia física, passando pela paleontologia e etnologia. Essa «variedade», apresentada no capítulo 3, é desde logo expressa nas aulas da cadeira de antropologia que leccionou (Correia, 1915b). Como veremos, o autor revelou preocupações nacionalistas e dedicou parte dos seus estudos à Lusitânia pré-romana, manifestando em vários trabalhos, uma obsessão com as origens da humanidade e da própria terra. Por outro lado, procederei a uma sistematização dos seus principais argumentos, entre os quais estão os seguintes: *os lusitanos são os antepassados dos portugueses; raça não é cultura; raciologia não é racismo; o mestiçamento não é diluidor; e a cultura é uma atitude psicológica*. O capítulo 4 será dedicado às «aplicações práticas da antropologia», no entender do autor. Nesse sentido, analisarei os campos em que essas aplicações se efectuaram, nomeadamente na antropologia pedagógica, criminal e colonial. Como veremos, uma parte fundamental da sua obra foi inspirada por questões que, na altura da sua produção, estavam relacionadas com temas como a «raça» e a «higiene». Reconhecido como uma autoridade académica no meio universitário de então, Mendes Correia acaba por intervir em diversas áreas e emitir pareceres sobre causas sociais e demográficas, inspirados

nas ciências médicas e biológicas, ou seja, as áreas nas quais possuía formação académica. É o próprio a classificar algumas dessas intervenções como sendo de «antropologia aplicada». No currículo de Mendes Correia, destacam-se ainda, não apenas os cargos académicos e científicos de relevo, mas também a dedicação e o estímulo por ele concedidos à realização de estudos coloniais e à organização de eventos de divulgação científica. O capítulo 5 tratará o seu «legado político» e dará conta das actividades como presidente da CMP (1936-1942), procurador da CC (1935-1938 e 1938-1942) e deputado na AN (1945-1956). Verificaremos como a sua formação académica, e as suas preocupações sociais, foram determinantes para as propostas políticas que veio a apresentar publicamente.

Nas «Considerações finais» será feita uma síntese acerca do legado de Mendes Correia. Na sua actuação destaca-se não só a criação da Escola de Antropologia do Porto e da SPAE, mas também a de uma rede de colaboradores (alunos e professores) e de indivíduos com quem havia comunicação científica. Essa «rede» (Barnes, 1972) permite constituir um mapa no qual se encontram ligações da escola a esferas institucionais pertinentes para esta investigação. Ao longo do texto procurarei enfatizar o facto de que este estudo no domínio da antropologia nos permite também analisar as temáticas do nacionalismo e do colonialismo, muitas vezes relacionadas e implicadas no percurso e na evolução desta disciplina em Portugal. Por último, os «Anexos» contêm, além de 57 figuras, informação variada e complementar aos elementos descritos na tese.

CAPÍTULO 1.

BIOGRAFIA DE MENDES CORREIA (1888-1960)

Os dados biográficos de Mendes Correia incluem o conhecimento da sua origem social e familiar, a sua formação académica e os meios sociais e políticos com os quais interagiu. Para esta pesquisa utilizei fontes publicadas e obtive informações através de entrevistas. Uma fonte importante refere-se às suas agendas pessoais. Além de duas na posse de Huet Bacelar¹, referentes de 1926 a 1928, de três adquiridas pelo arqueólogo João Luís Cardoso², e de uma na posse de familiares, existem treze no Departamento de Biologia da FCUP. Estas, provenientes da designada propaganda médica, eram pequenas e portáteis e, por isso, preferidas (figuras n.º 1 e n.º 2). Para mim, foram verdadeiros documentos históricos. Mais do que mostrarem o preço da refeição dos restaurantes, a marca dos charutos, o alfaiate dos fatos, o valor do hotel, do táxi, ou das gorjetas, incluindo as dadas aos que designava por *porteur* (carregador de malas), revelaram-me quem fazia parte dos seus dias, com quem se encontrava, e mais se relacionava, as suas viagens³, quais eram as suas prioridades, e que investidas realizava. Quando se fala em Mendes Correia são várias e distintas as leituras com que nos confrontamos. O sítio da Internet referente à UP que aloja a página intitulada «Docentes e Estudantes da Primeira FLUP» nomeia Mendes Correia como «Professor Universitário, Antropólogo e Historiador»⁴. Já a rua da cidade do Porto que recebeu o seu nome classifica-o como «antropólogo e arqueólogo». Afinal, quem foi Mendes Correia? É o que procurarei responder nas próximas páginas.

1. Origens e família

No sentido de conhecer a origem e a forma correcta de escrever o seu nome⁵, de acordo com o registo de nascimento, comecei por consultar os inventários referentes aos baptizados realizados no Porto em 1888. Foi aí que encontrei no livro da Freguesia da Vitória, com a cota 410, o assento n.º 114: «António» nasceu a 4.4.1888 às onze horas da noite e foi

¹ Técnico Superior aposentado do Museu de História Natural da FCUP. Em entrevista salientou-me que foi devido ao seu cuidado e precaução que aquelas agendas não foram todas extraviadas.

² Agendas adquiridas em alfarrabistas devido a um leilão efectuado pelo Museu de História Natural da UP. Nelas se podem encontrar três tipos de caligrafia: de Mendes Correia, de Rui Serpa Pinto e de Santos Júnior.

³ Coloca a lista de pessoas que vai visitar e notas para não se esquecer de levar «*Anais, Trabalhos*» (publicações da UP) para oferecer e permutar. Os países a que se deslocou são sobretudo: Brasil, Alemanha, França e Bélgica.

⁴ http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?P_pagina=1004189, acessado em 27.6.2010.

⁵ Nesta tese optei por utilizar o nome «Correia», conforme está escrito no registo de nascimento, e não «Corrêa», uma forma de escrever comum na época, e que talvez agradasse ao autor, já que aparece em alguns dos seus próprios escritos, assim como em trabalhos de autores que o citam.

baptizado no dia 2.5.1888 na igreja paroquial de Nossa Senhora da Vitória, concelho e diocese do Porto. Era filho legítimo e primeiro de António Maria Esteves Mendes Correia, médico, natural da freguesia e concelho de Vagos, diocese de Coimbra, e de Etelvina Marques Mendes Correia, natural da freguesia de São Nicolau no Porto, paroquianos na igreja da Vitória e moradores na Rua do Almada (figura n.º 3). O avô paterno, João Mendes Esteves, natural de Vagos, era escrivão e tabelião. Segundo Júlio Gonçalves, o avô paterno era um «funcionário das finanças e administrador rural» e, pelo lado materno, descendia de «homens de negócios» (1957: 120). O outro filho de João Mendes Esteves dedicou-se ao exercício de farmácia. Mendes Correia viveu no Porto até aos cerca de 60 anos, altura em que foi para Lisboa. É aí, na Rua de Sampaio e Pina, na freguesia de São Sebastião da Pedreira, que falece pelas zero horas e vinte minutos do dia 7.1.1960, com 71 anos de idade, vítima de um tumor maligno. Foi sepultado no jazigo da família no cemitério de Prado do Repouso no Porto. Pode dizer-se, assim, que pertencia a uma elite social, já que não é apenas o capital social a produzir tal pertença, se não estiver associado a um capital económico e cultural, como demonstra Pierre Bourdieu (1979). Mendes Correia possuía diversos capitais (sociais, económicos, culturais e simbólicos). Seguindo a abordagem da reprodução social proposta por Bourdieu, é através do *habitus* (1980: 109), da educação e convivência familiar e social que determinados indivíduos são preparados e sistematizam práticas que serão pilares importantes no seu percurso e realização profissional. Além do pai ser médico, e do avô paterno ser tabelião e proprietário rural, os seus pais moravam na Rua do Almada, conhecida como estando ligada à «burguesia portuense», nos finais do século XIX e inícios do seguinte.

O pai de Mendes Correia, António Maria Esteves Mendes Correia (Vagos, 23.6.1849 - Porto, 13.9.1937) ⁶, médico, esteve ligado ao Partido Progressista do concelho de Vagos e mais tarde à CMP, como vereador, tendo a seu cargo os pelouros da Biblioteca e do Museu (1890-1892, 1903-1906) (figura n.º 4). Era o filho mais novo de uma família «muito considerada em Vagos», segundo um jornal local⁷; estudou na escola oficial da vila e frequentou o liceu em Aveiro e em Coimbra. Matriculou-se na antiga Escola Médico-Cirúrgica do Porto⁸. Após a defesa da tese intitulada «Um caso de febre tifóide, complicado de broncopneumonia e seguido de bronquectasia, gangrena pulmonar e tísica caseosa», formou-se nesta escola, ao fim de sete anos, em 22.7.1874, sendo um dos melhores classificados do curso. No dia 27 do mesmo mês entrou para o consultório, designado Posto

⁶ Cédula n.º 219123, série A, de 1924.

⁷ *O Jornal de Vagos, Semanário progressista, noticioso, científico, literário e agrícola*, n.º 378, 23.6.1906.

⁸ As Escola Médico-Cirúrgicas (de Lisboa e do Porto) foram herdeiras das Régias Escolas de Cirurgia estabelecidas em 1825 e transformadas em escolas Médico-Cirúrgicas pelo Decreto-lei de 29.12.1836.

Médico de Cancela Velha (considerado na época um dos baluartes da clínica particular do Porto). Em parceria com outros médicos, instituiu também uma policlínica. Colaborou ainda em inúmeras revistas científicas, nacionais e estrangeiras.

Casou com Etelvina Esteves Marques, da qual era seu tutor, e tiveram 4 filhos (António Augusto, Humberto, Elsa e Maria Luísa), sendo Mendes Correia o mais velho. Além da actividade profissional e académica, exerceu outras funções: administrador da antiga Companhia das Águas de Pedras Salgadas (1881 a 1885); presidente da Comissão de Redacção do *Boletim da Sociedade de Geografia Comercial do Porto*, a cuja quarta secção presidiu, e da qual era presidente da direcção o conselheiro Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894)⁹ e vice-presidente, o Conde de Samodães; director da Real Sociedade Humanitária do Porto; membro do Instituto Portuense de Estudos e Conferências; primeiro presidente da direcção da Associação de Médicos do Norte de Portugal, antecessora da Associação Médica Lusitana; membro da direcção da antiga União Médica, a que presidiu; membro de honra na festa de confraternização do 1.º Congresso de Deontologia e Interesses Profissionais realizado no Porto em 1912¹⁰; e vogal da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1909 a 1910). Foi médico da Companhia Nacional dos Fósforos, junto da Fábrica de Lordelo, desde a fundação, em 1895, até 1934, quando pediu a aposentação. Pela sua experiência profissional registou vários casos de operários que estavam atacados de fosforismo profissional. Por essa razão, além de diversos artigos na imprensa, publicou a sua dissertação inaugural sobre um caso clínico de Febre Tifóide com opúsculo sobre o Fosforismo Profissional (1906)¹¹. Foi ainda chefe do Partido Progressista do concelho de Vagos¹². Como a família Mendes Correia possuía um palacete na localidade (figura n.º 5), essa casa, depois de a família ter mudado para o Porto, era abrigo para dias de descanso, mas também, para albergar os frequentes jantares de teor político que ali ocorriam¹³. Jubilou-se por alturas de 1929, com cerca de 55 anos de vida clínica e social, e faleceu a 13.9.1937.

Os dois casamentos de Mendes Correia talvez não tenham sido apenas fruto do acaso. Terá havido o que alguns autores (Bourdieu, 1980; Sobral, 1999; Lima, 2003) apontam como sendo uma «estratégia matrimonial», cujo papel é o de manter num mesmo grupo social um

⁹ Numa ocasião Mendes Correia falou a Guerra Junqueiro com entusiasmo na *Vida de Nun'Álvares*, de Oliveira Martins. Junqueiro declarou a Mendes Correia ter sido ele quem ensinara Oliveira Martins a «“compreender” a figura do Condestável». Quando Mendes Correia contou isso ao pai - «admirador e amigo íntimo e dedicado de Oliveira Martins» (que lembra de ver em casa quando ainda era pequeno) o pai indignou-se, pois considerava que «Oliveira Martins não precisava que Junqueiro lhe ensinasse fosse o que fosse!» (Correia, 1946b: 46).

¹⁰ Alberto Aguiar foi colega de Hernâni Monteiro, Carlos Lima, Teixeira Bastos, entre outros.

¹¹ Carta escrita com 85 anos de idade, em 1934, pedindo a sua aposentação, após quase 40 anos de serviço.

¹² *O Jornal de Vagos, Semanário progressista, noticioso, científico, literário e agrícola*, n.º 378, 23.6.1906.

¹³ Informação dada pelas suas netas em entrevista.

conjunto de privilégios, bens e poderes. O primeiro casamento ocorreu a 7.1.1914 com Maria Antónia do Carmo (ou Cármen) de Loureiro e Brada¹⁴, filha de Luís de Loureiro Queirós Couto Leitão, 2.º Visconde de Loureiro, e de Cármen de Boàda, e sobrinha de José Relvas. Residiram no Porto numa casa da Rua do Moreira¹⁵. O pai desta esposa, ele próprio presidente da Câmara Municipal de Viseu, era filho de Luís de Loureiro Queirós Cardoso do Couto Leitão, 1.º visconde de Loureiro, e de Antónia da Silva Mendes, pertencente à família Silva Mendes, uma das mais abastadas de Viseu. Deve registar-se o facto de Mendes Correia ter sido sobrinho, ainda que por afinidade, de José Relvas (1858-1929), o homem que proclamou a independência da República da varanda dos Paços do Concelho de Lisboa e foi ministro do governo provisório (Ministério das Finanças em 1910). Foi em Alpiarça, na sua Casa dos Patudos, que Mendes Correia passou algumas temporadas e daí vem a sua ligação com as explorações dos concheiros de Muge (Correia, 1933a, 1934c, 1940e, 1956a). Ao abrirem as vinhas, apareceram os vasos da Idade do Bronze final, os braceletes e outros objectos que hoje fazem parte do espólio do museu da FCUP.

Após divorciar-se (17.1.1948), voltou a casar a 29.7.1948 com Maria do Carmo Bahia¹⁶. A segunda esposa nasceu a 13.11.1888 no concelho de Lisboa. Era filha de Francisco Jorge de Sousa Bahia, professor de piano, natural do Funchal, e de Carlota Irma Colette Bahia, natural de Lisboa, e neta paterna de Francisco de Sousa Bahia e de Maria do Carmo de Sousa Bahia, e materna de François Jacques Baron e de Julie Baron. O casamento decorreu na Terceira Conservatória de Lisboa. À data, Mendes Correia tinha 60 anos e vivia na Avenida da República, em Lisboa. Casaram segundo o regime de «inteira completa e absoluta separação de bens», conforme a escritura lavrada pelo notário. Maria do Carmo Bahia faleceu em Lisboa, a 11.1.1974, com 86 anos. Não deixou herdeiros sujeitos a providência tutelar, não deixou bens e não outorgou testamento público, nem fez aprovar testamento cerrado.

Durante a pesquisa concluí que Mendes Correia não deixou herdeiros sujeitos à jurisdição orfanológica, apesar de ter deixado bens e um testamento, embora cerrado, lavrado a 3.3.1959 no Quarto Cartório Notarial de Lisboa¹⁷. Posteriormente, foi feito um instrumento de abertura do testamento, lavrado em 19.1.1960, no mesmo cartório. Realizei uma pesquisa

¹⁴ Noutros locais, o nome é Cármen de Boàda Loureiro Mendes (www.geneall.net) ou Cármen de Loureiro Boada, como no registo de casamento de Mendes Correia com a segunda esposa, Maria do Carmo Bahia.

¹⁵ Informação dada por Huet Bacelar.

¹⁶ Nesta data tinha 59 anos, era divorciada de Joaquim Gaudêncio Bandeira, por sentença de 15.2.1945, e vivia na Avenida da República, tendo dois filhos. Tinha casado primeiramente, a 1.8.1909 na freguesia de São Mamede em Lisboa com o escritor e dramaturgo Jorge Santos. Segundo um jornal da época, tinha um «notável talento musical» e era uma das «mais distintas pianistas» (*Diário Ilustrado*, n.º 12.835, 25.4.1909).

¹⁷ Uma vez que o notário deste Cartório faleceu em Dezembro de 2009, pesquisei o consultório de Eduardo Fernandes (Rua Rodrigues Sampaio) que teve, temporariamente, os elementos do Quarto Cartório Notarial.

no ANTT para averiguar se tinha sido feita uma habilitação de herdeiros após o seu óbito, mas não consegui encontrar nenhum elemento. Pelo que averigui, não teve filhos. Ficou por isso a dúvida acerca de quem terão sido os seus herdeiros e a quem terá doado os seus bens. Tentei encontrar pistas através do registo predial da casa onde veio a falecer, mas não consegui tirar conclusões, já que a casa era arrendada e fazia parte de um prédio cujos proprietários, entre 1938 e 1964, eram duas pessoas a quem pertenciam todas as fracções do mesmo. Além disso, o prédio não tem inscrição de arrendamentos. Trata-se de um prédio construído em lote largo durante a década de 30 do século XX na urbanização do Alto do Parque, próxima do Parque Eduardo VII em Lisboa (figura n.º 6). Por essa razão procurei aproximar-se de outros familiares, como os sobrinhos, e utilizei o método genealógico.

Humberto (n. 1889), irmão de Mendes Correia, foi engenheiro e director de estradas em Évora. Acompanhava-o em várias visitas de terreno, fazia as fotografias e ajudava na topografia. Foi o irmão mais chegado a Mendes Correia, depois de este ter ido para Lisboa. A irmã Maria Elsa, que não casou nem teve filhos, tirou um curso na Cruz Vermelha Portuguesa e dedicou-se, como voluntária, a causas sociais. A outra irmã, Maria Luísa, casou com o historiador português Magalhães Basto, de quem teve cinco filhos: João (14.1.1922), afilhado, Maria José (9.11.1923), Pedro (29.03.1925), Maria do Céu (22.7.1935) e Maria Antónia (13.5.1937), afilhada. João licenciou-se em engenharia civil na UP e exerceu cargos na CMP. Era o mais velho dos sobrinhos e aquele com quem teve uma relação privilegiada (figura n.º 7). Pedro foi médico, director clínico do Hospital Rovisco Pais, e casou com Maria Teresa Tavares e Távora (irmã do arquitecto Fernando Távora). Teve um filho, Pedro Magalhães Basto, arquitecto e ex-aluno de Alexandre Alves Costa¹⁸. Apesar de não ter filhos, ou por causa disso, Mendes Correia tinha uma relação próxima com os sobrinhos, sobretudo com os filhos da irmã Maria Luísa, que dele têm várias recordações. Costumava ir buscá-los aos fins-de-semana (figura n.º 8) para passear, ou estava com eles em períodos de férias, por exemplo, na praia da Granja. Após o seu divórcio, e apesar da distanciação dos familiares que não aceitaram esse facto, tentou preservar o mais possível a relação de amizade e de convivência com os sobrinhos, visitando-os e escrevendo-lhes. Relacionava-se bem também com os sobrinhos do irmão Humberto que ainda têm boas recordações dele, descrevendo-o como simpático, afável, que dava gosto ouvir a contar as histórias e que ainda os levava a passear, a fazer explorações no campo, estimulando neles a vontade de procurar, pesquisar e encontrar coisas novas, como quem prepara futuros exploradores, arqueólogos ou investigadores.

¹⁸ Sobrinho da segunda esposa de Humberto, irmão de Mendes Correia.

A genealogia familiar é bem conhecida pelos sobrinhos do Porto e são as mulheres que se recordam de mais elementos, como nomes e datas, ao invés dos homens, que salientam sobretudo aspectos sociais e políticos. No caso dos sobrinhos, quando não sabiam a resposta para a questão, iam perguntar ou telefonar a outro membro da família, já que parecia ser também do seu interesse esse conhecimento. Esta questão da memória, da genealogia e do prestígio de pertença, já tratada por outros autores (Sobral, 1999; Lima, 2003), ilustra a ideia referida por Antónia Pedroso Lima de que «a continuidade da identidade do grupo familiar e a legitimação do estatuto social dos seus membros se enraízam no prestígio do seu passado» (2003: 127). Como suportes da memória, os sobrinhos reúnem fotografias dispersas, em álbuns e em molduras, livros, escritos, agendas, recortes e papéis com anotações, tornando assim o passado sempre presente (Sobral, 1999: 269). Entre as fotografias que seleccionaram, há algumas em que o tio está ao lado do presidente do Conselho (António de Oliveira Salazar), ou de outras figuras públicas, como o chefe de Estado Óscar Carmona¹⁹ (figura n.º 9). Estes bens, outrora pertença de Mendes Correia e agora na posse da família, têm mais do que um valor estimativo para quem os guarda; são objectos a proteger, a preservar e a guardar para as gerações vindouras. Lembro-me que me foram emprestados durante algum tempo alguns desses bens para consultar e digitalizar. Porém, ainda que não numa atitude de pressão (muito pelo contrário), várias vezes me contactaram para que não os perdesse, os mantivesse preservados e não me esquecesse de os entregar. Parece assim, como referiu Appadurai (1986: 3), que os objectos, como as pessoas, têm uma vida social. O valor dos bens não se reduz ao préstimo que têm enquanto objecto, mas ao facto de terem pertencido a uma pessoa socialmente importante no seu tempo, e se manterem na família após a morte, adquirindo assim uma vida social. Apesar de alguns estarem na posse de um determinado sobrinho, eles não lhe pertencem, especificamente, mas à família que preserva o nome Mendes Correia (símbolo da unidade e da identidade familiar). Tornam-se símbolos familiares, a partir dos quais os elementos mais novos constroem e reconstróem a sua memória familiar²⁰.

Mendes Correia era cunhado e amigo do historiador portuense Artur de Magalhães Basto (1894-1960), licenciado em Direito pela FDUL, em 1922, mas que veio a dedicar-se à história e à investigação. Foi professor de história em vários colégios, assim como na primeira FLUP, entre 1923 e 1928, leccionando geografia²¹ e história. Dirigiu o Arquivo Distrital do Porto, e chefiou os serviços culturais da CMP entre 1938 e 1960. Foi funcionário superior da

¹⁹ Óscar Carmona foi Presidente da República durante 5 mandatos, entre 1926 e 1951.

²⁰ Sobre a questão da memória e da transmissão das histórias de família, *vide* Sobral, 2006.

²¹ Foi proposto por Mendes Correia, quando este fazia parte do Conselho Escolar, a 24.7.1922 (Pina, 1966: 95).

Biblioteca Pública Municipal do Porto, director do Gabinete de História da cidade (hoje Arquivo Municipal) e chefe do Cartório da Santa Casa da Misericórdia. Foi ainda publicista, tendo colaborado com o jornal *Primeiro de Janeiro*, onde publicou 1445 crónicas semanais ininterruptamente entre 1930 e 1960. Em 1945 fez com que a revista *O Tripeiro* voltasse a ser editada e foi director da mesma. Tem também textos publicados nos anexos do *Boletim Cultural da CMP*. A UP homenageou-o recentemente com uma exposição, realizada entre 29.11.2005 e 29.1.2006 e um ciclo de conferências iniciado, em 6.12.2005.

2. Formação e carreira: entre a Medicina, as Ciências e as Letras

Mendes Correia frequentou o Liceu Central do Porto em 1898 e concluiu o curso liceal com distinção. Entrou para a 2.^a classe da reforma de 1895, tendo frequentado a 1.^a classe no Colégio de Nossa Senhora da Divina Providência. Na altura, o curso geral dos liceus tinha um carácter mais abrangente, pois não tinha ainda sofrido a bifurcação entre «letras» e «ciências». Um dos seus professores foi Joaquim de Vasconcelos. Posteriormente, tal como o pai, inscreveu-se na Academia Politécnica, onde frequentou o Curso Preparatório de Medicina (matriculou-se em 1904 e aí esteve dois anos) e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto (1906), onde concluiu o curso de Medicina, em Julho de 1911, com a classificação de 17 valores, segundo a carta de curso, e não 19, como surge em várias publicações. O trabalho apresentado como dissertação final, *O Génio e o Talento na Patologia*, teve, sim, 19 valores. A escolha da medicina não deve ser vista como casual, mas intencional e direccionada. Para além de ser filho de um médico, o facto de se ter uma profissão ligada a esta área significava fazer parte de uma posição social prestigiante e estava associada ao exercício de poder, dois aspectos que não podemos desligar desta figura, nem das funções que ocupou. Na Academia Politécnica teve disciplinas como física, química mineral, botânica, mineralogia, física matemática, física geral, química orgânica e analítica e zoologia. Segundo o próprio, «o ensino ainda era, predominantemente, teórico, livresco, verbalista» e «só a química orgânica e analítica tinha um ensino prático a valer» (1946d: 174). Antes de 1911, quando ainda não havia a FMUP, trazida pela reforma republicana de 1911, o currículo de um estudante deste curso, como Mendes Correia, incluía 15 cadeiras que se distribuía por cinco anos²². Numa fotografia

²² 1.º Ano (1.^a cadeira – Anatomia Descritiva, 14.^a cadeira – Histologia); 2.º Ano (2.^a cadeira – Fisiologia, 12.^a cadeira – Patologia Geral e Semiologia, 15.^a cadeira – Anatomia Topográfica); 3.º Ano (3.^a cadeira – Matéria Médica, 4.^a cadeira – Patologia Externa, 10.^a cadeira – Anatomia Patológica, Curso Auxiliar – Propedêutica Cirúrgica); 4.º Ano (5.^a cadeira – Medicina Operatória, 7.^a cadeira – Patologia Interna, 13.^a cadeira – Higiene Pública, Curso Auxiliar - Propedêutica Cirúrgica, Curso Auxiliar – Propedêutica Médica, Curso Auxiliar – Doenças Mentais e Nervosas); 5.º Ano (6.^a cadeira – Obstetrícia, 8.^a cadeira – Clínica Médica, 9.^a cadeira – Clínica Cirúrgica, 11.^a cadeira – Medicina Legal, Curso Especial - Doenças Mentais e Nervosas).

tirada no Instituto de Anatomia, por ocasião da reunião do curso de 1911, vemo-lo entre figuras como Hernâni Monteiro²³, Almeida Garrett, Joaquim A. Pires de Lima e Américo Pires de Lima (figura n.º 10). Porém, apesar da sua formação e da proximidade com outros médicos, inclusivamente o pai, que exerceu medicina durante meio século, acabou por se dedicar ao ensino e à investigação de outras matérias.

No ano em que se licencia (1911) inicia a carreira docente²⁴ como segundo-assistente do 2.º Grupo (ciências biológicas), da 3.ª Secção – ciências histórico-naturais²⁵ - da recém-criada FCUP²⁶. Em 1912, na mesma faculdade, iniciou o ensino da antropologia e criou o museu e o laboratório antropológicos que, por Decreto-lei n.º 9344, de 29.12.1923, e portaria de 21.1.1931, foram considerados um instituto de investigação científica (IAUP). O seu interesse pela antropologia vinha dos tempos de estudante, através da psiquiatria e da antropologia criminal. Assim, quando foi criado o subgrupo de antropologia na FCUP, apresentou-se a provas públicas, com a tese *Os Criminosos Portugueses: Estudos de Antropologia Criminal* (1913a), sendo nomeado como 2.º assistente efectivo em 1913. Nesse ano já desempenhava as funções de juiz-adjunto e de médico da Tutoria Central da Infância do Porto. Na FCUP, além de antropologia, lecciona geologia, geografia física, física do globo e paleontologia. A partir de 22.1.1921, o pessoal docente do 2.º grupo da 3.ª secção da FCUP foi distribuído pelas áreas de botânica, zoologia e antropologia. Por essa razão, em 1921 foi nomeado professor ordinário do subgrupo de antropologia da 3.ª Secção. Para essa reformulação terá sido fundamental a «ajuda de Lisboa», através de Augusto Nobre, ligado à UP, mas na altura ministro da Instrução. A 13.7.1921 obtém o doutoramento em ciências histórico-naturais na FCUP (Pina, 1966: 92). Nos finais de 1921 foi secretário do Conselho Escolar da FCUP²⁷. A partir de 1923 foi director do IAUP (figura n.º 11), que mais tarde haveria de chamar-se «Instituto de Antropologia Doutor Mendes Corrêa», por despacho de 16.5.1958 (Monteiro, 1960). Com a reforma de 1926, a 3.ª secção foi dividida em três grupos: 1.º mineralogia e geologia; 2.º botânica; 3.º zoologia e antropologia. Assim, em 1926, apesar

²³ Mendes Correia frequentava o último ano do curso de medicina quando Hernâni Monteiro nele ingressou.

²⁴ Embora Mendes Correia tenha leccionado também na FLUP, entre outros locais (como na ESC), refiro ao longo do texto que foi professor da FCUP, uma vez que foi aí que se tornou catedrático.

²⁵ Com a reforma de 1911 o corpo docente compunha-se de professores divididos por secções. A carreira de Mendes Correia foi sofrendo alterações de acordo com as mudanças de estrutura da FCUP.

²⁶ A FCUP, criada pelo Decreto-lei de 19.4.1911, do ministro do Governo Provisório, António José de Almeida, estava dividida em secções e estas em grupos. A primeira (ciências matemáticas) tinha o 1.º grupo (análise e geometria) e o 2.º grupo (mecânica e astronomia). A segunda (ciências físico-químicas) tinha o 1.º grupo (física) e o 2.º (química). A terceira (ciências histórico-naturais) tinha o 1.º grupo (geológicas) e o 2.º (biológicas). Entre os assistentes estavam Mendes Correia, Américo Pires de Lima e Celestino da Costa Maia (Santos, 2007: 125).

²⁷ http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?P_pagina=1004189 (acedido em 27.6.2010).

de proprietário da cadeira de antropologia²⁸, foi nomeado como professor catedrático do 1.º grupo (mineralogia e geologia) da 3.ª Secção. Entre 1929 e 1935, e como professor catedrático do grupo de mineralogia e geologia, foi director da FCUP. Em 1936 passou a professor catedrático do 3.º grupo (zoologia e antropologia) onde se manteve entre 1936 e 1960. De 1926 a 1958 foi director do Museu e Laboratório de Antropologia e, de 1934 a 1936, director do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico²⁹, sendo responsável pela sua transferência para novas instalações e pela criação das *Publicações do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico* onde publicou (Correia, 1936b).

Esteve também ligado à FLUP. A actual FLUP corresponde à segunda fase de uma instituição que existiu entre 1919 e 1928 e reabriu, após ter sido extinta, no ano lectivo de 1962-1963 em resultado do Decreto-lei n.º 43.864, de 17.8.1961. A criação da antiga FLUP³⁰, por Leonardo Coimbra, ministro da Instrução do governo de Domingos Pereira, envolveu-se de polémicas, nomeadamente com a UC. Além disso, numa universidade marcada pela influência de outras ciências, a presença da FLUP foi encarada com alguma estranheza. Além de Leonardo Coimbra, no corpo docente destacam-se figuras como Mendes Correia, Damião Peres, Augusto Ferreira Nobre, Francisco Manuel Homem Cristo, Aarão Soeiro Moreira de Lacerda³¹ (1890-1947), José Teixeira Rego, Ângelo Ribeiro, Artur de Magalhães Basto³², Francisco Newton de Macedo e Torquato de Sousa Soares. Damião Peres, por exemplo, foi primeiro secretário (1919) e depois director (1926) da FLUP, jubilou-se em Coimbra em 1959 e dirigiu a obra *História de Portugal* (1937, Barcelos), lançando alguns colegas da faculdade como autores, entre os quais Mendes Correia. Enquanto professor contratado do 5.º grupo (ciências geográficas), Mendes Correia lecciona geografia de Portugal, geografia colonial portuguesa, geografia política e económica, geografia geral, etnologia, arqueologia, etnografia e antropogeografia geral³³, desde 1919 até à sua extinção institucional em 1928. Em 1921 foi nomeado professor ordinário da FLUP. A 31.7.1925 foi designado pelo Conselho Escolar da FLUP como professor ordinário de ciências geográficas, sendo Artur de Magalhães Basto³⁴ o assistente interino (Pina, 1966: 107). A 2.12.1925 o Conselho Escolar concedeu-lhe o grau de

²⁸ A 23.3.1927 Mendes Correia comunica que não pode continuar a reger a cadeira de Antropologia, que passa para Pinto de Lima (Pina, 1966: 123). A partir de 1927 Pinto de Lima foi também assistente de Mendes Correia na cadeira de geografia geral da FLUP (Pina, 1966: 124).

²⁹ Nesta altura foi ainda presidente do núcleo portuense da Sociedade de Meteorologia e Geofísica de Portugal.

³⁰ Sobre a primeira fase da FLUP, vide *O Porto e a sua Universidade*, 1925, Porto, Universidade do Porto.

³¹ Filho do zoólogo e médico Aarão Ferreira de Lacerda (1863-1921).

³² Colaborou na obra *História da Cidade do Porto*, por si planeada, publicada em três volumes (de 1962 a 1965).

³³ http://sigarra.up.pt/up/web_base gera pagina?P_pagina=1004189 (acedido em 27.6.2010).

³⁴ A 2.12.1930 o Conselho Escolar da FLUP decidiu que seria Magalhães Basto a substituir Mendes Correia na cadeira de geografia colonial portuguesa durante a sua ausência de 6 meses (Pina, 1966: 132), relacionada como facto de ter sido encarregado de organizar a secção portuguesa da Exposição Colonial de Paris de 1931.

doutor em Letras na área de ciências geográficas³⁵ (figura n.º 12). Fez parte do Conselho Escolar da FLUP a partir de 1919³⁶ e do Conselho de Redacção da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* desde 1920 (Pina, 1966: 143).

A 12.4.1928 ocorreu a extinção da FLUP, quando Alfredo de Magalhães, professor catedrático da FMUP, era ministro da Instrução Pública e reitor da UP. Numa sessão da Assembleia-Geral da UP, a 21.4.1928, Mendes Correia e Aarão de Lacerda, entre outros, insurgiram-se contra o encerramento da FLUP. O primeiro apresentou uma proposta e sugeriu que à moção votada nesse dia pelos elementos da referida assembleia se anexasse uma cópia da acta da reunião do Senado de Dezembro de 1923 da qual constava a posição de Alfredo de Magalhães, a respeito da extinção da FLUP³⁷. Alfredo de Magalhães³⁸ foi o ministro que autorizou e concedeu a verba para a instalação da FLUP e o mesmo que depois veio a extinguir-la (Pina, 1966: 170). Para Mendes Correia, não era concebível que uma universidade não tivesse faculdade de letras. Segundo Luís de Pina, «nunca mais houve uma associação como a *Renascença Portuguesa*³⁹ ou a *Revista Águia*» (1966: 172). Após a extinção da FLUP, Mendes Correia ficou encarregue de cuidar dos destinos do acervo que pertencia à faculdade, incluindo o Museu de Arqueologia Histórica, sendo designado director do mesmo em 1931; porém, «não chegou a tomar posse devido ao encerramento da faculdade» (Anónimo, 2005: 43). É contudo ele, juntamente com Luís Cardim, que faz o levantamento dos espólios que integravam o Museu de Arqueologia Histórica e de Etnologia, e a Galeria de História de Arte da FLUP, e se encarrega da sua transferência para o Museu de Antropologia da FCUP, criado pelo próprio. Com a extinção da FLUP (só reaberta em 1961), o corpo docente começa a dispersar-se e algumas pessoas associaram-se às instituições culturais de outras cidades. Todavia, alguns dos seus membros, e outros universitários, vão publicando artigos em revistas da cidade, embora não científicas, como é o caso do *Boletim Cultural* da CMP, a partir de 1938, e a nova série de *O Tripeiro* (fundada em 1908), que apareceu em 1945 e foi dirigida por Magalhães Basto até à sua morte em 1960.

³⁵ http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?P_pagina=1004189 (acedido em 27.6.2010).

³⁶ Para consultar o sumário das actas das reuniões do Conselho Escolar da FLUP, vide Pina, 1966.

³⁷ *Actas da Assembleia-Geral da Universidade do Porto, 1911-1935*. Porto: Universidade do Porto.

³⁸ Designado pelo regime do Estado Novo para presidente da CMP (de 1933 a 1936), sucedendo-lhe M. Correia.

³⁹ Mendes Correia esteve ligado ao movimento «Renascença Portuguesa», surgido em 1912, dirigido por Teixeira de Pascoais até 1916 e depois por Leonardo Coimbra. Publicou através da Tipografia da Renascença Portuguesa (Correia, 1916a, 1916c, 1919b, 1925j) e colaborou no seu órgão principal – a revista *A Águia* (Correia, 1916d, 1923d, 1924b, 1926f) – fundado por Jaime Cortesão, Teixeira Pascoais, Leonardo Coimbra e Álvaro Pinto, e propriedade do grupo entre 1912 e 1932. A ela estiveram ligados indivíduos com modos de pensar distintos, mas que reuniam um ideal nacionalista comum. António Sérgio (opositor ao lusitanismo tradicionalista de Pascoais), Jaime Cortesão e Raul Proença afastaram-se do grupo e fundaram a *Seara Nova* (1921), onde Mendes Correia colaborou (Correia, 1932c). Depois de 25.4.1974 iniciou-se o movimento «Nova Renascença», surgindo em 1980 o 1.º n.º da revista. Sobre a lista dos sócios, vide Samuel, 1990.

Paralelamente foi desenvolvendo outras actividades: fundou em 1918, juntamente com Luís de Freitas Viegas, Aarão Ferreira de Lacerda (pai) e José da Rocha Ferreira, a SPAE, da qual foi presidente após o falecimento de Luís Viegas; elaborou um programa de antropologia criminal e de regeneração social durante a I República, nos anos 10 e 20 do século XX; foi juiz adjunto e emitiu pareceres na Tutoria Central da Infância do Porto; desenvolveu um programa colonial, essencialmente nas décadas de 30 e de 40, que estimulou o ensino e a investigação científica e promoveu o envio de missões antropológicas às colónias; foi vogal da Junta Nacional de Escavações e Antiguidades⁴⁰ e da Junta de Educação Nacional⁴¹ (subsecção de arqueologia) e participou em comissões encarregadas de estudar a reforma do ensino universitário (figura n.º 13); foi membro da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, desde 1922, e presidiu a direcção do Grupo de Estudos Brasileiros da cidade⁴²; foi vice-presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências; pertenceu ao Comité Central do Grupo Português de História das Ciências, da Académie International d’Histoire des Sciences, e integrou o seu periódico (*Petrus Nonius*), influenciado, embora indirectamente, pela *Archeion* (Martins, 2011: 40); foi escolhido, com outros colegas, para representar a UP na comissão de avaliação das condições da adesão portuguesa ao Conseil International de Recherches (Paris) criado no contexto da Sociedade das Nações; esteve ligado ao CEEP (de 1945 a 1956), primeiro como vogal da direcção e depois como presidente; foi presidente da comissão para a divisão provincial do país; presidente da Comissão Nacional de Estatística Demográfica-Sanitária (1955); membro do conselho orientador do Centro de Estudos Demográficos do INE; teve um papel importante na organização do XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica e da IV Sessão Internacional de Antropologia (1930) no Porto; foi o sucessor de Francisco Gomes Teixeira (1851-1933) na direcção dos *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*⁴³ entre 1933 e 1960; foi responsável pela secção portuguesa da Exposição Colonial de Paris (1931); teve um papel de destaque no I Congresso Nacional de Antropologia Colonial no Porto (1934), nas Comemorações Centenárias e na organização dos Congressos do Mundo Português (1940); foi um dos fundadores da Academia Portuguesa de História (1936); foi presidente da CMP, de 1936 a 1942, exercendo nesse período o cargo de procurador da CC, em representação da administração local; foi eleito deputado da AN, nas IV, V e VI

⁴⁰ Existiu entre 1933 e 1936.

⁴¹ Existiu entre 1929 e 1936. Em 1936 foi integrada na Junta Nacional de Educação e transformada em IAC.

⁴² *Comércio do Porto*, 7.1.1960.

⁴³ Os *Anais* eram também do Instituto de Investigação Científica de Antropologia.

legislaturas do Estado Novo⁴⁴, de 1945 a 1957; em 1946, após a reorganização da JMGIC (depois JMGIU), foi eleito presidente da mesma e dirigiu a secção antropológica; foi também membro do Conselho Ultramarino; a 16.10.1946 foi nomeado director da ESC, acumulando o cargo de direcção com o de professor nessa escola (mais tarde designada por ISEU) entre 1949 e 1958; foi delegado português na Comissão Permanente de Cartografia dos territórios africanos; foi presidente da SGL de 1951 até ao fim da vida. Atingiu o limite de idade a 4.4.1958 (aos 70 anos⁴⁵) mas só se aposentou a 24.7.1958⁴⁶. No ano em que se jubilou, pertencia ainda ao Conselho Ultramarino (antigo Conselho do Império) e à JIU, de que foi presidente entre 1954 e 1958. À data do seu falecimento era também, além de membro efectivo da ACL, o presidente da sua Classe de Ciências desde o dia 3.12.1959. Foi ainda um dos directores e compiladores da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

Mas foi a sua ligação à universidade, como professor e investigador, que lhe permitiu fundar a Escola de Antropológica Portuense (figura n.º 14), como a designou num texto (Correia, 1941a), e possibilitou a existência de condições para o ensino e a investigação nesta área (com a criação dos já referidos IAUP e do museu). Segundo Mendes Correia, depois de 1911 tanto nos estudos de medicina (na anatomia, fisiologia, psiquiatria e medicina legal), como nas disciplinas de zoologia, paleontologia e geologia da antiga Academia Politécnica, faziam já parte dos programas matérias abrangidas pela antropologia (1941a: 5). Desde o início, tentou criar na FCUP as disciplinas de pré-história, etnografia e antropologia criminal e procurou elevar o estatuto universitário da antropologia ao reclamar a autonomização do ensino desta disciplina nos cursos de medicina, pretendendo igualar a sua importância às disciplinas de anatomia e fisiologia, que considerava fundamentais nos currículos do ensino médico moderno (Correia, 1922a; Correia, 1925a). Para Mendes Correia, não se compreendia que o médico ignorasse «em muitos dos seus aspectos, a história natural do homem» (1919e: 78). A este empreendimento, junta-se o seu esforço de internacionalização, na medida em que são diversos os artigos que publicou em francês, inglês e italiano, entre outros, tratando-se de um dos autores portugueses da época mais conhecidos no estrangeiro. Porém, procurou divulgar não só o seu trabalho, mas também o dos seus colaboradores e discípulos. Das suas viagens destaque: as que realizou ao Brasil (1934 e 1937), visitando o Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro e tendo a oportunidade de conhecer pessoalmente Gilberto Freyre; e a sua participação numa missão científica à Guiné Portuguesa em 1945-1946,

⁴⁴ O período do regime do Estado Novo (1933-1974) foi contemporâneo de ditaduras, como a da Itália (Mussolini, 1922-1945), a da Alemanha (Terceiro Reich, 1933-1945) e a da França (Vichy, 1940-1944).

⁴⁵ Idade limite para o exercício de funções públicas.

⁴⁶ http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?P_pagina=1004189

acompanhado pelo seu assistente Amílcar de Magalhães Mateus, para preparar uma missão antropológica. Nessa altura passou pelo Senegal, antes de ir para a Guiné, e realizou vários contactos. Na Guiné visitou o IFAN – Institut Français de l’Afrique Noire (IFAN)⁴⁷, onde se encontrou com vários professores e investigadores, como Théodore Monod (1902-2000), e se mobilizou no sentido de continuar a estabelecer contactos e permutar trabalhos com estudiosos, seus contemporâneos⁴⁸. A viagem de 1953 no âmbito da missão antropológica a Timor foi importante, tendo-lhe permitido contactar com a sua população (Correia, 1955).

Mendes Correia manteve uma amizade com: António Nascimento Leitão, ligado a Aveiro, formado em medicina no Porto e médico no ultramar, a quem escreveu o prefácio de um livro (Correia, 1944 c); Leite de Vasconcelos, que classifica como um «erudito» (Correia, 1946b: 16) e cuja amizade era recíproca⁴⁹; Guerra Junqueiro⁵⁰ com quem passeava e conversava várias vezes no Porto; e João Grave e Rodrigo Solano (Correia, 1946b: 45).

3. Congressos, reuniões científicas, agremiações e distinções

Mendes Correia participou em congressos e reuniões científicas⁵¹ realizados no Porto (1921, 1928, 1930, 1934, 1940), em Lisboa (1935, 1940, 1941, 1945 e 1949), Coimbra (1930 e 1942), Bissau (1947), S. Tomé (1956), Madrid (1919 e 1946), Roma (1926), Amesterdão (1927), Paris, Toulouse, Grenoble, Lyon, Lille e Berlim (1931), Bruxelas (1931 e 1949), Rio de Janeiro (1934), S. Paulo (1937), Barcelona e Nice (1941), Washington (1950), S. Sebastian (1950), Madrid (1954), Bissau (1946), Luanda, Nairobi, Dacar, Bucavu, Tananarive e Yangambi (Rolo, 2004: 435). Entre eles estão: Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1921; Coimbra, 1942; S. Sebastian, 1950); Internacional de Antropologia de 1930 (Coimbra e Porto); Nacional de Antropologia Colonial em 1934 (Porto); de Pré-História e Proto-História e CNCP dos Congressos do Mundo Português em 1940 (Porto); Internacional de Antropologia e Pré-História (Amsterdão, 1927; Paris, 1931; Bruxelas, 1949; Madrid, 1954); Brasileiro de Identificação em 1934 (Rio de Janeiro); Internacional de Americanistas em 1926 (Roma); Luso-Brasileiro de 1940 (Lisboa); Colonial de 1940 (Lisboa); Internacional

⁴⁷ Designação inicial, alterada em 1966 para Institut Fondamental de l’Afrique Noire.

⁴⁸ *Diário de campo de Mendes Correia sobre a viagem à Guiné* (1945-1946).

⁴⁹ Referiu-se a Mendes Correia como «amigo e colega» (1928: 19). Mendes Correia visitou-o várias vezes na casa de Campolide. Numa das ocasiões, ambos falaram da etnografia da região em que Mendes Correia esteve. Leite de Vasconcelos fez vários verbetes com as informações de Mendes Correia e distribuiu-os «pelas numerosas caixas do seu ficheiro» (Correia, 1946b: 16). Leite de Vasconcelos foi taxativo: «- Ninguém na Europa tem reunido mais materiais do que eu!» (*idem, ibidem*).

⁵⁰ Sogro do almirante Sarmiento Rodrigues, que frequentou a ESC e veio a ser ministro do ultramar. A Casa-Museu Guerra Junqueiro foi instalada em 1941 quando Mendes Correia era presidente da CMP.

⁵¹ A sua eloquência e projecção de voz nas aulas e nas conferências, assim como a sua proporção corporal fizeram com que fosse comumente apelidado de «Leão da Metro-Goldwyn-Mayer» ou «Leão da Metro».

de Zoologia em 1935 (Lisboa); Nacional de Ciências Naturais (Lisboa, 1941); Internacional de Geografia em 1931 (Paris); Nacional de Medicina em 1928 (Porto); Associação dos Anatômicos em 1945 (Lisboa); Descobrimento da Guiné em 1946 (Lisboa); Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros em 1950 (Washington); Reuniões do Conselho Científico da África do Sul, do Sara, em Nairobi, Dakar, Tananarive, Luanda e Yangambi; Conferências Internacionais dos Africanistas Ocidentais (Bissau, 1947; S. Tomé, 1956). Pertenceu, como delegado, ao Conselho Científico da África ao Sul do Sara, desde a sua constituição, e participou em quase todas as suas reuniões anuais, em Dakar, Bissau, Nairobi, Tananarive, Bucavu⁵², Iangambi, Luanda, entre outras. Foi membro do comité permanente das Conferências Internacionais dos Africanistas Ocidentais e, em 1947, presidiu a uma edição dessas conferências realizada em S. Tomé (Anónimo, 1960 a: 115; *Diário de Notícias*, 7.1.1960). Participou ainda na Primeira Conferência Científica Regional Africana, a convite do governo da União Sul-Africana (Monod⁵³, 1950), em Joanesburgo (17 a 28.10.1949).

Esteve ligado a várias sociedades científicas: sócio honorário do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (desde 1937) e do Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland (desde 1956); sócio de honra da Sociedade Cervantina de Madrid; sócio da Sociedade de Antropologia e da Sociedade dos Africanistas, ambas de Paris. Foi membro de: Academia das Ciências e Belas-Artes de Toulouse; ACL (correspondente desde 4.4.1918 [figura n.º 15] e efectivo desde 16.6.1938, sendo mais tarde presidente da respectiva classe de ciências, embora por falecimento não chegue a exercer o cargo); da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro (honorário); Academia Pontifícia de Ciências⁵⁴ (Nuovi Lincei) (titular, correspondente desde 1924); Academia Portuguesa de História⁵⁵ (efectivo); Associação dos Arqueólogos Portugueses (honorário, correspondente titular desde 1925 e correspondente desde 1928⁵⁶); Associação para o Estudo das Ciências Antropológicas (Paris); Instituto Arqueológico Alemão em Berlim (sócio ordinário desde 1953); Instituto de Coimbra; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro (correspondente desde 1937); Instituto Internacional Africano (Londres); Instituto Internacional das Civilizações Diferentes – INCIDI – (Bruxelas); Liga Brasileira de Higiene Mental (Honorário); Real Academia Galega; SGL (sócio ordinário desde 1934); Sociedade Brasileira de Medicina e

⁵² A esta conferência foi acompanhado pelo então jovem, e já professor na ESC, Adriano Moreira.

⁵³ Théodore Monod era doutor em ciências (naturalista) e foi o primeiro director do IFAN até 1965.

⁵⁴ Em 1922 o Papa Pio XI deu-lhe uma instalação na «Casina de Pio IV» (Vaticano). Ocupou a cadeira n.º 43 da sala mais solene a 26.10.1936. A 25.11.1940 passou a ter, por Direito Pontifício, o «tratamento de “excelência”, concedido pelo Papa Pio XII», equiparando-se aos sócios da Real Academia da Itália (Castro, 1964: 18-19).

⁵⁵ Foi designado um dos seus membros fundadores a 22.12.1937, transitando directamente para académico de número, sendo-lhe atribuída a cadeira n.º 10, a 19.3.1945 (Cardoso, 1999: 139).

⁵⁶ *Professor Mendes Corrêa. 1888-1988. 1.º Centenário do seu nascimento*. Porto: FCUP. 21-23.4.1988.

Cirurgia Legal (São Paulo); Sociedade Científica de Málaga; Sociedades de Antropologia de Barcelona, Florença, Paris, Roma, e Viena; Sociedade de Criminologia e Medicina Legal (São Paulo); Sociedade dos Antiquários de Londres (sócio honorário, membro efectivo desde 1933); Sociedade Espanhola de Antropologia, Etnologia e Pré-História (sócio honorário); Sociedade Martins Sarmento em Guimarães (sócio honorário, correspondente desde 1932). Possuía o título de Doutor Honoris Causa das Universidades de Lyon (1931), de Montpellier (1941, figura n.º 16) e de Witwatersrand (Joanesburgo, 1949) e o título de Excelência concedido pela Academia Pontifícia das Ciências Novi Lyncaei (Roma, 1940)⁵⁷.

O seu falecimento foi noticiado em jornais nacionais, como o *Primeiro de Janeiro*, ou locais, como *Comércio do Porto* ou *O Ilhavense*. A edição n.º 13 de *Livros de Portugal*, de Janeiro de 1960, incluiu uma fotografia sua na capa (figura n.º 19). Tais notícias dão conta das numerosas individualidades, muitas das quais em representação de institutos e organismos científicos e culturais, nacionais e estrangeiros, ligadas à universidade, mas também à política, que assistiram às cerimónias fúnebres, em casa, na SGL e no Porto.

4. Homenagens durante a sua vida e posteriores ao seu falecimento

Algumas das homenagens recebidas em vida têm o testemunho publicado (Júnior, 1934; Anónimo, 1951; AAVV, 1957; Anónimo, 1957; Gonçalves, 1957; Monteiro, 1959; Serrão, 1959; AAVV, 1959). A 16.4.1951 foi realizada uma homenagem no Museu de Antropologia da UP. Na ocasião reuniram-se sócios da SPAE, o reitor da UP (membro da SPAE), o vice-reitor da UP, os directores das FCUP e FMUP e o director do Centro Universitário do Porto da Mocidade Portuguesa. A reunião teve como objectivo fazer a entrega pública do busto em gesso de Mendes Correia (figura n.º 20), feito pelo escultor Pinto do Couto, ao IAUP. No dia 4.4.1957 ocorreu uma homenagem na SGL⁵⁸, incluindo sessão solene, exposição biobibliográfica, oferta do busto de Mendes Correia em bronze (figura n.º

⁵⁷ Foi também agraciado com as condecorações: Cavaleiro da Ordem Civil de Afonso XII (Madrid, 1921); Colar da Academia Pontifícia de Ciências Novi Lyncaei (Roma, 1924; figura n.º 17); Comendador da Ordem da Corôa da Bélgica (Bruxelas, 1931); Oficial da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (Rio de Janeiro, 1937); Comendador da Ordem da Corôa de Itália (Roma, 1939); Benemerência, com medalha de ouro, da Sociedade Nacional Dante Alighieri (Roma, 1940); Oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra (Paris, 1941); Comendador da Ordem de Afonso X, o Sábio (Madrid, 1945); Medalha de vermeil da Liga Francesa de Entreatada Social e Filantrópica (Paris, 1955) e Grande Oficialato da Ordem de Instrução Pública (França). Recebeu também a Honra da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (Petrópolis, 1937). No contexto nacional recebeu as distinções de Grande-Oficial da Ordem da Instrução Pública (Lisboa, 1931); Grande-Oficial da Ordem Militar de Cristo (Lisboa, 1937; figura n.º 18); Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública (Lisboa, 1941); Grande-Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada (Lisboa, 1957); Grande Oficial da Ordem do Império (Lisboa, 1958); Comenda dos Bombeiros Voluntários Portuenses (Porto) e foi honrado pela Cruz Vermelha Portuguesa.

⁵⁸ Anónimo, 1957; AAVV, 1957.

21), um banquete para mais de 250 individualidades e uma mensagem⁵⁹. Estiveram presentes, entre outros, Ruy Ulrich, o Conselheiro Afonso de Melo, Ezequiel de Campos, Sarmento Rodrigues, Sá Carneiro, Carrington da Costa⁶⁰, Almeida Garrett, Joaquim Fontes (presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses), o embaixador do Brasil, Álvaro Lins, cientistas franceses e belgas, com os quais Mendes Correia trabalhou em África e missionários de África. O pretexto para o evento foi o facto de ter recebido o título de Sócio Honorário de «um dos mais categorizados areópagos do Mundo – o “Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland”»⁶¹. Durante a homenagem, à qual assistiram mais de 600 pessoas, Mendes Correia recebeu vários telegramas, cartas e cartões⁶². Depois de ter atingido o limite de idade para o serviço docente do ensino oficial foi publicado um volume jubilar dos *TAE* (volume XVII, 1959), uma homenagem promovida por uma comissão presidida por Amândio Tavares, então reitor da UP. Nesse volume colaboraram mais de 50 especialistas portugueses e estrangeiros de antropologia, etnografia e arqueologia⁶³.

Após o seu falecimento, outras publicações o homenagearam (Monteiro, 1960; Ribeiro, 1963; Castro, 1964; Teixeira, 1964). Em 1963 a CMP atribuiu o seu nome a uma das ruas: «Rua do Professor Mendes Correia (1888-1960) – Antropólogo e Arqueólogo», situada na freguesia de Paranhos. A 25.1.1964 foi-lhe feito um elogio, publicado posteriormente⁶⁴, na Academia Portuguesa de História, numa sessão presidida por Possidónio Mateus Laranjo Coelho e secretariada por Damião Peres. Em 1988⁶⁵, por ocasião do centenário do seu nascimento, foi realizada uma homenagem que incluiu uma publicação⁶⁶ e uma exposição, com alguns dos seus livros e pertences, no edifício antigo da FCUP, onde hoje funciona a

⁵⁹ Entregue por R. Ulrich, em pergaminho, assinada por centenas de amigos e admiradores, dentro de uma pasta.

⁶⁰ Presidia à Comissão Executiva da JMGIU; sucedeu Mendes Correia na regência da cátedra de geologia.

⁶¹ *Separata do Boletim da SGL*, 1957, n.º 4-6: 125.

⁶² De: ministro da Presidência, ministros da Marinha, Negócios Estrangeiros e Ultramar; Júlio Dantas; Caeiro da Mata; Cordeiro Ramos; Pedro Calmon Maximino Correia, Amândio Tavares, Mosés Amzalak (reitores das Universidades do Brasil, de Coimbra, Porto e Técnica de Lisboa); embaixadores do Brasil, Inglaterra, França, Bélgica, União Sul-Africana; governadores-gerais de Angola e da Guiné e antigos governadores ultramarinos. E de: Henri Breuil; Enriço Erulli, Presidente do Instituto Italiano de Antropologia; Sauter, Presidente do Instituto de Antropologia de Genebra; Frh. Von Eickstedt, do Instituto de Investigações Antropológicas da Universidade de Mainz (Alemanha); Norbert Laude, da Real Academia das Ciências Coloniais e Director do Instituto Universitário dos Territórios do Ultramar, da Bélgica; Renato Biasutti, da Academia Nacional de Lincei, de Roma; José Maria Cordero Torres, da Sociedade de Estudos Internacionais e Coloniais, de Madrid; Herskovits, da Northwestern University, de Illinois; Raymond Furon, do Museu Nacional de História Natural, de Paris; Frans Olbrechts, Director do Museu Real do Congo Belga; Emory Ross e Daryll Forde, do Instituto Internacional Africano de Londres; J. Vanhove, do Instituto Internacional das Civilizações Diferentes; Governador-Geral Oswald Durand, Secretário Perpétuo da Academia das Ciências Coloniais de Paris; e Émile Verleyen, do Instituto Universitário dos Territórios do Ultramar, da Bélgica (AAVV, 1957; Anónimo, 1957).

⁶³ Nele participaram arqueólogos como H. Breuil, F. Bouza-Brey, J. Maluquer de Motes, J. M. Blázquez, P. Bosh Gimpera, J. Desmond Clark, A. Garcia y Bellido, J. Roche e R. Dart.

⁶⁴ *Elogio do Professor Doutor António Mendes Correia*, Lisboa, Academia Portuguesa de História; Castro, 1964.

⁶⁵ Machado Cruz era director do Museu de História Natural. Huet Bacelar colaborou na produção.

⁶⁶ *Professor Mendes Corrêa. 1888-1988. 1.º Centenário do seu nascimento*. Porto: FCUP. 21-23.4.1988.

reitoria da UP. A sua biografia faz parte do *Dicionário de Educadores Portugueses* (Roque, 2003), coordenado por António Nóvoa e Filomena Bandeira (2003) e do *Dicionário Biográfico Parlamentar* (Rolo, 2004), dirigido por Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, com a colaboração de Nuno Estêvão Ferreira. Numa edição da revista *Al-Madan* (1999), foi lembrado em artigos sobre o percurso da arqueologia em Portugal⁶⁷, a partir dos quais podemos perceber com quem colaborou na produção de trabalhos, ou na promoção de eventos, no âmbito da investigação e divulgação do conhecimento arqueológico e com quem se confrontou, ou entrou em dissidência, a propósito da defesa de algumas teorias e ideias, principalmente com Manuel Heleno, arqueólogo e discípulo de Leite de Vasconcelos, mas também com José Coelho, Henri Vallois ou Damião Peres.

Em 2005 foi homenageado no ciclo de exposições «Aventureiros, Naturalistas e Coleccionadores», uma iniciativa da Universidade Júnior, coordenada pela Reitoria da UP e por Paulo Gusmão Guedes, que decorreu no Jardim Botânico da FCUP, entre 18.10.2005 e 30.11.2005. A organização teve o apoio do Centro de Estudos Africanos da UP e beneficiou da existência do espólio do Museu de História Natural da FCUP⁶⁸. Esta iniciativa foi dirigida aos estudantes do ensino básico e secundário. Cada uma das exposições do ciclo foi dedicada a uma colecção, um evento e uma personagem⁶⁹. A primeira (figura n.º 22) foi dedicada à etnologia e à arqueologia, assim como à figura de Mendes Correia. Em exibição estiveram vitrinas com objectos, excertos de textos e fotografias (figura n.º 23). As peças seleccionadas, provenientes de várias regiões do globo (Europa, África, Ásia, América do Sul e Oceânia), faziam parte de colecções do antigo IAUP. A exposição incluía também um painel com fotografias de frente e perfil de autóctones das então colónias (figura n.º 24). O visitante era como que convidado - a partir do seu olhar desprotegido e distanciado e baseado na sua experiência sensitiva - a encontrar uma ordem para o aparente caos ali existente: mulheres e homens, provenientes de distintos territórios, com diferentes penteados, adereços e tatuagens, com mais ou menos roupa, mas ali misturados como se fizessem parte do mesmo conjunto.

Em 2007, quando visitei o Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, que possui a maior e mais diversificada biblioteca de autores portugueses fora de Portugal, celebravam-se os 170 anos da sua edificação (figura n.º 25) - cuja fundação remonta a

⁶⁷ A primeira associação arqueológica nacional - Sociedade Arqueológica Lusitana - data de 1849. A ela se associaram nomes como Almeida Garrett, Feliciano Castilho e Alexandre Herculano. Só em 1933 é fundado o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnologia, que publicava a revista *Ethnos*.

⁶⁸ Reitoria da Universidade do Porto (coord.). 2005.

⁶⁹ Decorreram no Jardim Botânico da UP as exposições: 1. Etnologia e Arqueologia, Mendes Correia (Outubro-Dezembro de 2005); 2. Medicina, Luís de Pina (Fevereiro-Março de 2006); e 3. Botânica, Gonçalo Sampaio (Junho-Setembro de 2006). A homenagem a Augusto Nobre realizou-se entre o final de 2006 e Janeiro de 2007.

14.5.1837⁷⁰ - com uma exposição de fotografias, surgindo Mendes Correia em algumas delas, junto de figuras de relevo da sociedade brasileira da época. Uma das fotografias tinha sido tirada por ocasião do centenário de fundação do gabinete (1937), que coincide com a data de uma das viagens feitas por Mendes Correia ao Brasil. Durante essa visita⁷¹, averigui a existência dos seus trabalhos em alguns locais. No Gabinete Português de Leitura⁷² em Salvador da Bahia encontrei apenas a segunda edição de *Raízes de Portugal*⁷³ (1944b). O local em que encontrei mais textos foi na Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio Janeiro (*vide* Anexo I), e sobretudo na sede do Gabinete Português de Leitura, na mesma cidade, onde encontrei mais de nove dezenas de textos (*vide* Anexo II). A título de comparação, podemos referir que nestas bibliotecas a presença de trabalhos de Eusébio Tamagnini, antropólogo contemporâneo que liderava a escola antropológica de Coimbra, é muito inferior ou mesmo inexistente. Por exemplo, na Biblioteca Nacional do Brasil não encontrei quaisquer referências aos seus trabalhos, nem pela pesquisa geral, nem no catálogo antigo, e no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, encontrei apenas três textos (*vide* Anexo III). Esta quase ausência ilustra o facto de Eusébio Tamagnini não ter tido a mesma importância social, académica e internacional que Mendes Correia.

Recentemente, foi homenageado por ocasião do cinquentenário da sua morte em dois eventos, nos quais participei com apresentação de comunicação: a) o «1.º Seminário de História do Património e da Ciência – A. A. E. Mendes Corrêa (1888-1960) entre a ciência, a docência e a política»⁷⁴, organizado pela Secção de História do Património e da Ciência da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em colaboração com o Curso de História e o Núcleo Lusófono da História, da Universidade Lusófona, a 9.12.2010, tendo dele resultado a publicação de um livro (Martins, 2011); b) a conferência transdisciplinar «A Universidade e a Ciência, A Cidade e a Nação»⁷⁵, organizada pelo Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, com a colaboração da FCUP e o apoio da CMP, a 6.1.2011. Foi lembrado ainda numa sessão de homenagem, que também contemplou António de Almeida⁷⁶

⁷⁰ Brochura comemorativa dos 170 anos do gabinete.

⁷¹ Pesquisa realizada durante o mês de Agosto de 2007.

⁷² Os portugueses criaram vários «gabinetes de leitura»: Rio de Janeiro (1837), Recife (1850) e Salvador (1863).

⁷³ Trata-se de uma obra relevante do ponto de vista das interpretações da formação da nação portuguesa. Talvez, por isso, estivesse presente em bibliotecas que institucionalizam uma presença nacional portuguesa no Brasil.

⁷⁴ Além de mim, participaram: Teresa Salomé Alves da Mota (UL), Catarina Casanova (ISCSP), João Luís Cardoso (Universidade Aberta), Ana Cristina Martins (IICT e Universidade Lusófona) e Pereira Neto (ISCSP).

⁷⁵ Participaram também: Huet Bacelar; João Luís Cardoso; Armando Coelho e Sérgio Gomes (FLUP); Fernando Sousa (FLUP e Universidade Lusófona do Porto), Maria José Cunha (FCUP) e Fernando Noronha (FCUP).

⁷⁶ Licenciou-se em medicina. Foi professor no ISCSPU, onde deu etnologia de ultramar português, e foi responsável pelo curso complementar de ciências antropológicas e etnológicas. No trabalho de campo em Angola contou com o apoio de Carlos Estermann. Realizou estudos entre os bosquímanos com a sua filha.

(secretário perpétuo da SGL) e a sua filha Maria Emília de Castro e Almeida (presidente e vogal das secções de Antropologia e de Etnografia da SGL), realizada a 15.10.2011 na SGL.

Em conclusão

Mendes Correia nasceu numa família privilegiada do Porto, o que à partida lhe deu bases para construir o percurso da sua vida. Foi o mais velho de quatro irmãos e o único a estudar medicina. A sua família viveu essencialmente ligada ao Porto e, apesar de não ter tido filhos, foi chegado aos sobrinhos com quem manteve uma relação próxima. Foi no liceu que se começou a formar o seu pensamento e surgiram os primeiros interesses pelas ciências e pela história, simultaneamente. Em 1911 concluiu o curso de medicina. No entanto, e apesar de o seu pai ter sido médico, decidiu dedicar-se a outras áreas. A sua vida dividiu-se principalmente entre duas cidades – a do Porto, numa primeira fase, e a de Lisboa, na segunda fase. Porém, e apesar de na segunda fase ter casado e vivido em Lisboa, foi sempre considerado um «homem do Porto». Da sua biografia destacam-se as actividades ligadas ao ensino e à investigação, mas também à divulgação cultural e as funções políticas. A nível local, destaca-se o facto de ter sido presidente da CMP (1936-1942), e a nível nacional, o seu papel enquanto deputado à AN (1945-1957) e presidente da SGL (desde 1951). Mas foi, sobretudo, o fundador e o mentor da Escola de Antropologia do Porto, promovendo a implantação e o desenvolvimento da antropologia em Portugal. Apesar da importância que teve no passado, o seu nome caiu quase no esquecimento. Todavia, foi homenageado ainda em vida e o seu nome continua a ser lembrado, embora em ocasiões esporádicas. Nos eventos realizados no cinquentenário da sua morte (em 2010 e 2011) foi associado por cada um dos intervenientes a uma área específica e não a várias, como aconteceu nas homenagens que lhe foram feitas ainda em vida. Esta nova tendência, de associar o seu nome a uma área científica, ou à política, e não a diversas actividades, poderá despertar um motivo de reflexão futura. Todavia, além do que as comunicações, relatos e descrições destas homenagens nos possam dizer, é importante analisar a sua produção científica e o seu legado.

CAPÍTULO 2

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA EM PORTUGAL: O CASO DA ESCOLA DE ANTROPOLOGIA DO PORTO

Este capítulo debruçar-se-á sobre a história e o contexto em que surgiu a Escola de Antropologia do Porto, ou seja, a época que precede Mendes Correia e o aparecimento dos estudos antropológicos no Porto e, posteriormente, a fase de institucionalização e de desenvolvimento da escola. Em Portugal o processo de afirmação e institucionalização da antropologia – entendida nas suas dimensões biológica e sociocultural – deve ser considerado a partir de um estudo compreensivo da acção e da produção científica de alguns dos seus actores mais influentes. Além disso, esta consolidação institucional insere-se num processo alargado do desenvolvimento de organizações científicas e de disciplinas que emergiram, ou cujo estudo se expandiu, nos finais do século XIX, como a geologia, a arqueologia, as ciências naturais e a medicina, por um lado, e a filologia, a história, a etnologia e a etnografia, por outro. Tal processo esteve vinculado a factores de natureza política e ideológica. Entre estes merecem destaque as preocupações relativas à construção e consolidação do império colonial e as respeitantes ao conhecimento das origens, identidade étnica e práticas culturais do povo português. As primeiras diligências para criar uma cadeira de antropologia surgiram em Coimbra, pela mão de Bernardino Machado. Mas é no Porto que vem a ser criada a SPAE, uma sociedade única no país, embora similar a outras no estrangeiro, que permitiu estimular e desenvolver os estudos antropológicos; está relacionada com a Escola de Antropologia do Porto e manteve ao longo de várias décadas relações com cientistas nacionais e estrangeiros, promovendo a permuta de trabalhos e o debate de ideias. Mendes Correia, docente tanto na FCUP como na FLUP, foi um dos fundadores dessa sociedade e um dos seus principais mentores. É devido à fundação da SPAE que se começa a reunir um espólio considerável de livros e de revistas científicas de vários países do mundo, em especial da Europa, da América do Norte, Central e do Sul e da Rússia. Como refere João de Pina-Cabral (1991), melhor do que tentar definir a antropologia é identificar os «contextos» que a situam. O que irei fazer de seguida é também apresentar o contexto (histórico e sociológico) em que a antropologia portuguesa se situa e, em especial, a SPAE e a referida escola.

Começarei por apresentar alguns dos percursos do pensamento antropológico e da institucionalização da antropologia, em geral, abordando o período iluminista e o período «moderno». Em seguida assinalarei alguns movimentos nos quais foram feitas formulações acerca da nação e da pátria, como o romantismo, o nacionalismo e o positivismo. Analisarei

também a repartição entre o estudo dos factos naturais e o dos factos sociais. Haverá ainda lugar para nomear algumas das sociedades científicas e institutos, que surgiram paralelamente a escolas antropológicas. Numa segunda parte abordarei o contexto em que surgiu a Escola de Antropologia do Porto, na universidade portuguesa, já que tal será fundamental para perceber algumas das opções tomadas. O capítulo constituiu assim uma reflexão sobre os contextos em que surgiu a disciplina e se processou a escolha dos seus objectos.

1. Percursos do pensamento antropológico e da institucionalização da antropologia

A antropologia é o estudo do homem nas suas variadas vertentes – biológica, social e cultural - e pode dividir-se em campos de especialização tendo em conta os aspectos que privilegia: antropologia física ou biológica, antropologia social (organização social, parentesco e instituições sociais) e antropologia cultural (religião, sistemas simbólicos, práticas). Segundo o antropólogo Marvin Harris, o período que vai desde a publicação da obra de John Locke, *An essay concerning human understanding* (1690), que trata de forma sistemática as questões da origem e essência do conhecimento humano, até à Revolução Francesa, de aproximadamente cem anos, coincide com o Iluminismo durante o qual se começou a desenvolver a teoria antropológica (2001 [1968]: 8). É sobretudo nessa época, que coincide aproximadamente com o século XVIII, que a antropologia toma um cariz científico. Entre os fenómenos que permitiram este avanço podemos referir o facto de a burguesia se tentar libertar do poder da Igreja e da nobreza e, por outro lado, procurar que tal poder fosse substituído por uma democracia. Certas crenças religiosas passaram a ser denunciadas como superstições e proliferou a ideia de que a sociedade devia ser governada pela razão. Como acréscimo, difundiu-se a máxima de que só os avanços tecnológicos poderiam permitir o progresso, a indústria e a ciência. São vários os autores que referenciam este período como central para a emergência da antropologia. Durkheim (1858-1917) incluiu Montesquieu (1689-1755) entre os seus antepassados académicos; Claude Lévi-Strauss adoptou ideias de Rousseau (e de Chateaubriand); Radcliffe-Brown e Evans-Pritchard reconheceram os filósofos do Iluminismo escocês como os seus antecessores intelectuais; Franz Boas inspirou-se em Johann Gottfried von Herder; e Edmund Leach, mais recentemente, reclamou Giambattista Vico como o pai fundador da antropologia social e cultural.

O estudo da história universal foi também importante no Iluminismo alemão. Aqui surgiu uma nova área de estudo: o *Völkerkunde*, ou a ciência dos «outros» (estudo de culturas ditas «primitivas» não europeias), em contraste com o *Volkskunde*, ou a ciência do povo (estudo das tradições populares ou *folk* de um país). A partir dos anos 60 e 70 do século XVIII

vários autores nos países de língua alemã e na Rússia formularam, classificaram e praticaram uma disciplina chamada *Ethnographia* (1767) ou *Ethnographie* (1771)¹. E nos anos 70 do mesmo século, o *Völkerkunde* (etnografia e etnologia) cresceu dentro de uma disciplina que se desenvolveu em relação à história, geografia, história natural, antropologia, língua e estatística. Os académicos na Alemanha, Suíça, Rússia, Bohemia (actual República Checa), Austro-Hungria, Holanda e França rapidamente adoptaram o novo vocabulário disciplinar durante as últimas décadas desse século, e os dos EUA e da Inglaterra depressa os seguiram.

Ao mesmo tempo, o estudo físico da humanidade foi desenvolvido pelo francês conde de Buffon (1707-1788), pelo anatomista holandês Pieter Camper (1722-89), pelo escocês Lord Monbodo (James Burnett) (1714-1799), pelo cirurgião escocês John Hunter (1728-1793), pelo alemão Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), pelo alemão Samuel Thomas von Soemmerring (1755-1830) e pelo anatomista francês Georges Cuvier (1769-1832), entre outros. Por outro lado, é a Lineu (1707-78), naturalista que mais se destacou no século XVIII, que se deve uma das mais antigas classificações da humanidade em termos de «raças». Lineu, e outros biólogos seus contemporâneos, defenderam que as espécies eram unidades criadas por Deus no início do mundo e a variação no seu interior representava imperfeições na reprodução do «tipo» original. O seu livro *System of Nature* (1735) dividiu todos os seres vivos em espécies e géneros, lançando bases para classificações posteriores.

Assim, a par do estudo comparativo dos sistemas morais em França, do estudo do desenvolvimento da sociedade humana no Iluminismo escocês, e do estudo biológico da humanidade, encontramos uma tradição de investigação na Europa Central e Oriental que focou as relações históricas entre povos e nações – não apenas no mundo não-ocidental mas também na própria Europa. Esta tradição foi fomentada em estados centralizados, como França e Reino Unido, e em países multi-étnicos com maior sensibilidade para formações sociais desde os grupos étnicos até às culturas nacionais e estados-nação (Vermeulen, 2006: 184). A antropologia durante o Iluminismo foi assim diversa e difusa. A ideia de antropologia do início do século XX como uma «ciência unificada do homem» não se aplica ao século XVIII. Contudo, foram dados passos importantes numa série de campos com vista à formação da antropologia enquanto estudo geral da humanidade, sua história e diversidade. Entre estes estavam a filosofia natural, a religião comparativa, a linguística histórica, a geografia, a história universal, a história natural, a etnologia e a proto-sociologia (Vermeulen, 2006: 185).

¹ Estes termos apareceram como sinónimos não-gregos de *Völkerkunde* (1771) nos trabalhos dos historiadores alemães que trabalhavam principalmente na universidade de Göttingen (Vermeulen, 2006).

De um modo geral, pode dizer-se que o mundo moderno surgiu entre as guerras napoleónicas (1792-1815) e a I Grande Guerra (1914-1918). Este período coincidiu «grosso modo» também com a era da Revolução Industrial. As várias transformações tecnológicas ocorridas e a possibilidade de as pessoas se deslocarem mais conduziu a uma maior difusão de bens, de informações e de conhecimentos. Por outro lado, as relações de poder até então existentes foram pensadas e muitas delas criticadas, abolidas ou substituídas por outras. Todas estas mudanças foram favoráveis no sentido de fazer emergir a antropologia como ciência. E esta evoluiu influenciada pelas ideias de alguns pensadores e pelas mudanças ocorridas na Europa ao longo de vários anos, desde a formação do capitalismo até à ciência secularizada, passando pelo nacionalismo. Como referiu Bruno Latour (1991), a ideia de indivíduo autónomo foi um pré-requisito para a de sociedade. O indivíduo livre seria a «medida de todas as coisas» e assim a sociedade poderia tornar-se um objecto de reflexão sistemática. Começou então a surgir um discurso explícito sobre essas ideias. Tanto a filosofia moderna, como os avanços científicos e tecnológicos do século XVIII foram importantes no sentido de reunir conhecimentos para a antropologia, embora ela só se tenha tornado uma disciplina académica no século XIX. A passagem do século XIX para o século XX, em que o homem deixa de ser considerado pelo pensamento um sujeito e se torna um objecto, foi descrita pelo filósofo e historiador francês Michel Foucault (1926-1984) na obra *As Palavras e as Coisas* (1968 [1966]). Para ele, as ciências humanas são um «corpo de conhecimentos», ou melhor, um «conjunto de discursos que toma por objecto o homem no que ele tem de empírico» (Foucault, 1968: 447). A passagem do homem para a ordem dos objectos «científicos» ocorreu devido a um evento na ordem do saber, ou seja, porque houve no início do século XIX uma redistribuição geral da *episteme*. No âmbito do estudo do Homem surgiram novas abordagens, sendo que uma das mais importantes e influentes foi a do evolucionismo.

1.1. O evolucionismo

Na segunda metade do século XIX surgem dois livros de Charles Darwin (1809-1882), que tiveram um importante contributo para a sistematização da ideia evolucionista. Foram eles: *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life* (1859) e *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex* (1871). Estas obras vieram a influenciar a corrente designada por antropologia evolucionista. Segundo ela, certas culturas estariam ainda num patamar atrasado relativamente à civilização, onde se encontrava a sociedade ocidental. Tais culturas seriam como que fósseis vivos exemplificativos do que poderia ter sido no passado a própria

sociedade ocidental. Considerava-se que essas sociedades, vistas como «primitivas», não tinham história, porque nela tinham parado. Outros factores importantes, ligados à ideia de evolução, foram a revolução industrial e o desenvolvimento urbano. Na maioria das vezes, os dados acerca de outros povos eram recolhidos não pelas pessoas que juntavam os elementos e os analisavam – os cientistas de gabinete – mas por outros – viajantes, missionários, comerciantes ou funcionários locais. O método evolucionista recorria ao confronto de dados, posteriormente classificados; através deles as sociedades eram comparadas entre si e inscritas numa sequência linear, diacrónica, organizadas hierarquicamente da considerada menos evoluída para a suposta mais evoluída/desenvolvida. Determinados elementos – como objectos ou práticas culturais – podiam ser exemplificativos do seu estágio evolutivo individual, identificável e denunciador do lugar em que determinada sociedade se encontrava na escala civilizacional. A sociedade ocidental era vista como que uma norma a partir da qual todas as outras eram distinguidas, classificadas e hierarquizadas, e era considerada estar num patamar superior. Os principais temas do evolucionismo foram as instituições religiosas, familiares e jurídicas, assim como os aspectos da cultura material; o seu objectivo era o de evidenciar como a cultura era influenciada por uma evolução universal e unilinear. Os evolucionistas consideraram alguns povos como «primitivos» e estes, embora vistos como potencialmente idênticos aos ditos «civilizados», foram considerados retardados na sua evolução cultural e apegados aos valores e instituições do passado (Jahoda, 1999).

Por outro lado, foram poucos os evolucionistas que realizaram trabalho de campo e daí vem uma das suas principais críticas. Por essa razão, e devido à amplitude do objecto de estudo do evolucionismo, que inclui não só o estudo da cultura, como também as origens do homem e a sua evolução, ciências como a arqueologia pré-histórica e a paleontologia humana vinham, de certa forma, preencher essa lacuna levantada pela ausência da realização de trabalho de terreno. Assim, parece que o evolucionismo teria de desenvolver-se no campo da arqueologia e das actividades a ela ligadas. O resultado desse incremento, no âmbito da investigação arqueológica e paleontológica, conduziu a descobertas importantes como os homens fósseis Cro-Magnon e Pithecanthropus. No caso dos trabalhos produzidos no âmbito da Escola de Antropologia do Porto, foram vários os estudos realizados por Mendes Correia e seus colaboradores, que foram inspirados nesta metodologia científica e vieram a contribuir para o desenvolvimento destas disciplinas, do ponto de vista académico, e para que se tornassem autónomas na universidade portuguesa. Assim, apesar de tudo, o evolucionismo veio permitir um melhor conhecimento do passado do homem, através de investigações realizadas no âmbito da paleontologia e da arqueologia, por exemplo. Por outro lado,

contribuiu para que o estudo da humanidade estivesse menos comprometido com os dogmas religiosos. No entanto, para Mendes Correia, tal foi um problema que se levantou em meados dos anos 40 do século XX, tendo-se o autor dedicado a escrever um livro onde expôs as suas ideias evolucionistas, por um lado, e expressou a sua fé, por outro (Correia, 1946b).

É de Franz Boas (1858-1942), figura dominante da antropologia americana dos anos 90 do século XIX até aos anos 20 do século XX, que parte a primeira contestação enfática aos procedimentos utilizados pelos antropólogos evolucionistas, materializada na comunicação *The limitations of the Comparative Method in Anthropology*, apresentada em 1896, e que tentou apresentar métodos mais adequados para o estudo dos factos socioculturais. F. Boas nasceu na Westfália (Alemanha) e estudou inicialmente física e geografia em Heidelberg e Bonn. Terá sido a expedição geográfica a Baffin Land (1883-1884) e o seu contacto com os esquimós que veio a desenvolver o seu interesse pela antropologia. A sua investigação etnográfica junto dos Inuit da Ilha Baffin e os nativos americanos da Costa do Noroeste, foi complementada pelo seu trabalho na língua e linguística, assim como na antropologia biológica (Boas, 1940; Stocking, 1974; Sanjek, 2006a: 71-72). Mais: dividiu a antropologia em quatro ramos (antropologia física, linguística, antropologia cultural e arqueologia pré-histórica). Opôs-se ao paradigma evolucionista dominante da antropologia vitoriana e insistiu que posicionar as culturas individuais na escala selvajaria-barbárie-civilização, não apenas impossibilitava de ver a sua particularidade e integridade, como dificultava a tarefa de reconstruir as histórias não escritas das pessoas estudadas. A ideia da particularidade de cada cultura, com uma história individual, cujo conhecimento deveria exigir a realização de trabalho de campo, foi assim desenvolvida pela escola de F. Boas. O culturalismo², designado por vezes de particularismo histórico, e a crítica ao evolucionismo, que ainda vigorou na primeira metade do século XX, foram característicos desta escola. A partir dela criou-se o conceito de relativismo cultural e defendeu-se a ideia de que a evolução pode ocorrer também de um estado mais «complexo» para outro mais «simples».

1.2. Romantismo, nacionalismo e positivismo: fundadores da nação e da pátria

O Romantismo é um movimento que costuma ser visto como substituto do Iluminismo nos anos de reacção depois da Revolução Francesa. Enquanto o Iluminismo acreditava no indivíduo e na mente racional, o Romantismo coloca a ênfase não no indivíduo e na razão, mas no grupo e na emoção. Assim, nesta altura verificou-se a mudança de um discurso

² Sobre a obra de Boas e as suas ideias, *vide* Stocking (1974), Stocking (1996) e Castro (2006 [2004]).

universalista sobre indivíduos livres e a democracia para um discurso particularista sobre a construção da nação e o sentimento nacional (Eriksen e Nielsen, 2007: 22). Todavia, apesar destas considerações, Ernest Gellner (1991), por exemplo, defende que talvez seja melhor ver os dois movimentos como fluxos paralelos que às vezes convergem e outras divergem. Em Portugal a recolha de elementos populares, de raiz essencialmente rural, esteve relacionada com o Romantismo³, um movimento aí associado com uma visão idealizada do campesinato e a fuga às realidades sociais das zonas urbanas. Desenvolveu-se assim uma tradição científica de estudo dos «usos e costumes» do «povo português» influenciada pelas ideias do evolucionismo social. Os distintos aspectos da cultura popular passaram então a ser vistos como ilustrativos de sobrevivências do passado, que o progresso geral da humanidade tinha ultrapassado (Fabian, 1983), mas também da essência do que era nacional. Por outro lado, algumas correntes pós-românticas foram influenciadas por concepções positivistas. O positivismo⁴, cujo termo que o designa tem significados variados, embora relacionados, foi outra grande influência teórica em Portugal. Na antropologia, tende a referir-se a qualquer aproximação que trata esta disciplina como uma ciência dedicada à busca do conhecimento objectivo, através da colecção de factos e da formulação de leis. Em estrito senso, refere-se à metodologia científica de Auguste Comte (1798-1857), que no início do século XIX procurou colocar a ciência social na mesma condição filosófica que as ciências naturais.

Fernando Catroga escreveu dois textos sobre «os inícios do positivismo em Portugal» (1997a) e sobre «a importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana» (1977b), onde retoma a problemática iniciada no texto anterior e conclui o que nele foi tratado. Segundo este autor, o positivismo embora tenha penetrado inicialmente nos domínios das ciências exactas começou logo a ser «perfilhado pelos cultores das ciências sociais» (1977b: 285). Mais, defende que «o movimento positivista português foi um fenómeno essencialmente sociológico, já que, mesmo quando incidiu sobre as ciências da natureza, a sua utilização viu-se mediada por essa intenção» (1977a: 287). Tal terá sido devido ao «momento histórico que o necessitou» e à «capacidade de responder aos interesses das classes sociais intermédias» (*idem, ibidem*). Por essa razão houve nas três últimas décadas do século XIX um «acasalamento» entre a expressão política desse grupo – o republicanismo – e o positivismo (*idem, ibidem*). Segundo o mesmo autor, tanto o republicanismo como o positivismo foram tributários dos acontecimentos franceses. Auguste Comte, discípulo e secretário de Saint-

³ Sobre o Romantismo em Portugal, *vide* Saraiva e Lopes, 1996: 664-673.

⁴ Algumas revistas deste período foram fundamentais na divulgação de novas ideias, como é o caso de *Revista Literária do Porto* (1877) e *O Positivismo* (1878/1882) criada por Júlio de Matos e Teófilo Braga.

Simon, terá sido o primeiro a procurar sistematizar uma teoria explicativa dos fenómenos sociais, o que terá ocorrido por influência da sociedade francesa sua contemporânea e pelas sequelas da Revolução (1789-1799). A explicação da «irrupção do positivismo sociológico em Portugal» deve passar ainda por «juntar aos condicionamentos económico-sociais e ideológicos a importância do incremento dos estudos científicos nas Escolas Médico-Cirúrgicas e nas Politécnicas de Lisboa e do Porto, sobretudo no campo das ciências – Física, Química e Anatomia» (Catroga, 1997a: 313). De facto, sendo o positivismo uma filosofia das ciências foi também influente na antropologia, biologia, matemática, medicina, psiquiatria⁵, linguística, etnografia, literatura, pedagogia e direito. No fundo, o positivismo consistiu no despertar de uma certa mentalidade científica. A proximidade da medicina com a antropologia em alguns dos trabalhos produzidos pela Escola de Antropologia do Porto, assim como o facto de uma parte considerável deles ter sido realizada por indivíduos com formação em medicina, suscita a necessidade de compreendermos o contexto da sua institucionalização. Foi também num contexto de emergência do positivismo que a medicina, ao começar a utilizar o método experimental, se constituiu como disciplina científica, num período caracterizado pelo prestígio adquirido pelas ciências da vida e por um maior desenvolvimento económico, assim como das indústrias, nomeadamente das ligadas à química.

Em Portugal o positivismo esteve também relacionado com o Partido Republicano. Segundo Catroga (1977a), houve um grande contributo do positivismo para a coesão doutrinal e organização daquele partido, uma tese que desenvolve em profundidade num outro texto (1997b), onde defende que a emergência do movimento republicano está relacionada com o «despertar político das classes médias e sobretudo da pequena burguesia urbana» (Catroga, 1997b: 289). O republicanismo positivista defendia a extinção pacífica das religiões, a «separação entre a igreja e o estado» e a «laicização das consciências e das instituições de educação e ensino» (Catroga, 1977a: 391-392), uma vez que «a influência clerical» veiculava «concepções opostas ao democratismo liberal e ao progresso científico» (Catroga, 1977b: 310). A liberdade de culto era, no entanto, aceite. Este vazio religioso não correspondia a uma ausência de relações morais entre os indivíduos: o humanismo ateu positivista «não podia ser indiferente à problemática moral, pois, enquanto filosofia de vocação social, teria necessariamente de equacionar as relações éticas entre os indivíduos» (*idem*, p. 316). E no positivismo de Comte isto é claro, ou seja, o seu sistema político «era coroado por uma moral, e tinha no preceito *vivre pour les autres*, isto é, tinha no altruísmo a sua norma de conduta»

⁵ Para uma história da psiquiatria em Portugal, *vide* Quintais, 2004.

(*idem*, 316-317). Como veremos, alguns textos de Mendes Correia foram influenciados por esta ideia de moral não religiosa mas altruísta, cuja inspiração foi buscar, em parte, à obra de Friedrich Nietzsche, uma moral filantrópica que, contudo, não abdica das vantagens do individualismo (Correia, 1913a, 1914, 1925a, 1931a, 1946b). Também Teófilo Braga considera em «Systematização da Moral»⁶ que «o instinto de conservação radicava no egoísmo, impulso inerente à natureza da animalidade», mas «no indivíduo, encontrar-se-ia igualmente o instinto da solidariedade da espécie, fundamento naturalista do altruísmo» (Catroga, 1977b: 322). Segundo Catroga, T. Braga esteve na posição de «chefe de fila do positivismo em Portugal», tornando-se o «mais prestigiado ideólogo do movimento republicano» (*idem*, p. 326). Assim, o facto de ter presidido o primeiro Governo Provisório da República Portuguesa, sendo mais tarde Presidente da República, não deixa de constituir um símbolo significativo e, de certa forma, a materialização do triunfo do positivismo republicano em Portugal.

1.3. Estudar os factos naturais/ estudar os factos sociais

O termo antropologia define amiúde uma ciência vista como estando entre a biologia e a cultura. No entanto, a fractura entre o biológico e o sociocultural tem colocado, por vezes, mais problemas do que trazido soluções para o pensamento antropológico. Alguns autores contemporâneos têm-se debruçado sobre o tema, como é o caso de Sahlin (2008), de um ponto de vista mais interpretativo, e de Tim Ingold (1988, 1990), que tem procurado fazer a «ponte» entre o biológico e o social. A terminologia utilizada ao longo do tempo também pode ser válida para a análise da distinção entre o estudo dos factos naturais e o estudo dos factos sociais. O termo antropologia surge desde o final do século XVIII e em 1855 em França dará o nome à cátedra de uma universidade; enquanto isso, o termo etnografia é utilizado apenas no início do século XIX⁷. À medida que os conhecimentos se foram aglomerando, a antropologia foi abrangendo várias especializações. A própria obra de Mendes Correia pautou-se pela exibição e exploração dos contributos, não só da biologia, como da cultura, para a antropologia. São exemplo disso, vários dos seus trabalhos, que indicam no título ambos os campos (Correia, 1934c, 1940f, 1944e, 1954a).

A antropologia física foi desenvolvida ainda no século XIX sobretudo no contexto francês (mas também alemão e italiano, entre outros), inspirada na escola de antropologia de Paris, conduzida pelo cirurgião e antropólogo Paul Broca (1824-1880), e influenciada, por

⁶ Braga, Teófilo. 1880. «Systematização da Moral». In *O Positivismo*, n.º 3: 213 (citado em Catroga, 1977b).

⁷ Paul Mercier, *História da Antropologia*, citado em Mello, 2005: 189.

exemplo, pelos estudos de arqueologia pré-histórica de Gabriel de Mortillet (1821-1898), de frenologia de François-Joseph Gall (1758-1828) e de antropometria do belga Adolphe Quetelet (1796-1874). As definições de antropologia variaram ao longo do século XIX e inícios do seguinte. Quatrefages concebeu a antropologia como sendo a «história natural do Homem». Por seu turno, Broca entende a antropologia como o estudo do grupo humano no conjunto e nas suas relações com a natureza. Em 1866 o mesmo autor dividiu a disciplina em: antropologia zoológica, antropologia descritiva ou etnológica e antropologia geral. Em 1885 Topinard sugeriu outra divisão: 1) a antropologia propriamente dita, ou zoológica, dividir-se-ia em dois grupos: antropologia geral (a da espécie humana) e especial (a das «raças» humanas); 2) a etnografia dividir-se-ia em dois grupos: etnografia geral (comum a todos os povos) e especial (específica de cada povo). Em 1892 Briton propôs outra classificação: somatologia (contendo anatomia, fisiologia, biologia humana, psicologia), etnologia, etnografia e arqueologia. Em 1900 Rudolph Martin equacionou duas secções: antropologia física (sinónimo de somatologia ou de morfologia) e antropologia psíquica (sinónimo de etnologia e de etnografia). Tylor⁸ dividiu em 1906 a antropologia do seguinte modo: antropologia física (antropologia zoológica, antropologia paleontológica e antropologia etnológica) e antropologia cultural (arqueologia; etnologia; sociologia [subdividida em: organização do governo e da sociedade]; ideias morais e códigos; práticas religiosas; expressão do pensamento, linguagem escrita, desenho; tecnologia (artes, indústrias, suas distribuições geográficas). Durante muito tempo, alguns estudos antropológicos de âmbito físico privilegiaram sobretudo a antropometria – baseada nas mensurações do homem fóssil e depois do ser vivo – e este foi um dos métodos que mais viria a influenciar alguns dos trabalhos produzidos na Escola de Antropologia do Porto.

Segundo Jorge de Freitas Branco, existe um certo consenso em considerar a segunda metade do século XVIII como o período decisivo para a «lenta gestação dos diferenciados discursos e disciplinas das ciências sociais, nomeadamente duma Antropologia» (1986: 76). O autor indica cinco fases de tendências que contribuíram para essa gestação: 1) «Antitradicionalismo e dirigismo do Estado»: fase em que os funcionários da Coroa são encarregados de percorrerem áreas delimitadas do país e das colónias para fazerem levantamentos; 2) «Literatura de viagens»: fase em que foram produzidos relatos e diários por autores influenciados pelas correntes fisiocráticas e que fornecem dados sobre agricultura,

⁸ Edward Burnett Tylor (1832-1917) foi influenciado pelas teorias uniformitárias de Charles Lyell e não tanto por Charles Darwin. Desenvolveu o estudo da evolução da sociedade, e das suas instituições; procurou mostrar, através do método comparativo, a evolução da religião ao longo do tempo. Foi um dos primeiros autores a questionar a validade da antropologia quando os dados eram recolhidos por outros (Stocking, 1983).

instrumentos de trabalhos e tecnologias; 3) «Escola Romântica»: fase em que o movimento romântico alicerçou o interesse pelas recolhas de arquivos, tradição oral, «usos e costumes», «tradições populares» e materiais provenientes de escavações arqueológicas, descobrindo-se assim o «povo português» e a «explicitação da continuidade histórica ligada ao território»; 4) «Escola Filológico-Cultural»: na qual se destacam Adolfo Coelho - que num dos seus trabalhos se afasta da inspiração romântica dominante e elabora um estudo sobre uma minoria, os ciganos (Coelho, 1892), considerando a língua como característica da cultura – e Leite de Vasconcelos (1901) com um trabalho sobre dialectologia portuguesa, e uma compilação de inúmeros materiais sistematizados em *Etnografia Portuguesa* publicada em volumes entre 1933 (volume I) e 1988 (Volume X⁹), tendo-se preocupado também com a museologia (Vasconcelos, 1915); 5) «Escola Histórico-Geográfica»: na qual inclui o trabalho de Alberto Sampaio (1923) - sobre estudos históricos e económicos, onde os fenómenos sociais são analisados tendo em conta os determinismos da história e os condicionalismos do ambiente – e o de Rocha Peixoto (1908), que levanta a questão dos aspectos comunialistas no país (Branco, 1986: 76-79). Segundo F. Branco, é a partir daqui destas fases que podemos encontrar o «elo» para estabelecer a ponte para o discurso antropológico, cuja formação e consolidação se encontra especialmente na segunda metade do século XIX (*idem*, p. 79).

O interesse específico pelo estudo das tradições populares remonta ao início do século XIX e foi influenciado pelos ideais românticos¹⁰. Almeida Garrett e Alexandre Herculano foram os primeiros a mostrar interesse e a deixar-se fascinar pelo Romantismo das origens e pelos elementos populares, nos anos 20 do século XIX, quando estiveram exilados em Inglaterra durante o período das lutas liberais (Pina-Cabral, 1991: 22). Joaquim Vasconcelos (1849-1936), que obteve a sua formação na Alemanha, onde conheceu a filóloga e medievalista Carolina Michaëlis de Vasconcelos¹¹, com quem casou, defendia que o elemento popular era o mais sólido estrato da nacionalidade. Dedicou-se essencialmente à história de arte, e defendeu um «programa de nacionalização da arte portuguesa que valorize e retome o que é português, contra o que vem de fora» (Leal, 2006: 127).

No virar do século XIX para o século XX, e sob o nome de antropologia, praticaram-se em Portugal dois tipos de saberes: a antropologia (mais ligada à antropologia física) e a

⁹ Foram publicados até hoje 11 volumes desta obra.

¹⁰ Segundo George L. Mosse (1963), um dos primeiros factores no surgimento do pensamento racista foram as visões da história que os românticos defenderam. A procura das origens nacionais num passado distante e mítico forneceu um elemento coesivo para o aspecto que diz respeito ao desenvolvimento dos ideais raciais. A procura do passado era orientada racialmente (Mosse, 1963: 74). Para o caso dos românticos portugueses, só uma análise mais detalhada permitirá tirar conclusões mais precisas. *Vide*, por exemplo, Sobral (2004).

¹¹ Dirigiu a *Revista Lusitana*, uma publicação de grande projecção cultural.

etnologia; um ligado ao interesse pelas ciências naturais e o outro mais etnográfico, ligado ao estudo da literatura tradicional e das tradições populares, que remonta ao Romantismo. Existiram assim dois tipos de projectos científicos no âmbito da prática antropológica, mas ambos foram variações das teorias evolucionistas do seu tempo, que se constituíram através de estudos complementares da «raça» e do «povo». O termo antropologia correspondia a uma ciência do homem mais abrangedora e muito motivada pelas investigações de carácter essencialmente biológico. A etnologia (que incluía os estudos de folclore) correspondia ao estudo do «povo português», relacionado com um projecto nacionalista burguês influenciado pela escola alemã e pela escola francesa. Segundo João Leal, que na sua pesquisa considera sobretudo a vertente mais etnográfica, é nas décadas de 70 e 80 do século XIX que «se assiste à emergência, como campo disciplinar autónomo, da antropologia portuguesa» (2000: 29). Nela destaca figuras como Adolfo Coelho (1847-1919), Teófilo Braga (1843-1924), assim como os trabalhos de Consiglieri Pedroso (1851-1910) e de Leite de Vasconcelos (1858-1941). Estes autores desenvolvem o seu trabalho no contexto intelectual influído pelas Conferências do Casino de 1871 (nas quais participaram Adolfo Coelho e Teófilo Braga) que proporcionou um «momento de viragem na cultura e na ciência portuguesas» (Leal, 2000: 29). Também Ernesto Veiga de Oliveira concorda que os fundadores da «escola etnológica portuguesa» são Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos e Rocha Peixoto (1972: 5). A questão «quem somos nós» era, segundo E. Veiga de Oliveira, a que dominava a obra de Adolfo Coelho e a que, segundo Orlando Ribeiro, era subjacente a tudo o que Leite de Vasconcelos escreveu. Para este, a «ciência geral do conhecimento dos povos» é:

A Etnologia que compreende: 1) a *Etnogenia* (...), que estuda as origens do povo em questão, a partir dos dados da Antropologia Física, da História e da Glotologia; 2) a *Etnografia* – que pode ser descritiva ou comparativa-genética, e referir-se a um período determinado ou a um conjunto de períodos (desde a Antiguidade) e que estudará: a) o Território e Raça; b) o Folclore; e c) a Ergologia, desse povo; 3) a *Etnologia Geral*, de conclusões gerais e sínteses (Oliveira, 1972: 6).

Segundo E. Veiga de Oliveira, a sistemática de Leite de Vasconcelos «marca um passo em frente, relativamente a Adolfo Coelho, no que respeita sobretudo ao enquadramento da Etnologia Geral, como estudo fundamental de um povo; e, acima de tudo, na definição concisa da posição do Folclore em relação à Etnografia» (1972: 6-7). Todavia, há outros aspectos a salientar na definição. Ela inclui na etnologia os estudos da antropologia física, por um lado, e também o estudo do território e da «raça». Aqui, cremos que para o autor, a «raça» seria um sinónimo de povo, e não tanto uma entidade biológica diferenciável; nesse sentido, uma das vertentes da etnologia seria estudar o povo de um território.

Entre 1878 e 1885 Oliveira Martins (1845-1894) organizou a *Biblioteca das Ciências Sociais*, um empreendimento de divulgação cultural que «abrangia a evolução das instituições e das sociedades desde as suas formas primitivas até ao Estado moderno» (Saraiva e Lopes, 1996: 842). Nesse âmbito publicou *Elementos de Antropologia: História Natural do Homem* (1880); *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva* (1881); *Sistema dos Mitos Religiosos* (1882); *Quadro das Instituições Primitivas* (1883); *Tábuas de Cronologia* (1884); *História da República Romana* (1885); *História da Civilização Ibérica* (1879); e *O Brasil e as Colónias Portuguesas* (1881), onde defende uma colonização concentrada sobretudo em Angola. Na *História de Portugal* (1879), obra continuada com *Portugal Contemporâneo* (1881), defende que o país devia «a sua existência, não a condições geográficas, étnicas ou económicas, mas a uma vontade colectiva» (Saraiva e Lopes, 1996: 848). Foram também precursores dos estudos etnológicos Teófilo Braga, Mendes dos Remédios, Antero de Quental, Pinheiro Chagas, Joaquim de Vasconcelos, Alberto Sampaio¹² e Morais Sarmento.

A separação (entre o estudo dos factos naturais e o estudo dos factos sociais) pode ser ilustrada também com a criação de diferentes instituições, ou com a organização de eventos que promoviam, eles próprios, diferentes estudos científicos. Nos finais do século XIX começaram a surgir tentativas de constituição de museus de etnografia e antropologia, assim como instituições a eles ligadas. No caso do Museu Etnográfico Português (criado em 1893), e que desde 1897 havia adoptado a designação abrangente de Museu Etnológico Português, continuava a privilegiar-se o espólio arqueológico ao invés dos materiais etnográficos (Leal, 2000: 35). Por outro lado, os nomes de algumas instituições atestam o lugar que a antropologia tinha nos finais do século XIX e inícios do século XX, junto da zoologia ou da história natural. É o caso do Museu Bocage¹³ (Museu Nacional de História Natural - que junta a zoologia e a antropologia); do Departamento de Zoologia e Antropologia da FCUP e do Museu de Antropologia da UC, associado ao Museu de História Natural da universidade, onde estão representadas também a zoologia, mineralogia, geologia e botânica. Em Portugal, talvez por a variante naturalista da antropologia não constituir propriamente um antepassado da disciplina leccionada actualmente nos cursos, ela tem sido largamente ignorada. No entanto, essa variante influenciou não só a Escola de Antropologia de Coimbra, como também a do Porto entre os finais do século XIX e a década de 50 do século XX.

¹² Alberto Sampaio (1841-1908) renovou o problema das origens da nacionalidade. Estudou alguns dos seus aspectos económico-sociais em *As Vilas do Norte de Portugal*, uma obra precursora da «moderna historiografia rural», incluída nos dois volumes póstumos intitulados *Estudos Históricos e Económicos* (1923) (Saraiva e Lopes, 1996: 850). Foi um defensor da existência de uma divisão norte/sul em Portugal.

¹³ Actualmente, o Departamento de Zoologia e Antropologia do Museu Nacional de História Natural apoia a investigação no campo da história da ciência, facultando a consulta do seu arquivo histórico.

Por outro lado, algumas sociedades científicas permitiram estruturar interesses e paradigmas que vieram a configurar escolas de antropologia e vice-versa. Assim, paralelamente à constituição de escolas esteve muitas vezes associada a criação de sociedades científicas, institutos de investigação, assim como de museus e revistas de especialidade, que contribuíram para a institucionalização desta disciplina. Apesar da recolha sistemática de objectos exóticos ter surgido apenas no século XIX, as cortes europeias já dispunham de colecções importantes, vindas de países longínquos, e algumas foram depois integradas em gabinetes e museus. Os primeiros museus etnográficos surgiram em zonas de língua alemã, como Viena (1806), Munique (1859) e Berlim (1868). Um facto que é amiúde esquecido nas histórias da antropologia é, precisamente, o da institucionalização deste campo de estudos ter começado em áreas de língua alemã, e não na França ou na Inglaterra. Tal fenómeno despertou a atenção, já que tanto a Alemanha, como a Áustria, não possuíam colónias, mas são exemplos da influência da obra de Johann Gottfried von Herder que conduziu os alemães a estimular os estudos sobre o «povo». Por essa razão, estes primeiros museus interessavam-se sobretudo pelo *Völkskunde* (culturas camponesas domésticas) e não tanto pelo *Völkerkunde* (povos remotos). Entre os grandes museus nacionais podemos referir o de Londres (1753), o de Paris (1801), o de Washington DC (1843), entre outros.

A formação da antropologia como estudo intelectual esteve ainda proximamente associada com o estabelecimento de instituições distintas. No início tendiam a ser sociedades eruditas que reflectiam as origens amadoras da antropologia. À medida que o assunto desenvolveu pretensões académicas, estas sociedades foram transformadas em grupos mais profissionais que procuraram servir as necessidades da disciplina. Muitas sociedades funcionaram como centros de discussão e de partilha de informações, como veio a ser o caso da SPAE (fundada em 1918), para auxiliar a organização de encontros e de conferências, para encorajar e, ocasionalmente, procurar financiamento, para publicar trabalhos académicos, e disseminar conhecimentos acerca da disciplina, tanto a membros como a pessoas de fora. Do mesmo modo, auxiliaram a promoção de oportunidades de emprego para os seus membros, e a estabelecer modelos profissionais, incluindo a formulação de regras éticas para os membros conduzirem a investigação e a prática académica. As antigas sociedades tinham amiúde diferentes classes de pertença, incluindo sócios honorários, e ofereciam medalhas e outros presentes em reconhecimento da contribuição profissional e académica de um indivíduo para a disciplina. Algumas sociedades proporcionavam vantagens adicionais aos membros incluindo serviços de biblioteca e bibliográficos, e outros benefícios sociais pontuais.

Talvez a primeira sociedade deste género tenha sido a Société des Observateurs de l'Homme, fundada em Paris em 1799, embora tenha durado pouco tempo. As maiores sociedades europeias e da América do Norte surgiram depois de 1840. A sociedade erudita mais significativa foi Ethnological Society of London (1843), que em 1871 se juntou com a Anthropological Society of London (1862) para formar o (Royal) Anthropological Institute (RAI). Os seus primeiros membros eram amadores e, mais tarde, foram acompanhados por oficiais coloniais e missionários; à medida que o tempo passou esses membros foram sendo substituídos por antropólogos profissionais; o seu número de membros em 1992 era de 2.408 (Urry, 2006: 44). Nem todas as sociedades antropológicas europeias sobreviveram tanto tempo como o Anthropological Institute, mas existiram outras notáveis, amiúde envolvidas não só com a antropologia social e cultural, mas também com a arqueologia e áreas da biologia humana, que surgiram em Paris (1859), Berlim (1869), Viena (1870), Itália (1871), Suécia (1872). Na segunda metade do século XIX são ainda criadas sociedades em Göttingen e Cracóvia (1864), Madrid e Nova Iorque (1866), Manchester (1869), Estocolmo (1873), entre outras. Nos EUA, a American Ethnological Society foi fundada em 1842 e em 1879 a Anthropological Association of Washington, cujos membros eram associados com o Smithsonian Institution e com o National Museum. Por outro lado, a criação da American Anthropological Association (AAA) em 1902 reflectiu a profissionalização crescente da disciplina na América do Norte. A AAA cresceu numa organização massiva com 10.810 membros e 31 subsecções (unidades) dedicadas a várias especialidades, interesses e profissões. De todas as associações americanas, esta é a que tem tido um maior papel na divulgação da disciplina e da profissionalização. Outras sociedades na América do Norte incluem a American Folklore Society (1888) e a Society for Applied Anthropology (1941).

No Japão foi criada uma sociedade antropológica em 1884 e em Bombaim em 1887 e, desde aí, também alguns grupos especializados, como a Japanese Society for Ethnology (1934) que tinha 1.552 membros em 1993. Na Austrália as sociedades regionais foram fundadas desde 1926 (Sul da Austrália) e em 1973 a Australian Anthropological Society foi criada para representar antropólogos profissionais (Urry, 2006: 44-45). Existem ainda sociedades representativas de interesses regionais como a International Société Americanistes (1875), a Polynesian Society (1892), o International African Institute (1926), a Société Oceanistes (1937) e nos anos 60 do século XX a Association of Social Anthropologists in Oceania, com sede na América do Norte. As tentativas de cooperação internacional ocorreram com a fundação do International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES) em Basel no ano de 1933, cujos encontros tiveram lugar desde 1934. Em 1948

estabeleceu-se uma União Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas para promover a investigação e a publicação. Como veremos, também a SPAE procurou estabelecer relações com sócios estrangeiros e organizar iniciativas de âmbito internacional.

Antes e depois da II Guerra Mundial, várias sociedades nacionais dedicadas à etnologia e à antropologia sociocultural foram criadas ou recriadas na Europa. Em 1946 a Association of Social Anthropologists of the Commonwealth (ASA) foi fundada para representar os interesses dos antropólogos sociais na Grã-Bretanha e no exterior, sendo o número de membros em 1993 já de cerca de 600 (Urry, 2006: 44). Em 1989 foi fundada a European Association of Social Anthropologists que rapidamente ultrapassou as várias organizações nacionais, tanto no número de membros (em 1994 era mais de 1000), como na escala das suas conferências bienais. Algumas das sociedades referidas são, por vezes, consideradas como entidades filantrópicas e científico-humanitárias, já que na base da sua criação esteve a defesa, explícita ou implícita, de alguns dos povos estudados, que estiveram outrora sob a alçada do colonialismo ou foram espoliados e discriminados de outras formas.

1.4. Antropologia de «construção da nação» e de «construção do império»

Segundo George Stocking (1982), a partir de finais do século XIX existiram duas tradições no processo de desenvolvimento da antropologia: uma de «construção do império» (nos EUA e nos países europeus – Grã-Bretanha¹⁴ e França, por exemplo - que possuíam um império colonial) mais virada para o estudo da «primitividade» e alteridade culturais; e uma de «construção da nação» (nos países europeus de periferia ou semiperiferia que não tinham colónias e lutavam ainda pela sua autonomia), mais orientada para o estudo da tradição camponesa nacional, ligado à construção da «identidade nacional». Partindo desta formulação, João Leal considera que, «apesar da existência de um império e da inexistência de um problema nacional idêntico» aos «países periféricos e semiperiféricos da Europa», foi como uma «antropologia de construção da nação que a antropologia se desenvolveu e afirmou na cena cultural e intelectual portuguesa a partir das décadas de 1870 e 1880» (2000: 27). Para Leal, talvez devido à debilidade e ao carácter dependente do colonialismo português, o interesse antropológico centrado no terreno colonial foi tardio. Até ao fim dos anos de 50 do século XX, altura em que Jorge Dias (1907-1973) inicia a sua pesquisa entre os macondes no Norte de Moçambique, os trabalhos antropológicos no contexto colonial orientavam-se sobretudo para investigações de antropologia física e/ ou biológica (Leal, 2000: 27-29).

¹⁴ Sobre a transição para a moderna antropologia social britânica, de 1888 a 1951, *vide* Stocking (1996).

No caso português, contudo, entendo que o processo de afirmação da antropologia, talvez não tenha ocorrido de forma tão linear, como parece sugerir o artigo de Stocking (1982), ou a interpretação de Leal, nos meandros dos interesses políticos e institucionais de finais do século XIX e inícios do século XX. Por outro lado, neste período os discursos dos intelectuais (cientistas, publicistas ou artistas) sobre o país vêem-no ou imaginam-no como uma nação, no sentido de uma «comunidade imaginada» (Anderson, 1991), mas dela faz parte um «império colonial». Entendo, por isso, que estas duas realidades não sendo separáveis, também não devem ser vistas como mutuamente exclusivas ou analisadas individualmente. O mesmo se pode dizer relativamente a França. Stocking não refere que naquele país existiu uma tradição etnológica ligada à nação. Além disso, a sua classificação é muito circunscrita, não tendo em consideração o trabalho levado a cabo por antropólogos em todas as tradições nacionais, mas um panorama específico, que toma como normativo para a «antropologia internacional», e inclui as tradições nacionais hegemónicas de Inglaterra, França, Alemanha, EUA e União Soviética. Refere também que as sete antropologias periféricas são as «metropolitanas de segunda» (Suécia e Polónia), as de «colonização branca» (Canadá anglófono, Québec e Brasil) e ex-coloniais (Índia e Sudão). Para o autor, embora se possam envolver esporadicamente na antropologia do império, estas «antropologias periféricas» são predominantemente de construção da nação (1982: 182).

Face à classificação de Stocking, podemos dizer, quando muito, que Portugal se encontra numa situação intermédia entre as duas. Ao contrário de outros países, tinha uma nação constituída, e, por outro lado, tinha um império, embora fraco, e de pouca ocupação. Mais importante ainda, em termos de economia política, não tinha grandes condições para financiar a realização de investigação fora do país. Enquanto nos finais do século XIX e inícios do século XX, houve financiamento para a investigação em Inglaterra (a ser realizada na Melanésia), tal não aconteceu em Portugal. Em termos paradigmáticos o que ocorreu em Portugal não é passível de ser classificado pela proposta de Stocking (1982). Foram várias as iniciativas desenvolvidas no país, em termos institucionais, para estimular a investigação nas colónias desde os finais do século XIX e, mais efectivamente, a partir da década de 30 do século XX, com as missões antropológicas dirigidas a esses espaços.

2. Contexto de emergência da antropologia em Portugal

A emergência, institucionalização e difusão da antropologia portuguesa ocorre a partir dos anos 70 do século XIX. Surgiram então várias ciências, entre as quais estão precisamente a antropologia e a etnologia, ainda que estes saberes estivessem então ligados aos estudos

arqueológicos, por exemplo (Catroga, 1996). Ao longo deste período, algumas áreas de conhecimento foram excluídas e marginalizadas, reduzidas à «condição de saberes locais» e «tenderam a ser invariavelmente desqualificadas como “tradicionais”, “pré-científicas” ou, na melhor das hipóteses, como saberes “etnocientíficos”, cuja relevância seria demonstrada através da sua validação pela ciência “oficial”» (Nunes e Gonçalves, 2001: 13-14). Nalguns casos é como se existisse uma ciência de segunda instância que, para ser reconhecida como tal, precisou de ser aprovada pela «ciência oficial». Nunes e Gonçalves consideram que, «sob o ponto de vista da economia-mundo capitalista e do sistema interestatal, Portugal é um país periférico¹⁵» e que essa condição é «uma das chaves para a compreensão das características específicas da história das ciências em Portugal» (2001: 19). De facto, em todas as ciências quase sempre é possível falar em «centro» e «periferia». No caso da antropologia houve um centro anglo-americano e um centro francês (nos anos 60 e 70 do século XX com Lévi-Strauss, por exemplo). No entanto, e embora houvesse relações, a orientação da antropologia social britânica e a da antropologia cultural americana eram diferentes. Durkheim, por exemplo, era importante para os britânicos, mas não para os americanos. Como veremos, a Escola de Antropologia do Porto recebeu influências de vários «centros», sobretudo do franco-alemão, e não tanto do anglo-americano, embora houvesse permutas de trabalhos com pesquisadores de todos os continentes e latitudes e alguns deles tenham sido sócios honorários ou sócios correspondentes da SPAE. Em determinadas áreas, como a arqueologia, a escola relacionou-se com alguns dos seus representantes mais reconhecidos.

O período da institucionalização da antropologia em Portugal, focado neste trabalho, atravessa distintas fases políticas: as últimas décadas da monarquia, a conturbada Primeira República (1911-1926), que contou com cerca de 40 primeiros-ministros, e os anos de consolidação da ditadura entre 1926 e 1950. De facto, em diferentes períodos encontram-se paradigmas muito distintos que valerá a pena analisar de forma cuidada. Uma figura que foi incontornavelmente importante foi José Leite de Vasconcelos (1858-1941), que trabalhou intensivamente ao longo da vida e cujas actividades foram diversificadas: ensinou numismática, trabalhou em arqueologia, filologia e etnografia comparada, e fez uma tese de doutoramento na Universidade da Sorbonne (*Esquisse d'une dialectologie portugaise*, 1901). Fundou em 1889 a *Revista Lusitana*; em 1895 a revista *O Arqueólogo Português* e dirigiu o

¹⁵ Segundo os autores, «a expressão “semiperiferia” é utilizada para caracterizar a posição de Portugal ou da ciência portuguesa num sistema *mundial* organizado em zonas centrais, periféricas e semiperiféricas»; já «a expressão “periferia” é usada para designar a posição de Portugal em relação aos centros *européus* de produção da ciência» (Nunes e Gonçalves, 2001: 14).

Museu Etnográfico Português¹⁶. Escreveu *Religiões da Lusitânia* em três volumes e *Etnografia Portuguesa*¹⁷ em onze, tendo sido os seus discípulos, em particular Orlando Ribeiro e Manuel Viegas Guerreiro, a continuar a organizar os materiais que recolheu e a publicá-los. Foi também uma influência importante no trabalho sobre arqueologia, etnografia e arte do Padre Francisco Manuel Alves, conhecido por Abade de Baçal, mas o seu contributo analítico é deficiente (Pina-Cabral, 1991: 27-28). Segundo José Leite de Vasconcelos,

O estudo científico da Antropologia começou em Portugal, em 1857, ou mais exactamente em 1865: e quem quiser fazer com método a sua história há-de, primeiro de o apreciar no conjunto, isto é, na cronologia e no desenvolvimento interno, considerar em separado os três centros sociais em que o mesmo, ou sucessiva ou paralelamente, tem tido aceitação: Lisboa, Coimbra, Porto (1928: 5).

Leite de Vasconcelos reconhece três fases na história da antropologia portuguesa: 1) de 1857 (1865) a 1880, ou fase «dos primórdios»; 2) de 1880 a 1911, em resultado das ideias despoletadas pelo Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas (1880); 3) de 1911 em diante, na sequência da reforma da instrução pública. Ou seja, o autor não reconhece uma segunda fase até 1885, altura em que foi criada a cadeira de antropologia na UC, e deixa aos «especialistas» a tarefa de o julgarem¹⁸ (Vasconcelos, 1928: 19). O mesmo autor defende que antes de 1857 apenas surgiram: «observações avulsas, e em regra subjectivas, de médicos, corógrafos, historiadores, viajantes, etc., a respeito de caracteres físicos, fisiológicos (temperamento, compleição), patológicos e psíquicos [...], artigos de vulgarização, sem importância, [...] incompletas definições lexicais» (1928: 5-6). A data assinalada até relacionada com a publicação do Decreto-lei de 8.8.1857, pelo qual se fundou em Lisboa a Comissão dos Trabalhos Geológicos¹⁹, da qual era chefe Carlos Ribeiro e a que pertenciam António Pereira da Costa e Nery Delgado. Pereira da Costa publicou sobre antropologia pré-histórica; Nery Delgado sobre as Grutas de Cesareda onde «se fala de Antropologia»; e os esforços de Carlos Ribeiro permitiram a realização em 1880 do Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas²⁰ que impulsionou os estudos antropológicos (Vasconcelos, 1928: 6).

¹⁶ Foi substituído por Manuel Heleno (conservador desde 1921 e director desde 1929 até 1964).

¹⁷ Publicação que reúne aspectos ligados ao povo português: ocupação do território, vida material, superstições e religiosidade. Trata-se de um projecto ambicioso que procurava abarcar o todo do «homem português».

¹⁸ Em nota de rodapé, Leite de Vasconcelos refere ter consultado o seu «amigo e colega» Mendes Correia a propósito desta divisão e que este terá concordado com ela (Vasconcelos, 1928: 19).

¹⁹ Sucessora da Comissão Geológica criada em 1848 pela Real Academia das Ciências. Só em 1918 são criados os Serviços Geológicos de Portugal cujo acervo foi integrado em 1993 no actual Instituto Geológico e Mineiro.

²⁰ Neste congresso participaram cerca de 300 de cientistas europeus, sendo os portugueses mais de 80.

Mas as «primeiras investigações de Antropologia propriamente portuguesa» partiram, segundo Leite de Vasconcelos, do médico e antropólogo Francisco Ferraz de Macedo²¹ (1845-1907), que em 1882 solicitou à CML a possibilidade de medir crânios pertencentes aos cemitérios oriental e ocidental da cidade (1928: 7). Ferraz de Macedo «dedicou-se com particular afínco à Antropologia criminal», tendo publicado *Crime et criminel* (1892), *Bosquejos de Antropologia Criminal* (1900) e *Os criminosos «evadidos do Limoeiro em 1847»* (1901). Nestes trabalhos, e noutros, como *Lusitanos e romanos em Vila Franca de Xira*²² (1893) «dá-nos sempre algo de Antropologia nacional» (*idem*, p. 9). António Aurélio da Costa Ferreira²³ (1879-1922), «amigo íntimo de Ferraz de Macedo», apelidava-o de mestre e considerava-o, juntamente com Bethencourt Ferreira, «o patriarca da Antropologia portuguesa» (Vasconcelos, 1928: 9). Já o psiquiatra Júlio de Matos considerava Ferraz de Macedo sobretudo um «observador» (Correia, 1941a: 12). Terá sido nas *observações* de Ferraz de Macedo que Costa Ferreira e Álvaro da Silva Basto se inspiraram para escrever as suas memórias, respectivamente sobre o índice cefálico e a capacidade craniana dos portugueses. Para além de Ferraz de Macedo, outro antropólogo que trabalhou sozinho foi Francisco Arruda Furtado (1854-1887), autor de *Materiais para o estudo antropológico dos povos açorianos: Observações sobre o povo micaelense*²⁴ (1884) e *Notas psicológicas e etnológicas sobre o povo português, I, Nomes vulgares de peixes* (1886).

Neste contexto há a destacar também a criação de um museu nacional. Pelo Decreto régio de 20.12.1893 e por proposta de Bernardino Machado, então ministro das Obras Públicas, e João Franco, foi criado o Museu Etnográfico Português, designado por Museu Etnológico Português²⁵ a partir de 1897. Esta estrutura constituía, de certa forma, um prolongamento do Museu de Antropologia instalado na Comissão dos Serviços Geológicos. Dispunha de duas secções – uma arqueológica (até ao século XVIII) e outra moderna²⁶. No entanto, a antropologia não contou então com um grande desenvolvimento.

²¹ Nasceu em Águeda, mas formou-se em medicina no Rio de Janeiro, onde exerceu clínica durante alguns anos. Frequentou a Escola de Antropologia de Paris e acabou por instalar-se em Lisboa.

²² L. de Vasconcelos coloca reservas quanto ao que Ferraz de Macedo refere relativamente aos lusitanos.

²³ Costa Ferreira formou-se nas Faculdades de Filosofia (1899) e de Medicina (1905) da UC. Após breves estadas em Paris, fixou-se em Lisboa em 1907. Ocupou a pasta do Fomento (1912-1913) e em 1914 criou o primeiro Instituto Médico-Pedagógico destinado ao ensino de deficientes mentais. Foi fundador da SPAE.

²⁴ Estudo sobre as origens étnicas dos povoadores de S. Miguel e os supostos mecanismos de formação da «raça». O autor adoptou as ideias que Gustave Le Bon tinha incluído no seu trabalho sobre uma «raça» em formação nos montes Tatras (cordilheira entre a Polónia e a Eslováquia).

²⁵ A mudança de nome para museu etnológico terá ocorrido para evitar confusão com o Museu de Etnografia Colonial da SGL. Hoje designa-se por Museu Nacional de Arqueologia e está no Mosteiro dos Jerónimos.

²⁶ Vide http://www.mnarqueologia-ipmuseus.pt/?a=1&x=3&cc_tipo=28 (acedido em Dezembro de 2011).

Embora se tenha fixado em Lisboa em 1907, foi com Bernardino Machado, e em Coimbra, que A. da Costa Ferreira se iniciou na antropologia em 1898. Escreveu, entre outros, os trabalhos: *Négroïdes préhistoriques en Portugal* (1907); *Crânes préhistoriques du type négroïde* (1908); *Contribuição antropológica para o estudo de alguns cemitérios antigos de Portugal* (1913); *Sur quelques crânes de l'Alentejo et de l'Algarve* (1909); *Mésaticéphales du Sud de Portugal* (1910); *Crânios portugueses* (3 opúsculos: 1898-1899); *La capacité du crâne et la composition ethnique probable du peuple portugais* (1903); *La capacité du crâne et la profession chez les Portugais* (1903); *La capacité crânienne chez les criminels portugais* (1905); *O povo português sob o ponto de vista antropológico* (1909). Como se verifica, estes trabalhos estão sobretudo relacionados com a arqueologia e com a antropologia física.

O governo publicou a 12.5.1911 um decreto que organizou as faculdades de ciências, de Lisboa e do Porto, e nelas incluiu a cadeira de antropologia, que já existia na UC. O mesmo decreto estabeleceu cadeiras de etnologia nas faculdades de letras dessas três universidades (Vasconcelos, 1928: 12). No caso de Lisboa a cadeira de antropologia foi regida primeiro pelo professor de zoologia Baltasar Osório, sendo Bettencourt Ferreira o assistente e, mais tarde, por Artur Ricardo Jorge (1886-1974). A partir de 1912 o Instituto de Anatomia²⁷ da FMUL passou a publicar o periódico *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, dirigido por Henrique de Vilhena, no qual foram publicados artigos de antropologia pelo seu director e por Costa Ferreira, Mendes Correia, Joaquim Fontes, entre outros. Depois de referir-se às primeiras incursões na antropologia em Lisboa, Leite de Vasconcelos dedica algumas páginas a Coimbra, salientando o papel de Bernardino Machado, e ao Porto, destacando figuras ligadas à Sociedade Carlos Ribeiro (Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso e Ricardo Severo) e à Escola de Antropologia do Porto, em especial Mendes Correia. Em 19 páginas do seu texto, Mendes Correia é a pessoa a quem mais se refere dedicando-lhe três páginas. O autor acaba por ser largamente inclusivo relativamente à antropologia. A sua obra é exemplificadora de quão detalhado era.

²⁷ Foi notável também a contribuição do Instituto de Anatomia da FMUP, dirigido por J. A. Pires de Lima, para os estudos antropológicos. No âmbito da sua produção científica publicaram-se trabalhos de investigação anatómica desde 1911 até 1925 numa edição comemorativa da revista *O Instituto de Anatomia*. Depois de 1925 continuaram a realizar-se trabalhos, alguns com o apoio do IAUP. Segundo Mendes Correia, o IAUP focava-se nos que eram considerados os aspectos «mais recentes dos estudos antropológicos, a Genética, a Biotipologia, a Constitucionalística, a Endocrinologia, a Hematologia étnica» (1941a: 36), enquanto o de Anatomia dava especial atenção à antropologia das partes moles (não ósseas). Ambos os institutos organizaram, em conjunto com a SPAE, o XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica e a IV.^a sessão do Instituto Internacional de Antropologia, com parte das suas sessões em 1930 no Porto, e o I Congresso Nacional de Antropologia Colonial (Porto, 1934). Estiveram presentes também em congressos realizados no estrangeiro.

Ligado à antropologia portuguesa esteve também António Augusto da Rocha Peixoto (1866-1909), naturalista, etnólogo e arqueólogo e uma das figuras marcantes na vida cultural na transição do século XIX para o século XX. A sua obra foi influenciada pelo evolucionismo na sua vertente mais arqueológica. Foi um dos fundadores da Sociedade Carlos Ribeiro (1888) e em 1891 secretariou a *Revista de Portugal* fundada por Eça de Queiroz, onde colaborava. Organizou o Gabinete de Mineralogia, Geologia e Paleontologia da Academia Politécnica do Porto. Colaborou nos jornais *O Século* e *O Primeiro de Janeiro* e, em 1889, como redactor-chefe, foi um dos impulsionadores da revista *Portugália*. Foi ainda director da Biblioteca Pública e Museu Municipal do Porto. O seu pensamento, influenciado por Oliveira Martins (1845-1894), distinguiu-se, entre outros, no estudo da cultura material. João de Pina-Cabral considera-o «um etnógrafo de campo muito dedicado, que conhecia o Norte português como poucos dos seus contemporâneos» (1991: 26), e cujo trabalho sobre modos de vida comunal «fundou uma longa tradição de estudo sobre esta forma de organização social»; trabalhou ainda sobre tatuagens, casas de pescadores, pinturas votivas, cerâmica, filigrana e alcunhas (*idem, ibidem*). Tem, no entanto, uma visão negativizada da cultura popular.

João de Pina-Cabral considera, contudo, que em Portugal houve uma tendência para o anacronismo académico e mesmo em Leite de Vasconcelos tal é evidente. Apesar de na viragem do século a sua produção científica mostrar estar a par das tendências académicas internacionais, isso já não acontece no período que vai até ao fim da sua vida, que é contemporâneo da publicação dos primeiros volumes de *Etnografia Portuguesa* (1933, 1936 e 1941). Mesmo comparando «as suas linhas teóricas com as dos seus contemporâneos, por exemplo Lévy-Bruhl em *La Mentalité Primitive* (1922) ou Mauss no *Essai sur le Don* (1925), o anacronismo científico torna-se claro» (Pina-Cabral, 1991: 27). O mesmo acontece se compararmos «discípulos seus, tais como Luís Chaves (1945) ou a família Pires de Lima (...) com os contemporâneos franceses e ingleses (Radcliffe-Brown, Malinowski, Firth, Evans-Pritchard ou Lévi-Strauss)» (*idem, ibidem*).

3. A Escola de Antropologia de Coimbra (1885)

O estudo oficial da antropologia em Portugal iniciou-se com a criação da cadeira de «Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-histórica²⁸», através da Carta de Lei

²⁸ Esta cadeira foi criada em substituição da cadeira de Agricultura, Zootecnia e Economia Rural, que existia na Faculdade de Filosofia (*Cem Anos de Antropologia em Coimbra*, 1985: 14).

de 2.7.1885, elaborada por Bernardino Machado (1851-1944) e Corrêa Barata²⁹ (1847-1900), e publicada no *Diário do Governo* n.º 149 de 9.7.1885, na Faculdade de Filosofia da UC. No ano lectivo de 1885-1886 a cadeira foi regida por Henrique Teixeira Bastos, como professor substituto. A este sucedeu-lhe o professor proprietário Bernardino Machado, com formação científica em física e matemática, e que se inspirou sobretudo nos trabalhos do médico e antropólogo Francisco Ferraz de Macedo; foi assim o primeiro professor proprietário da primeira cadeira de antropologia em Portugal. Para além da antropologia, leccionou na UC as disciplinas de Agricultura, Física e Geologia. Em 1893, como vimos, criou também o Museu Etnográfico Português. Em 1898 fundou também a Sociedade de Antropologia - primeira sociedade científica de antropologia em Portugal - planeada no ano lectivo de 1896-1897. De acordo com os seus Estatutos³⁰, o seu fim era «desenvolver os estudos antropológicos em Portugal» (Art. 2.º). A sociedade tinha três categorias de sócios: efectivos, correspondentes e honorários, nacionais ou estrangeiros. Para ser sócio efectivo era necessário, «ter trabalhos especiais de antropologia», «ser proposto por dois sócios», «obter maioria absoluta de votos na assembleia-geral» e «residir em Coimbra». À excepção da última condição (residência), as mesmas condições se impunham para os sócios correspondentes. Todavia, a actividade da sociedade acabou por ser curta, já que B. Machado, primeiro e único presidente da mesma, passou a estar mais envolvido com o Partido Republicano, ao qual aderiu oficialmente em 1903, e que acabou por escolher em 1907. Quando se afasta da universidade por questões políticas³¹, uma vez que foi eleito Presidente da República duas vezes, é Eusébio Tamagnini (1880-1972) quem vem contribuir para a consolidação e afirmação desta escola³² (Santos, 2005). Em 1911 o museu e laboratório de Coimbra foram considerados um instituto de investigação científica, facto que só viria a suceder nos seus congéneres do Porto em 1923.

A Escola de Antropologia de Coimbra é comparável em alguns aspectos a outras com tradições antropológicas naturalistas como é o caso da escola de Antropologia de Paris. Nos primeiros anos, os assuntos escolhidos para investigação eram sobretudo no âmbito da antropologia física. Com a orientação de Bernardino Machado, os alunos elaboraram

²⁹ Francisco Augusto Corrêa Barata escreveu, entre outros, *As raças históricas da Península Ibérica* (1872) e *Origens Antropológicas da Europa* (1873), ambos publicados pela Imprensa da UC.

³⁰ Projecto votado na reunião dos fundadores, realizada no IAUC a 4.4.1896, sob a presidência de B. Machado, professor catedrático de antropologia na UC, tendo-se tomado para base de discussão um anteprojecto formulado por António Afonso Maria Vellado Alves Pereira da Fonseca (*Estatutos da Sociedade de Antropologia...*).

³¹ B. Machado era maçom; foi forçado ao exílio, com a Revolução de 28 de Maio de 1926, com os seus filhos, não tendo estado afecto ao Estado Novo. Teófilo Braga, Bernardino Machado e Manuel de Arriaga foram os três primeiros presidentes que contribuíram para a nova visão democrática, após a monarquia.

³² Lendo o trabalho de Santos (2005) percebemos que o mesmo beneficiou da publicação em 1985 da obra *Cem Anos de Antropologia em Coimbra* (Matos, 2007). Relativamente à Escola de Antropologia do Porto não conhecemos nenhum trabalho que se lhe assemelhe, até porque a história destas escolas teve percursos distintos.

trabalhos osteométricos, entre 1884/85 e 1904, publicados sob o título *Aula de Antropologia da Universidade de Coimbra - trabalhos dos alumnos* (1904). Para o ano lectivo de 1887/ 88, os manuais recomendados eram o *Manuel d'Anthropologie* de Paul Topinard³³ (188?), *Instructions cranéologiques et cranéométriques, de la Société d'Anthropologie de Paris* de Paul Broca (1875), e *Le Préhistorique, antiquité de l'homme* de Gabriel Mortillet³⁴. As dissertações para a cadeira de antropologia visavam os campos da osteologia, etnografia, sociologia, antropometria e ecologia humana. Os estudos de foro antropológico da UC, tal como a escola de Paul Broca, constituíram-se sobretudo enquanto práticas antropométricas que procuravam caracteres significativos para estabelecer classificações dos grupos humanos. A bibliografia da cadeira atesta não só o peso que a antropologia física tinha, mas também a influência da escola francesa em Coimbra. Entre 1907 e 1950, na sequência da resignação de Bernardino Machado, Eusébio Tamagnini tomou o lugar de lente titular da cadeira de antropologia e assumiu as funções de director da secção de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica do Museu de História Natural. A cadeira passou, então, a dividir-se em duas vertentes distintas: a «Antropologia Zoológica», designação de Tamagnini, que pretendia ser uma introdução geral à Primatologia e a «Antropologia Etnológica», destinada ao estudo e à caracterização «das raças humanas» (Areia e Rocha, 1985: 17-8). A partir de 1914, e como sucessora da já referida publicação *Aula de Antropologia* (trabalhos dos alunos), o IAUC passou a publicar a revista *Contribuições para o estudo da Antropologia portuguesa*.

A UC destacou-se também pela criação do Curso de Etnografia Colonial³⁵, cujo programa, elaborado por João Gualberto de Barros e Cunha (1865-1950) no ano lectivo de 1912/13, defendia ser importante «para os povos colonizadores» o «conhecimento exacto da etnografia dos indígenas das suas colónias». Quase todos os assuntos diziam respeito a África e aos seus povos, à organização social ou aos objectos por eles produzidos, mas eram tidas em consideração também as populações da Índia, Macau e Timor. Existia ainda uma componente distinta, que respeitava ao Curso de Antropologia Criminal, autorizado no ano lectivo de 1908/09, com a designação de Curso de Antropometria. Já no relativo à antropologia etnológica não se assistiu a um grande desenvolvimento, apesar das muitas colecções recolhidas no âmbito da cultura material. Ainda assim, a cadeira de antropologia etnológica, cujo programa dizia ser uma «introdução geral ao estudo das raças», foi funcionando para os

³³ Topinard ocupou o lugar de Broca na Société d'Anthropologie (1881-1886). Foi professor na École d'Anthropologie, em 1876 até 1890, e director da *Revue d'Anthropologie* e de *L'Anthropologie*.

³⁴ Vide *Anuário da Universidade de Coimbra*, 1887-88: 173.

³⁵ Esta universidade já tinha proposto a criação de um Curso Colonial na Faculdade de Direito, em Dezembro de 1901, que foi regido por Rui Ulrich e Marnoco e Sousa, entre 1905 e 1910.

alunos da FLUC. No ano de 1929-1930 faziam parte do programa, entre outros, os tópicos: «Etnologia e Etnografia, considerações gerais», «Noções de espécie e raças», «Caracteres distintivos das raças», «Cor da pele, melaninas, etc.», «Os diversos índices antropométricos», «Classificação das raças humanas», «Classificação de Topinard», «Classificação de Deniker», «Classificação de Strats», «Classificação de Schertz, Ruggeri, Haddan». Paralelamente a estas matérias, Tamagnini e os seus discípulos iam desenvolvendo trabalhos no âmbito da somatometria e osteometria, fisiologia e biodemografia. Coimbra desenvolvia assim uma perspectiva semelhante à antropologia germânica no sentido de uma *rassekunde*. No ano lectivo de 1939/40 a cadeira de antropologia da FCUC, continuava a incluir no seu programa matérias como «Morfologia comparada dos Hominídeos actuais», «Antropometria», «Morfologia comparada dos tecidos moles», «Osteometria», «Cranimetria», «Os tipos morfológicos dos Hominídeos actuais» e «As noções de espécie e de raça à luz dos princípios da Genética» (Areia e Rocha, 1985: 21, 52).

Em Coimbra, por acordo entre os antropólogos portugueses, existia também, desde 1921, a sede do núcleo português do Instituto Internacional de Antropologia, que possuía uma delegação na Índia, representada por investigadores da Escola Médica de Goa³⁶. Tendo em conta a partilha académica, em termos das temáticas tratadas na escola de Coimbra e na do Porto, assim como política³⁷, devido aos cargos que algumas figuras ligadas a estas escolas ocuparam durante o Estado Novo, poderíamos ter a tentação de subentender uma possível proximidade a nível pessoal entre os seus principais representantes, nomeadamente Mendes Correia e Eusébio Tamagnini; contudo, tal não existia, e entre «Coimbra» e o «Porto» existiam grandes rivalidades. Quando Eusébio Tamagnini se jubilou em 1948, o trabalho da cadeira de antropologia foi continuado por José Antunes Serra e Xavier da Cunha. Apenas em 1992 é criada a licenciatura de Antropologia na FCTUC, da qual fui aluna entre Outubro de 1992 e Fevereiro de 1997. Um ou dois anos depois, o antigo IAUC adquire o estatuto de departamento. A implementação da licenciatura, que inclui no programa tanto a formação em antropologia biológica, como em antropologia social e cultural, ambas obrigatórias, deveu-se sobretudo às diligências movidas pelo antropólogo Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia³⁸. Hoje em dia, a licenciatura está integrada no Departamento de Ciências da Vida da FCTUC, juntamente com as licenciaturas de Biologia e de Bioquímica.

³⁶ Sobre a Escola Médica de Goa e o trabalho dos que nela estiveram envolvidos, *vide* Bastos (2002).

³⁷ Tamagnini (1940a: 56) considerava que a ciência «tem de servir os interesses nacionais» e a política tem «de se fundar sob o conhecimento biológico do agregado nacional» (Santos, 2005: 171)

³⁸ Em 1989 foi elaborado por João Pereira Neto, então director da Antropos – Sociedade de Estudos de Antropologia e Sociologia, Ltda. – um parecer sobre a criação dessa licenciatura (Neto, 1988).

4. Alguns antecedentes da Escola de Antropologia do Porto

Também no Porto surgem algumas das primeiras incursões no âmbito do desenvolvimento dos estudos antropológicos. No texto sobre *A Escola Antropológica Portuense*, Mendes Correia (1941a) refere algumas dissertações inaugurais realizadas na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, que tiveram por assunto a «Antropologia pura ou aplicada». Os temas destacados são: a) hereditariedade e casamento, especialmente os casamentos consanguíneos³⁹; b) crime e prisões⁴⁰; c) problemas da aclimação nas colónias, da regeneração social e da «raça»⁴¹. Noutro parágrafo, talvez porque o tema se distingua dos anteriores, refere-se à tese final de medicina de José Leite de Vasconcelos, *A evolução da linguagem, Estudo antropológico* (1886), que considera inaugurar «a sua notável bibliografia de filólogo, etnógrafo e arqueólogo» (1941a: 7). Por outro lado, podemos referir a criação da Sociedade Carlos Ribeiro, em 1888 e, no ano seguinte, a *Revista de Ciências Naturais e Sociais* (1889-1898), à qual sucedeu a revista *Portugália* (1899-1908), assim como alguns trabalhos levados a cabo na Academia Politécnica. Segundo Mendes Correia, o «primeiro núcleo de actividade científica» que se dedicou no Porto à antropologia de modo «especial e intensamente» foi o «grupo notável de jovens» que fundou a referida sociedade (1941a: 9).

A sociedade, que deveu o seu nome ao então já falecido geólogo Carlos Ribeiro (1813-1882)⁴², foi idealizada⁴³ em Julho 1887 por jovens rapazes, devendo ter o mais velho cerca de vinte anos (Correia, 1941a: 10). Os seus membros fundadores foram Júlio de Matos (1856-1922) (presidente), Basílio Teles (1856-1923) (vice-presidente), António Augusto da Rocha Peixoto (1866-1909) (secretário-geral), Artur Augusto da Fonseca Cardoso (1865-1912) (tesoureiro), Alfredo Xavier Pinheiro (1863-1889), João Baptista Barreira (1866-1938)

³⁹ Como aconteceu com a dissertação de concurso de Morais Caldas.

⁴⁰ *O crime, Apontamentos para a sua sistematização*, de Roberto Frias, 1880; *As prisões*, de João António Pereira, 1881; *O crime, Considerações gerais*, de Sérgio Moreira da Fonseca, 1902; *A tatuagem nos criminosos*, de Álvaro Teixeira Bastos, 1903; *O problema de Lombroso, Estudo crítico de bio-sociologia sobre a teoria atávica do crime*, de Manuel José de Oliveira, 1904.

⁴¹ *Breves considerações a respeito das principais causas de degenerescência física, moral e intelectual do povo português*, de Manuel Tibúrcio Ferraz, 1893; *O homem e a teoria de Darwin, Esboço histórico*, dissertação final de António Maria de Carvalho, 1906.

⁴² A Carlos Ribeiro, geólogo e pré-historiador do Porto, interessou ir buscar as origens do homem Mesolítico (entre o Paleolítico e o Neolítico), tendo para isso estudado os concheiros (monte de conchas) do mesolítico.

⁴³ A escolha do nome de Carlos Ribeiro para a sociedade foi elogiada por Armand de Quatrefages, um dos nomes prestigiados da antropologia, professor dessa disciplina no Muséum d'Histoire Naturelle de Paris, que se dispôs, inclusivamente, a ajudar a sociedade no estabelecimento de contactos com grupos congéneres em França (Peixoto, 1890: 190). Terá sido devido ao prestígio científico de Carlos Ribeiro, em resultado das suas descobertas de restos humanos em Muge, que veio a realizar-se em 1880 na cidade de Lisboa a VII sessão do Congrès Internationaux d'Anthropologie et Archéologie Pré-historique.

e Ricardo Severo da Fonseca e Costa⁴⁴ (1869-1940) (Correia, 1941a: 9). Os mais entusiastas da sociedade eram Ricardo Severo, Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso, que se conheceram ainda no liceu e foram depois colegas na Escola do Porto. Severo concluiu na Academia Politécnica o curso de engenharia de Obras Públicas, em 1890, e o curso de engenheiro de Minas em 1891. Rocha Peixoto matriculou-se em 1886 na Academia Politécnica, mas fez apenas algumas cadeiras (matemática, física, química, zoologia, botânica, mineralogia e desenho) (Correia, 1941a: 10). Fonseca Cardoso seguiu o curso da arma de Infantaria, tendo feito os estudos superiores em Lisboa⁴⁵. João Barreira formou-se na Escola Médica em 1892 com uma dissertação sobre «O delírio de negação», mas dando preferência aos temas de história e crítica de arte. Alfredo Xavier foi pintor e fez estudos sobre pelourinhos e etnografia, falecendo prematuramente com 27 anos. Segundo Mendes Correia, tanto o psiquiatra Júlio de Matos, que em 1880 conclui o curso de Medicina, como Basílio Teles, um dos chefes da revolta de 31 de Janeiro de 1891⁴⁶, foram solicitados pelos companheiros, mais novos «para os apoiarem na tarefa com o prestígio que os seus nomes já haviam adquirido, e com os conselhos da sua experiência um pouco mais avançada» (1941a: 9-10).

De acordo com os estatutos da sociedade, aprovados em 2.8.1888, o seu objectivo era «o estudo das ciências naturais, elucidando sobretudo as questões que possam interessar o espírito do país» (Correia, 1941a: 9). Os estatutos da sociedade previam ainda o «dever de promover conferências públicas, fazer publicações periódicas e avulsas, organizar museus e exposições» (*idem, ibidem*). A sociedade, cuja actividade decorreu entre 1888 e 1898, dividia-se em quatro secções (1. Geologia e Paleontologia, 2. Zoologia e Botânica, 3. Antropologia e 4. Etnografia), manifestando interesse tanto pelo estudo dos factos naturais, como pelo estudo dos factos sociais. Desde o seu início, os sócios do grupo revelaram um interesse especial por temas ligados à antropologia. Logo em 1888, Rocha Peixoto publicou numa edição da sociedade um estudo sobre o Museu Municipal do Porto, apelando à necessidade da «criação de laboratórios especiais e duma secção de antropologia anexa àquele Museu» (Correia, 1941a: 11); Peixoto viria a ser director desse museu, sucedendo a Eduardo Augusto Allen, entre 1900 e 1909. Os temas da pré-história também moviam os fundadores desta instituição. Em 1888, numa edição da sociedade, Ricardo Severo publicou um estudo de 113 páginas sobre o volume de Émile Cartailhac intitulado *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du*

⁴⁴ Além destes, foram sócios da sociedade: Alfredo Bensaúde, António dos Santos Rocha, Fernando Matoso e Manuel Paulino de Oliveira; e entre os sócios beneméritos: Flávio Pais e Vasco Sampaio (Peixoto, 1898: 205).

⁴⁵ Segundo Ricardo Roque, o facto de Ricardo Severo, Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso não terem frequentado a cadeira de antropologia, criada em 1885, por B. Machado, terá sido uma atitude deliberada, já que a escola de Coimbra era vista mais como uma concorrente, do que como uma aliada do projecto do Porto (2001b: 264).

⁴⁶ Movimento revolucionário, com origem no Porto, cujo objectivo era a implantação do regime republicano.

Portugal. Segundo Mendes Correia, Ricardo Severo procurou «ampliar a sólida informação do autor com algumas contribuições pessoais, como as relativas à *Cividade* de Bagunte, e fazendo essa análise com um critério em que se esboça já o nacionalismo étnico de que viria a ser um dos mais distintos e calorosos paladinos» (1941a: 11).

A variedade de interesses manifestada pelos sócios revela-se também nos quatro volumes da *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, um órgão da sociedade cuja publicação, em regime trimestral, se inicia em 1889 e termina em 1898, e que contou logo a partir dos primeiros fascículos com a colaboração dos investigadores portugueses mais conceituados na época⁴⁷, como Teófilo Braga (1843-1924), Santos Rocha (1853-1910), Basílio Teles, Adolfo Coelho (1847-1919), Martins Sarmiento (1833-1899), Leite de Vasconcelos (1858-1941), Júlio de Matos, para além dos já referidos Ricardo Severo, Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso⁴⁸. Os principais temas analisados na *Revista* eram o estudo do povo português e as origens étnicas da nação. Mas também se publicou sobre temas como geologia, paleoetnologia, zoologia, botânica e criminologia. Tais estudos, que aspiravam a um rigor de exactidão semelhante ao das ciências matemáticas e físicas, caracterizaram-se pelo seu teor descritivo, comparativo e classificatório, e assemelhavam-se aos modelos explicativos evolucionistas, avançados na geologia e na biologia, respectivamente por Charles Lyell (1797-1875) e Charles Darwin (1809-1882)⁴⁹. Nesta *Revista*, Ricardo Severo, que analisou o estudo de Rocha Peixoto, publicou a primeira notícia científica de pré-história das colónias portuguesas (*Primeiros vestígios do período neolítico na província de Angola*) e Rocha Peixoto publicou sobre o início dos seus estudos etnográficos (malacologia popular, tatuagem, etc.) (Correia, 1941a: 11). Por seu turno, no volume II, Leite de Vasconcelos deu à estampa o artigo *Linguagem popular do Porto*; Ricardo Severo escreveu sobre o Museu de Mineralogia, Geologia e Paleontologia da Academia Politécnica⁵⁰ e Júlio de Matos analisou *Crime et Criminel* de Ferraz de Macedo. No volume III (1895) foi publicada uma notícia de Fonseca Cardoso sobre a estação cheleana de Vale de Alcântara (Campolide)⁵¹, cujo espólio lítico, conservado pelo autor, veio a pertencer ao Museu de Antropologia da FCUP. E no volume IV

⁴⁷ Em 1895 Wenceslau de Lima, director da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, e professor de Mineralogia e Geologia na Escola Politécnica, juntou-se ao grupo de direcção da revista.

⁴⁸ Foi Mendes Correia quem veio a elevar Fonseca Cardoso à categoria de fundador da «antropologia colonial portuguesa», publicando alguns dos seus trabalhos após a sua morte. Porém, Fonseca Cardoso já era um antropólogo conhecido antes, pois em 1908 dirigiu o capítulo referente à «Antropologia Portuguesa» nas *Notas sobre Portugal*, I, p. 58-72 (Vasconcelos, 1928: 16). Este texto, que inclui um mapa sobre esqueletos de Portugal – braquicéfalos e dolicocefalos -, terá sido o seu último trabalho antropológico. Fonseca Cardoso foi influenciado por autores como Rudolf Virchow e Paul Topinard. Faleceu em 1912 em Timor.

⁴⁹ Sobre a influência de Darwin nos autores da geração dos anos 70 do século XIX, vide A. L. Pereira (2001).

⁵⁰ Nesta altura Rocha Peixoto era naturalista-adjunto neste museu.

⁵¹ Trabalho que foi criticado por Choffat a quem Cardoso replicou posteriormente.

(1898) foram publicados, entre outros, o texto *O Índigena de Satary* (Índia Portuguesa), de Fonseca Cardoso, e o artigo *A Antropometria no Exército*, de Rocha Peixoto, a propósito do trabalho de Rudolfo Livi sobre antropometria em Itália, onde o autor «proclama a oportunidade de encetar os estudos antropológicos no país» (Correia, 1941a: 12).

Rocha Peixoto nem sempre é associado aos estudos de antropologia física, antropométricos e de antropologia militar, que também desenvolveu. Contudo, algumas vezes é referido o seu trabalho, influenciado por Lombroso e pela antropologia criminal, sobre tatuagem. Como referiu Ricardo Roque, parece existir assim um certo «apagamento» (2001b: 277) da «vertente antropométrica na história da antropologia portuguesa de Oitocentos», sendo tal uma consequência de uma história «orientada pelas convenções da antropologia social e cultural» (*idem, ibidem*). Nesta altura a antropologia é vista também como antropometria⁵² (de preferência no vivo) e vai substituindo a craniometria. Estes estudos eram semelhantes a outros que eram feitos pela Europa e neles era possível encontrar discursos nacionalistas, preocupações com a cultura popular e análises a partir de dados arqueológicos. No caso da França, a antropologia, inspirada em Paul Broca, reunia várias especialidades, como a arqueologia, linguística ou anatomia, procurando todas fazer a descrição total de um povo e estudar a história natural do Homem. E foi também nesse sentido que as principais figuras ligadas à Sociedade Carlos Ribeiro utilizaram o termo antropologia. Por outro lado, os elementos da sociedade procuraram afirmar o seu trabalho no contexto nacional e internacional. Entre os finais do século XIX e os inícios do século XX, a *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, assim como a *Portugália*, que lhe sucedeu, e a SGL, eram as únicas organizações portuguesas que faziam parte da rede de instituições científicas a corresponder-se com a *Société d'Anthropologie de Paris* (Roque, 2001b: 250). Em 1889 Ricardo Severo foi a Paris para representar a sociedade na décima sessão dos *Congrès*, tendo estabelecido contactos com vários homens de ciência que lhe despertaram ainda mais o interesse para desenvolver estudos antropológicos em Portugal. Por seu turno, Fonseca Cardoso foi um dos dezasseis portugueses a ter o estatuto de subscritor do *Congrès* e recebia em casa as actas das sessões do mesmo, ainda que nelas não estivesse presente (Roque, 2001b: 250).

Com vista a realizar o estudo antropológico do «homem minhoto», e contribuir para a realização da carta da estatura portuguesa (como foi elaborada em França e na Alemanha), utilizando elementos do registo de recrutamento e da inspecção militar, Fonseca Cardoso entrou em contacto com a casa Collin de Paris e em Setembro de 1894 recebeu a «caixa

⁵² Sobre o tema da antropologia física e da antropometria na alvorada do século XX, *vide* Madureira (2003).

antropométrica» de Topinard. Nos momentos de pausa do serviço militar, mobilizou-se no sentido de recolher registos de estaturas e também medidas da sua colecção de crânios. Mas este projecto terminou em 1895 quando foi mobilizado para Goa. Esta partida para a Índia somou-se à de Ricardo Severo para o Brasil em 1892, acabando o trio por separar-se, e o trabalho da sociedade e da revista sendo feito quase apenas por Rocha Peixoto, situação que durou até 1898. A permanência de Fonseca Cardoso na Índia, como oficial da campanha dos Ranes, levou-o a fazer várias observações no vivo, que publicou em 1897 no artigo «O indígena de Satari» na *Revista de Ciências Naturais e Sociais*. Foi na Índia que obteve seis crânios hindus da Sanquelim e Cudnem, doados depois ao Museu Antropológico da FCUP, que foram objecto de estudo de Mendes Correia no texto «Sobre alguns crânios da Índia Portuguesa» (1916-1917). Os escassos recursos da Sociedade Carlos Ribeiro não permitiram a realização de um grande projecto institucional, ou um grande inquérito antropológico ao povo português, como os desenhados por Topinard. Conseguiram, contudo, reunir uma biblioteca especializada, em resultado sobretudo de permutas e uma colecção de ossos e crânios.

A *Revista de Ciências...* foi sucedida pela revista *Portugália, Materiais para o estudo do povo português*, que surgiu em 1888-1889. O seu fundador e director foi Ricardo Severo, apoiado por Rocha Peixoto (redactor-chefe), Fonseca Cardoso (secretário) e, mais tarde, José Fortes. À revista foi atribuído um carácter de grandiosidade, por Mendes Correia, no que respeita à cultura. Ficou conhecida pela sua erudição nos domínios da arqueologia, história, antropologia e etnografia. De modo idêntico à *Revista de Ciências...*, centrou-se no estudo do povo português e das suas origens étnicas. Segundo Santos Júnior, os «dois grossos» volumes da *Portugália* reuniram «valiosos trabalhos de antropologia, arqueologia, pré-história, etnografia, folclore, etc.» (1934: 8). Fonseca Cardoso publicou três monografias: *O Minhoto de Entre Cávado-e-Âncora*, *O Poveiro* e *Castro Laboreiro* sobre a população serrana deste local; e com Ricardo Severo publicou *O ossuário da freguesia de Ferreiró*. Com oito fascículos publicados em dois volumes, a *Portugália* terminou em 1908, em consequência da retirada de Ricardo Severo para o Brasil e do falecimento de Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso (Correia, 1941a: 13-14). Reinach, Cartailhac e outras «autoridades universalmente reconhecidas» consideraram-na uma revista «digna dos mais categorizados centros de cultura mundial, Paris, Roma, Londres ou Berlim» (*idem*, p. 13). Terá sido o grupo da *Portugália* a traçar as directrizes principais da actividade que veio a manter-se na Escola de Antropologia do Porto: «Antropologia física, Etnografia, Pré-história» (*idem, ibidem*).

Segundo Mendes Correia (1941a), já antes da FCUP havia na Academia Politécnica um interesse pela antropologia materializado, por exemplo, na diligência que Rocha Peixoto

manifestou por explorações arqueológicas no «castro» de Guifões, perto da foz do Leça, tendo-lhe o conselho escolar concedido um subsídio. É ainda desse tempo a publicação dos *Anais Científicos da Academia Politécnica do Porto*, fundados pelo matemático, e primeiro reitor da UP, Francisco Gomes Teixeira. Nessa revista Rocha Peixoto publica «Survivances du régime communautaire en Portugal» (1908). E o já referido Aurélio da Costa Ferreira publica «Négroïdes préhistoriques en Portugal»⁵³ (1907) e «Sur une particularité de la courbe médiane de quelques crânes portugais» (1910). No entanto, a Academia Politécnica tinha limitações. Por exemplo, a Sociedade Carlos Ribeiro, pela mão de Rocha Peixoto (1898), tinha já criticado no final do século XIX a exiguidade das colecções daquela academia e a forma desordenada como os objectos nela estavam colocados. As condições de trabalho e de investigação foram melhoradas apenas com a reforma educativa e a criação da FCUP.

5. A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAЕ) (1918)

Foi por iniciativa de Mendes Correia, com o apoio de figuras mais velhas como Luís Bastos de Freitas Viegas⁵⁴ (1869-1928), Aarão de Lacerda⁵⁵ (1863-1921) e Bento Carqueja⁵⁶ (1860-1935), que foi fundada no Porto, a 26.12.1918, a SPAЕ. Nesse dia foi realizada a primeira assembleia-geral e aprovados os seus estatutos. O título da sociedade (figura n.º 26) é ilustrativo da divisão, a que já me referi, entre antropologia (estudo do homem na dimensão física e biológica) e etnologia (estudo do homem na dimensão social e cultural). A funcionar no IAUP, organizou desde o início várias reuniões científicas e publicou regularmente os *TAE*, que continham uma secção bibliográfica destinada a informarem o leitor acerca dos progressos da antropologia portuguesa e geral. A criação da SPAЕ constituiu também uma resposta do «Porto» à tentativa falhada de criar uma sociedade de antropologia em Coimbra. À semelhança de outras congéneres na Europa e nos EUA, a SPAЕ reunia um pequeno grupo de sábios e especialistas com interesses comuns aos homens do seu meio académico e social.

⁵³ Este artigo procura responder a uma pergunta formulada por carta, de G. Hervé, da Escola de Antropologia de Paris, acerca da influência de caracteres negróides, informando-o «ter encontrado entre os crânios dos concheiros pré-históricos de Muge um exemplar com alguns caracteres negróides» (Correia, 1941a: 15). Segundo Mendes Correia, «a descoberta, alguns anos antes, dos esqueletos duma velha e dum adolescente, com caracteres negróides, em níveis aurinhacenses das grutas de Grimaldi (Baoussé-Roussé, Menton)», sobre os quais Verneau «entendeu dever definir a “raça negróide de Grimaldi”», suscitou uma «intensificação das pesquisas de negróides na pré-história europeia» (1941a: 15). Cerca de 23 anos mais tarde, por ocasião do Congresso Antropológico de 1930 (Lisboa e Porto), Hervé escreveu a Mendes Correia, sendo a carta publicada na *Revue Anthropologique*.

⁵⁴ Médico e antropólogo, director do Posto Antropométrico do Porto, professor de Anatomia da FMUP.

⁵⁵ Professor de Zoologia da FCUP.

⁵⁶ Fez o curso livre de Ciências Físico-Naturais; professor de agricultura e ciências físico-naturais na Academia Politécnica; director do *Comércio do Porto* e professor de economia política na UP; fundador da SPAЕ, director da *Portugália*. Ofereceu à SPAЕ o espólio da Sociedade Carlos Ribeiro e da *Portugália*, permitindo completar colecções. Na assembleia-geral da SPAЕ de 28.12.1927 decidiu-se que o espólio seria transferido para o IAUP.

No entanto, tendo em conta as datas das sociedades antropológicas criadas na Europa, em Paris (1858), Berlim (1869), Viena (1870), Itália (1871), Suécia (1872), a SPAE (1918) surgiu tardiamente. Mas, tal como aconteceu em outras sociedades internacionais, veio a revelar-se um local institucional com uma dinâmica científica considerável, assim como um espaço privilegiado de debate e troca de ideias. Segundo Santos Júnior, a SPAE nasceu devido à «vontade decidida» de Mendes Correia – um homem que «soube congregar à sua volta um grupo de homens superiores» - Aarão de Lacerda (pai), Luís de Freitas Viegas e Bento Carqueja, que com ele «constituíram o núcleo inicial da Sociedade» (1969: 38).

No sentido de conhecer melhor as actividades da SPAE⁵⁷, e o seu funcionamento, consulte os seus estatutos e os livros de actas que dizem respeito às reuniões dos seus associados e aos eventos por ela organizados. Os seus estatutos, aprovados na primeira assembleia-geral de 26.12.1918, apesar de pequenas alterações que neles foram introduzidas em 1924, estiveram em vigor até meados dos anos 80⁵⁸. Estes foram estruturados em 24 artigos divididos em seis capítulos (I. Fins, Sede e Ano Social; II. Dos Sócios; III. Das Sessões; IV. Dos Fundos; V. Da Administração; VI. Disposições Gerais e Transitórias). De acordo com o Artigo 1.º do Capítulo I dos Estatutos de 1918, a SPAE tinha como objectivo:

estimular e cultivar em Portugal o estudo dos métodos antropológicos, da antropologia zoológica, antropologia étnica, antropologia e arqueologia pré-históricas, psicologia experimental, etnografia, e dos ramos científicos seus derivados ou aplicados, como as antropologias militar, pedagógica, clínica, criminal, judiciária, etc. (*Estatutos da SPAE*, 1918: 3).

O Artigo 1.º referia ainda que, para alcançar os seus objectivos, a SPAE:

- a) Realiza sessões científicas periódicas e extraordinárias;
- b) Publica trabalhos e estudos originais sobre antropologia e ciências antropológicas;
- c) Organiza e mantém uma biblioteca com um gabinete de leitura;
- d) Põe-se em contacto com sociedades congéneres, nacionais e estrangeiras;
- e) Procura organizar colecções antropológicas, arqueológicas e etnográficas, e divulgar os métodos antropológicos, sobretudo entre médicos, professores, viajantes e coloniais;
- f) Faz a propaganda possível das vantagens da antropologia escolar, e bem assim dos serviços de identificação antropológica, particularmente como elemento de polícia científica;
- g) Organiza inquéritos e missões científicas, dentro dos seus recursos, sobretudo no país e colónias;
- h) Patrocina a intensificação e extensão do ensino da antropologia e ciências antropológicas em Portugal (*Estatutos da SPAE*, 1918, p. 3-4).

A partir da leitura dos objectivos, é possível dar-mo-nos conta do que era considerado a antropologia incluir, enquanto ciência, produzindo conhecimento especializado, dentro e fora do país, e de que forma podia actuar no âmbito prático da vida quotidiana, divulgando

⁵⁷ Sobre a SPAE existe também uma entrada na *Enciclopédia Luso-Brasileira*.

⁵⁸ Os estatutos actuais da SPAE estão publicados no *Diário da República*, n.º 89, 2.ª série, de 16.4.1987.

conhecimentos e emitindo pareceres sobre aspectos clínicos, criminais e judiciários. No sentido de fazer cumprir a alínea b do Art.º 1.º dos estatutos, a SPAE passou a publicar os *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* (assim designados entre o volume I de 1918 e o volume X de 1945, depois do qual passaram a nomear-se por *Trabalhos de Antropologia e Etnologia [TAE]*), e estes foram durante muito tempo o principal meio de divulgação das actividades realizadas pela sociedade. Enquanto periódico, os TAE revelam o papel crucial que uma revista pode ter na institucionalização de uma disciplina; deram ainda o desenvolvimento à antiga tradição histórico-natural dos estudos antropológicos de que são prova os volumes da *Revista de Ciências Naturais e Sociais* e da *Portugália*. A sede da SPAE era no Porto, mas os estatutos de 1918 contemplavam a possibilidade de se organizarem núcleos em Lisboa e em Coimbra. Os seus sócios podiam ser honorários, efectivos ou correspondentes, mas só podiam ser correspondentes «os autores de publicações antropológicas de merecimento ou indivíduos que de qualquer forma hajam prestado serviço à antropologia e ciências antropológicas» (*Estatutos da SPAE*, 1918: 6). Só tinham voto deliberativo e podiam fazer parte dos corpos gerentes os honorários e efectivos (*idem*, p. 7).

Comparando estes estatutos com os da Sociedade de Antropologia de Coimbra, de 1899, constata-se que os da SPAE são mais extensos e detalhados, assim como mais ambiciosos. Além disso, segundo os estatutos da SPAE, não era obrigatório que os sócios efectivos residissem no Porto, como acontecia em Coimbra. Os estatutos da SPAE de 1924 têm uma estrutura semelhante aos de 1918 e foram alterados em assembleia-geral de 11.1.1924. Uma alteração relevante dos estatutos de 1924 ocorreu na alínea g) do Art.º 1.º em que passou a estar escrito «metrópole», em vez de país, e «ultramar», em vez de colónias⁵⁹ (*Estatutos da SPAE*, 1924: 4). Como verificamos pelos objectivos da SPAE, o seu conteúdo era alargado e incluía múltiplos interesses ou áreas de especialização. Essa diversidade estava também expressa na variedade de campos dos quais provinham os seus sócios. Da leitura das actas das reuniões e dos relatórios anuais da SPAE destacarei alguns aspectos.

5.1. A fundação da SPAE e os seus sócios fundadores

Na acta da primeira reunião da fundação da SPAE (26.12.1918) pode ler-se que a mesma decorreu no gabinete do Director do Museu de Geologia da FCUP, tendo-se encontrado Luís Bastos de Freitas Viegas, Aarão Ferreira de Lacerda, José da Rocha Ferreira (engenheiro e assistente de paleontologia da FCUP) e Mendes Correia, «pelo último

⁵⁹ Esta mudança de terminologia é surpreendente nesta data, pois tal só incorporada na Constituição de 1951.

convocados para uma assembleia inaugural duma nova Sociedade de Antropologia e Etnologia». Freitas Viegas, «indicado pelos presentes para assumir a presidência [...] deu a palavra ao convocante que expôs os fins da reunião, apresentando em seguida um projecto de estudos da nova colectividade, que foi discutido e por fim aprovado com a redacção» que veio a constar dos estatutos da SPAE⁶⁰. Depois de aprovados os estatutos pela assembleia, Mendes Correia apresentou as adesões à sociedade: José Leite de Vasconcelos (professor da FLUL e director do Museu Etnológico Português), Vergílio Correia (conservador do Museu Nacional de Arte Antiga e director da revista *Terra Portuguesa*), Eusébio Tamagnini (professor de antropologia da FCUC), Baltazar Osório (professor de antropologia na FCUL), Henrique de Vilhena⁶¹ (professor de anatomia da FMUL), Manuel Valadares (director do Arquivo Central de Identificação e Estatística Criminal de Lisboa), Cláudio Basto (director da *Lusa*, de Viana do Castelo), Aurélio da Costa Ferreira (director da Casa Pia de Lisboa), Padre António de Oliveira (superintendente das Escolas de Reforma de Lisboa), Joaquim Fontes (médico e arqueólogo de Lisboa), José Tomás Ribeiro Fortes (redactor da antiga revista *Portugália*), Abel de Lima Salazar (professor de Histologia da FMUP), Alfredo Mendonça da Costa Athayde (bacharel em Ciências Histórico-Naturais no Porto), José de Sousa Machado Fontes (bacharel em Direito, secretário da Sociedade Portuguesa da Ciência Social do Porto), Eduardo de Sousa Soares («capitalista» do Porto), José Álvares de Sousa Soares (médico do Porto), Filinto Elísio Vieira da Costa (professor de ensino livre de Famalicão), António Ferreira Loureiro (bacharel em Matemática e Filosofia e professor do liceu Alexandre Herculano do Porto), Diogo Portocarrero (professor do mesmo liceu), João Grave (director do Museu Municipal do Porto), Joaquim Costa (bacharel em Direito e subdirector do mesmo museu), Francisco dos Santos Pereira de Vasconcelos (advogado e antigo magistrado do Porto), António Correia da Costa e Almeida (advogado de Ermesinde), Padre Claudino Nazareth Brites (missionário do Lubango - Angola), António Mesquita de Figueiredo (advogado e arqueólogo de Lisboa), Visconde de Guilhomil (advogado do Porto), capitão António Leite de Magalhães (capitão-mor dos Dembos - Angola)⁶².

Todas as pessoas aqui nomeadas, assim como os fundadores, identificados acima, foram consideradas desde logo sócios efectivos, isto é, cerca de 30 sócios fundadores. Nesta lista estão incluídos dois padres (António de Oliveira e Claudino Nazareth Brites) aos quais se vão juntando outros ao longo do tempo: Manuel Alves da Cunha (vigário capitular do bispado

⁶⁰ *Livro de Actas da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia I*, 1918-1924, Porto, SPAE.

⁶¹ No entanto, na reunião da SPAE de 14.3.1919 foi lido um ofício de Henrique de Vilhena no qual ele agradecia a sua eleição para sócio, mas não aceitava fazer parte (*Livro de Actas da SPAE I*, 1918-1924).

⁶² *Livro de Actas da SPAE I*, 1918-1924.

de Angola), António de Miranda Magalhães (ex-superior da missão dos Dembos, Angola), D. Florentino Lopez Cuevilhas, José Augusto Tavares, Eugénio Jalhay, Manuel de Sousa Maia, Avelino de Jesus Costa). Por proposta de Mendes Correia foi eleito presidente de honra José Leite de Vasconcelos. Da direcção da SPAE de 1919 faziam parte: Freitas Viegas (presidente), Bento Carqueja (vice-presidente), Mendes Correia (secretário), engenheiro José da Rocha Ferreira (tesoureiro) e Abel de Lima Salazar (vogal). Alfredo Athayde foi o primeiro secretário-geral e Rui Correia de Serpa Pinto⁶³ foi o 2.º vogal bibliotecário e organizador da biblioteca da sociedade. Na primeira reunião (26.12.1918) Mendes Correia propôs ainda que fossem criadas as secções de Arqueologia Pré-Histórica e Etnografia. Dos corpos dirigentes da primeira secção faziam parte José Fortes (presidente), Joaquim Fontes (vice-presidente), Vergílio Correia e António Mesquita de Figueiredo (vogais). Na segunda secção ficaram Vergílio Correia (presidente), Cláudio Basto (vice-presidente), Padre Claudino Nazareth Brites, capitão António Leite de Magalhães e António Costa e Almeida (vogais).

Como vimos, a sociedade foi idealizada e criada por figuras como Mendes Correia, Aarão de Lacerda (pai), Freitas Viegas, Bento Carqueja e Abel Salazar, todos eles ligados à cidade do Porto. Dos sócios fundadores faziam parte indivíduos provenientes do Norte: Vergílio Correia e Leite de Vasconcelos; mas também de outras zonas do país: Sebastião Pessanha ou Orlando Ribeiro (ambos de Lisboa). Pela extensa lista pode depreender-se o carácter não regional («Porto» ou «Norte») da SPAE, mas nacional, assim como a presença de especialistas de várias e distintas áreas além da antropologia, embora esta tenha tido um papel preponderante. Alguns deles eram mesmo especialistas em mais do que uma área. Da lista dos sócios fundadores faz parte, pelo menos, um engenheiro e dois padres. E também pessoas que trabalhavam em territórios do ultramar português. Na leitura destes nomes reconhecem-se alguns dos que vieram a surgir em várias ocasiões nos anos 20, 30 e 40 do século XX: congressos científicos nacionais; constituição da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos (1937); grandes exposições em que Portugal participou ou organizou, entre outras; ou seja, muitos deles foram convidados ou sugeridos por Mendes Correia para fazerem parte da SPAE vários anos antes. Contudo, como refere Santos Júnior, é a Mendes Correia que, fundamentalmente, se deve a criação da SPAE e «numa dupla finalidade: a de a criar ‘*ab initio*’ e a de a criar, amparando-a, dando-lhe condições de vida» (1969: 41).

Facilmente se observa que a maioria dos sócios vinha da área das «ciências». Das «ciências naturais» (zoologia, mineralogia, paleontologia, agronomia) surgem nomes como

⁶³ Rui Correia de Serpa Pinto (1907-1933), com formação em engenharia, foi assistente de geologia da FCUP e um dos mais promissores arqueólogos do seu tempo; é conhecido como o «delfim» de Mendes Correia.

Aarão de Lacerda (com formação em zoologia e medicina), José da Rocha Ferreira (professor de paleontologia) e Bento Carqueja (com formação em ciências físico-naturais). Da medicina provinham nomes como Freitas Viegas e Abel Salazar. Alguns deles, no entanto, e apesar da sua formação inicial, direccionaram as suas carreiras no sentido de outras áreas. Segundo o relatório do primeiro ano de existência da SPAE, publicado na acta de 22.1.1920, foram eleitos na assembleia inaugural 32 sócios e «o Conselho Director aprovou no decurso do ano, nos termos dos Estatutos, mais 23 sócios efectivos, o que perfaz o número de 55 sócios, dos quais apenas 2 declinaram as eleições». Tratava-se, assim, de «um número lisonjeiro para uma sociedade consagrada em Portugal, a um ramo científico especializado».

5.2. Os novos sócios da SPAE nacionais e estrangeiros

Aos sócios fundadores foram-se juntando como sócios efectivos algumas figuras conhecidas, ligadas à ciência, mas também a outras áreas. Entre elas destaco: Sebastião Pessanha (de Lisboa, proposto por Virgílio Correia e Mendes Correia a 21.1.1919), Joaquim Alberto Pires de Lima, Francisco Nunes Guimarães Coimbra e Mário de Moraes Afonso (propostos por Mendes Correia a 21.1.1919), António Simões Pina (proposto por Rocha Ferreira a 21.1.1919); Jaime Alberto de Castro Moraes (capitão tenente médico, de Lisboa), Armando de Almeida Prisco (assistente de Mineralogia da FCUP), José Marques de Ansiães Proença (médico do Porto, eleito a 19.4.1919); Tomaz Lobo (bacharel em filosofia, de Leça da Palmeira), Alberto Brochado (médico, do Porto), Mário de Vasconcelos e Sá (professor do Instituto Superior do Comércio do Porto) e Manuel B. Barbosa Soeiro (assistente da FMUL) (eleitos a 12.5.1919); João Diogo (director da Escola Anglo-Latina, do Porto), Francisco de Oliveira Santos (governador da Lunda, Angola) (propostos por Mendes Correia e eleitos a 3.11.1919); Ricardo Severo⁶⁴ (1920); Augusto de Oliveira⁶⁵ (proposto por Mendes Correia em 1931); Carlos Teixeira, Maria Irene Leite da Costa, Amílcar de Magalhães Mateus⁶⁶ (eleitos em 1934); Leopoldina Ferreira Paulo (eleita em 1935) e Orlando Ribeiro (eleito em 1942).

Tendo em conta o período histórico analisado, procurei averiguar a existência de mulheres, enquanto sócias efectivas. Observei que, desde o início, a SPAE teve entre os sócios mulheres, embora não constituíssem a maioria, como aliás não aconteceria em parte alguma. Tal facto é de assinalar, já que isso nem sempre acontecia em sociedades congéneres. Por exemplo, na Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte -

⁶⁴ O relatório de 1920 refere-o como o «único sobrevivente do comité redactorial da grande revista *Portugália*».

⁶⁵ Inspector-geral dos serviços tutelares da infância do Ministério da Justiça que esteve envolvido na organização do congresso Internacional de Protecção à Infância em Lisboa.

⁶⁶ Foi um dos colaboradores próximos de Mendes Correia, tendo-o acompanhado à Guiné entre 1945 e 1946.

cujos temas nela apresentados incluíam achados arqueológicos, objectos etnográficos ou fisiologia e aspectos físicos - os caracteres somáticos eram utilizados como argumentos para impedir que as mulheres se tornassem sócias desta sociedade científica (Schouten, 2001: 159). Assim, a aceitação de Leopoldina Ferreira Paulo na SPAE como sócia efectiva em 1935 é um facto a registar, não tanto pelo facto de ser mulher, uma vez que desde o início a sociedade acolheu mulheres, mas porque ela foi a assistente de Mendes Correia na cadeira de Antropologia e também a primeira mulher a doutorar-se na UP em 1944⁶⁷ (figura n.º 27).

É importante dar conta também das relações externas que a SPAE foi mantendo, alargando o debate e permutando trabalhos. O esforço de internacionalização do seu trabalho pode ser verificado, por um lado, com as propostas a sócios estrangeiros, correspondentes e honorários, para dela fazerem parte e, por outro, com as propostas de permutas com revistas estrangeiras. Entre os nomes eleitos para sócios correspondentes destaco: Hernandez Pacheco (Universidade de Madrid), Telesforo d'Aranzadi⁶⁸ (Universidade de Barcelona), Arthur Keith (Royal College of Surgeons of Great Britain and Ireland), Vincenzo Giuffrida-Ruggeri⁶⁹ (Universidade de Nápoles), Henri Breuil (Instituto de Paleontologia Humana de Paris), Alš Hrdlička (Museu Nacional dos EUA, Washington) (todos propostos por Mendes Correia a 26.12.1918); René Verneau e Masullini Boule (Museu de História Natural de Paris) (propostos por Aarão Ferreira de Lacerda a 26.12.1918); Eugenio Francours (etnógrafo polaco em Madrid) em 21.1.1919; Eugenius Frau Rowski (proposto por Vergílio Correia a 2.6.1919); Yves Guyot (director da Escola de Antropologia de Paris), Georges Hervé (professor da mesma escola), Herman ten Kate, de Kobe e professor Manuel Auitou (?) y Fernandez (director do Museu Antropológico Nacional de Madrid) propostos por Mendes Correia a 2.6.1919; Sergio Sergi (Universidade de Roma) proposto a 3.11.1919; Fábio Frassetto (Bolonha, Itália), Francisco de las Barras de Aragou (Madrid), Hugo Obermaier (Madrid), Mario Carrara (Turim, Itália), Mello Puccioni (Florença, Itália), Quintiliano

⁶⁷ Só com a criação da universidade em 1911 a mulher teve acesso à docência no ensino superior e tal surgia sempre em níveis mais baixos, como o cargo de Assistente, sendo que a sua colaboração era transitória sem prosseguir para provas de doutoramento. Em comparação, podemos referir o caso da UC que convidou Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em 1911, para leccionar. Mas tal não aconteceu, por exemplo, na primeira FLUP. Talvez por essa razão, quando Leopoldina Ferreira Paulo se apresentou a prestar provas de doutoramento, a 23.11.1944, com a tese *Alguns caracteres morfológicos da mão dos portugueses*, tenha saído nas primeiras páginas de alguns matutinos do Porto a notícia: «Na Universidade do Porto vai doutorar-se em Ciências uma senhora, facto inédito na vida académica da nossa terra» (*Jornal de Notícias*, de 21.11.1944); «Pela primeira vez na história da Universidade do Porto uma senhora está a prestar provas de doutoramento na Faculdade de Ciências» (*O Comércio do Porto*, 23.11.1944) (citações em Santos, 2007: 69). Mais recentemente a revista *UPortoAlumni, Revista dos Antigos Alunos da Universidade do Porto*, de Junho de 2007, publicou na sua contracapa uma fotografia de Leopoldina Paulo, datada de Novembro de 1944, com as suas insígnias.

⁶⁸ Quando sugere a filiação dos doliceídes morenos no Cro-Magnon, Mendes Correia (1919b: 128-129) cita a obra de Aranzadi, *De Antropologia de España*, 1915, uma vez que este autor considerava essa ideia discutível.

⁶⁹ Professor na Universidade de Nápoles; colaborou no segundo fascículo dos *TAE* com um trabalho inédito.

Saldana (Madrid) propostos a 11.6.1920⁷⁰; Alfredo Niceforo (Paris), Otto Scllaginhaufen (Zurique) eleitos em 1921; conde de Bégouen (arqueólogo francês e professor de pré-história na Universidade de Toulouse) eleito em 1922; Rudolph Martin, Kleiweg de Zuvaan (?) e Renato Kehl, admitidos em 1923; Oliveira Viana (Brasil) eleito em 1934; Hernan Lundborg (director do Instituto de Biologia da Raça de Upsala, Suécia) eleito em 1936; Pedro Calmon⁷¹ (Academia Brasileira), Anyone Costa (professor de arqueologia do Museu Histórico do Rio de Janeiro), e Alvaro de Las Casas (galego, autor de trabalhos etnográficos) eleitos em 1937. Entre os sócios honorários da SPAE estiveram nomes como: Giuseppe Sergi (antropólogo italiano), Émile Cartailhac⁷² e Salomon Reinach (arqueólogos propostos em 8.12.1919). A colaboração de especialistas nos *TAE* é outro facto a registar. Por exemplo, Bosch Gimpera publicou um artigo num dos dois fascículos dos *TAE* publicados em 1928.

As reuniões da SPAE tinham espaço também para lembrar figuras que mereciam deferência por ocasião do seu falecimento. Entre elas destaco: Joseph Deniker (antropólogo), Ferreira Deusdado e Felismino Ribeiro Gomes (que se dedicaram em Portugal a trabalhos antropológicos) em 26.12.1918⁷³; Léon Paul Choffat (1849-1919) (geólogo) em 7.7.1919; José Fortes (arqueólogo) em 1920; Aarão Ferreira de Lacerda (sócio efectivo e vice-presidente da SPAE), Emile Cartailhac (sócio honorário da SPAE) e Giuffrida Ruggeri (sócio correspondente da SPAE) em 1921; Freitas Viegas, (presidente da SPAE desde a sua fundação) em 1928; Salomon Reinach e Georges Hervé (respectivamente sócio honorário e sócio correspondente da SPAE) em 1932; Rui Correia de Serpa Pinto (bibliotecário da SPAE, em 1933, sendo homenageado pela sociedade em 1934); Bento Carqueja em 1935; Ricardo Severo (sócio honorário residente em São Paulo) em 1940 e Alès Hrdlička em 1943.

5.3. Uma das preocupações da SPAE: o reconhecimento universitário da antropologia

Entre os principais temas apresentados e discutidos nas sessões da SPAE destaca-se a proposta feita por Mendes Correia, a 21.1.1919, para apresentar à consideração das faculdades de medicina do país a «conveniência da introdução da cadeira de Antropologia no plano dos

⁷⁰ Os novos sócios correspondentes eleitos nesta data foram designados por «sábios estrangeiros».

⁷¹ Na antiga Biblioteca do Departamento de Zoologia e Antropologia da FCUP encontrei vários livros que foram oferecidos por Pedro Calmon à Biblioteca, ou a Mendes Correia, com uma dedicatória por ele assinada.

⁷² Emile Cartailhac era director do Musée Saint-Raymond, professor da Universidade de Toulouse, e pôs o seu museu à disposição dos estudiosos portugueses, assim como a sua própria pessoa, à disposição dos consócios da SPAE que desejassem visitar as estações arqueológicas do sul da França. Segundo o relatório de 1921, este autor conhecia muito bem Portugal, onde tinha trabalhado para a elaboração da sua obra *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal* (1886, Paris, Reinwald).

⁷³ Nesta data Mendes Correia propôs também um voto de sentimento e protesto pelo assassinato de Sidónio Pais, Presidente da República Portuguesa (*Livro de Actas da SPAE I*, 1918-1924).

preparatórios médicos». Todavia, segundo um ofício enviado à SPAE, a Faculdade de Medicina, embora tivesse o «quadro muito sobrecarregado», aplaudia «a introdução da Antropologia no P.C.H. ou a criação dum curso especial de aperfeiçoamento nessa ciência para os médicos» (acta de 12.5.1919). A 22.1.1920 são escritos os votos para que essa inclusão não demore muito tempo, já que «não se compreende que o médico ignore, em muitos dos seus aspectos, a história natural do homem». Segundo o relatório das actividades de 1920, o conselho director da SPAE «subscreveu também uma moção para o desenvolvimento do ensino universitário da Antropologia e da Pré-história».

Por outro lado, segundo a acta de 27.12.1920, a direcção da SPAE solicitou ao Governo «o isolamento da antropologia no quadro das disciplinas das faculdades de ciências, como secção ou grupo autónomo, em vista das suas relações estreitas com os mais diversos ramos científicos e não apenas com a botânica e zoologia com as quais se encontrava associada do mesmo grupo de Ciências Biológicas». Nesta solicitação defendia-se também «a necessidade de se criarem Institutos de Antropologia, de se desenvolver o ensino das ciências anexas e aplicações e bem assim de se incluir a antropologia geral no quadro dos estudos de medicina». A demanda foi atendida em parte, já que um decreto de Fevereiro de 1920 «dividiu o grupo de Ciências Biológicas das faculdades de ciências em três subgrupos, um de Botânica, outro de Zoologia e o terceiro de Antropologia, contendo este último a disciplina de antropologia geral, mas podendo ser criados cursos semestrais ou trimestrais de Antropologia criminal, Etnografia e Arqueologia pré-histórica». A antropologia não foi, contudo, incluída nos estudos médicos, mas o esforço efectuado foi «apreciável», segundo as revistas estrangeiras que «se ocuparam com louvor do decreto português», e tal constituía, pelo menos, o reconhecimento oficial da importância e individualidade da disciplina como ciência. Tal recompensa surgiu no Congresso Luso-Espanhol no qual a secção de Ciências Naturais foi subdividida em duas subsecções, uma com a Botânica e a Zoologia e outra com a Geologia e a Antropologia, ficando esta em «pé de igualdade com outros ramos científicos» (acta de 27.12.1920). Além disso, o congresso tinha permitido lembrar «o papel saliente tomado pelos geólogos no desenvolvimento e progresso da antropologia principalmente no domínio da paleontologia humana e da pré-história» (*idem*).

5.4. Parcerias nacionais e internacionais e permuta de revistas e trabalhos

A 21.1.1919 Mendes Correia convidou a SPAE a colaborar na organização dum Instituto Internacional de Antropologia, projectado pela Escola de Antropologia de Paris, que enviou a este e a António Aurélio da Costa Ferreira uma carta sobre o assunto. A SPAE

aderiu à iniciativa, já que tal podia vir a proporcionar investigações antropológicas interessantes no contexto da guerra europeia (1914-1918). De acordo com a acta de 2.6.1919, a Escola de Antropologia de Paris agradeceu à SPAE a adesão à iniciativa e propôs organizar um congresso preparatório para esse fim em 1920. Segundo o relatório deste mesmo ano, o conselho director da SPAE tratou da representação e colaboração da sociedade na reunião preparatória do Instituto Internacional de Antropologia, que por iniciativa da Escola de Antropologia de Paris e da Associação para o ensino das Ciências Antropológicas se realizou em Paris em Setembro de 1920. Eram para estar presentes na reunião Baltasar Osório, Aurélio da Costa Ferreira e Mendes Correia, mas apenas o último pôde deslocar-se e testemunhar «as deferências» que a SPAE «mereceu no meio antropológico e a cordialidade e unanimidade de vistas que reinaram durante a reunião». O novo Instituto Internacional de Antropologia foi fundado, ficando Portugal e a SPAE representados na direcção por Eusébio Tamagnini, Barros e Cunha, Aurélio da Costa Ferreira e Mendes Correia, que constituíam também a sua primeira delegação portuguesa. Na reunião de Paris participaram também Salomon Reinach (sócio honorário da SPAE) e H. Breuil, R. Verneau e G. Hervé (todos sócios correspondentes da SPAE). Na ocasião, Mendes Correia chamou a atenção a G. Hervé pelo facto de a Espanha não ter representação no congresso, nem no novo instituto. Contudo, como resposta, este terá informado Mendes Correia de que o Instituto Internacional delegou nele a «incumbência de organizar o Comité espanhol», pelo que posteriormente este convidou os consócios espanhóis Francisco de las Barras de Aragou (Madrid), Telesforo Aranzadi⁷⁴ (Universidade de Barcelona) e Hernandez Pacheco (Universidade de Madrid) para aderirem ao Instituto. Na reunião para a constituição da secção portuguesa do Instituto Internacional de Antropologia, realizada em 1922, a SPAE foi representada por Mendes Correia, na altura vice-presidente da mesma, e este foi eleito secretário daquela secção. Representou também a SPAE na reunião do Instituto Internacional de Antropologia de 1927, tendo assistido à mesma os sócios da SPAE, Barros e Cunha e Henrique Miranda.

O relatório de 1929 da SPAE faz referência ao Congresso Internacional de Antropologia⁷⁵, que iria realizar-se em 1930, e ao facto de o presidente (Mendes Correia) e o vice-presidente (Hernâni Monteiro) da sociedade terem ido a Coimbra para que o mesmo se realizasse nas duas cidades. Ficou confirmado que as sessões de abertura e as sessões dos quatro primeiros dias se realizariam em Coimbra, sendo os dois últimos dias destinados ao

⁷⁴ Telesforo Aranzadi declinou este convite.

⁷⁵ Trata-se do Congresso Internacional de Antropologia Pré-Histórica, ocorrido nas cidades de Coimbra e Porto, no qual participaram vários portugueses e onde se falou de «tipos» humanos e costumes exóticos.

Porto para «conferências plenárias, excursões e sessão de encerramento». No entanto, mais tarde foi criada «uma comissão organizadora, sem consultar os elementos do Porto», dos quais «só um fazia parte da comissão», facto que despoletou no Porto o protesto «contra tal acto atrabiliário e descortês, conforme a carta enviada» aos consócios. A resolução da situação passou pela nomeação de duas comissões independentes, «uma para o Porto e outra para Coimbra, absolutamente indiferentes», tendo sido Alberto Rocha, de Coimbra, o intermediário do processo. Mais uma vez se reforça o facto de as relações entre «Coimbra» e o «Porto» não terem sido as mais amistosas para o trabalho científico.

Em 1930 vários elementos ligados à SPAE participaram na Secção de Portugal do XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica⁷⁶, realizado em França, tendo-se apresentado comunicações sobretudo no âmbito da antropologia física. Alguns dos temas foram: hereditariedade dos grupos sanguíneos (Correia, 1931c), craniologia de Angola (Correia e Athayde, 1930), estudo antropológico da Guiné portuguesa (Lima e Mascarenhas, 1930; Correia e Athayde, 1931); ângulos da base do crânio dos habitantes autóctones das colónias portuguesas (Pina, 1931) e diferenciação de «raças» através do sangue (Ferreira, 1932). Por iniciativa da SPAE organizou-se em 1934 no Porto o I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, no qual foram «apresentadas cerca de 80 comunicações científicas, todas referentes a assuntos coloniais». Talvez devido ao sucesso desta reunião, a organização dos Congressos do Mundo Português, da qual Mendes Correia fez parte, assim como da Exposição do Mundo Português que lhe foi paralela, realizados em Lisboa em 1940, procurou desde o seu início superar os eventos realizados no Porto em 1934 (Matos, 2006). Foram vários os sócios da SPAE que no Porto participaram com apresentação de comunicação nos congressos de 1940, no I Congresso Nacional e no CNCP, realizados respectivamente em Julho e Setembro. Alguns membros da SPAE também apresentaram comunicações no IV Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências e no XVII Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências realizados no Porto em 1942.

Uma outra forma de a SPAE divulgar o trabalho dos associados, lançar temas de debate e tomar conhecimento do que iam fazendo as associações congéneres, foi através da permuta de periódicos científicos. Segundo o relatório de 1919 (22.1.1920), o conselho director tinha recebido «respostas amistosas e promessas de relações de permuta de trabalhos» de várias colectividades científicas, como: ACL, SGL, Escola de Antropologia de Paris, Smithsonian Institution (Washington), Royal Anthropological Institute of Great Britain and

⁷⁶ IV Sessão do Instituto Internacional de Antropologia. Portugal: 21-30.9.1930. Sessão de Portugal - 3.ª secção.

Ireland (Londres), Società Romana di Antropologie (Roma) e Società Italiana de Antropologia e Etnologia (Florença). Por outro lado, a SPAE recebeu «palavras de estímulo» de revistas científicas como a *Revue Anthropologique*, a *Lusa* e a *Terra Portuguesa*. Embora ainda incipiente em 1919, a biblioteca começou a crescer com publicações nacionais, como o *Arquivo de Anatomia e Antropologia* (FMUL) e a revista do Instituto de Coimbra.

A partir de 1919 são de referir as permutas com a *Révue Anthropologique* (da Escola de Antropologia de Paris e Instituto Internacional de Antropologia), a *Rivista di Antropologia* (Sociedade Romana de Antropologia), revista do Smithsonian Institution (Washington), revista da Società Italiana de Antropologia e Etnologia (de Florença), publicações do Bureau of American Ethnology (Washington). A partir de 1921 a SPAE recebeu publicações da Société Royale de Archéologie de Bruxelles, publicações do Institut Archéologique Liegeois e *Ethnos* (México). Em 1922 começou a receber a revista *Man* (Londres) e *Mitteilungen der anthropologischen Gesellschaft* (Viena). A partir de 1925 a SPAE permutou também: *Société Archeologique, historique e géographique de Constantin*, *Boletin de Institut de recherches biologiques de l'Université de Perum*, *L'Universo* (Instituto Geográfico Militar de Florença), *Lud* (órgão da sociedade polaca de Etnologia em Varsóvia), *Investigacion y progreso* (Madrid), *Anthropos*, *Journal russe d'Anthropologie*, *La Tradizione* (Itália, Palermo), *Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro* e *Acta Archeologica* (Copenhaga). Por outro lado, segundo o relatório de 1920, várias «revistas científicas» se dirigiram à SPAE «com simpatia», como *Archivio de Antropologia Criminale* (Turim) e *Archivio per l' Antropologia e l'Etnologia* (Florença). Além das revistas referidas, foram oferecidas à SPAE, desde 1919, publicações originais de Telesforo d'Aranzadi (Barcelona), Sergio Sergi (Roma), Giuffrida Ruggeri, J. de Basanviarade (?), Enrique d'Egmen, e de alguns sócios efectivos⁷⁷. O relatório de 1928 refere que graças a Rui de Serpa Pinto, a biblioteca se encontrava toda catalogada, tendo-se pedido números de revistas nacionais e estrangeiras que faltavam nas colecções e conseguido novas permutas. Em 1929, o número de trocas passou quase para o dobro e em 1930 as permutas que em 1929 eram cerca de 100 passaram a 125. A biblioteca era considerada, pelos sócios, uma das mais importantes para as ciências antropológicas.

5.5. A publicação dos TAE e os temas apresentados nas conferências da SPAE

Alguns dos trabalhos apresentados nas conferências da SPAE foram posteriormente publicados, por iniciativa do conselho director da sociedade, e reflectiam os temas de

⁷⁷ Livro de Actas da SPAE I, 1918-1924.

interesse e de estudo caros à sociedade. Mas foram editados outros que aí não tinham sido previamente apresentados. As publicações da SPAE (através dos *TAE*) foram iniciadas com umas notas póstumas de Fonseca Cardoso (1919), intituladas «Em terras do Moxico: Apontamentos de etnografia angolense»⁷⁸, que incluem o «retrato do malgrado antropólogo» e «palavras de biografia e homenagem», assim como numerosas estampas, algumas cedidas por Henrique de Vilhena (FMUL). A publicação deste trabalho foi seguida por outras, como é o caso de «Subsídios para o estudo etnológico de Timor» do major António Leite de Magalhães (1919). Em média foram publicados um a dois volumes por ano. A propósito desta actividade, são referidas várias vezes nas actas as dificuldades materiais e o alto custo da mesma, que não permitia a sua rápida impressão. O relatório de 1926 assinala que esta era «a única do género» no país, mas talvez por estar «tão longe do Terreiro do Paço» era «ignorada ou não a julgavam merecedora dum olhar benévolo da alta governação». Todavia, João Camoesas, ministro da Instrução Pública (1923-1925), concedeu uma verba para custear as despesas de publicação dos *TAE*. Como acréscimo, Ricardo Jorge, ao rever o orçamento para 1926 «elevou ao dobro a dotação concedida», ficando esse ano «com 2.400\$00 escudos para as suas publicações», o que permitiria «imprimir um fascículo de 4 em 4 meses». A situação da SPAE foi mais desafogada em 1927 graças ao subsídio do Governo que passou a ser-lhe atribuído. Contudo, em 1928 o subsídio de 2.400\$00 e as cotas dos sócios voltaram a ser insuficientes, em face sobretudo do aumento dos custos de impressão. Em 1929 a Junta de Educação Nacional passou a atribuir um subsídio de 1.500\$00, o que permitiu voltar a poder imprimir dois fascículos por ano. Em 1935 foram publicados três e nos anos seguintes foi possível publicar um a dois por ano. Todavia, em 1940, por exemplo, a situação financeira da SPAE não permitiu publicar nenhum fascículo.

A SPAE organizava em média três⁷⁹ sessões científicas por ano, podendo cada sessão ter mais do que uma conferência. Por exemplo, em 1923 organizou cinco⁸⁰, em 1924 quatro⁸¹, em 1935 sete - o número mais elevado até então registado - e em 1936 cinco. Mendes Correia apresentava sempre, pelo menos, uma conferência por ano nestas sessões e o nome dos

⁷⁸ O interesse da publicação foi manifestado por Mendes Correia a 19.4.1919. Posteriormente à publicação, a SPAE recebeu comentários de pessoas que poderiam conhecer melhor o terreno (relatório de 1920). António Maria de Freitas (de Lisboa) listou rectificações relativamente ao vocabulário bailundo e F. de Oliveira Santos (governador da Lunda) apresentou correcções a vocábulos quiocos, admitindo, contudo, que as diferenças podiam resultar do facto de as palavras terem sido colhidas em distintas regiões.

⁷⁹ Em 1925 apresentaram comunicações Mendes Correia, Artur de Magalhães Basto e Jaime Magalhães Lima.

⁸⁰ Os conferencistas foram Bettencourt Ferreira, Joaquim R. Santos Júnior, Pedro Victorino, Amândio Tavares, Constâncio de Mascarenhas, Carlos Passos e Joaquim Fontes.

⁸¹ Foram conferencistas: Mendes Correia, Chambandel, Bettencourt Ferreira, Irene Pestana, Alberto de Souza, Ferreira Soares e Alfredo Athayde.

restantes conferencistas é que ia variando. Essas apresentações eram «muito concorridas», segundo os relatórios da SPAE, e a frequentá-las havia pessoas de fora sem ligação com a sociedade. A antropologia foi o tema geral de várias conferências. Por exemplo, a 2.6.1919, Freitas Viegas fez uma «alocução inaugural» sobre o objectivo e os progressos da antropologia. Mas estiveram presentes assuntos mais específicos. A variedade temática terá a ver também com a própria visão abrangente da antropologia de Mendes Correia e com a forma como os seus colaboradores foram estimulados para se dedicarem a diversificados temas de investigação. Fazendo uma sistematização com as matérias das conferências apresentadas, entre 1918 e 1944, é possível concluir que num total de 165 conferências realizadas, 23% são do âmbito da antropologia física e 27% são do âmbito da etnologia e etnografia (gráfico n.º 1).

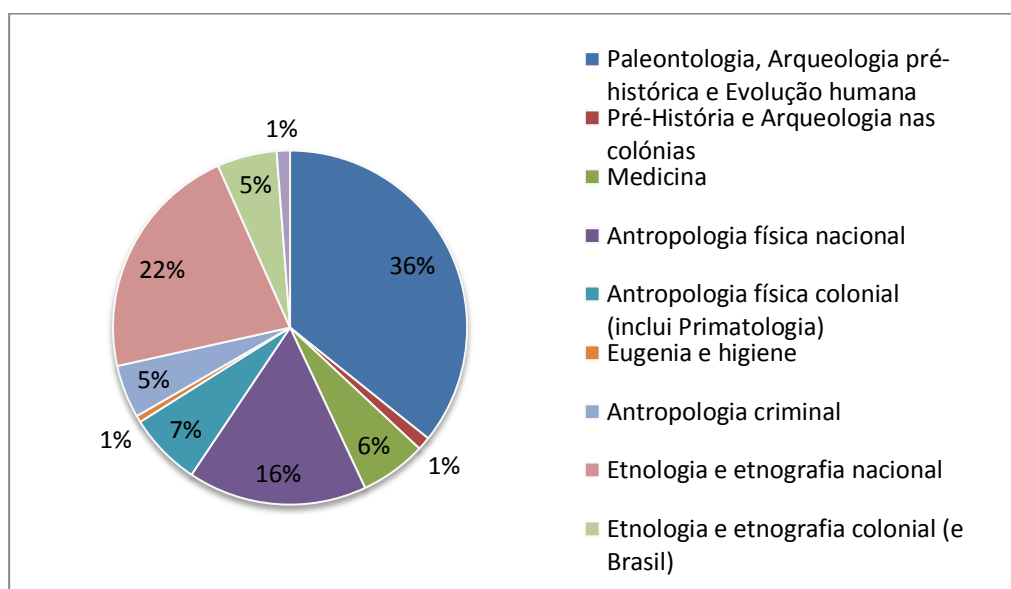


Gráfico n.º 1. Percentagem dos temas das conferências⁸² apresentadas na SPAE, entre 1918 e 1944, classificados pela autora⁸³.

Um dos temas mais frequentes relacionava-se com a paleontologia, arqueologia pré-histórica e evolução humana. A 22.1.1920 Mendes Correia apresentou uma comunicação sobre «A paleontologia e a origem do homem», acompanhada de projecções luminosas e da apresentação de modelos e exemplares. Segundo a acta, «depois de se referir aos argumentos morfológicos, fisiológicos, embriológicos, etc. em favor da origem animal do homem», o autor «expos as descobertas de Primatas fósseis», até então realizadas, e ocupou-se «especialmente do Maptomorphus, de Propliopithecus, do Pliopitecus, do Dryopithecus, do

⁸² Vide Quadro n.º 1. com os títulos das conferências no Anexo IV.

⁸³ Fontes: *Livros de Actas da SPAE* (Vol. I de 1918-1924 e Vol. II de 1925 a 1944) e Mendes Correia (1941a).

Sivapithecus, do Pithecanthropus e do homem quaternário». Da sua comunicação fez parte a apresentação de «árvores genealógicas de primatas e do homem» – de Dubois, Sehrvalhe, Schlosser, Pilgniu e Keith – que considerou «muito conjecturais e prematuras». Por fim, referiu-se ao «neo-poligenismo (em especial à hipótese panantropoide de Kloatich) e ao neo-monogenismo (Giaffrida Ruggeri), preferindo este último». Concluiu dizendo que:

A paleontologia ainda não dá a árvore genealógica humana, mas tem fé nela: 1.º porque tem fornecido muitas espécies extintas de Primatas; 2.º porque tem fornecido algumas formas generalizadas de Primatas [...]; 3.º porque tem revelado a existência nos tempos geológicos de símios, mais antropomorfizados do que os actuais, e de homens mais simianos do que o de hoje.

Depois desta comunicação, apresentou outras, de temática arqueológica. De facto, apesar de ter sido o mentor de uma escola antropológica, no início da carreira escreve inúmeros textos sobre arqueologia e, durante muito tempo, foi sobretudo acerca dessa área que redigiu, debruçando-se de vez em quando em outras. Os temas das conferências apresentados na SPAE até aos anos 40 são ilustrativos disso: em cerca de 27 conferências, entre 1919 e 1940, 19 relacionam-se com a paleontologia, arqueologia pré-histórica e evolução humana⁸⁴ e as restantes 8 distribuem-se pela antropologia criminal⁸⁵, antropologia física⁸⁶ e antropologia e história⁸⁷, ou têm um carácter de homenagem biográfica⁸⁸.

Outra das áreas tratadas nas conferências da SPAE foi a medicina, sobretudo acerca de temas mais desconhecidos. Tal aconteceu, por exemplo, na comunicação «Fístula auricular congénita», de José Maria de Oliveira, sobre «uma anomalia muito curiosa e muito pouco estudada» (11.6.1920). Esta comunicação, apoiada em «numerosas observações pessoais, com fotografias e projecções luminosas», foi publicada na íntegra pela sociedade. Também a antropologia física foi apresentada ao debate. Por exemplo, no contexto nacional, Joaquim A. Pires de Lima apresentou uma comunicação sobre «Um caso de braquidactilia hereditária» (13.6.1922) e, sobre o contexto colonial, Hernâni Monteiro apresentou «Mutilações dentárias

⁸⁴ «A paleontologia e a origem do homem» (1920); «Einstein e a evolução orgânica» (1922); «A idade do ferro em Portugal» (1924); «O suposto homem terciário do Vale das Lages» e «Os achados de Alvão» (1926); «A arte pré-histórica em Trás-os-Montes» (1928); «Crânios da necrópole pré-romana de Alcácer do Sal» (1931); «As origens da cidade do Porto» (1932); «Impressões e insculpturas de pés humanos pré-históricos», «O problema de Moron em Estrabão», «Os Belitanos de Artemodoro», «O problema lígure em Portugal» e «Sepulturas pré-históricas de Alpiarça» (1934); «Estela antropomorfa do Monte do Rebolido, Entre-os-Rios» (1935); «Duas novas estações pré-históricas portuguesas (Gandra e Paúl de Magos)» e «Novos elementos sobre o homem dos sambaquis do Brasil» (1936); «A estação eneolítica de Vila Nova de S. Pedro (Cartaxo)» (1937); «Novas estações líticas em Muge» e «Novas pinturas do dólmen de Baltar» (1938).

⁸⁵ «Antropologia criminal integral» (1925); «Fórmulas e perfis individuais em Antropologia Criminal» (1933); «Novas directrizes de antropologia criminal» (1936).

⁸⁶ «A identificação no Brasil e o desmemoriado de Collegno» (1934); «Conceitos genéticos de constituição e raça» (1940); «A etnogenia brasileira» (1935c).

⁸⁷ «Montaigne e a Antropologia» (1933). Michel de Montaigne (1533-1572) foi pioneiro no que respeita à noção de relativismo cultural, afirmando que cada um considera bárbaro o que não se pratica na sua terra.

⁸⁸ «Homenagem à memória de Rui de Serpa Pinto» (1934) - escrito com J. Vitorino da Costa e Óscar Saturnino.

da região do Humbe» (13.6.1922). No âmbito de trabalhos realizados no campo da etnologia e etnografia, em contexto nacional, podemos referir a comunicação de Joaquim Pires de Lima sobre «O dente santo de Aboim de Nóbrega e a Lenda de S. Frutuoso Abade» (6.5.1921). E também as proferidas por Armando Leça⁸⁹, apelidado de «distinto folclorista» no relatório anual de 1936, como é o caso de «O cancionero na vida portuguesa» (1936), «Nótulas sobre o cancionero português» (1938) e «O canto e a dança no cancionero português» (1939).

As conferências sobre estudos realizados em contexto colonial, assim como as publicações nos *TAE*, ilustram o interesse que a SPAE neles manifestou desde o início. Quanto aos trabalhos realizados no âmbito da etnologia e etnografia sobre o contexto colonial podemos citar alguns casos análogos. Do mesmo modo, não era apenas a orientação para os trabalhos de teor mais físico ou biológico que dominava, embora fosse a principal tendência, ou inclinação, da maioria dos trabalhos de Mendes Correia e de outras figuras ligadas à sociedade. Mas tal não pode ser visto como geral. Por exemplo, o major António Leite de Magalhães apresentou uma conferência intitulada «Estudo etnológico de Timor», na qual apresentou os «resultados dos seus estudos de linguística e etnografia na parte portuguesa da ilha» (2.6.1919). E o coronel Alexandre José Sarsfield preferiu dedicar a sua comunicação ao tema «Etnografia Africana» (14.1.1922). Essas conferências podiam ser mais ou menos detalhadas e suscitar o debate, como é o caso da comunicação de David Magno sobre os dembos de Angola (25.7.1919), onde descreveu um resumo da «história do Congo e das suas invasões, demonstrando as afinidades étnicas existentes entre os actuais dembos e os povos daquele antigo Império». E referiu-se aos trabalhos que nesse local realizaram os funcionários coloniais major Leite de Magalhães e o reverendo António de Miranda Magalhães. O autor falou ainda dos «luangos ou mubires, dos mahungos, dos quibaxes e muitas outras populações sobretudo da de Caculo Cahenda, descrevendo a sua vida material e intelectual, vestuário, alimentação e artes, bem como a organização da família, [...] nascimento, casamento, morte, divindade, cultos, feitiçarias, cerimónia dos “juramentos”, organização social, classes e castas, organização política, propriedade, práticas judiciárias»⁹⁰. Depois da exposição de David Magno, o major Leite de Magalhães «elogiou a comunicação» e discutiu «alguns dos seus pontos com dados colhidos pessoalmente na região dos dembos». Na mesma sessão (25.7.1919) Mendes Correia apresentou uma comunicação do missionário António de Miranda Magalhães «sobre os luangos da região dos dembos, à qual juntou os seus próprios

⁸⁹ Armando Leça é o pseudónimo do compositor, folclorista e etnomusicólogo Armando Lopes (1883-1977). Estudou no Conservatório Nacional e foi professor de Piano e Composição.

⁹⁰ *Livro de Actas da SPAE I*, 1918-1924.

resultados sobre alguns crânios do dembado de Lumti (?) Aluquem», que lhe foram enviados pelo Padre Miranda Magalhães, designado na acta por «infatigável investigador». Ou seja, aos conhecimentos mais etnográficos de um grupo recolhidos pelo missionário, Mendes Correia adicionou a sua análise de alguns crânios pertencentes a elementos desse mesmo grupo.

Embora o interesse pelo terreno colonial já viesse de 1919, como verificámos, é sobretudo a partir dos anos 30, e por causa dos trabalhos realizados no âmbito das missões antropológicas, impulsionadas pelo próprio Mendes Correia, que começam a surgir nas conferências da SPAE mais comunicações sobre a antropologia das colónias – tanto no âmbito físico e biológico como no âmbito sociocultural. Algumas delas foram posteriormente publicadas nos *TAE*, ou em outras revistas, e estão indexadas nas miscelâneas que consultei referentes à Escola de Antropologia do Porto. De facto, a produção da SPAE em muito contribuiu para as publicações do IAUP e da FCUP e para o crescimento de grande parte do espólio hoje identificado com a escola antropológica portuense.

Em comparação, podemos referir a existência da revista *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*, do IAUC (Museu e Laboratório Antropológico) que surgiu em 1914. Apesar desta ter contado com os subsídios da Junta de Educação Nacional e do IAC, alguns trabalhos, por falta de verbas, foram publicados como separatas da *Revista da Universidade de Coimbra* e da *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*. O último em que isso se verifica é o 8.º fascículo do 6.º volume (1959). Quando a revista *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa* surgiu tinha como objectivo publicar trabalhos originais em fascículos e ser permutada com publicações congéneres, a nível nacional e internacional, tal como os *TAE*. No período entre 1914 e 1981 foram publicados 10 volumes da revista *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*, com um número variado de fascículos cada. Em 1981 a revista deu à estampa um volume com os índices publicados neste periódico. Os índices dividiram os artigos em três temas e dessa divisão podemos constatar a seguinte relação de trabalhos: antropologia física (79), antropologia cultural (7) e arqueologia (1). A partir dos dados desta revista, e do universo nela publicado (87 trabalhos), conclui-se que na Escola de Antropologia de Coimbra se produziram sobretudo trabalhos de antropologia física (91%) e muito menos de antropologia cultural (8%), tendo aqui a arqueologia (ao contrário do que se verificou na Escola de Antropologia do Porto) um valor meramente residual (1%). No âmbito dos trabalhos apresentados na SPAE existiu uma menor diferença entre a proporção dos que pertenciam à antropologia física e dos que faziam parte da etnologia e da etnografia.

No entanto, no meu entender, alguns dos artigos da revista de Coimbra podiam ser classificados como sendo de âmbito arqueológico, como aconteceu com os que classifiquei como sendo de arqueologia, no âmbito das conferências da SPAE, tendo alguns sido publicados na revista dos *TAE*. O que se destaca nos índices daquela revista é, não só o número menor de trabalhos realizados no âmbito da etnologia e etnografia, relativamente à antropologia física, como também o facto de nenhum deles, tanto de etnologia, como de etnografia incidir sobre a população portuguesa (como aconteceu em 36 trabalhos apresentados na SPAE), mas sim sobre as populações das colónias portuguesas e sobretudo de Angola⁹¹, de que o trabalho inserido no tema arqueologia é um exemplo⁹² (Cf. Figueiras, 1981). Porém, algumas exposições apresentadas no Congresso de Antropologia Colonial de 1934 revelam-nos que em Coimbra havia quem se interessasse pelo contexto colonial, ou seja, provavelmente nem todos os trabalhos aí produzidos foram publicados na revista de Coimbra.

Da análise dos materiais produzidos no âmbito das actividades da SPAE, conclui-se que os indivíduos com formação em medicina, independentemente de exercerem ou não a profissão de médico, escrevem mais sobre temas de antropologia física, enquanto os padres escrevem sobre temas de antropologia social e cultural (terminologia, vocabulário e práticas). Notei também que nas pesquisas de carácter mais social e cultural (linguística, rituais, práticas culturais, vestuário ou alimentação) são elaborados sobretudo por pessoas da administração colonial ou missionários, como verifiquei numa outra investigação (Matos, 2006), embora os materiais da SPAE reforcem essa ideia. Quando os títulos dos artigos referem «estudo antropológico» querem amiúde significar estudo de antropologia física; quando referem «estudo etnológico» estão a referir-se a temas que hoje enquadraríamos no âmbito da antropologia social e cultural, embora outros sejam meramente etnográficos. No caso de textos que tinham as duas componentes, coloquei-os na coluna referente à etnologia e etnografia (*vide* Anexo IV). Por outro lado, quem escreve sobre arqueologia pré-histórica, também pode escrever sobre antropologia física colonial (como é o caso de Júlio J. de Bettencourt Ferreira ou de Santos Júnior), ou seja, o caso de Mendes Correia, que ao longo do tempo se dedicou a vários assuntos, não é de modo nenhum único. Já Rui de Serpa Pinto, por exemplo, e ao contrário da maioria, é um autor que escreve essencialmente sobre arqueologia.

A SPAE foi a origem de muito do que se veio a realizar posteriormente. Foi a partir dela que se juntaram ideias e individualidades (nacionais e estrangeiras) e se criaram novas

⁹¹ A maioria desses trabalhos, publicados nos 70 do século XX, é da autoria de Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia, professor catedrático aposentado de Antropologia na Universidade Coimbra.

⁹² Trabalho da autoria de Rui de Sousa Martins intitulado «A estação arqueológica da antiga Banza Quibaxe. Dembos. Angola» (1976), *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*, IX, n.º 4: 243-306.

estruturas. Reuniu muitas das pessoas que estiveram ligadas à Escola de Antropologia do Porto e outras se foram juntando, muitas delas seleccionadas previamente por Mendes Correia, assim como os temas de debate e os trabalhos que se foram permutando. Entre quem esteve ligado à SPAE, encontramos especialistas de várias áreas, com formação em medicina, em ciências ou em letras, mas também militares, padres e pessoas ligadas à indústria. Alguns dos sócios e colaboradores eram amadores no âmbito da antropologia, mas tinham formação universitária em outras áreas e dedicavam-se profissionalmente a outros domínios – tanto das letras, como das ciências ou da medicina. Quanto ao número de praticantes, é necessário contextualizar a escala a que nos estamos referir – Portugal – um país pequeno, que nas suas associações acaba por reunir menos pessoas; por essa razão a SPAE teria menos membros do que as congéneres no estrangeiro. Se tivermos, no entanto, em conta o esforço de internacionalização – nomeadamente a inclusão de sócios honorários e correspondentes no exterior do país –, tendo em conta precisamente essa escala menor, ele terá sido tão grande ou, provavelmente, maior do que, por exemplo, o das sociedades da Grã-Bretanha e dos EUA referidas. Como vimos, a SPAE teve como sócios honorários figuras prestigiadas a nível internacional como Emile Cartailhac, Salomon Reinach, Giuseppe Sergi, J. Adolf Schulten, Marcellin Boule e Hugo Obermaier, entre outros.

Como referiu João Leal, «apesar de uma opção dominante pela antropologia física e pela arqueologia», a SPAE não deixará de fomentar alguma pesquisa etnográfica (2000: 35). No entanto, considero que esta acabou por fazer mais do que isso, ou seja, estimulou todas as áreas que estavam relacionadas com a antropologia, de acordo com a visão alargada e inclusiva de Mendes Correia da disciplina, como se pode verificar no gráfico n.º 1. Para a ideia feita de que a maior parte dos trabalhos ali produzidos provinha dos campos da antropologia física e da arqueologia terá contribuído o facto de ter sido Mendes Correia, e outras pessoas com formação em medicina e ciências naturais, e portanto mais direccionadas para fazer essas pesquisas, a reunir mais publicações e a divulgar mais o seu trabalho. Ou seja, embora as comunicações apresentadas na SPAE denunciem distintos e diversificados interesses, nem todas elas foram publicadas, ou apresentadas em outros locais, o que terá levado ao desconhecimento da sua existência, ou à sua menor divulgação. A evidência da diversificação de estudos ilustra também o facto de naquela altura se estarem a experimentar métodos pioneiros, em que surgiam novos interesses e se andava à procura de caminhos. As ciências não se auto-excluía à partida. Pelo contrário. A diversidade de estudos era bem-vinda. O que veio a constituir a Escola de Antropologia do Porto esteve, assim, intrinsecamente ligado à constituição da SPAE e às actividades que nela foram desenvolvidas,

nomeadamente em relação ao estímulo de apresentar comunicações, em eleger sócios correspondentes estrangeiros, cujos temas de investigação interessavam às actividades da sociedade, e em favorecer a permuta de trabalhos com pessoas e instituições especializadas nas áreas contempladas como de interesse nos estatutos da sociedade. Tal instituição é, assim, um núcleo central que cresce paralelamente à Escola de Antropologia do Porto.

A SPAE e o IAUP são órgãos institucionalmente distintos, mas confundiram-se durante muito tempo, talvez por ambos terem tido à sua frente a figura de Mendes Correia, que foi quem mais contribuiu efectivamente para a mundialização e internacionalização da SPAE. Contudo, desde meados dos anos 50 até 1985, a actividade desta sociedade dependeu sobretudo da iniciativa de Santos Júnior, um dos colaboradores mais próximos de Mendes Correia, que realizou trabalhos no âmbito da arqueologia e etnografia de Trás-os-Montes, da arqueologia de Angola e Moçambique e se jubilou em 1971. Como verificámos, quando o primeiro presidente da SPAE, Freitas Viegas, faleceu, em 1928, substituiu-o no cargo Mendes Correia⁹³ e o vice-presidente passou a ser Hernâni Monteiro, professor de anatomia. Na altura em que Mendes Correia se deslocou para Lisboa, Hernâni Monteiro assumiu o cargo de presidente e Santos Júnior, professor de antropologia, o de vice-presidente. Hernâni Monteiro foi mais tarde sucedido por Santos Júnior no cargo de presidente, assumindo nessa altura Abel Sampaio Tavares, professor de anatomia, o cargo de vice-presidente. Verifica-se assim que houve uma alternância, entre professores de anatomia e professores de antropologia que ocuparam a presidência daquela instituição, em resultado das relações próximas que existiam entre os departamentos de antropologia (FCUP) e de anatomia (FMUP). Quando Santos Júnior abdicou do cargo, foi eleita uma nova lista em 1985 da qual Vítor Oliveira Jorge figurava como presidente da direcção, cargo que mantém até hoje.

Em termos de localização, o espólio da SPAE, estando parte dele em várias dezenas de caixas, já mudou diversas vezes de sítio. Quando foi fundada (1918) a sede situava-se na Rua de Santa Catarina no Porto, n.º 207. Tal foi motivado porque o pai de Mendes Correia (António Maria Esteves Mendes Correia) pôs à disposição o seu consultório, na referida rua, e essa proposta foi aceite na segunda reunião da sociedade realizada a 21.1.1919⁹⁴. Pouco tempo depois, foi alojada no edifício da FCUP, situada na Praça dos Leões (ou Praça Rodrigues Teixeira), onde funciona actualmente a Reitoria da UP. Terá sido logo em 1920, uma vez que no relatório anual da SPAE desse ano é feito um agradecimento à FCUP por ter

⁹³ Mendes Correia deixou o cargo de secretário e passou a vice-presidente da SPAE a partir de 14.1.1922, tendo Luís de Freitas Viegas continuado como presidente e Alfredo Athayde assumido a função de secretário.

⁹⁴ *Livro de Actas da SPAE I, 1918-1924.*

emprestado as instalações para as reuniões. Após o 25 de Abril de 1974, a SPAE manteve-se na Praça dos Leões. Posteriormente, o espólio foi deslocado para o edifício do ex-CICAP em caixas que a Reitoria da UP mandou transportar, ficando a sede no mesmo local; mas, novamente por ordem do reitor da UP o espólio voltou ao edifício da Praça dos Leões. Tanto quanto sei, a última vez que o espólio mudou de sítio foi em Maio de 2010 para um arrumo que a Reitoria lhe cedeu, situado no edifício da Escola Superior de Jornalismo, próximo do edifício da Faculdade de Direito, que visitei em Junho de 2010. Entretanto, foi acordado com a Reitoria da UP que as publicações até 1930 passariam a ficar na Biblioteca do Fundo Antigo da UP, no edifício actual da Reitoria. Não existe um inventário ainda do conteúdo desse espólio. No entanto, a direcção da SPAE, e sobretudo o seu actual presidente, Vítor Oliveira Jorge, têm acautelado a preservação dos materiais, o acompanhamento das mudanças e têm tentado dar continuidade à sociedade com dignidade, através do prosseguimento das suas actividades e da publicação dos *TAE*.

No que respeita à continuidade da realização de actividades, destaco o facto de em 1985 a SPAE ter iniciado uma fase com uma renovada direcção, a reforma dos estatutos anteriores, a admissão de novos sócios e a realização de sessões científicas. Desde 1987 é uma Instituição Colectiva de Utilidade Pública, de acordo com o D.R. n.º 89, 2.ª série, de 16-4-1987. No ano seguinte organizou um colóquio de antropologia social e, conjuntamente com o Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, organizou o Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular. Posteriormente, as reflexões que daí resultaram foram publicadas nos *TAE*. Com a mesma chancela foram editados nos volumes 30, 31 e 32 (de 1990, 1991 e 1992) artigos em homenagem póstuma a Ernesto Veiga de Oliveira. Em 1992 a SPAE organizou uma mesa-redonda intitulada «Existe uma cultura portuguesa?» e em 1993 organizou o 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Além da dinamização de actividades, e da realização de conferências, continua a publicar (figura n.º 28), ininterruptamente desde 1919, a sua revista *TAE* com trabalhos no âmbito de todas as ciências sociais (antropologia, arqueologia, ciências cognitivas, ciências da educação, ciências da informação e da comunicação, direito, economia, filosofia, história, linguística, património, psicologia ou sociologia), mostrando abertura relativamente à publicação de «ensaios sobre problemáticas gerais que interessem à compreensão do mundo contemporâneo»⁹⁵. Trata-se de uma das revistas mais antigas em Portugal que estabeleceu intercâmbio com congéneres de todo o mundo. O espólio da SPAE é valioso, sobretudo pelas suas permutas de revistas (e não tanto pelos livros). Tem, por

⁹⁵ (<http://spae.no.sapo.pt/serve.htm>). A SPAE dispõe de um blogue, actualizado com regularidade, disponível em <http://sociedadeportuguesaantropologia.blogspot.com/> (consultado em 2011).

exemplo, as revistas do Smithsonian Institution (Washington, D.C.) desde o n.º 1, sendo o único local em Portugal a dispor desse conjunto. Os diversos *TAE* reúnem assim artigos que constituem uma autêntica mina de informação sobre a história da ciência produzida no país.

Em conclusão

As histórias da antropologia podem ser contadas a partir das narrativas dos indivíduos, instituições, ideias e tradições. Contudo, amiúde focam-se nos indivíduos e consideram menos as ideias, levando-as a omitir fenómenos significativos. Neste trabalho pretendi situar os indivíduos, os autores, e em especial Mendes Correia, num contexto mais alargado, tendo em conta o período que precede a sua produção intelectual e o contexto de realização da mesma. A Escola de Antropologia do Porto⁹⁶ resulta, em parte, do trabalho desenvolvido pela SPAE e da continuação da tradição do núcleo da Sociedade Carlos Ribeiro e da *Portugália*, da qual fizeram parte Ricardo Severo, Rocha Peixoto, José Fortes, Fonseca Cardoso e outras figuras de destaque. Ou seja, é à geração da *Portugália* que Mendes Correia e os seus colaboradores deram, de certa forma, continuidade. A ilustrar isso está o facto de, por exemplo, o primeiro estudo publicado nos *TAE* ser uma memória póstuma de Fonseca Cardoso. Quando em 1912 Mendes Correia inicia as aulas de antropologia, já Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso tinham falecido, e Ricardo Severo tinha partido para o Brasil, mas José Fortes ainda se deslocou algumas vezes ao gabinete de antropologia para levar o seu incitamento e conselhos.

O que veio a ser a Escola de Antropologia do Porto, paralelamente à constituição da SPAE, é semelhante ao que aconteceu em outros círculos ou sociedades científicas. Esses exemplos, como outros a nível internacional, dão-nos conta de que foi a partir de uma pequena rede de intelectuais (a maioria dos quais ligados a estruturas como a Comissão Geológica ou instituições de ensino), ou interessados nas chamadas ciências emergentes, liderada por figuras carismáticas, que se inaugurou um debate institucionalizado de ideias, temas, metodologias e novas formas de fazer investigação. Há vários relatos referentes a cada uma dessas escolas⁹⁷, que passam pela escolha dos temas ou áreas a estudar. Importantes também foram as histórias que estiveram ligadas à institucionalização da antropologia como ciência – introdução da disciplina nos curricula universitários – e profissionalização da disciplina. Assim, Mendes Correia é uma figura central para compreendermos as estratégias do percurso da antropologia em Portugal e a forma como alguns saberes estavam interligados.

⁹⁶ Sobre esta escola *vide* Correia (1937a), Correia (1941a) e Guimarães (1995).

⁹⁷ Uma escola contemporânea da escola do Porto foi a Escola Nina Rodrigues no Brasil. Através dela é possível perceber as preocupações dos seus membros (médicos e cientistas sociais), as suas linhas teóricas e as relações com a sociedade e o Estado brasileiro. *Vide* Corrêa (1982) e Corrêa, Willems e Pierson (1987).

A Escola de Antropologia do Porto viria a ter influências muito diversas; os seus colaboradores tinham formações e interesses diferentes e tal ocorreu numa altura em que a antropologia ainda estava pouco institucionalizada. Por outro lado, verificou-se que embora as fronteiras da disciplina fossem permeáveis, alguns dos trabalhos dos colaboradores da escola demonstravam existir diálogo interdisciplinar e troca de informações. Os seus praticantes estavam a aprender, a reunir conhecimentos e a traçar caminhos.

No Porto encontramos uma antropologia, de aceção naturalista e física, que foi dominante em França, Alemanha, Itália e em Espanha, e que também existiu na Grã-Bretanha e nos EUA (e continua a existir, embora nem sempre seja tomada em conta), adicionada a uma antropologia que estimula os estudos socioculturais, não no só país, mas também nas colónias. Contudo, verificou-se um certo anacronismo teórico e metodológico, nos trabalhos produzidos, o que, de resto, vigorou em grande parte do século XX em Portugal. Além disso, a antropologia portuguesa era marginal no contexto internacional. Como vimos, os contextos dominantes eram o francês, o britânico e o norte-americano. Mas, por exemplo, a antropologia alemã, que teve uma grande influência na congénere norte-americana, e no estudo das culturas, inspirado no Romantismo, veio a motivar alguns dos trabalhos que passaram pela SPAE e pela Escola de Antropologia do Porto. Além disso, existem tradições nacionais muito distintas, ainda que entre países próximos. Mesmo se nos referirmos apenas ao caso ibérico, por exemplo, constatamos existirem diferenças entre Portugal e Espanha. Por outro lado, quando comparamos as sociedades científicas, criadas em Portugal nos finais do século XIX e inícios do século XX, com outras a nível internacional e nos apercebemos do número de pessoas nelas envolvidas ser menor, assim como a produção de trabalhos, impõe-se analisar a escala de comparação, a que nos estamos a referir, e a forma como a ciência produzida nesta altura no país foi um pouco periférica. Só recentemente, após o 25 de Abril de 1974, quando a licenciatura de antropologia foi integrada nas universidades, e portanto quando a antropologia se tornou definitivamente institucionalizada e profissionalizada é que o discurso dentro da comunidade dos antropólogos se tornou mais endógeno.

CAPÍTULO 3.

UMA VARIEDADE DE TEMAS SUBJACENTES AO ESTUDO DA HUMANIDADE

Neste capítulo farei uma análise da variedade de temas a que Mendes Correia se dedicou. Procederei a uma sistematização dos conteúdos dos seus trabalhos e tentarei compreender os desígnios que procurou implementar e desenvolver no âmbito do ensino e da investigação na Escola de Antropologia do Porto. O autor tem um percurso pouco linear. Licenciou-se em medicina, mas exerce a profissão de médico por pouco tempo, tendo-se virado depois para os terrenos da antropologia, geografia, história e arqueologia. Terá sido também o facto de leccionar geografia¹, cujo ensino introduziu na FCUP, assim como os temas abordados na cadeira, que lhe terão despertado a vontade de aprofundar conhecimentos que poderiam ser úteis para a antropologia. Como esta estava no centro das suas atenções, a ciência que veio a desenvolver inscreve-se também no âmbito de uma antropogeografia, um domínio cujo incremento remonta aos finais do século XIX. Tanto a geografia, como a geografia pré-histórica (Correia, 1929d), foram apoios que buscou para no sentido de encontrar nos fenómenos naturais explicações para outros domínios do devir humano.

A primeira área sobre a qual reflectiu foi a medicina, tendo elaborado a tese de final de curso *O Génio e o Talento na Patologia* (1911). Posteriormente, escreveu sobre indivíduos com comportamentos desviantes, «delinquentes», «crianças delinquentes», chegando a ocupar um cargo na Tutoria do Porto, onde emitia pareceres médicos. Escreveu especificamente sobre antropologia criminal, e foi essa área a que se dedicou quando apresentou provas públicas para ser nomeado professor assistente efectivo de antropologia na FCUP. São estas duas áreas, a medicina (e a psiquiatria) e a antropologia criminal, que o levam a interessar-se mais pela antropologia, sendo a antropologia criminal vista por ele como uma das possíveis aplicações da disciplina. Para o autor, esta era «uma ciência natural e uma ciência do espírito», que pretendia ascender «à compreensão integral do Homem na sua estruturação e manifestação de uma ordem inorgânica, biológica, psicológica e espiritual, quer no indivíduo, quer, e sobretudo, nos agrupamentos humanos» (1944e: 34). Nessa perspectiva, integrava a antropologia física, a pré-história e a etnografia. Esta diversidade não é, contudo, única na sua obra, já que também a antropologia nas tradições evolucionistas e tecnológicas britânicas incluiu a arqueologia pré-histórica, a cultura material, assim como a antropologia física, e

¹ Na sessão de 20.1.1950 da AN (V Legislatura) refere: «Na minha bibliografia pessoal tenho a satisfação - considero mesmo esse facto uma honra - de haver divulgado em língua portuguesa, num desenvolvido resumo, o magnífico trabalho, publicado em 1933, *Geometria Geral dos Mares*, do professor da Escola Naval de França Camille Vallaux. Fiz uma conferência e publiquei a seguir artigos sobre esse tratado».

tinha relações chegadas com o folclore e os estudos clássicos (Stocking, 1995b: XV-XVI). Todavia, os estudos actuais costumam colocar a ênfase, não na unidade da antropologia como que no passado, mas no processo pelo qual a investigação se foi estreitando (*idem*, p. XVI).

Mendes Correia publicou ao todo 387 trabalhos (Júnior, 1969: 42), entre os quais vários livros, e foi orientador de numerosos estudos. Em pesquisas realizadas anteriormente (Matos, 2000, 2006), pude constatar a vastidão da sua obra. Porém, ela é mais extensa do que a aí revelada, uma vez que anteriormente apenas tive em consideração os textos relativos à temática da «raça» e ao contexto colonial português. O seu primeiro trabalho, publicado em 1909, intitulava-se *A nossa Instrução Primária Oficial (Breves notas sobre alguns dos seus mais graves defeitos)*, e constituiu uma comunicação apresentada ao 2.º Congresso Pedagógico, realizado em Lisboa, em Abril do mesmo ano, enquanto era estudante do 3.º ano de medicina. Já o último realizado, intitulado *Da Antropologia Ultramarina* (1962), foi o tema de lição de um dos cursos de aperfeiçoamento sobre Etnologia do Ultramar Português, organizados em Fevereiro de 1959 pelo CEEU. Deste curso fizeram parte palestras com uma introdução ao conhecimento antropológico do ultramar português (Júnior, 1969). Seguidamente, começarei pela análise do conteúdo das suas lições de antropologia, ministradas na FCUP, a partir de 1912, e analisarei mais detalhadamente alguns dos assuntos nelas contemplados, assim como os seus principais argumentos teóricos.

1. A cadeira de Antropologia da FCUP: definições, propósitos e conteúdos

Já tive a oportunidade de definir o que é a antropologia e o que trata, segundo vários autores. O trabalho de Mendes Correia, que constitui o resumo das suas lições na cadeira de antropologia², em 132 páginas, enquanto era assistente (1915b), permite-nos perceber o que seleccionou para fazer parte da disciplina³. Serão os temas que aí anuncia, resumidamente, que irá aprofundar mais tarde. É o próprio a admitir que as definições de antropologia e os limites da disciplina variam segundo os autores. Defende que a antropologia não deve ter, nem uma grande abrangência, sob pena de perder a sua unidade, nem ser demasiado particularizada, ao por exemplo estudar os caracteres somáticos e excluir os psicológicos e sociológicos. Nesse sentido, critica os autores que apenas têm em consideração os caracteres somáticos: o monogenista Armand de Quatrefages (1810-1892), para quem a antropologia é a

² Texto que faz parte das miscelâneas que respeitam à Escola de Antropologia do Porto. Normalmente, cada um destes textos foi classificado com uma designação escrita a lápis. Entre elas estão termos como «biografia», «antropologia», «zoologia» ou «sociologia». Este (Correia, 1915b) foi classificado como «geral».

³ O texto é organizado com as matérias: I. Generalidades; II. Métodos estatísticos em Antropologia; III. O homem entre os Primatas; IV. A origem do homem; V. O homem primitivo; VI. Os tipos humanos actuais.

história natural do homem; Paul Broca, que a considera como o estudo do homem nas suas relações com a natureza; e Paul Topinard (1830-1911), que a define como o ramo da história natural do homem e das «raças» humanas⁴. Segundo o professor da FCUP, estas três definições são imprecisas e permitem tanto «restringir» como «ampliar demasiado» o campo da antropologia. Assim, e de acordo com os tratados didáticos da antropologia, esta ciência visa «o estudo dos caracteres humanos, que têm interesse sob qualquer dos seguintes pontos de vista: 1.º Comparação do homem com os outros animais e fixação do seu lugar na escala zoológica; 2.º Determinação da genealogia do homem e conhecimento dos primeiros hominídeos⁵; 3.º Descrição e classificação dos povos, raças e tipos humanos» (1915b: 6).

O autor delimita assim as fronteiras da antropologia, sendo que a anatomia, embriologia, psicologia, sociologia, linguística, história, arqueologia⁶, fisiologia e patologia, entre outras ciências, eram para ele suas subsidiárias, embora tivessem uma existência autónoma. Subdivide ainda a antropologia em ramos: antropozologia ou antropologia zoológica (que estuda a «posição sistemática do homem na série animal, confrontando os caracteres humanos com os dos outros animais»); paleoantropologia (que estuda os «antigos representantes dos hominídeos e os restos por eles deixados»); antropologia sistemática e especial (que classifica e descreve as «diferentes raças e tipos humanos»); e etnografia (que estuda os «diversos povos»). Repare-se que não opõe antropologia e etnografia⁷ (embora ressalve que alguns autores a consideram uma ciência autónoma) e inclui essa *etnografia* dentro da antropologia (mais variada e abrangedora). Como acréscimo, refere que a antropologia utiliza métodos especiais de investigação e exame, sobretudo baseados na observação (Correia, 1915b: 7). No caso dos trabalhos que desenvolve, constatei que os métodos e as técnicas utilizados são muito variados: estatísticos, antropométricos, descritivos, bioquímicos, psicotécnicos, escavações arqueológicas, entre outros.

No que respeita à história da disciplina, refere que apenas na segunda metade do século XVIII ela adquiriu o perfil de ciência individual. Embora as primeiras incursões na Antiguidade com Aristóteles, Hipócrates, Galeno, Plínio e, em geral, com médicos, historiadores, naturalistas e viajantes dessa época tenham trabalhado, «até certo ponto, no terreno da Antropologia», não se utilizava ainda esse termo (Correia, 1915b: 8). Apesar de reconhecer algumas das abordagens dos autores da Antiguidade para o estudo das «raças»

⁴ Para Topinard, a antropologia não estava relacionada com as questões da nacionalidade, etnogénesis ou genealogia dos povos, uma vez que essas áreas faziam parte da etnografia (1885: 212-213).

⁵ Populações e espécies com as quais o Homem partilha uma história de evolução, excluindo qualquer outro primata vivo. Supõe-se que a linhagem dos hominídeos evoluiu há cerca de 5 a 10 milhões de anos.

⁶ Na escola antropológica norte-americana a cultura material do passado é estudada por antropólogos culturais.

⁷ Etnografia aqui tem o significado atribuído usualmente a etnologia.

humanas, como a proximidade do homem com o macaco, critica os seus erros e a admissão de fábulas por parte de alguns, como é o caso de Plínio, e a adopção desses erros por parte de naturalistas da Renascença, ao mesmo tempo que inventam outras inexactidões. A partir do século XVI, com as grandes viagens e a alteração do cenário anterior, destaca Mundino e Vésale (que no século XVI são pioneiros na anatomia e corrigem os erros de Galeno) e Bellon (que apresenta estudos de antropologia zoológica no século XVIII). E é, de facto, no século XVIII que aponta as maiores mudanças com Lineu (ensaiador de uma classificação das «raças humanas» e da inserção do homem numa escala zoológica⁸); Buffon (autor de uma história natural acerca da variabilidade humana); Blumenbach (que propõe uma classificação das «raças humanas» e contribui para a constituição da antropologia como ciência independente); Daubenton (observador do buraco occipital nos humanos e nos animais); Camper⁹ (que aprecia as diferenças de rosto entre distintos grupos humanos); e Soemmering (autor de um trabalho sobre os «negros») (Correia, 1915b: 9). Refere-se também aos debates que ocorreram, entre os finais do século XVIII e o século XIX, entre monogenistas, como Georges Cuvier (1769-1832) e os seus discípulos, e o poligenismo perfilhado por Virey, Boroy de Saint-Vicent, assim como pelos esclavagistas. Tais debates seriam mais tarde substituídos, como lembra, pela oposição entre os defensores da invariabilidade das espécies, como Cuvier, e os transformistas, como Goethe, Lamarck e Geoffroy-Saint-Hilaire.

Lembra ainda a fundação de várias sociedades de etnografia e de antropologia, destacando a Sociedade dos Observadores do Homem (1799¹⁰) e a Sociedade Etnológica, ambas em Paris. Esta última fora fundada por William Edwards, autor de estudos sobre caracteres fisiológicos das «raças» nas suas relações com a história, com o objectivo de estudar a «organização das raças humanas, o seu carácter intelectual e moral, as suas línguas e as suas tradições históricas» (Correia, 1915b: 9). Mendes Correia destaca os contributos de Klaproth, Frederic Muller, entre outros, para a linguística, e os de Morton¹¹, Von Baier,

⁸ A divisão de Lineu (1707-78) foi a que teve maior reconhecimento. Em *System of Nature* (1735) organizou as espécies (protótipos imutáveis) em número e tipo (existiam no interior da espécie, tal como as «raças») e defendeu que os membros de uma espécie deviam produzir descendência fértil. O homem, classificado entre os macacos, dividia-se em quatro «raças» - *Homo europaeus*, *Homo asiaticus*, *Homo afer* e *Homo americanus*.

⁹ O anatomista holandês Pieter Camper (1722-89) argumentou que o «ângulo facial» - medida do prognatismo facial - permitia uma comparação importante entre as cabeças a partir das medidas do crânio e da face. Segundo ele, o «ângulo facial» ideal era um ângulo a 100 graus encontrado apenas entre os gregos antigos.

¹⁰ O autor refere no texto que a data é 1800, havendo pois uma imprecisão.

¹¹ Samuel George Morton (1799-1851), poligenista e discípulo de Louis Agassiz, estabeleceu relações físicas e morais entre as populações dos EUA e do Egipto, a partir dos seus crânios, em *Crania americana* (1839) e *Crania aegyptia* (1844) (Schwarcz, 2007: 54). A análise dos crânios permitiria comparar as características das «raças» humanas e comparar estas com os animais.

Carus, Turner, Davis, Retzius¹² e Jacquart para a craniologia. Para o professor da FCUP, seria a Sociedade de Antropologia de Paris (1859), fundada por Broca, a inaugurar a antropologia contemporânea. Nesse sentido, a disciplina foi instituída nas universidades e foi fundada a Escola Antropológica de Paris. A par disso, foram criados laboratórios, impulsionou-se a realização de estudos antropológicos e arqueológicos no terreno, realizaram-se congressos e publicaram-se revistas. Em termos internacionais, destaca a realização do I Congresso de Antropologia e Arqueologia pré-históricas em Spezia (1865) e do XIV em Genebra (1912), presidido por Pittard (Correia, 1915b: 10).

Em termos nacionais, destaca a constituição da Comissão dos Trabalhos Geológicos¹³ (1857) da qual fizeram parte o general Carlos Ribeiro (que considera os restos arqueológicos encontrados na Ota como fazendo parte do período terciário), Pereira da Costa e Nery Delgado (que descobre os crânios da gruta de Cesaredo), tendo todos contribuído para as investigações paleontológicas em Portugal. Os estudos pré-históricos em Portugal prosseguiriam depois com nomes como Santos Rocha, Ricardo Severo, Fonseca Cardoso, Rocha Peixoto, José Fortes, Leite de Vasconcelos, Natividade, Estácio da Veiga, Martins Sarmiento¹⁴, Joaquim Fontes e Virgílio Correia. No período de finais do século XIX destaca a fundação do Museu Etnológico Português (1894) e os trabalhos de: Ferraz de Macedo (sobre crânios do cemitério de Lisboa); Silva Bastos (sobre os índices cefálicos dos portugueses), Mascarenhas de Melo (índices nasais), Sousa Pinto (caracteres das mandíbulas) e Costa Ferreira (capacidade, suturas e pterion), todos a partir da colecção de crânios do Museu Antropológico de Coimbra; Felismino Gomes (sobre prognatismo); Barros e Cunha (índice facial superior, crânios da Ilha de Timor, crânios do Alentejo e do Algarve, entre outros). Por outro lado, foram-se desenvolvendo os estudos no vivo. Nesse campo dá como exemplo os trabalhos de: Arruda Furtado (monografia sobre os açorianos, 1894); Sant'Ana Marques (trabalho final de licenciatura sobre antropometria portuguesa); Gonçalves Lopes (sobre a população da Beira Baixa); Fonseca Cardoso (sobre o minhoto, os habitantes de Castro Laboreiro e o poveiro); e o seu próprio trabalho sobre a população da Beira Alta (Correia,

¹² O antropólogo suíço Andrés Retzius (1769-1860) desenvolveu a medição do índice cefálico em 1840. A partir da largura e comprimento da cabeça ($\text{largura da cabeça} / \text{comprimento da cabeça} = \times 100$) podia estabelecer-se a seguinte classificação: dolicocefalos (cabeças compridas e estreitas - até 79,9 mm), mesocefalos (cabeças intermédias - 76-80,9 mm) ou braquicefalos (cabeças curtas e largas - a partir de 81mm) (AAVV, 1988: 32).

¹³ A Comissão de Trabalhos Geológicos fundada em 1849, reestruturada na Comissão Geológica de Portugal em 1857, foi extinta em 1868 devido a desentendimentos entre Carlos Ribeiro e Pereira da Costa; as suas colecções foram incorporadas na Escola Politécnica de Lisboa, onde Pereira da Costa leccionava.

¹⁴ Francisco Martins Sarmiento (1833-1899) procurou desenvolver a cidade de Guimarães, tendo também criado a sociedade que adquiriu o seu nome. Iniciou as suas escavações em 1874 em Briteiros. Interessava-se sobretudo pelo estudo do povo português e das suas origens, tendo-se motivado pelo estudo dos lusitanos. Influenciou as gerações seguintes, nomeadamente Leite de Vasconcelos e os jovens que fundaram a Sociedade Carlos Ribeiro.

1915c). Por último, em termos de «antropologia geral», destaca os trabalhos de: Eduardo Burnay (*Da craniologia como base da classificação antropológica*), Luiz dos Santos Viegas (*Do método em antropologia*); João Salema (*Modificação do goniómetro mandibular de Broca*); Oliveira Martins (*Elementos de Antropologia e As Raças Humanas e a Civilização Primitiva*); e de Costa Ferreira (*Sobre alguns caracteres da norma anterior do esqueleto da cabeça*). Nos campos da «antropologia pedagógica, patológica e criminal» refere: Bettencourt Ferreira (*Medidas antropológicas nas escolas*); Oliveira Feijão (*Sur un cas de microcephalie en Portugal*); Ferraz de Macedo (*Anomalias dos crânios portugueses e Crime et criminel*); Alfredo Luiz Lopes (*Estudos de antropologia criminal*); Basílio Freire (*Os degenerados e Os criminosos*); Teixeira Bastos (*Tatuagens nos criminosos*); Costa Ferreira (*Sur deux crânes metopiques, Idiotie et taches pigmentaires chez un enfant de 17 mois, Sobre o fémur e a tibia duma microcéfala e Antropometria escolar*); e os seus próprios trabalhos (Correia, 1913a, 1913b, 1914, 1915a, 1915d) (Correia, 1915b: 10-12).

No âmbito das suas lições de antropologia, procura definir algumas das expressões que eram mais usadas na disciplina, como «carácter», «tipo», «raça», «povo» e «nacionalidade». Carácter significava uma «qualquer particularidade que é apresentada por um ou mais seres e o não é por outros» e que pode ser utilizada na classificação de um ser ou grupo de seres. Os caracteres mais importantes eram os anatómicos, fisiológicos, psicológicos, sociológicos e étnicos (Correia, 1915b: 13). Já o tipo tinha uma aceção «muito vaga», referindo-se Mendes Correia a definições de distintos autores: «conjunto de caracteres físicos»¹⁵ (Cuvier); «impressão sintética» (Gratiolet); «conjunto de caracteres distintivos» (Dupiney de Vorepierre); «caracteres distintivos» e uma imagem que se cria (Topinard); concepção abstracta (Broca). Segundo o professor, o «tipo» é formado pelos «caracteres mais acentuados e frequentes nos indivíduos dum determinado grupo»; quando «esses caracteres são divergentes, o tipo é definido pela sua média» podendo assim existir entre indivíduos de uma mesma nacionalidade uma grande diversidade de estaturas, isto é, será a média dessa estatura que corresponderá ao «tipo» nacional. Segundo o próprio, «povo e raça não significam a mesma coisa» e era um erro dizer «raça portuguesa» em vez de «povo português»:

Uma *raça* humana é constituída por indivíduos ligados na ascendência e cujos caracteres são muito semelhantes e *se mantêm por hereditariedade*¹⁶. Ora como em biologia os caracteres físicos são os mais fixos e de mais fácil e rigorosa observação é neles que assenta a noção de raça. Esta pode dizer-se “um tipo físico hereditário” (1915b: 13-14).

¹⁵ Tal definição não poderia ser exacta, já que poderia haver «tipos» baseados em outros caracteres, como os tipos psicológicos ou étnicos, entre outros.

¹⁶ Itálicos do original.

Para o autor, «dificilmente se encontram hoje raças puras» e «os povos são na sua maioria constituídos por mestiços» (1915b: 14). Além disso, «as relações sociais [...] provocaram repetidos cruzamentos de que derivou uma mestiçagem confusa que por vezes mal se pode decompor [...] nos elementos componentes ancestrais»; e «a civilização, multiplicando essas relações, tem contribuído poderosamente para uma tal fusão» (*idem*, p. 14). Por oposição, enquanto a «raça é uma entidade somatológica», o «povo é um agrupamento étnico», ou seja, «um conjunto de indivíduos duma mesma região, ligados por uma identidade de costumes, de tradições, de língua, de instituições sociais». Já a nação ou nacionalidade é a «associação política composta por indivíduos pertencentes a um ou mais povos, submetidos ao mesmo governo e possuindo interesses comuns» (1915b: 14).

2. Os métodos antropológicos baseados na estatística

No contexto em que se insere a ciência praticada por Mendes Correia, falar de progresso e de acumulação de saber é falar de um passado que investiga sem ordenar e sistematizar e de um presente e futuro que analisa classificando e sistematizando os saberes acumulados, várias vezes através de métodos quantitativos ou com recurso frequente aos números ou a ordens de grandeza quantificáveis. A ciência era encarada também como um modo de controlar a natureza desordenada, ao mesmo tempo que construía a natureza como algo para ser apropriado (Escobar, 1994: 213). Um dos assuntos abordados na cadeira de antropologia da FCUP foi o dos métodos utilizados. Como a antropologia era vista pelo professor como estando próxima das ciências naturais, refere que tal disciplina tem como «ponto de partida a observação, e estabelece em seguida, por comparação, analogia e classificação, o tipo dos seres sobre os quais recai o seu estudo» (1915b: 14). Porém, como incide sobre «seres e fenómenos», a antropologia utiliza «além da observação, a experiência, a hipótese e a indução» (*idem, ibidem*). Essas observações antropológicas podiam referir-se a caracteres descritivos (definidos por frases ou qualificativos) ou a caracteres merísticos (definidos por números, que se obtinham por mensurações, e constituíam o objecto da antropometria [no vivo] ou da osteometria [no esqueleto]). Os caracteres merísticos foram os preferidos de muitos antropólogos deste período, já que se considerava permitirem tirar conclusões mais objectivas. Em termos dos métodos estatísticos utilizados em antropologia, Mendes Correia refere: a variação; a seriação, as médias e os agrupamentos; o índice de

variabilidade; a representação gráfica de séries; cartogramas¹⁷ e diagramas¹⁸; e a correlação¹⁹. Quanto à variação, explica que: «os seres vivos e os fenómenos biológicos não se apresentam sob normas fixas e do mais absoluto rigor matemático»; do «ponto de vista morfológico, não há identidade completa entre dois seres do mesmo grupo biológico»; e do «ponto de vista funcional é impossível defini-los por expressões numéricas iguais». O que havia era «semelhanças», «traços comuns», «analogias parciais» e «aproximações» (*idem*, p. 16).

Se eram possíveis apenas aproximações, por que razão as conclusões acerca desses dados eram apresentadas com fiabilidade procurando demonstrar a existência de tipos facilmente identificáveis? Contudo, tanto para Mendes Correia, como para vários autores contemporâneos, o facto de se poder definir com aproximação era já visto como positivo. Segundo o lente da FCUP, para além de se poderem definir os factos biológicos com aproximação, «as variações de qualquer ordem que seres dum mesmo grupo natural fazem em torno dum tipo médio, não são distribuídas indiferentemente, ao acaso, mas dominadas por regras aproximadas, susceptíveis de serem expressas em números» (Correia, 1915b: 16). Foi devido a essa constatação que se passou a utilizar a estatística matemática aplicada na biologia, inicialmente com Adolphe Quételet e depois com Francis Galton, Karl Pearson, entre outros²⁰. As estatísticas permitiam registar «as variantes dum determinado carácter e a frequência com que cada uma dessas variantes aparece num determinado número de indivíduos da mesma unidade morfológica» (Correia, 1915b: 16). No entanto, lembra que «de pouco valeria o seu exame, se a isso elas se reduzissem» (*idem, ibidem*). Daqui se conclui que os métodos estatísticos, que apenas se podiam aplicar a caracteres merísticos (dimensões, número de órgãos homólogos repetidos, entre outros), eram úteis, sobretudo pelas conclusões que permitiriam tirar. Dos elementos susceptíveis de extrair conclusões, o autor destaca a média aritmética e a mediana (*idem*, p. 18-20). A importância dos métodos merísticos é facilmente verificada a partir do conteúdo da parte prática da cadeira de antropologia, ministrada na FCUP e ao nível dos estudos que classifica de «antropologia aplicada», como é

¹⁷ Tinham como função «tornar evidente a variação dum carácter de região para região». Assim, numa carta geográfica de um país «dá-se a cada circunscrição uma cor ou um traçado especial, segundo o valor que nessa circunscrição tem o carácter antropológico examinado» (Correia, 1915b: 23).

¹⁸ Nos diagramas, que podiam fazer-se através de pontos, linhas, superfícies, ou sólidos (estereogramas), a cada carácter ou variante correspondiam «dimensões proporcionais ao número de casos em que esse carácter ou essa variante se encontraram». No entanto, ressalva que, por vezes, alguns diagramas «pouco rigorosos» eram usados «com o fim de tornar muito flagrante aos olhos de todos o modo de variação ou de distribuição de caracteres em certos grupos morfológicos» (Correia, 1915b: 23).

¹⁹ É utilizada quando se pretende averiguar se existe uma correlação entre diferentes caracteres e se um carácter varia, ou não, independentemente de outro ou de outros. Pode, por exemplo, tentar analisar-se a correlação entre o índice cefálico e o índice crânio-zigomático e colocá-los numa tabela de correlação.

²⁰ Mendes Correia cita também o *Método Estatístico da Variação* de Duncker.

o caso da antropologia pedagógica, criminal e colonial. Mais tarde, o autor escreve que «é difícil a interpretação científica de muitas estatísticas», sendo algumas delas «despidas de qualquer significado» e a sua utilização ilegítima terá conduzido à desconfiança dos resultados das mesmas (1933a: 9). Todavia, na sua opinião, os processos estatísticos baseados no cálculo das probabilidades tinham um «indiscutível valor científico» (*idem*, p. 10).

2.1. A parte prática da cadeira de Antropologia ministrada por Mendes Correia

No que respeita aos «Trabalhos práticos de Antropologia», previstos para o ano lectivo de 1915-1916, era este o programa, dividido em vários pontos, assinado a 15.10.1915, no Laboratório Antropológico da FCUP, pelo professor-assistente Mendes Correia: 1. Conhecimento dos instrumentos e aparelhos do Laboratório; 2. Uma observação antropológica no vivo (caracteres descritivos, antropometria, fotografias de frente e de perfil, conclusões); 3. Elaboração e classificação duma ficha de identificação antropométrica (método Bertillon); 4. Elaboração e classificação duma ficha de identificação dactiloscópica (método Vucetich); 5. Determinação dos coeficientes de robustez física em cinco indivíduos pelo menos; interpretação dos resultados; 6. Estudo sobre a cor dos olhos e dos cabelos em cem indivíduos pelo menos²¹; diagramas elucidativos; 7. Estudo de um crânio (descrição, craniometria, projecções, fotografias, conclusões); Ponto 8 a ponto 20. Determinação de: índice cefálico, índice vértico-longo, índice vértico-transverso, índice frontal mínimo, índice estefânio-zigomático, índice facial superior, índice nasal, índice orbitário, índice do prognatismo, índice naso-dentário de Flower, índice do buraco occipital, ângulo facial, capacidade craniana; em cinco crânios - classificação destes, segundo os resultados obtidos; 21. Estudo antropométrico ou craniométrico em mais de vinte casos, e com aplicação dos métodos estatísticos e gráficos (seriação, agrupamentos, média, mediana, máximo, mínimo, máximo de frequência, índice de variabilidade, curvas e polígonos de variação, diagramas, cartogramas, conclusões); 22. Estudo da correlação entre dois caracteres antropológicos em mais de vinte casos (tábua de correlação, coeficiente de correlação de Bravais, conclusões); 23. Um estudo de antropologia escolar (medida da acuidade visual, da audição, da capacidade vital ou doutro caracter) em cinco casos pelo menos; 24. Um estudo de antropologia zoológica (estudo comparado da dentadura nos primatas). 25. Um estudo de psicologia experimental (medição da inteligência, da memória ou da certeza no testemunho) em cinco casos pelo menos; 26. Traçado dum esfigmograma; 27. Determinação dos círculos de Weber

²¹ Esta exigência está de acordo com as exigências do método científico proposto de Topinard (1892: 314).

em cinco indivíduos pelo menos; 28. Estudo de instrumentos da indústria pré-histórica; desenho; descrição; 29. Relatório sobre os caracteres étnicos duma população.

O programa da componente prática da cadeira permite-nos concluir que a presença dos elementos métricos, assim como dos meios para os alcançar, têm um carácter predominante e um estatuto preferencial. Tal escolha encontra-se, contudo, em outros trabalhos contemporâneos, uma vez que esses elementos eram considerados permitir análises mais objectivas e alcançar conclusões mais correctas. No sentido de obter os valores numéricos era necessário saber manusear os instrumentos e os aparelhos do laboratório. As observações podiam ser efectuadas no vivo ou no esqueleto. As no vivo permitiam a descrição de caracteres, a medição de partes do corpo, a realização de fotografias de frente e de perfil, o preenchimento de fichas (antropométrica e dactiloscópica), assim como a determinação dos coeficientes de robustez física e o estudo da cor dos olhos e dos cabelos. Já as observações do esqueleto eram dirigidas sobretudo para o crânio e incluíam a sua descrição, medição (craniometria/ determinação de vários índices) e fotografia. Ao nível daquilo que na componente prática da sua cadeira Mendes Correia não chega a referir como tal, mas que em outros locais designou como as «aplicações práticas da Antropologia» (1915b: 15), podemos referir os estudos de: antropologia escolar (acuidade visual e audição, por exemplo); antropologia zoológica (como é o caso da comparação da dentadura nos primatas); psicologia experimental (medição da inteligência e da memória); registos gráficos de pulsação arterial (feitos com o esfigmógrafo); registos de sensibilidade táctil. Esta parte da cadeira incluía ainda o desenho e a análise de instrumentos pré-históricos, assim como a elaboração de um relatório acerca dos «caracteres étnicos» de uma determinada população, cujo conhecimento, segundo o seu professor, poderia orientar ou apoiar determinadas acções ao nível político, social, religioso ou económico de um aglomerado humano (1915b).

Em escritos posteriores Mendes Correia revela o interesse pelo cálculo dos índices faciais e cranianos e pelas médias estatísticas, denunciando o carácter obsessivo pelas suas buscas – não é tanto por querer encontrar as origens em si dos portugueses, mas os caracteres originais e o modo como estes foram, hereditariamente, passando de geração para geração, e continuando perceptíveis e identificáveis. Subjacente a vários textos está, muitas vezes, uma lógica que preside à sequência da apresentação do seu argumento: inventaria as diferenças (todas as que consegue incluir) para no fim, depois de apresentadas várias possibilidades e exemplos, vir a concluir que os resultados são poucos clarificadores, que não permitem tirar grandes conclusões, mas que as médias afinal até vão sendo constantes. Correia acaba por concluir que existe uma certa constância de valores ao longo de muito tempo. Considera que

os resultados de Franz Boas²² devem ser submetidos a reservas, já que, apesar de reconhecer que certas influências do meio podem modificar os índices cefálicos individuais (doenças do crescimento, anomalias, condições obstétricas), tais casos exemplificados pelo autor americano são excepcionais, não conseguem provocar mudanças de forma tão rápida, e poderosa, e não alteram, sensivelmente, os resultados estatísticos no final (1944b: 91-92).

3. Distintas explicações para a origem do homem: um intróito necessário

A origem do homem foi um dos assuntos principais abordados na cadeira de antropologia de Mendes Correia, tomando as explicações para essa sua origem abordagens muito distintas. No sentido de explicar o aparecimento do homem surgiram primeiro duas formulações – a do monogenismo e a do poligenismo. Mais tarde, em meados do século XIX, o transformismo veio revolucionar a biologia e a questão passou a ser vista de modo mais abrangedor, contemplando os contributos provenientes das áreas científicas emergentes. A explicação monogenista é inspirada no acto de criação bíblico descrito no Génesis, de acordo com o qual toda a humanidade descende de um casal - Adão e Eva. No entanto, de acordo com o resumo das aulas de antropologia de Mendes Correia, «quase todos os antropologistas modernos põem de parte a versão bíblica, e julgam que o homem derivou de sucessivas transformações realizadas numa série de animais ancestrais, e que a sua aparição na terra data de eras muito mais remotas» (1915b: 55). De acordo com esses cientistas, os homens primitivos não possuíam «a organização física e psíquica» do homem actual e assemelhavam-se aos «símios seus próximos antepassados» (*idem, ibidem*). Ao contrário dos monogenistas, os poligenistas sustentavam que foram vários os núcleos humanos a surgir, descendentes de progenitores distintos, dispersos pelas diversas regiões do globo. Embora na antiguidade pagã se aceitasse a pluralidade da origem dos homens, uma vez que alguns tinham aspectos diferenciáveis entre si, já entre os povos semitas as teorias monogenistas eram comuns e o cristianismo acabou também por as divulgar. Deus teria dado origem aos povos eleitos e a origem dos outros - gentios ou amaldiçoados - não era pensada. O monogenismo foi aceite no mundo romano e na cristandade, enquanto as ideias poligenistas foram avançadas em casos mais raros, tendo por vezes os indivíduos que as defendiam fins inesperados. Foi apenas no século XIX que os poligenistas surgiram em maior número e defenderam mais convictamente as suas ideias²³. Em meados do século XIX, Quatrefages (monogenista) e Louis Agassiz

²² Franz Boas, apesar de referido neste livro de Correia (1944b), não é citado na bibliografia final.

²³ Uma delas relacionava-se com a escravatura. Alguns esclavagistas defenderam a pluralidade das origens para sustentar uma desigualdade inerente e a continuação da prática subjugadora de uns seres em relação a outros.

(poligenista) defendiam ainda a crença na «criação do homem por uma vontade sobrenatural» (Correia, 1915b: 56). Enquanto Quatrefages «afirmava que a humanidade descende dum só casal primitivo e que as diferenças entre as raças humanas são devidas à influência dos meios diversos em que os homens vivem», já Agassiz defendia que «várias raças nasceram independentemente em 8 pontos da terra, mas por efeito duma vontade divina, que obedecia a um plano previamente estabelecido»²⁴ (*idem*, p. 56-57).

3.1. Transformismo

A ideia transformista não se debruçava tanto sobre a questão de o homem ter surgido a partir de um tronco primitivo, ou de vários simultaneamente, mas sim se teria sido criado por um ente divino, ou se descendia de outras espécies animais, que surgiram na terra antes dele, e foram sujeitas a diversas transformações ao longo do tempo. Esta última hipótese questiona a origem dessas transformações e a antiguidade do Génesis. A noção de transformação podia ser problemática. Por um lado, porque desde há muito tempo os naturalistas tinham defendido a noção de espécie biológica, assente na ideia de fixismo irreduzível, segundo a qual as espécies eram invariáveis e em número determinado. Por exemplo, segundo Lineu (século XVIII), existiam tantas espécies distintas quantas as que foram «criadas no princípio pelo Ser Infinito» (Correia, 1915b: 57-58). Segundo Cuvier, defensor das doutrinas fixistas, a anatomia comparada permitia estabelecer o «princípio da unidade do plano de organização na série animal e criar o método natural na classificação dos seres vivos», o que conduzia à ideia de que «Deus seguira um plano sistemático na criação das espécies» (*idem*, p. 58). Na sua opinião, foi devido a catástrofes violentas que algumas espécies se extinguíram e foram substituídas por outras de lugares distantes. Por outro lado, e por oposição, o geólogo Lyell, por exemplo, defendeu em 1830 que o desaparecimento e as transformações que ocorreram não se deveram a revoluções violentas, mas sim a processos naturais e graduais.

Enquanto alguns biólogos iam defendendo a imutabilidade das espécies, o transformismo foi tomando um carácter científico. O primeiro esboço dessa teoria deveu-se a Buffon²⁵, contemporâneo de Lineu, que atribuiu as variações existentes nas espécies aos factores climáticos e geográficos. Exemplos que procuraram provar a variabilidade das espécies vieram: da Alemanha, com Goethe e Oken, tendo apresentado ambos a teoria

²⁴ Estas discussões prolongaram-se com outros autores. Enquanto alguns defenderam a existência de uma única espécie humana, outros admitiram mais do que uma, ou até vários géneros de homínídeos.

²⁵ O francês Georges Louis Leclerc, conhecido por Conde de Buffon (1707-88), foi autor de *Histoire naturelle*, em quarenta e quatro volumes, publicados entre 1749 e 1804. Segundo Buffon, um negro e «selvagem», transportado para a Europa, tornar-se-ia gradualmente, não apenas «civilizado», mas também branco.

vertebral do crânio, e com Reinhold e Trevirano; de Inglaterra, com Erasmo Darwin (avô de Charles Darwin), que defende as ideias transformistas em 1794 no tratado *Zoonomia*, e principalmente com Lamarck, autor de *Filosofia zoológica* (1809), onde defende que as espécies animais e vegetais se transformam por influência do meio, modo de vida, clima e temperatura²⁶ (Correia, 1915b: 58-59). De acordo com Lamarck, os caracteres dos seres vivos são regulados pela adaptação, uma lei biológica fundamental, segundo a qual os órgãos utilizados são fortificados e os não utilizados se atrofiam, por exemplo, e essas variações são fixadas pela hereditariedade. A obra de Lamarck não suscitou, contudo, muito interesse no seu tempo. Apesar disso, Étienne Geoffroy Saint Hylaire, por exemplo, embora reticente em relação a algumas generalizações de Lamarck, contraria a doutrina fixista e defende a influência do meio na variação das espécies²⁷. Durante cerca de 30 anos, até à publicação de *A Origem das Espécies* (1859), de Charles Darwin (1809-82), o transformismo teve pouca adesão, apesar das descobertas dos geólogos e paleontólogos o irem confirmando. Assim, numa altura em que estavam ainda em debate duas teorias (a concepção de «raça» como «linhagem», ligada a uma aproximação de cariz etnológico, defensora da ideia de mudança, atribuída às circunstâncias ambientais²⁸, e a concepção de «raça» enquanto «tipo», ligada a uma aproximação antropológica, defensora de que as diferenças raciais tinham surgido há muito tempo e da ideia de «continuidade» baseada na hereditariedade), Darwin vem subsumi-las criando uma síntese que explicava tanto a mudança como a continuidade (Banton, 1998 [1987]: 81).

Embora a variação das espécies fosse atribuída por Lamarck e por Geoffroy Saint Hylaire à influência do meio e à adaptação, para Charles Darwin essa variação era devida à selecção natural. De acordo com esta, na luta pela vida triunfam os seres mais aptos²⁹, ou dotados de uma qualidade que os torna superiores aos demais, enquanto os mais fracos, ou menos aptos, são aniquilados. Darwin, conhecedor dos estudos populacionais de Malthus, observou os «resultados obtidos pela *selecção artificial* no aperfeiçoamento de raças de animais domésticos» e considerou que deveria existir algo semelhante na evolução de outros animais e plantas (Correia, 1915b: 60). Darwin buscou provas na anatomia comparada,

²⁶ Como referiu Mayr (1982), a ideia evolucionista não se deve a Darwin. Anteriormente, já se conheciam modelos evolucionistas na Europa, como é o caso do lamarckismo. Além disso, os debates defensores da monogenia e da poligenia eram, muitas vezes, influenciados por teses evolucionistas. Por outro lado, algumas ideias do final do século XIX, embora evolucionistas, eram anti-darwinianas (Stocking, 1968).

²⁷ A Academia das Ciências de Paris assistiu em 1830 à controvérsia entre Étienne Geoffroy Saint Hylaire e Cuvier, tendo ganho, aparentemente, o segundo, devido ao prestígio que tinha (Correia, 1915b: 59).

²⁸ As teorias ambientais remontam a Hipócrates (século IV a.C.) que procurou explicar as diferenças físicas e mentais dos habitantes da Europa e da Ásia a partir das influências do meio.

²⁹ A máxima *sobrevivência do mais apto* deve-se, contudo, a Herbert Spencer (Poliakov, 1974: 282).

paleontologia, embriologia, teratologia e geografia biológica, entre outras. As descobertas das camadas geológicas, por exemplo, permitiram constatar que as espécies biológicas foram surgindo gradualmente, desde as mais simples até às mais complexas, e alguns fósseis de espécies extintas permitiram encontrar uma continuidade na escala dos seres vivos³⁰. Segundo Mendes Correia, embora não houvesse uma inteira uniformidade relativamente a alguns detalhes, os biólogos aceitavam, de um modo geral, a evolução orgânica. Para o seu estudo eram essenciais os conhecimentos da geologia (área sobre a qual este professor lecciona também na FCUP), incluindo os das eras que se subdividiam em períodos aos quais correspondem determinados terrenos e espécies fósseis. Eram elas: primária (mais extensa), que abrange os períodos arcaico, câmbrico, silúrico, devónico, carbonífero e pérmico; secundária, que abrange os períodos triádico, juraico e cretaico; terciária, que abrange os períodos eoceno, oligoceno, mioceno e o plioceno, na qual surgem os mamíferos; e quaternária, a menos extensa de todas e na qual se inclui o desenvolvimento do homem. Sendo assim, era largamente aceite no mundo científico que «da aparição da vida na terra até hoje medeia um espaço de tempo muito maior do que aquele que o Génesis permitia supor» e eram raros os que ainda erguiam «o velho estandarte fixista»; pareciam assim radicados «o princípio da variabilidade das espécies e a doutrina da descendência» (Correia, 1915b: 65).

De acordo com Mendes Correia, o transformismo ramificou-se em doutrinas distintas como o neodarwinismo, neolamarckismo, segregação e mutação. Para os neodarwinistas, o surgimento de espécies novas era devido, exclusivamente, à selecção natural; tal perspectiva, que negava o valor da influência do meio na variação das espécies e defendia que alguns caracteres adquiridos não eram hereditários, foi perfilhada por Wallace (contemporâneo de Darwin) e desenvolvida por Weissmann. Já os neolamarckistas atribuíam esse papel às influências do meio e procuraram provar que muitas variações individuais, atribuídas aos factores mesológicos, se transmitiam de geração em geração tornando-se caracteres específicos. A teoria da selecção natural foi severamente criticada já que, para Mendes Correia: não explicava a origem das variações; os próprios defensores admitiam que o factor selecção só intervinha «depois de operadas variações em alguns indivíduos»; não tinha valor real sobre pequenas variações; e não explicava a regressão de órgãos inúteis³¹. Para o autor, embora a selecção natural pudesse ter um «papel importante», o neodarwinismo continuava,

³⁰ Para a doutrina transformista contribuíram ainda os progressos da embriologia, cuja análise permitiria estudar tipos de animais menos complexos, «pelos quais possivelmente passou a sua espécie» (Correia, 1915b: 62).

³¹ A propósito destes, refere que, embora os seleccionistas defendessem que a regressão dos órgãos inúteis e nocivos se explicava pela selecção natural, e uma espécie com os órgãos prejudiciais menos desenvolvidos teria o predomínio, esse desaparecimento nem sempre significava uma vantagem (1915b: 66).

de facto, a receber críticas e os factos existentes demonstravam que era nas doutrinas neolamarckistas que estava o «melhor quinhão da verdade» e a própria selecção natural se podia «interpretar por um critério neolamarckista» (Correia, 1915b: 67). Outro factor considerado foi o da segregação, que podia ser geográfica – isolamento de alguns membros de uma espécie - ou fisiológica- surgimento de variações que servem de impedimento ao cruzamento com indivíduos da mesma espécie. Contudo, a segregação não era um agente autónomo da evolução, mas secundário. Por último, havia o factor da mutação, inspirado em Jordan, Korschinski e De Vries, entre outros, defensores de que as espécies têm fases de estabilidade e de mutabilidade, e que a evolução não é lenta e contínua, mas ocorre por transformações bruscas e sem formas intermediárias, ou seja, por mutações (*idem, ibidem*).

Mendes Correia reconhece que cada uma das teorias transformistas modernas contém «uma parcela de verdade». Contudo, considera que o neolamarckismo é a que mais «ampla e claramente abrange o problema da evolução» e que o mecanismo da selecção natural se pode traduzir em linguagem lamarckista – são os seres mais fortes que sobrevivem porque se adaptam (1915b: 68). Também a constatação de variações bruscas ou mutações não o contrariava no essencial; as substâncias de composição química similares podiam surgir em sistemas diversos; e uma pequena modificação química resultante de um processo adaptativo podia conduzir a uma grande alteração morfológica. Para o professor, o neolamarckismo fornecia à antropologia «um critério de primeira ordem» para o estudo das questões relativas à origem do homem, hereditariedade, educação e eugenia. Assim, os termos do vocabulário lamarckista - adaptação, hereditariedade dos caracteres adquiridos e influência do meio – deviam fazer parte dos interesses daqueles que se interessavam pela evolução do homem, pelo estudo das «raças» e pelo seu «aperfeiçoamento» (Correia, 1915b: 69).

3.2. A dialéctica criação/ transformismo em Mendes Correia

No geral, Mendes Correia opôs-se ao criacionismo estrito e defendeu uma via moderada, que procurava compatibilizar a doutrina da Igreja com as ideias evolucionistas. Defendia assim um transformismo moderado e monogenista, isto é, um «transformismo na génese do homem orgânico» e um «criacionismo no domínio do Espírito» (1946b: 70). Em 1921 Mendes Correia publicou a primeira edição do livro *Homo* que é transformista, como o classificou. Para ele, a origem animal do homem era evidente no que concerne à estrutura orgânica. Contudo, não acompanhava o simplismo e o que considerava serem os «devaneios genealógicos de Haeckel ou dos partidários da tese vulgar de que o Homem descende do macaco» (Correia, 1946b: 67). Mendes Correia questiona os motivos desconhecidos pelos

quais terá aparecido o grupo humano: «radiação adaptativa (dos cientistas americanos), com potencialidade evolutiva interior e exploração das possibilidades externas?»; «ou mudança climática com destruição de florestas e transformação do antepassado arborícola no homem, terrestre e bípede?» (*idem, ibidem*). Nas palavras do professor, o ascendente do homem:

Seria diverso de qualquer dos Símios actuais, embora parente colateral de algum deles, porventura do gorila, do chimpanzé, do gibão ou do *Tarsius spectrum*, lemuroide das ilhas da Sonda. No que não acreditava [...] era nas hipóteses poligenistas que atribuem a cada grupo humano actual uma espécie simiana distinta como antepassado [...] O meu monogenismo era, porém, então transformista, mecanicista, não o monogenismo de religiões criacionistas (Correia, 1946b: 68).

Já em 1926, na segunda edição de *Homo*, manteve o seu credo transformista, e o desejo de imparcialidade científica, e defendeu que o transformismo moderado é conciliável com as doutrinas da Igreja. Nesse livro citou Santo Agostinho, S. Tomás de Aquino e Zahm (Correia, 1926a: 61-62), reconheceu a amplitude do domínio deixado à Criação e afirmou a crença em verdades eternas «para além do mundo circunscrito das nossas relações contingentes e vulgares» (Correia, 1926a: X). As afirmações de Mendes Correia no sentido espiritualista sucederam-se em vários textos, por exemplo, quando afirma o seguinte:

Sem abandonar o transformismo, que apenas se modera³² e que eu saiba adoptado, sob uma forma atenuada ou especial, por sacerdotes e sábios como os P.^{es} Teilhard de Chardin e H. Breuil, defendo o vitalismo e o finalismo em biologia³³, proclamo em penologia que a vontade humana é, ou parece ser, livre³⁴ e, na minha actividade de professor, publicista e administrador, afirmo em todos os momentos oportunos a minha crença em valores espirituais, perenes e ecuménicos, simpatia pela disciplina moral do catolicismo, apreço pela beleza e excelências da doutrina cristã, pela alta função social da Igreja Romana (Correia, 1946b: 74).

Segundo Mendes Correia, o Padre Eugénio Jalhay e outros sacerdotes, como os P.^{es} Pigué, Monchanin, Périer, admitiam «uma plataforma de conciliação entre o transformismo e o texto bíblico» (Correia, 1946b: 76). E em 1943 Bergougnieux e Glory tinham publicado um manual de antropologia pré-histórica com «todas as autorizações eclesiásticas (do reitor do Instituto Católico, do Arcebispo de Toulouse, etc.), que em pouco difere, na orientação do texto, do livro de Boule ou de qualquer outro manual de paleontologia humana» (*idem*, p. 77). Para reforçar o seu argumento, lembra que o P.^o Pigué escreveu:

Criação não exclui necessariamente qualquer evolução. O Dogma da criação instrui-nos sobre a origem primeira das coisas. Mas é bem evidente que Deus nelas pôs potencialidades de futuro [...] e que estas potencialidades devem surgir cada vez mais amplas e cada vez mais complexas à medida que o homem toma conhecimento do mundo. Aos cientistas pertence a discussão, contanto que não esqueçam o que o homem é segundo a razão e segundo a fé (citado em Correia, 1946b: 77).

³² Está a referir-se ao seu texto «A controvérsia transformista» (1934c), publicado em *Da Biologia à História*.

³³ Vide o que diz no seu livro *Da Biologia à História* (1934c: 337-338.)

³⁴ Vide o que diz no livro *A Nova Antropologia Criminal* (1931a: 301-302).

Já em 1889 o P.^o Carbonelle, da Companhia de Jesus, «tinha acolhido na sua revista *Revue des Questions Scientifiques de Bruxelles* artigos favoráveis à doutrina da evolução, ou que, pelo menos, como o de Jean de Estienne, não consideravam essa doutrina, mesmo no que respeita ao homem, como contrária à Sagrada Escritura» (Correia, 1946b: 79-80). No prefácio do livro *Da Raça e do Espírito* lembra que:

Reconhecer a natureza animal do homem, a raça, o sangue, a hereditariedade, os instintos, como factores ponderosos na vida moral e social, não implica nem que eles sejam agentes exclusivos nem que nos devamos resignar estúpida e passivamente à sua tutela e influência (1940f: II).

No texto «A Teologia e a origem do homem» (1935a) reconheceu raízes orgânicas, animais, em grande parte do psiquismo humano, estando a especificidade humana na originalidade criadora, no poder de reflexão e na invenção. Já depois de ter escrito os conteúdos apresentados anteriormente, o seu «amigo» conde Bégouen enviou-lhe uma brochura intitulada *Quelques souvenirs sur le mouvement des idées transformistes dans les milieux catholiques*. Segundo Mendes Correia, «Bégouen não hesita, como o P.^o Breuil, em considerar o transformismo como admissível por católicos», e narra «que se teriam feito pressões enormes em Roma no sentido contrário, mas que essas diligências resultaram infrutíferas» (Correia, 1946b: 80). Numa das viagens ao Brasil, em 1937, aceitou o convite de Tristão de Ataíde para realizar uma conferência no Centro Católico D. Vital, cujo tema foi o transformismo. Na ocasião procurou mostrar que «se as ideias haeckelianas e darwinistas sobre a origem das espécies e, em particular, do Homem não tinham bastante fundamento científico nem eram concordes com a doutrina da Igreja, um transformismo moderado que não excluísse factos de criação – quanto ao Homem, no domínio psíquico» era «perfeitamente plausível, à luz da Ciência e da ortodoxia católica» (1946b: 144-145). Afirmou ainda que o zoólogo brasileiro Melo Leitão tinha uma opinião idêntica. O autor defendia-se assim de quem o criticava quanto ao transformismo que perfilhava, «como condenável à face da religião católica», procurando conciliar ambas as formas de entendimento:

Como se viu, os achados da paleontologia e pré-história, as aquisições da antropologia, da anatomia comparada, da bioquímica, da embriologia, da psicologia dos Primatas, não deixam de receber de católicos indiscutíveis a maior atenção e o mais benévolo interesse. E eu (...) não sustento uma doutrina que esteja excluída da maneira de pensar de muitos desses católicos (1946b: 80-81).

4. O reconhecimento da animalidade do homem e a sua ligação aos primatas

Os mamíferos mais próximos da espécie humana são os grandes primatas ou grandes símios (chimpanzé, gorila, orangotango) e gibão. Também os macacos (catarrinos cercopitecóides no Velho Mundo, e platirríneos nas Américas), assim como os prossímios, se

juntam aos anteriores para formarem a Ordem dos Primatas. Tem sido a antropologia biológica a dedicar-se à biologia da espécie humana e de outras espécies de primatas, de uma perspectiva evolutiva e comparativa, estando interessada também nos modos de adaptação ao meio ambiente. A antropologia biológica compreende cinco subdisciplinas: evolução humana, primatologia, genética humana, estudo do crescimento físico humano e ecologia humana. As primeiras duas subdisciplinas foram nomeadas algumas vezes por «antropologia física», em contraste com as outras três designadas por «biologia humana» a «antropologia biológica» engloba ambas. Apesar das tentativas em integrar estas subdisciplinas com a arqueologia, a antropologia social e outras associadas, poucas vezes, desde Franz Boas, se conseguiu alcançar esse objectivo na prática. Os estudos evolutivos realizados no âmbito da antropologia biológica focaram-se em estabelecer relações taxonómicas (classificatórias) e filogenéticas (evolutivas) entre primatas fósseis e vivos. Estes estudos foram influenciados pela anatomia comparativa, que floresceu no século XVIII, e o seu desenvolvimento foi influenciado pelas pesquisas do século XIX de Charles Darwin e T. H. Huxley, que procuraram estudar o homem longe da teologia e trazê-lo para a história natural.

Na cadeira de antropologia de Mendes Correia (1915b), o homem é classificado entre os animais e, especificamente, os primatas. Tratava-se de um vertebrado, da classe dos mamíferos³⁵; embora animal, era considerado o mais cerebral de todos. O professor lembra que as classificações de primatas variavam segundo os autores, mas uma das mais vulgarizadas era a de Flower e Lydekker, que dividia a ordem *Primates* entre duas subordens – a *Lemuroidea* e a *Anthropoidea*. Nesta classificação, adoptada por Mendes Correia, era na subordem *Anthropoidea* que se encontrava a família *Hominidae*, na qual se incluía o homem. No entanto, enquanto alguns autores consideravam o homem representado por uma só espécie, outros consideravam-no um género constituído por duas espécies e outros por mais do que duas espécies, ou até por mais do que um género (Correia, 1915b: 36). Os homínídeos tinham algumas características distintivas: «grande desenvolvimento das circunvoluções frontais do cérebro», «desaparecimento do regime arborícola», «atitude vertical», «marcha bípede», «redução dos membros torácicos» e «alta mentalidade». Mendes Correia dá exemplos de paralelismos entre o homem e os símios, ao nível de caracteres diferenciais como: morfologia externa, esqueleto, tecidos moles, embriologia, fisiologia e psicologia.

O autor considera que «a chamada fisionomia simiana aparece excepcionalmente no homem» (1915b: 37), voltando a este tema mais tarde, por exemplo, no texto «A fisionomia

³⁵ Os mamíferos dividiam-se em três subclasses (Prototérios, Metatérios e Eutérios). Era entre a subclasse dos Eutérios, que abrangia nove ordens, que se encontrava a ordem *Primates* (9.^a ordem).

humana e os animais»³⁶ (Correia, 1932j). Segundo as suas lições, o esqueleto fornece «numerosos caracteres distintivos» e permite «deprender vários caracteres relativos à morfologia externa, sobretudo no crânio e na face» (*idem*, p. 39). Por outro lado, no homem associa-se o maior desenvolvimento do crânio cerebral a uma redução da face e o desenvolvimento da caixa craniana é paralelo ao desenvolvimento do cérebro (*idem, ibidem*). Com vista a comparar correctamente a cabeça óssea do homem e a dos antropóides era necessário orientá-las correctamente, adoptando-se o «plano de orientação alvéolo-condiliano», definido pelos pontos mais salientes das superfícies articulares dos côndilos do occipital, e pelo ponto alveolar (1915b: 39). Quando esses três pontos estiverem no mesmo plano horizontal, obtém-se a orientação necessária – *norma lateralis* (exame dos crânios de perfil) - que permite ver melhor as diferenças de posição e proeminência da face – prognatismo – e efectuar as medições de ângulos, projecções e índices de prognatismo (*idem*, p. 40). O exame dos crânios também a utilizava a *norma verticalis* (crânio observado por cima), a *norma facialis* ou *anterior*, a *norma occipitalis* (crânio observado por trás) e a *norma inferior* (crânio observado por baixo). Outras diferenças entre o homem e os antropóides e pitecóides existiam ao nível da coluna vertebral, do sacro, da pelve, da caixa torácica, omoplata e membros. Quanto aos tecidos moles, compara os ligamentos, alguns músculos e órgãos. É ainda abordado o processo embrionário no homem e nos símios referindo que «aos nove meses o feto humano tem ainda muitos caracteres simianos, como as curvaturas, mobilidade e flexibilidade da coluna vertebral, a secção circular do tórax, o alto índice escapular, os ossos ilíacos muito largos, [...] os membros superiores quase tão longos como os inferiores», entre outros aspectos (*idem*, p. 44-47).

Em termos de fisiologia e de psicologia, destacamos os seguintes aspectos que refere: o carácter omnívoro do homem por oposição ao frugívoro dos antropóides, embora alguns não repudiassem alimentos de origem animal; o facto de o homem se aclimatar em quase todas as regiões do globo, o mesmo não acontecendo com os antropóides que viviam preferencialmente em zonas quentes, e circunscritas, e tinham dificuldade em se aclimatar a outras regiões; e a faculdade de exprimir-se, que embora não fosse única do homem, era nele destacada em virtude da capacidade de articulação da palavra. Essa «faculdade vocal» constituía um aspecto de «extraordinário desenvolvimento» (1915b: 50-51). O antropólogo

³⁶ Texto publicado no *Archivo de Medicina Legal* (volume V) e em *Da Biologia à História* (Correia, 1934c). Os estudos de carácter fisionómico remontam ao século XVIII. Exemplo disso é o trabalho de Johann Caspar Lavater (1740-1801), pastor protestante de Zurique, defensor de que a pintura foi a «mãe» da sua nova disciplina - a fisionomia - e de que as estátuas gregas representavam ideais de beleza. Segundo ele, a primeira impressão visual com que se ficava de uma pessoa era sempre a melhor e os traços faciais das criaturas vivas indicavam a forma do seu interior, a sua moral e a influência da Divindade no homem (Augstein, 1996; Baroja, 1995).

refere também que a sociabilidade não era única do homem. Os casos que se destacavam neste campo eram o do chimpanzé, que se reunia em grupos de muitas famílias e o do gibão, que se associava em bandos de mais de cem indivíduos. Por outro lado, destaca a afectividade dos antropóides, ao nível da «ternura maternal», da «dedicação conjugal» e da «gratidão profunda para os que deles cuidam» (1915b: 52). O aspecto afectivo não era, no entanto, extensível à capacidade de abstracção ou ao sentimento artístico: «a tela e a sinfonia, que encantam um homem de gosto cultivado, deixam insensível um chimpanzé ou um cão, mas não produzem também a menor emoção delicada num cafre ou num papua» (*idem*, p. 53).

Assim, no que respeitava aos estímulos artísticos, ou faculdades intelectuais em geral, eles não existiam entre os antropóides - mesmo que estes fossem educados e pudessem desempenhar algumas tarefas, por imitação e memória - na mesma proporção do que no homem. No entanto, entre esse «homem» é feita uma distinção entre o «civilizado» e o das «tribos humanas selvagens», exemplo de um «estado de profundo embrutecimento, que as coloca num plano pouco superior ao dos antropóides» (1915b: 54). Mendes Correia ressalva que «qualquer antropóide, domesticado, nunca atinge o grau de aperfeiçoamento mental que uma educação bem dirigida pode dar a uma selvagem». Apesar disso, considera que o «aperfeiçoamento» do «selvagem» tinha «restrições naturais» (*idem, ibidem*).

Charles Darwin terá excluído a questão da origem do homem da sua obra inaugural (1859), guardando-a para futuras reflexões, com o objectivo de que a sua teoria transformista tivesse uma melhor recepção. No entanto, tal questão despertou desde logo muito interesse. Áreas de estudo como a anatomia comparada, a embriologia, a paleontologia, assim como o desenvolvimento de estudos de antropologia, começaram a fornecer elementos que sugeriam o parentesco entre o homem e os símios superiores. Mendes Correia lembra que em 1886 já Hartmann, inspirado nos estudos de Vogt e Quenstedt, afirmava que o homem não podia descender de qualquer dos macacos fósseis descobertos até à data, nem de qualquer dos macacos actuais, mas que aquele e os antropóides teriam um antepassado comum. É crítica Gaudry, Dubois, Haeckel, Schaaffhausen e outros, que em vão tentaram encontrar o antepassado do homem, ao mesmo tempo que elogia Rivet por este lembrar que a origem do homem não comporta soluções simplistas (1915b: 70). Para o professor da FCUP, dizer que o homem descende do macaco é tão perigoso e impreciso como dizer que «a descoberta do antepassado comum dos macacos e do homem resolveria a questão» (*idem, ibidem*). Nesse sentido, enuncia os argumentos a favor da origem animal do homem, uma vez que era lícito supor que este «resulta de sucessivas transformações numa série de primatas ancestrais» (1915b: 71). Entre esses argumentos estavam os da anatomia comparada (caracteres

morfológicos e anatómicos³⁷); embriologia comparada; antropologia e arqueologia pré-históricas (que vieram fundamentar «a suposição de que os homens primitivos eram física e mentalmente inferiores ao homem actual» [*idem*, p. 73]); da antropologia sistemática e da etnografia. Todavia, os argumentos apresentados por Mendes Correia não constituem apenas uma tentativa de provar a ligação do homem ao mundo animal. Eles acabam sobretudo por tentar expor que entre esse homem, em geral, existem distintos estádios civilizacionais, sugerindo que alguns grupos humanos actuais, que designa por «povos e raças selvagens», tinham caracteres que os aproximavam dos «homens primitivos» e dos antropóides (1915b: 73). O professor refere que uma das grandes objecções à teoria transformista da origem do homem era o facto de este se distanciar, psiquicamente, dos outros animais. No entanto, no seu entender, nem todos os «tipos humanos» tinham «um desenvolvimento intelectual no mesmo grau» e havia uma «distância enorme entre o espírito dos povos mais civilizados e o dos selvagens» de que a etnografia dava testemunho (*idem, ibidem*). Não obstante estas formulações discriminatórias, este antropólogo viria a ter um papel fundamental no âmbito do estímulo dado ao desenvolvimento da primatologia em Portugal, como se verá de seguida.

4.1. O impulso dado por Mendes Correia ao desenvolvimento da primatologia

Mendes Correia entendia que o estudo dos primatas podia contribuir para um melhor conhecimento do homem e do seu comportamento. O estímulo concedido para que os estudos primatológicos fossem desenvolvidos em Portugal, ao promover uma campanha de investigação no Maiombe (e a outras zonas africanas) levou a primatóloga Catarina Casanova a considerá-lo como uma «referência na Antropologia Biológica em Portugal» (2011). Em termos internacionais, o interesse pela primatologia, entendida como complementar do estudo evolutivo da espécie humana, surgiu apenas depois do final da II Guerra Mundial. No entanto, António J. Liz Ferreira, discípulo de Mendes Correia, deslocou-se à floresta do Maiombe (enclave de Cabinda, Angola) de 1934-35 a 1937. A publicação dos dados recolhidos na obra *Gorilas do Maoimbe Portugêses* (Ferreira, Athayde e Magalhães, 1945) ocorre no final da guerra, ou seja, no momento em que o interesse pelos estudos primatológicos começou a surgir em outros locais. Mendes Correia e estes seus discípulos viriam a ser citados pelas mais importantes figuras da antropologia física e da primatologia nos EUA, Alemanha, Inglaterra³⁸

³⁷ Por exemplo, a presença de órgãos inúteis, ou num estado rudimentar, no homem atestava o parentesco que existia entre ele e os outros animais.

³⁸ O papel de Louis Leakey foi determinante para o estabelecimento de relações entre a antropologia e a primatologia. Foi Leakey que veio a impulsionar nos anos 60 os trabalhos de Jane Goodall, Diane Fossey e B.

e França. No prefácio que faz à publicação de *Gorilas do Maoimbe Portugêses*, Mendes Correia defende a utilização de uma mesma metodologia para estudar os primatas (incluindo os humanos), uma vez que os métodos usados para o estudo da espécie humana eram mais apropriados para estudar primatas não humanos, como o gorila, do que a metodologia usada para estudar outros animais. Ainda no prefácio, considera que o gorila estaria mais próximo do homem do que o chimpanzé. Os conhecimentos que hoje temos permitem-nos concluir, no entanto, o contrário, ou seja, que o homem está mais próximo do chimpanzé (Casanova, 2011: 97). Outro aspecto interessante a referir é que, embora os autores franceses fossem mais influentes em Portugal, e o darwinismo tenha entrado por via desses autores, Mendes Correia posiciona-se a favor desta corrente científica, sendo que em Portugal o terreno para o evolucionismo e darwinismo não era propriamente fértil. O darwinismo social não foi advogado por Darwin sendo esta proposta proveniente de autores que se aproveitaram politicamente da doutrina científica de Darwin.

As ideias defendidas por Mendes Correia de que o estudo dos primatas não humanos podia contribuir para o estudo dos seres humanos, do seu processo evolutivo e dos primeiros homínídeos, são sustentadas também pelos fundadores da primatologia, como Irvén de Vore ou Sherwood Washburn, defensores de um «caminho evolutivo partilhado que se encontra reflectido em semelhanças ao nível de fenótipo e genótipo» (Casanova, 2011: 98). A obra de Ferreira, Athayde e Magalhães (1945) é o resultado, assim, da primeira expedição científica portuguesa, realizada durante três anos, com vista a estudar o gorila. Nela foram considerados aspectos geográficos e da flora, estudos do gorila em cativeiro e em habitat natural e foi feita uma sistematização da amostra analisada – morfologia externa, craniometria, lesões deformantes poliarticulares e caracterização do esqueleto pós-craniano, havendo espaço para chamar a atenção da ameaça a que a espécie estava exposta à medida que a desflorestação e a exploração económica dos países coloniais avançava. O desenvolvimento da antropologia biológica e da primatologia veio a desenvolver-se depois em outros locais e, especificamente, no ISCSP - escola que teve origem na ESC, da qual Mendes Correia foi director.

5. Estudo do homem pré-histórico

Há quem oponha, entre si, a tradição e o progresso, a arqueologia poeirenta e os aperfeiçoamentos da técnica moderna, o passado e o futuro. São os que não compreendem nem uma nem outra coisa. São os que desconhecem os laços indestrutíveis e necessários que ligam as sucessivas gerações, que prendem o homem de ontem ao de amanhã (Correia, 1940a).

Galdikas sobre os grandes primatas (chimpanzés, gorilas e orangotangos) em habitat natural, ou seja, 20 anos depois do trabalho realizado por portugueses no Maiombe.

Foi o interesse na antropologia que conduziu Mendes Correia ao estudo morfológico do homem pré-histórico e à necessidade de entender em que condições esse homem terá vivido. No contexto de actuação do professor da FCUP, e no seu próprio entendimento, a antropologia e a arqueologia podem ser vistas como ciências complementares em alguns aspectos da pesquisa, contribuindo ambas para o estudo da humanidade. Não deixa de ser interessante, contudo, que estas matérias relativas à pré-história tenham sido integradas por Mendes Correia na cadeira de antropologia, leccionada na FCUP, e não nas cadeiras de Pré-história da FLUP, onde leccionou etnologia, arqueologia, etnografia e antropogeografia geral. Neste caso parecia assim existir, contrariamente à tradição alemã, uma adopção do modelo francês, no qual existia uma maior proximidade entre a pré-história e as ciências naturais. Era este o paradigma portuense, em que a arqueologia surgia próxima das ciências naturais, enquanto em Coimbra e em Lisboa estava integrada nas Faculdades de Letras.

A relação entre a arqueologia e a antropologia já foi analisada em trabalhos clássicos, como aconteceu por ocasião da conferência, dedicada ao tema, realizada em Cambridge a 6.3.1976 (Rowlands e Gledhill, 1976). Segundo M. Rowlands e J. Gledhill, a noção de que existe uma ligação interdisciplinar entre a arqueologia e a antropologia pode levantar um largo número de questões relacionadas com percepções diferentes dos objectos de conhecimento nas duas áreas e nos seus métodos. A ligação entre a arqueologia e a antropologia sociocultural é complexa e varia de acordo com tradições disciplinares regionais e nacionais. Em universidades dos EUA, a arqueologia é normalmente considerada um dos quatro campos ou disciplinas integradas (a par da antropologia sociocultural, biológica/física, e linguística) que se combinam para formar um departamento de antropologia. Os arqueólogos americanos invocaram por muitos anos modelos analógicos de vários tipos de pesquisas comparativas da literatura etnográfica como uma base para fazer inferências acerca das sociedades do passado. Por outro lado, nas nações europeias (e nas suas anteriores colónias que foram influenciadas pelos conceitos disciplinares europeus), a arqueologia de períodos pré-históricos recentes tendeu geralmente a ser mais proximamente aliada da história, especialmente a história nacional; aqui, os modelos de etnografia comparativa e de teoria antropológica têm sido frequentemente evitados a favor de uma analogia histórica directa, onde a história forneceu, mais frequentemente, uma fonte de inspiração interpretativa.

A arqueologia procura analisar as condições de existência dos grupos humanos do passado. Mas esteve também ligada à expansão europeia e à expropriação, sendo que a remoção (colecção) das culturas materiais dos nativos – originais ou réplicas – e como outros recursos das periferias coloniais, se tornou actividade legítima, tanto pela sua preservação

como pelo proveito cultural das populações metropolitanas (Hinsley, 2008: 125). O método comparativo do evolucionismo antigo articulou-se com a suposição de que o vestígio arqueológico confirma estádios hipotéticos no desenvolvimento da sociedade humana incorporando-os em factos empíricos de estratigrafia e sequência; o registo etnográfico, por outro lado, podia ser usado para clarificar o vestígio arqueológico (Rowlands e Gledhill, 1976: 23). Assim, as sequências tipológicas de cultura material organizadas na sua ordem natural, da mais simples para a mais complexa, eram as chaves para a comparação entre sociedades do passado e do presente. Na analogia do arqueólogo australiano Gordon Childe³⁹ (1852-1957), o arqueólogo estaria para o antropólogo como o paleontólogo para o zoólogo, ao estabelecer sequências históricas de cultura em regiões particulares e, através de generalização indutiva, estabelecer estádios na evolução cultural, a evolução da sociedade em abstracto (Rowlands e Gledhill, 1976: 23). Tanto a antropologia, como a arqueologia, têm amiúde a preocupação em estudar os antecedentes étnicos de uma população nacional, embora os métodos e os objectivos de ambas possam ser distintos. Porém, como Rowlands e Gledhill enfatizam, a ruptura entre arqueologia e antropologia é um fenómeno relativamente recente, sobretudo devido aos desenvolvimentos que se registaram fora da própria arqueologia.

A arqueologia pré-histórica, enquanto ciência que se debruça sobre «o homem primitivo, a sua organização, os seus costumes, as suas indústrias, a sua vida social», foi também abordada na cadeira de antropologia leccionada por Mendes Correia. O professor, que em 1915 considera ser esta uma «ciência recente», lembra que os escritores gregos e latinos foram precursores no estudo do homem primitivo e destacou Lucrécio, autor da divisão da pré-história entre idade da pedra, do bronze e do ferro. Segundo as lições de Mendes Correia, as alusões ao homem primitivo voltam a surgir apenas com alguma notoriedade no século XVII, quando se discute «a origem de machados polidos, do período neolítico, apontando-se já o seu uso real» (1915b: 75). No século seguinte são publicados estudos sobre a sucessão das idades da pedra e dos metais, ossadas humanas primitivas e fósseis de animais antediluvianos; neste século o professor refere-se ao trabalho de Jussieu que fez expedições entre «povos selvagens»⁴⁰ e estabeleceu paralelismos entre os utensílios utilizados por estes povos e os instrumentos primitivos que foram descobertos. O professor considera que as primeiras investigações com «cunho científico» foram as de Schmerling, que

³⁹ Segundo Ana Cristina Martins, não existem, na historiografia nacional, referências directas ao arqueólogo V. Gordon Childe «pelo menos até à sua deslocação a Portugal, nos anos 40» (2011: 55). Contudo, o seu pensamento terá aí estado subjacente e existem, já há décadas, várias das suas obras traduzidas em português.

⁴⁰ O texto não é explícito quanto à utilização da expressão povos selvagens, ou seja, não se compreende se é uma expressão utilizada originalmente por Jussieu, ou se foi a adoptada por Mendes Correia para descrever povos seus contemporâneos, que no entender do professor viviam num estádio civilizacional anterior e inferior.

encontrou ossadas de homem e espécies extintas, na província de Liège, entre 1829 e 1833. Mas alguns cépticos, como é o caso do monogenista Cuvier, contestaram a existência do homem fóssil. No entanto, as descobertas que iam surgindo foram trazendo cada vez mais evidências, embora nem sempre com efeito imediato. O arqueólogo francês Jacques Boucher de Perthes, por exemplo, considerado um dos precursores da arqueologia, ofereceu em 1844 a sua colecção de instrumentos de pedra ao Museu de História Natural de Paris, mas não teve resposta. Logo em 1838 Perthes colocou indutivamente o problema da evolução da humanidade e por volta de 1840 utilizou a expressão homem pré-histórico, defendendo que a partir da análise de achados arqueológicos poderia ser possível indagar acerca do seu passado. O livro de Darwin, em 1859, e autores como Lyell, em 1860, vieram contribuir para a afirmação das doutrinas de Perthes⁴¹, a quem se juntaram Prestwich, Evans, e outros, para estudar a estratigrafia dos terrenos nos quais fez as suas descobertas; todavia, quando faleceu os seus herdeiros destruíram a edição inteira da sua obra (Correia, 1915b: 76).

Para Mendes Correia, a antropologia física era fundamental no que ao estudo do povo português dizia respeito. No entanto, seria a arqueologia a poder conferir um estatuto cultural a essa realidade. A partir do logotipo do IAUP (figura n.º 11) podemos constatar o modo como aquele reúne na sua imagem a antropologia, a arqueologia pré-histórica e a geologia. Se atentarmos na figura do jovem, podemos perceber que ele não está apenas à procura do passado, como um arqueólogo; ele representa o próprio passado. Ao ser descontemporaneizado e colocado num patamar pré-moderno, como diria Fabian (1983), ele é passível de ser conhecido, ou seja, é diferenciado do agente que está numa posição de poder e que o estuda, analisa, homogeneiza e essencializa. No caso da investigação arqueológica de Mendes Correia teremos de considerar tanto os seus aspectos que envolvem factos empíricos, cuja prova não é difícil, mas também aqueles mais polémicos e que suscitaram discussão a nível nacional e até internacional.

5.1. Datar os tempos pré-históricos

Um dos aspectos fundamentais da arqueologia pré-histórica é o da datação dos tempos, que resulta do conhecimento das camadas geológicas, fósseis e indústrias do homem primitivo. Segundo Mendes Correia, partindo do suposto que o homem apareceu no período terciário, os tempos geológicos podem ser classificados entre era terciária (plioceno superior) e era quaternária (que compreende o quaternário antigo ou pleistoceno e o actual ou

⁴¹ O estudo de Perthes, iniciado em 1837, de sílex talhado que acompanhava a fauna antiga levou-o a concluir que os seus autores seriam anteriores ao dilúvio descrito no Génesis.

holoceno). O professor apresenta várias classificações da pré-história, segundo vários autores do século XIX, como Lartet, Dupont e Gervais, embora nem sempre indique as datas dos seus trabalhos. De acordo com ele, foram as classificações paleo-etnológicas ou industriais (que baseadas na divisão dos tempos pré-históricos em idade da pedra, do bronze e do ferro, subdividiram estas em períodos e épocas, caracterizadas pelo desenvolvimento da indústria humana) que tiveram uma maior divulgação. Entre estas, destaca a de G. de Mortillet, que «considera a idade da pedra como fazendo parte dos tempos pré-históricos» e «coloca a idade do bronze e parte da do ferro nos tempos proto-históricos, e o resto da idade do ferro já nos tempos históricos» (Correia, 1915b: 77). Para Mortillet, a idade da pedra abrangia os períodos eolítico, paleolítico e neolítico. Destes, o primeiro corresponde à era terciária, o segundo ao quaternário antigo e o terceiro ao quaternário actual. Uma das diferenças importantes residia no facto de no paleolítico os instrumentos serem de pedra lascada, enquanto no neolítico eram de pedra polida. Também os franceses propuseram uma classificação que, além de contemplar as divisões geológicas, a fauna e a indústria, teve em conta o factor clima, cuja influência era assumida (quadro n.º 2). As alterações climáticas, como as invasões glaciares, conduziram a alterações nos períodos geológicos; no entanto, não existia um consenso concernente ao número de períodos, ou à sua caracterização, nomeadamente relativamente à fauna.

Para o professor da FCUP, no estudo do homem primitivo, o antropólogo necessitava de utilizar elementos da geologia⁴², paleontologia, geografia⁴³ e etnografia, sendo que os dados fundamentais para a arqueologia pré-histórica eram provenientes de: «estratigrafia das antigas estações humanas»; «fósseis animais e vegetais indicando a sua idade relativa»; «restos industriais, certas pinturas e gravuras parietais»; e «ossadas do homem primitivo»

⁴² Sobre a geologia e as suas relações com a antropologia escreve especificamente um trabalho (Correia, 1929a).

⁴³ Nas suas agendas pessoais (figura n.º 29), à guarda do Museu de história Natural da FCUP, é possível perceber as suas ligações à geografia e a investigadores das áreas da geologia e mineralogia. Os apontamentos das suas aulas de Geografia Geral, leccionadas em 1920, incluem assuntos como: formação dos continentes; glaciações; períodos pré-históricos; formação da crosta terrestre; alterações climáticas; pontes continentais (sendo, provavelmente, tal fenómeno a inspiração para a formulação da sua hipótese do povoamento sul-americano a partir da Austrália via Antártida); exploradores de África e expedições do século XIX. Outros temas abordados eram: índice pluviométrico, latitude, longitude, cursos de água, falhas tectónicas, vulcões, relevo, rochas, relações planetárias, arrefecimento terrestre, jazigos minerais, migrações e isolamento, paleontologia, factores de distribuição das plantas, influência do homem na natureza («acção perturbadora na reprodução natural dos seres vivos»), domesticação de animais; influência do clima nos solos; origem das culturas (Mesopotâmia, Líbia e Egipto – cevada, trigo, vinha, linho; Índia e Extremo Oriente – arroz, chá, cana de açúcar, algodoeiro; América Intertropical – milho, batata, tabaco). Mendes Correia escreve sobre geografia social e geografia humana, registando-se, mais uma vez, a sua dificuldade em separar homem individual de homem social, sob o ponto de vista geográfico. Procura analisar a importância dos factores geográficos sobre o homem e as sociedades e os contributos da geografia política e económica. Algumas das suas notas foram também escritas em fichas do IAUP, que contém itens como: caracteres descritivos (cor dos olhos, dos cabelos e da pele, forma do rosto, perfil do nariz e prognatismo) e antropometria (estatura, índice cefálico, entre outros elementos). Directa, ou indirectamente, os interesses do professor estavam, assim, sempre relacionados.

(1915b: 83). A arqueologia utilizava dois métodos fundamentais, aplicados universalmente – o estratigráfico e o tipológico – e os conhecimentos da história e da antropologia foram-lhe fornecendo elementos de comparação⁴⁴. De facto, o trabalho arqueológico pressupunha a existência de bons conhecimentos tanto a nível da geologia - nomeadamente o método da escavação estratigráfica - como da geografia física. A arqueologia requeria ainda o domínio de várias técnicas de escavação e conservação dos utensílios, artefactos e esqueletos, assim como de técnicas para datar os elementos encontrados.

Divisões geológicas	Clima	Fauna	Indústria	
Quaternario . Antigo ou pleistoceno	Atual ou holoceno	Visinho do atual	Atual	Neolítica. Aziliana (fase de transição).
	Superior	Periodo post-glaciario. Clima frio e seco.	Epoca da rena. Fauna dos stepes.	Madaleneana. Solutreana. Aurignaciana.
				Mousteriana.
	Médio	Clima frio e humido. <i>3.º grande periodo glaciario.</i>	Epoca do mamute	Acheuliana.
	Inferior	Periodo inter-glaciario. Clima suave. <i>2.º grande periodo glaciario.</i> Clima frio e humido.	Epoca do hipopotamo e do <i>Elephas antiquus</i>	Chelleana.
Terciario—Plioceno superior .	Periodo inter-glaciario. Clima temperado. <i>1.º grande periodo glaciario.</i> Clima frio e humido.	Epoca do <i>Elephas meridionalis</i>	Eolítica (?).	

Quadro n.º 2. Datação dos tempos pré-históricos adoptada dos manuais franceses (Correia, 1915b).

5.2. Surgimento do homem no período terciário

Em 1915 Mendes Correia afirma que, embora não houvesse provas factuais, quase todos os antropólogos admitiam a existência do homem nos tempos terciários, uma vez que as supostas condições climáticas favoráveis, e o conhecimento de primatas fósseis terciários, levavam a concluir que «o precursor da humanidade teria surgido então, podendo ter dado origem ao homem nos últimos períodos da época» (1915b: 83). O professor dá exemplos das suposições de alguns estrangeiros, e também o de Carlos Ribeiro, que mesmo antes daqueles, tinha encontrado no mioceno superior e no plioceno do vale do Tejo, sobretudo na Ota, muitos sílex e quartzites com vestígios semelhantes. Conclui que nada prova «que os primeiros hominídeos sejam contemporâneos da era terciária», mas nada se opõe a essa suposição, sendo ainda necessários documentos mais valiosos do que os eólitos (1915b: 86).

⁴⁴ Para uma história da arqueologia, como disciplina científica, *vide*, por exemplo, Bahn (1996). Sobre o desenvolvimento da arqueologia em Portugal, *vide* Fabião (1999).

Em termos comparativos, os trabalhos de Carlos Ribeiro, Pereira da Costa, Nery Delgado, e do próprio Mendes Correia, no domínio da arqueologia não diferiam muito de trabalhos coevos, em outros locais. Temas como o homem terciário, que Mendes Correia tratou posteriormente (1926c), ou o estudo e caracterização dos concheiros, eram tratados por arqueólogos em todo o mundo. Tal fora possível constatar-se aquando da realização do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueológica Pré-Históricas⁴⁵ (1880), em Lisboa, no qual a comunidade científica discutiu a possibilidade da existência do homem terciário⁴⁶ em Portugal (na Ota, Alenquer)⁴⁷. Neste evento, secretariado por Carlos Ribeiro, participaram também Martins Sarmento e Adolfo Coelho; já Estácio da Veiga, considerado o primeiro arqueólogo português, cuja actividade foi contratada pelo Estado, assistiu, mas não apresentou comunicação (Fabião, 1999: 114). No livro *Homo* (1926 (1921a)], onde traça uma história geral da terra, desde a sua formação até ao período geológico mais recente, Mendes Correia indicou o quaternário como o período no qual considera ter surgido o homem. Aponta, no entanto, a hipótese de que a espécie humana possa ter surgido ainda durante o terciário. Essa questão conduziu-o a realizar escavações no Vale das Lages, na Ota, mas acabou por concluir que as ossadas eram da idade neolítica (Correia, 1926c). Para tal contribuiu a estadia em Portugal do abade Henri de Breuil (1877-1961) que atribuiu uma origem não humana aos eólitos anteriormente recolhidos por Carlos Ribeiro.

Embora o investimento, no que ao homem terciário diz respeito, não tenha correspondido às suas expectativas (Correia, 1925c, 1926c, 1928c⁴⁸), o mesmo não aconteceu com as escavações nos concheiros de Muge. Mendes Correia defendia existirem afinidades negróides e australóides entre os antigos povos dos concheiros. Foi em 1918 que Mendes Correia defendeu, pelo menos em detalhes, um ponto de vista que diferia das doutrinas correntes em Portugal. Se era certo que o português da actualidade não se identificava propriamente com o *Homo afer taganus* (de «nariz relativamente largo, face prognata, fronte mais ou menos oblíqua, e capacidade craniana fraca»), também não se podia negar que ele tivesse influído na etnogenia portuguesa (Correia, 1918c: 4). Para o professor da FCUP, essa influência era perceptível nos doliocéfalos neolíticos de Cezareda e Montejunto que

⁴⁵ Na sequência do congresso de 1880 a arqueologia não foi logo reconhecida, ingressando depois nos estudos universitários em Coimbra (única universidade), mas por via dos estudos zoológicos.

⁴⁶ As campanhas arqueológicas de Carlos Ribeiro, entre 1870 e 1871, levaram-no a concluir que teriam existido homínídeos no território de Portugal desde o Terciário e não apenas no Quaternário. Todavia, vários participantes no congresso manifestaram ceticismo relativamente à sua tese.

⁴⁷ Vide AAVV, 1884. Na ocasião os participantes estrangeiros visitaram as estações arqueológicas de Ota, Muge, Cascais e Citânia de Briteiros. Participaram no congresso, por exemplo, Rudolf Virchow (1821-1902) e Georges de Mortillet (1821-1898), um dos iniciadores dos estudos de arqueologia pré-histórica.

⁴⁸ Comunicação apresentada na 3.ª sessão do Institut International d'Anthropologie em Setembro de 1927.

atestavam «a transição para os portugueses contemporâneos, talvez mercê da acção de elementos superiores» (Correia, 1918c: 4). Também se opunha ao «neanderthaloidismo» dos crânios de Muge, assim como às pretendidas sobrevivências «neanderthaloides» nas províncias portuguesas do norte, uma vez que os crânios de Muge eram «bem do *H. sapiens*» e o *Homo neanderthalensis* era uma «espécie arcaica e extinta, diversa até dos australianos e das actuais populações inferiores do globo, um hominídeo semi-bestial, de cerebração reduzida e estagnada» (Correia, 1918c: 4). Neste texto de 1918 considera que a Europa era um prolongamento da Ásia, «na qual a braquicefalia tem considerável importância» e, por isso, não era «uma fantasia gratuita ir aí procurar a origem das populações, que, não tendo provavelmente na África o seu berço, não remontam também, na Europa, senão ao epipaleolítico, nem se demonstrou ainda terem nascido de transformações dos dolícóides do paleolítico superior europeu» (1918c: 6). Porém, não se sentia deslumbrado com a «famosa *miragem oriental*»⁴⁹ e considerava que os restos dos braquióides encontrados em Ofnet (Baviera) e Muge não constituíam um «valioso *apport* de cultura», mas sim um «profundo atraso cultural» (Correia, 1918c: 6).

Para Mendes Correia, desde eras distantes que a Península Ibérica tinha recebido da Gália, através dos Pireneus, e da África, pelo estreito de Gibraltar «sucessivas migrações de povos e de correntes de civilização», pelo que «deve ter possuído um complexo amálgama étnico» (1918c: 7). Durante o Neolítico terá existido na Península Ibérica «colisão», e por vezes «fusão», de elementos étnicos vindos da bacia do Mediterrâneo e da África com elementos sobreviventes do paleolítico espanhol e, em maior número, com os elementos «recém-chegados da Gália e talvez representantes do tipo de Baumes-Chaudes», que constituía «o padrão racial do português contemporâneo» (*idem*, p. 7). Apesar destas formulações, considera «ingénuas, acrónicas e infundadas» as «tentativas entusiásticas de identificação dos povos primitivos habitantes do território com os primeiros povos da história» perante as «constatações rigorosas da paleantropologia». E isto porque estes povos tinham sido certamente precedidos por outros, entre si muito diversos. Além disso, como se sabia muito pouco da sua «caracterização física» era de supor que a sua «individualidade étnica» não correspondesse à sua «individualidade antropológica» (*idem*, p. 7).

Segundo Mendes Correia, «os selvagens de Muge seriam populações pacíficas, sedentárias, miseráveis, vivendo da caça e da pesca, num grande atraso cultural» e foram

⁴⁹ Em 1924 Mendes Correia reformula esta tese. Embora admitisse os contactos com culturas do mediterrâneo oriental, afirmou que tal não constituiu uma perda de individualidade ou autonomia, como atestavam os dados arqueológicos (1924a: 239-240).

«classificados por Breuil na época tardenoisiense, fim do quaternário, na vertente paleolítica do período de transição da pedra lascada para a pedra polida» (1919b: 44). Não havia homogeneidade de tipo físico nos esqueletos encontrados em Muge: «a braquicefalia surge em muito menor proporção do que a dolicocefalia, embora crivelmente numa proporção mais alta do que na população actual do país» (*idem*, p. 45). Os doliocéfalos⁵⁰ daquelas estações foram abrangidos num «tipo» caracterizado por baixa estatura, «crânio alto e de fraca capacidade» e acentuado prognatismo. Este «tipo», que designou por *Homo afer var. taganus*, foi identificado com a «raça neolítica de Baumes-Chaudes e com o português médio contemporâneo» (*idem, ibidem*). O autor demonstrou, todavia, que tal identificação não era exacta (Correia, 1917b, 1917c, 1918c) e que o *Homo taganus* deveria antes incluir-se «num grupo de raças inferiores, australóides ou protoetiópicas, de origem equatorial provável, o que concorda com o roteiro da civilização tardenoisiense» (Correia, 1919b: 46). Além disso, «a fraca capacidade craniana, a mesorrinia, o prognatismo, a frequente obliquidade da frente, a estatura mais baixa» eram caracteres «que distanciam o *H. taganus* do homem de Baumes-Chaudes, padrão racial do tipo mediterrâneo e do português actual, de crânio mais volumoso, leptorrínico, ortógnata, de frente vertical, de estatura mais elevada, embora ainda não alta» (*idem, ibidem*). De notar que a expressão *Homo afer taganus* indicia, de certa forma, uma alusão aos africanos ou uma inclusão dos africanos no seu estudo. Todavia, não é isso que acontece, uma vez que o autor conclui que não existe uma influência significativa dos africanos em Portugal. Quando muito, uma parte genética daqueles homens pode ter chegado ao homem moderno português, mas tal era improvável. Sobre o homem de Muge publicou outros trabalhos, inclusivamente na *Revue Anthropologique* (Correia, 1923a), onde refere que o tipo dominante, o doliocéfalo que baptizou de *Homo afer taganus*:

não é nem neanderthaliano, nem cro-magnoniano, nem da raça de Chancelade, nem do tipo de Baumes-Chaudes, nem idêntico ao mediterrâneo ou ao tipo médio português actual. É um tipo que tem caracteres negróides (na meso-platirrinia, no prognatismo, no índice tíbio-femural, etc.) e alguns australoides (fraca capacidade craniana, índice ante-braquial alto, em alguns exemplares frente oblíqua, etc.). Dos tipos quaternários da Europa, seria o proto-etiópico *Homo aurignacensis* o que com ele mais semelhanças possuiria – embora sem se identificarem (1924b: 30).

A tese da origem mongolóide de todos os braquicéfalos europeus estava desmoronada. Tal referia também Giuffrida-Ruggeri (1918), ao citar os estudos de Mendes Correia (1918b), e ao afirmar que o professor da FCUP disse sobre o doliocéfalo «a última palavra»

⁵⁰ Indivíduos cujo crânio, observado de cima, tem a largura menor do que o comprimento.

(Giuffrida-Ruggeri, 1916-1917; 1921). Bosch-Gimpera⁵¹ (1891-1974) considerou que Mendes Correia foi o primeiro a valorizar justamente «la importancia de los restos de los kioekkenmoeddings de Portugal» (Bosch-Gimpera, 1922: 19). E o paleontologista francês Marcellin Boule (1861-1942) acolheu as conclusões do lente da FCUP acerca do doliocéfalo de Muge na segunda edição da sua obra (Boule, 1923 [1920]). De facto, Mendes Correia tinha admitido a hipótese da «evolução do *H. afer taganus* até ao *H. mediterraneus* ou a de que aquele tenha entrado na composição antropológica deste» (1924b: 32). No entanto, reconheceu tratarem-se de «hipóteses». O que não era hipotético, para o professor, era a distinção que tinha feito «entre vários caracteres dessas duas formas ou de formas congêneres duma e doutra». Esses caracteres (capacidade craniana, índice nasal, prognatismo) foram considerados de tal forma importantes, que chega a afirmar que se «as duas formas se identificam – é lícito concluir que não há métodos de classificação antropológica» (*idem, ibidem*). Em 1929 foi elaborada uma tentativa de reconstituição do *Homo afer taganus* (homem pré-histórico de Muge considerado ter 10 mil anos) pelo escultor Agostinho Rodrigues (figuras n.º 30 e 31). Contudo, Manuel Heleno (1894-1970), não concordando com a ideia da existência de afinidades negróides e australóides entre os antigos povos dos concheiros de Muge, decidiu convidar Henri Vallois (que se opunha à tese do professor da FCUP) para estudar o material recolhido. O antropólogo francês H. V. Vallois tinha publicado em 1930 um estudo, acerca dos crânios de Muge que estavam no Museu da Comissão Geológica, no qual as teses de Mendes Correia eram refutadas. Esta referência a Vallois tinha assim um carácter provocador. Apesar deste anúncio, as novas escavações em Muge nunca vieram a realizar-se e Heleno voltou-se para o concheiros do Sado.

Um dos aspectos que veio a dar poder a Manuel Heleno foi a publicação do Decreto-lei 21117, de 18.4.1932, que regulamentava as escavações arqueológicas em Portugal e atribuía ao director do Museu Etnológico (que à data era o próprio) a competência para autorizar, fiscalizar ou suspender todas as escavações arqueológicas, e estabelecer prioridades científicas a favor do museu. Tal deliberação conduziu algumas das figuras mais ligadas à arqueologia a elaborar uma exposição ao ministro da Instrução Pública. Terá sido o antropólogo Mendes Correia a apadrinhar a iniciativa, assinada também por Joaquim Fontes, Afonso do Paço e Eugénio Jalhay⁵² em nome da Associação dos Arqueólogos Portugueses,

⁵¹ Arqueólogo catalão que identificou na Península Ibérica quatro áreas culturais relativamente homogêneas, sendo que uma delas correspondia à cultura megalítica portuguesa. Dirigiu a escola arqueológica de Barcelona, que teve influência germânica.

⁵² A 18.1.1951 Mendes Correia profere um elogio ao Padre Eugénio Jalhay, numa sessão de homenagem a ele dedicada, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, cujo discurso foi publicado (Correia, 1954a: 319-334).

cuja acção era também criticada por Heleno. Posteriormente, nas páginas do *Diário de Notícias* de 22.1.1933 Heleno continuou a criticar Mendes Correia, referindo estar à espera que a comparação com os crânios de Muge estudados por Vallois trouxesse mais elementos para o estudo da «origem étnica do povo português» (Fabião, 1991: 122). Para Heleno, era conveniente que as escavações fossem feitas por investigadores que não tivessem «ideias preconcebidas» ou «teses a defender» (*idem, ibidem*). A esta notícia Mendes Correia respondeu em 26.1.1933 referindo que já trabalhava nas escavações de Muge com Rui de Serpa Pinto desde 1930 e que tal estudo não devia ser entregue a um antropólogo estrangeiro. Mendes Correia revela assim mais uma vez as suas motivações nacionalistas, ao sugerir que sejam antropólogos portugueses a estudar os humanos do país e ao considerar que os arqueólogos nacionais poderiam ser prejudicados em virtude de existir uma pessoa que estava a auferir muito poder e cuja idoneidade e currículo científico eram discutíveis. O professor do Porto, formado na Escola Médica do Porto, ou seja, num dos baluartes do positivismo português, apresenta também a estupefacção face aos conteúdos «espiritas» da já referida lição inaugural de Heleno. Em resposta, na edição de 31.1.1933 Heleno direcciona-se para o embate pessoal a Mendes Correia e advoga a seu próprio favor o facto de possuir muita documentação inédita depositada no Museu. A 3.2.1933 é publicada a carta de Mendes Correia onde encerra a polémica, alertando, contudo, para os riscos do poder conferido a Heleno, uma pessoa que segundo o professor do Porto não tinha perfil nem currículo para o cargo que ocupava. Em anexo foi publicada também uma nota da direcção do jornal manifestando indisponibilidade para continuar a publicar elementos sobre a polémica.

Sobre a região de Muge Mendes Correia escreveu ainda um artigo sobre a estação paleolítica de Cabeço de Mina, onde dirigiu escavações arqueológicas – as primeiras que se fizeram em Portugal numa estação paleolítica ao ar livre (Correia, 1940e). Tais esforços acabaram por anteceder os trabalhos de Henri Breuil (1877-1961) e Georges Zbyszewski⁵³ (1909-1999) nessa zona, que se limitaram a «recolhas superficiais» (Cardoso, 1999: 148). No campo da arqueologia e da pré-história alguns dos autores mais citados por Mendes Correia são Bosch Gimpera (1891-1974), Hugo Obermaier (1877-1942)⁵⁴, H. Breuil, Cartailhac, Giuffrida-Ruggeri, G. Hervé, A. de Quatrefages e Joseph Déchelette (1862-1914)⁵⁵. Entre os portugueses, cita Paula e Oliveira, Fonseca Cardoso e Costa Ferreira.

⁵³ Geólogo russo, formado em Ciências Naturais em Paris no ano de 1931, deslocou-se a Portugal várias vezes a partir de meados dos anos trinta e veio aí a radicar-se fazendo parte do quadro dos Serviços Geológicos.

⁵⁴ Paleontólogo alemão que designou o machado de tipo ibérico por machado «galaico-português».

⁵⁵ Arqueólogo francês que procurou associar os machados de bronze a algumas áreas culturais da Europa.

5.3. O «homem» do pleistoceno e do neolítico

Em 1915, embora ainda não houvesse um consenso relativamente à existência de restos humanos no terciário, já o mesmo não acontecia com a existência do homem no pleistoceno (quaternário antigo), uma vez que se conheciam vestígios da sua acção. Para Mendes Correia, os traços mais antigos da existência do homem «são de ordem industrial» (1915b: 90) e datavam do pleistoceno médio as ossadas humanas mais remotas com valor arqueológico. Segundo a divisão adoptada pelo lente da FCUP, o pleistoceno dividia-se em épocas, nas quais se supunham encontrar distintos tipos de utensílios relativos ao homem primitivo: 1. chelleana⁵⁶, na qual o homem viveu num «clima suave e uniforme, embora húmido, entregando-se talvez à caça» (instrumentos e armas de madeira e instrumentos de pedra muito rudimentares); 2. acheuliana⁵⁷, na qual o homem sofreu um clima mais frio e húmido e teve de subsistir em condições mais difíceis (instrumentos mais perfeitos do que os da época anterior); 3. mousteriana⁵⁸, em que o homem viveu em grutas e cavernas (detritos de cozinha, carvões, cinza, instrumentos vários, entre os quais a ponta e o raspador); 4. aurignaciana⁵⁹, em que surgem as primeiras manifestações de arte do homem nas cavernas (objectos de ossos e pedra, estojos ou tubos, em pontas de rena, raspadores, lâminas, furadores); 5. solutreana⁶⁰, que corresponde à fase média da época da rena (ponta de sílex, pontas com chanfradura lateral e basilar, instrumentos em pedra e osso, matérias corantes para pintura corporal ou tatuagem, esculturas de quadrúpedes); 6. madaleneana, na qual o homem viveu em duras condições e aperfeiçoou o seu material de caça e pesca (arpéus dentados, zagaias, bastões de comando e propulsores de osso, instrumentos de osso, de corno e de sílex, recipientes em pedra e possivelmente em barro, instrumentos sonoros, ornamentos, como conchas e dentes perfurados, gravuras com motivos vegetais e animais, podendo alguns representar os «animais tutelares [totem⁶¹] da tribo», embora esse totemismo estivesse por confirmar) (1915b: 90-95). Mendes Correia refere-se ainda aos instrumentos dos tipos chelleano, acheuliano, mousteriano, solutreano e madaleano encontrados nas estações paleolíticas portuguesas. Virgílio Correia tinha, inclusivamente, registado o número dessas

⁵⁶ Da qual se tinham encontrado vestígios em França (Chelles, Menton).

⁵⁷ As indústrias chelleana e acheuliana tinham sido encontradas em todos os países da Europa, à excepção das zonas glaciares do norte e das regiões para além do Reno. Algumas descobertas feitas na África meridional corresponderiam também ao paleolítico inferior e médio.

⁵⁸ Desta época foram feitas descobertas na Europa (fora da zona glaciária), África meridional e Ásia ocidental.

⁵⁹ Vestígios encontrados em França, Bélgica, Áustria, Espanha, Inglaterra.

⁶⁰ Descobertas feitas em França, Rússia, Áustria, Espanha, Bélgica e Inglaterra.

⁶¹ O autor desenvolve estudos sobre totens em Correia (1928f, 1928g). Refere-se a povos que têm como totem a serpente, como é o caso dos celtas. A reivindicação do totem é hoje comum, mas na altura era uma originalidade. Durkheim já tinha escrito sobre o tema, mas em Portugal o assunto era ainda pouco tratado.

jazidas paleolíticas: 38 no distrito de Lisboa, 5 no de Leiria, 1 no do Porto e 1 no de Vila Real. Mas, de facto, em 1915 não se conheciam muitos restos humanos que pudessem considerar-se como fazendo parte do pleistoceno. Tal acontecia apenas com o tipo de Neanderthal⁶² (*Homo neanderthalensis*), o tipo negróide de Grimaldi e o tipo de Cro-Magnon. Para alguns antropólogos, o homem de Neanderthal era um antepassado directo do *Homo sapiens*, enquanto para outros pertencia a um tronco colateral que se extinguiu. Já o tipo de Grimaldi era conhecido apenas por dois esqueletos descobertos numa gruta de Grimaldi, perto de Menton, que foram estudados por Verneau. E o tipo de Cro-Magnon⁶³, designado também por tipo Langerie-Chancelade, corresponde à época da rena, era muito diferente do tipo de Neanderthal. Apesar de alguns avanços técnicos, Mendes Correia reconhece que não havia ainda meios que permitissem avaliar correctamente a idade dos tipos humanos conhecidos.

Os utensílios de pedra polida surgiram no período neolítico (a seguir ao pleistoceno), embora se tenham encontrado também utensílios de pedra talhada relativos a essa fase. Segundo Mendes Correia, o homem do neolítico vivia num clima temperado, livre das extensões glaciares, acompanhado da fauna actual, tendo-se a rena deslocado para o norte, e o homem passado de caçador a pastor e a agricultor; em vez das cavernas passou a viver em cabanas, agrupadas em aldeias, sendo algumas fortificadas; tinha uma vida social mais intensa, em que os ritos e as religiões se tornam mais complexos, se desenvolve o culto dos mortos, se constroem monumentos megalíticos e ocorre actividade comercial e industrial, havendo um défice na produção artística, mas um aumento significativo na indústria utilitária⁶⁴ (1915b: 99-101). As aldeias eram constituídas por cabanas aglomeradas, próximas a lugares férteis, nas quais foram encontrados vestígios de actividade pastoral e agrícola. Entre os monumentos megalíticos estavam os dolmens, os menhires, os alinhamentos e os cromlechs. Já os esqueletos humanos neolíticos apresentavam formas muito variadas, que não permitiam uma sistematização simples, tendo-se encontrado em Portugal tanto doliocéfalos como braquicéfalos⁶⁵. Quanto à origem do homem, constata-se, em geral, que continuaram a existir muitas suposições e hipóteses, que coabitavam com poucas certezas.

Outro aspecto abordado na cadeira de antropologia foi o da classificação de homínídeos. Para o professor da cadeira, até 1915, embora já tivessem sido apresentados

⁶² Descoberto no vale de Neander (perto de Düsseldorf), Gibraltar, La Naulette, Mauer, Spy, Krapina, La Chapelle-aux-Saints, Le Moustier, La Ferrassie, La Quina, entre outros locais.

⁶³ Descoberto em Langerie-Basse, Chancelade, Sorde, Vilhonneur, Rossillon e nas grutas de Grimaldi.

⁶⁴ Foram encontrados instrumentos e armas em osso, corno e pedra (raspadores, facas, serras, buris, tesouras, picaretas, punhais, pontas de lança, pontas de flecha, enxós, goivas, pentes e machados polidos, recipientes de madeira ou de pontas de veado, pirogas cavadas em troncos de árvores, fusos para fiar, mós manuais de pedra, fragmentos de cerâmica, fios, cordas, restos de tecido (linho e lã), mas também amuletos e adornos.

⁶⁵ Indivíduos cujo crânio, observado de cima, tem o diâmetro ântero-posterior pouco maior do que o transversal.

várias classificações de homínídeos, ainda não se tinha alcançado uma uniformidade, relativa que fosse. Assim, era difícil elaborar uma classificação «segura e rigorosa», uma vez que faltavam «importantes dados sobre muitas raças», havendo apenas «suspeitos informes sobre a pigmentação, o índice cefálico e a estatura», caracteres que eram insuficientes enquanto base para um «sistema natural de classificação antropológica» (1915b: 119). O professor reconhece que tanto a estatura, como o índice cefálico, têm «menor valor taxonómico» do que outros caracteres métricos que, contudo, ainda não tinham sido abordados pelos investigadores em alguns grupos (*idem, ibidem*). Baseou-se em várias classificações até então apresentadas, como as de Blumenbach, Topinard, Deniker, Sergi⁶⁶ e Anton, e em dados recolhidos pelos que considerou serem os «principais antropologistas no estudo físico das populações da terra», no sentido de organizar uma «classificação sumária» a que deu uma «forma harmónica com os princípios de nomenclatura zoológica» (*idem*, p. 120). Assim, considerou que a espécie *Homo sapiens*, pressuposta como a única dos homínídeos actuais, compreendia pelo menos três subespécies, de que existiriam «variedades mais ou menos definidas e homogéneas» (*idem, ibidem*). Essa informação foi sistematizada num quadro (quadro n.º 3) no qual indicou caracteres distintivos, salientando que «alguns destes caracteres não são comuns a cada subespécie e a todas as variedades respectivas» (*idem*, p. 123).

Sub-espécies	Índice dos cabelos	Péle	Olhos	Índice orbitario	Índice nasal	Variedades
<i>H. afer</i>	Baixo	Negra	Horizontais	Mesoconquia	Platirrinio	<i>australianus</i> <i>andamanicus</i> <i>pigmaeo-africanus</i> <i>indo-africanus</i>
<i>H. asiaticus</i>	Elevado	Amarela	Obliquos	Hipsiconquia	Mesorrinio	<i>arcticus</i> <i>kirghisensis</i> <i>polynesianus</i> <i>indonesianus</i> <i>protoamericanus</i> <i>patagonicus</i> <i>americanus</i> <i>atlanto-americanus</i>
<i>H. europaeus</i>	Medio	Branca	Horizontais	Mesoconquia	Leptorrinio	<i>magnonians</i> <i>mediterraneus</i> <i>todaynus</i> <i>alpinus</i> <i>fennicus</i> <i>adriaticus</i> <i>armenicus</i>

Quadro n.º 3. Subespécies e variedades do *Homo sapiens* sistematizadas por Mendes Correia (1915b)

⁶⁶ Um dos autores que cita com frequência é Giuseppe Sergi, professor de antropologia e Reitor da Universidade de Roma, que abordou temas de antropologia física, psicologia, pedagogia, sociologia, paleontologia humana e dos mamíferos, biologia geral, entre outros; deu opiniões originais sobre a genealogia humana e a classificação dos homínídeos; foi poligenista, admitindo a evolução apenas dentro dos grupos; na classificação recorria sobretudo aos caracteres descritivos do crânio e do vivo, dando menor importância aos métodos métricos.

5.4. Outras investidas no âmbito da arqueologia

As investidas de Mendes Correia resultaram na realização de outras escavações⁶⁷, que dirigiu, nomeadamente em Cabeço da Amoreira, entre 4 e 23.8.1930, e de 29.9.1930 a 2.10.1930, possibilitando aos participantes no XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica (no qual teve um papel fundamental) a sua visita⁶⁸. Foram realizadas posteriormente escavações entre 29.7.1931 e 21.8.1931, entre 7 e 28.8.1933 e em Agosto e Setembro de 1937 (sendo estas últimas no concheiro do Cabeço da Arruda). Dessas escavações fizeram parte os seus colaboradores Rui de Serpa Pinto (falecido em 1933) e J. R. dos Santos Júnior (Cardoso, 1999: 147). Outros dos estudos arqueológicos foram os realizados nas necrópoles do final da Idade do Bronze de Tanchoal e de Meijão (Alpiarça⁶⁹).

Por outro lado, Mendes Correia apresentou uma hipótese que indiciava as origens ocidentais do alfabeto e a existência de uma cultura megalítica no ocidente. Interessou-se, assim, pela questão de Glozel e fez parte da comissão nomeada pelo governo francês para a analisar. Glozel (França) esteve relacionado com Alvão (Portugal), onde foram encontradas peças com símbolos alfabéticos que podiam ser exemplos de uma escrita antiga do Ocidente Peninsular (anterior à II Idade do Ferro), mas cuja autenticidade estava em causa. Discutiu as origens ocidentais do alfabeto retomando-se as ideias de Estácio da Veiga e as controversas peças de Carrazedo do Alvão, em Vila Pouca de Aguiar, procurando nas falsificações de Glozel (cuja autenticidade defendeu⁷⁰) um reforço para as suas hipóteses. Mendes Correia

⁶⁷ Era nas agendas pessoais que identificava amiúde as peças encontradas, assim como as estações arqueológicas. Embora não tivesse muita habilidade para o desenho, socorria-se de Rui de Serpa Pinto para desenhar e do irmão Humberto para fotografar. Numa agenda pessoal de 1926 (na posse de Huet Bacelar) refere a visita ao Museu da Póvoa do Varzim, onde encontra um bracelete que compra para a FCUP em 1931; regista observações feitas em Abrantes, Santarém, Chã de Ancas, Carrazedo do Alvão e Lixa do Alvão (Vila Pouca de Aguiar). Regista também poesia popular transmontana. Noutra agenda (de 1928) toma notas de deslocações a uma estação paleolítica de Vila Praia de Âncora e a Oliveira do Bairro; em Setembro desse ano desloca-se a Telões, onde se refere aos objectos de Carrazedo do Alvão, a Pedras Salgadas, ao Outeiro Seco (Chaves), a Vila Meã, à freguesia de Vale d'Anta (Serra do Boqueiro, Chaves) e à estação rupestre de Outeiro Machado. Regista também dados etnográficos sobre espiritismo e folclore de Lixa do Alvão. Existem fotografias que documentam estas visitas no Museu de História Natural da UP.

⁶⁸ Neste congresso, realizado entre 21 e 30.9.1930 em Coimbra e no Porto, Mendes Correia teve um papel importante na organização das sessões que decorreram no Porto. É a ele que se deve a vinda a Portugal de vários investigadores. De modo semelhante ao que tinha ocorrido em 1880, houve oportunidade para que os especialistas nacionais apresentassem comunicações sobre antropologia, etnografia e arqueologia. *Vide TAE*, volume V, e relatório publicado em Paris em 1931, que embora não contenha todos os trabalhos apresentados, inclui 717 páginas, com figuras. Para a ocasião, foi ainda preparado um sítio arqueológico para receber os participantes, adquirindo uma parcela de terrenos onde se encontrava a cidade romana de *Conimbriga*, realizando-se aí escavações, cuja direcção esteve a cargo de Virgílio Correia.

⁶⁹ Localidade próxima da Quinta dos Patudos de José Relvas, seu tio por afinidade.

⁷⁰ Sobre o assunto foi editado um número de *Les Cahiers de Glozel*, no qual participou (Bruct *et al*, 1928), que reuniu outros especialistas como: Mimi Johnson (Instituto de Mineralogia de Oslo); Couturier (Instituto de Química da Universidade de Lyon); Jean Buy (professor de anatomia na Escola de Medicina de Clermont-

refere que a «antropologia cultural ante-histórica reconhece a existência dum foco atlântico, português ou galaico-português, de cultura nos tempos pré-históricos [...] independente do mundo mediterrâneo, original, [...] reconhecível, por exemplo, na civilização megalítica portuguesa, e ao qual porventura está ligada a aparição dos mais remotos espécimes duma das mais antigas escritas» a que chamou «proto-ibérica» (1933a: 41-42). Segundo o autor, «esta escrita consta de caracteres de significação ainda não estabelecida, mas que podem considerar-se sem hesitação, contra um arreigado preconceito erudito, uma invenção anterior ao alfabeto fenício, ao qual teimosamente se tem pretendido atribuir a ascendência de todos os alfabetos antigos e modernos» (*idem*, p. 42). É contra a defesa dessa origem oriental do alfabeto, a que se refere noutra local (1944b: 74), que argumenta a favor da existência de uma grande civilização ocidental e de uma provável origem ocidental do alfabeto, uma problemática relacionada também com a sua visão nacionalista. Nesse sentido, defende a existência de uma cultura megalítica portuguesa que:

embora relacionada com a cultura megalítica doutras regiões, possuía na sua densidade, na primitividade de muitos dos seus dólmenes, na tipologia especial de alguns objectos [...], em certos caracteres próprios, uma anterioridade marcada e uma originalidade que a destacavam, com uma fisionomia distinta e grande poder expansivo, na Península e no mundo ocidental (1944b: 72-73).

Segundo Mendes Correia,

falou-se mesmo num império megalítico atlântico, com o seu foco de irradiação no noroeste peninsular, e que abrangeria a Bretanha, a Irlanda e outras regiões. Fortes organizações colectivas, costumes e cultos próprios, consagrações de chefes e acontecimentos, possivelmente mesmo certas invenções (como porventura a do alfabeto, cuja origem oriental é um arreigado preconceito erudito), se infeririam de [...] documentos arqueológicos, justificando a crença na realidade desse império pré-histórico, cujo foco de irradiação e expansão teria sido na região galaico-portuguesa (1944b: 73-4).

Numa conferência em Nice, Mendes Correia referiu:

Les préhistoriens, surtout, Wilke, Aoberg, Bosch Gimpera, Breuil, Obermaier, etc., ont pu parler d'une culture mégalithique portugaise, dont plusieurs auteurs reconnaissent aujourd'hui l'ancienneté et le pouvoir d'expansion. Un foyer atlantique de civilisation s'est constitué et s'étend, bien que tous les liens culturels avec la Méditerranée orientale ne soient pas nuls. Les péninsules et les îles du nord-ouest de l'Europe sont englobées petit à petit dans ce domaine culturel, certainement par un processus de diffusion politique et économique de proche, plus pacifique que belliqueux, origine d'une thalassocratie occidentale, fondement d'une véritable empire atlantique préhistorique (citado em L. Ribeiro, 1963: 6).

Quanto à origem fenícia do alfabeto e à sua relação com as inscrições arcaicas de Portugal (Alvão, Alentejo e Algarve), o professor da FCUP considerava que a escrita ibérica

Ferrand); Charles Depéret (sénior na Faculdade de Ciências de Lyon); M. E. Bruet (vice-Presidente da Sociedade Geológica de França); F. Croze (professor de Física da Faculdade de Ciências de Nancy) e J. Pereira Salgado (professor e director do Laboratório de Química da FCUP).

não podia ser derivada do alfabeto fenício e a maior parte dos caracteres ibéricos não estava representada na escrita fenícia. Levanta ainda a hipótese de que uma civilização arqueometálica oriental pudesse ter sido contemporânea de uma civilização lítica ocidental durante a qual pode ter ocorrido a invenção do alfabeto. Mendes Correia acreditava na pré-historicidade de Alvão e defendia que a data dos objectos devia fixar-se pouco tempo depois da época megalítica da região (Ribeiro, 1963). Numa comunicação apresentada ao II Colóquio Portuense de Arqueologia (1962), Leonel Ribeiro (1963) refere que Mendes Correia tinha razão ao afirmar que o alfabeto não era de origem fenícia, mas europeia e, provavelmente, da Europa ocidental, sendo muito anterior ao século XIII a.C. Assim, o alfabeto fenício de 22 letras não era original, mas sim a reforma dum alfabeto numérico mais antigo. Segundo Leonel Ribeiro, «no dealbar da História, ao findar a Idade do Ferro, eram as criações e as reformas dos alfabetos europeus que influenciavam, e alteravam os alfabetos fenício-hebraicos e não estes àqueles!» (1963: 13). A tese de que o alfabeto era mais antigo do que a chegada dos fenícios à Península Ibérica era defendida por Mendes Correia e também por Estácio da Veiga e, cientificamente, não havia nada que se opusesse ao carácter pré-histórico das inscrições de Alvão, Alentejo e Algarve. Deste modo, se existia um alfabeto na primeira metade do segundo milénio a.C., tal alfabeto só podia pertencer à Europa (Ribeiro, 1963: 14).

Sobre a questão de Glozel publicou vários artigos (Correia, 1926e, 1927b, 1927c, 1928d, 1928e) e, após uma visita ao local das descobertas (em 10 e 11.9.1927), de passagem para o Congresso de Amesterdão⁷¹, no qual participou com Francisco de Almeida Moreira (figura n.º 32), defendeu a autenticidade dos signos. Esta questão levou-o a corresponder-se com Salomon Reinach (1858-1932), historiador e arqueólogo francês, judeu, que se especializou na Grécia Antiga e reprovou a ideia de *ex oriente lux* (do oriente vem a luz) no pensamento ocidental. Em 1927 visitou-o em Boulogne-sur-Seine⁷². S. Reinach criticou Mendes Correia pelo facto de em 1930 não ter renovado a discussão no Congresso

⁷¹ Tratou-se da terceira sessão plenária do Instituto Internacional de Antropologia, realizado entre 21 e 29.9.1927. Nele foram apresentadas cerca de 200 comunicações e participaram cerca de 250 congressistas de 25 nações. As sessões realizaram-se no edifício do Instituto Colonial e nos Institutos de Anatomia e Higiene Tropical. Do congresso fizeram parte seis secções: Antropologia morfológica e funcional; Pré-história; Etnologia; Sociologia; Hereditariedade; Eugenia; Folclore. Perante as secções reunidas foram apresentados os relatórios de Van Loon e Papillault, sobre os métodos psicológicos e psiquiátricos para estudar as aptidões das «raças humanas», e de Pittard sobre o modo de organizar e estimular o ensino da antropologia nas universidades e escola superiores. As secções de Antropologia morfológica e de Hereditariedade funcionaram conjuntamente com a Federação Internacional das Organizações Eugénicas (TAE, 1927, III, n.º 3: 231). Num postal enviado de Amesterdão para Santos Júnior, a 21.9.1927, Mendes Correia escreve: «Foi hoje a batalha de Glozel. Disse o que pensava, no Congresso, e tive por contraditores Bégouen, Capitan e Breuil, que reconhecem a autenticidade de Alvão mas duvidam agora da de Glozel (...). Querem uma comissão científica para julgar o assunto» (Correspondência de Mendes Correia 1925-1929. Pasta 364. Centro de Memória, Torre de Moncorvo).

⁷² Aquando desta visita a Reinach ambos falaram de Leite de Vasconcelos, uma vez que este também tinha estado em Glozel «e se manifestara favorável à autenticidade da estação e dos objectos» (Correia, 1946b: 16).

Internacional de Antropologia, de Coimbra e Porto, e escreveu-lhe, entre alguns elogios, o seguinte: «La Lusitanie s'incline devant le comte Bégouen (comte du Pape, ce n'est pas cher...) comme jadis devant le soudard Junot» (Correia, 1946b: 14). De acordo com Mendes Correia, Reinach atribuía a Bégouen a influência que o teria levado a desviar Glozel da discussão. Explica-se afirmando que o fez por dois motivos: «o de não possuir novos elementos a tal respeito e o de não querer arranjar uma causa de irritações e aborrecimentos para os cientistas estrangeiros que então eram [...] hóspedes» (*idem*, p. 14-15). Refere que se outrem levantasse a questão tomaria então que «entendesse em consciência», mas não a levantaria por iniciativa própria. Segundo ele, Bégouen ao mesmo tempo que ironizava o título papal de Bégouen «feria» o seu «sentimento patriótico»⁷³ (*idem*, p. 15).

Apesar de Mendes Correia contestar a influência oriental no que ao alfabeto diz respeito, admite que possam existir ligações antigas entre o ocidente ibérico e o mediterrâneo oriental. É nesse sentido que deve ser vista, por exemplo, a sua ideia relativamente ao mito da Atlântida e às origens da cidade de Lisboa. Em «La Atlántida y los orígenes de Lisboa», publicado na revista madrilena *Investigacion y Progreso*, refere a propósito do relato de Platão sobre a Atlântida (onde estaria a mais antiga referência literária a Lisboa) que, para além de ser uma ficção inverosímil, o mesmo possa ter sido baseado em factos reais tanto do mundo oriental, como das regiões ocidentais que não eram desconhecidas dos gregos. Procura assim argumentos, de ordem arqueológica e filológica, que possam justificar uma possível relação entre Lisboa e a Atlântida, mas os resultados a que chega não são conclusivos (1934d⁷⁴). Relativamente às origens de Lisboa considerou várias teorias e defendeu que o nome de Olisipo poderia ser derivado do antropónimo grego Elasippos que significa «o que lança os cavalos na corrida», ou «o que guia os cavalos» (1934d). O lente da FCUP terá sido assim o primeiro a admitir a existência do nome Olisipo em fontes anteriores ao século II ou I a.C. colocando-a no século IV a.C. (Cardoso, 1999: 151). Do ponto de vista arqueológico,

⁷³ Mendes Correia afirma que José de Figueiredo, amigo de S. Reinach, quando viu o conteúdo da carta considerou que «ela não ofendia» o «brio nacional» português. Porém, não partilhou a mesma opinião e nunca mais escreveu a Reinach. Apesar disso, veio ainda a escrever o seu necrológio na revista da SPAE. Segundo Mendes Correia: «O silêncio era a única atitude de desforço que eu podia tirar contra aquele velho que, em 1927, em Boulogne, me parecia uma alma agreste – a mesma do ‘Orpheus’, da sua história das religiões -, um velho cheio de azedume, com o seu perfil de semita» (1946b: 15). No entanto, «servia-o uma erudição espantosa». Mendes Correia diz tê-lo ouvido pela primeira vez em 1919, ou 1920, «durante a visita dum congresso ao Museu das Antiguidades Nacionais de Saint-Germain-en-Laye, do qual ele era director» (*idem*, p. 15). Quando o visitou, constatou que dispunha de uma grande colecção de separatas que faziam parte de um arquivo monumental.

⁷⁴ Este texto foi publicado em português no livro *Da Biologia à História* (Correia, 1934c) em resultado de uma conferência promovida pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 7.2.1934, com o título «O mito da Atlântida e as origens de Lisboa». O tema da Atlântida foi abordado em outros locais (Correia, 1934e, 1935e).

considera que a Lisboa primitiva possa ter estado onde hoje existe o Castelo de S. Jorge⁷⁵. O interesse de Mendes Correia pelo estudo das origens manifestou-se também em trabalhos acerca dos primórdios da cidade do Porto. Segundo ele, as origens do Porto situavam-se no morro da cidade⁷⁶, uma das colinas do burgo portuense, a velha Cale (1932a, 1935b, 1950a), e a fundação da cidade era anterior aos romanos e suevos. De facto, alguns vestígios arqueológicos da época romana, entretanto encontrados no casco antigo da cidade, não contrariam a correspondência do professor portuense (Cardoso, 1999: 150).

Outra hipótese defendida por Mendes Correia foi a de que a Antártida pode ter servido de ponte para o povoamento humano da América do Sul, a partir da Austrália e dos arquipélagos austrais (1925b). É nesse sentido também que propõe a realização de uma missão científica àquele continente por ocasião do Ano Geofísico Internacional⁷⁷ (1957-1958) para que fossem buscados elementos que pudessem indiciar essa passagem (Correia, 1958b). Segundo o lente da FCUP, esses humanos ter-se-ão deslocado em balsas ou pequenas embarcações em direcção à Tasmânia, passando pelas ilhas Auckland até chegar à Antártida (numa altura em que o clima não era tão rigoroso) e depois à América do Sul. E isto porque o autor encontrou várias semelhanças entre as populações da Argentina (Patagónia e Terra do Fogo) com as da Austrália (aborígenes). Para Mendes Correia, tais semelhanças ultrapassavam as de ordem estritamente biológica, como o grupo sanguíneo ou a estrutura craniana, e estendiam-se às etnográficas, como as de carácter linguístico e de cultura material, como as construções e o uso do bumerangue.

A localização de Moron colheu também as atenções de Mendes Correia. Ao contrário do arqueólogo alemão Adolf Schulten (1870-1960), defensor de que tal centro urbano se localizava na ilha de Almourol, sustentou a hipótese de se situar na zona das Portas do Sol (Santarém), enquanto a urbe romana corresponderia ao casco antigo da cidade actual (Correia, 1934f). Neste caso, e apesar de apenas se ter apoiado no livro *Geografia* de Estrabão, a investigação arqueológica veio a comprovar a existência de uma povoação pré-romana nos jardins da Porta do Sol. No entanto, segundo João Luís Cardoso, talvez seja preferível situar a implantação da Moron pré-romana no planalto vizinho de Chões de Alpompé (1999: 151). Dos trabalhos realizados no campo arqueológico, e dos contributos que a investigação de Mendes Correia trouxe, podemos dizer que, apesar de a sua ideia de que a população de Muge

⁷⁵ Para J. L. Cardoso, «esta intuição é de destacar, se se considerar que, à época, Mendes Correia apenas poderia ter conhecimento de escassos materiais recolhidos por Vergílio Correia na “crasta” da Sé e no sopé do morro respectivo, no subsolo da rua dos Douradores, só recentemente [...] atribuídos ao século VI a.C.» (1999: 151).

⁷⁶ O topónimo cidade que foi usado até ao século XVI teria caído depois em desuso.

⁷⁷ Palestra radiofónica, em 5.5.1957, publicada no *Boletim da SGL* em 1958.

tinha afinidades norte-africanas não ter sido confirmada, as suas outras conclusões, nomeadamente em relação à origem pré-céltica dos lusitanos⁷⁸ (dos quais considerava descenderem os portugueses) e às raízes antropológicas destes nas populações do Neolítico que habitaram o território parecem ter-se confirmado (Cardoso, 1999).

Ao longo da carreira, também Manuel Heleno defendeu a tese de que a nacionalidade portuguesa está definida desde os tempos da pedra polida (Fabião, 1999: 121). Heleno contestou as teses de Herculano e de Oliveira Martins, afirmando que estes «confundiram Estado com Nacionalidade»; se o primeiro nasce no século XII, a segunda estaria definida muito antes, já que o agregado descendente do homem de Muge vinha da época do bronze e se manteve na época do ferro⁷⁹ (*idem, ibidem*). Acrescenta ainda que o meio geográfico, sobretudo o oceano, terá condicionado no sentido de que uma «raça» com caracteres próprios fosse afastada desde 2500 anos a.C. das populações vizinhas. No fundo, Heleno procurava utilizar a Pré-História e a investigação arqueológica procurando argumentos que legitimassem todo um discurso nacionalista. As teses de Mendes Correia acabam assim por não ser muito diferentes das de Manuel Heleno. O professor da FCUP destaca a singularidade do homem de Muge e a relevância do Império Megalítico⁸⁰, que irradiou para o mundo (1928b). Por outro lado, criticou as teses de Herculano e de Oliveira Martins e defendeu a existência de uma continuidade étnica desde a Pré-História até à actualidade, retomando as ideias do seu mestre Leite de Vasconcelos. Assim, enquanto Heleno reclamava a existência de uma «raça com caracteres próprios» no território português, já Mendes Correia referia que não havia encontrado provas antropométricas suficientes que legitimassem tal afirmação.

No campo da arqueologia foi ainda presidente do Congresso da Pré e Proto-História, integrado nos Congressos do Mundo Português (1940), e vice-presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, nomeadamente na realização dos Congressos Luso-Espanhóis - nos quais foram apresentadas várias comunicações de foro arqueológico, na

⁷⁸ Já antes Leite de Vasconcelos aceitou a descendência dos portugueses dos lusitanos e a sua origem pré-céltica.

⁷⁹ As idades do bronze e do ferro pertencem ao período proto-histórico, abundando em Portugal os achados arqueológicos da idade dos metais. São deste período as citânias do norte de Portugal, sobretudo a de Briteiros, que veio a estar ligada Martins Sarmento.

⁸⁰ O ideário nacionalista de Salazar conduziu-o à protecção de monumentos que indiciassem a antiguidade da nação, embora essa ideia viesse já do período da primeira República, com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (cujos princípios remontam a 1919, não obstante a sua criação data de 1929). O governo salazarista apoiou, assim, a restauração dos monumentos relacionados com a fundação da nacionalidade (castelos e igrejas românicas). As relações entre a arqueologia e a conjuntura de poder nessa altura possibilitaram um conjunto de condições que influenciaram os estudos impulsionados. Neste contexto foi valorizado o passado, a sua existência (evocação de factos para assinalar e destacar a antiguidade do país e da nação), a sua preservação, a evocação de heróis e os feitos dos descobrimentos, em idealizações como a Exposição do Mundo Português (1940), ou o impulso dado aos estudos sobre a antiguidade do país. Como se constata em *Da Raça e do Espírito* (Correia, 1940f), a história não é um cemitério, mais uma ressurreição.

Secção de Ciências Históricas e Arqueologia, e reunidas em volumes de actas - e que foram antecessores do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia realizado em 1958. Na sessão inaugural deste último congresso, a 15.12.1958, proferiu palavras de homenagem a Leite de Vasconcelos, à memória do qual o congresso foi dedicado. O seu interesse arqueológico viria ainda a estender-se aos espaços ultramarinos então administrados por Portugal. Tal foi o caso dos estudos desenvolvidos sobre as indústrias líticas de Timor no âmbito da missão científica que chefiou na década de 50. Os achados arqueológicos continuaram a permitir estabelecer várias culturas primitivas muito antigas, postas em confronto com os designados selvagens de então (século XX), e que, bem ou mal, segundo Mendes Correia, se chamavam «primitivos actuais» (1933a: 8). Este raciocínio estava relacionado com o evolucionismo cultural. A teoria evolucionista inseriu o conhecimento exótico na categoria de pensamento primitivo e criou a distinção entre pensamento «primitivo» – considerado irracional e próprio de sociedades ditas «primitivas», vistas como congeladas no tempo – e pensamento civilizado - fruto de um progresso unilinear. Mendes Correia admitia o desenvolvimento a partir de um único centro do qual se difundiram os primeiros grupos, a partir de um processo de aperfeiçoamento que se traduziu em grupos diferenciáveis. No entanto, demarcou-se da evolução monolinar e, por isso, os estudos não deviam restringir-se ao método tipológico e deveriam contemplar outras disciplinas, nomeadamente a arqueologia.

Mendes Correia socorreu-se, assim, dos estudos arqueológicos no âmbito de uma estratégia que procurou encontrar um passado facilmente reconhecível para Portugal – ao ir buscar figuras como Viriato ou os lusitanos – e elementos que pudessem sustentar a implementação e o reconhecimento das ciências arqueológicas em Portugal. Os seus trabalhos demonstram que era conhecedor, a nível nacional e internacional, das principais informações que diziam respeito à arqueologia. Esses elementos foram utilizados não apenas com o intuito de melhor conhecer o passado e os ancestrais dos portugueses, mas também com o propósito de reclamar uma autonomia nacional que fosse reconhecida como antiga e perfeitamente localizada. A arqueologia esteve assim ao serviço de uma agenda nacionalista, já que a própria antiguidade era prestigiante. Para Mendes Correia seria da investigação arqueológica que adviriam também «estímulos para um nacionalismo salutar, assente sobre uma nítida consciência étnica e sobre uma inteligente e segura compreensão do passado» (1926c: 16). Segundo o lente da FCUP, essa ciência vinha demonstrar a vontade própria de ser português e a recusa em receber o que era estranho (1924a). Viriato encarnava um exemplo dessa força de vontade. Para o professor da FCUP, o seu «génio guerreiro [...] simboliza as primeiras manifestações de vida duma Pátria» (Correia, 1919b: 156). Falar da importância de Viriato

era também prestar um culto a um ancestral, uma tarefa constitutiva da ideia da nação, como afirmou Renan em finais do século XIX (1992 [1882]).

O auge da gesta nacionalista surgiu com as comemorações centenárias da fundação e da restauração (1940), proporcionando esse contexto o surgimento de novas reflexões acerca das origens da nacionalidade portuguesa. Contudo, o primeiro congresso dos Congressos do Mundo Português, do qual Mendes Correia foi presidente, foi dedicado à Pré-história, à Proto-história e à História, ou seja, aos períodos anteriores à constituição do condado portucalense. Oito séculos de história nacional era um número de facto considerável, mas Mendes Correia acreditava que ainda se podia celebrar uma antiguidade nacional mais remota. Todavia, este esforço para conhecer as origens da nação não deve ser visto apenas como um olhar virado para dentro, que se isola do contexto envolvente ou dos outros países europeus. Isto porque grande parte das ideias que circulavam nesses escritos, feitos por portugueses, era semelhante, senão mesmo uma incorporação, a algumas ideias que circulavam em outros países.

6. Alguns dos principais argumentos de Mendes Correia

Desde a sua formulação, algumas elaborações de Mendes Correia foram expostas e sucessivamente retomadas, como que obsessões argumentativas, tendo estado frequentemente envolvidas em polémica. Entre elas estão as seguintes: 1. a defesa de que *os lusitanos são os antepassados dos portugueses* e que Portugal recebeu influências dos povos do norte de África, embora tal não tenha alterado o perfil etnogenealógico da população, tendo em conta factores hereditários e mesológicos; 2. a necessidade de estudar os tipos ou «raças» humanas, no sentido de uma inventariação e classificação a grande escala, salvaguardando que tal processo não implica racismo; 3. a defesa da antropossociologia como ciência, destrinchando «raça» de cultura e defendendo que a segunda não pode substituir a primeira; 4. a argumentação de que a cultura e, especificamente, a cultura portuguesa, que designa por «cultura luso-cristã», é caracterizada pela afectividade, é sobretudo uma *atitude psicológica*; 5. a formulação de que, embora pelo território correspondente a Portugal tenham passado, ao longo dos séculos, diversos povos, terá havido um núcleo fundamental que manteve as suas principais características e, por isso, *o mestiçamento não é diluidor*.

6.1. *Os lusitanos são os antepassados dos portugueses:* contributos para o estudo das origens dos portugueses

De modo semelhante a outros países europeus, como a Espanha, a França e a Alemanha, em Portugal, embora em núcleos pequenos, e sem os meios sociais, económicos e

científicos de outros locais, existem exemplos das buscas de elementos para atestar a antiguidade e a originalidade do país, tanto em estratos geológicos e unidades estratigráficas, como recorrendo aos conhecimentos da arqueologia e da história. Segundo Mendes Correia, embora não existissem dados fidedignos para estabelecer o «tipo físico do homem», que habitou o extremo ocidente europeu no período paleolítico, já no neolítico foi possível definir características osteológicas entre «tipos primitivos», que os pré-historiadores nacionais consideraram os ancestrais da população portuguesa. Para o professor da FCUP:

O tipo dolicocefalo e baixo de Muge, que tem sido apresentado como uma raça distinta ou apenas como uma sub-raça, possui afinidades íntimas com o português médio contemporâneo, resultando sem dúvida as diferenças existentes de mestiçagens e influências sucessivas de outros elementos antropológicos, entre os quais deve citar-se o próprio braquicefalo baixo, companheiro do dolicoide nos *kjoekkenmoeddings* estremenhos (1915b: 125).

Embora não houvesse um consenso entre os autores, afirmava-se que «o grupo étnico que tinha por tipo antropológico este dolicoide, seria de filiação ligure, enquanto que o braquicefalo coevo seria celta» (*idem, ibidem*). Apesar das dúvidas, era para Mendes Correia certo que nos tempos proto-históricos e históricos tinha havido interferência de vários elementos nórdicos e semitas na composição antropológica da população portuguesa:

Os navegadores fenícios e cartagineses, os piratas normandos, pelo litoral, e os invasores germanos, berberes e árabes, pelo litoral e por terra, vieram deixar traços irrecusáveis do seu aspecto físico nos habitantes do ocidente ibérico. [...] Apenas nas recônditas regiões montanhosas o tipo primitivo permaneceu relativamente puro e homogêneo (*idem*, p. 126).

Segundo Mendes Correia, existiria uma proximidade entre o tipo médio português e a «raça ibero-insular», definida por Deniker, na qual o professor do Porto incluiu o *Homo europaeus mediterraneus*, que, segundo ele, constituía o «substrato» da população portuguesa. Embora em alguns locais, sobretudo no Minho, se verificasse a influência do «braquicefalo pequeno», talvez descendente do tipo semelhante do neolítico, em resultado, provavelmente, da proximidade com a Andaluzia e de uma possível influência do *Homo e. alpinus*, é a «mestiçagem nórdica», principalmente no litoral minhoto e duriense, que destaca:

O germano deixou traços flagrantes da sua permanência no nosso território. O *H. europaeus*, o próprio tipo da subespécie, está marcado fundamente nalgumas populações de Portugal. Menores são outras influências, como a semito-fenícia, que se acusa em alguns pontos do litoral, por exemplo na Póvoa do Varzim, a semito-árabe, talvez no Alentejo, e a judaica do tipo arménico, que mal se pode reconhecer em vários casos isolados (1915b: 126).

Por outras palavras, apesar de reconhecer a presença de outras influências, são os «elementos antropológicos» que cita, aqueles a quem reconhece uma maior presença no país, destacando a presença germana e nórdica. O estudo das origens do povo português, que se

centrava no tema da nação, já prendia vários autores desde os finais do século XIX (Sobral, 2004). Porém, provavelmente, desde a implantação do regime liberal que em Portugal se registava a preocupação com os seus primórdios, e até mesmo antes. Tal motivação encontra-se contemporaneamente em outros países europeus. Nos finais do século XIX o ideólogo Ernest Renan considerava que as nações não derivam: das «raças» (no sentido zoológico que lhes davam os antropólogos ou no sentido do estudo das línguas que lhe davam os filólogos); das línguas (países que falam a mesma língua não formam uma nação); das afinidades religiosas; da partilha de interesses; nem da geografia ou condicionantes naturais. Para Renan, uma nação é uma alma, um princípio espiritual, e duas coisas os constituem: o passado (legado comum) e o presente (desejo de viver em conjunto e dar continuidade a uma herança (1992 [1882]: 54). Como veremos adiante, encontramos esta ideia de princípio espiritual em algumas elaborações acerca da nação na obra de Mendes Correia. É neste sentido que o culto dos ancestrais é o mais legítimo, diz Renan, uma vez que são eles que nos fazem como somos. O capital social sobre o qual assenta uma ideia nacional é um passado heróico, os grandes homens, a glória:

Avoir des gloires communes dans le passé, une volonté commune dans le présent; avoir fait de grandes choses ensemble, vouloir en faire encore, voilà les conditions essentielles pour être un peuple (Renan, 1992 [1882]: 54).

Os estudos acerca da origem dos povos, marcados pela consciência da existência de uma nação e que procuraram afirmar os sentimentos nacionalistas marcaram, de facto, o século XIX. Segundo Anthony Smith, «o nacionalismo é uma ideologia que coloca a nação no centro das suas preocupações e procura promover o seu bem-estar» (2001: 20). Tal bem-estar é promovido através da autonomia, unidade e identidade nacionais. O nacionalismo é, assim, «um movimento ideológico para alcançar e manter a autonomia, a unidade e a identidade de um povo que alguns dos seus membros crêem constituir uma “nação real” ou potencial» (Smith, 2001: 20). No caso de Portugal não era a autonomia que estava em causa, mas sim o diagnóstico da decadência e a identidade, tendo em conta o contexto então vivido no país, em que outras potências europeias, mais fortes social e economicamente, constrangiam o país e as suas colónias. De acordo com Anthony Smith, as definições da nação «vão desde as que enfatizam os factores ‘objectivos’, como língua, religião e costumes, território e instituições, às que enfatizam factores puramente ‘subjectivos’, como atitudes, percepções e sentimentos» (2001: 23). Para ele, a definição de Benedict Anderson, de que a nação «é uma comunidade política imaginada – tão imaginada como implicitamente limitada e soberana» (1991), é subjectiva. Smith propõe assim que se defina o conceito de nação como «uma comunidade

humana específica que ocupa uma pátria e possui mitos comuns e uma história partilhada, uma cultura pública comum, uma só economia e direitos e deveres comuns a todos os seus membros»⁸¹ (2001: 26). Como veremos, foram alguns destes elementos referidos por Smith que os autores portugueses, que escreveram sobre a nação portuguesa, evocaram para sustentar as suas teses.

A identidade nacional é construída também com base num postulado de diferença. Os portugueses, por exemplo, podem definir-se por oposição aos espanhóis, romanos, mouros ou aos franceses das invasões napoleónicas. Em Portugal foram vários os discursos produzidos sobre a nação no campo da história e da antropologia portuguesas. Segundo José Manuel Sobral, ao longo da história, e apesar das diferentes leituras acerca do país e da origem da sua população, tem-se registado um sentimento de «identidade nacional» e não têm crescido, não obstante algumas rivalidades, identidades regionais suficientemente fortes para rivalizar a identidade da nação (Sobral, 2004: 280); além disso, «a perpetuação das identidades nacionais não assenta apenas na partilha de determinado tipo de representações sobre o conteúdo da sua história», mas também na «rotina, no quotidiano, na conversação» (2006: 44). No caso da antropologia, João Leal considera que esta disciplina se afirmou como uma «antropologia de construção da nação», no período entre 1870 e 1970, e esteve comprometida com a construção de um discurso de características etnogenealógicas sobre o país:

a antropologia portuguesa deu-se de facto como objectivo recorrente a fundamentação da nação como uma ‘comunidade étnica de descendência’, baseada em antecedentes étnicos providos dos argumentos da antiguidade e da originalidade, isto é, apoiada numa ‘etnogenia’ peculiar e remota, de que a cultura popular seria exactamente o testemunho (2000: 64).

Seria através do estudo da cultura popular, descontemporaneizada (Fabian, 1983) pelo olhar do etnólogo, que, segundo João Leal, «era possível enraizar a existência da nação na longa duração da tradição e da etnicidade» (2000: 64). Contudo, por toda a Europa, na segunda metade do século XIX, tantos os estudos de antropologia física e arqueologia, como os de folclore e etnologia, estavam amiúde associados à procura de um melhor conhecimento das origens, da história e de traços específicos das nações (Sobral, 2004: 277). No âmbito desse projecto «etnogenealógico», a antropologia portuguesa estava também vinculada às teses de outros campos disciplinares, como a história ou a arqueologia (Leal, 2000: 65). Por

⁸¹ Diferencia ainda Estado de nação, uma vez que o conceito de Estado é relativo à actividade institucional, enquanto o de nação denota um tipo de comunidade (2001: 24). Por outro lado, distingue nação de comunidade étnica, já que a última «não costuma ter referente político e em muitos casos não tem uma cultura pública ou mesmo uma dimensão territorial» (2001: 24). Isto apesar das semelhanças que ambas mantinham: nome próprio colectivo, mito de ancestralidade comum, memórias históricas, crença na existência de uma cultura comum, possibilidade de estarem associadas a um território determinado.

exemplo, para Alexandre Herculano (1810-1877), Portugal não tinha origens remotas e era uma nação constituída por uma mistura de povos invasores, que se agruparam na Península Ibérica, sendo os lusitanos⁸² apenas um pequeno grupo com que os portugueses actuais não teriam relação genealógica. Herculano reconheceu a influência árabe (Herculano, 1916) e tal seria o ponto de partida para a tese defendida por Oliveira Martins, Pinheiro Chagas (1842-1895) e Adolfo Coelho (1847-1919) que «contestaram a substantivação dos moçárabes como grupo étnico definido, distinto, e como grupo social» (Matos, 1998: 329). Por seu turno, tanto para Antero de Quental (1842-1891), como para Oliveira Martins (1845-1894), «a nação portuguesa, destituída de uma base étnica individualizada», resultou da «vontade política e das instituições e não de uma raça entendida como um tipo nacional» (Matos, 1998: 329). Já Teófilo Braga (1843-1924), que também se inspirou em Herculano, tomou a literatura como «expressão ou produto do meio social» e do «génio nacional» para, a partir dela, deduzir os caracteres de «uma raça fundadora» portuguesa (Matos, 1998: 324). Referindo-se ao elemento étnico, procurou indagar sobre a «base tradicional» a partir da qual se teria elaborado a literatura nacional (*idem, ibidem*). Braga não defende apenas o papel decisivo de um grupo étnico: refere o génio céltico «vivo entre os portugueses», «atribui à componente semítica dos povos peninsulares (Fenícios, Cartagineses, Judeus e Árabes), a preponderância da tendência separatista» e «associa a formação da nacionalidade a uma suposta predominância da raça ariana, em que inclui gregos e romanos, no Noroeste do território nacional» (*idem*, p. 325). O que se destaca neste autor é o eclectismo etnogenealógico, uma vez que a sua tese começa por se situar sob o signo das teses celticistas (1867) e moçárabes (1871) e a partir de 1883 se estabilizou a partir de um modelo que considera o contributo de três camadas étnicas sucessivas na formação de Portugal; no entanto, os ocupantes dessas camadas vão variando (Leal, 2000: 68) e o autor mostra-se indiferente às teses lusitanistas. Na obra *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições* (1885), Braga concluiu que os portugueses resultaram da mistura de vários grupos, mas possuíam uma especificidade rácica perceptível, por exemplo, no confronto com Espanha (Sobral, 2004: 260-262).

Um dos primeiros autores a aproximar-se às teses lusitanistas foi Martins Sarmiento (1833-1899) que recorre à «leitura de fontes antigas sobre a Península Ibérica e com base na interpretação de um certo número de achados arqueológicos – com destaque para os castros e para as antas e dólmenes do norte e centro de Portugal» - procede «a um trabalho de verdadeira exumação dos lusitanos como antepassados étnicos de Portugal» (Leal, 2000: 65).

⁸² Para uma análise das teses lusitanistas na arqueologia portuguesa, *vide* Fabião, 1996.

Baseado nos trabalhos de Martins Sarmiento, entre 1876 e 1891, João Leal afirma que essa «exumação dos lusitanos» se fez inicialmente entre 1876 e 1879, à luz das teses de contornos celtizantes, então relativamente em voga na Europa, e partir de 1880 os lusitanos passaram a ser vistos (talvez devido ao impacto das teses indo-europeístas da mitologia comparada) «como os representantes de uma primeira vaga de migrações de povos indo-europeus para o ocidente, entre os quais se encontrariam os ligures, de que os lusitanos seriam (...) os representantes mais ocidentais» (Leal, 2000: 65-66).

Outro autor que se aproximou às teses lusitanistas e criticou a tese de Alexandre Herculano, defensora de que os lusitanos não estavam na origem da nação portuguesa, foi Leite de Vasconcelos (1858-1941), embora não tenha apresentado alternativas convincentes (Fabião, 1999: 116). Este autor ter-se-á aproximado a estas teses também por ser arqueólogo e pela amizade que mantinha com Martins Sarmiento, com quem se correspondeu sobre assuntos arqueológicos e etnográficos. Assim, Leite de Vasconcelos, que até 1885 investigou sobretudo na área da etnografia, dedica-se a partir daí também à arqueologia. Nesse sentido, publica *Portugal Pré-Histórico* (1885) onde alude às teses de Alexandre Herculano para defender que antes da nacionalidade portuguesa, havia a Lusitânia e antes ainda o Portugal pré-histórico. Defende que factores como o território, a história, a «raça», as tradições, a língua e a religião, sendo antigos, podem ser fundamentais na definição de uma nacionalidade. Em 1887, quando foi nomeado director da BN, lecciona uma cadeira de numismática, que tinha pontos de contacto com a arqueologia, e iniciou uma colecção museológica de valor arqueológico. Por outro lado, o Museu Etnográfico Português, criado em 1893, que veio a dirigir, era detentor de um espólio constituído essencialmente por objectos arqueológicos, do qual fazia parte a colecção do arqueólogo algarvio Estácio da Veiga (1828-1891). Além disso, criou em 1895 a revista *O Arqueólogo Português* e publicou *Religiões da Lusitânia* em três volumes (1897, 1905 e 1913). Este interesse científico não exclui, no entanto, o seu interesse pela etnografia, ou seja, a orientação para a arqueologia foi apenas «um desvio pelo passado que tinha entretanto como objectivo um regresso posterior ao presente», como ele explica na introdução de *Religiões da Lusitânia* (Leal, 2000: 71). Na obra de Leite de Vasconcelos, os seus estudos etnográficos demonstram assim ter beneficiado dos seus conhecimentos arqueológicos. O seu regresso à etnografia ficou também marcado pela influência das teses lusitanistas, como se pode deduzir pela revista de etnografia que fundou em 1897 intitulada *Revista Lusitana*. Para Leite de Vasconcelos, a genealogia dos portugueses não recuava necessariamente até ao Paleolítico. Além disso, os portugueses resultavam da incorporação de vários grupos como os árabes, os judeus e os negros (Vasconcelos, 1941) e,

inclusivamente, algumas zonas do país, como Alcácer do Sal, tinham uma influência africana evidente (Vasconcelos, 1895). Segundo João Leal, apesar de tudo isto, e do falecimento de Leite de Vasconcelos antes de ter terminado a sua obra, o material por ele acumulado indica que «tanto no plano arqueológico como no plano etnográfico (...) seria difícil demonstrar a continuidade entre lusitanos e portugueses» (2000: 76).

Nas primeiras décadas do século XX Mendes Correia viria a apresentar a sua visão das origens da nacionalidade portuguesa e, de facto, esses discursos continuavam a ser importantes. A preocupação com as origens é comum, aliás, ao trabalho desenvolvido por outros europeus. Anteriormente, tinham sido vários os autores a procurar afirmar a superioridade do grupo ao qual pertenciam relativamente a outros, seguindo uma atitude etnocêntrica⁸³. No entanto, estes autores, tanto da Europa, como dos EUA, tinham mais em comum do que à partida pressupunham – todos se podiam identificar, mais ou menos, com a «raça branca», considerada superior relativamente aos negros de África, aos «amarelos» da Ásia, aos «castanhos» da Malásia e da Oceânia e reconhecida como tendo o dever de conquistar e governar esses outros povos (Hayes, 1941: 260-261). No âmbito da análise das origens, um dos aspectos que Mendes Correia procurou caracterizar foi a «etnogenia portuguesa»⁸⁴, buscando encontrar uma base racial para a formação da nacionalidade. Contemporaneamente, foram vários os autores a dedicar-se ao tema das origens dos portugueses, como António Sérgio (1883-1969), Jaime Cortesão (1884-1960), Damião Peres (1889-1976) e Torquato Sousa Soares (1903-1988). Mendes Correia reconhece os «traços flagrantes» deixados pelo germano, como já referi, e minora a influência dos semitas, não se referindo a uma possível influência dos habitantes da África subsaariana (Correia, 1915b). Nessa mesma altura, alguns defensores do integralismo lusitano, como António Sardinha (1887-1925), nem a existência de sangue árabe consideravam (Sardinha, 1915).

Mendes Correia viria a ser considerado um dos autores mais importantes no que respeita ao estudo das origens de Portugal, tendo elaborado sínteses sobre a pré-história do país em *Os Povos Primitivos da Lusitânia* (1924a) e «A Lusitânia Pré-Romana» (1928b), e contribuído para a afirmação da ideologia nacionalista. O primeiro (Correia, 1924a) inclui vários conhecimentos de geologia, geografia e paleoetnologia. Contém um resumo do que o autor publicou até 1924 sobre Portugal e inclui factos e ideias inéditos. No capítulo VIII («Raízes profundas») e no capítulo VII faz um ensaio retrospectivo e delinea a «antropologia

⁸³ George Mosse (1992) foi um dos primeiros historiadores a distinguir o racismo relativamente às populações colonizadas (impérios coloniais – Europa ocidental) e o racismo contra os judeus (Europa de Leste e do Norte).

⁸⁴ Sobre este assunto, *vide* Correia (1918b, 1918c, 1919b, 1919f).

física» do português. Considerava, ao contrário de outros historiadores, que as origens de Portugal não remontavam ao século XII, como defendia, por exemplo, Damião Peres (1970 [1938]), mas a um passado mais longínquo, que incluía o elemento africano. Nesse processo considera que ao conde D. Henrique apenas foi necessário canalizar forças, que já vinham de há muito tempo, e que terá sido a independência política a acentuar a diferenciação do agregado étnico (1919b: 32). No livro *Raízes de Portugal*⁸⁵ refere que a gestação do país «vinha de longe, de muito longe» (1944b [1938]: 28). Para Mendes Correia, «a Nação, com as suas características modernas de variadas ordens, com um sentimento nacional amplo e consciente [...] só apareceu muito depois de 1139» (1944b: 144-145).

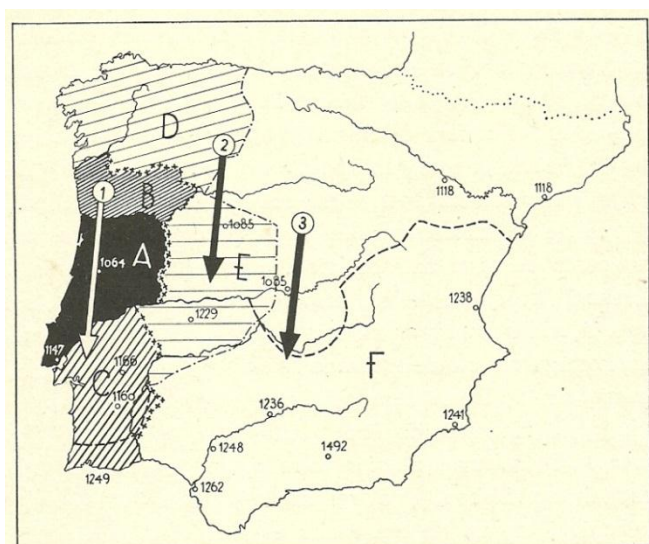
Todavia, desde eras remotas as «tendências políticas», os «índices de afinidade psicossocial», «homogeneidade étnica» e «personalidade histórica», podiam considerar-se manifestações de uma «nacionalidade embrionária» (*idem*, p. 145). Esta tese era oposta à já referida tese de Alexandre Herculano, para quem não existia correspondência entre lusitanos e portugueses, nem entre a Lusitânia e Portugal, e a formação de Portugal e dos portugueses remontava ao fim dos tempos medievos. Mendes Correia ocupou-se dessa correspondência num outro livro (*Raças do Império*, 1943a) e publicou um mapa (quadro n.º 4) no sentido de esclarecer melhor o assunto. Para o professor, não há uma identidade perfeita entre Lusitânia e Portugal, nem os portugalenses se filiam exclusivamente nos lusitanos, uma vez que outros elementos étnicos ali afluíram depois da proto-história, mas há coincidência das partes nucleares dos dois territórios e das duas populações (Correia, 1943a, 1944b).

No que respeita à formação de Portugal, Oliveira Martins segue, no essencial, a tese de Alexandre Herculano (Sobral, 2004). Além disso, Oliveira Martins contestava qualquer laço entre o Portugal de Avis e o da Restauração, tese que Mendes Correia foi criticando (*vide*, por exemplo, 1944b: 146-147). Para o lente da FCUP, os lusitanos, povo que considerou de origem pré-celta⁸⁶, assim como a população menos heterogénea a nível europeu (1919f),

⁸⁵ A sua segunda edição, publicada seis anos após a primeira, resulta da série de três artigos que escreveu em *Ocidente* com as epígrafes «Portugal ex-nihilo!», «Terra e Independência» e «A Raça». Segundo o autor, estes artigos foram motivados pelo colega Damião Peres e, embora tenham atribuído aos seus escritos um «ataque pessoal», já que existia entre uns dois uma divergência doutrinária, destaca que mantinha com ele uma relação de amizade e nutria por ele apreço (1944b: 109). Fosse esse sentimento mútuo, ou não, o convite de Damião Peres dirigido a Mendes Correia para este elaborar uma parte da obra que dirigiu (Correia, 1928) poderá ter residido num compromisso político. Além disso, Damião Peres elaborou uma «outra» *História de Portugal*, baseada em palestras que proferiu na Emissora Nacional, publicada em 1951, embora menos importante do que a primeira.

⁸⁶ Sobre os celtas, *vide* Jubainville (1904) - publicação de um curso leccionado pelo autor no Collège de France no ano lectivo de 1902-1903 sobre a história das famílias celtas. Neste livro, o autor, que deliberadamente omite as suas fontes, divide os celtas em duas famílias – os «gôidels» (que compreendem os irlandeses e os gaélicos da Escócia) e os galo-britânicos (repartidos entre gauleses, ou celtas continentais, e bretões). Como revela, o domínio celta teve na Europa uma extensão considerável, desde as costas setentrionais da Escócia até às costas meridionais de Portugal, tendo alcançado as costas setentrionais do império alemão e compreendido uma grande

constituíam o núcleo mais importante dos antepassados dos portugueses. A ideia de estabelecer uma relação entre os portugueses e os lusitanos, e em considerá-los o principal elemento estratégico do povo português, era de certa forma um renascer do mito étnico acerca da ascendência dos portugueses que remonta ao século XV (Sobral, 2010: 126). Tal como Martins Sarmento, utilizou os castros como referência central e procedeu à revisão do estatuto histórico dos lusitanos - seriam pré-celtas aparentados com outros povos ibéricos que se teriam depois misturado com os celtas (Correia, 1928b). Na sessão inaugural do Congresso do Mundo Português (1940) Mendes Correia mencionou a escassez documental, referente aos períodos muçulmano e da Reconquista, destacando que interessava mais «averiguar até que ponto os invasores do território, no período que decorre da Romanização à Reconquista, modificaram a estrutura bio-psicológica e étnica da população preexistente ou mesmo se substituíram a este, do que saber [...] se os Lusitanos eram Lígures, Iberos ou Celtas» (citado em Correia, 1944b: 112-113).



Lusitânia e Portugal: A – Parte correspondente à Lusitânia pre-romana, à Lusitânia romana e província visigótica, à Lugidânia árabe e a Portugal; B – Lusitânia pre-romana, reino dos Suevos, condado portucalense e Portugal; C – Lusitânia romana e província visigótica, Lugidânia árabe e Portugal; D – Lusitânia pre-romana, reino dos Suevos, Galiza actual; E – Lusitânia romana, hoje também território espanhol; F – O domínio árabe no séc. XII. As setas indicam os avanços da Reconquista cristã: 1 – português; 2 – leonês; 3 – castelhano. As datas referem-se à conquista definitiva aos Muçulmanos.

Quadro n.º 4. Correspondência entre a Lusitânia e Portugal (Correia, 1943a: 151).

Como referiu João Leal, fossem celtas ou pré-celtas, para vários autores o certo é que «os lusitanos seriam os antepassados por excelência de Portugal» (2000: 66), uma ideia que,

parte da Itália. Tem a Oeste o oceano Atlântico e a Este o mar Negro. Em Portugal Jubainville foi citado por escritores autores como Mendes Correia (1919b) e Aquilino Ribeiro.

como vimos, tinha sido explorada no final dos anos 70 do século XIX, quando aquele povo serviu de base para pensar a etnogenealogia de Portugal. De facto, embora inicialmente propostas por Martins Sarmiento, as teses lusitanistas ganharam depois um certo consenso. A narrativa etnogenealógica, que recorreu aos lusitanos para justificar a existência de uma pré-história etnicamente identificável, adquiriu corpo com os argumentos da «originalidade» e «antiguidade» (Leal, 2000: 66). Parecia assim que tal como os alemães descendiam dos germanos, os franceses dos gauleses e os gregos dos helénicos, também os portugueses descenderiam dos lusitanos (*idem, ibidem*). Segundo João Leal, o consenso acerca das teses lusitanistas foi reforçado de três maneiras: 1) na arqueologia através de Leite de Vasconcelos e Mendes Correia; 2) nos locais onde as teses voluntaristas de Alexandre Herculano não parecem adequar-se ao clima de nacionalismo cultural reinante; 3) nas revistas culturais cujo título se refere aos lusitanos – *Revista Lusitana* de Leite de Vasconcelos, *Lusa* de Cláudio Basto, *Lusitânia* de Carolina Michaelis de Vasconcelos⁸⁷ (2000: 66).

Para Mendes Correia, *os lusitanos eram antepassados dos portugueses*. Embora tivessem existido na península ibérica invasões de outros povos – legionários e colonos romanos, hordas de bárbaros do norte e de sarracenos, aventureiros de além-Pirenéus-, a massa homogénea lusitana não foi substituída e essas ondas migratórias, que não terão sido muito numerosas, não destruíram o «fundo indígena», previamente existente, que garantiu a unidade futura (1944b: 78). Tal individualidade étnica era atestada não só pela história, mas também pela arqueologia, como se podia verificar nas cartas arqueológicas da idade do ferro elaboradas por Bosch Gimpera, onde estava delimitada a «cultura portuguesa dos castros» (*idem*, p. 82). O lente de FCUP salienta ainda a coincidência, muito aproximada no espaço, entre três factos muito distantes no tempo: «a cultura portuguesa dos dólmens, a cultura dos castros com a epopeia viriática, e [...] a história da nação portuguesa» (*idem*, p. 85). Além disso, estes factos eram «reveladores de predisposições humanas, tendências e capacidades tão paralelas ou semelhantes que só por um estranho capricho do acaso não resultariam de energias inatas comuns, duma certa continuidade germinal» (1944b: 85). Para João Leal, «o interesse pelas teses lusitanistas na antropologia portuguesa é [...] indesmentível» (2000: 64). Porém, «esse fascínio acaba por ser contrariado por promessas não cumpridas, por projectos de livros inacabados [...], por silêncios, dificuldades e viragens que gradualmente o vão

⁸⁷ Segundo o inventário de revistas culturais e literárias portuguesas realizado por Daniel Pires (1996) existem 25 publicações que, entre 1900 e 1940, continham no título uma referência aos lusitanos ou à Lusitânia. No entanto, segundo João Leal, a antropologia portuguesa dos anos 70 e 80 do século XIX preferiu outras opções para os seus exercícios etnogenealógicos. Entre elas esteve a mitologia comparada através da qual Consiglieri Pedroso, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos e de forma mais diluída em Teófilo Braga, defenderam uma leitura etnogenealógica da cultura popular portuguesa que sublinha as raízes indo-europeias (Leal, 2000: 67).

transformando num enredo titubeante e incompleto, talvez mesmo falhado», configurando-se o dossiê lusitano como uma «história de insucesso» (*idem, ibidem*). Apesar desta apreciação geral, o trabalho de Mendes Correia, em especial, ao promover os lusitanos como os antecedentes principais dos portugueses, e ao contribuir para a construção de uma imagem individualizada da nação e da pátria, adquiriu uma boa aceitação durante o Estado Novo. O tema das «origens da nação» continuou a despertar interesse em outros autores. Mendes Correia refere que após a publicação do livro de Damião Peres (1938), e do seu próprio (1944b [1938]), foram publicados outros trabalhos onde o assunto surgia, mais ou menos detalhadamente: de Alfredo Pimenta, Sousa Soares e Oliveira Boléo, Luís Vieira de Castro (sobre o papel da Ordem de Cluny na fundação da nacionalidade), cónego Bernardo Xavier Coutinho (sobre a acção do papado) e de João Ameal (livro intitulado *História de Portugal*).

Mais tarde, também Jorge Dias se mostrou atraído pelas teses lusitanistas, sobretudo nos primeiros textos que escreve após chegar da Alemanha (1946) até 1950. Como refere João Leal, a preferência de Jorge Dias reflecte a sua formação teórica influenciada pelo difusionismo alemão, mas também a sua proximidade com Mendes Correia quando regressou a Portugal. É que, como reconhece João Leal, «Mendes Correia foi uma figura decisiva no apoio institucional ao trabalho de investigação de Jorge Dias» (Leal, 2000: 76). Além disso, o professor da FCUP era nesse período «o mais importante defensor de teses lusitanistas na arqueologia portuguesa, onde tinha ocupado o lugar de alguma forma deixado livre pelo regresso de Vasconcelos à etnografia» (Leal, 2000: 76). Terá sido então devido à proximidade que manteve com Mendes Correia, e ao sucesso que as suas teses lusitanistas tiveram nas narrativas arqueológicas centradas na etnogenealogia dos portugueses, que Jorge Dias terá privilegiado a procura das «origens da cultura popular portuguesa» numa aproximação «marcada pela centralidade das referências aos lusitanos» (*idem*, p. 77). O texto «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» de Jorge Dias (1990 [1953]) demonstra a influência da antropologia cultural norte-americana, que a partir dos anos 40 do século XX desenvolveu os chamados «estudos de carácter nacional». O texto insere-se num debate, no qual estiveram envolvidos antropólogos e outros intelectuais, que procurava encarar a identidade nacional portuguesa com um conjunto de características espirituais ou psicológicas próprias e facilmente identificáveis. Contudo, para João Leal, as teses lusitanistas vêm a ser uma decepção, tanto em Leite de Vasconcelos, como em Jorge Dias:

Para os intervenientes principais no debate lusitanista, os lusitanos até podem ter existido, mas não só parece ser cientificamente improvável que a sua existência tenha afectado de forma profunda a nacionalidade portuguesa, como, a existir, essa influência é partilhada com outras influências étnicas tão ou mais importantes que a dos Lusitanos (2000: 81-82).

No entanto, na frase anterior João Leal parece estar a referir-se apenas a Leite Vasconcelos e a Jorge Dias, não aludindo explicitamente a Martins Sarmiento, nem a Mendes Correia. Para além da inspiração nas teses lusitanistas, e na impossibilidade do seu argumento ser totalmente aceitável, alguns autores, como Jorge Dias, procuraram encontrar características psicológicas entre os portugueses. Porém, já antes tinham sido elaboradas aproximações ao tema da *psicologia étnica* por Mendes Correia, conduzidas a partir da antropologia criminal e da antropologia física (1913a, 1919b). De facto, alguns autores (Leal, 2000, Llobera, 2003) têm destacado a importância da psicologia étnica no imaginário nacionalista. Segundo Leal, o debate acerca da identidade nacional portuguesa como uma identidade apoiada numa psicologia étnica própria, que faria desta nação um indivíduo colectivo caracterizado por qualidades espirituais específicas, vinha de finais do século XIX. Nesse debate intervieram: Teófilo Braga (*A Pátria Portuguesa: O Território e a Raça*, 1894), que destaca a vocação para a actividade marítima, a fácil adaptação ao meio, assim como a assimilação de novas ideias; Adolfo Coelho, que escreve o programa «Esboço de um Programa para o Estudo Patológico e Demográfico do Povo Português» (1890), a pedido da SGL, onde inclui elementos da demografia, da patologia social e da antropologia física, e traça os factores de degenerescência do povo português e de depressão nervosa da nação; Rocha Peixoto («O Cruel e Triste Fado», 1897) que caracteriza negativamente a alma nacional (Leal, 2000: 86-89). Enquanto Teófilo Braga remete para características positivas e acentua os sentimentos (lirismo, nostalgia ou génio aventureiro), Adolfo Coelho e Rocha Peixoto destacam as características negativas ao nível intelectual (preguiça e penúria mental) ou moral (ausência de tenacidade e coerência), por exemplo (Leal, 2000: 90).

Nas décadas de 10 e 20 do século XX o tema da psicologia étnica foi reestruturado sobretudo a partir da literatura. Teve aí um papel fundamental Teixeira de Pascoais - poeta, escritor, ensaísta e líder do movimento artístico e literário «saudosismo»⁸⁸ – que propõe a saudade como «tema estruturador central do carácter nacional português» (Leal, 2000: 91). As teses de Pascoais foram criticadas por António Sérgio (1883-1969) e por Carolina Michaelis de Vasconcelos que consideraram que a palavra saudade poderia ser traduzida em outras línguas. Mas tiveram, em geral, um bom acolhimento. E também Mendes Correia contribuiu com aproximações ao tema, encontrando-se na sua obra, por vezes, um pessimismo

⁸⁸ Este movimento desenvolveu-se a partir de 1912, em reacção ao «cosmopolitismo», e esteve centrado na revista *A Águia*, inserindo-se no quadro de tendências nacionalistas que se acentuaram com a implantação da República. O movimento tinha como objectivos devolver à vida portuguesa a grandeza perdida e reforçar o culto pelas coisas portuguesas, ao invés das estrangeiras consideradas responsáveis pelo declínio.

semelhante ao de Adolfo Coelho. No entanto, como veremos no capítulo seguinte, são sobretudo os aspectos negativos da população portuguesa e a necessidade, no seu entender, de os atenuar, que despertam essas aproximações. Por outras palavras, esse tema não constitui propriamente um ponto de partida para o lente da FCUP e quando tece críticas à antropossociologia, por exemplo, sugere que a psicologia étnica podia conter grandes imprecisões e ser etnocêntrica (Correia, 1919b: 23).

Só nos anos 50, com os «Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa» de Jorge Dias, o tema da psicologia étnica conhece um novo incremento, embora o autor já tivesse reflectido sobre ele em 1942 («Acerca do Sentimento da Natureza entre os Povos Latinos»). No primeiro texto refere que não é possível retirar conclusões seguras e depara-se com vários paradoxos no que respeita ao temperamento português, cujo carácter contraditório era o responsável pela existência tanto de períodos de decadência como de grandeza. O tema volta a ser retomado em 1968 em «O Carácter Nacional Português na Presente Conjuntura» (1971), onde destaca o pluralismo etnogenealógico português ao mesmo tempo que realça a capacidade particular da cultura portuguesa para a miscigenação. Nesse texto fala de «raças» e expõe a sua ideia em termos contraditórios (unidade e pluralidade ao mesmo tempo):

a unidade étnica portuguesa que resultou do caldeamento de várias sub-raças da raça caucasóide, a que se vieram mais tarde misturar, em proporções variáveis, elementos de outras raças, como a negróide e mongolóide, [é que contribuiria] para dar aos Portugueses enorme plasticidade humana e invulgar sentido ecuménico (1971: 39).

Para João Leal, e ao contrário do dossiê das teses lusitanistas, o dossiê da psicologia étnica constitui uma história de sucesso, apesar da indiferença que perante ele evidenciam os antropólogos actuais (2000: 245). Ainda no âmbito da caracterização dos portugueses, foi Mendes Correia também que trouxe outros elementos para a discussão: a influência do norte de África e do Mediterrâneo, como se verá em seguida.

6.1.1. A influência do norte de África e do Mediterrâneo

No início do século XX Portugal e Espanha eram, algumas vezes, vistos pelos outros países europeus como estando mais próximos de África, do que da própria Europa. Mendes Correia considerava tal injusto (1916d: 94) e, procurando afirmar o carácter europeu dos portugueses, recupera a formulação de *Homo europaeus mediterraneus* ligando-o à Europa e à cultura megalítica⁸⁹. Os mediterrâneos teriam, segundo o autor, características específicas:

⁸⁹ Alguns autores tinham defendido, vários anos antes, a existência de povos diferentes com características distintas. Arthur Schopenhauer (1788-1869), por exemplo, tinha oposto hierarquicamente o *Homo europaeus* (protestante) ao *Homo mediterraneus* (católico).

Séculos de vida independente, em especiais condições geográficas, deram-nos direitos, psicologia especial, etnia própria, e (...) um facies somático distinto. O povo português é antropologicamente dos menos heterogêneos da Europa, e é o mais dolicocefalo de todos (*idem*, p.95).

O professor da FCUP refere-se assim às «condições geográficas» como sendo influentes nas características dos grupos humanos, demonstrando, mais uma vez, o seu apreço pelas teorias defendidas por Lamarck. Num contexto em que o autor pretendeu afirmar a pertença clara de Portugal à Europa, é notória aqui a necessidade em indicar a forma dos crânios portugueses como sendo dolicocefala, ou seja, semelhante à forma dos crânios da maioria dos povos nórdicos, segundo os ditames da antropometria praticada então. É neste contexto que admite que os iberos e os berberes tinham uma origem comum. Isso talvez se devesse, no entanto, a que os últimos estavam ligados a uma cultura considerada, muitas vezes, como sendo superior, ou mais complexa, do que a de outros povos do norte de África. O autor defendia mesmo a inclusão da população portuguesa num bloco do qual fazia parte o Norte de África, admitindo as afinidades com os berberes, como o fez Teófilo Braga⁹⁰ (1919b: 114). Salienta que, de modo semelhante, Sílvio Romero⁹¹ tinha admitido que o povoamento da Península Ibérica fora feito também por berberes, embora considere a afirmação de Romero mais baseada em «intuição e palpite, do que pelo estudo de documentos» (*idem*, p. 115). Cita ainda o antropólogo Arnold van Gennep (1873-1957), que denomina por «ilustre etnógrafo», segundo o qual:

Os mesmos crânios, os mesmos índices nasais, as mesmas relações de ossos curtos com ossos longos, etc., se encontram em todo o contorno do Mediterrâneo ocidental. Temos em França populações ibero-berberes caracterizadas. Dum sardo, dum siciliano, dum português, dum espanhol, a um berbere da Tunísia, da Argélia ou de Marrocos, há uma diferença infinitesimal (*En Algérie*, 1914, 2.^a ed., p. 159, citado em Correia, 1919b: 116-117).

Mendes Correia conclui que «não há uma raça árabe, como não há uma raça berbere, como não há uma ibérica», uma vez «a variedade de tipos que têm sido observados no ocidente ibérico como no noroeste africano parece à primeira vista desafiar toda a tentativa de sistematização» (1919b: 125). Procurando caracterizar o berbere refere que este «não é um selvagem, nem portador de defeitos tais que pelo confronto nos sintamos amesquinados»; além disso, «muitos são sedentários, monógamos, mais laboriosos, sinceros, tolerantes e económicos do que os árabes» (*idem*, p. 143-144). Todavia, seria a sua tendência separatista (e não apenas o resultado do isolamento geográfico), que o conduziu a um estado de estagnação mental, que van Gennep atribuía à «acção do Islão, ao desenvolvimento precoce

⁹⁰ Deste autor, Mendes Correia cita *Introdução e teoria da história da literatura portuguesa*, 1896.

⁹¹ Deste autor, Mendes Correia cita *A Pátria Portuguesa*, 1906.

da sexualidade, e talvez aos efeitos perniciosos, sobre sucessivas gerações, do seu regime educativo e social da mulher» (*idem*, p. 144). Assim, enquanto Mendes Correia admitia alguma influência do elemento africano no homem português, já Manuel Heleno (1894-1970), por exemplo, considerava que tinham sido as «raças europeias» (Cro-Magnon, Combe-Capelle e Chancelade) que, ao eliminarem o *Homo de Neanderthal*, constituíam o estrato mais importante da etogenia portuguesa (Heleno, 1956). Tanto Manuel Heleno, como Mendes Correia, partilhavam no entanto a opinião de que o *Homo de Neanderthal* não constituía um antecedente importante dos portugueses. Como já assinali anteriormente, Mendes Correia opunha-se à ideia de que existiam sobrevivências «neanderthaloides» nos crânios de Muge e nas províncias do norte de Portugal. Para ele, os crânios de Muge eram de *Homo sapiens* e o *H. Neanderthalensis* era uma «espécie arcaica e extinta» (Correia, 1918c). Contudo, segundo Ana Cristina Martins, Manuel Heleno, sucessor de Leite de Vasconcelos à frente dos destinos da FLUL e do Museu Etnológico Português, fixou «a etnogenia portuguesa no *Cro-Magnon*, enquanto *raça* europeia conectada à produção artística franco-cantábrica» (2011: 54), isolada assim da presumível área de ascendência africana, que se estimava estar ligada a uma indústria «menos elaborada», do tipo capsense, que para Mendes Correia estava associado ao tipo *Combe-Capelle* proto-etíópico (negróide) (*idem, ibidem*).

O que Mendes Correia acaba por valorizar é a miscigenação étnica, alegando que tal terá contribuído para o desenvolvimento civilizacional. Após várias observações e reflexões, conclui que a população neolítica de Portugal era ilustradora de uma «heterogeneidade antropológica» (Correia, 1919b: 53). Apesar de constatar que a população neolítica do ocidente ibérico não apresentava «uma individualidade étnica de tal modo perfeita que seja lógico ir buscar a tão remota data a origem natural da nacionalidade», salienta que nessa população «figuram elementos étnicos que entraram dum modo importante na composição antropológica da população actual do país» (*idem*, p. 56). Conclui que em Portugal e, apesar de o dolicocefalo «baixo e moreno, do tipo ibero-peninsular ou mediterrâneo» ter conquistado um «primazia indiscutível» (*idem*, p. 93), não há uma «unidade absoluta» em termos de tipos humanos e que «dificilmente esta se encontrará hoje no seio dos povos civilizados» (*idem*, p. 95). Ainda assim, em *Raízes de Portugal* refere que a fisionomia geral do país era perceptível no seu conjunto, apesar das influências sucessivas de «romanos, bárbaros e mouros»:

A terra era sempre a mesma vertente ocidental atlântica [...]. A gente, a população, apesar das invasões, das mortandades, dos cruzamentos, das degenerescências, tinha nas veias glórias do sangue dos heróis da epopeia viriatina, dos lusitanos ciosos da pátria liberdade (1944b: 29).

No mesmo livro, o autor não se ocupa do papel de «judeus e ciganos, de negros africanos e outras populações de além-mar, na etnogenia metropolitana» (1944b: 97). Mas refere que os judeus «não são todos do mesmo tipo físico, e alguns confundem-se mesmo, somatologicamente, com as raças europeias», definindo-se sobretudo pela sua «especial psicologia» (*idem, ibidem*). Contudo, embora estivessem no território português «desde época bárbara», a sua endogamia, as restrições legais que lhes foram impostas, a sua expulsão por D. Manuel e a acção da Inquisição, não propiciaram a sua influência na etnogenia portuguesa, tendo acontecido o mesmo com os ciganos (Correia, 1944b: 97). Já quanto aos africanos e a outras populações ultramarinas, Mendes Correia refere que, apesar de estarem provadas as sucessivas importações desses elementos étnicos, quer em períodos distantes, quer no período da expansão marítima e colonial, a «influência etnogénica dessas raças exóticas na população portuguesa» foi «muito mais insignificante do que vários estrangeiros têm afirmado⁹²» (1944b: 97-98; 1936a). No artigo «A propósito do “Homo Taganus”, Africanos em Portugal» (1936a) inclui os portugueses no bloco dos europeus, negando a proximidade genética dos portugueses com os negros, e considera que os portugueses não descendem directamente das populações de Muge. De um modo geral, estas suas ideias foram-se mantendo ao longo dos anos, como se pode verificar em publicações posteriores (Correia, 1941d). No que ao homem de Muge dizia respeito, e às suas afinidades negróides ou etiópicas, reconhece mais tarde, ao estudar cinco crânios da Moita do Sebastião, provenientes das escavações de Octávio da Veiga Ferreira e Jean Roche⁹³, que havia a possibilidade de o homem de Muge se integrar na «raça mediterrânea» e, por isso, entre os portugueses modernos; no entanto, sugere que o assunto deve ainda ser aprofundado (Correia, 1956a). De facto, admite que numerosas infiltrações de «sangue estranho» tenham ocorrido ao longo dos tempos no território português. Sendo assim, os factores orgânicos e biológicos como os mestiçamentos, as restrições selectivas e as degenerescências, que também influem na «psicologia dum povo, no comportamento histórico duma nação», deveriam ser tomados em conta sempre que se quisesse estudar «a origem, a formação e a evolução dum Estado» (1944b: 98). O autor recorre assim também aos elementos psicológicos e históricos, uma vez que nem sempre os factores orgânicos e biológicos pareciam responder à sua necessidade de evidenciar a originalidade dos portugueses. Discutiu, inclusivamente, quais deles terão tido um papel mais relevante na formação e autonomia do país, como ilustrarei no ponto seguinte.

⁹² Um deles era Hans Günther (1891-1968) cujas teses foram largamente criticadas por Mendes Correia.

⁹³ A sua participação nas escavações em Portugal teve também como objectivo conhecer melhor o mesolítico.

6.2. Raça não é cultura: articulações inspiradas na antropossociologia

Até aos inícios do século XX, foram vários os autores, da antropologia até à arqueologia, a procurar encontrar explicações científicas para o progresso humano. Segundo Spencer e Darwin, as características adquiridas eram herdadas, e o desenvolvimento progressivo era a condição normal da existência humana, sendo que os traços raciais eram funções de comportamento social. A evolução implicava assim um avanço material e moral. O programa de investigação dos evolucionistas era a especificação de características de cada fase de desenvolvimento e dos mecanismos pelos quais as transições de um estágio a outro eram efectuadas. Por exemplo, o trabalho do arqueólogo e naturalista John Lubbock (1834-1913) ajudou a inaugurar em Inglaterra o que é conhecido como a teoria do desenvolvimento da pré-história humana. A sua teoria defende que as sociedades humanas se originam em todo lado num período de selvajaria (perceptível por actividades de caça e recolção), antes de progredir através de um estágio de barbarismo (nomadismo ou pastoralismo, depois agricultura), e culminando num tipo de civilização industrial que Lubbock teria reconhecido como a sua própria. Enquanto as ideias de Lubbock acerca da civilização humana foram organizadas com base em materiais de investigação arqueológica, Tylor utilizou fontes mais difíceis de classificar em termos materiais, fornecidas pelos colectores de folclore e costumes populares, que o inspiraram a pensar acerca da continuidade de crenças e práticas culturais entre uma época histórica e outra. Darwin (1871) refere-se favoravelmente a Tylor e a outros exponentes da teoria do desenvolvimento da cultura, concordando largamente com o seu princípio de que a humanidade tem uma história geral partilhada e que a diferenciação racial descrevia diferenças em grau, não diferenças em tipo. Segundo Darwin, «man has risen, though by slow and interrupted steps, from a lowly condition to the highest standard as yet attained by him in knowledge, morals and religion» (1871: 184).

Em várias elaborações, a obra de Mendes Correia foi influenciada pelo pensamento evolucionista acima exposto. O autor buscou explicações para o progresso humano procurando ter em conta, não só os fenómenos biológicos, mas também os aspectos culturais. Para ele, a antropologia não podia ser apenas uma ciência natural, que se limitasse ao estudo biológico e físico do homem. Assim, e num contexto também de crise do positivismo, salienta a necessidade de tomar em conta, adicionalmente, os aspectos sociais da vida humana, assim como a sua história e os aspectos culturais. É nesse sentido que cita Gustave Le Bon⁹⁴, quando este afirma que «a alma dum povo não é uma concepção metafísica, mas uma

⁹⁴ Gustave Le Bon (1841-1931) foi defensor de uma desigualdade inata entre «raças», géneros e grupos sociais (Le Bon, 1910: 6). A «raça» era por ele vista como algo fixo que determinaria a evolução dos povos.

realidade muito viva [...] formada duma estratificação atávica, de tradições, de ideias, de modos de pensar, até de preconceitos» e «da sua solidez depende a força duma nação» (citado em Correia, 1919b: 21). A análise simultânea de aspectos tão díspares como esses era possível, segundo o lente da FCUP, no âmbito de uma antropossociologia (1919b, 1933a). Tratava-se de um «autêntico ramo científico», ainda «embrionário» (Correia, 1919b: 9), mas cuja existência não devia ser negada (*idem*, p. 23). Segundo Mendes Correia, a «doutrina para-científica» que atribui a uma «raça» o «monopólio» das «melhores faculdades», cujo predomínio constitui a «garantia do progresso e da felicidade humana», teve como precursor o conde Arthur de Gobineau (1816-1882) e nomes como Ammon, Chamberlain, Woltmann e Vacher de Lapouge (1854-1936)⁹⁵ (1919b: 10). À pseudo-antropossociologia destes autores teria sucedido o «falso eugenismo de Madison Grant e de Günther» (Correia, 1933a: 6). Para o lente da FCUP, o livro de Madison Grant, intitulado *Declínio da Grande Raça*⁹⁶, teve muito êxito nos EUA e despoletou o *Johnson Act*, um diploma legislativo regulamentador da imigração naquele país, no qual os portugueses figuravam «como um dos elementos étnicos menos desejáveis»⁹⁷ (1933a: 6). E o professor alemão Hans Günther, um antropólogo que foi favorecido pelos nazistas (Sobral, 2010: 128), era um «animador [...] das aspirações hitlerianas» (Correia, 1933a: 6). No âmbito daquela doutrina, considerada «para-científica» por Mendes Correia, foi saudado o «dólico-loiro como o legítimo dominador do futuro, identificando-o com o ariano e transferindo o berço dos árias da Ásia para a Europa», atribuindo-se «especialmente ao índice cefálico uma significação formidável na vida política e social» (1919b: 10); nesta concepção, o «braquicéfalo moreno também seria considerado ariano, mas escravo ou servo do dólico-loiro, e por isso sem a importância deste último» (*idem, ibidem*). Assim, era com base em valores psicossociais arianos, que Gobineau⁹⁸ defendia a desigualdade das «raças», consideradas inatas por constituição e com capacidades distintas de aprendizagem e criação de saberes.

⁹⁵ Mendes Correia cita *Race et milieu social* de Lapouge, 1909. Mas, já antes Lapouge, professor na Universidade de Montpellier, tinha escrito *Les sélections sociales* (1896), onde expos que as causas da evolução social (militar, política, religiosa, moral, legal ou económica) são dominadas pela selecção natural.

⁹⁶ Grande «raça» neste livro remete para os grupos nórdicos, altos e loiros.

⁹⁷ Não só aos portugueses foi dificultado o acesso à imigração, mas também aos italianos. Antropólogos como Franz Boas, Herkovitz, Ruth Benedict e Kroeber, foram também alvo de racismo nos EUA.

⁹⁸ Autor de *Essai sur l'inegalité des races humaines* (2006 [1853]), considerou que o valor de uma «raça» se julgava pela capacidade de criar uma civilização original. Segundo ele, as civilizações europeias, com excepção da assíria, tinham origem entre as populações mais ou menos aparentadas com a «raça» ariana, o grupo que falava os dialectos indo-germânicos e cujo sangue corria nas veias de todos os «povos dominadores». Defendeu ainda que os representantes da «raça» ariana, seus contemporâneos, considerados mais «puros» eram os grupos germânicos. No entanto, não considerou que os judeus constituíssem uma «raça» inferior (Ruffié, 1983: 167-71).

Depois de Gobineau, estas ideias de desigualdade viriam a ser fundamentadas através da teoria da selecção natural de Darwin adequada à espécie humana. Paul Topinard (*L'Anthropologie*, 1876) e A. de Quatrefages (*L'Espèce Humaine*, 1877) apropriaram-se dessas ideias para descrever e classificar distintos grupos humanos. Paul Broca aproveitou-as para, no seu texto intitulado *Instructions Craniologiques et Craniométriques* de la Société d'Anthropologie de Paris (1875), elaborar a lei da selecção social explicativa de fenómenos sociais e intersociais. Mendes Correia não se refere aqui a Topinard, Quatrefages ou Broca, mas tece duras críticas a Gobineau e a Lapouge. Para o lente da FCUP, «quanto à origem e arianismo do dólico-loiro, veio a evidenciar-se a fragilidade da miragem ocidental que sucedera à miragem oriental; reduzida a importância da linguística como elemento de análise antropológica, mostrou-se que [...] a questão ariana era uma mistificação, e a pretendida raça ariana primitiva “uma invenção do gabinete de trabalho⁹⁹”» (1919b: 11-12). Além disso, refere que «na diferenciação das raças o índice cefálico não representa o elemento exclusivo ou mesmo o elemento principal, e os autores em questão estavam cegos pela dolicocefalia germânica, não vendo na raça outros caracteres»; não conseguiam assim explicar a presença de dolicocefalia «em raças inferiores, como os negros» (*idem*, p. 12). A obra de Mendes Correia, escrita no final da I Guerra Mundial (1919b), na qual os germânicos foram derrotados, parece sugerir alguma utilidade na teoria da hierarquização de povos, uma vez que, à luz do que tinha sido a guerra, uns seriam superiores a outros. Contudo, o professor do Porto não concorda com o modelo de diferenciação proposto por Lapouge, nem por Gobineau, entre arianos, braquicéfalos e mediterrâneos. Segundo ele, os arianos - nórdicos, doliocéfalos, louros, de olhos azuis – não eram necessariamente superiores aos braquicéfalos – de pele clara, da Europa Central – e aos mediterrânicos – de pele mais escura -, uma vez que também estes últimos, como demonstrava a história, tinham aptidões e faculdades (1919b: 155). Ou seja, o que Mendes Correia critica em Gobineau e em Lapouge é sobretudo o facto de os autores considerarem os arianos, nórdicos e doliocéfalos, superiores a todos os outros, podendo ficar os portugueses, por exemplo, em situação de desvantagem, e não tanto o facto de considerarem a existência de raças humanas e de as hierarquizarem. Como se verificou, o próprio professor da FCUP refere que os negros eram «raças inferiores».

Das suas observações, Mendes Correia conclui que, apesar a antropossociologia ser uma ciência embrionária, ela iria permanecer; todavia, a sua confusão com o pangermanismo contribuía para as críticas que recebia. Para o antropólogo, a ideia de superioridade racial era

⁹⁹ Citação da obra *L'Aryen et l'anthroposociologie*, de Emile Houzé (1906).

excessiva e elitista e tais ideias conduziram à perda do império germânico (1919b: 13). O autor critica assim o pangermanismo¹⁰⁰. Contudo, admite as «altas faculdades» da «raça nórdica» (*idem*, p. 12) e que não se pode ignorar «uma certa hierarquia mental e social das raças», uma vez que tal era «negar uma flagrante realidade» (*idem*, p. 14). Nas suas formulações são os pressupostos a partir dos quais parte (embora critique alguns em outros autores), que devemos considerar: existem raças humanas; elas são desiguais e podem ser hierarquicamente organizadas; os negros constituem uma «raça» inferior. O que o professor critica nos autores não é então a sua admissão da existência de «raças humanas», e de que estas são hierarquicamente diferenciáveis, mas a falta de uma análise exaustiva e sistemática, tendo em conta não só os caracteres somáticos, morfológicos, mas também os relativos ao meio, às condições sociais de origem, que permita tirar melhores conclusões. Nesse sentido propõe:

Não basta um caracter da morfologia externa para se definir um tipo moral ou uma tendência individual ou colectiva. Os escritores que num só caracter dessa ordem pretenderam encontrar correlações imediatas com a psicologia e a acção social das raças, fizeram obra quase tão vã como os frenologistas quando queriam adivinhar a mentalidade e a moralidade dos indivíduos por uma dada bossa craniana (1919b: 15).

Assim, alerta para a necessidade de se terem em conta vários caracteres físicos para poder estabelecer um «tipo antropológico», embora fosse adversário da doutrina lombrosiana do tipo antropológico do criminoso, uma vez que «o crime é um conceito relativo [...], muitas vezes constituindo um acidente na vida de um indivíduo», e não havia uma regra de articulação entre «sinais anatómicos» e «tendências criminais» (1914: 114). Por essa razão, a «raça» era o critério «mais uniforme e persistente no decurso dos tempos», conquanto não se pretendesse, no âmbito do seu estudo psico-social, que os caracteres antropológicos físicos, como a estatura, cor da pele ou prognatismo, tivessem uma interferência directa nas «manifestações do espírito e da actividade humana» (1919b: 16). Em várias ocasiões, considerou existirem conexões entre «raça» e cultura, embora não se sobrepusessem exactamente (por exemplo, 1944b [1938]: 70). Mais tarde, repete esta mesma ideia (1954a). Discute, no entanto, o papel do meio na influência do factor «raça» como mostrarei.

¹⁰⁰ A sua crítica ao pangermanismo deve ser vista independentemente da influência que alguns autores alemães tiveram na sua obra, como é o caso do geógrafo Friedrich Ratzel (1844-1904), uma vez que o domínio da antropogeografia (ligado também à arqueologia) foi para ele muito inspirador. Por exemplo, localiza geograficamente Portugal num local a que se chama «velho solar lusitano» com características específicas ao nível da geografia física e humana (Correia, 1924a).

6.2.1. Hereditariedade ou meio?

Mendes Correia critica o anti-lamarckismo de Lapouge, pois considera que «um tipo físico de raça é a concretização palpável dum passado longo de influências mesológicas»; no entanto, sustenta que essa influência é exercida num âmbito limitado, já que «é determinado pelas condições internas de equilíbrio do ser vivo» (1919b: 17-18). O professor da FCUP argumenta que: os fenómenos sociais não se «desenrolam analogamente no seio de todas as raças»; a «raça» pressupõe «um passado especial, um condicionalismo anterior distinto»; «se o meio fosse onnipotente, não haveria tipos físicos estáveis»; e «a hereditariedade é o mais forte princípio vital» (1919b: 19). Assim, reconhece a importância do meio, no sentido de que podia influenciar, mas não lhe concede um papel determinante. Considera também que «a adaptação é um processo universal da evolução [...] mas isso não quer dizer que a sujeição dos seres vivos às condições exteriores seja absoluta e estreita», uma vez que «envolve também a subordinação às condições internas de [...] afinidade interorgânica, que só tornam possíveis certos estados morfológicos» (1919d¹⁰¹: 30). Além disso, e na sua perspectiva, a acção do meio diminuía na evolução dos seres biológicos inferiores (menos complexos) para os seres superiores (Correia, 1919b: 20, 1926a: 266 e seguintes). Desde Hipócrates a Buffon, foram vários os autores que tentaram explicar as diferenças humanas pela influência do meio físico¹⁰², ao nível sobretudo da pele e dos cabelos. É o caso, por exemplo, de Prichard¹⁰³ e de William Ridgeway. Todavia, o professor da FCUP dá destaque ao facto de existirem «raças de cor relativamente clara nas regiões tropicais, como os Índios da América, e outras escuras nas regiões polares, como os Lapões e os Esquimós» (1926a [1921]: 258-259), reforçando assim o papel racial relativamente ao ambiental.

Acerca deste tema cita o trabalho de Eusébio Tamagnini (1915), sobre a cor dos cabelos e olhos das crianças das escolas portuguesas, onde conclui que existe uma acentuada

¹⁰¹ Neste texto aborda assuntos como: factores que determinaram a diferenciação humana em várias formas raciais; influência do meio físico na formação de vários tipos animais e confirmação, ou não, dessa influência no homem; relação entre densidade populacional, latitude, altitude, pobreza alimentar, riqueza do solo, prosperidade económica, saúde pública, selecção (militar, profissional, sexual), urbanismo e estatura humana.

¹⁰² Outros autores destacaram o papel do isolamento geográfico ou social, como é o caso do antropólogo inglês Arthur Keith (1916), contemporâneo de Mendes Correia, que atribuía ao espírito de classe ou de «raça» (*clannishness*) um papel mais importante na formação de novas «raças» do que ao hibridismo. Para Keith, o instinto gregário, a consciência da espécie, o espírito nacional são formas de *clannishness* e o isolamento geográfico, a diversidade da língua e os hábitos acentuam a influência desse factor.

¹⁰³ O médico James Cowles Prichard (1786-1848) combinou o conhecimento da história natural com o abolicionismo. Em *Researches into the Physical History of Man* (1813), e noutras publicações posteriores, procurou provar que a história do Génesis estava correcta e que todos os grupos humanos tinham descendido do casal original. Na medida em que o monogenismo fora sustentado por uma teoria defensora de determinismos como o clima, Prichard procurou demonstrar a unidade da humanidade sem recorrer a essa teoria do século XVIII. Baseou-se, por isso, no «método analógico» de Blumenbach, Buffon e John Hunter para defender que a humanidade tinha sido originalmente «preta» e a diferenciação era resultado da civilização (Augstein, 1996).

tendência à despigmentação do sul para o norte de Portugal. No entanto, lembra que as estatísticas de Fonseca Cardoso, e as suas próprias, em análises semelhantes, não eram tão concludentes (Correia, 1926a [1921]: 261). Tratava-se de resultados de análises feitas a partes físicas de grupos humanos, não só do país, mas também das ex-colónias (hindus de Satary, andulos de Angola, luimbos, quicocos, luanas, lutchazes, ambuelas, também de Angola, e timorenses de Okussi-Ambeno), muitas vezes baseado em dados recolhidos por Fonseca Cardoso, mas também por autores como Schwalbe, Topinard, entre outros (1926a [1921]). Das suas análises, conclui que «não deve concluir-se que o meio físico não intervém na génese das formas raciais» – «a estatura, e dum modo geral, a corpulência são crivelmente influenciadas pela riqueza regional de subsistências, que está ligada ao meio físico» (1926a: 266). Porém, «as influências mesológicas são bem patentes nos seres inferiores, pouco nítidas nos seres mais elevados» (*idem*, p. 266). Assim, sobretudo «nos organismos superiores – todos complexos formados pela progressiva evolução de formas ancestrais mais simples – os caracteres não estão numa dependência directa do ambiente, mas ligados uns aos outros por afinidades internas, e subordinados a condições de equilíbrio interior, sem cuja constatação não é possível interpretar o mecanismo evolutivo» (*idem*, p. 266-267). Essa é, aliás, uma das razões que aponta para que alguns autores neguem o papel do meio como agente de evolução.

Mendes Correia não esquece as «bem conhecidas» afirmações de Franz Boas de que «o tipo físico dos imigrantes na América sofria, na sua imediata descendência, modificações atribuíveis à influência do meio, e talvez à selecção, incidindo sobretudo na forma do crânio, e em virtude das quais os braquicéfalos e dolicocefalos convergiram num tipo comum, intermediário¹⁰⁴» (1926a: 263). Dá exemplos das versões de outros autores sobre a mesma questão, mas conclui que, apesar das várias explicações «mais ou menos verosímeis para muitos detalhes morfológicos», se conservavam «ignoradas as causas directas duma infinidade das variações somáticas do grupo humano» (*idem*, p. 254). No fundo, para o professor da FCUP, era necessário alargar e desenvolver a investigação no que a estes temas dizia respeito. Num contexto em que era difícil estabelecer diferenças psicossociológicas, a análise e definição de «tipos físicos» era igualmente complexa, uma vez que as «raças puras» eram raras e o globo estava cheio de mestiços desde a «alta antiguidade» (1919b: 22). Assim, os investigadores que se fundamentassem em observações superficiais, desprevenidas e sem

¹⁰⁴ Alguns estudos recentes argumentam que Boas estava, em geral, correcto, mas os métodos analíticos modernos fornecem um melhor suporte do que os por ele utilizados, necessitando estes dados de mais investigação. *Vide*, por exemplo, Gravlee, Bernard e Leonard, 2003.

rigor contribuiriam para o descrédito da antropossociologia¹⁰⁵ (*idem*, p. 23). Mais, se o determinismo dos fenómenos biológicos era «já de si obscuro», o determinismo dos fenómenos sociais, suscitado por vezes de formulações advindas da psicologia étnica, excedia-o em complicação (*idem*, p. 24), acrescenta. É nesse sentido que critica, por exemplo, a descrição dos povos europeus como «laboriosos, sóbrios, honrados» pelos próprios compatriotas (*idem*, p. 23). A antropossociologia deveria, assim, tomar em conta os conhecimentos de outras áreas, no sentido de compreender o presente, mas também o passado, e alargar o seu campo de acção. Nesse processo, o lente da FCUP destaca o papel que o estudo das «raças» humanas podia ter no âmbito da geografia humana¹⁰⁶, na economia política e no estudo de todos os factos sociais (1919b: 26-27), uma vez que as condições «telúricas, psicológicas, económicas, políticas», entre outras, colaboram com os factores «antropológicos», vistos pelo autor como elementos sobretudo inatos, na vida dos povos e na evolução das sociedades (*idem*, p. 27). Além disso, em vez de trabalho de gabinete, a antropossociologia deveria basear os seus estudos no «ambiente laboratorial» e na «investigação directa no campo» (*idem*, p. 27), tendo em conta não apenas um carácter antropológico, mas um conjunto deles, assim como a distribuição dos «tipos» e das «raças» para que não se torne «um patriotismo mal avisado» (*idem*, p. 28). O autor vê esta ciência como prestadora de serviços e é nesse sentido que a encara com vista a, através dela, determinar os «factores antropológicos» que terão tido um papel na «formação, evolução e futuro da nacionalidade portuguesa» (*idem*, p. 28-29). Está aqui definido o trabalho que Mendes Correia propõe a si próprio – uma missão de carácter científico, inspirada no nacionalismo, na qual os estudos que desenvolve no âmbito arqueológico, histórico, pedagógico, socio-antropológico, criminal e colonial, têm um papel fundamental.

Tal como outros autores, Mendes Correia procurou analisar o papel dos factores geográficos e étnicos na formação da nação portuguesa. Silva Teles defendeu que Portugal era uma «unidade geomorfológica»; Amorim Girão, Ferraz de Carvalho e Damião Peres, afirmaram «as estreitas conexões geográficas entre Portugal e Espanha» (1944b: 31). O professor da FCUP lembra que eram, muitas vezes, estrangeiras as vozes autorizadas dos geógrafos que proclamavam a autonomia geográfica de Portugal e o papel dos factores mesológicos na formação e independência do país. É o caso de Eliseu Réclus, Hermann

¹⁰⁵ Em 1920, na sessão inaugural do Instituto Internacional de Antropologia em Paris, Mendes Correia propôs que se designasse por Psico-sociologia étnica o ramo de estudos antropológicos que procuram as relações entre os factos psico-sociais e a composição antropológica dos povos (1922d).

¹⁰⁶ Cita J. Brunhes, 1912, *La géographie humaine*, 2.^a ed. Paris, Félix Alcan, p. 569.

Lautensach, Theobald Fischer. Ao contrário do que tinha afirmado José de Oliveira Boléo¹⁰⁷, Mendes Correia defende-se dizendo que não enfileirava ao lado de Fisher, Silva Teles ou Reclus, quanto ao «exclusivismo ou preponderância de factores geográficos na génese da nacionalidade portuguesa», ou à «pretensa individualidade geográfica de Portugal» (1944b: 136). O professor da FCUP não recusava a intervenção de certos factores geográficos, como a oceanidade, mas considera que tais factores não eram exclusivos, uma vez que não explicam por si a autonomia do país, e era necessário ter em conta também os factores étnicos, linguísticos, psicológicos, políticos, religiosos, sociais e históricos. A propósito da constituição política recente do Bloco Peninsular¹⁰⁸, considerava até, no que respeita a «psicologia étnica e folclore», a possibilidade da existência de um «património comum peninsular», não prejudicando isso a independência portuguesa (Correia, 1944b: 138). Contudo, segundo Mendes Correia, não era na diferenciação territorial que se encontrava justificação para a autonomia política do país, mas sim na história. Além disso, reconhece a existência de uma espiritualidade comum:

A Nação portuguesa é [...] uma comunidade espiritual e histórica, mas, se podemos conceber que os portugueses, como outros povos, tenham hoje personalidade étnica suficientemente forte para [...] a afirmarem, dificilmente podemos admitir que tal personalidade nada deva, na sua formação, [...] nas suas tendências, a condições particulares do meio físico (Correia 1944b: 34).

No final do livro *Raízes de Portugal*, e em visão contrária à defendida por Damião Peres na obra *Como nasceu Portugal* (1938), procura defender que um Estado não depende apenas da «vontade humana desprovida de raízes na terra e no sangue deste povo» (1944b: 106), e insiste na particularidade de forças, materiais e espirituais, para explicar a existência, a independência e de, certa forma, o destino dos portugueses:

Somos Portugueses e livres, em consequência, não de razões ou sentimentos exclusiva e puramente acidentais – e portanto susceptíveis de caprichosas flutuações e mudanças -, mas dum instinto profundo, hereditário, de particularidades remotas e permanentes da terra e do nosso património genotípico, enfim da acção de forças materiais e espirituais (1944b: 107-108).

O nacionalismo rácico de Mendes Correia, na medida em que afirma a importância da hereditariedade, leva-o a fundamentar a existência de elementos étnicos que terão sido, tão ou mais, importantes na formação de Portugal. A nação resultaria, assim, de um «instinto profundo, hereditário, de particularidades remotas e permanentes» e do «património genotípico», contemplando assim tanto os factores hereditários como os do meio. Esta dialéctica entre os factores anteriormente referidos foi surgindo no âmbito de um jogo de

¹⁰⁷ Num artigo publicado no *Boletim da SGL*, 57.ª série, n.º 9-10, Lisboa, 1939.

¹⁰⁸ Sobre este tema específico Mendes Correia publicou um artigo (1943b).

forças ao longo do tempo. Por exemplo, embora anteriormente, no âmbito das suas lições de antropologia, tenha exaltado as doutrinas neolamarckistas, e a influência do meio como fundamentais para as diferenças humanas (1915b), já em 1919 no livro *Raça e Nacionalidade*, publicado após o conflito bélico mundial (1914-1918) no qual Portugal também participou, considerou que a hereditariedade era o princípio vital mais forte (1919b: 19). Nos anos 40, e embora reconhecendo a complexidade de fenómenos como os «problemas filéticos e etnogénicos», «classificações», «afinidades» e «hierarquias raciais», afirma que era necessário «considerar menos importante do que antes se supunha, o papel morfogenético do meio e, pelo contrário, mais poderosa e transcendente a acção dos factores hereditários e constitucionais» (1944e: 34). Assim, enquanto em outras tradições científicas a ênfase passa a ser colocada sobretudo nos factores ambientais, como na Europa (pelos antropólogos sociais britânicos) e nos EUA (pelos boasianos), no livro *Gérmens e Cultura* (1944e), e em outros do autor, o destaque é deslocado para os factores hereditários.

Denota-se assim que o autor terá adaptado a sua estratégia tendo em conta o que pretendia afirmar. Por um lado, porque anteriormente estava a falar de factores que tinham influenciado toda a humanidade, em geral, e não especificamente os portugueses. Em consequência disso, pretendia argumentar acerca de uma identidade nacional que não dependia apenas de factores ambientais e, nesse sentido, procura destacar também os factores biológicos. Por exemplo, no livro *Raízes de Portugal*, para falar da génese da independência, argumenta que nem a «raça», nem os factores bio-étnicos eram «preponderantes ou exclusivos na história e na vida dos povos e das nações, ainda que cientificamente» os não pudesse considerar «inexistentes ou irreais» (Correia, 1944b: 128). Ou seja, em várias obras, os elementos biológicos são buscados amiúde para reforçar os elementos históricos e socioculturais, cuja importância reconhece à partida, mas procura sempre como um apoio – biológico neste caso – de uma ciência mais próxima das ciências naturais - e portanto consideradas mais científicas -, para melhor fundamentar as suas teses e obter credibilidade.

Do âmbito das reflexões de Mendes Correia fazem parte algumas tentativas para diferenciar os portugueses e os espanhóis¹⁰⁹. Embora houvesse traços comuns, era possível encontrar diferenças, nomeadamente em termos dos caracteres somatológicos, pois, segundo

¹⁰⁹ Já anteriormente o autor tinha abordado esta questão nos capítulos 5, 6 e 7, intitulados «Povos Irmãos», do livro *Raça e Nacionalidade* (1919b: 97-151). Não por causa das suas origens, mas relativamente ao contributo para o conhecimento científico do homem, que os descobrimentos dos séculos XV e XVI proporcionaram, os espanhóis e os portugueses voltam a estar reunidos em *Antropologia e História* (Correia, 1954a) num capítulo que resultou do discurso inaugural do Congresso Luso-Espanhol de Ciências, realizado no Porto em 18.6.1942. A temática dos descobrimentos portugueses é abordada também no capítulo XI de *Da Raça e do Espírito* (Correia, 1940f: 249-278) e de um modo mais alargado em *Raças do Império* (Correia, 1943).

o professor da FCUP, havia uma maior dolicocefalia média portuguesa relativamente à mesati-dolicocefalia espanhola, como tinha apontado Fonseca Cardoso. Damião Peres (1938), contudo, não considerava esse aspecto significativo. Existiam elementos que eram fonte de imprecisões, como a pressuposição dos frenologistas de que era possível estabelecer ligações entre particularidades morfológicas do crânio e faculdades ou tendências psicológicas. Todavia, Mendes Correia, o índice cefálico continuava a ser um «carácter biológico estável»:

A extrema dolicocefalia portuguesa atesta a antiguidade e relativa pureza raciais. Após tantas invasões, migrações e mesclas que a história e a própria pré-história acusam nas populações do ocidente peninsular e sendo certo que entre esses invasores e imigrantes não faltariam braquióides, surpreende que o índice cefálico, que era baixo em vários tipos pré-históricos da Europa ocidental, não tenha experimentado uma ascensão na população portuguesa, em resultado dessa pretensa barafunda étnica. É que a mescla está longe de ter sido tão intensa como se apegou (*idem*, p. 94).

Além disso, a população portuguesa, embora não tivesse uma «perfeita homogeneidade antropológica», era das «mais homogêneas da Europa» (1944b: 94), ou seja, não só perante a Espanha, mas perante toda a Europa, era possível diferenciar Portugal. Nos estudos que realizou anteriormente (Correia, 1932d, 1933b) concluiu que os espanhóis e os portugueses não se sobrepunham, quanto às médias regionais, entre limites idênticos. Por outro lado, as médias distritais de estatura não atingem em Portugal nem valores tão altos, nem valores tão baixos, como as médias das províncias espanholas, embora entre os espanhóis, os valencianos fossem os que mais se aproximavam dos portugueses (1933b). Para o antropólogo, talvez pudesse ter existido um remoto parentesco entre os ascendentes dos lusitanos e os dos iberos do litoral valenciano. Além de analisar as diferenças físicas (estatura e índice cefálico) entre espanhóis e portugueses, procura encontrar algumas das suas diferenças psíquicas. Essas diferenças traduziam-se, segundo o autor, na língua, na literatura, na história, na vida familiar, no temperamento, no carácter. A língua portuguesa, por exemplo, era distinta e independente, e não um dialecto do espanhol; tal evolução glossológica independente pode ter sido, segundo Mendes Correia, uma consequência e não causa da independência política (1944b: 104). Por outro lado, destaca os modos distintos de saudação e de emitir gestos (*idem*, p. 86) de ambos. Mas, a sua conclusão principal parece ser a de que a população portuguesa, a vários níveis, é mais homogênea do que a espanhola.

6.3. Raciologia não é racismo:

inventa(ria)r a humanidade com os contributos científicos da antropobiologia

Na cadeira de antropologia que leccionou, Mendes Correia traçou, em linhas gerais, uma «classificação dos povos e das raças» (1915b). Partiu, assim, do pressuposto de que,

além de existirem povos ou grupos humanos diferentes, existiam distintas raças passíveis de ser identificadas e classificadas. A inventariação da humanidade não é um processo que nasça com este autor. De facto, existem vários registos anteriores. Mas, o acto de classificar, por si, coloca-nos à partida várias questões. É que o modo como se ordena o mundo, e se procede à classificação dos seus elementos, pode ser determinado por pressupostos sociais e políticos. Por outro lado, tanto as lógicas de classificação social, como o próprio acto de classificar podem ser uma forma de exercício de poder¹¹⁰. Ao longo do tempo fomos assistindo a várias dessas lógicas. O acto de classificar está relacionado com a ordenação da realidade e pode ser encarado como uma necessidade. Todavia, pode ser uma forma de poder, porque nele se envolve quem tem poder, ou não, para classificar e porque na base de uma classificação podem estar critérios, que discriminem uns indivíduos em detrimento de outros, onde alguns possam sair privilegiados, ou que promovam uma hierarquização sem fundamento científico.

De acordo com Durkheim e Mauss (1903), classificar não é somente constituir os grupos, mas dispô-los segundo relações especiais, coordenadas ou subordinadas umas às outras. Estes autores formulam a hipótese de que as ideias se agrupam não só pelas suas afinidades, mas também pela sua interacção. Segundo eles, «uma classe é um grupo de coisas»; porém, essas coisas não se apresentam por si próprias agrupadas pela observação. Terão elas entre si diferenças? E as suas semelhanças serão suficientes para agrupar entidades em limites determinados e em géneros e espécies? O que terá servido de modelo para o arranjo das ideias? Tal como a ciência, os sistemas de classificação têm um objectivo especulativo: procuram tornar inteligíveis as relações existentes entre os seres e dar coerência à realidade. Ao falar de classificações «primitivas», Durkheim e Mauss referem que estas são de natureza social (1903: 83). Mas, considerando que outras classificações são também de natureza social, podemos trazer este raciocínio para a nossa análise. Segundo Durkheim e Mauss, «as primeiras categorias lógicas foram categorias sociais; as primeiras classes de coisas foram classes de homens» e «porque os homens estavam agrupados [...] que eles agruparam idealmente os outros seres¹¹¹» (1903: 83). Os laços que unem os seres de um mesmo grupo e os seres de grupos diferentes são concebidos como laços sociais e as suas relações têm uma significação moral. De acordo com Durkheim e Mauss, os motivos que instituíram a organização doméstica, social e outras, estiveram na base da repartição lógica das coisas. Todas têm um lugar na sociedade e esse lugar determina o seu lugar na natureza.

¹¹⁰ Formas de poder são acções como nomear, organizar, classificar, diferenciar, discriminar e hierarquizar.

¹¹¹ Tradução minha.

Alguns anos mais tarde, Durkheim defende que uma classificação lógica é uma classificação de conceitos e não de emoções. As emoções são fugazes e inconsistentes, assim como todos os estados de natureza emocional. As representações sensíveis opõem-se aos conceitos; elas existem em função do instante em que tomaram lugar. O conceito, por seu turno, não se compromete com o tempo nem com a contingência, não tem evolução interna e espontânea e resiste à mudança. Durkheim refere ainda que pensar logicamente é pensar de uma maneira impessoal, pois impessoalidade e estabilidade são duas características da verdade. Uma representação, porque é colectiva, oferece garantias de objectividade e, por isso, se generalizou e manteve. O autor justifica a sua preferência pelos conceitos porque estes têm «maior estabilidade que as sensações» e porque «as representações colectivas são mais estáveis que as representações individuais» (Durkheim, 1912: 620). Ora, no caso da inventariação da humanidade por «raças», que foi o que Mendes Correia procurou fazer na sua obra, verificamos que a «raça» não é conceito, pois não é abstracta nem operativa, ao longo do tempo e em espaços distintos, e não é uma representação colectiva, pois está sujeita a critérios muito subjectivos de observação e classificação. Nos próprios textos do lente da FCUP o termo pode adquirir, como veremos, várias tonalidades dentro do mesmo princípio.

Para Mendes Correia, a classificação de povos era baseada em dados provenientes da geografia política, da linguística e do estudo da vida material, psíquica e social, enquanto a classificação de «raças» era baseada no estudo dos caracteres somáticos. Nas suas lições de antropologia (Correia, 1915b), e de acordo com o que se pode chamar de perspectiva evolucionista, fez referência à classificação de Deniker, que estruturou os povos em três grupos: 1. «povos incultos» (de «progresso excessivamente lento», sem escrita, constituídos por pequenos grupos de centos ou milhares de indivíduos, podendo ter uma pictografia e ser caçadores [bosquímanos, australianos, fueguinos], ou agricultores [índios da América do Norte, melanésios e a maior parte dos negros]); 2. «povos semicivilizados» (de «progresso apreciável mas lento», com escrita ideográfica ou fonética e literatura rudimentar; que formam sociedades ou estados autoritários de milhares ou milhões de indivíduos, podendo ser agricultores [siameses, abissínios, chineses, malaios, peruvianos] e nómadas [mongóis e árabes]); 3. «povos civilizados» (de «progresso rápido», com escrita fonética e literatura desenvolvida, que constituem grupos compostos por milhões de indivíduos, com um estado caracterizado pelo industrialismo e pelo mercantilismo cosmopolitas [a maioria dos povos europeus e americanos]) (Correia, 1915b: 106-107). Um aspecto salientado pelo professor da

FCUP é o da linguística¹¹², uma vez que permite classificar os povos segundo os seus idiomas e os permite agrupar em três grupos: 1. «monossilábico», em que as palavras são raízes invariáveis (chineses e tibetanos); 2. «aglutinante», em que as palavras são constituídas por vários elementos associados, sendo um a raiz e os outros afixos (bantos, turcos e mongóis); 3. «flexivo», em que a raiz, ao poder ligar-se a afixos, pode modificar a sua própria forma e exprimir relações com outras palavras (indo-europeus e semito-camitas). Por outro lado, o aspecto religioso permite distinguir populações monoteístas, politeístas, panteístas e feiticistas, entre outras. Por fim, a classificação dos povos podia assentar em critérios ligados a caracteres étnicos, como os dados geográficos, o parentesco ou as afinidades linguísticas¹¹³.

No que concerne ao estudo das supostas «raças», o professor considerou que fazendo o estudo dos caracteres somáticos dos grupos humanos se podiam estabelecer os tipos físicos, que entram na sua constituição e são os mais comuns entre esses aglomerados. Embora fossem raros os povos constituídos por indivíduos «de raça pura», uma vez que quase todos resultavam de uma grande mestiçagem, parecia evidente que o estudo da hereditariedade dos tipos somáticos permitiria um resultado mais rigoroso e explícito do que o dos tipos psicológicos e sociais. Assim, a «melhor conformidade com o critério do naturalista ou do zoólogo, habituado a lidar de preferência com caracteres físicos, conduziram a antropologia a desenvolver largamente os métodos de determinação dos elementos taxonómicos necessários para a classificação das raças humanas» (Correia, 1915b: 108). Os caracteres físicos considerados na determinação das «raças» eram: pigmentação, forma dos cabelos, índices nasal, orbitário, cefálico e facial, capacidade craniana, forma dos lábios, perfil do nariz, prognatismo, inclinação da fronte, proeminência das arcadas supra-orbitárias, malares e zigomas, forma dos olhos, proporções do corpo, entre outros.

A apresentação das matérias na cadeira de antropologia, assim como várias publicações que se lhe sucedem, denuncia os seus conhecimentos de algumas partes específicas do corpo humano, o que terá sido um benefício, certamente, obtido pela sua formação inicial em medicina. A pigmentação aparece como o primeiro critério indicado, uma vez que, de acordo com a pressuposta existência de «raças», estas estariam associadas a distintas cores de pele que diferiam em, pelo menos, «dez nuances típicas»: «branco pálido, branco rosado e moreno; amarelo pálido, amarelo carregado e folha morta; escuro cor de canela, chocolate, moreno carregado e negro» (1915b: 108-109). Para alcançar esta

¹¹² Sobre a sua defesa do interesse dos estudos de linguística e o seu carácter científico, *vide* Correia 1956b.

¹¹³ Na Europa distinguiam-se dois grupos linguísticos, o ariano (latinos, germânicos, eslavos, celtas e leto-lituanicos) e o anariano (vasconços e fino-ugrianos), e um grupo geográfico - os caucásicos (povos do Cáucaso).

classificação, o professor sugeria utilizar os quadros cromáticos de Broca, úteis também para a classificação da cor dos cabelos (loiros, médios¹¹⁴, escuros e negros) e dos olhos (cor clara [olhos azuis e cinzentos], média [verdes, amarelos, pardos amarelados] e escura [castanhos claros ou castanhos escuros]). A cor da pele era dada pela pigmentação, mas também pela vascularização mais ou menos intensa e pelos estados congestivos, entre outros factores. Além disso, o professor admite que «numa mesma raça» a pigmentação possa sofrer diversas influências, como o clima e a exposição solar. Outro carácter físico era o do sistema piloso, tendo em conta que existia um equilíbrio entre a abundância na cabeça e no corpo. Mendes Correia refere como exemplo que «os japoneses, glabros no corpo, têm 252 a 286 cabelos por cm² na cabeça, ao passo que os ainos, que têm o corpo abundantemente provido de pêlos, têm 214 apenas por cm² na cabeça»; já a barba, é pouco abundante nas «raças glabras» e abundante nas «raças não glabras» (1915b: 109). Quanto à forma, os cabelos podiam ser lisos, ondedados, anelados ou lanosos, de acordo com o grau de enrolamento.

Apesar da importância dada aos caracteres referidos anteriormente, seria a craniologia, tomada enquanto um dos «ramos fundamentais da antropologia», que viria a obter o maior destaque deste período, no que concerne ao estudo dos caracteres físicos, para a determinação das supostas «raças» humanas, e ao estudo dos antepassados do homem¹¹⁵. No sentido de examinar as superfícies do crânio, Mendes Correia refere que os planos de orientação de Broca e de Wirchow eram os mais utilizados para obter as melhores perspectivas ou «normas» (*anterior*, *lateralis* e *inferior*). Era necessário ter em consideração também os pontos de referência no crânio, as fontanelas, as suturas da abóbada craniana e a saliência das arcadas zigomáticas. Alguns dos assuntos tratados na sua cadeira são, efectivamente, comuns aos ainda hoje presentes nas cadeiras de antropologia biológica, como é o caso da determinação da idade dos crânios (pela análise da dentadura, das suturas e do tecido ósseo), do sexo do indivíduo e da observação de deformações cranianas, podendo estas ser patológicas¹¹⁶, «artificiais ou étnicas»¹¹⁷ e póstumas¹¹⁸ (Correia, 1915b: 112).

Para esta análise era fundamental a utilização dos métodos craniométricos e cefalométricos, cuja uniformização ocorreu no Congresso do Mónaco em 1907. O crânio deveria ser analisado nos seus diâmetros e curvas e na face deveriam ser tiradas várias medidas. Após a obtenção das medidas seria possível calcular os índices. Os valores obtidos

¹¹⁴ Os ruivos apareciam em casos de eritrismo e os brancos em casos de albinismo e na velhice.

¹¹⁵ Sobre este assunto, *vide* Correia (1917-1918).

¹¹⁶ Microcefalia, macrocefalia, escafocefalia, trigonocefalia, oxicefalia, acrocefalia ou plagiocefalia.

¹¹⁷ Macrocefalia hipocrática, deformação tolosana, deformação dos Aimaras, crânio bilobado ou T. sincipital.

¹¹⁸ Occipitais, laterais, entre outras.

no final permitiriam identificar e classificar os crânios. Mendes Correia cita o ângulo facial de Camper, apenas pelo seu interesse histórico, e observa que os ângulos faciais têm um valor antropológico «reduzido». Refere ainda os ângulos auriculares, occipitais (que têm interesse do ponto de vista comparado) e o ângulo sinfisiano (que dá a inclinação do mento). Segundo o professor da FCUP, este último é «menor nos adultos e nas raças superiores e maior nas crianças, nas raças inferiores e nos animais» (1915b: 115). Por outro lado, acrescenta que os homens se podem dividir segundo a sua capacidade craniana. Assim, os europeus tinham, em média, 1:500 a 1:600 cm³, os que designa por «negros» tinham 1:400 a 1:500 cm³, e os australianos, bosquímanos e andamanenses¹¹⁹ 1:200 a 1:350 cm³. Parecem ser os valores gerados pelos índices que fazem Mendes Correia referir, pela primeira vez nas suas lições, a existência de raças superiores e inferiores. Até aqui, tinha falado sobretudo na existência de distintos estádios civilizacionais e de desenvolvimentos mais ou menos complexos ou elaborados. Contudo, após a apresentação dos dados numéricos, faz referência à superioridade e inferioridade entre «raças», sendo que as suas conclusões parecem ter sido tiradas de um conjunto de medidas obtidas pela observação de crânios e não pela observação dos indivíduos vivos, da complexidade e da dificuldade da sua vida em sociedade, ou dos seus vestígios materiais e culturais. Ou seja, as capacidades que o indivíduo podia ou não ter, e em que circunstâncias, foram pressupostas, tão-somente, pelos seus restos ósseos e, especificamente, o crânio. Além disso, Mendes Correia não terá tirado conclusões a partir dos resultados das medições, mas partido do pressuposto da diferença hierárquica entre grupos humanos, uma hipótese que nos parece mais válida. Mas não só o crânio deveria ser analisado. A osteologia em geral, para além de permitir reconstituir a estatura dos indivíduos, a partir das dimensões dos ossos longos, possibilitava a determinação de vários índices¹²⁰, considerando todo o esqueleto, assim como a existência da perfuração da fosseta olecraniana e o valor do ângulo de torção no úmero¹²¹; a existência dum terceiro trocânter¹²² e da fosseta intertrocanteriana¹²³ no fémur; e na tíbia a retroversão da cabeça do osso (frequente nos indivíduos que marcham com os membros inferiores em flexão).

Por contraposição às medidas tiradas no esqueleto, era possível realizar observações *no vivo*. A cefalometria, por exemplo, permitia realizar medidas na cabeça do vivo, paralelas às indicadas no âmbito da craniometria, mas também o comprimento total do rosto, a altura

¹¹⁹ Pigmeus asiáticos.

¹²⁰ Por exemplo, os seguintes: lombo-vertebral, sagrado, pélvico, antebraquial, tibiofemoral e intermembral.

¹²¹ Sobre este assunto, *vide* Correia (1915e).

¹²² Saliências na parte superior do fémur.

¹²³ Existe na zona superior do fémur.

do lábio superior ou o quanto mede a largura da orelha. No entanto, apesar dos índices cefálico, nasal, facial total e facial superior se poderem determinar sobre as medidas cefálicas, não deviam ser confundidos com os obtidos sobre os crânios. Na cabeça podiam estudar-se caracteres descritivos como: pigmentação; sistema piloso; dimensões e inclinação da fronte; forma e proeminência das arcadas supraciliares, das maçãs do rosto e do mento; perfil do nariz¹²⁴; direcção e forma das órbitas; forma e particularidades da orelha; desenvolvimento e proeminência dos lábios; forma geral do crânio e da face. Ao nível do tronco e dos membros podiam estudar-se, no vivo, várias proporções das partes do corpo¹²⁵, tomadas como podendo variar segundo as «raças». Outro dos principais caracteres antropológicos era a estatura, que variava de acordo com os indivíduos, a idade, o sexo, o estado de saúde, a profissão, o meio, e, segundo Mendes Correia, também com a «raça». Forneciam ainda elementos para a classificação das «raças»: o peso do cérebro, sua estrutura e dimensões superficiais do córtex; o sistema muscular; a morfologia dos vários aparelhos, sua fisiologia e sua patologia.

No âmbito da cadeira de antropologia, os elementos apresentados como sendo úteis para o estudo da população portuguesa foram «a cor, os índices nasal, orbitário, cefálico, verticais e facial, a estatura, e a capacidade craniana» (Correia, 1915b: 126). Estes elementos, utilizados anteriormente para estabelecer distinções entre supostas «raças», foram empregues com vista a encontrar diferenças entre os próprios portugueses. No que respeita à classificação pela cor, o professor refere que a pigmentação ainda não tinha sido estudada em todo o país. Apesar disso, era possível concluir que nas Beiras e no Minho, em geral, «os morenos são em maior proporção do que na Itália, em que o excesso do tipo moreno é de 49,8%, e também do que nos departamentos meridionais da França, para os quais o excesso é de 38,5%»; não obstante, em certas regiões do litoral, como na Póvoa do Varzim e na região entre Ave e Vouga, os loiros eram mais frequentes do que os morenos. A escala de Broca é utilizada para indicar que a cor da pele dos portugueses oscilava entre o «branco rosado e o moreno, números 23, 24, 25 e 26» (1915b: 127). Já o cálculo do índice orbitário permitia a Mendes Correia concluir, que embora existissem resultados variáveis entre os investigadores, o português tinha afinidades com o tipo de Muge e o Cro-Magnon. Por outro lado, o cálculo do índice cefálico levava a constatar que o povo português era «o mais dolicocefalo da Europa» (*idem*, p. 128). Para além de indicar que existem diferenças entre a capacidade craniana média do homem e a da mulher, refere que a Beira Alta era a província onde se encontrava uma

¹²⁴ Este perfil podia ser rectilíneo, convexo, côncavo ou sinuoso, tendo uma ponta espessa, fina ou média, e um plano das narinas horizontal, dirigido para cima ou para baixo.

¹²⁵ Forma e altura do pescoço, saliência das espáduas, sela lombar, pregas da mão, impressões digitais, musculatura, afastamento do dedo grande do pé, aspecto dos órgãos genitais externos, forma dos seios.

maior capacidade craniana média, ao passo que em Trás-os-Montes era onde havia médias menos elevadas. De notar que, a acreditar nestas «evidências», e remetendo para formulações que então relacionavam a capacidade craniana com a massa cerebral ou a inteligência, estas afirmações poderiam suscitar muitas discriminações. Por fim, afirma que os portugueses tinham, em média, uma estatura «inferior à média nas raças humanas» (*idem*, p. 129), parecendo aqui sugerir que os portugueses constituiriam, eles próprios, uma «raça». Para Mendes Correia, era no Alentejo e na Beira Alta que a média geral do país se excedia, tendo talvez contribuído para isso a influência semita no Alentejo e a influência do «tipo cromagnonoide, alto e desarmónico» na Beira-Alta (Correia, 1915c).

No entanto, apesar de avançar estes dados, acaba por concluir que muitos deles se referem a zonas muito restritas do país e/ou a um número insuficiente de observações. Por essa razão, assinala que havia ainda muito a fazer no sentido de se desenvolverem novas investigações e de rever as já efectuadas. Na sua conclusão há a destacar o facto de o professor ver esta ciência, que estuda as «virtudes» e os «defeitos» dos elementos antropológicos que compõem povo português, como se ela fosse algo próximo a um projecto nacional que podia trazer soluções para o futuro do país:

Descobrimo as raízes supremas da nacionalidade, determinando os elementos constituintes deste agregado étnico, definindo as características específicas de cada um desses elementos, marcando a sua acção própria através dos séculos e das idades, averiguando da sua vitalidade e da quota percentual de sangue e de energia que cada um representa dentro do nosso povo – a antropologia presta um valioso serviço ao país e realiza uma tarefa essencialmente portuguesa (1915b: 130).

Desse projecto nacionalista fizeram parte vários estudos. Um dos mais importantes foi o estudo físico de grupos humanos, designados por «raças», não só dos que supostamente estiveram relacionados com a origem dos portugueses, designados neste contexto por «primitivos», porque os tinham antecedido historicamente, alguns dos quais já referi, mas também daqueles que, contemporaneamente aos portugueses, habitaram os espaços administrados por Portugal em outros continentes e que alguns autores designaram por «primitivos» por os considerarem não anteriores em termos temporais (Fabian, 1983), mas anteriores em termos civilizacionais¹²⁶ (Jahoda, 1999). A esse projecto viriam a estar ligados

¹²⁶ O trabalho de Jahoda (1999), que constitui um estudo original acerca da existência e permanência, ao longo dos séculos, de imagens relativas à representação dos «outros» pela sociedade ocidental, demonstra que o termo «primitivos» foi uma designação utilizada posteriormente ao termo «selvagens» para classificar os não-europeus, que se pode encontrar na literatura antropológica e histórica modernas. Associadas a esta representação dos «outros» estão as imagens mais antigas, mas também mais duradouras, que nos remetem para a «animalidade», a parecença com os macacos e o canibalismo. Posteriormente, desde meados do século XIX até às primeiras três décadas do século XX, encontramos imagens que nos sugerem uma semelhança dos «outros» com as crianças. Além destas, já na segunda metade do século XIX, podemos encontrar imagens que não representam os «selvagens», mas sim indivíduos pertencentes a classes sociais baixas, criminosos, doentes mentais e mulheres.

outros, como o que podemos designar por «aperfeiçoamento da raça», no qual esteve envolvido Mendes Correia, assim como outros cientistas seus contemporâneos. Estes estudos, apresentados na cadeira de antropologia, incidiram sobretudo nos aspectos físicos da humanidade; só mais tarde desenvolveria outros, mais no âmbito do que designou por antropologia aplicada, e em domínios socioculturais, sobre Portugal e as colónias.

Do conteúdo da cadeira de antropologia leccionada pelo professor da FCUP pode concluir-se que o estudo de elementos fenotípicos, como a pigmentação ou a cor dos olhos poderia denunciar a pertença a um grupo, nacional ou estrangeiro, tendo como base caracteres raciais. No entanto, no caso do estudo do crânio ia-se mais longe, uma vez que este era tomado não apenas para a análise em si dessa parte do corpo, mas como estando relacionado com o «desenvolvimento cerebral» e como permitindo evidenciar «diferenças zoológicas e étnicas» (Correia, 1915b: 110). Um dos efeitos consequentes foi a associação entre a capacidade craniana maior (como acontece, em média, no caso do homem em relação à mulher) e o aumento do trabalho cerebral, o que levou à discriminação das mulheres (como o fez Paul Broca durante o apogeu da craniologia), e à discriminação de alguns grupos relativamente a outros (Gould, 2004).

Em 1917 Mendes Correia reconhece que em Portugal, embora os estudos craniológicos tivessem já um «certo desenvolvimento», a «bibliografia antropológica sobre o resto do esqueleto» estava a ser constituída (1917a: 1). Tinham sido estudadas algumas ossadas pré-históricas, encontradas no país, e a colecção da *Portugália* arquivou observações sobre ossos longos de necrópoles nacionais. É nesse sentido que procura contribuir com um artigo (1917a) publicado na revista *Portugal Médico*¹²⁷ acerca de um estudo que realizou sobre uma série de sacros que obteve para o Gabinete de Antropologia da FCUP. Em termos da coluna vertebral, o sacro era o segmento para o qual os antropólogos mais tinham dirigido a sua atenção, uma vez que permitia analisar diferenças sexuais, ligações fisiológicas e «diferenças étnicas» (através da análise do índice sagrado – largura/altura – apresentado como um elemento de classificação de «raças»). Neste estudo (1917a) o professor toma em consideração os resultados de diferentes autores para vários «grupos étnicos» e conclui que «não há uma uniformidade bastante para se considerar o índice sagrado um elemento importante na taxonomia antropológica», uma vez que «alguns desses grupos figuram,

¹²⁷ Revista mensal ilustrada de ciências médicas, que publicava por ano mais de 1200 páginas com os trabalhos dos médicos portugueses mais conceituados e também de médicos estrangeiros. Era dirigida em 1917 por Ayres Kopke (professor da Escola de Medicina Tropical) e pelos professores de várias faculdades de medicina: Daniel de Matos (Coimbra); Egas Moniz e Francisco Gentil (Lisboa); J. A. Pires de Lima e Thiago de Almeida (Porto). O redactor principal era Almeida Garrett, subdelegado de saúde e 1.º assistente em Medicina no Porto.

segundo uns como dolicoiéricos¹²⁸» e «segundo outros como platiéricos¹²⁹, e vice-versa» (1917a: 5). Para além da utilização da expressão «grupos étnicos» e não «grupos raciais» assume que «algumas séries estudadas são excessivamente reduzidas» e que talvez, por isso, as conclusões sejam tão díspares. Todavia, considera que se tornou possível estabelecer uma «classificação de raças» através do índice sagrado: os europeus, por exemplo, são considerados platiéricos e os bosquímanos são, unanimemente, considerados dolicoiéricos ou subplatiéricos¹³⁰. Apesar do relativo acréscimo que este índice poderia trazer para o estudo da diferenciação das «raças», o lente da FCUP considera que o índice sagrado estava «longe de possuir a importância distintiva do índice cefálico» (1917a: 5), ou seja, as medidas obtidas na cabeça continuavam a ser mais valorizadas.

No entanto, em vários locais o autor expressa a máxima de que *raciologia não é racismo*, como acontece em *Raízes de Portugal* (1944b [1938]). Assim, era necessário:

Impedir a confusão de *raciologia* – ramo científico, parte da Antropologia – com o *racismo* – doutrina político-social bem conhecida, que, depois de ter sido proclamada no capítulo IX do livro I de Esdras, do Velho Testamento¹³¹, para uso de Israel, foi modernamente adoptada, por uma ironia cruel do destino, contra os mesmos judeus pelo chamado ‘arianismo’ germânico (1944b: 128-129).

Em 1943, antes do término da II Guerra Mundial, escreve um capítulo intitulado «A Raça» (num livro publicado em 1944), mas refere que esteve para não trazer este tema ao debate, procurando assim evitar que o chamassem de racista, uma vez que o termo surgia, para alguns, como sinónimo de «materialista, ateu, anticristão, inimigo da humanidade» (1944b: 61). O professor não se considerava «defensor, no plano político, da hegemonia exclusiva duma raça [...] e, no plano científico, da interpretação exclusiva da história e da vida social pelo factor “raça”». Diz que «aos homens de todas raças» o prendia uma «solidariedade e simpatia que são deveres de cristão¹³²». No entanto, do ponto de vista científico, considerava imperativo reconhecer a «raça» como uma «realidade» e um dos «factores que intervém no curso da história e na vida dos povos, sendo o valor destes no concerto das nações função, em parte, de tal factor» (*idem, ibidem*). Para além de afirmar a existência de raças, sugere que entre elas existe uma desigualdade hierárquica: «negar [...] que existe uma certa hierarquia das nações e dos povos, relacionada com as diferenças raciais,

¹²⁸ Quando o índice encontrado (largura do sacro/altura do sacro) é inferior a 100.

¹²⁹ Quando o índice (largura/ altura) é superior a 106.

¹³⁰ Quando o índice (largura/ altura) se situa entre 100 e 106.

¹³¹ Neste capítulo, intitulado «Os matrimónios entre os judeus e estrangeiros», Esdras descreve como os judeus - «a raça santificada» - se misturou com mulheres estrangeiras, de «povos imundos», em Jerusalém, ficando contaminada, criando um país de «impureza», constituindo um pecado e um motivo de arrependimento perante Deus. Os casamentos mistos eram proibidos por lei, pois representavam uma ameaça para a pureza religiosa.

¹³² Aqui o autor assume-se como cristão; contudo, tal é distinto de se assumir como católico, como já referi.

é negar a evidência» (*idem*, p. 61-62). Todavia, ressalva que «pretender que essas diferenças apagam inteiramente os múltiplos laços e afinidades que unem entre si todos os seres humanos, é pretender um absurdo» (*idem*, p. 62). E mesmo os «internacionalismos políticos pretensamente igualitários», que colocam no mesmo nível mental os parisienses e os papuas da Nova Guiné, eram «inadmissíveis» (*idem, ibidem*). Mendes Correia é o próprio a assumir a dificuldade que existe em definir o termo raça, porque ele não significa apenas uma entidade zoológica, nem um grupo étnico individualizado. Embora tenha pensado em utilizar o termo etnia (lançado por Regnault num sentido noológico, pondo de parte as características somáticas; e por Montandon, para falar na «etnia francesa» de um ponto vista «somato-psíquico»), considera que aquele não exprimia bem o seu pensamento e suscitava dificuldades. Isto porque, e Mendes Correia expressa-o claramente, não era do estudo dos caracteres linguísticos ou etnográficos do povo português que se iria ocupar, mas sim do «papel da hereditariedade psicossomática na génese da sua fisionomia étnica, política e histórica» (*idem*, p. 63-64). Por outras palavras, o antropólogo da FCUP via o biológico como antecessor do cultural. É, por isso, que afirma:

A língua, a política, a história são como os sintomas em clínica. Do mesmo modo que estes revelam a doença, sem constituírem propriamente a entidade mórbida e muito menos as verdadeiras causas ou origens do mal, também aquelas podem traduzir [...] energias profundas, hereditárias, remotas, englobáveis na expressão 'raça', sem se identificarem elas mesmas com a raça (*idem*, p. 64).

Não só aqui, mas também em outros locais, é comum a sua utilização de termos médicos, como: sintomas, clínica e doença; os termos mais associados à linguagem sociológica, como actor, palco ou facto social, parecem excluídos do seu vocabulário. Para Mendes Correia, era necessário não confundir «bioantropologia, linguística e história» (1944b: 66) e a «raça», embora imprecisa, tinha uma «fixidez impressionante», sendo que as diversidades bio-psíquicas dos grupos não dependiam de «simples flutuações individuais [...], mas duma verdadeira subdivisão zoológica da espécie humana» (*idem*, p. 67). Assim, critica Walter Seiffert que defendia em 1935 que não era pela cor dos cabelos e pelo índice cefálico que se reconhece essencialmente a «raça», mas pela sua história, e René Martial para quem a «raça» se confundia com o grupo linguístico (*idem*, p. 66). No entanto, considera que a «raça» não era apenas «uma associação de caracteres somáticos [...], nem os genes ou factores germinais» se referiam «apenas a caracteres físicos», uma vez que constituíam também o suporte de «qualidades morais, de tendências afectivas, intelectuais e volitivas» (*idem*, p. 67-68). Admitia, porém, que entre indivíduos de «raças» diferentes se podiam não encontrar semelhanças ou diferenças. E que se podia falar de uma «etnia portuguesa», mas não duma

«raça portuguesa, duma raça uniforme e exclusiva do povo português» (*idem*, p. 68). O autor não almejava determinar com precisão matemática a proporção de todos os elementos raciais na etnogenia portuguesa, que já tinham sido indicados na «composição antropológica» dos portugueses, admitindo também que a análise antropológica jamais atingiria o rigor das análises químicas (*idem*, p. 69). Considera portanto injusto que qualquer pessoa que se ocupe «cientificamente de problemas de raças ou de questões de genética» seja apelidado de «racista» (*idem*, p. 132). O seu pensamento relativamente à necessidade de inventa(ria)r a humanidade iria, contudo, permanecer ao longo do tempo. Num artigo escrito no final dos anos 50, embora publicado após a sua morte, faz referência ao trabalho de Franz de Boas, e considera não fazerem sentido as hierarquias raciais, mas continua a defender a raciologia como ciência (1962: 153, 222). Porém, tal formulação deve ser entendida à luz do contexto histórico em que é produzida, no qual urgiu proceder a uma mudança de paradigma.

6.3.1. Os contributos científicos da antropobiologia

Não obstante as incertezas e suposições, Mendes Correia vai encontrando segurança para afirmar a existência de distintas raças humanas, assim como a desigualdade entre elas. Por exemplo, no livro *Raça e Nacionalidade* considera que entre os grupos humanos existentes, que denomina por raças, existia uma hierarquia mental e social (1919b: 14). Porém, esta hierarquia sustentada numa análise antropológica, baseada em medições e classificações, levantou ao antropólogo algumas questões. Para o autor, uma das dificuldades quase insuperáveis na «análise antropológica das populações» era a das classificações, sendo que as classificações «naturais» da biologia eram fundadas em dois critérios: o da associação e o da hierarquia dos caracteres. (1933a: 11). Reconhece que em antropologia existiam várias classificações e que a de Blumenbach¹³³ já não se podia adoptar. Além disso, segundo os autores seus contemporâneos existiriam entre 3 e 12, ou mais, «raças» europeias (*idem*, p. 12).

Para além das classificações, era «precário» o resultado dos esforços para estabelecer uma hierarquia dos caracteres antropológicos: cor da pele, índice cefálico, hereditariedade, caracteres morfológicos ou grupos sanguíneos, por exemplo. Segundo o professor da FCUP, vulgarmente dava-se mais importância à cor da pele, já que era «um dos caracteres mais

¹³³ Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), professor de medicina na Universidade de Gottingen, realizou os primeiros estudos de craniologia e pôs em causa o critério de hibridação de Buffon, embora se tenha inspirado na sua obra. Para este autor, todos os grupos humanos pertenciam à mesma espécie e a variação física era devida às circunstâncias climáticas. Defendeu ainda que a face seria tanto mais bonita quanto mais moderado fosse o clima. Assim, como os negros estavam mais longe do clima temperado, seriam necessariamente menos bonitos (Mosse, 1992; Stocking, 1988). A sua divisão da humanidade em cinco variedades humanas - caucasiana, mongolóide, etíope, americana e malaia - em 1781 (Augstein, 1996) que viria a ser muito influente no século seguinte, teve como critérios o tamanho do crânio e as formas do nariz e do queixo.

aparentes», e muitos antropólogos perfilhavam esse critério, embora a maioria preferisse o índice cefálico (Correia, 1933a: 12). Não obstante, e como observa, «são dolicocefalos muitos Europeus, os Negros, os Australianos, como são braquicefalos outros Europeus, raros Negros, muito Índios da América, os Mongóis» (*idem*, p. 12). Ou seja, o índice cefálico parecia aproximar grupos muito distintos e afastar outros, à partida, muito próximos. Embora tivesse um grande valor, não tinha uma importância exclusiva. Assim, numa comunicação à Société de Biologie, o autor sugeriu que a minoria de crânios braquicefalos entre a população portuguesa (maioritariamente dolicocefala) seria apenas representativa de «casos extremos de variação individual dos tipos dolicocefalos» (Correia, 1933a: 13). Para o professor, era difícil indicar com segurança «se esses caracteres são atribuíveis a raças puras, a cruzamentos ou influências de vários elementos étnicos, a variações individuais» ou à «influência morfogenética do meio» (*idem, ibidem*).

No âmbito da análise antropológica, outro estudo fundamental era o da hereditariedade, embora este lhe colocasse várias questões. Por exemplo, os estudos de Davenport, Hurst, Danielson, Fischer, Frets, Hilden, entre outros, ilustravam várias dificuldades¹³⁴ (Correia, 1933a: 16). O professor aborda ainda o modo como a morfologia e a fisiologia estavam relacionadas, já que a forma se podia traduzir num fenómeno funcional. Estes aspectos, anteriormente referidos, servem para recordar que a antropologia, até então sobretudo uma antropomorfologia¹³⁵, se tinha orientado num sentido «mais racional e prático» – o da antropobiologia (na expressão do alemão Eugen Fischer) (Correia, 1933a: 17). Ora, também o estudo da «raça», vista por Mendes Correia como uma «entidade morfobiológica e não puramente morfológica» e «estática» (*idem, ibidem*), vem contribuir para esta deslocação no sentido de uma antropobiologia, considerada pelo autor mais científica do que as anteriormente referidas antropossociologia e antropomorfologia. Essa mudança vai também no sentido de estudar mais os elementos internos e não apenas os externos, ou mais facilmente visíveis, do corpo humano. Para esta nova ciência, apresenta a seguinte definição:

A Antropobiologia ocupa-se de investigações sobre a hereditariedade normal e patológica no homem, dos estudos eugénicos, da fisiologia das raças, dos grupos sanguíneos e outros assuntos de bioquímica humana, das constituições e temperamentos, da determinação da base biológica da mentalidade e actividade das diferentes raças, etc. (Correia, 1933a: 18).

¹³⁴ Mendes Correia refere as seguintes: «o pequeno número de filhos, relativamente a outras espécies vivas; a impossibilidade de promover cruzamentos à vontade do investigador; a longa duração da infância, que não permite a cada investigador o estudo de muitas gerações» (1933a: 16).

¹³⁵ Da fisiologia interessavam só elementos como a contagem das pulsações, a temperatura ou a dinamometria.

Outro aspecto a ter em conta era o dos grupos sanguíneos. Mendes Correia cita, entre outros, os trabalhos de Dungern, Hirszfeld, F. Bernstein (professor de estatística na Universidade de Göttingen) e Tanemoto Furuhashi (professor de medicina legal na Universidade de Kanazawa). Segundo alguns autores, era possível relacionar grupo sanguíneo e constituição e/ ou grupo sanguíneo e «raça». Em Portugal só em 1926 tinha surgido um trabalho sobre os grupos sanguíneos dos portugueses com a tese de doutoramento de Adélia Seirós da Cunha, no IAUP. E em 1928 foi publicado um estudo sobre os grupos hemáticos nos portugueses, realizado por Waldemar Teixeira, no Instituto Bacteriológico Câmara Pestana de Lisboa. O próprio Mendes Correia escreveu artigos sobre o sangue, onde se opôs a Bernstein (Correia, 1926d, 1927), embora tenha ficado impressionado com os seus resultados, como mostrou numa comunicação à ACL em 1930 (Correia, 1933a: 27). No seu entender, dos «estudos de soroantropologia¹³⁶ portuguesa» há dois factos a reter. O primeiro é que «os Portugueses não têm afinidades hemáticas com os negros africanos» (1933a: 36), que, ao contrário dos primeiros, tinham baixos índices bioquímicos e proporções elevadas do grupo B (gráfico n.º 2). O segundo é que «o povo português é o de menor índice cefálico médio na Europa», o que, segundo o autor, «atesta antiguidade e relativa pureza étnica». Além disso, «as diferenças de médias provinciais ou distritais em vários caracteres não são tão elevadas como noutros países, o que atesta maior homogeneidade» (*idem*, p. 40).

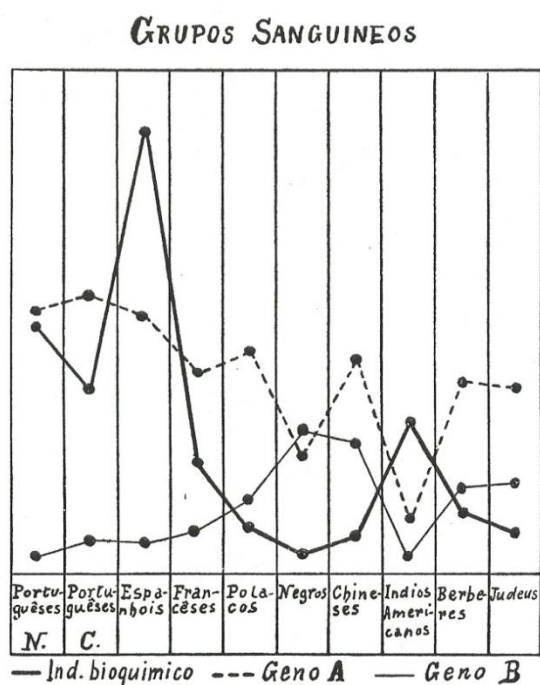


Gráfico n.º 2. Comparação entre grupos sanguíneos (Correia, 1933a: 37).

¹³⁶ Estudos realizados sobre os grupos sanguíneos.

As conclusões a que chega, baseado nos seus próprios estudos e nos de outros autores, levam-no a lamentar que, apesar destes resultados, «não falta ainda, nalguns países cultos, quem pretenda que o povo português é um povo de pretos ou mulatos, ou que, pelo menos nele existe uma forte influência das raças negras africanas» (1933a: 36). Por exemplo, o professor alemão Hans Günther escreveu que Portugal «apresenta, em consequência da importação antiga de escravos africanos, uma influência especialmente significativa» e criticou a política francesa que promovia um «aumento do perigo negro» ao conceder «direitos civis» e «postos de oficiais aos negros» (citado em Correia, 1933a: 36-38). Para Günther, o nórdico existe em fraca proporção e apenas nas cidades do litoral e uma «influência forte de sangue de negros» parece separar etnicamente os portugueses dos espanhóis. Mais, questiona se esse sangue viria da idade paleolítica, da invasão árabe ou dos escravos. Para ele, a influência negra em Portugal é de tal modo forte que os «indígenas da África Ocidental consideram os Portugueses quase como seus iguais e os respeitam muito menos do que aos outros Europeus» (Correia, 1933a: 38). De acordo com a análise de Mendes Correia, o professor alemão ignorava que tinham sido os portugueses os primeiros europeus a travar relações com os povos africanos. Além disso, o seu livro «pretensamente científico» era um «manifesto de propaganda pangermanista», que incluía «deformações tendenciosas da verdade científica» (*idem*, p. 39). Acresce que, para ele, «o estudo dos índices e ângulos de prognatismo, da cor, do índice nasal, das proporções do corpo e doutros caracteres antropomorfológicos nos portugueses» (*idem, ibidem*) já eram suficientes para protestar contra as formulações de Günther. Todavia, os resultados da antroposorologia também permitiam «individualizar no ponto de vista bioquímico os portugueses» (*idem*, p. 40). Estas formulações de Mendes Correia podem ser vistas, em parte, como uma reacção aos ataques dos autores pangermanistas. Porém, as questões acerca da pureza racial, e dos efeitos nefastos que a miscigenação poderia ter, foram por ele discutidas em outros locais, no que respeita a Portugal, e aos seus espaços ultramarinos de então, como desenvolverei adiante.

6.4. O mestiçamento não é diluidor: questões levantadas pela miscigenação

Num artigo, publicado na revista *Ocidente* - onde foram editados inicialmente os textos agrupados em *Raízes de Portugal* - Mendes Correia expõe a tese de que a ciência «não condena sistematicamente o mestiçamento»; contudo, ao reconhecer que «os mestiços não são idênticos, nos pontos de vista físico e psíquico, às raças de que descendem», aconselha, «embora consagrando-lhes os melhores sentimentos de fraternidade e simpatia», a que não lhes seja entregue «no caso duma velha nação como Portugal, a suprema direcção dos

destinos nacionais, *se se quer manter a continuidade histórica deste país*» (Correia, 1944b: 129). E lembra que «as próprias Constituições republicanas consignam que não podem ser Chefes de Estado os estrangeiros naturalizados» (*idem, ibidem*). O autor defende-se ao referir que não considera os mestiços «maus», em virtude do mestiçamento biológico, e lembra que «a genética moderna admite uma verdadeira lotaria germinal» (*idem, p. 130*). Além disso, «os defeitos de muitos mestiços» eram atribuíveis a condições educativas e sociais desfavoráveis, provenientes da «instabilidade das ligações de que resultam», da «animosidade do meio em que vivem» e da impossibilidade de surgir uma «nova raça, estável» de um mestiçamento anárquico (Correia, 1944b: 130). Para Mendes Correia, o «património genotípico duma população» altera-se com o «mestiçamento intensivo», o que modifica «as características tradicionais do país a que essa população pertence» (*idem, ibidem*). No caso de países que não se empenhavam «na manutenção da sua fisionomia histórica», não se manifestava sistematicamente contrário ao mestiçamento (*idem, ibidem*). Mas tal não seria, para o autor, a situação de Portugal e, por isso, vê sempre na alteração e na mudança algo de negativo; na manutenção dos mesmos contactos e na permanência nos mesmos locais vê vantagens. Parece, assim, que desenvolve um certo receio relativamente ao que não conhece, ou pode ser diferente do habitual, e constitui uma potencial ameaça. Considerou ainda injusto ter sido apelidado de «inimigo dos mestiços», uma vez que, no seu entender, apenas não simpatizava com os «maus» - os que tinham taras pessoais, como os que «oxigenam ou rapam a teimosa carapinha», por se envergonharem da sua ascendência -, e com os que, «sem escrúpulos», disseram que ele, ao negar o fundamento científico ao racismo (que «proclama a superioridade de uma pretensa raça e o predomínio ou exclusivismo da factor racial na vida dos povos e das nações»), estava a dissimular a sua verdadeira intenção (1944b: 130-131).

É então na genética que procura encontrar fundamento para as suas preocupações, defendendo que esta era um domínio sério de estudo. Nomeia artigos que tinham sido publicados em revistas, como a inglesa *Nature*, que declarou ser a questão das «raças» um assunto científico, e publicou as conclusões de um relatório, acerca de casamentos mistos na África do Sul, elaborado por uma comissão, que conclui que a indesejabilidade do produto do mestiçamento era de ordem social, económica e política e não biológica¹³⁷ (Correia, 1944b: 133). Cita também o diploma legislativo *Immorality Act* (1937), que considerou crime as relações ilícitas entre europeus e nativos na África do Sul; e refere que, segundo o relatório, esses casamentos estão desaprovados pelo público e pelas igrejas, mas não eram proibidos. O

¹³⁷ Revista *Nature*, n.º 3698 de 1940.

relatório propunha «medidas de melhoramento das condições sociais para combater a tendência a contrair tais uniões», assim como «leis que tornem esses casamentos impossíveis e providências contra o mestiçamento resultante de uniões ilícitas» (citado em Correia, 1944b: 134). Neste caso o problema do mestiçamento não era então de ordem biológica.

Nos anos 50 o autor vai aprimorando a sua visão, motivado também pela mudança do contexto internacional e pelas críticas à presença portuguesa nas colónias. Passa então a considerar o mestiçamento como um agente poderoso na expansão portuguesa, e um testemunho da «ausência de preconceitos raciais da parte dos Portugueses», num contexto em que os colonos de outros países repudiavam «os contactos íntimos e cordiais com os indígenas» (Correia, 1954a: 258-259). Esta formulação traz-nos um maior alcance para a análise das suas ideias. Segundo o autor, o mestiçamento podia até ser visto como factor cultural, uma vez que a cultura era também condicionada por factores germinais. Não obstante, o mestiçamento iria significar uma adopção de qualidades, ou hábitos, de um dos progenitores e não uma causa de diferenciação cultural profunda e irreduzível a qualquer dos padrões originários. Tais considerações levam-no a considerar a existência de uma «bioquímica da cultura luso-cristã», pondo a hipótese de que essa pudesse, também ela, estar relacionada com uma determinada constituição ou estrutura bio-étnica (Correia, 1954a: 259). Em termos conclusivos o que destaca é a afectividade da cultura portuguesa que lhe permitiu ter um grande «poder assimilador» e uma «extraordinária difusão pelo mundo» (*idem*, p. 263). Mas as suas afirmações não passam de algo como *é possível que exista, mas ainda não foi descoberto*, já que elabora a seguinte formulação: «é fortemente provável, que as atitudes psicológicas e sociais características duma cultura tenham uma base ou condicionamento biológico [...], simplesmente essa base [...], este *quid* orgânico, ainda não foi descoberto» (*idem*, p. 260). O autor procurou, assim, demonstrar que o *mestiçamento não era diluidor*, sustentado em estudos que tinha realizado sobre os grupos sanguíneos dos portugueses e em análises que defendiam a existência de uma certa homogeneidade na população nacional, ao longo do tempo. Contudo, no que ao contexto colonial dizia respeito não teve inicialmente essa opinião e alertou para os potenciais perigos da mestiçagem ocorrida nas colónias, que deveria ser limitada a circunstâncias especiais, nomeadamente as que estivessem relacionadas com a presença portuguesa efectiva nesses locais. Já numa fase posterior, durante a qual as pressões anticoloniais se difundiram, o autor enaltece as capacidades especiais dos portugueses para o mestiçamento, que constituía, inclusivamente, um agente na colonização.

6.5. A cultura é uma atitude psicológica: definição e contextos

O termo cultura remete para o conceito, provavelmente, mais central da antropologia contemporânea. Na Alemanha o termo foi utilizado em trabalhos históricos, a partir da segunda metade do século XVIII, e passou a ser utilizado no plural no sentido de humanidade dividida em culturas distintas. No sentido antropológico, plural e relativizador, o mundo é dividido em culturas e todas têm o seu valor. Qualquer indivíduo é, portanto, o produto da cultura onde vive e não tanto de elementos biológicos herdados de gerações anteriores. Em 1944, numa separata de *O Lar do Médico*, parte do suplemento do *Jornal do Médico*¹³⁸, Mendes Correia procura definir «cultura» e «culturas» (1944h). Neste texto escreve que só muito recentemente o vocábulo «cultura» tinha passado a tomar o significado atribuído ao termo «kultur» na Alemanha, e não apenas o de cultivo da terra, ou desenvolvimento intelectual e aplicação de conhecimentos, mas sim um sinónimo de civilização (património de conhecimentos e utilização de recursos naturais). O autor considera que terá sido a associação do termo «kultur» (de que os alemães se orgulhavam, mas que tinha associado a ambição desmedida daqueles) com a palavra «cultura», que tinha utilizado em trabalhos de etnologia, ou arqueologia, submetidos à «revisão de Franceses ilustrados», uns dez anos antes, que terá contribuído para a relutância com que esses revisores aceitavam a utilização que fazia do termo «culture» (1944h: 1). Mendes Correia utilizava o termo cultura no sentido de conjunto de conhecimentos e de processos de utilização dos meios naturais. No entanto, os revisores substituíam «cultura» por «civilização». Ora, para o autor tal não era correcto, uma vez que embora «civilização» correspondesse a um estado de «cultura», ela implicava etimologicamente um «avanço sobre as sociedades que vivem no estado selvagem»; não se podia falar assim da «civilização dum bando de selvagens», pois tal seria como «chamar cidade a uma aldeola sertaneja» (1944h: 2). Parece, assim, no seu entender, que os por si designados «selvagens» teriam uma «cultura», mas não uma «civilização».

Com o objectivo de definir cultura em etnografia e sociologia, adopta a formulação de Ratzel¹³⁹ e Hoernes: «conjunto de adições que o homem faz à natureza para pôr esta ao seu serviço»; «conjunto de disponibilidades materiais e espirituais dum povo num instante dado»,

¹³⁸ Coloca-se-nos, no entanto, a questão de saber o motivo pelo qual o autor publica um texto com este teor numa revista alusiva à medicina e não em outro local, talvez mais apropriado, inclusivamente em revistas onde publicou anteriormente. Não estamos a ter em consideração sequer o sistema de *peer review* como acontece hoje, por isso cremos que seria da vontade do próprio encontrar um outro local para colocar questões relativamente ao modo como a cultura pode ser definida. No entanto, as questões que coloca acerca de cultura – relacionada com indivíduos (seres sobretudo biológicos, para o autor) e o modo como essa os pode influenciar, podia ser de interesse também para os médicos.

¹³⁹ Ratzel era defensor do determinismo geográfico e considerava que o desenvolvimento cultural de uma nação era totalmente influenciado pelo meio.

sendo que «as manifestações culturais abrangem os mais variados domínios da vida humana, quer da vida material, quer da vida psíquica» (Correia, 1994h: 4). O antropólogo lembra que para a escola evolucionista, a cultura «seguia, em todos os povos, uma curva ascendente, com uma igual sucessão das mesmas fases, sem que, porém, estas fases fossem necessariamente sincrónicas em todas as populações» e «a analogia de factos culturais em povos distantes no tempo ou no espaço era, assim, explicada por coincidência, por paralelismo das curvas evolutivas» (1944h: 4). Já para a escola histórico-cultural, «as culturas são complexos orgânicos, “todos” distintos, mais ou menos independentes uns dos outros, cada um com uma história própria mais ou menos individualizada»; e «se dois povos, distantes no tempo ou no espaço, apresentam um mesmo facto cultural, é porque entre eles teria existido qualquer ligação genealógica ou contacto directo ou indirecto» (1944h: 4). Deste modo, não haveria uma uniformidade de evolução cultural, mas vários tipos de cultura, no sentido que dava o etnólogo francês George Montandon aos «ciclos de civilização».

Apesar do mérito destas sistematizações, Mendes Correia considera que «nem devem exagerar-se a estabilidade e a independência das culturas nem podem estas sobrepor-se, como muitos têm imaginado, às *raças*» (1944h: 5-6), aludindo aqui, provavelmente, e por exemplo, à proposta de Franz Boas de que «raça» deveria ser substituída por cultura, uma formulação que, como já indiquei, criticou vivamente. O lente da FCUP admite que exista um factor biológico na génese e caracterização das culturas. Mas era a diferenciação racial que se traduzia em diversidades psíquicas, distintas visões do mundo, assim como atitudes e comportamentos históricos especiais. No entanto, admitia que «raças distintas» pudessem adoptar formas culturais análogas, embora as pudessem interpretar de modos diferentes (1944h: 6). Embora não o explicita, o autor parece querer afirmar que assim como as «raças» não deveriam ser substituídas pelas culturas, também o estudo destas não deveria ser inspirado no domínio biológico. Mendes Correia critica aliás a visão organicista da sociedade, porque a sociologia não é mera biologia; ainda que a sociedade seja composta de organismos, ela não é um simples organismo, mas antes superorganismos. Contudo, apesar de não se confinar numa concepção estritamente organicista, admite a hipótese de «mutações culturais», comparáveis às mutações biológicas, como afirmou também no livro *Gérmens e Cultura* (1944e). Segundo o antropólogo, a cultura era mais «uma atitude psicológica do que um conjunto objectivo e concreto de factos» (1944h: 7). Daí que certos factos culturais pudessem difundir-se facilmente e alguns povos pudessem apegar-se a factos circunscritos a áreas limitadas. Era numa «unidade fundamental», advinda de um património humano comum (aludindo à formulação que Adolf Bastian [1826-1905] designa por unidade psíquica da humanidade),

que admitia a existência de uma «eterna diversidade», traduzida nas diversas concepções do mundo e predisposições diferentes, de povo para povo (1944h:8). Das suas tentativas em explicar aspectos culturais darei de seguida alguns exemplos.

Quando escreve acerca do «Tabu da sogra nos Bantos da África Portuguesa» (Correia, 1945c), baseia-se em estudos feitos sobre Angola por Ferreira Diniz (*Populações indígenas de Angola*, 1918) e Luís Figueira (*África Bantu – Raças e tribos*, 1938); e sobre Moçambique por Henri A. Junod (*The Life of a South Tribe*, 1927, 2.^a ed.) e J. Gonçalves Cota (*Mitologia e direito consuetudinário em Moçambique*, 1944). Ou seja, no que ao evitamento da sogra, ou do sogro, diz respeito não faz propriamente trabalho de terreno para apresentar as suas apreciações. Tentar explicar esse evitamento com base em explicações dadas previamente, por Frazer, Howitt, Rivers, Reinach, Crawley, M. Mauss (*Le tabou de la belle-mère chez les Baronga*, 1914), Freud (*Totem et tabou*, 1925), entre outros, de que a aproximação poderia ser vista como uma relação incestuosa. No entanto, o seu texto acaba por reflectir o carácter etnocêntrico da sua análise, ao ironizar sobre os rituais de purificação e as cerimónias expiatórias que procuram atenuar o carácter proibitivo do encontro entre nora/genro e sogro/sogra. Utiliza ainda, e estamos em 1945, expressões como «selvagens» para se referir aos africanos, sugerindo que estes confundem amiúde a realidade com a aparência. Em conclusão, parece concordar com Luís Figueira, que refere serem sobretudo os princípios sagrados e a vergonha, os suscitadores do evitamento e não a falta de respeito ou animosidade, que é frequente entre os que designa por «civilizados». Contudo, no final propõe que, tal como fez Junod para os tongas, os colonos portugueses procurem averiguar «entre as populações indígenas que adoptam o tabu da sogra, qual a explicação tradicional que essas populações dão para tão curioso preceito da vida familiar», uma vez que esse preceito devia ter «raízes longínquas e poderosas, de carácter mágico-religioso» (Correia, 1945c: 12).

No que respeita à «cultura portuguesa na África e no Oriente» escreve, no âmbito do colóquio de Estudos Brasileiros, realizado em 1950 em Washington, um texto onde aborda a «psicologia da cultura portuguesa ou luso-cristã» (Correia, 1951e¹⁴⁰). Mendes Correia enaltece a definição de «cultura portuguesa» feita por Jorge Dias nesse colóquio - que insiste na «primazia, no quase exclusivismo, dos aspectos psicológicos dessa definição» - embora considere que «uma cultura é acima de tudo a tradução duma psicologia», mas sem excluir a existência de índices materiais, bem expressivos, dessa psicologia (Correia, 1954a: 227). Isto embora, segundo o professor da FCUP, nem sempre seja fácil, ou possível, encontrar laços

¹⁴⁰ Artigo publicado em *Antropologia e História*, 1954a, p. 227-263, que será daqui em diante citado.

entre a mentalidade que criou esses elementos e a sua fisionomia. Antes, «é a afectividade que regula em grau e sentido a maior parte das actividades intelectuais, volitivas e sociais dos Portugueses» (*idem*, p. 228). O autor fala no conceito de afectividade, «desde o aspecto amoroso que levou os colonizadores lusitanos à fusão com as raças nativas, até à preocupação espiritual [...] que impregnou quase toda a sua actuação no mundo (mesmo fora da rigidez estrita dos cânones eclesiásticos)», chegando a designar esta por «cultura luso-cristã» (*idem, ibidem*). Reconhece que a intolerância religiosa ditou na metrópole e no ultramar perseguições e violências, mas que tais factos têm paralelos, e até mais graves, em outras «nações civilizadas» (*idem*, p. 229). Acrescenta que embora tenha havido a intenção de proselitismo em favor da fé cristã, tal veio a constituir um importante elemento cultural (*idem, ibidem*). Assim, a «cultura portuguesa», que entende ser o mesmo que «cultura luso-cristã», era o «conjunto de elementos culturais, sobretudo de atitudes psicológicas, que os Portugueses espalharam pelo globo ou que em muitos pontos receberam as influências ou as penetrações que o meio físico ou o contacto doutros povos e culturas originaram» (*idem*, p. 230). Mas essa «cultura», embora tivesse uma «predominante feição psicológica», tinha também «aspectos materiais ou ergológicos» e «correlações biológicas, ou bio-étnicas» (*idem*, p. 232).

Denotamos a influência do pensamento evolucionista na sua argumentação, quando afirma, por exemplo, que a humanidade estava toda a evoluir num sentido, de um modo mais ou menos universal. Assim, por exemplo, numa altura em que já se viam arranha-céus e construções em série nas grandes cidades, a arquitectura nas cidades portuguesas ultramarinas teria, não apenas de adaptar-se ao novo contexto e ao clima, mas também procurar renovar a habitação indígena; não se tratava de «etnografia ou folclore, mas dum índice de evolução cultural num sentido da civilização mundial» (Correia, 1954a: 238). Contudo, estabelece distinções claras entre os territórios ultramarinos. Segundo Mendes Correia, os portugueses encontraram no Oriente «culturas relativamente avançadas e faustosas, dificilmente comparáveis às dos maiores potentados da África Negra, atrasadas e rudes» (*idem*, p. 234). No âmbito da colonização, destaca também os vários ensinamentos que os portugueses levaram a níveis diversos. Todavia, aqui e ali, o seu olhar etnocêntrico vai sobressaindo, ao criticar os régulos bijagós que viu em Bissau (lembrando a viagem à Guiné entre 1945 e 1946) com chapéu alto e descalços, ou os africanos que circulavam seminus, mas ostentavam o modelo do capacete habitual dos colonos europeus, feito com madeira local e materiais pesados, ou ainda a sua predilecção por objectos vistosos, mas sem qualquer utilidade (*idem*, p. 241-242). Da leitura da sua obra, parece-nos que considerava a cultura como algo imaterial. Será nesse sentido que afirma que aquela estava «mais nas almas [...] do que nos aspectos

materiais da Etnografia» (*idem*, p. 255) e não se sobrepunha com a «raça», como já referi. Assim, não concordava com os autores que não reconheciam uma relação entre os «factos biológicos» e os «aspectos e processos culturais». Ambos eram importantes e estavam relacionados, mas eram distintos e, por isso, não se deveriam sobrepor. Insiste, por isso, que na edificação da cultura portuguesa tinham entrado factores ambientais e condições históricas, mas também uma predisposição ou condicionamento biológico (*idem, ibidem*).

7. Variedade de temas na obra de Mendes Correia

É, de facto, notável a diversidade de temas que Mendes Correia propôs para fazer parte da sua cadeira de antropologia da FCUP (1915b), sendo essa reflectida no âmbito dos trabalhos que escreveu posteriormente. As suas publicações em revistas diversificaram-se também, tanto a nível nacional¹⁴¹, como internacional¹⁴². Embora exista uma certa

¹⁴¹ Publicou, entre outros locais, nas seguintes revistas: *A Águia* (Porto); *A Medicina Moderna* (Porto); *A Terra* (Coimbra); *África Médica* (Porto); *Anais Científicos da Academia Politécnica do Porto*; *Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto*; *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*; *Anais da Junta de Investigações Coloniais*; *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*; *Anuário da Escola Superior Colonial*; *Anuário do Distrito de Viana-do-Castelo*; *Anuário do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos*; *Arquivo de Anatomia e Antropologia* (Lisboa); *Arquivo de Medicina Legal*; *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*; *Arquivo de Viana do Castelo*; *Atlântico* (Lisboa); *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*; *Biblioteca de Altos Estudos* (Academia de Ciências de Lisboa); *Boletim da Junta da Província do Ribatejo* (Lisboa); *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*; *Boletim da SGL*; *Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais*; *Boletim do Instituto de Criminologia* (Lisboa); *Boletim Geral das Colónias* (Lisboa); *Brotéria* (Caminha); *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles* (Lisboa); *Bulletin des Études Portugaises* (Coimbra); *Descobrimento* (Lisboa); *Diónyssos* (Porto); *Educação Nova* (Porto); *Estudos Coloniais: Revista da Escola Superior Colonial*; *Estudos de Ciências Políticas e Sociais* (Lisboa); *Estudos de Morfologia* (Porto); *Estudos, Ensaios e Documentos* (Lisboa); *Estudos Italianos em Portugal* (Lisboa); *Estudos Portugueses do Integralismo Lusitano* (Lisboa); *Gazeta dos Hospitais do Porto* (Porto); *Gente Lusa* (Granja); *História Portuguesa no Mundo*; *Independência* (Lisboa); *Jornal do Médico* (Porto); *Lusitânia* (Lisboa); *Medicina* (Lisboa); *Medicina Contemporânea* (Lisboa); *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa* (Lisboa); *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar*; *O Arqueólogo português* (Lisboa); *O Instituto: Revista do Instituto de Antropologia de Coimbra*; *O Século*; *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro* (Lisboa); *Porto Médico* (Porto); *Portugal em África* (Lisboa); *Portugal Médico* (Porto); *Revista da Faculdade de Letras do Porto*; *Revista das Beiras* (Lisboa); *Revista de Estudos Históricos* (Porto); *Revista da Faculdade de Letras do Porto*; *Revista de Guimarães*; *Revista do Centro de Estudos Demográficos* (Instituto Nacional de Estatística, Lisboa); *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos*; *Revista dos Centenários* (Lisboa); *Revista dos Liceus* (Porto); *Terra Portuguesa* (Lisboa); *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa); *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etimologia* (Porto); *Tutoria* (Lisboa); *Ultramar Português*.

¹⁴² Publicou, entre outras, nas seguintes revistas: *American Journal of Physical Anthropology* (Washington); *Anuario de Prehistoria Madrileña* (Madrid); *Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos* (Madrid); *Archeion* (Archivio di Storia della Scienza) (Roma); *Arquivos de Medicina Legal e Identificação* (Rio de Janeiro); *Arquivos do Seminário dos Estudos Galegos* (Santiago-de-Compostela); *Atti della Pontificia Accademia delle Scienze Nuovi Lincei* (Roma); *Bolletino del Comitato Internazionale per l'Unificazione dei Metodi e per la Sintesi in Antropologia Eugenica e Biologia* (Bologna); *Buttleti de l'Associació Catalana de Antropologia, Etnologia y Pré-historia* (Barcelona); *Comptes rendus des séances de l'Académie des Sciences* (Paris); *Comptes rendus des séances de la Société de biologie et de ses filiales* (Paris); *Forschungen und Fortschritte* (Berlim); *Giustizia penale* (Cittá di Castello); *Investigación y Progreso* (Madrid); *L'anthropologie* (Paris); *Le Sang: Biologie et Pathologie* (Paris); *Natur und Mensch* (Berna); *Rassegna di Studi Sessuali, Demografia ed Eugenica (Genesis)* (Paris: Libreria Italiana); *Revista Las Ciencias* (Madrid); *Revue anthropologique* (Paris); *Revue Archéologique* (Paris); *Revue de Biologie Sociale* (Berna); *Revue de Droit penal*

predominância no âmbito arqueológico e de antropologia biológica, a diversificação espraiou-se por temáticas que hoje tratamos de modo mais específico e circunscrito, sobretudo a uma área científica. Os seus trabalhos dividem-se entre assuntos que podemos inserir no âmbito da arqueologia, como vários que já referi, e, especificamente, sobre a cultura material do passado (Correia, 1925c; 1925d; 1925e; 1926f; 1927d; 1928f; 1928h; 1928i; 1928j; 1929b; 1929c; 1930a; 1931d; 1933c; 1933d; 1953a). Os artigos de âmbito arqueológico podem remeter especificamente para Portugal (Correia, 1916f; 1916g), para as então colónias, como Moçambique (Correia, 1934g; 1936b), ou Timor (Correia, Almeida e França, 1954), ou para a ex-colónia brasileira (Correia, 1932e). O país sul-americano serviu aliás de terreno para diversos estudos, tanto acerca do passado, como do período seu contemporâneo (Correia, 1935c, 1935f). Podemos referir outros trabalhos, no âmbito da paleoantropologia ou evolução humana (Correia, 1919f; 1919g; 1922b; 1923c; 1923d; 1924c; 1925b; 1925f; 1926a [1921]; 1926b; 1926g; 1927e; 1933e; 1933f¹⁴³; 1935a; 1936a; 1949c) e da antropologia do esqueleto (Correia, 1915d; 1915f; 1916-1917; 1917b; 1917-1918; 1918a; 1918b; 1918e; 1918f; 1919a; 1919c; 1920a; 1921c; 1922b; 1923b; 1925g; 1925h; 1926b, 1928l; 1932f; 1956a). Outros dos temas abordados foram a genética e a serologia, e vários trabalhos sobre os grupos sanguíneos (Correia, 1922c; 1926d; 1931b; 1931c; 1941b) e constituições (Correia, 1941b).

Ainda no campo antropológico, desenvolve trabalhos nos quais procura encontrar relações entre o domínio físico e comportamental dos homens (Correia, 1932j) e onde se nota alguma conformidade com outros produzidos nessa altura, ao nível europeu e americano (Stocking, 1988). Escreve sobre demografia em Portugal - como por exemplo relativamente à masculinidade nos nascimentos (Correia, 1946a) -, em África (Correia, 1948a; 1951c; 1953b), ou ainda no Brasil (Correia, 1940d). Dedicar-se a domínios gerais ligados à história, ou especificamente às origens das cidades de Lisboa (1934d) e do Porto (1932a, 1935b, 1950a). E a figuras específicas que se destacaram na história de Portugal, ou na ciência aí produzida, como Alexandre Herculano (Correia, 1910a¹⁴⁴), D. Nuno Álvares Pereira (Correia, 1916a¹⁴⁵), a Rainha de Portugal, D. Catarina de Áustria (Correia, 1925k), Padre Eugénio Jalhay (Correia, 1951a) ou Júlio de Matos (Correia, 1954e). Entre as figuras que se destacaram na cena internacional escreve sobre Leonardo da Vinci (Correia, 1952c). Escreve ainda sobre antropologia cultural em contexto geral (1944h) e nas ex-colónias, como em Timor (Correia,

et Criminologic (Bruxelas); *Rivista di Antropologia* (Roma); *S.A.S.* (Bolonha); *Scientia* (Paris); *Scientia. Revue Internationale de Synthèse Scientifique* (Milão); *Zeitschrift für Rassenkunde* (Estugarda).

¹⁴³ Conferência, com projecções, dada na Escola de Antropologia de Paris a 25.4.1931.

¹⁴⁴ Conferência promovida pelo Núcleo Central do Norte da Liga Nacional de Instrução realizada em 29.3.1910.

¹⁴⁵ Artigo sobre um herói nacional baseado nos seus retratos.

1944a), nas ex-colónias africanas (Correia, 1945c; 1946e; 1950c; 1951d; 1952b; 1958a); e acerca da «cultura portuguesa na África e no Oriente» (Correia, 1951e) e da cultura luso-brasileira (1956c). De facto, como aconteceu em outros países, a antropologia começou por estar primeiramente associada ao estudo físico e biológico do homem. O próprio ensaio de Jorge Dias, intitulado *Antropologia Cultural* (1984), dedica uma parte à antropologia física. No entanto, as descrições de Jorge Dias estão ainda longe do que já se fazia, tanto na Inglaterra, como nos EUA, em termos de antropologia biológica a partir dos anos 50. Apesar disso, tais mudanças não estavam ainda instituídas em Portugal. A somar à variedade de temas, há a destacar a diversidade de locais, além de Portugal, sobre os quais Mendes Correia escreve : as então colónias portuguesas (Angola¹⁴⁶, enclave de Cabinda¹⁴⁷, Moçambique¹⁴⁸, Timor¹⁴⁹, Cabo Verde¹⁵⁰, Guiné¹⁵¹, Índia¹⁵²) e a ex-colónia (Brasil¹⁵³), mas também outros terrenos como o Zimbabué¹⁵⁴, o Congo¹⁵⁵, e a Europa¹⁵⁶.

7.1. Diversificação temática nas conferências apresentadas no Brasil (1934)

A diversidade dos interesses intelectuais de Mendes Correia manifestou-se em ocasiões como a da sua visita ao Brasil, entre Maio e Julho de 1934¹⁵⁷. Essa visita, realizada a convite do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, levou o professor do Porto a várias instituições nas quais proferiu conferências e comunicações sobre diferentes temas ligados à antropologia¹⁵⁸ («antropologia criminal», «antropologia portuguesa», «raças da pré-história», «europeus e africanos na etnogenia brasileira», entre outros). O jornal *A Pátria* (15.7.1934, Rio de Janeiro), por exemplo, apresentou uma súpula da primeira fase dos trabalhos no Instituto Luso-Brasileiro de Alta-Cultura¹⁵⁹. No Rio de Janeiro, visitou escolas,

¹⁴⁶ Vide Correia, 1916e e 1918d sobre elementos recolhidos por Fonseca Cardoso.

¹⁴⁷ Vide prefácio que escreve em Ferreira, Athayde e Magalhães (1945).

¹⁴⁸ Vide Correia, 1936b.

¹⁴⁹ Vide Correia, 1916b; 1916c, 1994a, 1944f, 1945b, 1955.

¹⁵⁰ Vide Correia 1937b, 1951b, 1954b.

¹⁵¹ Vide Correia 1951b, 1952b; Correia e Athayde, 1931.

¹⁵² Vide Correia, 1916-1917, 1954c.

¹⁵³ Vide Correia, 1932e, 1935c, 1938a, 1940d, 1944g, 1954d, 1956c.

¹⁵⁴ Vide Correia, 1934g.

¹⁵⁵ Vide Correia, 1958a.

¹⁵⁶ Por exemplo, as Astúrias, vide Correia, 1928h.

¹⁵⁷ Na ocasião, e em 1937, desenvolveu contactos com vista a permutar trabalhos e convidar para conferenciar durante a criação da Sociedade de Estudos Eugénicos (1937) ou os Congressos do Mundo Português (1940).

¹⁵⁸ A antropologia física desenvolveu-se no Brasil com L. Agassiz e com Nina Rodrigues, discípulo de Broca, embora aí as questões relativas à antropologia cultural também tenham sido tomadas em conta. Contudo, tal como fazia Broca, as análises culturais eram vistas à luz da antropologia física (vide Schwarcz, 2007).

¹⁵⁹ A propósito do convite para a inauguração deste instituto, no Rio de Janeiro e São Paulo, foi elaborada uma edição baseada em artigos que saíram nos jornais brasileiros, aquando da estadia no Brasil (figura n.º 33). A elaborá-la estiveram alguns colaboradores da SPAE (AAVV, 1935).

institutos, sociedades ou agremiações, como: Instituto de Identificação, Escola Militar de Educação Física, Beneficência Portuguesa, Instituto Histórico e Geográfico do Brasil¹⁶⁰, Universidade, Biblioteca Nacional, Faculdades de Medicina e Direito, Museu Nacional, Escola Nacional de Belas Artes, Instituto Anatómico Benjamim Baptista, Laboratórios Granado, Rotary Club, Instituto Nacional de Música. Foi ainda convidado pelas faculdades da cidade fluminense de Niterói e esteve nas faculdades de medicina e de direito, tendo havido uma sessão solene em sua honra nesta última, onde discursou Oliveira Viana.

No mês de Junho, e no Gabinete Português de Leitura, falou, no dia 12, sobre «Raças das Colónias Portuguesas¹⁶¹», no dia seguinte sobre «O homem no mundo animal¹⁶²» e no dia 15 sobre «O homem fóssil¹⁶³». Já no Congresso Nacional de Identificação, realizado no dia 18, apresentou uma conferência intitulada «O indivíduo, realidade biológica¹⁶⁴». No dia 19 apresentou, na Escola Nacional de Belas Artes, uma comunicação intitulada «A arte pré-histórica na Europa Ocidental¹⁶⁵», no dia 22, na Academia Brasileira de Letras, outra sobre «Montaigne e a América pré-colombiana¹⁶⁶», no dia 23, na Academia Brasileira de Letras, sobre «A Atlântida e as origens de Lisboa¹⁶⁷», no dia 26, no Instituto Histórico e Geográfico,

¹⁶⁰ O seu presidente em 1934 era o conde Afonso Celso. Tinham feito parte desse instituto: Duque de Saldanha, Marquês de Sá da Bandeira, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, António Feliciano Castilho, Latino Coelho, Pinheiro Chagas, Tomaz Ribeiro, Alexandre de Serpa Pinto e os reis D. Luiz e D. Carlos, assim como o ex-presidente da República, Bernardino Machado.

¹⁶¹ Sumário: «Depoimentos dos autores quinhentistas sobre as raças descobertas pelos portugueses, especialmente os boximanes-hotentotes, populações orientais e índios do Brasil. A política colonial não deve ser de assimilação, mas de cooperação. O problema da mestiçagem, a condição biológica e social dos mestiços. Contribuição moderna portuguesa para o progresso da antropologia étnica».

¹⁶² Sumário: «O homem entre os Primatas. Esboço da classificação destes. Os Antropóides. Caracteres gerais dos Hominídeos. Estudo especial de algumas diferenças entre os Hominídeos e os Antropóides. O pé humano. O cérebro humano. Consequências genealógicas destes estudos. Significado zoológico do dimorfismo sexual [...]».

¹⁶³ Sumário: «Bases da cronologia pré-histórica. A antiguidade do homem e o problema do homem terciário. Os símios fósseis. O Pitecantropo e o Sinantropo. Os homens fósseis de Piltdown, Heidelberg e Neanderthal. As raças humanas do quaternário superior e suas relações com as actuais. O homem dos tempos mesolíticos. O arco antropológico Índico e o povoamento primitivo da América do Sul».

¹⁶⁴ Sumário: «Diferenças individuais, nos aspectos morfológico, bioquímico e psíquico. Os fundamentos genéticos da desigualdade. A importância da definição da individualidade em medicina clínica, pedagogia, criminologia, etc. Fórmulas e perfis individuais em Antropologia Criminal».

¹⁶⁵ Sumário: «Origens da arte. A arte quaternária na Europa Ocidental. Arte mobiliária e arte parietal. A descoberta de Sautuola. Figurações antropomorfas, sinais tectiformes, alfabetiformes, etc. Arte utilitária e arte desinteressada. Arte, magia e religião. Naturalismo e esquematismo. Arte do mesolítico, do neo-eneolítico e do princípio dos metais. Escrita. Ornatos de cerâmica e de jóias. Síntese sobre a evolução artística no ocidente da Europa. Independência em relação aos modelos orientais».

¹⁶⁶ Sumário: «As evocações do centenário de Montaigne em Portugal e no Brasil. [...] Os índios do Brasil e as civilizações pré-colombianas do México e do Peru, em Montaigne; os informadores do autor quinhentista; as vantagens do 'estado natural', segundo este, sobre a intolerância sangrenta da sociedade do seu tempo. A atitude de Montaigne, precursor de algumas orientações antropológicas modernas».

¹⁶⁷ Sumário: «A Atlântida no tempo e no espaço, segundo os autores; ciência e fantasia; os depoimentos da geologia, da oceanografia, da biogeografia, da antropologia e da pré-história; o exame do texto de Platão e as suas inverosimilhanças; a 'tradução das lendas em linguagem histórica'; a Atlântida e Tartessos [...]».

sobre «Vallaux e a Geografia Geral dos Mares¹⁶⁸» e no dia 27, no Gabinete Português de Leitura, sobre «As origens do Povo Português¹⁶⁹». Em Julho, no dia 12, apresentou uma conferência intitulada «Os criminosos em Portugal» no Instituto dos Advogados e no dia 13, proferiu uma palestra sobre «Técnica das investigações pré-históricas» no Museu Nacional.

Também em Julho, mas na Universidade de São Paulo, proferiu algumas das conferências que já tinha apresentado anteriormente no Rio de Janeiro: «O homem na série animal», «Montaigne e a América pré-colombiana» e «A Atlântida e as origens de Lisboa». Para além de proferir as conferências, visitou em São Paulo a Faculdade de Medicina, o Instituto de Medicina Legal, a Repartição de Identificação, a Faculdade de Direito, o Instituto Butantan, a Penitenciária, a Santa Casa, a Beneficência Portuguesa e o Museu Paulista, onde, segundo Santos Júnior, «estudou 26 crânios de “sambaquis” da ilha de Santo Amaro, ainda não estudados por nenhum outro cientista» (Júnior, 1934: 7). Durante a visita ao Rio, tornou-se sócio honorário da Academia Nacional de Medicina (proposto por Renato Kehl) e da Liga Brasileira de Higiene Mental, sendo agraciado também com a Ordem do Cruzeiro do Sul no Ministério das Relações Exteriores. Esta visita revelou os vários interesses intelectuais de Mendes Correia. Contudo, a diversidade dos temas sobre os quais se debruçou não significava distância. Como refere no discurso de agradecimento na Academia de Medicina no Brasil:

A medicina humana e a história natural do homem não se separam por fronteiras nítidas, antes se relacionam, indissolúvelmente, em interpenetrações e conexões que a nenhum cultor desses domínios é hoje lícito desconhecer e contestar. Precisamente é pelo terreno da Antropologia Criminal, da Biotipologia e da Antropologia Clínica, que essas interferências mais fortemente se acentuam no estado actual dos nossos estudos (AAVV, 1935: 72).

Em conclusão

Logo a partir das aulas da cadeira de antropologia ministrada por Mendes Correia (1915b), verificámos que o autor reunia nelas uma visão alargada e inclusiva com temas diversos, mas que no conjunto contribuía, no seu entender, para o estudo da humanidade. Tanto os aspectos biológicos, como os sociais e culturais, eram tratados em igualdade de importância; contudo, os primeiros aparecem amiúde como possível explicação para os segundos. É no âmbito de uma classificação zoológica que surge o homem, e a proximidade da antropologia com a biologia e as ciências naturais vai sendo uma constante. No programa

¹⁶⁸ Sumário: «O método geográfico moderno no estudo dos mares; classificação destes; curva hipsográfica; translações e pontes continentais. O menos humanizado dos Oceanos; a via antártica de povoamento da América; no mar dos tufões e dos corais; o Oceano das águas quentes e o arco antropofílico; o Atlântico através das idades; a campanha do ‘Meteor’; o Mediterrâneo moderno do homem branco [...]».

¹⁶⁹ Sumário: «A antiguidade do homem no território português; o paleolítico, o mesolítico e o neo-eneolítico em Portugal; o homem dos concheiros de Muge; o construtor dos dolmens; idades do bronze e do ferro; relações entre os documentos arqueológicos e os textos mais antigos; os Lusitanos; [...] Antropologia Portuguesa».

da sua disciplina (Correia, 1915b) os caracteres físicos são os preferidos no que concerne à diferenciação de grupos humanos, já que eram considerados os mais «fixos», mais facilmente observáveis e que permitiam uma análise mais objectiva e rigorosa. Os assuntos que apresentou na sua cadeira de antropologia viriam a servir de mote para os trabalhos que publicou ao longo de 50 anos, alguns dos quais apresentei neste capítulo e continuarei a analisar no seguinte. Embora não tenha sido o fundamento, o seu programa antropológico, esteve posteriormente ligado ao projecto colonial português e às funções que viria a desempenhar no CEEP, na JMGIC, na ESC e na SGL. Por outro lado, o programa da antropologia tinha propósitos nacionalistas e foi, ela própria, um projecto nacional, com princípios e objectivos específicos, e cujos conhecimentos, segundo o autor, deviam contribuir para a melhoria de estado geral da população, procurando salvar a nação. É precisamente essa articulação que se depreende das suas palavras quando afirma que a antropologia «fornece, como a língua, como a história, como a vontade colectiva, um dos seguros alicerces da unidade e consciência nacionais» (1933a: 42). Além disso, ao cuidar da «vitalidade, saúde e robustez» do povo português ela estava destinada a prestar uma tarefa «patriótica», contribuindo para o «melhoramento dos Portugueses de corpo e alma» (*idem, ibidem*).

Para compreender o modo como o próprio abarca a diversidade de temas sobre os quais escreve, é importante perceber que todos esses assuntos, apesar de muito diversos, acabam por ter, pelo menos para ele, uma interligação. Por outro lado, há um modo orgânico de observar os objectos sobre os quais reflecte, talvez por influência da própria formação em medicina, o que lhe permite, ao mesmo tempo que fala de partes distintas, que funcionam de modo peculiar, ver o todo que as constitui, que proporciona a sua interacção, e as permite existir. Embora critique de modo consciente a análise organicista da sociedade (1944h), no discurso da sessão inaugural dos Congressos do Mundo Português refere:

Os seres vivos têm uma embriologia. Uma Nação, ser vivo, tem uma ontogénese, indubitavelmente longa, complexa e obscura, mas real e necessária. Não há nascimento sem germe e sem um condicionalismo apropriado de desenvolvimento (citado em Correia, 1944b:148-149).

A diversidade dos temas sobre os quais reflecte não significa assim dispersão, porque, tal como num organismo, está ligada a um todo, constituído por múltiplas áreas, que embora existam em tempos diferentes, estão ligadas ao mesmo espaço – neste caso o território feito corpo – e entre essas partes existiria uma solidariedade orgânica que as permitia evoluir no tempo, mas não ser extintas. No livro *Raízes de Portugal* (1944b: 148) refere:

Não há dispersão e desconexão nos assuntos versados. Na realidade, estes relacionam-se todos com a doutrina da remota continuidade histórica, da preponderância duma forte causalidade, ampla e permanente, sobre o episódico, o caprichoso e o acidental, na génese e na evolução da Nacionalidade.

Talvez tenha sido então essa continuidade, uma «continuidade histórica», como afirma, baseada num corpo solidário, que tenha permitido ao país continuar a existir. Vários anos depois continuou a defender a necessidade e o interesse desta disciplina, que não devia ser ultrapassada pela botânica, nem pela zoologia. Os conhecimentos que dela provinham podiam, inclusivamente, sustentar estratégias ou directivas nacionais:

As maiores Universidades da Alemanha, da Inglaterra, da Itália, da Rússia, da Suíça e doutros países colocam já, entretanto, tal estudo no plano primacial que lhe compete. Felicitemo-nos pelo facto de Portugal acompanhar há muito essa tendência. Nem outra coisa seria para desejar, tratando-se dum país em que é necessário manter em vigília a consciência nacional, alimentando as suas raízes mais profundas, e em que há a defender e valorizar um vasto domínio colonial (Correia, 1933a: 5).

Acrescenta, contudo, que a antropologia não vale só pelo seu carácter utilitário:

Ainda quando a Antropologia não tivesse interesse utilitário, caber-lhe-ia um elevado valor moral. Medir a importância duma ciência apenas pela sua utilidade prática, é, como disse alguém, um crime contra a inteligência (Correia, 1933a: 6).

Os argumentos das suas obras foram evoluindo de acordo com o seu aperfeiçoamento intelectual e, sobretudo, com as mudanças de contexto histórico. Revela ser conhecedor das principais teorias que ao estudo da humanidade diziam respeito, sobretudo as mais relacionadas com o estudo antropológico das populações. Entre os seus principais argumentos estão a defesa de uma relativa homogeneidade da população portuguesa ao longo do tempo, a integração desta, claramente, entre os europeus e a necessidade de se desenvolver um estudo profundo sobre a mesma, que contribua para a melhoria das suas condições a todos os níveis, assim como para a sua afirmação no contexto europeu e ocidental, em geral. Em várias ocasiões, Mendes Correia procurou apresentar trabalhos diferentes para audiências distintas e diversificar os seus temas de análise (figuras n.º 34, 35 e 36, por exemplo). Definitivamente, não se pode dizer que fosse um especialista em um ou dois temas. A diversidade aplica-se não só à sua obra, mas também às diferentes pessoas com quem se relacionou, ao longo da vida, e aos cargos de responsabilidade que ocupou. Todavia, e no que respeita à política, não se pode dizer que tenha sido o exercício da política que o tenha motivado, estritamente, independentemente dos temas a tratar e a discutir nesses locais próprios; o que o motivou foi a aplicação, através da política, de ideias e conhecimentos que vai buscar à ciência, aos estudos que previamente realizou, ao que aprendeu pela sua experiência na FCUP, na Tutoria da Infância do Porto, entre outros locais. São então esses

conhecimentos que irão iluminar parte das suas ideias e influenciar os seus discursos, tanto na CMP, como mais tarde, na AN. São esses elementos que lhe servem como que de ferramentas para melhor defender as suas ideias relativamente à melhoria das condições de vida da população, na metrópole, incentivando a construção de casas para as classes pobres, defendendo o voto feminino, ou a abolição do «estatuto de indígena» nas colónias.

CAPÍTULO 4.

APLICAÇÕES PRÁTICAS DA ANTROPOLOGIA

De acordo com o texto das lições de antropologia de Mendes Correia, esta ciência tem aplicações «úteis». Nesse sentido, os dados antropológicos, e sobretudo psicológicos e étnicos, «podem até certo ponto orientar a acção política, religiosa, económica, comercial ou industrial em muitos aglomerados humanos» (1915b: 15). A antropologia poderia ser útil no estudo das crianças nas escolas (antropologia pedagógica); no estudo dos delinquentes e dos «anormais patológicos» (antropologia criminal); na administração colonial e no estudo das «populações indígenas» (antropologia colonial); e na arte, filosofia e história, entre outras áreas (*idem, ibidem*). Em 1931 continua a definir a antropologia como sendo a parte da história natural «em que se faz o estudo físico e psíquico do Homem sob o ponto de vista comparado, isto é, comparando-o com os outros animais e comparando os vários tipos humanos (actuais e fósseis) entre si» (1931a: 1). Acrescenta que tanto o médico escolar, como o médico de estabelecimentos industriais, ou o médico militar, deveriam tomá-la em conta (*idem*, p. 28). Essa era a sua concepção e foi por isso que a SPAE propôs às faculdades de medicina do país a inclusão da antropologia no quadro dos estudos médicos. O médico, segundo o professor da FCUP, deveria ter conhecimento da técnica antropométrica e de toda a complexidade que envolvia a morfologia médica. Mendes Correia estudou também as relações entre antropologia e arte (1925j). Numa conferência proferida na Sala dos Capelos da UC, em 18.5.1925, considerou que os estudos antropológicos, nomeadamente os antropométricos, podiam prestar serviços na elaboração e interpretação da obra de arte. A antropologia podia ainda permitir a identificação de personagens, ou de «tipos», representados pelos artistas (Correia, 1931a: 16).

Neste capítulo pretendo dar conta de algumas das aplicações da antropologia, na perspectiva de Mendes Correia, do seu papel em várias instituições e do trabalho desenvolvido por alguns dos seus colaboradores na Escola de Antropologia de Porto. Na sua leitura será fundamental ter presente que, desde sempre, foram as elites, ou os indivíduos com mais conhecimentos, a apropriar-se do poder de classificar e comparar os grupos humanos. Porém, quem classificou seguiu, muitas vezes, modelos de desenvolvimento e de atraso – presentes, por exemplo, nos relatórios das exposições universais e coloniais – denunciadores dos preconceitos de quem os elaborava. Nesse contexto, os chamados povos primitivos, e sobretudo os africanos, foram equiparados a grupos menos dotados intelectualmente. Para tal terá contribuído o pensamento darwinista, e os fundamentos de hierarquia social, apoiados

sobremaneira em medições antropométricas. E daí até Cesare Lombroso¹ (1835-1909), e os seus discípulos terem considerado os loucos e os criminosos como comparáveis aos povos ditos primitivos, foi um passo curto. No contexto que analisei, no qual foram os médicos e os cientistas, da primeira metade do século XX, que tiveram a função de classificar e tecer considerações acerca da humanidade, encontrei ainda resquícios desse pensamento. Verifiquei também que os termos utilizados pelos médicos para descrever certas doenças podiam servir para falar na decadência nacional de um país, cuja presença na Europa foi sempre alvo de reflexão. Por outro lado, as estratégias desenvolvidas para conseguir a manutenção dos então territórios ultramarinos, e um melhor conhecimento dos mesmos, assim como das suas populações, constituem um manancial de informação importante no qual Mendes Correia vem a estar envolvido de forma evidente.

1. Antropologia Criminal

A tradição de estudos de antropologia criminal vem de finais do século XIX com a realização, por exemplo, da tese de doutoramento de Roberto Frias, intitulada *O Crime, apontamentos para a sua sistematização* (1880), quatro anos depois de *L'uomo delinquente* de Cesare Lombroso. Os anos 80 e 90 do século XIX assistiram ao nascimento e consolidação de instrumentos de controlo da criminalidade e dos criminosos e ao aprimorar de técnicas e instrumentos de mensuração do corpo. Em 1885, através de Luís de Freitas Viegas (professor catedrático de Anatomia na Escola Médico-Cirúrgica, fundador e primeiro presidente da SPAE), iniciou-se a actividade do Laboratório de Antropologia no Hospital Conde de Ferreira do Porto, tendo como objectivo a implementação do ensino oficial da antropologia criminal. A 17.8.1899 é publicada uma legislação que cria os Postos Antropométricos no sentido de «tomar as medidas antropométricas de todos os presos que derem entrada na Cadeia Central ou que para esse fim lhe fossem enviados pelos comissariados de polícia ou pelos juízes de instrução criminal» (Art. 81.º, 2.º)². Segundo o Decreto-lei de 16.11.1899, os postos antropométricos deveriam estar apetrechados com o sistema Bertillon junto das Procuradorias Régias. O Decreto-lei de 21.9.1901 determinava a criação de postos de recolha de fotografias, medidas físicas e impressões digitais nas cadeias civis de Lisboa, Porto e Ponta Delgada³. De acordo com o Art. 77.º deste decreto (de 1901), as cadeias teriam «um posto antropométrico destinado não só ao estudo da antropologia criminal, mas também a auxiliar os serviços

¹ Criminalista italiano cujos estudos procuraram articular o aspecto físico dos indivíduos com os seus comportamentos, assim como a tendência de alguns indivíduos para actividades criminosas.

² <http://digitarq.cpf.dgarq.gov.pt/details?id=39150>, acedido em 6.12.2011.

³ <http://www.redeconhecimentojustica.mj.pt/Category.aspx?id=78>, acedido em 6.12.2011.

policial e dos tribunais na verificação exacta, tanto quanto possível, da identidade dos indivíduos que n'elas derem entrada»⁴. Este método, baseado «no princípio de que não há indivíduos que se assemelhem com exactidão uns aos outros e que as dimensões de certos ossos, imutáveis a partir da idade adulta, diferem consideravelmente d'um para outro exemplar», permitiria identificar indivíduos através de sinais particulares e medidas da estatura, comprimento do pé e do dedo médio, entre outros. Era necessário observar ainda a cor da íris, o cabelo, a barba e a pele, e outras especificidades a colocar no boletim de identificação do preso, a par das fotografias, de frente e de perfil, às quais pertencia um número de ordem⁵.

Em 2.3.1902 foi criado, por António Ferreira Augusto, o Posto Antropométrico Central junto da Cadeia Civil e do Tribunal da Relação do Porto, sob a direcção do já referido Luís de Freitas Viegas. Através deste posto foi publicada a *Revista de Antropologia Criminal*, dirigida por Ferreira Augusto e Luís Viegas, mas da qual só saíram dois números (Pessoa, 1940). Deste posto, sucedido pela Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil e pelo Instituto de Criminologia do Porto, saiu também o trabalho de Álvaro Teixeira Bastos sobre *A tatuagem nos criminosos*. O Posto Antropométrico viria a ser o local de arquivo de «milhares de fichas antropométricas e dactiloscópicas, além das fotografias, tatuagens, etc., de delinquentes» (Correia, 1941a: 14). As exigências relativas à tiragem de fotografias vieram a ser primeiro aplicadas no Posto Antropométrico da Cadeia da Relação do Porto, tendo sido o trabalho fotográfico feito por Horácio José Leitão. O fundo documental deste posto, hoje à guarda do Centro Português de Fotografia é constituído essencialmente por retratos de presos, mas inclui outra documentação da Cadeia da Relação do Porto.

São vários os trabalhos realizados por Mendes Correia no âmbito da antropologia criminal (1912a; 1912c; 1913a; 1913b; 1913c; 1914; 1915a; 1925a; 1926h; 1930b; 1931a; 1931e; 1931f; 1932g; 1932h⁶; 1932i⁷; 1936c; 1936d; 1937c; 1939a). Segundo o professor da FCUP, a antropologia criminal foi leccionada nessa faculdade em alguns anos lectivos, em regime livre, e nela se produziram vários estudos. Contudo, estes postos nunca foram criados efectivamente nas faculdades de ciências. No caso do Porto, existia já «como dependência do Ministério da Justiça uma Repartição de Antropologia Criminal» e este ramo científico

⁴ <http://digitarq.cpf.dgarq.gov.pt/details?id=39150>), acedido em 6.12.2011.

⁵ <http://digitarq.cpf.dgarq.gov.pt/details?id=39150>), acedido em 6.12.2011.

⁶ Artigo publicado na revista *Scientia* (Milão) e analisado sumariamente na *Natura*, 1932, Vol.129, p. 863.

⁷ Conferência apresentada no Palácio da Justiça de Bruxelas, a 11.5.1931, sob os auspícios da União Belga de Direito Penal e da Sociedade Real Belga de Antropologia e de Pré-história.

constituía «umas das disciplinas do curso dos médicos-legistas» (Correia, 1941a: 16). Para além dos trabalhos de antropologia produzidos no IAUP, surgiram outros vindos da Repartição de Antropologia Criminal e Identificação Civil, depois Instituto de Criminologia (dirigido primeiro por Joaquim A. Pires de Lima, que sucedeu a Luís de Freitas Viegas, e depois por Luís de Pina). Num contexto em que os médicos são chamados a elaborar relatórios e emitir pareceres, é notória a inclusão de termos específicos da sua área em expressões adequadas a outros contextos, como é o caso da de «parasitas sociais», para classificar indivíduos cujo comportamento era considerado desviante. Os homossexuais, por exemplo, durante muito tempo classificados entre os indivíduos portadores de doenças mentais, receberam duras críticas dos médicos: os homens deveriam ser viris e não efeminados, procurando os especialistas actuar no sentido de corrigir essas tendências⁸. Mendes Correia (1914), por exemplo, descreve algumas das suas tentativas nesse sentido.

O interesse do Mendes Correia pelo estudo de indivíduos com comportamento tido como desviante manifestou-se logo na sua dissertação final do curso médico, intitulada «O génio e o talento na patologia»⁹ (1911), onde elaborou um esboço crítico das doutrinas que estabelecem a natureza patológica do génio e do talento. Procurou encontrar traços de génio e de talento em doentes do Hospital de Rilhafoles e do Hospital do Conde Ferreira, a partir também da análise das suas composições musicais e poéticas, desenhos, pinturas e retratos. Ao longo do livro parece ser a obra de Lombroso que inspira o seu texto. Porém, é no sentido sobretudo de a criticar e de entrar em contraponto com a mesma. De acordo com Mendes Correia, o psiquiatra italiano na obra *L'uomo delinquente* (1876) pretendeu encerrar o crime numa concepção atávica. No entanto, muitos comportamentos não se explicavam por um fenómeno de regressão atávica, mas por condições mesológicas de ordem social (1911: 3-4). Ou seja, «era preciso dar o lugar devido à loucura moral, à miséria, ao alcoolismo, à tirania política, à alienação mental, enfim às outras causas sociais e individuais da criminalidade humana» (*idem*, p. 4). Para Mendes Correia, este debate era, à partida, interessante sobretudo para juristas e, se o exclusivismo lombrosiano prevalecesse, o sistema penal apenas precisaria de eliminar os criminosos, «provada a impossibilidade de corrigir o seu atavismo» (*idem, ibidem*). Contudo, já se tinha estabelecido em matéria penal «o princípio da *reparação* do crime», «os *substitutivos penais*, sugeridos pelas doutrinas de Ferri¹⁰», e alvitado «sistemas

⁸ Só em 1973 foram retirados do grupo das doenças mentais pela Associação Americana de Psiquiatria.

⁹ O trabalho inclui a lista de matérias: «A medicina e a crítica. Conceitos de génio e do talento. A história da questão da morbidez do génio e do talento. As doutrinas de Moreau (de Tours) e de Max Nordau. A doutrina de Lombroso. O génio e o talento nos alienados. Conclusões».

¹⁰ Enrico Ferri, fundador da criminologia moderna, atribuiu aos delitos causas biológicas, mas também sociais.

de *correção* de criminosos, de menores especialmente» (*idem*, p. 4-5). Para o autor, o que provocou tal debate foi, além da precisão erudita, e do rigor científico, «um alto intuito de justiça social» (*idem*, p. 5), porque:

O valor social dos génios é enorme, é inapreciável. Eles têm sido as guardas-avanzadas da civilização, os verdadeiros agentes do progresso social. E a humanidade moderna relega-os quase sem defesa, sumariamente, para o campo da patologia mental! Se não é uma injustiça de facto, como supomos, é ao menos uma ingratidão pelos processos (*idem*, p. 6).

As posições frenológicas e seus preconceitos subjacentes acabaram por ser desacreditados, não só por serem inconclusivos, mas porque estiveram na origem de atrocidades exercidas sobre inocentes. Além de ter refutado a identificação de génio e de loucura, Mendes Correia rejeitou as ideias de Nordau publicadas em *Entartung*, que refere o caso de Friedrich Nietzsche (1844-1900) como prova. Para o finalista de medicina, apesar de Nietzsche ter sido um génio, o seu estado de loucura surgiu só numa fase avançada da vida (Correia, 1911: 101-102). Vestindo já a camisola do médico, reivindica para este a tarefa de analisar o valor mental e as obras dos «grandes homens»; além disso, alega que tanto na higiene, como na medicina legal, o médico «não é o físico antigo», «o remoto cirurgião», o «curandeiro arcaico», mas «um verdadeiro sociólogo, que põe em jogo factos sociais e intervém poderosamente na vida colectiva das sociedades humanas» (1911: 7). Este é um dos primeiros trabalhos que indicia o seu interesse pela sociologia e pela psicologia, ou seja, pelo estudo do homem que não incluía apenas o seu corpo físico, mas também o pensamento, o comportamento, as práticas e a vida individual e colectiva. Critica activamente a obra de Lombroso também pelos seguintes motivos: trata-se de «uma edição correcta e ampliada da obra de Moreau» (*idem*, p. 74); embora não seja um plágio, considera ser censurável que não diga em página alguma que a *Psychologie morbide* tenha servido de subsídio (*idem*, p. 75); existe desleixo quanto à escolha da documentação, sendo citados homens de simples talento para fundamentar asserções a respeito de génio; o autor designa por génios personalidades famosas, pondo génios da ciência ao lado de figuras religiosas, distantes da lógica e próximas do misticismo; as suas conclusões são levianas e o seu texto é incongruente, contendo formulações contraditórias¹¹; o autor «esboça uma demonstração do carácter atavístico do génio, confundindo regressão com degenerescência¹²» (*idem*, p. 124).

¹¹ Por exemplo, segundo Mendes Correia, «nas primeiras páginas do livro Voltaire aparece citado no número dos homens de baixa estatura, e a seguir nos de elevada estatura!» (1911: 77-78).

¹² Alguns defensores da terapia moral e das reformas nos asilos acreditavam que com a manipulação do meio poderiam gerar terapias bem sucedidas. Contudo, alguns casos corromperam essa esperança e revelaram-se insanáveis. Assim, parecia que alguns traços psicopáticos seriam herdados, o que levou dois psiquiatras franceses - Moreau de Tours (1804-84), aluno de Esquirol, e Benedict Augustin Morel (1809-73) - e o inglês

Dos estudos realizados nos hospitais, Mendes Correia conclui que: «a mentalidade dos alienados não atinge os limites da genialidade» (1911: 179); «predominavam entre os alienados com tendências artísticas os pintores, seguindo-se-lhes os poetas» (*idem, ibidem*); os alienados, autores de trabalhos artísticos «apreciáveis», «eram já artistas, e alguns de valor, antes da sua doença» (*idem, ibidem*). Mendes Correia concorda com Lombroso no facto de a forma de alienação influenciar a natureza dos temas escolhidos para os trabalhos artísticos, mas não concorda com a ideia de que o génio e o genuíno talento floresçam nos manicómios, como defendia o autor italiano. Para o finalista de medicina, o génio e o talento «são manifestações dum aperfeiçoamento hígido, não dum regresso atávico, duma degenerescência, ou duma psicose nítida» (1911: 183). Era necessário, contudo, um melhor conhecimento desses fenómenos e o que ficava assente era a «insuficiência dos argumentos com que se pretendeu provar a natureza psicopática de todas as actividades superiores dos espíritos privilegiados», que não se encontravam «no domínio exclusivo da patologia» (1911: 184)¹³.

Dois anos mais tarde, Mendes Correia escreve, não tanto sobre alienados, ou indivíduos cujo comportamento seja considerado patológico, mas especificamente sobre «os criminosos portugueses», numa obra de título homónimo (1913a), revista em segunda edição (1914), que está na origem da tese apresentada para o concurso de 2.º assistente efectivo na FCUP. Ao contrário de Lombroso, Mendes Correia considerava que o criminoso não tinha de ser, necessariamente, um anormal patológico. E, embora não tenha excluído os factores biológicos, deu grande importância aos factores psicológicos, morais e sociais do crime. Analisa também diversos tipos de crime, e a forma como estes podem ser relativos, tendo em conta o contexto em que ocorrem, assim como distintos tipos de criminosos (1914). Divide estes em delinquentes «fortuitos», ou «de ocasião», e delinquentes «habituais». Essa divisão sugere-nos que para o autor existiriam criminosos falsos – os ocasionais, como a maioria dos homicidas - e verdadeiros – os habituais (de hábito congénito ou hábito adquirido), como os ladrões e os vadios. Define os criminosos de ocasião como aqueles que sendo isentos de:

Henry Maudsley, a sistematizar tais observações num modelo degeneracionista. Morel, médico em vários asilos, considerou que a degeneração hereditária era cumulativa ao longo de gerações, acabando em imbecilidade e esterilidade (Porter, 1999: 510). Por outro lado, os médicos Paul Möbius (1854-1907) e Max Nordau (1849-1923) ajudaram a popularizar o pensamento degeneracionista. As ideias de Morel foram tomadas em Itália por Lombroso, que via os criminosos e os pacientes psiquiátricos como degenerados, com regressões evolutivas identificáveis por estigmas físicos, como testas baixas e mandíbulas salientes (Porter, 1999: 511).

¹³ Este interesse de Mendes Correia pela psiquiatria e doenças mentais é coevo da actuação de figuras eminentes da medicina e psiquiatria em Portugal, como é o caso dos alienistas do século XIX e de Miguel Bombarda, Júlio de Matos e Sobral Cid. Sobre a actuação destes médicos no campo da psiquiatria, *vide* Quintais, 2004.

profundas e particulares tendências criminosas, praticam acidentalmente um delito, movidos por um poderoso factor de momento, como a miséria, a fome, a embriaguez, uma paixão, um estado emotivo, o amor, a honra, a cólera, o ódio, a vingança, um ideal político ou religioso (1914: 52).

O estudo de João Fatela, que analisou a violência em Portugal entre 1926 e 1946, conclui também que «o homicídio é uma prática de homens adultos, sem passado criminal, ocorrido num contexto de forte proximidade relacional» (1989: 52) e que, «apesar da ausência de estatísticas globais por causas, tudo indica que os homicídios resultantes de anomalias patológicas graves, são raros, como o são, aliás, os homicídios associados à criminalidade organizada» (1989: 58). Para Mendes Correia, os criminosos de ocasião podiam converter-se em criminosos habituais, por terem sido condenados e detidos num cárcere, «onde encontraram convivências nocivas» (1914: 52). Dando continuidade ao estudo dessa variabilidade, elabora um texto sobre «o criminoso nas tradições populares portuguesas», onde dá exemplos de diferentes punições ao longo dos séculos (Correia, 1931a). Com o decorrer dos anos, o autor vai aperfeiçoando as suas teorias no que respeita à explicação dos comportamentos humanos, tendo sempre em consideração os elementos físicos. Em 1931 esteve no Instituto do Cérebro em Buch, Berlim, fundado e dirigido na altura pelo professor Oskar Vogt (1870-1959). No artigo que descreve essa visita (Correia, 1935d) relatou as impressões do seu contacto com a investigação científica ali realizada. Considerou «grandioso» o arquivo dos cortes de cérebros humanos, assim como o campo de pesquisas que ali se realizavam. O instituto dispunha de uma clínica especial com centenas de leitos, oferecia a possibilidade de observação dos internados, dos asilos e manicómios de Berlim, e possuía diverso material histológico, assim como elementos de investigação bioquímica, genética e psicotécnica. Mendes Correia fica fascinado com o facto de o instituto incluir no quadro de pessoal um engenheiro cuja função era inventar aparelhos para indagações de psicologia experimental. Por outro lado, refere-se à chegada do cérebro dum indivíduo nórdico que, em vida, falava mais de vinte línguas, assim como de cérebros de calculadores, pensadores e artistas, concluindo que a panóplia de elementos que observava assentava numa «certa crença em encontrar uma base natural, material, concreta, de actividades psíquicas transcendentais», entendendo que o método científico era esse (1946b: 86).

Posteriormente, escreve sobre a teoria das localizações cerebrais, e a teoria segmentar ou metamérica, embora conclua que se sabia ainda muito pouco sobre o tema, dada a complexidade estrutural do cérebro (1934c). Para a fundamentação dos seus escritos procura amiúde apoios nos conhecimentos trazidos pela antropobiologia. Na segunda lição do livro intitulado *Introdução à Antropobiologia* articula assuntos como «constituição, raça,

endócrinas» e «personalidade humana» (1933a). Alude à antiguidade das articulações entre constituição e temperamento – desde Hipócrates e Galeno – até à tendência mais definida de relacionar formas e funções com Lamarck e Goethe, que introduziu o termo «morfologia». Para Mendes Correia, a constituição, embora hereditária, e «susceptível de modificações no decurso da existência», não era o mesmo que «raça», uma vez que muitos caracteres utilizados na descrição das «raças» tinham um interesse biomorfológico, o que não acontecia com os caracteres que definiam, em geral, as constituições (1933a: 45). Nesta altura, o estudo dos tipos constitucionais (sendo os mais comuns o respiratório, o abdominal, o muscular e o cerebral¹⁴) nos diferentes grupos humanos era, para alguns autores, uma das directrizes «mais fecundas da Antropologia» (*idem*, p. 46). Neste contexto, alguns psiquiatras, como Ernest Kretschmer (1888-1964), valorizavam o conhecimento das constituições e o estudo das secreções internas, como as hormonas, que permitia estabelecer relações entre os tipos morfológicos e a actividade endócrina. A morfologia procurava ainda averiguar quais seriam os comportamentos, doenças e predisposições de cada um dos «tipos» assim definidos¹⁵.

Mendes Correia considera interessante registar variadas combinações morfológicas que permitiriam uma subdivisão mais detalhada; contudo, adianta que esta conduziria não a tipos, mas a indivíduos. Por exemplo, considera «prematureo pretender estabelecer uma classificação exclusivamente endocrinológica dos delinquentes» (*idem*, p. 69). Conclui que «a realidade viva não são afinal, as raças, as constituições, as doenças, mas os *indivíduos*» e «em biologia, aos *tipos* se substituem os *indivíduos*¹⁶» (*idem*, p. 75). Segundo o autor, o meio, embora não onnipotente, era a «condição de eclosão» de algumas individualidades ou génios. Dos estudos que efectuou a partir, por exemplo, de um *Dicionário Prático Ilustrado*, concluiu que era sobretudo nos grandes centros urbanos, culturais e universitários portugueses¹⁷, como Porto, Coimbra, Évora e Lisboa, que se encontrava o maior número de individualidades, destacadas em várias áreas, salientando-se, pela proporção, a cidade de Coimbra. Por outras palavras, em muitos desses casos teria sido o meio a actuar como factor de estímulo, favorecimento e proclamação, reconhecendo que, embora se possam herdar «tendências», é «a educação e o ambiente» que completam a formação individual (*idem*, p. 83). No final, e apesar de reconhecer todas as «lacunas e incertezas» da antropobiologia, diz confiar na sua acção «útil» e no «aperfeiçoamento físico e moral da humanidade» (*idem*, p. 84).

¹⁴ Para tal classificação contribuíam autores como Sigaud, Chaillou, Mac Aullife, Theoris, Kretschmer e Bunak.

¹⁵ Sobre estes assuntos *vide*, por exemplo, Baudet *et al*, 1977.

¹⁶ Itálicos do autor.

¹⁷ Este assunto é tratado também em Correia, 1934c: 364-366.

Alguns anos após ter escrito a dissertação final de curso, continua a considerar que o problema do «génio e do talento, sendo inicialmente genético, não o é exclusivamente», e que «as virtualidades germinais não bastam», necessitando dos estímulos e da acção moderadora do meio (1934c: 366). A influência do meio vai sendo aqui e ali destacada, mas não adquire sempre o mesmo valor. No que concerne aos indivíduos que classifica como criminosos, continua a criticar, de um modo geral, as ideias atávicas de Lombroso e indica os trabalhos que em Portugal se opuseram à teoria lombrosiana do delinquente (1931a, 1932i). Todavia, as ideias atávicas surgem, curiosamente, num artigo sobre mendigos, recolhidos no Entreposto portuense¹⁸, nos quais encontrou «semelhança de alguns dos seus tipos com os de criminosos» e reconheceu uma «quase identidade dos processos determinantes da mendicidade e do crime» (Correia, 1919i: 1); além disso considerou que deviam proibir-se as esmolas com que a «caridade particular intensifica a mendicidade nas ruas» (*idem*, p. 8). Este artigo, incluído posteriormente no seu livro *A nova antropologia criminal* (1931a), constitui para Quintiliano Saldaña¹⁹ (1933: 6) a parte menos cuidada da criminologia de Mendes Correia. Esses indivíduos, que se encontravam frequentemente nos albergues e nas casas de mendicidade, eram, para o professor da FCUP, «abúlicos e inadaptados», «incapazes de uma iniciativa e de perseverança para ganhar a vida» (1931a: 179-180).

Já a prostituta é incluída numa «categoria antropológica e social» próxima da do criminoso, uma vez que, entre um e outro, «a degenerescência, as nevroses, as psicoses, especialmente a loucura moral, a histeria e a debilidade mental, espalham abundantes estigmatizações» (Correia, 1914: 77). Tal como os criminosos eram vítimas do seu meio social, também as prostitutas eram influenciadas por «deploráveis condições sociais, como o abandono de família, maus-tratos, miséria, sedução, amores infelizes, má ou nula educação» (*idem*, p. 77-78), sendo assim «o determinismo da prostituição [...] paralelo na essência ao paralelismo da criminalidade» (*idem*, p. 78). Para o professor da FCUP, tanto a prostituição, como o crime, são «dois flagelos sociais», que se equivalem na sua etiologia, significado e consequências (*idem*, p. 240). As prostitutas eram «assíduas frequentadoras das prisões» e tinham «um vasto rol de condenações» (*idem*, p. 241).

Embora reconheça a existência de indivíduos com maior predisposição para os comportamentos desviantes e criminais, nega a ideia de que exista um «tipo» de delinquente nato, já que qualquer indivíduo podia ser delinquente; assim, embora não estabeleça uma

¹⁸ O Entreposto foi instituído pelo Governador Civil do Porto, major Guilherme de Azevedo, para o combate à epidemia do tifo exantemático. Mendes Correia dirigiu o Entreposto nos anos 10 do século XX.

¹⁹ Professor na Universidade de Madrid, que também influenciou Mendes Correia.

relação directa com a patologia, admite a possibilidade de existir uma patologia dos delinquentes. Para Mendes Correia, a antropologia criminal «não deve considerar sistematicamente o criminoso como um ser bio-antropologicamente aberrante, mas deve encará-lo também como um homem normal» (1925a: 8). O autor sugere ainda a possibilidade de encontrar um índice do valor português a partir do estudo da criminalidade, uma vez que nesse campo Portugal tinha uma percentagem inferior à de países considerados mais cultos e progressivos (1914). Os homicídios, por exemplo, eram mais frequentes do que em França e nos países do norte, mas menos do que na Áustria, Espanha, Hungria e Itália (1914). No caso dos furtos, era o país onde o seu número era menor e, «dadas as más condições económicas da população portuguesa, a sua desorganização familiar, jurídica e política, e o mau ambiente educativo [...], seria de esperar uma delinquência mais desenvolvida» (1919b: 162).

Num artigo intitulado «um delinquente habitual», Mendes Correia procede à caracterização de um indivíduo, que consta nos registos judiciais e policiais como sendo «carteirista». O autor começa por indicar os dados biográficos (nome, naturalidade, idade, estado civil, residência, motivo de detenção) para em seguida reunir dados sobre a «hereditariedade», «antecedência pessoal» «morfologia» (caracteres descritivos e antropométricos), fisiologia e psicologia, acabando por considerá-lo um «incorrigível», que sai da cadeia e volta a furtar. Por essa razão, considera que estaria mais indicada a sua «deportação, ou a reclusão ilimitada numa colónia penal, em que fosse impelido a trabalhar com proveito para si e para a sociedade» (1913b: 14). Acrescenta que o facto de estar fora da cadeia alguns meses, de tempos a tempos, era improfícuo de ponto de vista correcional (*idem, ibidem*). Este e outros casos levam-no a concluir, contudo, que:

O criminoso nato é um ser atípico. Marcam-no frequentemente estigmas numerosos de degenerescência, mas é impossível demonstrar que há quaisquer normas rigorosas na distribuição desses estigmas e muito menos que eles são de origem atávica. É de crer que haja correlações entre alguns sinais anatómicos e as tendências criminais, mas [...] não encontraram uma regra (1914: 114).

A originalidade da obra de Mendes Correia no que respeita à criminologia está também na ideia de individualidade moral, ou psico-moral, do criminoso. Tal ideia abriu horizontes para o estudo das causas do crime, que interessavam não só aos médicos legistas (que as podiam tratar), mas também aos juristas (que as podiam punir). A ideia de vigiar (médico) e punir (jurista), presente em algumas instituições em que Mendes Correia exerceu funções, remete-nos para a obra de Foucault (2002 [1987]) e para várias das suas análises em instituições similares. De acordo com o criminologista Quintiliano Saldaña²⁰, a principal

²⁰ Sobre as suas ideias, *vide*, por exemplo, Saldaña (1933).

questão que envolvia o delito não era propriamente a intenção criminosa, mas a capacidade criminal e o resultado do crime e da pena; era o grau de capacidade criminal que estava em causa, assim como a destreza em puni-la. Entre 1880 e 1920, aproximadamente, houve em Portugal uma colaboração entre médicos e juristas no que concerne à articulação entre antropologia criminal e psiquiatria. Porém, apesar de as técnicas ou os equipamentos utilizados no âmbito da antropologia criminal serem os mesmos, ou idênticos, aos utilizados em outros países, o local (país) onde eram realizados podia conduzir a resultados diferentes, tendo em conta a legislação, o poder policial ou judicial, as condenações, o que é considerado ou não crime e de que forma se deve ser punido.

João Fatela sugere que se foi ocultando no país a prática da violência como prática cultural e que tal não ocorreu apenas aí, ou durante a ditadura salazarista, mas em todo o ocidente, onde a violência se apaga «como prática cultural à medida que se constitui como prática delinvente» (1989: 14). Essa ocultação não pode ser dissociada, segundo o autor, do movimento jurídico-penal que, a partir do século XIX, passou a escondê-la no corpo do delinvente e a esconder este na prisão para o corrigir (*idem*, p. 15). Segundo João Fatela, «a definição jurídica de crime, ou delito (“facto voluntário declarado punível pela lei penal”, segundo o Art.º 1 do antigo Código Penal Português)», foi a base para poder delimitar um campo de investigação que determina a lógica da violência (*idem, ibidem*). A história da antropologia esteve, assim, ligada à história da criminologia. Para João Fatela, «o modelo criminológico acaba sempre por absorver o modelo antropológico» e em Mendes Correia encontra-se esse exemplo característico da criminologia portuguesa até aos anos 30-40 (1989: 16-17). Contudo, e de modo diferente do que entende João Fatela, ao afirmar que vários antropólogos (incluindo Mendes Correia) criminalizaram, o professor da FCUP procura demarcar-se de tais desígnios quando afirma n’ *A Nova Antropologia Criminal*, que a sua obra é o «depoimento dum antropologista» (1931a: v) e que é aos juristas e sociólogos que pertence estabelecer a profilaxia e terapêutica dos factores individuais de crime. Por isso, «a não ser incidentalmente», deixou de parte os problemas penais, a questão penitenciária e as reformas sociais relacionadas com o combate à criminalidade. Demarca-se também da associação com eventuais escolas:

Não sendo lombrosiano, reconheço o mérito inovador da escola positiva e os serviços que ela prestou às doutrinas da individualização e da defesa social. Não enfileirando também na escola idealista²¹, considero, no entanto, os factores psicológicos, sobretudo os do psiquismo moral, como os mais directos na génese do crime (Correia, 1931a: vi).

²¹ A escola idealista de direito penal também reclamava o «estudo individual dos delinquentes», mas desprezava «totalmente os elementos bio-morfológicos de tal estudo», fixando a sua atenção na psicologia criminal e «na alma do criminoso» (Correia, 1931a: 294).

No entanto, afirma que cada vez mais se convencia da «atipia dos criminosos e da inanidade das múltiplas classificações propostas para eles», uma vez que, maioritariamente, «trata-se de indivíduos irredutíveis ao esquematismo dos tipos estabelecidos» (1931a: vi). Neste livro ocupou-se em vários pontos (1931a: 254-258, 295-299) das doutrinas de Freud e da psicanálise. Para Mendes Correia, o inconsciente e os estratos profundos da personalidade, desempenhavam um papel importante na vida psicológica individual; porém, não admitia o incestuoso, o «complexo de Édipo», segundo o qual os filhos seriam atraídos pelo progenitor de sexo diferente, como o fazia Freud, uma vez que tal podia ser desmentido. Além disso, considerava infundado o papel que Freud atribuía à libido e ao instinto sexual. Numa conferência que proferiu em Paris e em Bruxelas (Correia, 1932i), recusou-se a aceitar a generalização do «complexo de Édipo» e a amplitude atribuída à libido. Apesar disso, afirmou acreditar nas perspectivas que esses trabalhos abriram a outros investigadores, como Carl Jung e Otto Rank, que tomariam em consideração as perturbações da volição e os fenómenos mais actuais, e não apenas os velhos traumatismos psíquicos.

Mendes Correia indicou ainda a existência de um défice moral e ético no criminoso, que reforçava a afinidade entre vagabundos, mendigos e criminosos (1931a). A ideia de moralidade, em parte inspirada em Friedrich Nietzsche²², é um tema que o vai acompanhando ao longo do tempo e está presente em várias das suas obras. Quando escreve, não está só a reflectir sobre um assunto, mas também como encara moralmente esse assunto, o que é correcto ou não. Tal não tem a ver com religiosidade, mas com moralidade. Considero que o autor se vai debatendo com a moralidade enquanto escreve, mesmo que seja nas suas agendas; analisa quase sempre os prós e os contras de tudo, um lado e outro, uma coisa e o seu oposto; e, no final, parece procurar um equilíbrio, movido precisamente pela ideia de moralidade. O tema da moral religiosa foi uma das preocupações no seu livro de memórias (1946b). Neste caso, e como queria justificar a existência de uma moral religiosa, foi buscar exemplos aos seus escritos anteriores. Segundo o autor, «a mais profunda e decisiva evolução» do seu pensamento operou-se entre a 1.^a e a 2.^a edição do livro *Homo* (isto é, entre 1924 e 1926). Sem abandonar o transformismo, reconhece que houve uma evolução num sentido espiritualista entre uma edição e outra. Por outro lado, existe um lado espiritual que deixa

²² Mendes Correia refere que foi António Emílio de Vasconcelos, colega de curso e futuro médico do hospital militar do Porto, que, por volta de 1910, lhe aconselhou a leitura deste filósofo, do qual tinha na sua cabeceira o livro *Assim falou Zaratustra* (1946b: 61). Embora Mendes Correia tenha procurado essa obra, só encontrou o *Crepúsculo dos Ídolos* (talvez em 1910 apenas houvesse uma tradução francesa e não portuguesa), ou seja, a penúltima obra do filósofo (de 1888) escrita pouco tempo antes de ter perdido a lucidez e que constitui, segundo o autor, uma declaração de guerra à moral cristã, aos equívocos da filosofia e a algumas tendências «modernas».

transparecer em alguns dos seus escritos. Por exemplo, em *Os povos primitivos da Lusitânia*, fala em revelação e em religioso respeito de Deus (1924a: 5). E, no final, alude a «virtudes naturais, salutareis e belas» como «a abnegação iluminada que gera os santos» (1924a: 381). No caso da actividade criminal, o professor vê os seus factores como dependentes do sistema nervoso e das glândulas endócrinas. Todavia, considera que o problema da criminalidade, embora não sendo apenas de ordem moral é-o sobretudo. Argumenta ainda que os factores biológicos, psicológicos e sociais se reflectem na moralidade individual e interferem uns nos outros. Na conferência «O normal delinquente e a crise moral» afirmou que não há uma moral científica e que uma «moral sem sanção nem obrigação» é «puro artifício ideológico», «uma teoria sem raízes nem eficácia» (1925a: 12). Aqui associou a «moral do transformismo» de Lanessan, a «moral natural» de outros, a «moral dos senhores» de Nietzsche (1925a: 12) e a «moral da perfeição» de Spinoza (*idem*, p. 21). E proclamou que só há uma moral – a religiosa - que está até no subconsciente de «alguns espíritos agnósticos ou anti-religiosos», convertida em «dogma de conduta» (*idem*, p. 15):

Uma atitude moral de qualquer homem de bem, despido (...) de preocupações confessionais ou teológicas, é [...] uma atitude religiosa porque representa uma adaptação a essa “ordem invisível” [...]. A ciência pode [...] servir essa atitude, mas não a determina inicialmente (*idem*, p. 18).

Por essa altura, o professor da FCUP leu também *La Philosophie de Nietzsche*, de Henri Lichtenberger, no sentido de compreender melhor o pensamento do autor. Embora nunca se tenha considerado um nietzschiano, meditou sobre algumas das passagens do filósofo. Talvez tenham sido também os estudos para a elaboração da tese de final do curso médico que o conduziram a um conhecimento mais aprofundado daquele autor. E já em 1910 tinha publicado um artigo, intitulado «Tolstoi e Nietzsche, antípodas na filosofia, irmãos no viver», no jornal *O Porto* (19.11.1910) e no jornal *O Imparcial* (21.11.1910). Para Mendes Correia, tal filosofia continha «ensinamentos sãos, cujo conhecimento e cujo uso muito proveito deveriam dar aos homens de hoje, afastando-os de tolos devaneios, de vãs superstições»²³. Segundo o então jovem estudante, Tolstoi aparece na sua obra como uma:

Figura veneranda de apóstolo de ideais ultracristãos, duma suprema abnegação, dum altruísmo sem limites, [...] dum grande valor pela humanidade [...], um amigo dos oprimidos, um adversário intransigente, [...] daqueles que [...] calcam sem compaixão, uma multidão de infelizes, de pobres criaturas, [...] ignorantes, famintas, vivendo na mais triste e desoladora miséria (Correia, 1910b).

²³ Correia, 1910b, «Tolstoi e Nietzsche, antípodas na filosofia, irmãos no viver» (publicado em Monteiro, 1997).

Já Nietzsche, por oposição, que também pensou em ser pastor, mas na juventude desistiu da fé, «não se curva perante os valores do passado que trazem a nota cristã, que representam a mais ténue aspiração altruísta, a mais ligeira emoção piedosa». Além disso,

Se não abdica perante uma aristocracia farfalhada e insuportável de *snoobs* cretinos, prega, no entanto, a moral dos senhores, admite uma grande aristocracia, de que Zarathustra, o super-homem, é criação simbólica. Combate a canalha, as turbas e compreende a escravidão, porque não tolera a moral dos escravos, inferior e doente, que naturalmente os conduz à gargalheira da opressão (*idem*).

Para Mendes Correia, «Tolstoi na sua concepção comunista, estabelece um ideal de Humanidade» e Nietzsche, «no seu individualismo (...) concebe, num lampejo de génio, o super-homem, másculo criador de valores, inimigo audacioso da canalha e da decadência moderna» (*idem*). No final do artigo refere que o contraste das ideias e doutrinas destes dois vultos é apenas aparente e que elas são complementares. Ambos tiveram vidas de modéstia, humildade e abnegação e as suas ideias podiam trazer a resposta para alguns problemas sociais e morais. Na perspectiva do então finalista do curso médico, «pode-se ser generoso e forte, humanitário e cioso do seu poder pessoal, altruísta e grande na sua individualidade» e «a piedade é ridícula e até repugnante quando é covardia, uma abdicação total, uma negação completa do “eu”» (*idem*). Quando escreve artigos como este parece estar, ele próprio, a delinear os seus interesses, a estruturar as suas posturas e a argumentar as suas ideias. O que é importante para o autor são, muitas vezes, as questões morais: o que, do ponto de vista moral, é correcto ou não fazer. Numa fase posterior a 1910, reconsidera as suas críticas à moral e ao cristianismo. No artigo «A atitude moral», publicado na revista *Dionysos*, lamenta que o progresso científico não seja acompanhado de um progresso moral (Correia, 1925). A forma confusa como a questão da moral é colocada talvez se devesse, segundo o próprio, ao facto de se terem perdido alguns dogmas religiosos que constituíam alicerces para a consciência moral. Deste artigo depreende-se que, embora o interesse pela obra de Nietzsche permaneça, o autor se manteve mais crítico em relação à mesma. Parece, contudo, que o conhecimento de tal obra lhe terá sido válida, em termos interpretativos, mas também útil no sentido de ter contribuído para um maior equilíbrio na tomada de posições e defesa de ideias excessivamente humanitaristas, ou altruístas, que poderiam ser, no entender de Mendes Correia, reveladoras de um egoísmo dissimulado.

A questão da moralidade teve, de facto, um papel preponderante nos seus estudos de antropologia criminal. Embora em 1885 Paul Topinard tivesse combatido a designação de antropologia criminal, uma vez que para si a antropologia era a somatologia antropozoológica e étnica, para Mendes Correia não se devia abandonar essa designação, já que a antropologia

pode ser física ou psíquica, e «se é esta última a que principalmente interessa ao estudo do delinquente, nem por isso devemos deixar de ter sempre presentes (...) as relações existentes entre o físico e o moral» (1931a: 311). Segundo Mendes Correia, não havia inconveniente em designar por *antropologia criminal integral* (Saldaña) a nova antropologia criminal, que abrangia tanto os delinquentes biologicamente normais como os anormais. Além disso, esta designação tinha a utilidade de evitar a confusão com a antropologia criminal lombrosiana (Correia, 1931a: 311). Para o professor da FCUP, embora nos anos 30 do século XX alguns autores ainda defendessem a velha concepção de Lombroso, já não era aceitável considerar que os criminosos fossem morfologicamente diferenciados. Assim, no âmbito da criminologia, era necessário averiguar que não era apenas os caracteres descritivos ou somatológicos, mas sobretudo a «individualidade moral». Nesse sentido, a antropologia geral poderia ter «aplicações médico-legais» assim definidas:

A Antropologia judiciária requer elementos importantes dessa ciência não só para os serviços de identificação antropométrica e dactiloscópica [...], mas também para outros trabalhos de polícia científica, especialmente em centros cosmopolitas em que há a lidar com pessoas das mais diversas proveniências, indivíduos de raças e costumes muito diferentes (1931a: 57).

Fazia sentido, assim, para Mendes Correia, falar numa «etnografia criminal» e a antropologia cultural podia «dar a chave de [...] certas modalidades das manifestações criminais, guiando a polícia e a justiça na pesquisa e identificação dos delinquentes» (1931a: 57-58). A antropologia criminal integral não era, para o professor, um capítulo da patologia, mas entre os seus capítulos deveriam contar-se os de patologia dos delinquentes, onde se contemplasse a anormalidade. Outro elemento a considerar era a ficha individual do criminoso, cujo preenchimento deveria resultar da colaboração entre o antropólogo e o médico, ou ser feito por médicos com preparação antropológica (Correia, 1925a: 23). A técnica do exame médico-antropológico deveria «permitir [...] a discriminação dos factores e do mecanismo dos seus crimes, do grau da sua capacidade criminal, da natureza especial e desenvolvimento dos seus sentimentos e ideias morais, do seu carácter e das suas aptidões» (*idem*, p. 24). Considera, contudo, que a «análise psicológica» podia não conduzir a «resultados bem concludentes» e existia um «perigo de exageros provenientes dum coeficiente pessoal de apreciação e de tendências doutrinárias exclusivistas» (*idem*, p. 24). Ele próprio não tinha conseguido «discriminar com segurança o valor relativo de certas condições como a raça, a hereditariedade, o meio físico, as anomalias patológicas, as tendências psicológicas, a educação moral e religiosa, o meio social, etc., no determinismo dos respectivos delitos» (*idem*, p. 25). Embora reconheça que pudesse existir uma conjugação de

vários factores, eles registavam-se em graus diversos. Entende ainda que na «profilaxia do crime», além de medidas eugénicas (que combatessem a «hereditariedade mórbida, a degenerescência física e os agentes patogénicos»), e das reformas sociais para os problemas jurídicos, profissionais e económicos, era necessária a «acção moral» ligada aos valores espirituais (*idem*, p. 25) e à crença de que a humanidade podia sempre melhorar (*idem*, p. 21). Para o professor da FCUP, «o criminoso é indevidamente considerado [...] um ser biologicamente anómalo» (1931a: 54). Em oposição, defende que «todo o homem normal, todo o homem são, é dotado de capacidade criminal», «todos nós somos potencialmente criminosos natos» (*idem*, p. 55) e, muitas vezes, era o meio envolvente, ou uma situação fortuita, que despoletava o crime. Tanto nas cadeias portuguesas, como no Refúgio²⁴ anexo da Tutoria Central da Infância do Porto²⁵, diz ter-se deparado com:

Uma grande massa de delinquentes cujos actos delituosos não podem ser considerados o produto de taras degenerativas ou defeitos patológicos, mas essencialmente a consequência dum lastimável regime educativo anterior. Alguns *desconheciam* em absoluto certas ideias morais. Insusceptibilidade de aquisição dessas ideias? Em geral, não (1925a: 3).

Enquanto médico e juiz-adjunto na Tutoria do Porto, instalada em 1912, Mendes Correia emitiu pareceres sobre crianças e jovens²⁶, desde esse ano até meados da década de 20. Do tribunal colectivo da tutoria faziam parte um magistrado, um médico e um professor. Mendes Correia fez parte desse tribunal algumas vezes na qualidade de médico (Correia, 1912c). A tutoria era um projecto republicano de regeneração social que tinha como objectivo eliminar o crime e o delito infantil, mas também vigiar e tutelar as classes sociais mais desfavorecidas. Não só a tutoria, mas também locais análogos, constituíam um lugar onde cada menor era observado e examinado com atenção com vista a determinar-se as suas condições físicas, intelectuais e morais, e analisar as suas disfunções, «perturbações psicológicas, irregularidades éticas, lacunas escolares ou educativas, aptidões profissionais», assim como «conhecer o meio de onde provém» (Lopes *et al*, 2001: 35). Através de métodos antropométricos eram avaliadas as funções sensoriais (capacidade auditiva, sensibilidade visual e sentido cromático), neuromusculares (tempos de reacção, resistência muscular e coordenação bimanual) e mentais (memória e senso prático) (*idem*, p. 37). Neste contexto, e de acordo com uma lógica positivista, os corpos dos indivíduos foram tratados quase como objectos: podiam ser observados, analisados e manipulados. Tal como sugeriu Foucault (2002

²⁴ Enquanto o Refúgio era o local onde se recolhiam os menores até à decisão judicial, as Tutorias eram os espaços onde se examinavam as crianças desfavorecidas, consideradas criminosas ou em risco.

²⁵ Sobre esta instituição, no período entre os anos 30 e 60, ou seja, posteriormente à publicação das principais obras de Mendes Correia sobre delinquência e criminalidade, *vide* Lopes *et al*, 2001.

²⁶ Os estudos sobre as crianças delinquentes foram iniciados, como já referi, por Ferreira Augusto e Luís Viegas.

[1987]), também Lopes *et al* lembra que em alguns locais, como no caso da tutoria, encontramos a «tensão [...] entre *homogeneização* (normalização pela obediência a códigos de grande fixidez) e *individualização* (produção incessante de fichas, diagnósticos, exames que permitem a localização imediata da história do sujeito)» (Lopes *et al*, 2001: 43). A tutoria era um espaço de ressocialização e de «purificação» (procurando eliminar os processos anteriores) dos internados, sendo-lhes proporcionado um ambiente que os levasse a reflectir sobre os seus actos passados.

Em resultado das observações, que registou em publicações anteriores (Correia, 1911, 1913), e das que realizou na tutoria, o professor da FCUP foi tirando conclusões. O autor associava os comportamentos criminais sobretudo às condições sociais e económicas, ligadas por vezes a questões de ordem moral, educação e formação, higiene e saúde mental, e não propriamente à componente física dos indivíduos. Os comportamentos desviantes podiam começar a manifestar-se logo na infância, em resultado de condições deficientes de educação. Por essa razão, não bastava conhecer o crime em si; era necessário averiguar as condições ambientais do menor (Correia, 1915a). Na obra *Crianças delinquentes*, elaborada a partir do estudo realizado na tutoria, procura analisar as condições sociais que levam à vadiagem e ao delito. No final, e apesar de tudo, não conseguiu encontrar taras irremediáveis. O factor do contexto social e económico podia não ser, contudo, suficiente. É que, como observa em outro local, a criminalidade não diminui com a instrução, trazendo apenas uma diminuição das ocorrências e da violência e um aumento da habilidade (Correia, 1912a). Defendeu, no entanto, que deviam ser desenvolvidas medidas no combate à miséria social. A opinião de Mendes Correia não era partilhada, por exemplo, pelo geógrafo Gérard Péry, que considerou uns anos antes que os crimes graves tinham diminuído, não pela abolição da pena de morte, em meados do século XIX, mas pelo aumento da instrução entre o povo (1875: 284).

Para Mendes Correia, examinar as crianças e os jovens podia contribuir para conhecer melhor a génese do crime e a criminalidade nos adultos (Correia, 1915a, 1915g, 1925a, 1931a²⁷). Das várias análises que realizou, concluiu que tanto a criminalidade precoce, como a criminalidade em geral, diminuem com a educação (1913d: 179). Apesar de ter considerado num outro local que a criminalidade não diminui com a instrução, reconheceu que a mesma a faz diminuir (Correia, 1912a). Essa instrução deve ser aqui vista como estando integrada num todo designado por educação. Isto porque a educação, que estaria relacionada com a moral, seria fundamental logo no seio familiar; faltando os pais, ou dando eles maus exemplos, o

²⁷ Contém capítulo sobre «um atentado» alegadamente praticado por um jovem que terá alvejado um ministro.

papel educativo ficaria comprometido. Para Mendes Correia, «a sua falta, num lar (...) é sempre um desastre; num lar «acção moral» sobre as crianças (1925a: 20). Assim, não era exagero afirmar que «a imperfeição moral do homem é o fulcro do problema criminal» (*idem*, p. 21). No caso das crianças estarem em «perigo moral»²⁸, elas deveriam ficar sob a tutela estatal, substituindo-se assim o Estado às famílias, e desenvolvendo as instituições, que recolhiam as crianças, funções pedagógicas e de reinserção social, de acordo com os casos.

1.1. Definir a «norma», encontrar o «desvio»

No fundo, Mendes Correia escreve sobre várias deteriorações – linguísticas, morais ou comportamentais – definidas a partir de normas e desvios, ou do estabelecimento de comportamentos desviantes, na terminologia de Goffman (1988). No caso das deteriorações linguísticas escreve «Gíria de crianças delinquentes», onde explora o vocabulário utilizado pelos menores internados na tutoria (Correia, 1931a: 57-169), que resulta da republicação revista de um artigo publicado em 1915 na revista lisbonense *Tutoria*. Por outro lado, analisa o calão utilizado pelos «criminosos portugueses» (1914: 244-247). Assinala que algum vocabulário não era «privativo das crianças delinquentes» e era de «uso comum nos meios criminais do Porto» (1931a: 159). O desvio das aptidões linguísticas permitiu-lhe ainda estabelecer uma associação entre língua e psicologia:

O negro que aprendeu o português, nem por isso mudou de raça. Mas é inegável que a sua mentalidade se tornou mais vizinha da mentalidade portuguesa do que a dos negros que só falam o idioma indígena. Se a língua portuguesa não é entretanto um produto da sua psicologia, vai, porém, influir nela como instrumento de assimilação mental (1931a: 166).

A deturpação da norma revela o desvio. Nas palavras do professor da FCUP: «a gíria e certas tatuagens deprimem nalguma medida as pessoas moralmente regulares que as utilizam num meio em que elas não constituem as normas correntes» (1931a: 166). Quanto às tatuagens, entende que não importa que estas sejam emblemas religiosos, como cruxifixos, já que os «delinquentes» que as utilizavam não sabiam muitas vezes o seu significado, ou adoptavam-nas por «subserviência ou imitação», podendo ser ladeadas por «sórdidas

²⁸ De acordo com o Decreto-lei de 27.5.1911, os «menores em perigo moral» eram os que «não tinham domicílio certo nem meios de subsistência (devido à ausência de pais, tutores, parentes, etc., à doença ou prisão dos mesmos), aqueles cujos pais ou tutores fossem reconhecidos como incapazes ou impotentes para cumprirem os seus deveres paternos ou tutelares, bem como os que viviam em companhia de pais ou tutores que desprezassem “gravemente os seus deveres de vigiar e educar os filhos”, que tinham “mau comportamento notório e escandaloso”, que fossem “conhecidos como sendo habitualmente ociosos, mendigos, vadios, alcoólicos, gatunos, rufiões, toleradas ou outros entes imorais”, que privassem habitualmente os filhos de alimentos e outros cuidados indispensáveis à saúde, os maltratassem fisicamente de modo habitual ou excessivo, os excitassem para a “gatunice”, mendicidade e prostituição, estivessem empregados em profissões “proibidas, perigosas ou desumanas”, e/ou que tinham sido condenados por determinados crimes» (Bastos, 1997: 201).

representações obscenas», como «mulheres nuas em posições lúbricas» (1931a: 168). Considera, assim, que as manifestações de religiosidade de «criminosos» e «prostitutas», que designa por «essa gente», tinham um «precário valor moral», uma vez que aqueles não «pautam as suas condutas pelas normas estatuídas pela religião» e até podem evocar a divindade e os santos «nas suas maquinações delituosas» (1931a: 169).

O autor analisa ainda a abordagem do «criminoso nas tradições populares portuguesas», no sentido de verificar se nas formulações populares existe «um pressentimento vago das modernas doutrinas da antropologia criminal sobre a diversidade individual dos criminosos», somatologia criminal, hereditariedade, corrigibilidade e temibilidade dos delinquentes (1931a: 207). Ao longo do texto indica várias situações de origem «popular» e «cultas». Os adágios, por exemplo, podem destacar: a «incorrigibilidade»; a «diversidade individual dos seres humanos»; as relações da morfologia externa com qualidades psicológicas ou morais (tendo em conta a estatura, sinais no corpo ou a cor dos olhos); a hereditariedade; a loucura e a fraqueza de espírito; o hábito e a influência das companhias e do regime educativo; a mendicidade, vagabundagem, ociosidade e prostituição; os «criminosos fortuitos» e os «de ocasião»; e os excessos das multidões²⁹ (1931a). Em vários desses exemplos encontra desacordos e adágios que se contrariam. Também as alcunhas podiam reflectir defeitos físicos ou psíquicos, ou tendências criminais. Já as superstições e os agoiros, relativos a crimes e criminosos, eram para o autor «crendices ingénuas» (1931a: 252), assim como a crença em certas interpretações de sonhos entre a «gente rústica» (*idem*, p. 253). Considera que o carácter erótico de alguns sonhos é, no entanto, menos vulgarizado do que pretende a análise de Freud, e que alguns objectos não surgem aí como símbolos sexuais, já que a semiologia popular portuguesa «é bem mais casta do que pretende o psicólogo austríaco, na sua ousada generalização» (*idem*, p. 257). Conclui que o povo «distingue nitidamente entre a personalidade moral do delinquente fortuito e a do reincidente» (*idem*, p. 259), retirando exemplos de episódios, que podem ocorrer em situações como romarias e feiras, ou de actos mais ou menos graves, como envenenamento, infanticídio ou traição. Esse mesmo povo é, para o professor da FCUP, «facilmente iludido» por uma atitude ou lágrimas (*idem*, p. 260-261); todavia, reconhece-lhe a capacidade de condenar certos crimes, ao mesmo tempo que observa que «toda a alma bem constituída», ainda que «plebeia» e «ignorante», consegue discernir que «a ruína moral é a pior de todas as ruínas» (*idem*, p.

²⁹ O autor refere que este reconhecimento nas «tradições populares» é notável, sobretudo porque antecede em muito «os estudos de psicologia colectiva de Sighele, Le Bon, Durkheim, Tarde, etc.», que consideram as multidões mental e moralmente inferiores aos indivíduos isolados (1931a: 247-248).

262). Mas mais surpreendente é a constatação de que as formulações populares têm algumas «verdades» da moderna antropologia criminal, como a hereditariedade, os casos de incorrigibilidade e a acção do meio e da educação na criminalidade (*idem*, p. 263). É que, segundo Mendes Correia, a moral do povo era influenciada pelos mandamentos religiosos e, como já tinha assinalado Adolfo Coelho, a mentalidade popular portuguesa enaltece como símbolos moralmente elevados a lealdade, fidelidade, firmeza e inteireza de carácter (*idem*, p. 263). Era assim «na forte educação moral» que se impunha o «elemento basilar do levantamento da Nação» (*idem*, p. 264).

Da actividade de Mendes Correia no âmbito da antropologia criminal conclui-se que, ao mesmo tempo que critica a obra de Lombroso e dá azo à sua tarefa de antropólogo, promovendo a importância da individualidade e do conhecimento do contexto da mesma, acaba também por tipificar o português, ao atribuir-lhe características psicológicas identificáveis, como a de que «o português é excessivo e instável como autêntico meridional», ou é «agressivo e inteligente», não possuindo «a crueldade do calabrês ou do napolitano, nem a astúcia fria, a habilidade medida e perspicaz do homem do norte» (1914: 39). Estas características conduziram-no ainda à conclusão de que o português, sendo «o menos feroz e o menos astuto» dos meridionais, era o que tinha nas estatísticas³⁰ menores percentagens de homicídios e de crimes contra a propriedade (*idem, ibidem*). Assim, embora o professor da FCUP tenha criticado a obra de Lombroso, e tenha defendido correctamente, do ponto de vista antropológico, a ideia de que o crime é relativo e que os indivíduos que o praticam podem ser, à partida, seres normais, não acabou por levar até às últimas consequências as depreensões dessa sua teoria. Mendes Correia não nega, de facto, a compulsão individual que possa existir para a prática de um crime. Contudo, ao considerar que existem razões de ordem social, e nacional para determinados comportamentos, ele acaba por diminuir a importância dessa individualidade. Ou seja, no sentido de substituir o determinismo biológico proposto por Lombroso, acaba por, de certa forma, apresentar um determinismo social. Procura, no entanto, em algumas situações, analisar o contexto sociocultural de ocorrência do crime. Lembra, por exemplo, que uma provocação «justifica plenamente, na moralidade popular, um desagravo violento, como nos tribunais a legítima defesa» (Correia, 1931 a: 259). Algumas destas questões não se perderam, de todo, com o tempo. Actualmente existem ainda duas teses que sustentam a possível correlação entre a biologia e os comportamentos desviantes: de

³⁰ Segundo João Fatela, o primeiro estudo estatístico da criminalidade em Portugal, «pelo esforço de interpretação, carácter sistemático» (1989: 26), é «Estudo Estatístico da Criminalidade em Portugal nos Anos de 1891 a 1895», de A. Luís Lopes, 1897, elaborado a pedido da comissão organizadora do Congresso Nacional de Medicina que decorreu em Lisboa, em 1897, publicado pela Imprensa Nacional de Lisboa.

António Damásio, que destaca o papel do córtex orbito-frontal como área sensível nos psicopatas; e de James Blair para quem a amígdala (área entre o córtex orbito-frontal e o hipocampo) é a zona a partir da qual se podem estudar os indivíduos considerados criminosos.

2. Política da População: educação, género, higiene e profilaxia

Em termos percentuais, a população portuguesa que em 1890 se dedicava aos trabalhos rurais era de 61,1% e aos trabalhos industriais de 18,4%; em 1960 essas percentagens passaram a 47% e 27% respectivamente (Lopes, 1996: 950). Ao longo do tempo, foram-se aperfeiçoando as técnicas que visavam a vigilância da população, em geral, em momentos como a produção, o nascimento, a morte e a doença. Esta forma de exercer o poder actuava não só sobre os corpos individuais, mas também sobre a população em geral. Existiu assim uma proximidade entre conhecimento e poder. Eram, muitas vezes, os médicos, ao tentar encontrar uma resposta para os males sociais, que faziam uma aproximação entre a antropologia e a biologia, fazendo jus à sua formação. Os médicos debruçavam-se sobre assuntos, como o alcoolismo, pobreza, ou má-nutrição, com vista a manter as populações saudáveis. Por outro lado, questionavam se algumas patologias teriam uma origem natural ou se seriam consequência da fome, degenerescência devido à consanguinidade, da pobreza, ou de outros níveis de carência. A resposta a estas questões passou pelos debates em torno da higiene social e da esterilização. Os grandes higienistas foram, de facto, médicos. Mas também a saúde mental era importante. Um dos aspectos que unia Mendes Correia a Sobral Cid, Miguel Bombarda e Júlio de Matos era o facto de estarem preocupados com a saúde mental (para além de serem todos republicanos). A saúde, e especificamente a saúde mental, era uma questão nacional.

Aos ideais nacionalistas de manutenção de uma população saudável estavam subjacentes, também, os assuntos que se relacionavam com a instrução e a educação. Ao nível escolar, Mendes Correia realizou o já referido estudo *Crianças Delinquentes* (1915a). Sobre o tema da educação, assim como da pedagogia e métodos pedagógicos, publicou textos específicos (Correia, 1925i), alargando o tema à reeducação dos mutilados de guerra no âmbito profissional (Correia, 1917d), tendo participado ainda em programas da Emissora Nacional e publicado essas intervenções. No entanto, o tema da educação e da instrução acaba por ser transversal a vários dos seus textos, assim como à intervenção que vem a ter no campo político, como se verá no capítulo 5. Segundo Mendes Correia, para o verdadeiro educador não há uma criança teórica, mas crianças todas diferentes; para o criminologista e para o jurista não existe um tipo de criminoso, mas criminosos; para o médico não há doenças, mas

doentes. A individualidade adquiria assim uma especificidade própria (Correia, 1931a: 18). No âmbito da antropologia pedagógica, considera que nenhuma criança deveria frequentar a escola sem previamente ser observada do ponto de vista médico-antropológico. Além disso, exigia-se a colaboração entre o médico-antropologista e o professor. Deste modo, não bastavam os conhecimentos do médico. Eram necessários: preparação antropológica especial; utilização da técnica antropométrica adequada; métodos de psicologia experimental; conhecimentos acerca do desenvolvimento da criança, de variações sexuais, etárias, étnicas, sociais e de morfologia e psicologia. Entre estes conhecimentos, destaca os de Rowe, Strong, Loades, Pyle, Saffioti, entre outros, sobre «diferenças mentais entre crianças de várias raças», e de Pyle e Niceforo sobre as «diferenças somáticas e psíquicas em crianças de várias classes sociais» (Correia, 1931a: 19).

O próprio IAUP, que dirigia, forneceu fichas médico-antropológicas, a estabelecimentos de ensino, e elaborou questionários sobre delinquência escolar dirigidos aos alunos³¹ dos liceus e aos professores³² do ensino básico (Correia, 1925i). A propósito desses questionários, lembra o inquérito realizado pelo IAUC sobre a cor do cabelo e dos olhos nos estudantes das escolas primárias portuguesas (Tamagnini, 1915). Todavia, salienta o interesse em obter outros elementos no estudo somático, uma vez que no caso da pigmentação, por exemplo, a não utilização de uma escala cromática com padrões bem definidos, suscitava o «perigo de coeficientes pessoais de apreciação e da diversidade de critérios na designação das cores» (Correia, 1925i: 3). Por essa razão, considera que «mais seguras são indubitavelmente as informações dadas pelo professorado sobre algumas qualidades psicológicas e morais,

³¹ O questionário utilizado no Liceu Alexandre Herculano do Porto tinha as seguintes questões: «1) Qual é a cor que prefere?; 2) Qual é o género de paisagem que prefere?; 3) Prefere a música suave ou sonora, lenta ou rápida?; 4) Prefere a música instrumental ou de canto?; 5) Qual é o instrumento musical que prefere?; 6) Qual a comida que prefere?; 7) Gosta de comidas doces, ácidas, salgadas ou amargas?; 8) Qual o aroma que prefere?; 9) Qual a distração artística que prefere?; 10) O trabalho mental fatiga-o muito?; 11) E o trabalho físico?; 12) Qual é o trabalho que prefere?; 13) Qual é a disciplina do seu curso que prefere?; 14) Qual é a profissão ou carreira que desejaria seguir?; 15) Qual é a estação do ano que prefere?; 16) Gosta mais da cidade ou do campo?; 17) Qual é a maneira de viajar que prefere?; 18) A que lugar desejaria mais fazer uma viagem?; 19) Qual é o seu melhor divertimento?; 20) Quais são as qualidades que gosta de encontrar nos seus amigos e companheiros?; 21) Qual é a sua opinião sobre a vida?; 22) Qual é a sua maior aspiração?» (Correia, 1925i: 5-6).

³² O questionário tinha, provisoriamente, as seguintes questões: «a) quantas crianças actualmente frequentam a sua escola? Qual o sexo?; b) Quantas dão repetidas provas de indisciplina, mau génio e irascibilidade?; c) Quantas mostram tendências para delitos comuns? d) Quantas, pelo contrário, são dóceis e de boa conduta? e) Que opinião forma sobre umas e outras? Há, entre elas, anormais biológicos? E de quais categorias? Atribui a má conduta de algumas a influências do meio familiar e social? Quais considera predominantes: os factores biológicos intrínsecos ou os externos?; f) São vulgares os actos delituosos na escola? g) Alguns alunos procedem na escola em oposição aos informes dados pela família sobre a sua vida extra-escolar? h) Quais são as faltas e os delitos escolares mais frequentes entre as crianças a seu cargo? i) Qual é a idade que fornece, entre os seus alunos, maior número de indisciplinados e delinquentes?; j) A imitação desempenha um papel preponderante na génese dos delitos infantis?; k) Quais são os meios preventivos e repressivos que julga mais eficazes na luta contra a instabilidade e delinquência infantil? O que pensa dos castigos corporais?» (Correia, 1925i: 4).

condições educativas, aproveitamento, etc., dos seus alunos» (*idem, ibidem*). Ainda que aponte a possibilidade de existir falta de sinceridade nas respostas aos questionários dirigidos aos alunos, reforça a importância dos inquéritos no estudo de processos pedagógicos, problemas morais e questões da vida extra-escolar, uma vez que se tratavam de «assuntos do maior interesse nacional» (*idem, p. 7*).

As indicações ao nível da educação e da instrução poderiam alargar-se ao que Mendes Correia designaria por antropologia profissional, embora não utilize esta expressão. Segundo o próprio, o antropólogo³³ não abandona os seus observados à saída da escola e acompanha-os à oficina, ao trabalho industrial (1931a: 21). Parece assim, que na perspectiva do autor, o antropólogo estaria mais destinado a observar indivíduos cuja competência intelectual fosse reduzida e vocacionada sobremaneira para o trabalho manual. O antropólogo, como refere, «auxilia o diagnóstico das aptidões» (*idem, p. 21*). Contudo, para a avaliação das mesmas o que vem a ser analisado é a robustez, ou as competências para serviços em locais como as empresas ferroviárias. Para o professor da FCUP, as diferenças étnicas de capacidade e energia profissional deveriam também ser tomadas em conta³⁴. Para além das oficinas e das fábricas, era possível encontrar indivíduos para as «observações antropológicas» nos quartéis (*idem, p. 26*). De facto, além dos realizados por outros investigadores, como Fonseca Cardoso, foram efectuados no IAUP trabalhos baseados na «população dos quartéis», já Aurélio da Costa Ferreira tinha destacado a utilidade em empregar os coeficientes de robustez, a dinamometria, a ergometria e os processos da psicologia experimental, e de classificação morfológica, nos serviços das juntas de inspecção médica militar para o recrutamento de mancebos e selecção de candidatos a aviadores (*idem, p. 27-28*).

Mendes Correia reflecte também sobre o papel das mulheres portuguesas. Por um lado, analisou a «condição da mulher», a partir dos estudos antropológicos que comparavam as suas capacidades físicas e mentais com as dos homens. Começou em 1917 a estudar vários esqueletos e as suas diferenças sexuais, mas considerava que a maior parte da antropologia portuguesa punha de parte a «antropologia do sexo feminino», que tinha «um alto interesse científico, mesmo no ponto de vista étnico» (1934c: 371). Os estudos físicos que realizou levam-no a concluir que o «critério duma hierarquia filogenética ou taxonómica não se deva aplicar aos sexos, que devemos antes considerar como expressões morfológicas e funcionais diversas dum mesmo nível evolutivo» (*idem, p. 376*), e que «a mulher não é superior nem inferior ao homem», sendo-lhe «igual na escala zoológica» (*idem, p. 377*). Contudo, considera

³³ O termo que utiliza é antropologista.

³⁴ Esses aspectos vêm a ser particularmente tomados em conta no âmbito dos estudos de antropologia colonial.

existir «uma diferença profunda entre a mentalidade masculina e a feminina» (*idem, ibidem*), isto é, embora não fisicamente inferior, a mulher transportava consigo uma realidade proveniente de um determinismo, ainda que social, há muito existente:

A inteligência feminina, por mais alta e mais admirável que seja, nunca apresenta o poder criador da mente genial dum Newton ou dum Leonardo de Vinci. A sua feição mais servil e tímida é talvez, em grande parte, a expressão dum secular determinismo social, mesmo a herança atávica dum passado multi-milenário, pré-humano, de submissão e obediência. Mas, mesmo que tal feição não fosse senão isso, nem assim ela deixava de constituir, como a hereditariedade, uma realidade tremenda e insanável, um facto biológico que nenhuma das forças humanas conseguem destruir (1934c: 378).

Assim, embora reconheça que é o determinismo social que tem uma maior influência no modo como as mulheres se comportam, ou nas aptidões intelectuais que revelam, considera que a sua compreensão do mundo é distinta da dos homens e que as suas capacidades de motivação e acção são inferiores. Não reduz a mulher «à simples condição dum ente sensível» e diz admirar a «constância das suas actividades», as suas «faculdades analíticas», a sua «subtileza no detalhe», contudo, o seu «poder de volição esclarecida, o seu carácter, a sua capacidade de acção» diferiam estruturalmente das «correspondentes faculdades masculinas» (1934c: 378). Reproduz, contudo, os estereótipos da dominação masculina de género, ao afirmar que o «verdadeiro feminismo» deveria «cultivar e estimular as virtudes próprias da mulher», o seu «luminoso papel de heroína de virtudes domésticas, de anjo do lar, de companheira extremosa, de mãe abençoada», ou seja, reduzindo a mulher a um conjunto de papéis previamente destinados pelas amarras da família e da sociedade. Considera que a mulher não devia ser uma «escrava», nem uma «pobre ignorante, incapaz de compreender as aspirações intelectuais do marido», mas não devia ser uma «competidora do outro sexo, em vez de ser uma sua colaboradora» (1934c: 379). Por outro lado, em política não deveria «imiscuir-se em assuntos que ultrapassem o âmbito, que lhe é familiar, da paróquia e do município» (*idem, ibidem*). Como mostrarei no capítulo 5, esta ideia irá alterar-se quando discursa em 1946 na AN, por exemplo, a favor da importância do voto feminino e da participação das mulheres na política. Reconhece, no entanto, que a mulher se deparava com um «problema social», mais complicado do que o do homem, uma vez que lhe era exigida uma «pureza de atitudes e costumes que poucos homens possuem» (1934c: 380). Assim, questões como o divórcio, o celibato feminino, a prostituição e a educação sexual da mulher, eram revestidas de uma complexidade que despertava a necessidade, segundo o autor, de preparar melhor a mulher para a vida social «numa inteligente profilaxia desses males»; males esses, esclarece, muitas vezes da responsabilidade dos homens dos quais se deveria exigir «uma atitude moral de maior elevação e nobreza» (*idem, ibidem*).

No campo da saúde destacam-se em Portugal três reformas em 1901, 1945 e 1971. Além destas, destacou-se a de 1926, que tinha como objectivo colmatar as deficiências dos diplomas de 1901. A primeira, conhecida como a reforma de Ricardo Jorge, relacionou-se com um projecto de higiene social «concebido e proposto em 1884 pelo próprio» (Costa, 2009: 73). Tal reforma, que antecedeu a República, concedia ao Estado «um papel de coordenação das iniciativas assistenciais», públicas ou privadas, «com reduzidas iniciativas estatais directas, privilegiando e encorajando as acções de natureza particular e filantrópica» (*idem*, p. 74). No período em que actua Mendes Correia, após a instauração da República, assiste-se a um reforço da intervenção estatal, uma vez que a Constituição de 1911, consagra o direito à assistência pública, tendo sido criadas Direcções Gerais de Saúde e Assistência. Com a consolidação do regime corporativo no Estado Novo (estabelecido em 1933) houve mudanças no sentido em que os princípios de «pendor estatizante, laico e até socialista» foram substituídos por uma «revalorização das iniciativas privadas de beneficência, vulgo assistencialismo caritativo de cariz quase exclusivamente confessional», com uma influência evidente da «doutrina social da Igreja Católica na política social e assistencialista» (Costa, 2009: 76). Assim, «enquanto outros países europeus começavam nos anos 30 a encarar e assumir a saúde da população como um assunto de Estado», o Estado Novo preferiu adoptar uma «atitude concomitantemente promotora e fiscalizadora das instituições privadas de assistência» (*idem*, p. 79). Foi difícil durante esse período incluir no programa político uma preocupação com o sistema de saúde. O apoio às populações estava amiúde reduzido ao higienismo e à prática assistencialista, sobretudo às franjas mais passivas da sociedade. Já os profissionais da indústria, comércio e serviços, excluindo-se a população rural, tinham o apoio das organizações de previdência, organizadas pelos grémios e sindicatos nacionais.

Algumas das publicações periódicas importantes para o estudo das preocupações médicas na primeira metade do século XX foram: *Boletim da Ordem dos Médicos*, *Brotéria*, *Jornal do Médico*, *O Médico*, entre outras, tendo Mendes Correia publicado em algumas delas (*Portugal Médico*, *Jornal do Médico*, *Brotéria*). Por outro lado, as Conferências Internacionais Sanitárias «resultaram da ideia que a saúde dos povos devia ser tratada internacionalmente pelos diferentes governos», tendo ocorrido, entre 1851 e 1938, 14 conferências que tiveram como «objectivo regulamentar a profilaxia internacional das grandes doenças epidémicas» (Costa, 2009: 51). Portugal era, contudo, um dos países europeus com maior taxa de mortalidade (em 1946 era de 14,7 por 1.000 habitantes), sobretudo se comparada com países que participaram na II Guerra Mundial (*idem*, p. 55). O mesmo

acontecia ao nível da mortalidade infantil, sendo que em 1953 «praticamente uma em cada dez crianças portuguesas morriam no seu primeiro ano de vida» (*idem, ibidem*).

Esteve associado também a instituições estrangeiras que se debruçavam sobre a higiene, e especificamente a higiene mental, como a Liga Brasileira de Higiene Mental, para a qual foi escolhido durante a visita ao Brasil em 1934. A proposta foi publicada pelo *Jornal do Brasil*, de 29.6.1934, e refere-se aos núcleos portugueses com actividades paralelas às da Liga, ou com um programa médico-social idêntico. Salienta ainda que apenas no ano transacto (1933) é que Renato Kehl³⁵, presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental, «de regresso da Europa» levou notícias sobre as «várias sociedades portuguesas, como a Liga Portuguesa de Profilaxia Social, a Sociedade de Antropologia, a Sociedade de Estudos Eugénicos» (AAVV, 1935: 48). E embora esta última estivesse ainda a organizar-se, a verdade é que qualquer uma delas tinha afinidades com a Liga Brasileira. Na sessão inaugural do CNCP, integrado nos Congressos do Mundo Português, Mendes Correia (1940a) lembra que os progressos da biologia, higiene e medicina eram colaboradores de uma séria política da população e os problemas demográfico-sociais beneficiavam dos ramos modernos da biologia, como a heredologia, sexologia, biometria³⁶, endocrinologia, biotipologia e constitucionalística. A alimentação foi outro dos aspectos sobre os quais se debruçou (Correia, 1951f), sustentado na ideia de que a nação precisava de seres capazes e robustos. Nas sessões de AN, e na qualidade de deputado, levou essa questão à discussão nas sessões de 15.12.1945, 27.1.1948 e 29.1.1948, como se verá no capítulo 5.

2.1. Higiene racial, aperfeiçoamento da «raça» e eugenia

A obra de Charles Darwin (1809-1882), inspirada nas teorias populacionais do pastor protestante Thomas Malthus³⁷ (1766-1834), definiu o processo de «selecção natural» das espécies (Darwin, 1859), e defendeu que as espécies não eram imutáveis, evoluindo gradualmente; segundo Darwin, a selecção natural actuava no sentido da preservação das diferenças e das variações favoráveis, assim como da eliminação das variações nocivas (1968

³⁵ A 24.10.1932 Renato Kehl profere uma conferência no Porto a convite de Mendes Correia.

³⁶ Um dos expoentes da nova teoria designada por biometria foi Karl Pearson (1857-1936).

³⁷ Segundo a lei malthusiana, quando as taxas de nascimento e morte são constantes, a população irá crescer ou diminuir em progressão geométrica. Esta lei descreve a forma como a população cresce ou decresce quando não existem outros factores externos a actuar. Desse modo, o estado normal de uma população não é ser constante, mas estar em movimento, e quando a população cresce ou decresce exponencialmente, tal é devido a forças externas. Segundo Malthus (1798), a população cresce em proporção geométrica (1, 2, 4, 8, 16...), enquanto a produção de alimentos cresce em proporção aritmética (1, 2, 3, 4,...), podendo tal conduzir a uma catástrofe. Esta tese está relacionada com a selecção natural; segundo aquela, se a natureza actuar por si própria os mais fracos são eliminados e os mais fortes sobrevivem. Para Malthus, as leis paroquiais, que promoviam a ajuda aos mais necessitados, não deveriam ser aplicadas, uma vez que não permitiam a actuação da selecção natural.

[1859]: 84), ou seja, os seres mais aptos viviam durante mais tempo e tinham mais descendência. Não fazia sentido, portanto, falar na existência de «tipos» raciais permanentes, uma vez que as populações se adaptavam e evoluíam progressivamente. A teoria de Darwin, inspirada no «mundo natural», foi posteriormente apropriada para a análise das sociedades humanas e algumas das suas interpretações foram aplicadas a outras áreas. Ainda durante o século XIX, e posteriormente ao evolucionismo, emergiu a eugenia, uma prática ou movimento social, que procurava alcançar a melhoria das qualidades físicas e morais de gerações futuras, principalmente pelo controle social dos matrimónios. É, correntemente, definida como uma ciência aplicada dirigida ao melhoramento das potencialidades genéticas da espécie humana (Banton, 1996: 125). O termo eugenia (*eu* – boa, *genus* – geração) foi criado em 1883 pelo britânico Francis Galton (1822-1911), primo direito de Darwin. Embora o «novo» termo se associe a 1883, a ideia de eugenia não era nova, pois já os gregos antigos se referiam à eliminação dos incapazes, como os eugenistas britânicos reconheceram. Essa associação talvez advenha da proximidade da eugenia com a noção chocante de que indivíduos menos dotados não se devem reproduzir (Stepan, 1991).

Em *Hereditary genius* (1979 [1869]), Galton procura provar, através de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era influenciada pela hereditariedade e não pelo meio. Como considera a habilidade mental e a habilidade física herdadas diferenciadamente pelos indivíduos, grupos e «raças», sugere as proibições dos casamentos inter-raciais, tendo em vista o aperfeiçoamento das populações e a eliminação de características indesejáveis, diminuindo a propagação dos indivíduos «incapazes» e estimulando a multiplicação dos indivíduos saudáveis. É no darwinismo que se inspira para elaborar, em *Inquires into Human Faculty and its development* (1883), a teoria eugénica de «aperfeiçoamento da raça humana». No entanto, segundo este autor, o processo darwiniano de selecção já não operava sob as condições de uma vida «civilizada», sendo necessário intervir activamente no desenvolvimento do homem. Inspirou-se ainda nas descobertas de Gregor Mendel (1822-1884), um monge checo, conhecido como o fundador da genética. Mendel cruzou pés de ervilhas e verificou que quando ervilhas de casca enrugada eram cruzadas com ervilhas de casca lisa, o resultado tendia a ser ervilhas de casca enrugada, pois esse era o gene dominante. Alguns eugenistas que interpretaram estas experiências reconheceram as ervilhas de casca enrugada como uma degeneração (e não como uma variação genética apenas), pondo em causa a reprodução daquela espécie. Ao transferir o resultado das descobertas de Mendel para os humanos, Galton considerou necessário procurar manter as «raças» puras. Em 1907

foi presidente da Eugenics Education Society, em Inglaterra, tendo-lhe sucedido no cargo Leonard Darwin – filho de Darwin.

Segundo M. Sophia Quine (1996), na altura da criação daquela sociedade, um grupo da «ala nórdica» defendeu medidas eugénicas «negativas», de impedimento da transmissão de defeitos hereditários, nas quais se incluíam: proibição do casamento, esterilização e segregação dos «anormais», enquanto delegados dos países latinos católicos³⁸ insistiram em medidas «positivas» de reforço da assistência social, protecção materno-infantil e apoio às famílias numerosas. Estas imposições inspiraram aqueles que acreditavam ser possível dirigir e modificar o curso natural da evolução humana num sentido que viam como positivo. Um governo, por exemplo, pode pôr em acção leis de eugenia negativa decretando que indivíduos considerados incapazes, como os deficientes mentais ou pessoas com doenças hereditárias, não devam ter filhos, ou pode, através de providências de eugenia positiva, encorajar nesse sentido indivíduos considerados pertencerem a uma melhor estirpe. Estas duas formas de eugenismo fundam-se na intervenção do Estado, embora de distintas formas, através de legislações mais ou menos constrangedoras (Pichot, 2000: 159).

A eugenia suscitou o interesse de cientistas, médicos, especialistas legais e higienistas mentais, mas tal processo deve ser visto como a culminação de uma transformação intelectual e social durante a qual a vida humana foi crescentemente interpretada como resultado das leis biológicas naturais (Stepan, 1991: 21). Levantaram-se então questões relativas à miscigenação, pois esta permitiria obter combinações incontroláveis com elementos de ambos os pais. Alguns teóricos defenderam que as «raças» inferiores ficariam favorecidas, enquanto as superiores ficariam desfavorecidas, tendo como resultado a sua degenerescência. Para impedir a miscigenação promoveu-se a segregação de grupos, o isolamento dos «inferiores» e até a sua exterminação. A eugenia tornou-se popular na Grã-Bretanha e nos EUA, pelo menos até ao primeiro quartel do século XX, embora tenha sido influente noutros países da Europa, como a Suécia. Contudo, quando deixou de ser apenas uma teoria e se tornou numa prática radical, e sem regras na Alemanha nazi, foi sujeita à crítica e à rejeição (Llobera, 2003: 84).

No que respeita ao contexto português do início do século XX, também alguns autores e, especificamente Mendes Correia, se debruçaram sobre este tema, uma vez que estavam preocupados com o progresso da população (Correia, 1928a³⁹). Nesse sentido, promoveram ideias para a melhoria das suas condições. Por outro lado, como Portugal era um país que

³⁸ Estes últimos defendiam tais medidas não por serem latinos, mas, e sobretudo, por serem católicos.

³⁹ Eusébio Tamagnini, fundador da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos, não tem um artigo semelhante ao de Mendes Correia sobre o problema eugénico (1928a), embora apele ao estudo sistemático das questões respeitantes à «higiene da raça» numa exposição ao Senado da UC a 25.1.1933 (Tamagnini, 1934-1935: 28).

administrava territórios ultramarinos, algumas dessas ideias estenderam-se a esses espaços, adequando-se e enriquecendo-se, sobretudo quando as pressões internacionais no período pós II Guerra Mundial se agudizaram. Os eugenistas pretendiam combater «quantitativa e qualitativamente, a «decadência» populacional e social, pretensamente causada por factores biológicos mórbidos hereditários que faziam perigar as nações» (Pimentel, 1998:18). Foi neste contexto que, no sentido de «salvar» a população portuguesa, começaram a surgir propostas de medidas de higiene, assistência social, promoção e proibição de casamentos. Em algumas ocasiões a ciência e o poder estatal chegaram a apoiar-se mutuamente, transmitindo-se, muitas vezes, a ideia de que ambos poderiam contribuir para o progresso da nação. Câmara Sinval terá sido um dos precursores das ideias eugenistas em Portugal ao ter referido em 1837-1838, na abertura da cadeira de Partos, o seguinte:

Núbil virgem, que te propões a ser mãe, sabes se irás dar origem a uma casta valetudinária; ou se, por uma anomalia de construção no aparelho gerador, vais comprar as delícias do himeneu, a preço da vida?... Consulta a Obstetrícia. Oxalá, senhores, que o governo se decida um dia (e em breve seja) a interferir, pelo lado físico orgânico, em a união dos esposos (oração publicada no n.º 188 da *Gazeta Médica do Porto* em 1849, citado em Correia, 1941a).

Mas já no n.º 158 da referida revista Câmara Sinval se tinha ocupado da «importância da idade, da conformação do aparelho gerador, de certas doenças, como a tísica pulmonar, o cancro uterino, aneurismas, epilepsia, melancolia, venéreo, certas afecções da pele e doenças hereditárias, no casamento, cuja proibição aconselhava em determinados casos» (Correia, 1941a: 6). Em 1919 Júlio Dantas (1876-1962), futuro ministro da Instrução Pública (1920) e dos Negócios Estrangeiros (1921 e 1923), Presidente da ACL (1940) e presidente-geral dos Congressos do Mundo Português (1940), «propôs a introdução do exame pré-nupcial, a proibição do casamento entre doentes de corpo e de espírito, e o isolamento dos indivíduos perigosos “para a raça”» (Dantas, 1919).

Segundo Ana Leonor Pereira, «o caso português não é comparável à dinâmica eugenista da Alemanha, da Inglaterra, dos EUA, da Suíça e dos países nórdicos, mas revela alguma semelhança com o eugenismo francês» (1999: 536). Tal advém basicamente da «subordinação do espírito eugenista ao campo do higienismo» e «é compreensível, atendendo à hegemonia do neo-lamarckismo (influência do *meio* exterior sobre a hereditariedade) na comunidade bio-médica francesa» (*idem, ibidem*). Mendes Correia foi um defensor do neo-lamarckismo (1915b). Em 1919 afirma: «a raça é a tradução plástica dum passado mesológico. Crie-se-lhe um novo ambiente, ela transformar-se-á decerto» (1919b: 168). Porém, a ideia de que o meio influencia os seres vivos e induz à adaptação e evolução da espécie, nos termos lamarckianos, começou a desvanecer na sua obra a partir dos anos 20 do

século XX, como se indicia em *Homo* (1921a). Um ano depois do golpe militar de 28.5.1926, considerou, numa intervenção apresentada ao Congresso Nacional de Medicina, que o desfalque humano suscitado pela onda emigratória, bem como pela mortalidade, tuberculose e ilegitimidade das crianças conduzia à necessidade de tomar medidas eugénicas. Nesse sentido, e para não fabricar «num triste fim de raça, uma geração miserável e incapaz, de ineptos, de malvados, de covardes», propôs o estabelecimento do:

pedigree das famílias, a segregação de criminosos recidivistas⁴⁰, a esterilização e o neomaltusianismo em casos de grandes taras e doenças profundas, o exame ante-nupcial com regulamentação sanitária do casamento, a propaganda popular e escolar da eugénica (incluindo a educação sexual e a profilaxia anti-venérea), a protecção às gestantes, a regulamentação médica da imigração; (...) a luta contra os factores disgenizantes (alcoolismo, uso de alcaloides, prostituição, imoralidade, etc) (1928a: 7).

Mendes Correia (1928a) estava ainda preocupado com o facto de que, entre 1915 e 1921, mais de metade dos homens sujeitos às inspecções para o recrutamento militar não terem sido apurados por falta de robustez física, altura ou saúde, ou devido a deformidades físicas. Para o professor da FCUP, a inaptidão biossocial era um fenómeno constitucional-germinal e, portanto, hereditário, não sendo muito eficazes os meios higienistas. Como se percebe na transcrição anterior, uma das questões que o preocupava era a imigração que, segundo ele, deveria ser regulamentada. Na I Semana Portuguesa de Higiene (1931) propôs de novo a investigação do *pedigree* das famílias (ideia retomada pelo psiquiatra Barahona Fernandes) através da criação de um arquivo genealógico dos doentes, medida posta em prática cinco anos depois na Clínica Psiquiátrica da FMUL (Pimentel, 1998: 22). Em 1932 Mendes Correia é convidado para organizar a secção do Porto da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos.

Em 1933, o médico e antropólogo Eusébio Tamagnini⁴¹ (1880-1972) apresentou a proposta de criação da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos, cujos estatutos foram aprovados em 1934. Foi fundada em Coimbra, a 9.12.1937⁴², por E. Tamagnini, J. Alberto dos Reis, Álvaro Matos, Rocha Brito e Alberto Pessoa, com a participação em Lisboa e no Porto de Henrique de Vilhena e Mendes Correia. Foi inaugurada durante as Comemorações

⁴⁰ Reincidentes. Segundo a lei de 20.7.1912, que regulava a vadiagem, com a figura do pluri-reincidente passa a estar equiparado ao vadio: o mendigo, o homossexual e o rufião.

⁴¹ Foi ministro do governo de Salazar, de 23.10.1934 a 18.1.1936, professor de Antropologia, na UC, e realizou estudos que ilustram o seu interesse pela «raça». Sobre Tamagnini, *vide* Santos (1996).

⁴² Em comparação, podemos referir: Sociedade Alemã de Higiene Racial (1905); Sociedade de Educação Eugénica na Inglaterra (1907); Sociedade Eugénica Francesa (1912); e Sociedade Eugénica Americana (1921), que aconselhou a esterilização de um décimo da população americana para evitar o «suicídio da raça branca».

Centenárias da UC, com a presença⁴³ de representantes de vários países, entre os quais o alemão Eugen Fischer, director do Instituto de Antropologia de Kaiser Wilhelm de Berlim (*Diário de Coimbra*, 10.12.37), e esteve em actividade até 1974.

Ainda nos anos 30, Mendes Correia volta a aconselhar a realização do exame pré-nupcial e defende que a «esterilização eugénica» estava «perante a moral como os conselhos médicos de uso de preservativos contra as moléstias venéreas em relações sexuais⁴⁴ ilícitas, ou como a fiscalização sanitária da prostituição» (1934c: 353). Embora se pudesse controlar a natalidade, reconhece que «é a própria genética a ensinar-nos que o resultado de qualquer acto concepcional [...] é praticamente imprevisível, é uma verdadeira lotaria» e que «a sorte, o acaso, domina afinal as perspectivas de associação de caracteres no novo ser» (*idem*, p. 359). Contudo, apesar de reconhecer a necessidade de incrementar os conhecimentos acerca da hereditariedade humana, considera que já se conheciam alguns factos que permitiram tomar precauções no sentido de evitar a «transmissão de certas taras e doenças» (1934c: 360). Acautela, todavia, para a necessidade de existirem limites, já que as tentativas de aperfeiçoamento da humanidade podiam conduzir a uma excessiva «estandardização», através do «propósito monstruoso de, por processos científicos [...] reduzir a humanidade inteira a um padrão uniforme, medíocre, monótono» (1933a: 77).

Apesar de algumas das sugestões anteriores, acerca da necessidade de seleccionar e melhorar os indivíduos, no discurso da sessão inaugural do CNCP⁴⁵ (1940a) refere que não se devia cair nos «absurdos e reprováveis excessos neo-maltusianistas e nos radicalismos eugénicos, condenados a um tempo pela sua precária base científica – dada a nossa ignorância de muitas questões da hereditariedade – e pelo respeito que se deve à personalidade humana e à moral»⁴⁶ (Correia, 1940a). Não defende a utilização da eutanásia, uma vez que há o perigo

⁴³ Na sua maioria eram professores da FMUC, como Bissaya-Barreto, Rocha Brito, Anselmo Ferraz de Carvalho ou Elísio de Moura. Do Porto e Lisboa, onde as secções da sociedade eram dirigidas por M. Correia e H. Vilhena, respectivamente, participaram os médicos Joaquim Pires de Lima, João de Almeida (brigadeiro-médico) e Sobral Cid.

⁴⁴ Neste contexto distingue a proibição das relações sexuais que possam ser prejudiciais à sociedade, da legitimidade que o acto sexual possa ter enquanto prazer: «impedir que do acto sexual derivem consequências nocivas para a sociedade, não implica o reconhecimento da legitimidade desse acto encarado como simples prazer, sem a significação elevada que, em condições regulares, possui perante a lei moral e civil» (1934c: 353).

⁴⁵ Mendes Correia foi o representante do Porto nesse congresso. A seu propósito refere que já se tinham iniciado há muito tempo no estrangeiro os Congressos de Ciências da População, primeiro em Roma e depois em Berlim. Lembra ainda a Conferência de Paris sobre os Problemas da População, a conferência internacional sobre a Emigração em Havana (1928), a Conferência Mundial da População em Genebra (1927) e as Comissões para o estudo dos Problemas da População, como o *Comitato* italiano cujo presidente era Corrado Gini.

⁴⁶ Mendes Correia utiliza ainda este discurso como afirmação política, aproveitando o contexto de elevação nacional das comemorações centenárias para elogiar o regime de António de Oliveira Salazar. Critica a afirmação de Henri Decugis, no livro *Le Destin des Races Blanches*, sobre a pretensa decadência de Portugal, fundada na «infecundidade das famílias dirigentes», na «pululação de elementos inferiores», no «abastardamento da raça pelo mestiçamento intenso com gente de cor», no «abaixamento do nível intelectual da população», na

de cometer um erro de prognóstico e «não há o direito de matar um nosso semelhante» (Correia, 1946b: 28). E acrescenta: «admitamos que, na guerra ou nalguns casos estabelecidos pelo direito penal de vários países, se possa invocar, por vezes, a legítima defesa individual ou colectiva. Mas uma vida humana é sagrada» (*idem, ibidem*). Também no livro *Da Biologia à História* referiu que, apesar de a sociedade procurar defender-se de seres nocivos, as mutilações cirúrgicas são um paralelo da mutilação eugénica (Correia, 1934c). Acrescentou que a esterilização pode ter efeitos desmoralizadores na vida social e, sendo largamente praticada, pode privar a humanidade e a civilização de génios e grandes homens.

Portugal foi alvo também da observação de estrangeiros. Entre 10.11.1935 e 8.12.1935⁴⁷, o escritor e teólogo suíço Gonzague de Reynold⁴⁸ veio a Portugal (acompanhado na vinda e na volta por Narciso M. Freire de Andrade⁴⁹). Em resultado dessa viagem, escreveu um livro sobre o país no qual faz referência aos escritos de Mendes Correia (Reynold, 1936). Para Reynold, os pontos fracos do país eram os mesmos do povo português: falta de higiene, analfabetismo, ausência de educação física e fraqueza da «raça». O povo português era, sobretudo a sul de Coimbra, muito miscigenado com «raças exóticas» e essa mistura de sangues prejudicou a nação. Por essa razão, o regime deveria tomar medidas urgentes em defesa da «raça» (Reynold, 1936). Curiosamente, este livro sobre Portugal viria a ser motivo para o recebimento do prémio Camões, do SPN, em 1938. E o próprio Mendes Correia integra alguns dos juízos de valor de Reynold, acerca do povo português, nos seus livros *Raízes de Portugal* (1944b) e *Raças do Império* (1943a).

Contemporaneamente a Mendes Correia, outros autores, como o psiquiatra Barahona Fernandes (1907-1972) se preocuparam com as questões da eugenia e higiene racial⁵⁰. Por exemplo, na secção de Demografia e Higiene⁵¹ do CNCP, integrado nos Congressos do Mundo Português, João Avelar Maia de Loureiro⁵² (1901-1949), médico e professor na FMUL, defendeu que «o conceito de eugénica envolve necessariamente uma definição do que é a saúde duma raça» (1940: 124), ou seja, a «ausência ou raridade de doenças e anomalias

«escassez dos indivíduos de escol, que há três séculos a esta parte quase não permitiria a Portugal participar no prodigioso movimento intelectual da Europa». Para Mendes Correia, a própria realização deste congresso era «um protesto contra a asserção» dos que consideravam os portugueses decadentes (1940a).

⁴⁷ Meses antes, Mendes Correia sustentava uma polémica com Reynold, que tinha criticado o seu transformismo.

⁴⁸ Reynold era também professor de literatura francesa em Berna. Publicou sobre a história cultural da Suíça, história europeia, estudos da história literária suíça e francesa, a partir de um ponto de vista católico.

⁴⁹ Membro da delegação portuguesa da Sociedade das Nações, serviu de intermediário entre Salazar e Reynold.

⁵⁰ Para mais informações sobre este assunto, *vide* Matos, 2010.

⁵¹ Nesta secção foram apresentados um trabalho do demógrafo e fascista italiano Corrado Gini (1884-1965) sobre natalidade (Gini, 1940) e outro sobre mortalidade na população portuguesa (Sant'Ana, 1940).

⁵² Sobre a sua análise das causas da mortalidade no país, *vide* Loureiro (1945). Sobre a sua vida e obra, *vide* Correia (1949b). Em 1948, enquanto deputado na AN, Mendes Correia destaca a importância dos seus trabalhos na área da alimentação, como veremos no capítulo 5.

flagrantes nos indivíduos que a compõem» e a «capacidade de resistir a essas doenças e de não procriar indivíduos portadores de anomalias» (*idem*, p. 125).

Apesar de ter tido vários defensores em Portugal, mesmo após a fundação da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos, a eugenia era encarada sobretudo no quadro da higiene, isto é, destacando a influência do meio e de factores externos. A via higienista (apoiada pelas descobertas da química, medicina e farmácia) acabaria por prevalecer então à via eugenista, embora as duas pudessem coexistir. Outro elemento interessante é que as discussões acerca da eugenia passaram a juntar aos argumentos biológicos, os elementos sociológicos, psicológicos e até jurídicos, no que respeita à regulamentação de casamentos e divórcios, proposta por alguns médicos, e à consequente necessidade de actualizar o Código Civil português. No que respeita à esterilização, houve um certo consenso em a reprovar. Para além de Mendes Correia, também o psiquiatra Miguel Bombarda a avaliou negativamente e demonstrou ser crítico relativamente à eugenia radical. Apenas Egas Moniz, Prémio Nobel de Medicina e Fisiologia em 1949, propôs a esterilização para eliminar a hereditariedade mórbida, uma medida no entanto restrita a casos clínicos mais especiais (Pereira, 1999: 588). Entre os grandes defensores da eugenia em Portugal estiveram vários psiquiatras ligados a instituições estatais (Miguel Bombarda, Júlio de Matos, Sobral Cid, Barahona Fernandes⁵³).

No contexto português a Igreja manteve-se vigilante no que respeita a uma excessiva intervenção do Estado no domínio privado e familiar, procurando impedir os excessos «negativos» da eugenia. Mendes Correia, por exemplo, foi alvo de críticas provenientes do campo católico. No entender do autor, embora tenham parecido reconhecer a «excelente doutrina», o «saber e lealdade» no seu estudo, criticaram-no por partilhar algumas concepções da «moderna Eugenia»⁵⁴. O professor da FCUP considerava que essas suas concepções eram moderadas e continuou (em 1946) a aplaudir «uma fiscalização médica pré-nupcial, mesmo, *em casos muito excepcionais*, a esterilização eugénica» (1946b: 101). Em 1957, no discurso de agradecimento à homenagem que lhe foi feita na SGL, defendeu a criação estatal de «um grande Instituto para o Aperfeiçoamento Humano, no aspecto físico e moral, com estudos de Biologia humana, Genética, Medicina Social» (1957: 148). Posteriormente ao seu contexto de actuação, houve quem continuasse a alertar para os malefícios da eugenia, como foi o caso de Maria Emília de Castro Almeida (filha de António de Almeida), segundo a qual:

⁵³ Alguns destes psiquiatras foram figuras notáveis, não só na área de intervenção profissional, mas também pela sua ligação ao movimento republicano, como é o caso de Miguel Bombarda e de Júlio de Matos, este último muito envolvido no movimento positivista português, e de Barahona Fernandes, um opositor do Estado Novo.

⁵⁴ O autor estará aqui a referir-se ao artigo de Riba Leça, 1934, «Algo mais sobre Eugenismo», *Brotéria*, XIX.

As práticas eugénicas actuais ou futuras, que pretendem melhorar o património hereditário humano, parecem-nos muito perigosas, não apenas dos pontos de vista moral e étnico [...] mas no que respeita à futura evolução biológica dos grupos humanos (1968: 173).

Em geral, podemos dizer que as ideias eugénicas foram influentes em Portugal numa altura em que os estudos demográficos sobre a população, e as suas condições de vida e saúde, constituíram um motivo de reflexão transversal. As medidas ao nível da eugenia positiva passaram pelo reforço da assistência social e da protecção materno-infantil, de que são prova, por exemplo, as casas de apoio à infância criadas Bissaya-Barreto e Elísio de Moura em Coimbra. As medidas de eugenia negativa incluíram tentativas de eliminar defeitos físicos e mentais, que podiam ser transmitidos através da hereditariedade, sugerindo a proibição de casamentos e a segregação dos indivíduos considerados «anormais»⁵⁵. Entre os discursos analisados regista-se, por vezes, um debate entre «qualidade» e «quantidade». Os mais radicais defendiam que só os indivíduos mais «capazes» deviam ter mais filhos; porém, não só em Portugal, como em vários outros países europeus, fascistas ou demo-liberais, o aumento da população era um objectivo importante a alcançar. Apesar de tudo, em Portugal registou-se a persistência dos valores humanistas, em parte devido à influência cristã, e especificamente católica, com a intervenção da Igreja no Estado. Os princípios da eugenia não foram levados até às últimas consequências e não se registou a ocorrência de extermínio ou genocídio, como na Alemanha, ou de esterilização como na Suécia entre 1935 e 1974.

3. Antropologia Colonial

Outra área que Mendes Correia concebia como sendo de aplicação da antropologia é a da antropologia colonial. Embora não haja uma relação directa, a produção de conhecimento sobre as colónias acabou por ser uma forma de dar poder a uma disciplina, que se reforçou posteriormente na sua relação com os estudos coloniais e com a exploração dos espaços ultramarinos portugueses. Uma das características do capitalismo imperialista no último quartel do século XIX tinha sido a corrida para a colonização de África e da Ásia. Nos últimos decénios da monarquia verificou-se «uma política de exploração sertaneja, ocupação militar e exploração económica africanas, esta última através, em grande parte, de companhias majestáticas estrangeiras» (Lopes, 1996: 949). A chamada Geração de 70 foi influenciada por esta evolução, passando a surgir na literatura uma «corrente nacionalista-colonialista, dentro da qual se não distinguem monárquicos ou republicanos, e mais tarde integralistas [...] e, por

⁵⁵ Um dos paradigmas da política eugénica «negativa» foi a Mitra – um albergue de mendicidade onde foram encerrados loucos, criminosos, mendigos, crianças e velhos (*vide* Bastos, 1997).

outro lado, positivistas ou laicistas» (*idem, ibidem*). Durante a chamada «partilha de África», Portugal reclamou áreas do continente africano com base no seu «direito histórico». Contudo, esse interesse era partilhado com outros países, como a Grã-Bretanha, a França ou a Alemanha, e a partir da década de 70 do século XIX constatou-se que o «direito histórico» era insuficiente. Por essa razão, houve necessidade de reforçar a exploração geográfica e científica desses territórios. Assim, e com o mesmo objectivo das congéneres europeias, foi apresentada ao governo, em 10.11.1875, a proposta da criação da SGL⁵⁶, por iniciativa do publicista e escritor Luciano Cordeiro e 74 subscritores, e que viria a ser fundada em 31.12.1875, com o apoio de Andrade Corvo. Desta sociedade fazia parte uma elite difusa constituída por professores do ensino superior, civil e militar, aos quais se vão juntando elementos de profissões liberais, intelectuais, comerciantes, industriais e numerosos oficiais do Exército. Nela foi instituída a Comissão de África que preparou as expedições de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto, entre 1877 e 1885.

A criação da SGL veio trazer uma nova dinâmica aos estudos sobre as colónias, incentivando as explorações geográficas⁵⁷ e valorizando as colónias - alvos da cobiça de outras potências⁵⁸. Em 1880 a SGL propôs que fosse instituído um curso colonial pelos poderes públicos e que esse curso fosse ministrado num Instituto Oriental e Ultramarino Português. Começava, assim, um «colonialismo científico» em acção. O curso incluiria matérias relativas à história da colonização e à geografia colonial, à administração colonial e ao direito consuetudinário, às línguas e etnografia dos territórios coloniais (Guimarães, 1984). Em 19.4.1883 foi criada a Comissão de Cartografia, constituindo-se, assim, o organismo português mais antigo que se dedicou à investigação em áreas tropicais. Na sequência do reconhecimento territorial, alcançado com as expedições, foi elaborado o «mapa cor-de-rosa», apresentado na Conferência de Berlim (1884-1885), onde se procurou dividir o continente africano pelas potências europeias, que reclamava para Portugal a faixa de território que ia de Angola à contracosta, isto é, Moçambique. Essa reclamação de soberania, por parte de Portugal, foi sustentada também a partir de campanhas militares de conquista e pacificação dos povos que habitavam esses territórios. No entanto, e apesar de outros países concordarem com o projecto, a Inglaterra negou a reivindicação de Portugal e em 1890 apresentou um ultimato (*Ultimatum* Inglês) que exigiu ao país a retirada das forças militares, chefiadas pelo

⁵⁶ Sobre a SGL e a sua intervenção, entre 1875 e 1895, *vide* Guimarães (1984).

⁵⁷ Mas já em 1853 Silva Porto tinha empreendido uma expedição de Angola a Moçambique.

⁵⁸ A SGL vem um pouco tarde se tivermos em conta que durante a primeira metade do século XIX já tinham sido criadas sociedades de geografia em Paris, Londres, Berlim, Sampetersburgo, entre outras.

major Serpa Pinto, do território situado entre as colónias portuguesas de Moçambique e Angola (actuais Zimbabué e Zâmbia).

Apesar de tudo, houve desde os finais do século XIX um reforço da presença de Portugal em África (Alexandre, 1993). Em 1894 foi criado em Lisboa, no Instituto 19 de Setembro, um curso colonial com dez disciplinas, embora só a de Higiene Colonial funcionasse e por período limitado. Outros locais onde podíamos encontrar os estudos extensivos às colónias eram a Escola de Medicina Tropical e a Escola Colonial, embora os seus conteúdos, segundo uma legislação de 1902, pudessem ser abordados na cadeira de Geografia e História do Curso Superior de Letras. A primeira das escolas foi criada em 1902, com o apoio da SGL, e transformada em 1935 em Instituto de Medicina Tropical. A segunda foi criada pelo Decreto-lei de 18.1.1906 e tinha como objectivo formar o pessoal civil da administração dos territórios ultramarinos e do então Ministério da Marinha e do Ultramar. Esta escola foi mudando de nome, de acordo com a evolução das ideias acerca da política ultramarina, mudando também os cursos leccionados. Por seu turno, a Escola Naval e a Escola de Guerra tinham cadeiras que diziam respeito às temáticas coloniais no âmbito do direito e da história. Em 1974 já existiam várias cadeiras relativas à temática colonial em diversos cursos universitários e militares. Contudo, não chegou a ser fundada no país uma universidade colonial. O colonialismo português e a sua relação com os vários projectos políticos elaborados desde os finais do século XIX, passando pelo período da Primeira República até ao Estado Novo, sugerem-nos contudo que, tal como referiu John Comaroff (1997) relativamente aos modelos de dominação colonial britânica na África do Sul, no contexto português não existiu um colonialismo no singular, mas uma pluralidade de formas e forças, que envolveram ora conformidade, ora contestação, entre os elementos políticos, sociais e ideológicos.

Alguns autores consideram que a antropologia teve um papel colaborativo na administração e que foi, tanto a filha legítima do Iluminismo, como a bastarda do colonialismo (Asad, 1973: 16), sendo estes termos mutuamente exclusivos. No caso da análise das situações coloniais, elas não podem ser limitadas nem no tempo, nem no espaço, pois são fundamentais para qualquer história do presente, tanto em Londres⁵⁹, como em Calcutá (Cooper, 2005: 34). De facto, o colonialismo suscitou uma reflexão sobre novos

⁵⁹ Sobre a história da antropologia social britânica, *vide* Kuklick (1992) e Goody (1995). O livro de Goody, apesar de não relatar propriamente aquela história, é uma fonte para o estudo das direcções que a disciplina foi tomando, entre os anos 30 e 60 do século XX, e a forma como foi influenciada pelas instituições que a apoiaram. A antropologia social britânica nem sempre é, contudo, associada a uma ciência colonial. Um caso sintomático é o facto de o extenso livro *After Tylor* (1995b) de George Stocking, que analisa o período de 1888 a 1951, ter dedicado apenas um capítulo ao contexto colonial, isto é, 61 páginas num total de 570.

fenómenos, novos indivíduos e novas ordens sociais. E nessa reflexão o pensamento antropológico terá tido um papel fundamental. Por outro lado, e como outros autores o defenderam, entendo que colonialismo deve ser compreendido como um processo cultural (Dirks, 1992; Thomas, 1994, 2000) e não apenas como existindo a partir de uma relação política e económica legitimada, ou justificada, através de ideologias racistas ou de progresso (Thomas, 1994: 2). Além disso, o estudo do colonialismo deve incluir uma observação atenta das contradições e tensões (Cooper e Stoler, 1997) que envolve e uma análise que, simultaneamente, dê conta de um processo cujas categorias que utilizamos têm de ser repensadas (Stoler, 1992). Ao contrário do que defende o italiano Donato Gallo (1988), que examinou a relação do colonialismo português com a antropologia, talvez seja mais correcto dizer que a antropologia, enquanto ciência emergente, não esteve ao serviço do colonialismo, mas que floresceu contemporaneamente. Além disso, a antropologia não se interessou apenas pelas populações coloniais, mas por outros grupos humanos como os doentes mentais, físicos, ou com anomalias diversas, prostitutas, delinquentes, criminosos, populações rurais e piscatórias, entre outros, tal como aconteceu, ou tinha acontecido, em outras escolas europeias e americanas. Se a antropologia esteve ao serviço do colonialismo, tal fenómeno ocorreu não numa fase inicial, mas depois, quando o regime político incorporou algumas teses científicas no sentido de justificar a colonização de territórios habitados por populações consideradas carenciadas de civilização. O que é possível generalizar relativamente a essa antropologia são os seus interesses no domínio sobretudo «físico».

Logo a partir de meados do século XIX saiu em Portugal um decreto que punha «em evidência a importância de um autêntico conhecimento antropológico das colónias» (Henriques, 1997: 61). Porém, como não havia ainda propriamente uma tradição de investigação ao nível da antropologia física, parece que na comunidade científica de então ninguém se terá mostrado interessado na tarefa. Posteriormente, são publicados dois decretos a 24.11.1874 e a 23.12.1874, que «reforçam as instruções enviadas às autoridades coloniais para assegurarem o desenvolvimento desses estudos antropológicos» (Henriques, 1997: 61). Aos viajantes, comerciantes, missionários, entre outros, eram dadas directivas para recolherem partes do corpo (ossos, pele, cabelo), fazerem mensurações ou preencherem vários questionários enviados da metrópole. Estas recomendações eram baseadas nas *Instruções* elaboradas por Guérando e Cuvier (inspirados na ideologia do século XVIII) dadas aos viajantes no início do século XIX (Centlivres, 1982). As instruções contemplavam a medição da força física e a resistência ao esforço. Eram feitas mensurações, traziam-se esqueletos dessecados, averiguava-se como era a cor da pele dos negros à nascença e quando ficava

como a dos seus pais, procurava saber-se quando surgiam os dentes de leite e os definitivos, qual era o tamanho dos dentes caninos, quando surgia a menarca, como era feita a amamentação das crianças, entre outros elementos. Também a SGL incentivou o desenvolvimento de estudos antropológicos nas colónias ao ter feito passar em 1885 uma circular que ordenava «aos chefes dos serviços sanitários coloniais e ao pessoal administrativo o envio de crânios» (Pereira, 1986: 199). Conclui-se assim que eram sobretudo os funcionários administrativos a fazer as recolhas e que era necessário investir na sua formação.

Além disso, era necessário racionalizar a exploração colonial. Por volta de 1880 o Ministério da Marinha (que em 1910 passou a designar-se Ministério da Marinha e Colónias) impulsiona a realização de observações e de recolhas de crânios humanos nas colónias para serem enviados para a metrópole. O meio científico português desta altura era constituído por matemáticos, naturalistas, zoólogos, médicos, filósofos, historiadores e antropólogos. Vários autores da época nunca escreveram sobre as colónias, por não serem consideradas relevantes. Figuras como Oliveira Martins (1845-1894), entre outros, perceberam que Portugal só seria uma potência em África se o fosse na Europa. Na primeira fase da sua obra (anos 60 e 70 do século XIX) o tema colonial está quase ausente. No entanto, nas duas décadas seguintes escreve vários textos sobre o assunto e o que se destaca nesse período é a sua viragem no que aos territórios coloniais respeita. Na obra *O Brasil e as Colónias Portuguesas* (1880) critica o investimento que se estava a fazer nos espaços do além-mar português; os encargos eram demasiados e acabavam por não corresponder às necessidades desses territórios - imensos e insalubres – de tal modo que acabavam por ser «fracções como um copo d'água vazado no oceano!» (1888 [1880]: 237). Já no final da década de 80 e inícios da década de 90 (quando aderiu ao Partido Progressista e teve de apoiar a política do governo relativamente às colónias), a sua visão muda substancialmente, passando a afirmar, em obras posteriores como *Política e História*, que a questão colonial era «vital para o país» (Martins, 1884-1893, vol. II: 207).

Mais tarde, no que respeita a Angola, o governo de Norton de Matos⁶⁰ procurou incentivar os estudos antropológicos, tendo investido ainda na realização de pesquisas etnográficas. Porém, nas décadas de 30 e 40 esses projectos não parecem ter sido continuados. Antes da sua governação já parecia existir em Angola uma certa «sensibilização para os usos e costumes indígenas» transposta para algumas disposições legais (*vide* Pereira, 1986). No

⁶⁰ N. de Matos foi ministro das Colónias e da Guerra (1915), governador (17.6.1912 a 8.3.1915) e, posteriormente, alto comissário de Angola (16.4.1921 a 18.9.1923). Antes de democrático, foi do partido monárquico e depois veio a fazer parte da oposição ao Estado Novo.

entanto, foi apenas aí que foram tomadas medidas decisivas. Assim, a 17.4.1913 foi criado o Serviço dos Negócios Indígenas e de Reconhecimento e Exploração Científicas - depois Secretaria dos Negócios Indígenas - que tinha como objectivo fazer um levantamento dos «usos e costumes indígenas». Neste processo, Ferreira Dinis, autor do exaustivo levantamento etnográfico *Populações Indígenas de Angola* (1918), teve um papel preponderante. O seu trabalho foi elaborado a partir de questionários «etnográficos», preenchidos pelos funcionários administrativos, e veio fazer parte do programa do curso de Antropologia Colonial - anexo à cadeira de Etnologia e Etnografia Coloniais - regido por António de Almeida na ESC. Nos anos 20, esse interesse parece ter sido substituído por outros e a política inclinou-se para outras prioridades.

Oliveira Salazar foi ministro das Finanças até 1932, depois chefe de governo, tendo tido também a pasta das Colónias (de 21.1.1930 a 29.7.1930). A sua política baseou-se em reduzir ao mínimo os gastos públicos, tendo as colónias sofrido o maior racionamento, o que contrastou com o investimento feito em Angola durante a governação de N. de Matos. Porém, existia um ponto em comum entre os objectivos de um e de outro - era a ideia de «nacionalização» das colónias. Por outro lado, a ideologia colonial foi produzida a partir do mito da missão colonizadora de Portugal e a da invenção do «indígena». Os princípios orientadores da política colonial foram expressos nos 47 artigos do Acto Colonial (1930). João Belo, ministro das Colónias de 1926 a 1928, na tentativa de manter e legitimar a presença nos territórios ultramarinos, procurou institucionalizar o ideal de «império» através de um projecto orientado por Salazar e Quirino de Jesus⁶¹ (1865-1935), que foi membro, a certa altura, do grupo Seara Nova. O projecto teve como objectivo elaborar um documento – Acto Colonial - no qual se podia ler no título I, «das garantias gerais», que «é da essência orgânica da Nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas⁶² que neles se compreendam» (artigo 2.º). O artigo 3.º refere que «os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português». Deste império «o Estado não aliena, por nenhum modo, qualquer parte dos territórios e direitos coloniais de Portugal» (artigo 7.º).

⁶¹ Para Cunha Leal, crítico de Salazar, Quirino de Jesus era o «mestre» de um «Salazar que não vê um palmo à frente do nariz em matéria de política económica» (cit. in Jesus e Salazar, 1987: 7).

⁶² De acordo com a legislação, os «indígenas» eram, segundo o Art. 2 do Decreto-lei n.º 16473 de 6.2.1929, do Ministério das Colónias, que regulamentou o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas, «os indivíduos da raça negra, ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça; e não indígenas, os indivíduos de qualquer raça que não estejam naquelas condições». Em resultado da revisão constitucional, este estatuto foi reformulado em 1954; adoptou-se então uma política integracionista e as colónias passaram a ter o nome e o estatuto jurídico de províncias ultramarinas; contudo, tal estatuto continuou a impor a segregação. O estatuto aprovado em 1954 foi definitivamente revogado em 1961.

No fundo, o Acto Colonial foi um documento que incluiu um projecto político, inaugurando uma nova fase na administração colonial - imperial, nacionalista e centralizadora. O documento estabelecia diferenças de direitos e deveres entre os nascidos na metrópole e nas colónias, e entre os assimilados e os «indígenas». O ministro das Colónias em funções⁶³, quando se discutiu e aprovou o Acto Colonial, era Oliveira Salazar. Estava-se então no governo de Domingos da Costa Oliveira (presidente do Conselho de Ministros do governo da Ditadura Militar) em funções entre 21.1.1930 e 25.6.1932.

O Acto Colonial foi discutido, entre 13 e 16.5.1930, no III Congresso Colonial Nacional, realizado na SGL, e analisado pelo Conselho Colonial. O documento suscitou vozes contra e a favor do que nele se tentou estabelecer. Uma das individualidades que falou contra a expressão «inconveniente e pretensiosa» de «Império Colonial Português» foi a de Cunha Leal (governador do Banco de Angola) que preferia a «tradicional designação de províncias ultramarinas», uma vez que, no seu entender, era a única que traduzia «a concepção histórica da indivisibilidade e integridade do território nacional». Também Norton de Matos e Bernardino Machado, Presidente da República deposto pelo golpe militar de 1926, criticaram o documento. Este último contestou-o igualmente no manifesto *O Acto Colonial da Ditadura*, acusando a Ditadura de ter continuado a política dos liberais monárquicos. Refere que a nacionalização das colónias só se faz pela íntima cooperação com a metrópole, e não é para ditaduras. Mais: «a alma da nação é indivisível» e «Portugal entrou na guerra por causa das colónias». Apesar de tudo, o Acto Colonial veio a ser aprovado a 8.7.1930, pelo Decreto-lei n.º 18.570, ingressou na Constituição em 1933 e a 9.7.1930 é publicado no *Diário do Governo*; foi apenas revogado com a revisão constitucional de 1951.

3.1. Mendes Correia: impulsor da antropologia colonial no laboratório e no terreno

Nos finais do século XIX, quando Artur da Fonseca Cardoso publica «O Indígena de Satari» (1897), os estudos realizados no âmbito da antropologia colonial não eram muito valorizados em Portugal e a comunidade científica de então, como aponta Ricardo Roque (2001a: 244-248), principalmente os estudiosos mais ligados às ciências etnológicas, não estavam receptivos aos estudos de antropologia no vivo, e muito menos focados em populações coloniais. Tal poderá dever-se ao facto de que não existia ainda um grupo

⁶³ Entre 8.7.1929 e 21.1.1930 o ministro das Colónias de um dos governos da Ditadura Nacional (entre 1928 e 1933) foi Eduardo Augusto Marques, que voltaria para esta pasta a 29.7.1930, na qual se manteve até 31.1.1931, tendo-lhe sucedido Armindo Rodrigues Sttau Monteiro (1896-1955) - anterior subsecretário de Estado das Finanças e professor de Direito. Sobre a biografia de Eduardo Augusto Marques, *vide* Matos (2012).

estruturado de cientistas que se dedicasse especificamente a estes temas. Apesar dos exemplos existentes, o investimento na realização de trabalhos sobre o terreno colonial foi reforçado apenas depois, durante o Estado Novo, sobretudo nas décadas de 30 e 40, tendo Mendes Correia nessa altura um papel fundamental. Seriam assim necessários cerca de 20 anos para que os antropólogos nacionais validassem o estudo de Fonseca Cardoso elegendo-o como representante do início da antropologia colonial portuguesa. Mendes Correia não conheceu pessoalmente o capitão de infantaria Fonseca Cardoso, mas foi amigo de um dos filhos - Armando da Fonseca Cardoso. Terá sido essa amizade que o levou a tomar conhecimento não só dos escritos não publicados, como também da coleção de objectos, na posse da família, mas entregue em 1915 ao Museu e Laboratório de Antropologia da UP, do qual era director. Em 1936 o museu compra também a caixa antropométrica do capitão.

Entre 1916 e 1918 Mendes Correia publicou artigos com as notas que Fonseca Cardoso tinha tirado. Mas, ao contrário da baixa receptividade que «O indígena de Satari» tinha recebido, estas publicações tiveram acolhimento internacional. R. Verneau, uma das figuras mais importantes da antropologia francesa de então, dirigiu-lhe várias palavras de incentivo na prestigiada revista *L'Anthropologie*. Os estudos sobre Timor editados por Mendes Correia são também referidos por J. Deniker em 1917, pelo espanhol Q. Saldaña em 1920 e pelo antropólogo alemão Rudolf Martin. O mesmo aconteceu quando publicou as notas antropológicas de Fonseca Cardoso sobre Angola, que vieram a ser citadas por autores nacionais, e também por Verneau, pelo americano Ales Hrdlička, por Saldaña, Martin, Harnbly, Montandon e Biasutti (Pinto e Magalhães, 1942). Terão sido estas notas que, no entender de Ricardo Roque (2001a), terão atribuído credibilidade científica a Mendes Correia, ao contribuírem para que fosse considerado um especialista de antropologia colonial. Considero, não obstante, que esta afirmação deve ser reformulada, uma vez que é o próprio Mendes Correia a referir no título que se tratavam de notas científicas tiradas por Fonseca Cardoso. Além disso, o professor da FCUP só deverá ser considerado um especialista em antropologia colonial, nos anos 30 e 40, altura em que produz mais trabalhos neste âmbito e participa na elaboração de um programa colonial que impulsiona a investigação científica sobre a vastidão do «império colonial» (figura n.º 37).

Para ele, as decisões de administração pública, ou de fomento, deveriam ser tomadas tendo conhecimento das características psicossociais das populações a que as medidas diziam respeito. À semelhança do que se tinha feito na Alemanha, antes da guerra, onde foi posto em execução um plano semelhante, e na Inglaterra, onde William Ridgeway propôs a fundação de um Bureau of Anthropology, que estudasse sistematicamente o homem e auxiliasse o

administrador e o legislador, o comerciante e o missionário, Mendes Correia considera que poderia haver em Portugal um organismo oficialmente instituído nesse sentido. No entanto, segundo o próprio, as iniciativas que a esse tema diziam respeito limitavam-se a institutos universitários como os de Antropologia e Anatomia da UP. Sugere, inclusivamente, que os trabalhos antropológicos sobre «indígenas» da Guiné, Angola, Moçambique, Índia e Timor sejam apresentados em pleitos internacionais em torno dos direitos aos territórios coloniais (1931a: 10). Em várias ocasiões, nomeadamente em congressos, manifestou o interesse pelos estudos coloniais. Por exemplo, no XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, realizado em 1930, com sessões em Portugal e em França⁶⁴, reflectiu sobre craniologia de Angola (Correia e Athayde, 1930) e antropologia da Guiné portuguesa (Correia e Athayde, 1931). Em 1934 participou no Congresso de Ensino Colonial na Metrópole⁶⁵ e no I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, do qual fez parte da organização. Por sua mão, o trabalho realizado pelo IAUP, em matéria de antropologia colonial, foi apresentado aquando das exposições coloniais de Antuérpia (Exposition Internationale Coloniale, Maritime et d'Art Flamand, 1930), de Paris (Exposition Coloniale Internationale de Paris, 1931), e do Porto (Exposição Colonial Portuguesa, 1934).

O I Congresso Nacional de Antropologia Colonial ocorreu no Porto, entre 22 e 26.9.1934⁶⁶, por iniciativa e com a organização da SPAE e com o apoio da direcção da Exposição Colonial Portuguesa, realizada na mesma cidade, entre 15.6.1934 e 30.9.1934. Em 1931 tinha ocorrido um congresso de antropologia, paralelamente à exposição colonial de Paris, mas cujo objecto não se centrava apenas nas populações colonizadas como acontecia com este. O congresso português de 1934 vem mostrar que já havia no país um olhar científico, atento às populações das colónias. Além de apresentar trabalhos no âmbito da antropologia colonial, procurou incentivar a realização de mais. A publicação das comunicações abre com uma circular escrita no Porto, a 22.3.1934, pelo Conselho Director da SPAE e pela Comissão organizadora do Congresso, constituídos por Mendes Correia (Presidente), Hernâni Monteiro (Vice-Presidente), Alfredo Athayde e Luís de Pina (Secretários-gerais) e Joaquim R. dos Santos Júnior (Tesoureiro). Era intuito dos organizadores reunir «os estudiosos que aos problemas variados e complexos das populações

⁶⁴ IV Sessão do Instituto Internacional de Antropologia. Portugal: 21-30.9.1930. Sessão de Portugal - 3.ª secção. Alguns dos trabalhos apresentados neste congresso, na Secção de Portugal, foram: Correia (1931c); Correia e Athayde (1930); Lima e Mascarenhas (1930); Correia e Athayde (1931); Pina (1931); Ferreira (1932).

⁶⁵ Este congresso, organizado pela ESC, ocorreu a 26-28.9.1934. Nele participaram professores ligados ao ensino e à investigação colonial como Mendes Correia, Lopo Vaz de Sampaio e Mello e Lisboa de Lima.

⁶⁶ Inicialmente previsto para ser realizado entre os dias 7 e 11.10.1934, foi antecipado porque a exposição colonial, com a qual o congresso coincidia, só durou até ao fim do mês de Setembro.

coloniais» se dedicavam, pois tal conhecimento considerava-se estar na «base de qualquer plano racional de organização e aproveitamento» (*Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, Vol. I: 5). Ainda na inauguração, Mendes Correia apela ao desenvolvimento da investigação científica nas colónias, em especial da antropologia (1934b).

A organização do congresso previa que na exposição, que lhe era paralela, seriam exibidos «numerosos documentos etnográficos», assim como «espécimes de várias raças indígenas» (*Trabalhos do I Congresso...* Vol. I: 7). Tal constituiria uma forma de trazer o campo ao laboratório e Mendes Correia e os seus colaboradores não quiseram perder a oportunidade. Mendes Correia elogiou essa possibilidade ao mesmo tempo que lamentou o facto de as observações antropológicas dos representantes dos nativos franceses, participantes na exposição de Paris (1931), terem sido proibidas. De facto, no Porto foi possível «estudar exaustivamente mais de 300 indígenas»⁶⁷, que estiveram na exposição entre 16.6.1934 e 30.9.1934, pelos investigadores que trabalhavam nos Institutos de Antropologia da FCUP e de Anatomia da FMUP (Anónimo, 1951: 6). Com esse «material humano» à disposição foram realizadas várias observações antropológicas, tendo-se observado «caracteres descritivos, caracteres antropométricos, grupos sanguíneos, metabolismo basal, alguns caracteres fisiológicos e psicológicos» (Correia, 1934i: 15). Algumas das comunicações ao congresso foram elaboradas a partir das observações feitas a: 79 guineenses, 40 angolanos, 139 de moçambicanos, 4 bosquímanos e vários indivíduos de Timor, Macau e Índia (Anónimo, 1935). Tratava-se, assim, de uma «documentação antropológica superior à de muitas importantes missões científicas estrangeiras» (Correia, 1934i: 17, 19). Alguns desses estudos foram também editados em trabalhos sobre a exposição. Contudo, para além da predominância dos estudos de antropologia física⁶⁸, verifica-se que esses indivíduos foram tomados como representativos dos elementos do grupo de onde vinham e a partir do seu estudo foram feitas generalizações relativamente a grupos maiores.

⁶⁷ *Trabalhos do I.º Congresso Nacional...* 1934, vol. I: 28-29.

⁶⁸ A relação entre corpos e comportamento, entre ossos e outros elementos físicos do corpo, é-nos também sugerida explicitamente pelo título do volume *Bones, Bodies, Behavior*, editado por Stocking (1988). Sobre trabalhos de antropologia física e tentativas de correlacionar caracteres morfológicos com parâmetros comportamentais, nomeadamente na tradição norte-americana e francesa durante o século XIX, *vide* Stocking (1968), Stepan (1982), Gould, (2004); sobre o caso brasileiro *vide* Correia (1982) e Schwarcz (1995). Um dos métodos utilizados nas observações do IAUP foi o método de Giacinto Viola que tinha em vista determinar as dimensões comparadas do tronco e dos membros dos indivíduos. A medição era obtida num aparelho designado «antropómetro de balança», no qual o indivíduo era deitado, e permitia distinguir dois tipos humanos: o «brevilíneo» e o «longilíneo». A inventariação da suposta diversidade biológica em «tipos» tinha também como objectivo averiguar as capacidades físicas, mentais e psicológicas que eram consideradas estar associadas a cada um desses «tipos». Conhecendo melhor essas capacidades podiam controlar-se melhor os indivíduos que estavam sob a administração colonial e destinar-lhes o trabalho, ou as tarefas, mais adequados.

Segundo Mendes Correia, da antropologia colonial fazia parte a «antropologia física - no esqueleto e no vivo», a «etnografia» e a «linguística» (*Trabalhos do I Congresso... Vol. I: 25*). Todavia, refere que embora existam «trabalhos que não nos envergonham», se tivermos em conta o que «se tem feito noutros países coloniais», existem os que «têm sido realizados sem verdadeiras preparação e orientação científicas»; acrescenta que «escasseiam pesquisas amplas e sistemáticas, que só expedições enviadas expressamente às colónias com pessoal idóneo, e os necessários recursos materiais, poderão levar a cabo» (*idem, ibidem*). Mas, logo de seguida, contradiz-se um pouco e defende a necessidade de a investigação científica colonial ter a colaboração de «pessoas não especializadas no assunto», isto é, «funcionários, militares, professores, médicos, engenheiros, missionários, industriais, agricultores, comerciantes» (*idem, ibidem*) e culpa o «regime português de ensino» (*idem, p. 26*) por estas pessoas não se interessarem «por nada fora da sua profissão» ou não terem «a cultura geral necessária para compreenderem o interesse científico de certos factos» (*idem, ibidem*).

Por ocasião dos Congressos do Mundo Português, integrados nas Comemorações Centenárias⁶⁹, em 1940, Mendes Correia⁷⁰ teve, mais uma vez, a oportunidade de revelar as suas ideias no que às colónias dizia respeito. Ao longo de dez congressos independentes, nos quais participaram 231 portugueses e 121 estrangeiros, num total de 515 comunicações, procurou-se dar conta não só da história de Portugal, desde a pré-história até à história contemporânea, mas também dos esforços que estavam a ser movidos no sentido de alcançar avanços e conhecimentos científicos em várias áreas e campos, como o colonial, passando pelo estudo da fauna, flora e higiene tropical. Mendes Correia fez parte da Comissão Executiva dos Centenários, ao lado de pessoas como Penha Garcia⁷¹ e Manuel Múrias⁷² (secretário geral dos congressos), e foi presidente da comissão organizadora do CNCP. No que respeita às suas intervenções, apresentou uma comunicação sobre «o mestiçamento nas colónias portuguesas», integrada no Congresso Colonial (Correia, 1940b), uma comunicação sobre «factores degenerativos na população portuguesa» (Correia, 1940c), incluída no CNCP, e outra sobre «o elemento português na demografia do Brasil», incorporada no Congresso Luso-Brasileiro de História (Correia, 1940d).

⁶⁹ O presidente da Comissão Executiva dos Centenários, director da Secção de Congressos e presidente dos Congressos do Mundo Português foi Júlio Dantas (antigo ministro, presidente da ACL, membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Brasileira de Letras, procurador da CC e membro da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual). As comemorações decorreram em Coimbra, Porto e Lisboa.

⁷⁰ Este foi um momento áureo da vida de Mendes Correia, então presidente da FCUP, membro da ACL e da Academia Portuguesa da História, procurador da CC e presidente da CMP.

⁷¹ Antigo ministro, presidente da SGL, director da ESC e presidente da organização do Congresso Colonial.

⁷² Membro da Academia Portuguesa da História e director do AHC.

3.1.1. As missões antropológicas às colónias portuguesas

Fonseca Cardoso é, por vezes, considerado, o «fundador da antropologia colonial portuguesa» (Correia, 1941a: 17), ou como tendo deixado um importante legado (Athayde, 1934: 151). Na qualidade de alferes de infantaria realizou observações antropológicas em 44 indivíduos, em Sanquelim (Índia), em 1895, no âmbito de uma campanha de «pacificação». As suas observações contaram com o apoio de uma caixa antropométrica concebida por Topinard e com a sua experiência anterior, adquirida no estudo que realizou sobre o povo português e as suas origens, juntamente com Rocha Peixoto (1865-1909) e Ricardo Severo (1869-1940). Tal estudo, inspirado nos modelos francês e alemão, tinha como objectivo elaborar uma carta de estatura portuguesa a partir da observação dos recrutas do exército⁷³, e contribuir para um melhor conhecimento do «tipo minhoto» (Roque, 2001a). Em virtude de se ter mobilizado para a Índia, Fonseca Cardoso acaba por observar as populações da região de Satari. Contudo, só no século XX, com a publicação das já referidas notas por Mendes Correia, os estudos do militar começam a ter receptividade.

Por outro lado, a ciência antropológica foi largamente promovida por médicos viajantes. Em termos internacionais, uma das primeiras grandes viagens foi a expedição ao Estreito de Torres, organizada por Alfred Haddon (1855-1940), apoiado pela escola de fisiologia de Michael Foster de Cambridge, que incluiu dois cientistas com formação em neurofisiologia e psicologia experimental, C. S. Myers (1873-1946) e W. H. R. Rivers⁷⁴ (1864-1922). A obra *Medicine, Magic and Religion* (1924) de Rivers tomou os sistemas médicos nativos como instituições sociais a ser estudadas da mesma maneira que o parentesco, a política ou outras instituições, e as práticas médicas nativas como seguindo racionalmente a cultura (Porter, 1999: 481). Com o tempo os sistemas médicos foram estudados de um modo menos etnocêntrico, e alguns dos princípios da antropologia médica começaram a ser mais aplicados à medicina e sociedades ocidentais (Porter, 1999: 482).

No caso português, e no âmbito dos estudos antropológicos exercidos por médicos em contexto colonial, podemos referir o de Américo Pires de Lima (1886-1966), licenciado em medicina (1911) e professor de ciências biológicas na FCUP, que integrou, como médico, uma expedição militar ao norte de Moçambique durante a I Guerra Mundial (1916-1917) e alcançou a posição de tenente-coronel (Martins, 2006). Durante o tempo livre da sua estadia em Palma e Mocímboa da Praia, estudou a flora, a fauna e analisou os indivíduos locais, no

⁷³ Os trabalhos de antropometria militar não chegaram, porém, a institucionalizar-se no país e foram esporádicos.

⁷⁴ Antropólogo e fisiologista, fundador da escola de psicologia experimental de Cambridge; administrou testes psicológicos aos melanésios e desenvolveu um método de gravar os dados de parentesco, que se tornou um dos mais importantes para recolher dados.

âmbito de uma missão que lhe foi confiada pelos colegas da FCUP, que teve o apoio estatal, dos colegas (em especial os professores de ciências biológicas Gonçalo Sampaio [1865-1937] e Augusto Nobre [1865-1946]) e das autoridades locais. Como era médico e, por isso, especialmente dotado para elaborar estudos antropométricos, entre as suas actividades paralelas, além de juntar espécimes botânicos, zoológicos e objectos maconde (que doou ao Museu de Antropologia da FCUP, reuniu também dados fisionómicos e mensurações de cerca de 170 moçambicanos (Martins, 2006). Nos finais da década de 10 do século XX eram raros os estudos de antropologia física, dedicados às populações do império português, realizados com base nas técnicas antropométricas. Segundo Leonor Pires Martins,

Apesar de circunstanciais, os levantamentos antropométricos levados a cabo pelo médico expedicionário foram uma espécie de embrião das práticas de investigação antropométrica que a partir da década de 1930 definiram a orientação da maioria dos trabalhos de antropologia empreendidos naquele território, bem como nas restantes “colónias” (Martins, 2006: 116).

Já às recolhas que têm a ver com «interesses etnográficos» não se confere o «mesmo carácter precursor», uma vez que essas práticas eram habituais, por exemplo, nos viajantes e funcionários coloniais (Martins, 2006: 117). As práticas antropométricas surgem na sequência da tradição da escola antropológica francesa de meados do século XIX, que embora incluisse a vertente física e biológica, a etnologia, a linguística e a arqueologia pré-histórica, acabou por focar-se sobretudo nos factos biológicos (Dias, 1996: 26). Tal hábito antropológico, embora se encontre em vários países europeus, desde meados do século XIX até às primeiras décadas do século XX, distanciou-se da tradição anglo-americana, onde a antropologia, não obstante ser concebida com as várias vertentes referidas, acabou por diferenciar o estudo dos factos biológicos e o estudo dos factos sociais. Para tal terá contribuído não só Franz Boas, como também os seus discípulos.

Depois da actuação de Américo Pires de Lima, a necessidade de estudar as populações sob a administração colonial no terreno voltou a ser debatida. Por exemplo, Vítor Fontes, presidente da Comissão de Antropologia da SGL, apelou no Congresso Nacional de Antropologia Colonial (Porto, 1934) para que o pessoal médico e administrativo seguisse algumas instruções antropológicas para recolher materiais de análise, como «ossos, cabelos e moldes das mãos, orelhas e pés» (Fontes, 1934: 189). É também nas décadas de 30 e 40 que Mendes Correia participa activamente na elaboração de um programa colonial, impulsor da investigação científica nos espaços ultramarinos; tal proporcionou a realização de missões antropológicas a territórios de África e Timor, a cargo de alguns investigadores do IAUP, não se tendo registado algo idêntico, por exemplo, na Escola de Antropologia de Coimbra.

O estudo sistemático e organizado das colónias passou a ser apoiado pelo Estado com a criação de missões antropológicas, por proposta de Francisco Vieira Machado, ministro das Colónias (de 18.1.1936 a 6.9.1944). Estas missões ficavam dependentes da JMGIC, criada a 7.1.1936 pelo Decreto-lei n.º 26.180, e que constituía uma ampliação da antiga Comissão de Cartografia (criada em 1883), de cuja tradição era herdeira. A JMGIC dependia do Ministério das Colónias e foi apenas reformada, em 1946, pelo ministro das Colónias Marcelo Caetano (de 6.9.1944 a 2.2.1947); era independente da Junta de Educação Nacional, mas procurou partilhar com esta o pessoal e o equipamento dos institutos universitários e outros estabelecimentos escolares e científicos metropolitanos⁷⁵ (Correia, 1945a: 4). Segundo o Decreto-lei n.º 34.478, de 3.4.1935, o Governo era autorizado pelo ministro das Colónias a «organizar e enviar às colónias missões antropológicas e etnológicas para o estudo das respectivas populações no ponto de vista bio-étnico»⁷⁶ (Art.º 1.º). De acordo com tal deliberação, os objectivos fundamentais das missões eram: 1.º «o reconhecimento geral dos grupos étnicos de cada colónia, seus indivíduos, sua sistematização e definição das suas condições de vitalidade»; 2.º «o estudo das instituições tradicionais das populações indígenas e do seu direito consuetudinário»⁷⁷ (Art.º 2.º). Cada missão «antropológica ou etnológica» deveria ser constituída por: «um chefe (antropologista de competência reconhecida)»; «um ou mais adjuntos e ajudantes (pessoas idóneas propostas pelo chefe)»; «pessoal dos quadros e serviços da respectiva colónia»; e «pessoal europeu ou indígena» que os chefes das missões entendessem necessário⁷⁸. A 11.11.1935 a Comissão Executiva da Junta de Educação Nacional, depois IAC, tratou da questão da ocupação científica das colónias, adoptando um relatório elaborado por Mendes Correia. Nele salienta-se a «urgência» e a «importância nacional e científica do assunto», traçando-se um plano no qual se refere a «conveniência de utilização dos institutos e laboratórios das Universidades e escolas da metrópole e da coordenação dos trabalhos nas colónias por um organismo dependente da entidade incumbida do estímulo e coordenação da investigação científica metropolitana», isto é, a Junta de Educação Nacional, reforçando não ser «aconselhável separar o Portugal-metrópole do Portugal-colónias» (Correia, 1945a: 4).

⁷⁵ Para além da antropologia, a JMGIC patrocinou a investigação na área da geografia, geodesia, hidrografia, meteorologia, astronomia, assuntos diplomáticos e de fronteiras, ocorrendo algumas delas simultaneamente.

⁷⁶ «Missões Antropológicas e Etnológicas às Colónias, Decreto-lei n.º 34.478», 1951: 146-147.

⁷⁷ «Missões Antropológicas e Etnológicas às Colónias, Decreto-lei n.º 34.478», 1951: 146-147.

⁷⁸ «Missões Antropológicas e Etnológicas às Colónias, Decreto-lei n.º 34.478», 1951: 146-147.

Posteriormente, foi criada a primeira das missões, destinada a Moçambique, pelo Decreto-lei n.º 26.842, de 28.7.1936, que teve seis campanhas em 1936, 1937-38⁷⁹, 1945, 1946, 1948 e 1955-56, todas chefiadas por Santos Júnior⁸⁰ - colaborador do IAUP, bolseiro do IAC e da JMGIC, e orientando de Mendes Correia - e alargou-se por quase todo o território. Além desta missão, foram realizadas: uma outra à Guiné, chefiada por Amílcar de Magalhães Mateus, com campanhas em 1945, 1946 e 1947; outra ainda a Angola, chefiada por António de Almeida com campanhas em 1948, 1950, 1952 e 1955; e, por último, a Timor, também chefiada por António de Almeida, com campanhas em 1953, 1954, 1957, 1963, 1964, 1968, 1969, 1974 e 1975. Em resultado destas missões, António de Almeida e Santos Júnior, por exemplo, começam a afirmar-se nos anos 30 com a produção de textos sobre as populações colonizadas, como se pode ver pelas comunicações apresentadas no Congresso Nacional de Antropologia Colonial (Porto, 1934) e nos Congressos do Mundo Português (Lisboa, 1940). No entanto, os estudos apresentados situavam-se sobretudo no campo da antropologia física.

A 12.3.1941 Mendes Correia elabora um «plano de estudos antropológicos coloniais (antropologia, arqueologia e etnografia) para um período de 6 anos», em resposta a um ofício da JMGIC dirigido à direcção da FCUP⁸¹. Nele refere que o pessoal das missões antropológicas às colónias do IAUP terá em conta o interesse científico e patriótico da incumbência que lhe é atribuída e procurará merecer a distinção da escolha. Mais, sublinha: «a tarefa levada a efeito terá um duplo aspecto: o da ciência pura⁸², da indagação científica desinteressada; o das aplicações e da utilidade prática dessas pesquisas, nos pontos de vista do melhoramento das condições de vida dos indígenas e da sua colaboração na prosperidade do nosso Império». No que respeita à «prioridade de ramos científicos e coloniais a estudar», refere que: «os estudos de antropologia física estão em primeiro lugar, pois por eles se procuram estabelecer as características somáticas e as possibilidades psicofísicas dos diferentes povos e tribos coloniais»; «no capítulo da psicotecnia, se averiguará das características psíquicas, das tendências, vocações e capacidades dos mesmos povos e tribos»; e «a etnografia surgirá como auxiliar útil destes estudos, como fonte preciosa de informações». A arqueologia aparece em terceiro lugar, mas não porque «o seu interesse especulativo seja menor do que qualquer dos outros domínios», uma vez que «a arqueologia

⁷⁹ A realização da segunda campanha de investigações antropológicas, arqueológicas e etnográficas em Moçambique foi autorizada pelo Decreto-lei n.º 27.922 (*O Século*, Junho de 1940, p. 49).

⁸⁰ A lista das publicações acerca das Missões Antropológicas de Moçambique, encontra-se em Júnior (1956). Sobre as missões às colónias, *vide* Correia (1945a) e Júnior (1937a, 1937b, 1938a, 1938b, 1944a e 1944b).

⁸¹ *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 1.º volume, ICT, Doc. n.º 1.

⁸² Sublinhado do original.

em geral, e dum modo especial a pré-história» constituíam uma «base imprescindível para o conhecimento das origens étnicas e da evolução dos povos»⁸³.

Respondendo à questão do ofício da JMGIC, acerca de qual das colónias necessitava de ser estudada mais urgentemente sob os três aspectos (antropologia, arqueologia e etnografia), refere que «todas encerram complexos e curiosos problemas (...) mesmo as menos extensas, como Timor ou Guiné»; porém, «no ponto de vista de utilidade nacional» era preferível voltarem-se para Angola ou Moçambique, uma vez que estas encerravam «mais amplas perspectivas de desenvolvimento demográfico e económico». A prioridade seria dada a Moçambique para o 1.º dos 6 anos e no 2.º ano organizar-se-iam para a Guiné e Angola. Desta destaca a necessidade de se realizar um estudo antropológico, nem que para isso se enviasse uma missão científica específica, sobre os boximanes, no seu texto designados como uma «raça em via de extinção pelas suas condições de inferioridade». Para Timor, considerada uma «colónia distante e com vários problemas», sugere que a campanha seja feita no 4.º ano e se prolongue eventualmente para o 5.º. O 6.º ano «seria destinado à coordenação geral, publicações definitivas e eventuais pesquisas complementares»⁸⁴.

De acordo com as orientações de Mendes Correia, o pessoal da 3.ª campanha da missão de Moçambique deveria incluir o chefe e mais dois ou três adjuntos. Já na colónia seriam agregados: António Liz Ferreira, médico, delegado de saúde em Angónia (distrito de Tete) e assistente do IAUP; e Luís dos Santos, chefe da polícia de Tete, colaborador nas duas campanhas anteriores, e com conhecimento da língua e «da vida dos indígenas»⁸⁵ (figura n.º 38). Esta informação é concordante com a que me foi fornecida por Norberto Santos Júnior⁸⁶ (filho de Santos Júnior) em entrevista, na qual destacou o papel do chefe de polícia como seu ajudante na realização das medições e no recrutamento de «indígenas para serem medidos»⁸⁷ (figura n.º 39), o que nos leva a concluir também que estes estudos não poderiam ter sido feitos sem a colaboração da contraparte moçambicana. Mendes Correia sugere que fosse agregado à missão um adjunto que tomasse a seu cargo o estudo das «línguas indígenas», propondo Armando Lacerda, director do Laboratório de Fonética Experimental da FLUC, para realizar o estudo, ou indicar quem o fizesse. No caso especial da Zambézia sugere o padre jesuíta António Alves da Cruz, que ali missionou e tinha conhecimento das línguas da Zambézia e da língua árabe (que estudou durante 4 anos na Universidade Católica de

⁸³ *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 1.º volume, ICT, Doc. n.º 1.

⁸⁴ *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 1.º volume, ICT, Doc. n.º 1.

⁸⁵ *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 1.º volume, ICT, Doc. n.º 1.

⁸⁶ Norberto Santos Júnior acompanhou várias campanhas nos períodos das suas férias escolares em Portugal.

⁸⁷ Entrevista realizada a 26.8.2010 em Torre de Moncorvo.

Beyrouth) e poderia fazer o estudo das línguas do distrito de Tete e completar o seu estudo das línguas chinyungue e chinsenga. A sua função como intérprete seria fundamental e podia ainda encarregar-se «dum vasto capítulo de estudos etnográficos», só possível com o «completo conhecimento da língua indígena». Sugere que o funcionário da colónia Silvestre Sérgio Alves, anterior secretário da circunscrição de Macanga, possa ser agregado à missão, pois já tinha recolhido notas sobre as línguas cafreaais; e faça dois estágios, um na metrópole, no Laboratório de Fonética Experimental da FLUC e na ESC, e outro em Moçambique, na Universidade de Capetown, junto do Professor catedrático Lestrade, que fala «17 línguas, e entre elas uma boa dezena de línguas africanas do ramo bantu»⁸⁸. Como material técnico, sugere os relativos aos elementos para a realização dos trabalhos de antropologia física, tais como trousses antropométricas, escalas para a cor dos cabelos, olhos e pele, e material fotográfico, todos fornecidos pelo IAUP.

Continuando a pôr em prática o seu plano de estudos, e na qualidade de director dos desígnios da Escola de Antropologia do Porto, indica noutra local - carta de 17.4.1943, dirigida a J. Bacelar Bebiano, então presidente da JMGIC - um conjunto «colaboradores científicos» do IAUP que poderiam servir chefes ou adjuntos nas missões⁸⁹. Entre eles estavam: o licenciado em Ciências Biológicas Amílcar de Magalhães Mateus, então assistente de Zoologia e Antropologia da FCUP; a esposa do mesmo, licenciada em Ciências Histórico-Naturais, Emília Duarte de Oliveira de Magalhães Mateus; o médico e assistente de anatomia da FMUP, Jorge Alberto Martins de Alte; o antigo aluno de antropologia, Fernando Russell Cortez; a licenciada em Ciências Biológicas, Irene Garcia; e outros antigos alunos da UP, tendo alguns já realizado trabalhos de antropologia colonial por ocasião das exposições⁹⁰. Mendes Correia revela assim o propósito de encaminhar os seus discípulos e colaboradores para o trabalho de terreno que, no seu entender, era uma actividade de equipa. Um dos membros das missões que mais se correspondia com o director do IAUP era Santos Júnior, que em várias cartas vai dando conta do contexto no qual estavam a ser realizadas as tarefas, da diversidade na recolha de elementos (biológicos, culturais e arqueológicos) e das condições adversas dos trópicos:

Só pude estudar 44 bargués, 22 homens e 22 mulheres. Nos homens fiz os caracteres descritivos e mais de 30 medidas em cada um. Nas mulheres só tirei 14 medidas. Tirei muitas fotografias e fiz alguns desenhos de tatuagens, de mãos e de pés, e alguns apontamentos esboçados de perfis labiais e de narinas. Ainda se tiraram impressões dermopapilares (dedos, palmas das mãos e plantas dos pés) em 17 indivíduos, e estudei as anomalias dos pés de 4 negros. No dia 3 de Outubro

⁸⁸ *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 1.º volume, IICT, Doc. n.º 1.

⁸⁹ *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 1.º volume, IICT, Doc. n.º 8.

⁹⁰ *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 1.º volume, IICT, Doc. n.º 8.

fomos visitar as ruínas de Metalí e da Molanda na Serra Chôa. Nestas últimas esteve Frobenius e lá fez escavações ainda patentes. Fizemos 35 quilómetros a pé. [...] Foi um dia de grande calor, e passámos um pouco de sede [...]. No caminho descobrimos uma estação lítica do tipo da cultura de wilfon. [...] Tive a sorte de apanhar a farmacopeia de um Nhabézi que numa noite foi desenterrar os ossos do capitão Rebelo que foi intendente de Tete e morreu há 2 ou 3 anos no Báruè. [...] Ficou o médico de Vila Gouveia de prosseguir no estudo daquelas numerosas “mancualas”. [...] Queria seguir para Milange, onde me esperam umas pinturas rupestres, e estou aqui preso por não ter chegado o malfadado camião⁹¹.

Tivemos 4 dias de excepcional calor. O termómetro no dia 13 marcou à sombra 44 graus. Nesse dia trabalhámos desde as 5 horas da manhã até às 8 horas da noite. Estudámos 33 dêmas, sendo respectivamente 21 homens e outras tantas mulheres estudadas, quanto aos caracteres descritivos e quanto aos caracteres merísticos, 30 medidas em cada. Num lote de 30 mulheres fizemos apenas 12 medidas. Não havia tempo para mais. Estudei 12 anomalias de pés tendo tirado fotografias e feito desenhos e impressões dermo-papilares. À ida e à vinda encontrei mais 3 estações líticas⁹².

Em nenhum momento, porém, nem Santos Júnior, nem Mendes Correia, concluem que talvez não seja a quantidade de medições efectuadas que permite um melhor conhecimento das populações. Apesar disso, foi nessa área que mais parece ter-se investido. Segundo Mendes Correia, as investigações antropológicas das missões não tinham um aspecto «puramente especulativo», mas sim um interesse prático, contemplado na averiguação de: «características bio-étnicas das populações»; «convicções de robustez e vitalidade»; «perspectivas de desenvolvimento e progresso»; «costumes»; «qualidades psíquicas»; «capacidades e tendências, especialmente no ponto de vista do trabalho» (Correia, 1945a: 8). O «factor humano» tinha assim um «contestável interesse económico e nacional, a par do seu interesse científico» (*idem*, p. 9). Para o professor da FCUP, era grande a diversidade entre «os pobres e tímidos Boximanes do sul de Angola [...] e alguns grupos bantos angolenses ou moçambicanos» (*idem*, p. 8). Daí que os planos de trabalho das missões mencionassem a possibilidade de realizar inquéritos psicotécnicos para averiguar as tendências e aptidões profissionais dos diferentes grupos étnicos. Contudo, um dos objectivos que sobressai no discurso é o de arranjar elementos quantificáveis, isto é, aqueles que no seu entender são «indispensáveis» - os «estatísticos e demográficos» (Correia, 1945a: 9). Tal opção era denunciadora dessa antropologia, que no terreno colonial procurou atribuir fundamentos concretos à empresa científica aí exercida. A descrição de elementos, como a cor da pele, o cabelo, a forma das orelhas, do nariz e dos lábios, e o recurso a instrumentos de medição, como o compasso de espessura ou o esquadro cefalométrico, tinha na verdade o intuito de afastar o teor subjectivo das observações que pudesse influenciar a obtenção dos resultados

⁹¹ Carta de Santos Júnior a Mendes Correia, 9.10.1945, Museu de História Natural da FCUP.

⁹² Carta de Santos Júnior a Mendes Correia, 16.10.1946, Museu de História Natural da FCUP.

finais (Dias, 1996: 33-34). Por outro lado, pretendia-se que esses elementos quantificáveis se pudessem vir eventualmente a traduzir em proveito económico no âmbito da exploração colonial. Todavia, as preocupações de Mendes Correia estendiam-se também à «etnografia» na qual deviam ser «banidos» os «frequentes *diletantismos*, que apenas servem para descrédito imerecido duma ciência autêntica, que tem os seus métodos de trabalho, as suas sistematizações seguras, princípios, normas, seriedade» (Correia, 1945a: 9). Por outro lado, era importante a pesquisa das antiguidades pré-históricas⁹³, na medida em que seria esclarecedora das «afinidades, origens ou antecedentes das populações» (*idem, ibidem*).

A maioria das campanhas científicas veio a realizar-se depois de 1945, após a reforma da JMGIC, com a qual o organismo passou a ter apenas uma comissão executiva de três membros, e não apenas um grande número de membros fixos. Por outro lado, passou a ter como objectivos principais a melhoria das condições de vida de «indígenas» e colonos, a exploração eficiente dos territórios colonizados e a contribuição para aumentar o conhecimento científico, passando a contemplar sobremaneira os conteúdos relativos às questões socioculturais. Com efeito, o trabalho das últimas campanhas da missão antropológica de Moçambique descreve aspectos mais socioculturais como, por exemplo, os relativos à alimentação, ou à cultura material (habitações, adereços), mas estes elementos não são sistematizados; por outro lado, em nenhum momento das descrições a estrutura social emerge. Entre os espólios dessas campanhas podemos distinguir o: 1) arqueológico⁹⁴, sendo que o material existente permite identificar 96 estações existentes em Moçambique da Idade da Pedra (92) e da Idade do Ferro (4); 2) etnográfico, com instrumentos musicais e objectos de adorno, muitas vezes fotografados enquanto estavam a ser usados (767 peças); 3) iconográfico, com filmes e fotografias (com 2733 imagens); 4) documental⁹⁵. No que respeita às imagens fotográficas, e apesar de o interesse inicial nas recolhas incidir, provavelmente, mais no âmbito da antropologia física, elas permitem perceber que existem outras preocupações nas recolhas e se procura dar conta de outros elementos – matérias (roupas, adereços), contextos (locais, festividades, sepulturas), quotidiano (actividades económicas, embarcações, identificação de plantas), património cultural (utilização de tecidos, máscaras, pinturas faciais) e património edificado (igrejas, pontes)⁹⁶.

⁹³ Em 1936 foi publicado um plano de estudo da pré-história de Moçambique «mostrando a escassez ínfima de trabalhos», apesar de na União Sul-Africana já se conhecerem várias descobertas; porém, em 1938 as pesquisas de Santos Júnior revelaram uma «dúzia de estações pré-históricas em Moçambique» (Correia, 1945a: 6).

⁹⁴ Em 1950 Santos Júnior fez uma Carta da Pré-História de Moçambique.

⁹⁵ Sobre a missão antropológica de Moçambique, *vide* Roque, 2010.

⁹⁶ Sobre a missão antropológica de Moçambique, *vide* Roque, 2010.

No período pós-conferência de Bandung (1955), o financiamento da missão antropológica de Moçambique foi reduzido, uma vez que houve uma mudança de paradigma e o financiamento direccionou-se para outras áreas. No entanto, algumas elaborações demonstram não existirem ainda conhecimentos suficientes para realizar um estudo etnográfico. Além disso, como afirma Rui Pereira, «se bem que o objectivo enunciado no decreto de origem tenha sido atingido, isto é, ao fim das seis campanhas a missão tinha já elaborado uma carta etnológica de Moçambique com cerca de 80 designações etnonímicas, os membros da equipa estavam sobretudo preocupados com o levantamento de dados antropométricos» (1986: 193). No âmbito desta missão foram publicados «44 trabalhos, dos quais apenas 14 relevavam dos desígnios da etnografia» (*idem, ibidem*), embora não constituíssem propriamente etnografia como nós a entendemos hoje. Esta é uma das razões que levou Mário Moutinho (1982) a considerar que a etnologia colonial portuguesa assentou em explicações e justificações que, no fundo, tiveram, um carácter utilitarista em relação ao colonialismo, apoiando a sua estrutura ideológica, tratando-se assim de uma «anti-etnologia». A missão reuniu, no entanto, diversos materiais que estão hoje à guarda do IICT, embora alguns possam estar ainda no Porto, e que desde o início dos anos 90 do século XX têm sido objecto de inventário e estudo. Denota-se, assim, que apesar de as missões se terem dirigido a outros territórios, houve um investimento especial em Moçambique, tendo sido a que teve uma maior permanência no terreno e da qual resultaram mais elementos recolhidos. Será em Moçambique também que Jorge Dias, e os elementos da sua equipa, vêm a desenvolver investigação, através de trabalho de campo, do qual é exemplo a pesquisa sobre os macondes em que se aplica o método de estudo de comunidades por ele defendido (Dias, 1998).

Foi notório também o estímulo de Mendes Correia para a publicação dos trabalhos dos seus colaboradores. Por exemplo, numa carta de 31.5.1947⁹⁷, dirigida ao secretário da comissão executiva da JMGIC, refere que o estudo realizado por Alfredo de Athayde e Hugo Magalhães, intitulado «Contribuições para a Antropologia da Guiné Portuguesa» (com 440 pp, 49 fotografias e um mapa), para o qual foram utilizadas observações feitas em 94 indivíduos originários da Guiné, participantes nas exposições do Porto (1934) e de Lisboa (1940), deveria ser publicado, apesar de terem passado alguns anos e de, posteriormente, em 1945, ter sido enviada à Guiné uma missão. «Por limitadas que sejam as séries utilizadas nas Exposições e por mais amplas que sejam as reunidas pela Missão actualmente na Guiné, nunca perderão interesse científico os materiais recolhidos em 1934 e em 1940, como não o

⁹⁷ *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 2.º volume, IICT. Doc. n.º 132.

perderam as observações feitas por Deniker & Laloy, na Exposição de Paris de 1889», sublinha. Mais: «nem todas as últimas séries estudadas se referem às populações a que dizem respeito as séries de 1934 e 1940» e «a utilização das séries ultimamente observadas» ainda demoraria, assim como a publicação dos resultados⁹⁸.

Mais tarde foi votada atenção especial a Timor, cujas campanhas científicas ocorreram entre 1953 e 1975. Porém, já anteriormente tinham sido publicados dois artigos por Mendes Correia (1916b, 1916c⁹⁹) baseados nas notas antropológicas de Fonseca Cardoso. Para além destes, e apesar de outros autores terem publicado sobre Timor, a primeira grande monografia editada em Portugal focada nesse país, intitula-se *Timor Português: Contribuições para o seu estudo antropológico*, e é da autoria de Mendes Correia (1944a). Trata-se de um texto de grande dimensão (235 páginas), que vem a ser pioneiro dos trabalhos de António de Almeida (1974) e de Ruy Cinatti (1974). Uma das características de Timor é, não só a diversidade em termos de grupos humanos (onde podemos distinguir os que têm «traços» malaios, os de traços melanésios ou papua, e ainda os que não são facilmente identificáveis), mas também a variedade linguística, havendo muitas línguas pertencentes à família austronésia e outras não austronésias. Mendes Correia era conhecedor das obras de autores que tinham visitado a ilha, como o naturalista inglês Alfred Russel Wallace (que relacionava diferenças físicas com diferenças comportamentais [Wallace, 1869]), o biólogo escocês Henry Forbes e o médico e antropólogo holandês Herman ten Kate¹⁰⁰. Da obra faz parte a descrição e medição dos timorenses que participaram nas exposições do Porto (1934) e de Lisboa (1940), e centenas de fotografias de timorenses de várias regiões, encomendadas pelo coronel Álvaro da Fontoura, governador de Timor entre 1937 e 1940. Tanto esse material, como as publicações realizadas, foram financiados pela JMGIC.

Timor Português (Correia, 1944a) foi recebido a nível nacional e internacional. Arthur Keith, por exemplo, felicitou o autor pela obra, pela região a que chamou insulândia, através de uma carta, enviada a 6.2.1945, onde enaltece a utilização das fotografias da colecção de Fontoura; segundo o próprio, «if you cannot diagnose a man's race from his photograph, you will never succeed by callipers or mathematics»¹⁰¹. Com esta incursão pôde conhecer no terreno alguns dos aspectos sobre os quais tinha trabalhado, anteriormente, à distância. Em 1953, durante um mês, esteve em Timor e descreveu a sua viagem posteriormente (Correia, 1955). Na ocasião foi averiguar as condições para a instalação de um «Centro de Estudos

⁹⁸ *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 2.º volume, IICT. Doc. n.º 132.

⁹⁹ Este artigo constitui uma análise das características anatómicas e antropométricas dos timorenses observados.

¹⁰⁰ Com quem Mendes Correia se correspondia (Correia, 1932b).

¹⁰¹ *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 1.º volume, IICT. Doc. n.º 99.

local e promover trabalhos convenientes»¹⁰². O centro de investigação em Timor seria ainda criado em 1953 e as áreas de investigação reuniam a antropologia física, a pré-história, assim como a recolha de elementos variados – número de filhos, mutilações étnicas, línguas, alimentação e outras práticas culturais. A partir de 1953-54 uma equipa de antropólogos, coordenada por António de Almeida, desenvolveu no local um novo estudo, tendo trabalhado com Mendes Correia, Ruy Cinatti, entre outros. No que respeita às pesquisas feitas sobre Timor (as de Mendes Correia e as de António de Almeida, principalmente) faltava, segundo Maria Johanna Schouten, «uma valorização das culturas tradicionais» e «uma verdadeira e sincera implementação duma missão civilizadora» (2001: 167). Além disso, «a actuação dos portugueses durante a maior parte do período de contactos com Timor caracterizou-se pela indiferença, por campanhas militares sangrentas e pela exploração económica», sendo que amiúde na visão dos oficiais coloniais, «o mais importante era ensinar a trabalhar» (*idem, ibidem*).

Apesar da predominância dos estudos antropométricos, e da escassez de realizações que contemplassem mais os domínios socioculturais, foi a criação de novas estruturas, como a JMGIC, e o financiamento destas missões, que permitiu o reconhecimento do trabalho de vários colaboradores do IAUP, assim com o exercício da antropologia como área profissional. A obtenção desse financiamento deveu-se muito a Mendes Correia, que por diversas vezes solicitou ao governo e à JMGIC verbas para permitir a participação nas missões. Os praticantes da antropologia social britânica tinham mais dinheiro, inclusivamente fundos americanos (Goody, 1995), por isso produziram muito mais trabalhos¹⁰³. Por outro lado, a larga presença das práticas antropométricas devia-se a uma corrente europeia que favorecia a mensuração de indivíduos procurando averiguar os tipos raciais a que respeitavam. Tal identificação fenotípica poderia permitir depois a diferenciação entre os indivíduos e a sua ordenação numa escala racial. É o próprio Santos Júnior a afirmar que as missões, ao terem como objectivo a apreciação somática das «tribos», consistiram na observação de milhares de «indígenas» e resultaram na elaboração de fichas antropológicas, cada uma com 20 medidas em média; em vários índices foram feitas cerca de 80 mil determinações, de entre as quais se fizeram seriações e calcularam médias, desvios padrões e erros prováveis (Júnior, 1956) (figuras n.º 40 e n.º 41). Ao terem como um dos principais objectivos a inventariação de dados antropométricos, a sua utilidade podia ser a de transpor esses elementos no sentido de

¹⁰² Carta de Mendes Correia (presidente da JMGIU), de 16.7.1953, dirigida ao presidente da comissão executiva da JMGIU. *Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia*, 2.º volume, IICT. Doc. 225.

¹⁰³ De notar, no entanto, que em Portugal não havia funcionalistas e mesmo a antropologia de Jorge Dias foi culturalista – herdeira da tradição americana.

os relacionar com valores e medidas corporais, que identificassem os mais apropriados para o trabalho, com vista a fazer funcionar melhor a exploração colonial. No entanto, as missões permitiram também a recolha de outros elementos, como pinturas rupestres, desenhos, fotografias e objectos. Além das publicações, foram realizados documentários, no âmbito das missões antropológicas de Angola, Moçambique e Timor, que estão depositados no IICT.

3.1.2. Cargos de Mendes Correia no CEEP (1945-1956), na JMGIC (1946-1959), na ESC (1946-1958) e na SGL (1951-1960)

O trabalho das missões é desenvolvido ao mesmo tempo que Mendes Correia ocupa cargos em instituições, que tinham como objectivo o desenvolvimento dos estudos antropológicos (CEEP, JMGIC, ESC e SGL). No CEEP, a que esteve ligado entre 1945 e 1956, foi vogal da direcção e presidente. Este centro, que contemplava a dimensão etnológica (o parente pobre dos estudos de antropologia que se vinham fazendo essencialmente no âmbito da antropologia física), foi por ele criado, no Porto, em 1945¹⁰⁴. Para organizar a secção de etnografia do CEEP, convidou o antropólogo portuense Jorge Dias (1907-1973)¹⁰⁵. A partir da altura em que chega ao CEEP, em 1947, o jovem doutorado começa a constituir uma equipa de colaboradores (Margot Dias [1908-2001], Fernando Galhano [1904-1995], Ernesto Veiga de Oliveira [1910-1990] e Benjamim Pereira), que com ele vão procurar desenvolver uma investigação no domínio da etnologia e da etnografia portuguesas. Outras figuras fizeram parte desta equipa, embora com menor relevo - António Carreira (1905-1988), Fernando Rogado Quintino e Viegas Guerreiro (1912-1997).

A partir de 1949 o CEEP divide-se em várias secções: «pré-história» (dirigida por Mendes Correia), «antropologia física» e «biologia humana» (dirigida por Alfredo Athayde) e «etnografia» (dirigida por Jorge Dias). Com o trabalho deste último, os estudos de carácter etnológico renasceram, após a geração de Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso e Rocha Peixoto, e ganharam um novo fôlego, mas agora com uma disciplina independente, e uma metodologia e prática próprias (Pereira, 1989: 66). No CEEP Jorge Dias acaba por fazer uma etnologia num sentido antagónico ao de Mendes Correia, mas nunca explicitamente. Enquanto este era presidente do CEEP, aquele era o secretário. Mais tarde, António de Almeida sucedeu-lhe na presidência do centro. Só a

¹⁰⁴ Em alguns locais, nomeadamente na Internet, é referido, talvez devido à projecção que veio a ter Jorge Dias, que este centro foi criado por Jorge Dias e não por Mendes Correia.

¹⁰⁵ Licenciado em filologia germânica pela UC; assegurou o leitorado de Português nas universidades de Rostock, Munique, Berlim, Santiago de Compostela e Madrid, de 1938 a 1947; doutorou-se em Etnologia, em 1944, na cidade de Munique.

18.5.1954, com a publicação da portaria 14.886, foi criado o CEEU, em Lisboa, com o apoio do ISEU e da JMGIU, que já incluía a vertente ultramarina e estimulava «um conhecimento não exclusivamente biológico das populações dominadas»; contudo, «continuavam sendo incentivadas pesquisas de cariz eminentemente antropobiologista» (Pereira, 1986: 194). Em 1956 Jorge Dias foi convidado pelo ISEU para desenvolver investigação antropológica no contexto ultramarino e para assumir a cadeira dessa especialidade (1957). O CEEU viria a ser substituído, a 30.5.1962, pelo Centro de Estudos de Antropobiologia, criado na JMGIU para funcionar junto do ISEU.

É muito comum, nas resenhas historiográficas produzidas sobre a antropologia portuguesa, considerar o trabalho de Jorge Dias e da sua equipa no norte de Moçambique um marco inaugural no que concerne ao trabalho antropológico no terreno ultramarino. De facto, até meados da década de 50 do século XX, os estudos realizados sobre as colónias incidiram predominantemente nas medições antropométricas e em observações de carácter físico, em detrimento da análise dos aspectos sociais e culturais. No entanto, nos anos 40 do século XX a antropologia francesa denunciava incluir missões com um teor muito semelhante às de Portugal. Nos anos 50 havia ainda em Portugal literatura de antropologia física, quando em França já havia sido abandonada nos anos 40. Segundo João Leal, o trabalho de Jorge Dias, e dos seus colaboradores, «recupera alguma da actualização teórica e inserção internacional perdida nas décadas da I República» (2000: 38). Contudo, no meu entender, tanto a defesa da antropologia, como disciplina científica, como a inserção da antropologia portuguesa no campo internacional, foram objectivos pelos quais Mendes Correia se debateu quase meio século antes. É de notar, de facto, que a projecção de Jorge Dias lhe valeu a participação de mais de cinquenta antropólogos estrangeiros nos volumes de homenagem que lhe foram dedicados, entre os quais estão Max Gluckman, M. G. Marwick e John Beattie (Leal, 2000: 38). Contudo, na minha perspectiva, o convite de Mendes Correia para Jorge Dias organizar a secção de etnografia do CEEP terá sido tudo menos irrelevante. Como reconhece João Leal, esta secção, assim como mais tarde os Centros de Estudos de Etnologia e de Antropologia Cultural, onde Jorge Dias e os seus colaboradores trabalharam, constituem «os primeiros organismos especificamente orientados para a investigação antropológica em Portugal» (2000: 39). O mérito de Mendes Correia esteve, assim, também no facto de, para além de criar estruturas que permitissem realizar investigação, e de para elas angariar fundos, ter reunido as pessoas certas. O alcance da sua visão permite-nos hoje considerá-lo como um verdadeiro gestor de recursos humanos.

Entre 1946 e 1959 Mendes Correia esteve ligado à JMGIC, tendo presidido este organismo e dirigido a sua secção antropológica¹⁰⁶, cujo papel, no que respeita à resolução de problemas de cartografia em África e à investigação científica, tenho vindo a dar conta. É também a partir de 1946 que vem a estar ligado à ESC para a qual foi nomeado director, a 16.10.1946, tendo acumulado esse cargo com o de professor entre 1949 e 1958. Criada em 1906 como Escola Colonial, quando o seu currículo¹⁰⁷ foi reorganizado em 1919, a cadeira de Etnologia Colonial passou a fazer parte do seu programa. Mais tarde, em 1927, a escola passou a designar-se ESC¹⁰⁸, até ao ano lectivo de 1954/55, altura em que muda para ISEU¹⁰⁹. Em 1961 passa a designar-se ISCSPU¹¹⁰. Actualmente, e desde 1974, a sua designação é ISCSP¹¹¹. Da mesma forma, o nome do curso foi alterado de Curso Colonial para Curso Geral Colonial (1919) e depois para Curso Superior Colonial (1927). Embora a ESC administrasse conhecimentos sobre as colónias, esses não se restringiam ao domínio antropológico. Porém, o Curso Superior Colonial tinha um curso de Antropologia Colonial¹¹² - anexo à cadeira de Etnologia e Etnografia Coloniais - regido por António de Almeida. No ano de 1946 o plano de estudos foi alterado. Com o Decreto-lei n.º 35885, de 30.9.1946, algo inovador é proposto: a «investigação dos problemas científicos ligados à valorização dos territórios ultramarinos, ao povoamento europeu da África Tropical e ao conhecimento das populações nativas e suas línguas». Passaram então a existir dois cursos - Curso de Administração Colonial¹¹³ e Curso de Altos Estudos Coloniais¹¹⁴ - que a partir de 1954 foram designados por Cursos de Administração Ultramarina e Altos Estudos Ultramarinos. Em 1961 passam a ter nova designação: Curso de Administração Ultramarina e Curso Complementar de Estudos

¹⁰⁶ Após o seu falecimento foi Jorge Dias quem assumiu o cargo de director substituto do Centro de Estudos Políticos e Sociais da JMGIU. Posteriormente, foi eleito presidente da JMGIU Carrington da Costa (1891-1982).

¹⁰⁷ Consultar *Anuário da Escola Colonial*, no ISCSP, desde 1919/ 20 (vol. 1) a 1923/ 24 (vol. 5).

¹⁰⁸ Consultar *Anuário da Escola Superior Colonial*, no ISCSP, desde 1924/ 27 (vol. 6-8) a 1953/ 54 (vol. 35). Consultar ainda *Estudos Coloniais: Revista da Escola Superior Colonial*.

¹⁰⁹ Consultar o *Anuário do ISEU*, no ISCSP, de 1954/ 55. Consultar também *Estudos Ultramarinos*.

¹¹⁰ Consultar o periódico *Estudos Políticos e Sociais*.

¹¹¹ No ISCSP podemos encontrar, entre as suas publicações, listas do nome dos alunos de todos os anos, das cadeiras, dos projectos, das actividades, dos trabalhos e textos sobre questões relativas ao ensino nas ex-colónias.

¹¹² Do seu programa faziam parte temas como: «Metodologia antropológica»; «O estudo da morfo-biologia humana»; «Prática de antropometria»; «A psicologia das populações coloniais...»; «Análise e interpretação das manifestações psicológicas das gentes de civilização atrasada».

¹¹³ Segundo o Decreto-lei n.º 35885/46, este curso, «acentuadamente profissional», procurava dar um «importante papel aos estudos respeitantes aos povos nativos, introduzindo-se a novidade de uma disciplina destinada ao ensino dos métodos de educação dos indígenas (partindo, naturalmente da etnopsicologia) e especialmente da organização e processos de trabalho das missões religiosas com quem o funcionário tem de lidar e colaborar constantemente».

¹¹⁴ Tratava-se de um curso «de carácter desinteressado e complementar destinado a proporcionar ao escol português o conhecimento dos principais problemas relacionados com as colónias». De acordo com o citado Decreto-lei, os estudos filológicos e linguísticos, a propósito das línguas e dialectos falados nas colónias foram também incentivados, assim como a criação de um Instituto de Línguas Africanas.

Ultramarinos. Só em 1968 foi criado o curso complementar de Ciências Antropológicas. Com a oferta curricular da ESC o candidato podia ser chefe de posto, secretário, administrador e chegar a governador¹¹⁵.

Pelo facto de Mendes Correia ter sido nomeado director da ESC, precisamente em 1946, participou assim na reorganização do ensino superior colonial, contribuiu para a formação de muitos funcionários das colónias, e veio a influenciar a política ultramarina do país. Para ele, a preparação eficiente dos funcionários e técnicos das colónias era uma «primazia entre as preocupações governativas das nações coloniais» (1945a: 7). Por outro lado, considerava que «nenhum ensino em Portugal» era «mais estruturalmente nacional» do que o da ESC (Correia, 1951g: 12), tendo assim esta, não só um desígnio colonial, mas também nacional. Como se verá no capítulo 5, nas suas intervenções na AN, enquanto deputado, defende a condição dos professores da ESC, elogia a criação do seu Instituto de Línguas Africanas e Orientais e faz votos para que a ESC se torne numa Faculdade de Estudos Coloniais, tornando-se no futuro uma Universidade Colonial (12.3.1947); argumenta que nenhuma carreira universitária ultrapassava a da ESC e que, sendo «o estabelecimento de ensino mais nacionalista do País»¹¹⁶, o governo devia apoiar a sua reorganização (1.4.1948).

Em 1951 eram ainda professores da ESC, ou tinham sido: Mendes Correia, José Gonçalo da Costa Santa Rita (possuía os cursos de Direito e Letras), António Marques Rita Martins (curso de Medicina e Direito), António de Almeida (curso de Medicina, curso da Escola de Medicina Tropical e curso da ESC), Jesus Nunes dos Santos (curso de Medicina Veterinária e Curso Superior Colonial), Joaquim Moreira da Silva Cunha (curso de Ciências Jurídicas), José Diogo de Albuquerque Sampayo d'Orey (Engenharia Agrícola), Manuel Maria Sarmiento Rodrigues (capitão de fragata, comandante de navios de guerra, governador da Guiné de 1945 a 1948), Leão Ramos Ascensão (curso de Direito), Joaquim da Silva Godinho (curso de Letras), Adriano Moreira (curso de Ciências Histórico-Jurídicas) e Capitão Alberto Feliciano. De 1951 a 1960 Mendes Correia foi presidente da SGL, onde os directores da ESC, a funcionar no seu espaço, eram, por inerência, os presidentes dessa sociedade.

¹¹⁵ Mais especificamente, o quadro administrativo era constituído pela seguinte ordem hierárquica: aspirante, chefe de posto, secretário, administrador de 3.ª, 2.ª e 1.ª classe, intendente, inspector e governador.

¹¹⁶ *Diário das Sessões da AN* (<http://debates.parlamento.pt>, acedido em Setembro de 2010).

3.2. Miscigenação e questões levantadas pela situação colonial¹¹⁷

Para além do estímulo dado ao desenvolvimento de estudos sobre os povos colonizados, urgia inculcar na população da metrópole a motivação para emigrar para as colónias. Já em 1919 Mendes Correia tinha citado os relatórios de diversos cônsules, em resposta a um inquérito da SGL de 1917, que apesar de referirem a «falta de cultura» eram honrosos para os portugueses (1919b: 160). Lamenta, contudo, que «os portugueses emigrem para países estranhos que não valorizam, em vez de emigrarem para as colónias ou de valorizarem a própria terra», embora reconheça que a emigração para o Brasil tendo inconvenientes, também tinha vantagens (*idem*, p. 161). Contudo, essa emigração podia levantar problemas, uma vez que iria pôr em contacto seres humanos muito distintos. No caso da emigração portuguesa para as colónias e da possível miscigenação, o Congresso Nacional de Antropologia Colonial (1934) foi palco para a apresentação das comunicações de Mendes Correia e de Eusébio Tamagnini, que consideraram importante precaver a população portuguesa da ameaça de elementos estranhos. Na sua opinião, o futuro da nação poderia ser posto em causa por uma mestiçagem desenfreada, uma vez que os frutos dessas misturas podiam ser prejudiciais e afectar a «pureza» do povo português.

Na primeira metade do século XX, a questão da miscigenação¹¹⁸ esteve em Portugal relacionada com a situação colonial e com as discussões acerca do «aperfeiçoamento da raça» e da eugenia. A história dessas discussões, no que respeita em particular à questão das relações raciais, tem sido, como referiu Michael Banton, marcada pela controvérsia (1996: 125). Alguns governadores coloniais, como Norton de Matos ou Vicente Ferreira¹¹⁹, e o escritor Gastão de Sousa Dias, não eram favoráveis à mestiçagem, embora fossem a favor da «elevação social de pretos e mulatos», salvaguardando, contudo, que estes constituíssem «grupos cuidadosamente separados» (Ribeiro, 1981: 155). Já no âmbito científico, o médico Germano da Silva Correia criticou, no Congresso Nacional de Antropologia Colonial (1934), o povoamento colonial por condenados, inaceitáveis em «matéria da eugénica interétnica», por um lado, e defendeu uma política colonial «extremamente humanitária e rasgadamente liberal» para apelar à colaboração dos mestiços, por outro (1934: 329, 326). No mesmo congresso, mas com um espírito diferente, E. Tamagnini defendeu o esforço para inculcar nos portugueses o desejo de emigrarem para as colónias, e aí se fixarem definitivamente, mas

¹¹⁷ Uso a expressão utilizada por Balandier (1951) para referir o contexto colonial, que reuniu em territórios definidos indivíduos diferentes entre si e conduziu a relações de poder (dominação *versus* subordinação).

¹¹⁸ A mistura racial foi debatida também no Brasil, México, Peru, Argentina e Venezuela. Além disso, a questão da miscigenação, vista como decadência, encontrava em Gobineau, por exemplo, uma referência crucial, cuja discussão foi comum tanto na Europa como nos EUA, na América Central e do Sul.

¹¹⁹ Ministro durante a I República (das Finanças, entre 1912 e 1913 e em 1921; e das Colónias em 1923).

alertava para os perigos da mestiçagem pois, como notava o médico e eugenista alemão Ernst Rodenwaldt (1878-1965), era «um risco para todas as sociedades humanas» e devia «desaconselhar-se» (1934: 63).

Em alguns trabalhos de Mendes Correia encontramos discursos cujos propósitos são idênticos aos de E. Tamagnini. No dito congresso apresentou a comunicação «Os mestiços nas colónias portuguesas»¹²⁰ (1934a), baseado num inquérito que elaborou no IAUP, a partir do método utilizado por Porteus e Babcock, entre vários grupos raciais no Hawaii, publicado em 1925, e que teve como objectivo a determinação do «índice de eficiência racial». A pertinência deste estudo para o professor era grande, já que o número de mestiços estava a aumentar nas colónias portuguesas. Contudo, as investigações sobre os cruzamentos com os negros de Cabo Verde, e com os chineses de Macau, mostraram que fisicamente eles eram mais parecidos com os «negros» e os «amarelos» do que com os portugueses. Do inquérito realizado por Mendes Correia a «pessoas conhecedoras das colónias» (Correia 1934a: 331) sobre o mestiçamento e as «condições biológicas, psíquicas, morais e sociais dos mestiços em confronto com as raças originárias», conclui que o método de Porteus e Babcock revelava «dificuldades e defeitos» (*idem*, p. 347) e que «no ponto de vista dos altos interesses da nação e da humanidade», a maioria era contrária ao favorecimento do mestiçamento (1934a: 347). O mestiço não pertencia a um tipo humano específico que estivesse predefinido pelos antropólogos. Para Mendes Correia, o mestiço não podia ter uma representação num mundo «moderno» (Latour, 1993 [1991]), porque era impuro, híbrido e a sua propagação poderia conduzir à degenerescência, tendo sido o factor degenerativo colocado como hipótese alguns anos mais tarde (Correia, 1940c). Ainda em 1934, quando visita o Brasil, fala no que se pode designar por uma miscigenação selectiva, mas que considera tratar-se de «selecção racial»:

Os eugenistas e os economistas estão vigilantes, no que respeita aos problemas da imigração. Se, no ponto de vista das condições de saúde física e moral dos imigrantes, é possível um regime de fiscalização racional, as dificuldades são maiores na fixação dos contingentes étnicos. Um estropiado, um inválido, um meliante, são averiguadamente indesejáveis como elementos da economia dum país. Mas a selecção racial é mais difícil (1935c: 7-8). [...] Quando, nas tardes dos domingos, ou recolhendo ao hotel, eu via, no Rio, na Avenida Beira Mar, [...] os pares abundantes de enamorados, só encontrei brancos com brancas, mulatos e mulatas, negros e negras, numa electividade atractiva de indivíduos das mesmas raças. Na base do amor que inspirava aqueles idílios, estava como um dos elementos a afinidade antropológica. [...] E o índio? Quer o índio selvagem, o bugre, quer o índio assimilado, o caboclo, quer os mestiços do sangue índio com os elementos brancos - os mamelucos - ou com os elementos negros - os cafusos -, o seu papel na vida actual do Brasil é hoje reduzidíssimo (*idem*, p. 13). [...] Mosaico de regiões, rede complexa de gentes e interesses polimorfos, o Brasil dá, porém, exemplos edificantes do poder da Natureza e do poder dos homens (*idem*, p. 22).

¹²⁰ Comunicação apresentada na 1.ª secção sob o lema «Antropologia física; Biologia Étnica; Cruzamentos; Grupos sanguíneos». Concorreram a esta secção 25 comunicações, tendo a ela presidido Joaquim Pires de Lima, Germano Correia, João G. Barros e Cunha e o Tenente-coronel Leite de Magalhães.

Era, assim, através da «selecção racial» que os indivíduos escolhiam parceiros fenotipicamente semelhantes, num propósito que designa por «afinidade antropológica». Além da mestiçagem ser vista como algo que naturalmente se repudia, os seus resultados - os mestiços - não ocupavam lugares de destaque na vida social do Brasil.

Na 2.^a secção do congresso¹²¹, que agrupou os temas «Etnologia; Folclore; Linguística; Psicologia; Sociologia; Religiões»¹²², apresentou a comunicação «Valor psicossocial comparado das raças coloniais» (1934h), onde divulgou os resultados de um inquérito elaborado no IAUP (dirigido pelo professor) e distribuído por intermédio da AGC, da SGL, das missões e directamente, para avaliar as qualidades estudadas no inquérito de Porteus e Babcock, no sentido de encontrar o já referido «índice de eficiência racial». De notar que, das centenas de questionários distribuídos, apenas 36 foram devolvidos e foi a partir destes que tirou as conclusões. Neste método, utilizado por Mendes Correia, interferem as preferências raciais e o coeficiente pessoal; por essa razão, existem possibilidades múltiplas de deformação de um juízo científico. Todavia, o autor segue um processo análogo para a apreciação de certas qualidades psicossociais das populações nativas das colónias portuguesas, a que Porteus e Babcock e Roquette Pinto não se referem, mas que considera interessantes. O inquérito dividia-se em dois: um destinado às «raças puras» e outro às populações «mestiças». Porém, o texto apenas se refere às primeiras - «os portugueses metropolitanos ou uma população de negros africanos duma dada região» - ou seja, não inclui crioulos, mulatos ou macaenses (Correia, 1934c: 3-11). As populações estudadas foram «negros da Guiné», «negros de S. Tomé e Príncipe», «negros de Angola e Congo», mucancalas, «negros de Moçambique», indianos, chineses de Macau e timorenses. As qualidades avaliadas foram: impulsividade, moralidade (que reconhece ser difícil avaliar, uma vez que assenta em bases diferentes e portanto não permite comparações), sugestibilidade, *self control*, resolução ou decisão, previdência, tenacidade, inteligência global e educabilidade. O professor da FCUP admite que não se possa concluir muito com este estudo, e que existe uma heterogeneidade complexa nas populações das colónias no que respeita às aptidões. Porém, adianta que os bantos seriam aptos para o trabalho, embora fossem pouco previdentes, e essa «qualidade» também se encontrava nos guineenses e timorenses.

¹²¹ Na terceira secção - «Pré-história e Arqueologia; Geografia humana; Migrações; Demografia; Criminologia e Aclimação» - apresentaria ainda «As ruínas de Zimbabué e a arqueologia de Moçambique» (Correia, 1934g).

¹²² Presidida por E. Tamagnini, J. Oliveira Lima, Amândio Tavares, e o Cónego António Miranda Magalhães.

Os temas da miscigenação e da pureza racial voltam a estar em discussão nos Congressos do Mundo Português (Lisboa, 1940), nos quais Mendes Correia participa. Deles fez parte o CNCP, do qual foi presidente da comissão organizadora, e que incluiu vários trabalhos sobre os estudos demográficos em Portugal¹²³. Pela leitura das actas é possível dar-mo-nos conta da polémica que então se verificou entre natalistas e neomalthusianos. Porém, a maioria dos participantes, e o próprio Mendes Correia, defendeu posições eugenistas, que reflectiam uma preocupação com a melhoria das qualidades da «raça» portuguesa. Na Sessão Inaugural daquele congresso, o professor da FCUP referiu a importância do «vigor» e da «pureza germinal da Raça» para a «continuidade histórica da Nação» (1940a: 20). Era esse vigor que, no seu entender, devia ser protegido. Na comunicação apresentada ao Congresso Colonial dos congressos, intitulada «O mestiçamento nas colónias portuguesas», repudiou a mestiçagem, pois de um mestiçamento generalizado não se podia esperar «uma nova linha racial pura», mas sim «um confuso melting pot», de onde sairia «uma humanidade biologicamente comparável [...] aos atípicos e lazarentos “cães da rua”» (1940b: 11-12). Lembra ainda que nas conferências que proferiu em 1934 e 1935, no Rio de Janeiro, no Porto e em Lisboa, tinha referido que «o “primeiro dever” dos governos não era impedir o mestiçamento, mas melhorar as condições dos mestiços, de modo que se tornem úteis»; no entanto, em 1940, no contexto do apogeu nazi, insistiu «na conveniência nacional de restringir os cruzamentos raciais» (*idem*, p. 20). Para ele, era importante impedir a «interferência social e política dos mestiços na vida portuguesa» e o desfiguramento da «fisionomia tradicional da Pátria» (*idem*, p. 21). Termina referindo: «nunca eles (os mestiços) deverão, como não devem os estrangeiros naturalizados, exercer postos superiores da política geral do país, salvo [...] em casos [...] muito excepcionais e improváveis» (*idem*, p. 23).

Ainda no CNCP apontou o mestiçamento como um possível factor degenerativo na comunicação «Factores degenerativos na população portuguesa e seu combate» (Correia, 1940c). Nela defende a «pureza do sangue português metropolitano» como uma «condição essencial da continuidade histórica e moral da Nação», não porque o mestiço fosse necessariamente inferior, mas porque da mistura de elementos heterogéneos podiam surgir resultados inesperados e pouco felizes¹²⁴ (Correia, 1940c). Já no Congresso Luso-Brasileiro de História dos congressos debruçou-se sobre «O elemento português na demografia do Brasil» (Correia, 1940d). Nesta intervenção considerou o Brasil uma nação que estava a

¹²³ Anterior a estes estudos demográficos é, por exemplo, o de Bento Carqueja - historiador, economista e fundador da SPAE - intitulado *O povo português* (1916).

¹²⁴ Para sustentar os seus argumentos, apoia-se em Morel, Magnan, Legrain, Júlio de Matos, Barbé, Afrânio Peixoto, Fernando Correia, Herman ten Kate e E. Tamagnini.

sofrer um processo de «branqueamento» – fenómeno que alguns autores defendiam estar a acontecer e com o qual concordava. Embora reconheça a existência de uma forte imigração neste país, incluindo os indivíduos de origem africana, e assuma o elemento ameríndio, considera que «os elementos de cor» não são a «maioria activa - social, política e economicamente dominante - da população» (Correia, 1940d: 254). Além disso, refere ser «reduzido o seu número nos postos elevados, nas classes preponderantes, nas escolas médias e superiores, nas praias e estâncias elegantes» (*idem, ibidem*). Nesta comunicação, além de Oliveira Viana¹²⁵, cita Sílvio Romero¹²⁶, Roquette Pinto¹²⁷, Lôbo de Oliveira, Óscar Brown¹²⁸, Pedro Calmon, Euclides da Cunha, Alfredo Ellis Júnior e Gilberto Freyre, mostrando assim o seu conhecimento das ideias gerais que eram associadas a estes autores. Nestes congressos de 1940, o autor acaba por destacar a imprevisibilidade do mestiçamento (1940b, 1940c) e não a sua fundamentação científica. Para ele, o mestiçamento levaria à diluição de caracteres (1940b), mas a hipótese de o factor degenerativo surgir, ou não, era apenas uma possibilidade (1940c) e não algo cientificamente demonstrável¹²⁹.

Quatro anos mais tarde, numa comunicação apresentada à 22.^a Subsecção do II Congresso da União Nacional, realizado em Lisboa, Mendes Correia sustenta que:

1.º Deve dar-se aos mestiços do nosso Império um tratamento carinhoso, humano, fraterno, procurando melhorar a situação daqueles que, porventura, foram desfavorecidos por más condições (...) e promover (...) a sua colaboração com os mais prestimosos valores nacionais; 2.º Não deve considerar-se o mestiçamento em larga escala como base da nossa política colonial, pois isso implicaria a destruição dum património germinal, que é a maior garantia da continuidade histórica da Pátria; 3.º O mestiçamento em áreas de difícil aclimação dos europeus, ou por virtude da escassez dos colonos provenientes da metrópole, é, no entanto, um recurso a adoptar para exploração dalguns territórios (...); 4.º Em tal caso deve procurar-se (...) uma selecção eugénica dos progenitores (...); 5.º Devem abrir-se todas as legítimas possibilidades aos mestiços no campo da acção profissional, económica, agrícola e industrial, e mesmo no da política e administração locais (1944d: 3-4).

¹²⁵ Historiador contemporâneo de Roquette Pinto, Lôbo de Oliveira e Óscar Brown, entre outros. Mendes Correia conheceu pessoalmente Oliveira Viana durante a sua estada no Brasil em 1934, mas já se relacionava com ele através de correspondência epistolar e de permuta de publicações. Voltou a revê-lo na sua segunda viagem ao Brasil em 1937.

¹²⁶ Historiador que via o Brasil como o produto de três raças: branco europeu, negro africano e índio aborígene.

¹²⁷ Historiador que classificou os grupos humanos em leucodermes, faiodermes e melanodermes.

¹²⁸ Antropólogo e biotopologista, autor de *O normótipo brasileiro*. Para M. Correia, este livro concebe num esforço de simplificação, não um «normótipo», mas pelo menos três, «correspondentes respectivamente aos leucodermes, aos faiodermes e aos melanodermes da classificação de Roquette Pinto» (1940d).

¹²⁹ Ainda nestes congressos Gonçalo de Santa-Rita, professor da ESC, revela-se contrário à existência de mestiços nas colónias (1940: 20-21). Por seu turno, Ayres de Azevedo apela à definição urgente de uma política demográfica para o país e ao aumento da população branca no império (1940a: 62-63, 75). Coerentemente com as oposições à miscigenação são produzidos nesta altura trabalhos que visam provar a pureza do povo português (Mello, 1936; Tamagnini, 1939; Lima, 1940; Azevedo, 1940b) e sobre a ideia de que, apesar da miscigenação, no caso das populações indo-portuguesas, por exemplo, não houve «nem degenerescência, nem diversificação rática na grei Luso-descendente» (G. Correia, 1940: 663 e seguintes).

Neste excerto a mestiçagem surge como uma ameaça, pois conduziria à dissolução de caracteres específicos dos portugueses, cuja existência vários autores tinham tentado demonstrar. Porém, o «mestiçamento» aparece também como via subsidiária da manutenção e consolidação do império, ou seja, verifica-se aqui uma actualização das ideias do autor, ao atenuar o conteúdo de alguns dos seus discursos anteriores. Já previamente, no Congresso Colonial dos congressos de 1940, tinha aludido a essa ideia quando se refere ao processo de formação da ex-colónia sul-americana:

O mestiçamento dos portugueses com índias brasileiras de que nasceram, por exemplo, os muito enaltecidos mamelucos das bandeiras paulistas - e mais tarde com as regras introduzidas pela escravatura no mesmo país - gerando os mulatos ou cabras, etc. - foi inegavelmente um processo inevitável de povoamento e formação do Brasil (Correia, 1940b: 13).

Por outro lado, o excerto de 1944 contempla a possibilidade de os mestiços ocuparem cargos políticos e na administração, uma panorâmica que em 1940 tinha sido desaconselhada (Correia, 1940b: 23). No contexto pós II Guerra Mundial, em 1950¹³⁰, admite mais explicitamente que o mestiçamento é «um dos agentes mais poderosos da expansão portuguesa» (Correia, 1954a: 258), que testemunhava «a ausência de preconceitos raciais da parte dos Portugueses» (*idem*, p. 258-259). Por outro lado, a posição dos autores que vêem a mestiçagem como desestabilizadora, embora influente, não representa todos os discursos da época. Houve alguns que contrastaram com estes, sobretudo mais tarde, após a apropriação pela ideologia colonial do Estado Novo das teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre (1957 [1933]). Aliás, historicamente, houve quem tenha defendido uma política de casamento misto, como é o caso de Afonso de Albuquerque, governador da Índia, que encorajou os seus homens a casar com mulheres de origem ariana convertidas ao cristianismo, embora não quisesse que estes casassem com «“mulheres negras” de Malabar» (Boxer, 1967: 98-99). Albuquerque procurava, assim, «criar uma raça cristã legítima, porém mista, através do casamento com mulheres hindus seleccionadas» (Boxer, 1967: 98-99). Várias vezes foram lembradas as iniciativas de Albuquerque na Índia no que respeita à colonização. A sua visão político-militar, na perspectiva de uma ideia imperial, posta em prática no início do século XVI, foi considerada inspiradora e precursora das ideias que se quiseram pôr em prática nos territórios coloniais depois dos anos 40 do século XX.

A valorização da miscigenação está também presente em *Casa Grande & Senzala*¹³¹, onde Gilberto Freyre (1957 [1933]), que se terá inspirado em Franz Boas, e em outros autores

¹³⁰ Data em que o texto foi apresentado.

¹³¹ Neste livro, Freyre cita várias vezes Mendes Correia (1913a; 1919b; 1924a; 1931a).

culturalistas para valorizar o contributo das culturas dos africanos e dos ameríndios para a formação do Brasil, defende que aquela sociedade foi favorecida pela miscigenação durante o período colonial. País considerado livre de preconceito racial, podia servir de exemplo para o resto do mundo. Para além da «democracia racial», o autor destaca a predisposição dos portugueses para o contacto fraterno com populações tropicais, devido ao seu passado étnico e cultural de «povo» indefinido entre a Europa e a África¹³². Alguns autores em Portugal revelam ser conhecedores da obra de Freyre, como é o caso do escritor e intelectual de direita, José Osório de Oliveira¹³³, que parece concordar com as mesmas e enaltece-as já na década de 30 e inícios da década de 40, numa altura em que o regime político ainda não tinha incorporado as teses do luso-tropicalismo e da mestiçagem desproblematizante do povo português (Oliveira 1934a, 1934b, 1939, 1940). A grande nação sul-americana, considerada à época como uma das grandes criações portuguesas, foi também alvo das reflexões de Mendes Correia no que concerne à diversidade de elementos raciais no país e à problemática de aí vir a existir uma maior homogeneização ou heterogeneidade racial, tendo em conta o elemento português na sua demografia (1944g).

Para ele, alguns autores, inspirados sobretudo nos trabalhos de Franz Boas nos EUA, atribuíam ao meio físico uma «acção modeladora capaz de gerar novos tipos humanos, sobre a massa plástica das populações existentes» (1944g: 7). Crítico da apreciação do antropólogo americano, refere que algumas modificações averiguadas estavam mais relacionadas com o mestiçamento do que com o meio. No que toca à presença do elemento português na demografia do Brasil, considera que essa «arianização» não representaria necessariamente um «reaportuguesamento», até porque o país tinha indivíduos de origens muito distintas, mas poderia constituir uma «reintegração do factor germinal luso» (*idem*, p. 8-9). Perante esta heterogeneidade, e no «estrito aspecto racial», aceita, tal como Oliveira Viana, que irá existir um «aumento dos elementos europóides concomitantemente com uma regressão dos pardos e negros» (*idem*, p. 9). Apesar de considerar que «não é crível, a eliminação de genes dos elementos melanodermes e doutros elementos não leucodermes no pecúlio germinal do povo brasileiro», sustenta que «os elementos de cor não são a maioria, social, política e economicamente predominante da população brasileira» (*idem, ibidem*).

Conclui-se, assim, que apesar de alguns discursos terem enaltecido a colonização portuguesa e os contributos da miscigenação, a obra de Freyre não teve uma recepção positiva

¹³² Vide Andrews (1991) e Castelo (1998).

¹³³ Filho de Ana de Castro Osório, autora do primeiro manifesto feminista português (1905), e de Paulino de Oliveira, que colaborou com Afonso Costa, ministro da Justiça, na elaboração da Lei do Divórcio.

em Portugal logo na década de 30 e inícios dos anos 40. A ideia de «renascimento do império» estava ainda imbuída de imagens racistas, onde não havia lugar para a visão culturalista de Freyre, ou para o elogio do mestiço (Castelo, 1998). Além disso, discutia-se ainda uma certa especificidade própria dos portugueses (em termos biológicos e em termos de psicologia colectiva), onde não havia espaço para a valorização de elementos externos. Da mesma forma, os discursos de Mendes Correia parecem alertar, sobretudo, para os possíveis malefícios da mestiçagem e inclinar-se para a valorização de comunidades cujos «elementos de cor» não sejam a maioria, social, política e económica.

3.3. Raças do Império (Correia, 1943a): diferenciação, classificação e poder

Sobre o contexto colonial Mendes Correia produziu várias obras (*Timor Português* [1944a], *Uma jornada científica na Guiné portuguesa* [1947], *Ultramar Português I - Síntese de África* [1949a], *Ultramar Português II – Ilhas de Cabo Verde* [1954b]), mas uma das mais marcantes terá sido *Raças do Império* (1943a), por ser a primeira, por ter sido divulgada em fascículos coleccionáveis, acessíveis ao público em geral, e ser a que os ex-alunos da cadeira de antropologia da FCUP mais se recordam, como constatei nas entrevistas. Para o autor, este trabalho era destinado a preencher uma lacuna, pois embora existissem já materiais científicos, estavam ainda dispersos e faltava «um trabalho de conjunto, actualizado», que resumisse «de modo acessível a todos, o que se sabe e o que se necessita de saber sobre as diferentes populações do Império» (1943a: 6). E especifica que a obra seria de grande utilidade para «colonialistas, administradores, missionários, educadores, etc.» (1943a: 6). A obra foi publicada entre 1943 e 1945 pela Editora Portucalense em 625 páginas. É constituída por oito capítulos e resulta de um esforço de inventariação e descrição dos diversos habitantes dos territórios então administrados por Portugal, incluindo a metrópole e as ilhas adjacentes, que perfaziam «vinte milhões de portugueses». Partindo da pré-história do país, no sentido de conhecer as origens dos portugueses, faz a história da sua expansão por outros territórios. Para cada um deles, elabora a descrição dos seus primórdios e analisa os grupos que os constituem. O «desfile de multidões» de Portugal, inclui a Madeira e os Açores, Cabo-Verde, Guiné, Angola e Congo, Moçambique e o Oriente Português, contendo cada capítulo uma contextualização de antropologia física e cultural. Os grupos incluíam a «população metropolitana» nas suas variedades (de Miranda ou do Ribatejo) e as «gentes» com que os portugueses estiveram em contacto ao longo da história e que, segundo o autor, estavam em «estados muito diversos de civilização», tinham «atitudes psicológicas variadíssimas» e constituíam uma «heterogeneidade de tipos, de idiomas, de tendências» (1943a: 603).

Trata-se de uma obra extensa, com vários pormenores, descrições, desenhos e fotografias¹³⁴. Algumas descrições prendem-se com elementos de geografia, climatologia, arqueologia e pré-história. O investimento que a obra revela está ligado ao contexto no qual foi produzida, em que a divulgação do império foi uma das grandes apostas do Estado Novo¹³⁵. A capa, em cartão duro, é trabalhada em relevo com figuras humanas representativas dos vários territórios então administrados por Portugal (figura n.º 42). Sob elas estão representadas ao alto as quinas; sobre as quinas a figura da cruz. A obra veio reunir e sistematizar alguns conteúdos presentes em trabalhos anteriores de Mendes Correia acerca das características raciais das populações que habitavam os territórios administrados por Portugal. Embora já várias vezes citada, foi pouco analisada em profundidade.

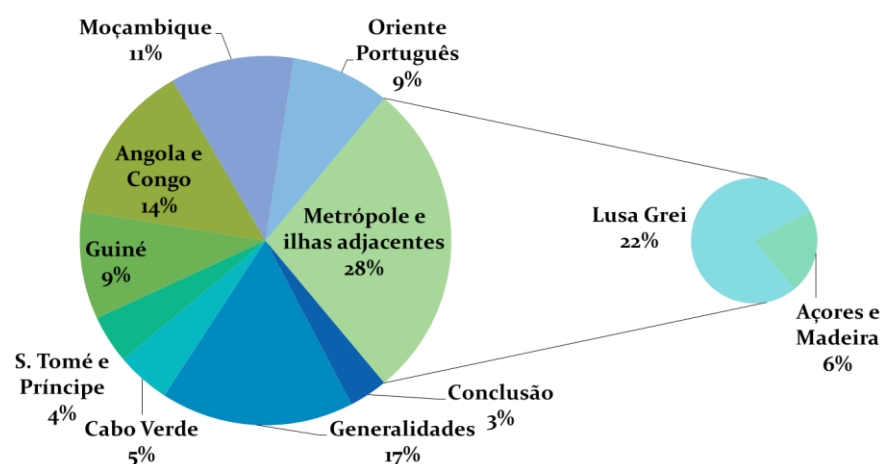


Gráfico n.º 3. Proporção das partes em que se estrutura *Raças do Império* (Correia, 1943a).

Como se observa no gráfico n.º 3, as 625 páginas são assim divididas: o «Prefácio» tem 3 páginas, o que não é proporcionalmente significativo. O capítulo «Generalidades», que trata o «Conceito de raça», os «Principais caracteres raciais» e a «Classificação das raças humanas» tem 100 páginas (17%). A parte dedicada à metrópole e às ilhas adjacentes (Açores e Madeira) divide-se por dois capítulos («A Lusa Grei» [130 p. – 22%] e «Nas Ilhas do “Mar Oceano”» [36 p. – 6%]) e ocupa um total de 166 p. (28%). No capítulo referente às «Ilhas do “Mar Oceano”» (108 p. – 15%), para além da descrição dos «Açorianos e Madeirenses» (36 p. – 6%) é incluída a descrição dos «Cabo-Verdianos», na secção com esse título (28 p. – 5%) e de São Tomé e Príncipe e seus habitantes na secção intitulada «Sob o Equador» (25 p. – 4%). A descrição dos cabo-verdianos e são-tomenses ocupa 53 páginas (9%). Para descrever

¹³⁴ Vi o livro pela primeira vez em microfilme na BN. Trata-se de uma obra rara, sujeita ao desgaste do tempo, mas que ainda consegui adquirir num alfarrabista.

¹³⁵ Foi durante este período que foram criadas estruturas como a JMGIC (1936), o SPN (1933-1944), o SNI (1944-1974), a MCCA (1937), os cruzeiros às colónias, as Semanas das Colónias na SGL, e vários periódicos que se encarregaram de divulgar os conhecimentos sobre o império colonial português (Matos, 2006).

os guineenses, utiliza o título «Gente da Guiné» no capítulo seguinte (56 p. – 9%). A «Angola e Congo» é dedicado um capítulo de 84 p. – 14%. E o capítulo sobre «Moçambique» conta com 64 p. (11%). No final, a conclusão tem 20 p. e inclui duas secções: «Portugueses pelo Mundo» e «A Política da População no Império» (3%).

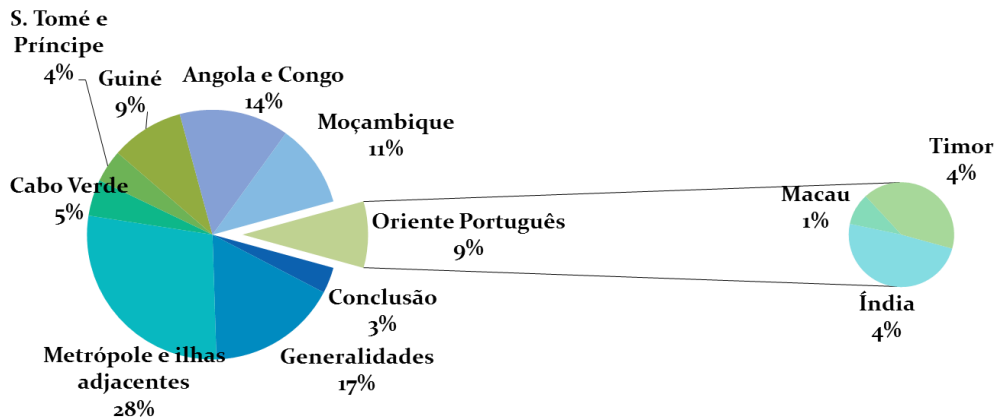


Gráfico n.º 4. Proporção das partes em que se estrutura *Raças do Império* (Correia, 1943a), destacando o «Oriente Português».

Destacando o capítulo intitulado «Oriente Português», como se pode ver no gráfico n.º 4, verificamos que o seu todo (52 p. – 9%) inclui os territórios da Índia (tratada na secção «No País dos Rajás» – 25 p. – 4%), Macau (na secção «Na Cidade do Santo Nome de Deus» – 5 p. – 1%) e Timor (na secção «Nas Paragens da Oceânia» – 21 p. – 4%).

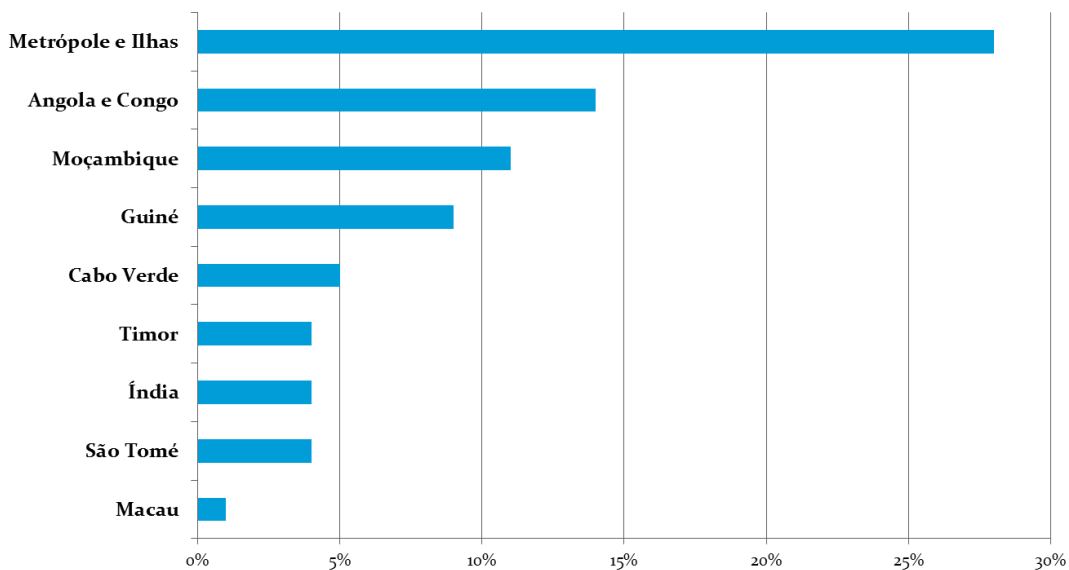


Gráfico n.º 5. Proporção dos territórios tratados em *Raças do Império* (Correia, 1943a).

De modo mais claro, podemos verificar como a parte referente à «Metrópole e ilhas» foi predominante, seguindo-se Angola e Congo e depois Moçambique (gráfico n.º 5), talvez por se tratarem dos contextos melhor conhecidos por Mendes Correia e pela generalidade dos investigadores. Todavia, se juntarmos os territórios correspondentes às colónias constatamos que estes ocupam uma percentagem superior (52%) aos da metrópole e ilhas (gráfico n.º 6).

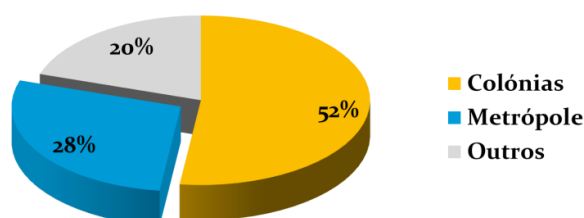


Gráfico n.º 6. Proporção entre metrópole e colónias em *Raças do Império* (Correia, 1943a).

Na análise pretendi também averiguar o significado que o termo «raça» toma no texto. Um dos principais aspectos é a forma como tal ideia vem associada a heterogeneidade:

Toda a gente sabe que não há homogeneidade de raça entre a população portuguesa da metrópole e a das colónias, e dentro, mesmo, de cada uma destas. Também se sabe ou se presume que essa heterogeneidade, embora hoje não afecte, graças aos laboriosos esforços de homens patriotas e clarividentes, a integridade política e moral do Império, a unidade da Nação, corresponde a diferenças de costumes, de organizações sociais, de tendências psicológicas, de virtualidades realizadoras, com que há a entrar em conta na administração, fomento e economia dos nossos territórios (1943a: 5).

Neste parágrafo percebe-se que o autor reconhece a heterogeneidade como devida também a «diferenças de costumes, de organizações sociais, de tendências psicológicas» e não apenas a aspectos biológicos, embora estes venham a ser bastante utilizados para formalizar e apoiar as suas classificações. Porém, no início do capítulo seguinte, intitulado «Generalidades», reforça a ideia de que «o culto dos valores espirituais não exclui o reconhecimento das bases orgânicas ou condicionalismo biológico da existência humana» e «que o não dispensa, como não dispensa a ponderação de todas as realidades naturais» (1943a: 9). Parece óbvio que o autor vê a «raça» como uma realidade natural, passível de ser facilmente identificável e estudada. E é inspirado nesse tema, e no da heterogeneidade, que vai elaborar a sua inventariação e classificação, uma vez que considera existir um interesse científico e nacional nesse conhecimento (1943a: 5), que abrangia «o solo, o subsolo, as águas correntes, a flora, a fauna», e «seria erróneo e nocivo esquecer o homem, ou reduzir o estudo do factor humano, do valor do braço e da inteligência, à elaboração de meras estatísticas de indivíduos e do movimento populacional, ou seja à demografia» (*idem, ibidem*). Além disso,

o estudo das «populações indígenas», e «faculdades respectivas», deveria ter o duplo intuito de «cuidar do seu bem-estar» e «as tornar colaboradoras prestimosas da tarefa de engrandecimento e prosperidade da Nação» (*idem, ibidem*). Tal deveria envolver os problemas da «composição, origens e cruzamentos raciais» e os do «condicionalismo biossocial, moral e político e do regime de trabalho das populações» (*idem, ibidem*).

O autor reafirma a sua perspectiva de que «o estudo integral do homem abrange necessariamente o físico e o psíquico» (1943a: 10). Todavia, reconhece que a ciência não dispunha «de meios suficientes para intensificar por igual as suas pesquisas nos dois sectores» (*idem, ibidem*). Assim, ao contrário de outros autores, que consideravam a cultura como elemento fundamental no estudo da humanidade, Mendes Correia atribuía ainda à «raça» um papel importante, embora não único. Para ele, a «raça»: era uma «realidade digna de atenção dos naturalistas, dos sociólogos e dos pensadores»; definia-se «por caracteres objectivos, variáveis dentro de certa amplitude, mas hereditários e alguns deles, desde longínquas eras, acessíveis à observação vulgar» (1943a: 10); referia-se a «padrões biológicos originários cuja existência real se revela ainda nitidamente em tipos humanos bem marcados, como o negro africano, o mongol ou o australiano»; era «uma verdadeira subdivisão zoológica da espécie humana» e «como entidade taxonómica, apresenta uma estabilidade maior do que muitos supõem» (1943a: 13). Dá como exemplo o facto dos negros africanos transplantados para a América «em mais de três séculos, em latitudes, climas e meios diversos dos da sua pátria primitiva», e «não havendo inquinações doutros elementos raciais», terem conservado «os caracteres dos seus remotos ascendentes» (*idem, ibidem*).

No estudo da diversidade humana mostra apreço pelas tarefas que permitem uma melhor sistematização. Assim, tal como tinha abordado na cadeira de antropologia da FCUP (Correia, 1915b), salienta a importância dos caracteres raciais – descritivos e métricos. Os caracteres referidos como sendo utilizados no estudo e classificação das «raças» humanas são: a) os da morfologia externa¹³⁶; b) os antropométricos (estatura, índice cefálico e índice nasal); c) elementos internos (dimensões de vísceras, diferenciação de músculos e grupos de músculos, dimensões e morfologia do cérebro); d) elementos de fisiologia¹³⁷ e de «psicologia

¹³⁶ 1. cor da pele, a partir da qual se podiam classificar as «raças» em brancas (leudodermes), amarelas (xantodermes) e negras (melanodermes); 2. cor dos olhos e dos cabelos; 3. forma do olho; 4. desenvolvimento do sistema piloso; 5. amplitude e inclinação da fronte; 6. forma e proeminência das arcadas supraciliares; 7. proeminência das maçãs do rosto; 8. forma do nariz; 9. espessura e reviramento maior ou menor dos lábios; 10. proeminência do mento (queixo); 11. forma dos seios na mulher; 12. linhas palmares e impressões digitais; 13. esteatopigia (saliência das nádegas); 14. conformação dos órgãos genitais externos; 15. afastamento maior ou menor do dedo grande do pé, etc. (Correia, 1943a: 18-24).

¹³⁷ Pressão arterial, metabolismo basal, agudeza visual, composição química do sangue e cheiro do corpo.

racial»¹³⁸; e) caracteres culturais: vida material¹³⁹, vida psíquica¹⁴⁰ e outros elementos¹⁴¹ (1943a: 18-45). O professor da FCUP reconhece que as influências do meio (alimentação, saúde, condição social) podiam influenciar a estatura, por exemplo, mas esta continuava a ser um carácter distintivo de «raças» (*idem*, p. 25). Por outro lado, regista que, ao nível da fisiologia e de «psicologia racial», «a superioridade dos Brancos em conjunto aparece nítida na maior parte dos estudos levados a efeito e para quase todas as faculdades» (*idem*, p. 38). Em termos teóricos, refere-se às orientações predominantes no estudo das manifestações culturais, como a escola evolucionista e a escola histórico-cultural (tendo como representantes Frobenius, Ankermann, Grabner, Schmidt, entre outros). Basicamente, foram estas as noções gerais que dedicou aos «não iniciados» para a compreensão das páginas seguintes do livro.

Posteriormente, o autor apresenta uma história do país que começa na pré-história, fazendo referência ao homem dos concheiros mesolíticos de Muge, de hábitos sedentários e pacíficos, passando pelas teses lusitanistas¹⁴², até aos «portugueses de hoje», onde sumaria a «antropologia étnica dos portugueses», através de elementos físicos (cor da pele [variada], análise dos cabelos e dos olhos), culturais, morais e diferenças psicológicas¹⁴³. Quanto à «raça» portuguesa, refere que «o nobre universalismo dos Portugueses não lhes permitiria enjeitar qualquer ascendência, fosse qual fosse a raça progenitora» e que «o Português não tem animosidades raciais, não possui aversão por negros ou pelos mulatos» (1943a: 235). Conclui que não há mais do que «rigorosa objectividade científica na [...] reivindicação do carácter europeu da população metropolitana» (*idem, ibidem*). E isto porque, apesar de os elementos africanos terem afluído à Península Ibérica em várias épocas, as influências negróides «não prejudicaram o carácter fundamentalmente europeu ou leucoderme da

¹³⁸ Funcionamento do sistema nervoso e actividades psicológicas (força muscular, agudeza de sentidos [visão, paladar], escalas métricas de inteligência).

¹³⁹ Alimentação, habitação, vestuário, higiene, indústria, transporte, agricultura, caça, pesca, domesticação e criação de animais, preparação e conservação dos alimentos, significado atribuído aos alimentos, obtenção de fogo, fabrico de cerâmica, cestaria, narcóticos, práticas rituais, uso de pinturas e máscaras.

¹⁴⁰ Cerimónias e ritos, religião, superstições, luta contra doenças e espíritos, hierarquia social.

¹⁴¹ Encontram-se aqui os domínios que estudaríamos no âmbito de uma antropologia social: línguas, meios para transmitir o pensamento à distância, escrita, meios mnemónicos, pictografia, jogos e recreios, práticas desportivas, espectáculos, danças, músicas, poesia, artes plásticas, ciência popular, organização social, relações dos sexos e das pessoas de família, educação das crianças, regime de propriedade, organização política, direito e justiça, sociedades secretas, guerra, moeda e comércio.

¹⁴² No que respeita à estrutura da psicologia étnica do povo português, e embora alguns trabalhos de Jorge Dias (1953, 1968) sejam mais conhecidos do que os de Mendes Correia, já antes, alguns autores tinham delineado ou discutido o assunto. A formação inicial das teses lusitanistas deve-se a Martins Sarmento. Segundo elas, a cultura popular seria um referencial que confirmava a continuidade genética entre os lusitanos e os portugueses. A hipótese dos antecedentes étnicos lusitanos de Portugal foi levantada ainda por outros autores. Contudo, Mendes Correia viria a ser um dos autores que mais contribuiu para o desenvolvimento das teses lusitanistas.

¹⁴³ Algumas das impressões sobre características dos portugueses de diversas regiões foram colhidas em autores como Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Aquilino Ribeiro, Raul Proença, Raul Brandão ou Afrânio Peixoto.

população portuguesa» (*idem*, p. 234). Entre esta aponta, contudo, diferenças. Quanto ao trabalho ou à atitude, por exemplo: o minhoto era laborioso; o transmontano ágil; o duriense activo (*idem*, p. 220); o beirão do interior «moderadamente laborioso» (*idem*, p. 221) e o homem do litoral trabalhador (*idem*, p. 222). Porém, reconhece que nenhum dos «tipos provinciais se distingue tão profundamente dos outros que se possa hesitar em admitir uma caracterização comum» (*idem*, p. 225). O que se podia generalizar, quanto ao trabalho, era uma certa lentidão e indolência. Contudo, para o autor, tal era resultado da «má alimentação, má higiene, falta de vigor físico, de energia, de estímulos, de saúde» (*idem*, p. 226).

Na parte respeitante às ilhas do Oceano Atlântico, os arquipélagos atlânticos e o forte de São João Batista de Ajudá surgem como obras portuguesas. Já os outros territórios surgem como tendo a sua própria pré-história, sendo, como afirmou Omar Ribeiro Thomaz, «a presença portuguesa que os situa em uma mesma corrente evolutiva» (2001: 68). No processo de dar a conhecer esta «história», Mendes Correia recorre a dados arqueológicos e a fontes históricas, assim como a elementos recolhidos nas missões realizadas nos anos 30 e 40 em África e Timor, e aos estudos realizados com os «portugueses de além-mar», que vieram para as exposições realizadas no Porto (1934) e em Lisboa (1940). O autor reconhece a diversidade étnica e cultural desses portugueses e trata alguns dos seus «usos e costumes», assim como aspectos ligados às crenças e à religião. Por outro lado, refere-se aos elementos que podem indicar a maior ou menor aptidão para o trabalho físico, assim como às questões da miscigenação. A apresentação de cada território inclui elementos de pré-história, estudo antropológico das populações actuais, vida social e cultural e, no final, uma «tabela das médias de alguns caracteres antropométricos»¹⁴⁴. Os guineenses são classificados por grupos e tribos e aos grupos são atribuídos adjectivos qualificativos; são também descritas várias práticas culturais, como ritos de iniciação e funerários. No caso de Angola refere-se ao trabalho de António de Almeida e no caso de Moçambique ao de Santos Júnior, a partir de 1936, e às pesquisas de Américo Pires de Lima realizadas em 1916-17. Privilegia, contudo, o estudo antropobiológico em detrimento das análises etnográficas relacionadas com os elementos socioculturais. As mensurações não parecem permitir-lhe, contudo, tirar conclusões precisas. Tal dificuldade poderia estar relacionada com factores como a migração e a miscigenação. É o próprio a afirmar que:

A confusão etnográfica na Zambézia, assim como noutras regiões de Moçambique, desafia qualquer tentativa de sistematização segura (...). Deram-se (...) movimentos de povos em direcções opostas e variadas, houve guerras, cruzamentos, escravatura, revoltas, conquistas (1943a: 519).

¹⁴⁴ Cada tabela consiste na sistematização destes elementos: séries (nome do grupo); n.º de casos; estatura; índices cefálico, nasal e esquelico; autores que analisaram esses grupos com análises idênticas.

Na parte relativa ao oriente português, refere-se ao estudo pioneiro de Fonseca Cardoso, sobre o indígena de Satary, e aos trabalhos, contemporâneos desta obra, elaborados por Germano Correia, dando destaque aos luso-descendentes. Relativamente a Macau, lamenta que os estudos sejam escassos e muito poucos chineses de Macau e Timor tenham respondido a um questionário (dirigido aos colonos) por ele elaborado (1943a: 579-580). Considera ainda que «timorenses» é uma expressão geográfica, uma vez que política, social e etnologicamente a expressão inclui grupos que diferem uns dos outros (1943a: 585).

Na conclusão refere ter apresentado um conjunto de «raças diferentes» que revelavam uma grande heterogeneidade; contudo, não tinha surgido «a ideia duma irreduzibilidade fundamental, duma irremediável incompreensão entre todos os elementos étnicos que constituem a massa humana do Império» (*idem*, p. 603). Para o autor fazia sentido, assim, falar numa «ampla e perfeita comunidade nacional, baseada simultaneamente na história, na política, num sentimento profundo de simpatia e compreensão universalista» (*idem*, p. 603-604). Como referiu Omar Ribeiro Thomaz, aqui «o império não se traduz apenas em uma entidade política, mas em um todo orgânico e solidário» (2001: 67). De modo geral, os vários grupos humanos do «império» são assim divididos e classificados: a) continente e ilhas (milhões de leucodermes, em que predominam elementos mediterrânicos); b) colónias (negros sudaneses, bantos angolenses e moçambicanos, restos de populações pré-bantos e bochimanos-hotentotes, mouros e indianos de várias estirpes raciais, chinas, indonésios, influências vedo-australóides e melanesio-papuas, mestiços) (1943a: 604). Quanto à política de população no império, directamente ligada com a mestiçagem, refere que apesar de ela se verificar, de facto, em Cabo Verde, por exemplo, tal deverá não generalizar-se por todo o «império», para que se evite que o povo português dilua as suas particularidades. Ainda assim, considera que, em «regiões onde a mulher branca esteja ausente», o mestiçamento é «inevitável e fatal» e reconhece a existência de mestiços ilustres (1943a: 620). Contudo, desaconselha «o mestiçamento como regra» em todo o império. Defende ainda que «a todos os mestiços deve ser dado [...] um tratamento justo e humano, abrindo-se-lhe todas as possibilidades» no campo profissional, económico, agrícola, industrial, administração local e até na política em casos especiais (*idem, ibidem*). Tais afirmações contrariam, de certa forma, ou vêm atenuar, a já referida frase que proferiu três anos antes nos Congressos do Mundo Português: «nunca eles (os mestiços) deverão, como não devem os estrangeiros naturalizados, exercer postos superiores da política geral do país, salvo [...] em casos [...] muito excepcionais e improváveis» (1940b: 23).

A quantidade e a diversidade das imagens, em fotografia e desenho, a preto e branco e a cores, são outros elementos a destacar no livro, sendo grande parte das ilustrações da autoria de José Luiz. Contudo, nem sempre o texto se refere à imagem que está a ilustrar uma determinada página. As imagens criam um certo ambiente, reforçam o exotismo, exemplificam uma determinada situação e servem para idealizar de onde podem ter surgido as influências biológicas, ou culturais, de um determinado indivíduo ou grupo. Algumas delas aparecem desprovidas de qualquer contextualização ou análise; por outro lado, podem pretender ilustrar o vigor físico de alguns indivíduos, ou uma ideia cuja origem pode estar no passado, ou justificar no presente a sua presença. Em alguns casos, as imagens podem ser tomadas como científicas, porque são, embora aparentemente, objectivas. A imagem podia ter a capacidade de suscitar no leitor a possibilidade de visualização de um indivíduo cujo perfil era mais ou menos robusto, mais ou menos frágil, esperto, preguiçoso, moralmente repreensível, e por aí adiante. Enquanto instrumento positivista e revelador do real, da natureza, a fotografia, segundo a máxima «ver é conhecer», materializava a realidade e constituía uma parte do todo. A utilização da fotografia nos trabalhos antropológicos foi proposta por Paul Broca (1879), segundo o qual o busto devia ser fotografado com a cara de frente e de perfil e com os braços estendidos. Nesta modalidade, adoptada, entre outros, pelos antropólogos portugueses, é evidente a rigidez da postura e a falta de expressividade dos rostos. Denota-se ainda a diferença de poder instituída entre o observado e o observador.

Neste caso as imagens foram seleccionadas, criteriosamente, no sentido de ilustrarem o que se pretendia demonstrar: por um lado, a diversidade vista como riqueza e, por outro, o que determinadas especificidades poderiam implicar. Além disso, a colocação das imagens dessa forma sugere que a visualização de um indivíduo permitiria a idealização dos restantes indivíduos do seu grupo. Tal remete para ideia de tipificação, segundo a qual cada um indivíduo é ilustrativo do «tipo» que representa. A tipificação tinha também um carácter prático e útil na sistematização – com a inventariação dos «tipos» era mais fácil colocá-los numa grelha classificatória e organizá-los hierarquicamente, mediante as suas características. Denota-se aqui que a colocação das imagens dos indivíduos que estão representados no livro (tanto da metrópole, como do ultramar) levou, de certa forma, à sua invenção¹⁴⁵ e à produção de preconceitos relativamente a um determinado grupo.

De modo geral, a obra de Mendes Correia denota um certo anacronismo relativamente às correntes teóricas que já circulavam na antropologia social britânica e na antropologia

¹⁴⁵ Sobre este assunto *vide* Edwards (1990) que examina o papel da fotografia no método antropológico nos finais do século XIX em dois projectos desta altura, um de Inglaterra e outro da Alemanha.

cultural norte-americana, bem como em outros países. Tal fenómeno já foi apontado por alguns autores (Pina-Cabral, 1991). Ao contrário de Franz Boas, por exemplo, o professor da FCUP não encontrou um equilíbrio entre os estudos de âmbito físico e os estudos de âmbito cultural, acabando a ideia de raça por ter uma presença fundamental e constante na sua obra. Tal poderá estar relacionado com as convicções do autor, mas também com o facto de que um trabalho como este poderia ter um papel importante no âmbito do investimento e política de administração colonial. Como acréscimo, observa-se uma vontade de vincular aspectos biológicos e hereditários de cada grupo humano a comportamentos psicossociais. Embora na primeira parte o autor teça críticas ao evolucionismo e elogie a escola histórico-cultural, acaba por organizar a obra de modo a denotarem-se diferenças evolutivas de sociedades em distintos estádios de desenvolvimento. Os elementos culturais surgem amiúde como ilustrativos das análises essencialmente antropológicas. Perante a grande diversidade humana a que é exposto, o autor procede a um esforço de inventariação, sistematização e classificação. Apelando à utilização do factor racial como explicativo da diferenciação humana defendia que as culturas podiam ser analisadas a partir do estudo das «raças». No entanto, apesar de tentar ser objectivo no que respeita aos caracteres raciais, parece não ter conseguido encontrar critérios suficientemente válidos para ser aplicados universalmente a qualquer um dos grupos que constituíam o império. Além disso, ao proceder a uma ordenação, acabou por hierarquizar os grupos, discriminando uns em detrimento de outros. Contudo, apesar da diversidade entre leucodermes, negros, bantos, mouros, indianos, chinas, indonésios, entre outros, regista-se o propósito de a ela associar uma certa unidade e solidariedade, decorrente de um contexto no qual se procurou afirmar a soberania portuguesa em vários territórios.

3.4. Bronislaw Malinowski (1914-18) e Mendes Correia (1945-46):

experiências distintas; retratos dos trópicos comparáveis

A experiência de trabalho de terreno antropológico remonta, entre outros, às investidas de antropólogos como Bronislaw Malinowski (1884-1942), nascido na Polónia, onde estudou até ao seu doutoramento obtido em 1908. Nesta altura as reflexões feitas no gabinete recebiam críticas e era estimulada a experiência de campo. No entanto, e no caso de Malinowski, cuja empreitada foi acompanhada pelo antropólogo britânico G. C. Seligman, talvez a sua permanência de campo, nas Ilhas Trobriands, não tivesse sido tão prolongada se o contexto da I Guerra Mundial não lhe tivesse proporcionado o isolamento por um período tão prolongado. No terreno nunca se encontrava muito longe dos comerciantes de pérolas, com os quais estava quando achava insuportável a companhia dos habitantes dos ilhéus, frequentemente descritos

no seu diário como «niggers» (Malinowski, 1989 [1967]). Contudo, identificou-se suficientemente com os seus interlocutores para assumir uma atitude protectora perante eles, em oposição aos oficiais coloniais, missionários, e agentes comerciais, que estavam determinados a erradicar o seu modo de vida. Posteriormente, e devido também à sua experiência, os funcionalistas, dominantes na antropologia social desde os finais dos anos 20 até aos anos 60, focaram-se nas culturas idiossincráticas das populações isoladas. Por outro lado, a Fundação Americana Rockefeller, o patrono mais generoso do IAI (International African Institute), mudou as suas políticas para que os estudantes de Malinowski fossem elegíveis para as bolsas do IAI, daí muitos deles se terem tornado africanistas e líderes da antropologia social britânica. Não se pode dizer, no entanto, que Malinowski tenha sido um apologista do regime colonial. É o próprio a defender que a situação colonial foi fundada num antagonismo: todas as partes dessa situação tinham interesses pessoais profundamente enraizados que criaram diferenças inconciliáveis entre elas.

Num contexto posterior¹⁴⁶, e no mesmo ano em cujo Verão é terminada a II Guerra Mundial, Mendes Correia desloca-se à Guiné, acompanhado de Amílcar Magalhães Mateus, para preparar a missão antropológica àquela então colónia portuguesa, que seria chefiada no ano seguinte por esse colaborador. Durante a estadia, que se prolongou entre 26.12.1945 e 20.1.1946, Mendes Correia foi anotando tudo o que via, assim como as suas experiências, num caderno, que é comparável a um diário de campo (figura n.º 43), mas que não chegou a ser publicado como tal (*Diário de campo de Mendes Correia sobre a viagem à Guiné* [1945-1946]). Apesar dessa visita ter sido superficial, no sentido em que se tratava da preparação de uma missão antropológica, e não a missão em si, e por essa razão não terá havido uma preparação científica - teórica, linguística, entre outras – prévia, existem elementos de um e de outro diário que são comparáveis. Não apenas por ambas as experiências decorrerem nos trópicos, mas porque nas descrições de ambos podemos perceber a forma como descreveram os indivíduos que encontraram e o modo como tentaram captar a sua língua, o seu modo de vida, assim como a sua interacção com os vários interlocutores com os quais se foram cruzando. Se é certo que não fez trabalho de campo durante um período prolongado como Malinowski (o seu diário nas ilhas Trobriand vai de 1914-1915 e 1917-1918), também não tem desabafos como o antropólogo polaco, que a certa altura parecia estar saturado de estar no terreno: «this morning when I got up and saw that it was pouring, I had a wild desire to just sail away from there» (Malinowski, 1989 [1967]: 66). Essa apreensão foi, de resto, registada

¹⁴⁶ Mendes Correia cita Malinowski num texto onde aborda a «dinâmica das culturas», apresentado no terceiro Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas, em 1948, em Bruxelas (Correia, 1950c).

mesmo antes de ir para o terreno: «strong fear of the tropics; abhorrence of heat and sultriness» (*idem*, p. 5); «I felt I was taking leave of civilization» (*idem*, p. 6). Ao fim de duas semanas no terreno (27.9.1914), descreveu o modo como se sentia e referiu-se aos nativos do local utilizando o termo selvagens:

As for what I am doing, my ethnological explorations absorb me a great deal. But they suffer from two basic defects: (1) I have rather little to do with the savages on the spot, do not observe them enough, and (2) I do not speak their language (*idem*, p. 13).

Passados três meses (em Dezembro) volta a referir o termo selvagens: «then I went back to the missionary's house and had some conferences with the savages» (*idem*, p. 61). Por outro lado, denuncia propósitos discriminatórios para com as populações locais: «I came back in the dark and once again frightened a little boy whom I call Monkey» (*idem*, p. 63). E revela a sua irritação para com as mesmas:

At moments I was furious at them, particularly because after I gave them their portions of tobacco they all went away. On the whole my feelings toward the natives are decidedly tending to 'Exterminate the brutes'. In many instances I have acted unfairly and stupidly – about the trip of Domara, for example. I should have given 2£ and they would have done it. As a result I certainly missed one of my best opportunities (*idem*, p. 69).

Além de descrever uma certa preguiça, ou letargia, dos nativos, utiliza os termos «negroes» ou «niggers», bastante pejorativos na língua inglesa: «definition of a given ceremony, spontaneously formulated by the Negroes» (*idem*, p. 217); «talked with the *niggers* about "the positions" during sexual intercourse» (*idem*, p. 260); «I did not think of the *niggers* or of the work, I was still depressed by everything that had happened» (*idem*, p. 261); «I was so angry that I simply couldn't look at the *negroes*» (*idem*, p. 261). Mais surpreendente é a nomeação de uma jovem rapariga por animal:

At 5 went do Kaulaka. A pretty, finely built girl walked ahead of me. I watched the muscles of her back, her figure, her legs, and the beauty of the body so hidden to us, whites, fascinated me. Probably even with my own wife I'll never have the opportunity to observe the play of back muscles for as long as with this little animal. At moments I was sorry I was not a savage and could not possess this pretty girl (*idem*, p. 255).

Por oposição, o diário de Mendes Correia revela várias descrições de entusiasmo, vontade de estar no local e dele absorver a maior quantidade possível de informação. Talvez tal se deva ao facto de o professor não ter estado tanto tempo no terreno e de saber à partida que o não iria estar. Para realizar uma pesquisa com mais profundidade seria necessário permanecer tempo suficiente no campo para familiarizar-se com o modo de vida local, a língua, cujo domínio era fundamental, elaborando um trabalho com mais distanciamento, fundamentando-se em intérpretes e entrevistas formais. Malinowski esteve entre os

trobriandeses da Melanésia entre 1914 e 1918; terá sido o primeiro antropólogo a conduzir a investigação utilizando a língua nativa e tinha consciência da necessidade de permanecer por um período prolongado para conseguir fazer um bom trabalho. Em Janeiro de 1915 refere:

Without doubt, if I could stay here for several more months – or years – I would get to know these people far better. But for a superficial short stay I have done as much as can be done. I am quite satisfied with what I have done under these poor circumstances (1989 [1967]: 72).

Durante a sua estada, Malinowski recolheu vários dados sobre produção de inhame, direitos territoriais, troca de bens e conflitos; porém, não contextualizou os trobriandeses em termos históricos, ou relativamente a um contexto regional abrangedor, algo que Mendes Correia procura fazer sempre nos seus escritos (Correia, 1943a; 1944a; 1947; 1949a; 1953b; 1954b). A visita de Mendes Correia é realizada após a publicação de *Raças do Império* (Correia, 1943a). A partida para a Guiné ocorreu a 26.12.1945 no avião da Aero-Portuguesa. Tendo feito escala em Casablanca, e aí visitado as Medinas, nova e velha, escreveu depois dois artigos para o *Jornal do Comércio* a relatar as impressões de sua viagem e da população. Ao longo de todo o percurso vai descrevendo pormenorizadamente os sítios por onde passa, assim como os indivíduos que encontra, sobretudo os que lhe revelam ter determinadas particularidades físicas. Nessas anotações utiliza termos mormente utilizados na medicina, reveladores da sua formação académica inicial. É o caso desta descrição:

No restaurante uma criada indígena morena, d'olhos cremes (berbere), passeia uma criancinha de peito, da família europeia que serve. Não traz o rosto tapado, mas tem as características tatuagens verticais na região intercililar¹⁴⁷ e no mento¹⁴⁸ (*Diário de campo de Mendes Correia...*).

A 2.1.1946, Mendes Correia e Magalhães Mateus visitaram o Instituto Francês da África Negra (IFAN), descrito como uma «esplêndida instalação de investigação científica» (*Diário de campo...*), cuja direcção estava a cargo de Théodore Monod. Com Monod e Pales (discípulo de Paul Rivet, que estava a organizar o estudo antropológico da África Francesa, em colaboração com o seu mestre e o Musée d l'Homme), visitaram as secções de etnologia, de botânica, de zoologia, de antropologia e de pré-história, e a biblioteca. Foram também à Escola de Medicina Indígena, ao Instituto de Anatomia, onde havia muitos «estudantes negros» dissecando vários «cadáveres de negros» (*Diário de campo...*). O professor da FCUP acordou com Monod estreitar a colaboração mútua e a troca de publicações. Falaram ainda sobre o centenário da descoberta da Guiné e da possível colaboração do IAUP e da CIAO nele. Numa data posterior (18 e 19.1.1946), Mendes Correia e Magalhães Mateus voltam ao

¹⁴⁷ Região entre as sobrancelhas.

¹⁴⁸ Queixo.

IFAN antes de regressarem a Portugal (20.1.1946). Em Dakar visitaram de novo Monod e o IFAN, onde conheceram o linguista Darot e consultaram os *Aethiopen des Nesteus* de Bernatzik; o livro da mulher, Emmy Bernatzik *Afrikafahrt*; o estudo manuscrito de Kluge sobre a numeração em África; o livro de Homburger e o estudo do sosso do Padre Lacan, além de vários elementos de geologia da Guiné. Darot mostrou os «gráficos do aparelho de fonética que inventou, tendo sugerido, ir com o Mateus à Guiné», ideia com a qual Mendes Correia concordou, indo a seu turno um português para o IFAN, o que Monod aceitou (*Diário de campo...*). No IFAN viram ainda:

o estudo da Amédée Tardieu sobre a Senegâmbia e a Guiné (1878), a bibliografia da Costa do Ouro de Cardinall (1931) com muitas coisas portuguesas e estrangeiras sobre a Guiné, a cópia da tradução francesa do Alvares de Almada, com um prefácio do Visconde de Santarém (1842), o *African Memorando* do Cap. Philip Beaver sobre a ocupação inglesa da ilha de Bolama com muitas indicações etnológicas interessantes (1805), o livro de John Barbot *A description of the coasts of north and south Guinea, and of Ethiopia inferior, vulgarly Angola* (ed. de 1732), folhetins de Am. Tardieu em *La Perse* sobre uma viagem na costa da Senegâmbia (*Diário de campo...*).

Relativamente às línguas escreve:

Segundo o Padre Lacan o sôso é afim do mandinga linguisticamente. Homburger¹⁴⁹ defende a origem egípcia das línguas negro-africanas e não toma a sério Drexel. Diz que desde 1912 afirma a unidade entre bantu e sudanês, e que a linguística africana é “uma ciência nascente”.

No IFAN Mendes Correia conheceu ainda M. Joire, colaborador do Instituto, que ia para Conacri fazer investigações pré-históricas, e referiu ter consultado *Raças do Império* (Correia, 1943a), pedindo mais informes bibliográficos. Os estudos pré-históricos não parecem ter sido, contudo, os principais alvos de Mendes Correia nesta missão. Ao longo da visita, tenta descrever alguns indivíduos de acordo com a cor da sua pele – mais ou menos escura. As suas descrições relativamente aos indivíduos de pele mais escura não são tão discriminatórias como as de Malinowski, mas revelam um certo paternalismo. Por outro lado, escreve sobre algumas das características psicológicas associadas a determinados grupos, mas essas foram-lhe transmitidas sobretudo pelos interlocutores com quem se cruzou. Interagiu, por exemplo, com baiotes, banhuns, felupes e papéis.

Ambos os diários (de Malinowski e de Mendes Correia) descrevem aspectos relativos à saúde e a indisposições físicas, de ocorrência comum nos trópicos. Todavia, no que às doenças dos nativos respeita, Mendes Correia indica-as mais pormenorizadamente (filariose, lepra, exonfalia¹⁵⁰, doença do sono, tuberculose, boubá¹⁵¹, bócio, varíola, sífilis, elefantíases,

¹⁴⁹ Darot tinha sido aluno da professora Homburger.

¹⁵⁰ Hérnia umbilical.

¹⁵¹ Doença tropical infecciosa da pele, ossos e cartilagens causada pela bactéria espiroqueta.

filária), o que denota os seus conhecimentos de medicina. Ainda no âmbito da saúde, visita o hospital de Bissau. No campo da antropologia física, observa cerca de duas dezenas de felupes e conclui que são leptosomas¹⁵² e magros, sendo as mulheres mais pequenas. Fez medições de soldados e recrutas, enquanto Amílcar Mateus copiou os registos das inspeções médicas do recrutamento militar. Em Bissau ambos examinaram «27 Fulas pretos, 3 Futa-Fulas (1 mais claro era do chão francês) e 1 Futa forro» (*Diário de campo...*). Em Bolama observaram «de manhã no quartel uns 20 Nalús, 12 Biafadas e 10 Bijagós» (*idem*).

Por outro lado, descreve várias práticas socioculturais. Refere-as às tabancas¹⁵³ e a algumas situações particulares: monogamia (entre os felupes, onde não é permitido o adultério); mutilações triangulares dos incisivos superiores (felupes); circuncisão de 30 em 30 anos (felupes); utilização na aldeia do tantam como telégrafo sonoro (felupes); meninos de cinco anos que ainda mamam; tinham «um chefe para os homens e uma chefe para as mulheres» (felupes); são «muito trabalhadores, cultivadores» (balantas); desenvolvimento de que não estava à espera (papéis); respeitam a mulher (felupes); «não queriam ter um cabo-verdiano, mas um branco como chefe de posto» (felupes); «o grande lutador da colónia» (felupes); «as mulheres biafadas têm em média 5 a 6 filhos cada, mas nascem muitos mortos»; o fanado «é todos os anos segundo o rito islâmico» (biafadas); «as raparigas fazem a clitoridectomia» (biafadas); «é pena o biafada não ser laborioso»; «são muito mais civilizados do que os outros [...] quer no vestuário, quer na habitação» (mandingas); «o fula aprende melhor na escola do que o mandinga» (informação obtida pela monitora da escola missionária, filha do administrador de Gabu); «trabalhando nas muitas culturas, bastante pastoreio» (balantas); «trabalham na barragem centenas» (papéis); barqueiros (mandingas); «o poilão é a árvore sagrada»; «não parecem ter animais totens» (banhuns); «alternam arroz, milho preto, milho cavalo, carne do mato» (banhuns); «às vezes, condimentam com azeite de palma» (banhuns); têm «5 dialectos diferentes: calequisse, costa de baixo, caio, pecixe e choro» (manjacos); tatuagens muito frequentes (nalús e bijagós) (*Diário de campo...*).

Em Bolama registaram «algumas palavras e numeração (...) verificando que a língua nalu é banto, a biafada e os dialectos bijagós não»; visitaram «as tabancas dos soldados», que viviam todos com uma mulher; viram mulheres bijagós (tatuadas), nalús, manjacos, papéis e balantas, e constataram que não havia «divergências entre eles» (*Diário de campo...*). Por vezes faz sistematizações, que coloca em quadro, como acontece nesta com vocabulário:

¹⁵² Segundo a classificação do psiquiatra Kretschmer, o leptossómico é magro, pequeno e fraco.

¹⁵³ Aldeias guineenses.

	Nalú	Sosso	Landuman
Homem	Lam' tchele	Camé	Uruni
Homens	Be-tchele	Camei	Aruni
Mulher	Lam'dai	Guiné	urani
Mulheres	Be-thai (a)	Guinei	arani
Um	Dêndique	Quérem	tine
Dois	Bilé	Ferim	maran
Três	Pate	Sagan	massasse
Quatro	Bine	Nane	manguelé
Cinco	Tedu	suli	cutchâmuto
Seis	Tedu-dêndique	sene	cutchanti
Sete	Tedu-belé	Solo-feré	Cutchante-maran
Oito	Tedu t'pate	Solo-massagane	Cutchante-massase
Nove	Tedu t'bina	Solomannane	Cutchante-mangueli
Dez	Teble	fu	pu
Vaca	Massumbé	ningué	ona
Vacas	Bassumbé	ninguei	tschema

Quadro n.º 5. Vocabulário guineense (*Diário de campo de Mendes Correia...*, 1945-1946).

Quanto à acção missionária refere que as únicas escolas oficiais da Guiné são em Bissau, Bolama, Farim, Bafatá e Canchungo: «foram extintas outras e entregues a missionários, em virtude da concordata»; no entanto, constata que não havia «escolas missionárias», mas apenas «postos de catequese» (*Diário de campo...*). Quando junta com o governador em Bissau, critica a «falta de escolas, o problema da concordata, a islamização, a assistência sanitária, as distilanas e o alcoolismo», entre outros assuntos. Já no final escreve:

Colhi uma impressão directa, nítida, da etnologia da nossa Guiné e foi muito vantajoso, mesmo no ponto de vista da nossa política colonial, o contacto com o IFAN. Monod ainda me ofereceu à partida as cartas geológicas de Dakar que lhe pedi, e um seu livro sobre Marrocos (...). Vai a Madrid em Março. Havia vantagem em o levar a Portugal (*Diário de campo...*).

Da leitura de ambos os diários conclui-se que, no caso de Mendes Correia: 1. não se pode dizer que se trata de um trabalho de campo antropológico comum, uma vez que não ocorreu uma permanência prolongada no campo; 2. o antropólogo não foi sozinho; 3. a visita estava programada no sentido em que se sabia de antemão quem os ia esperar (chefes de posto, administradores, entre outros), mas não do ponto de vista de conhecimentos acerca das populações que iam visitar; 4. as visitas que realiza aos locais menos urbanos são, amiúde, indicadas por outras pessoas, ou com o acompanhamento das mesmas; 5. o antropólogo comporta-se mais numa perspectiva voyeurística, do que propriamente em tentar perceber quem são os indivíduos incógnitos com os quais se cruza e por que razão fazem o que fazem; 6. não contextualiza (cronológica e sincronicamente) determinadas situações e descreve-as apenas à luz dos seus preconceitos ocidentais, o que estará relacionado com o facto de estar de

passagem e não ter permanecido tempo suficiente no local; 7. escreve as histórias e as estórias que lhe contaram (verdadeiras ou não), não tendo a oportunidade para averiguar a sua veracidade; 8. algumas das suas conclusões são apressadas, não baseadas na sua observação prolongada no terreno, mas em contactos ocasionais e curtos, ou em relatos (de chefes de posto, administradores, motoristas, cônsules, régulos, ou outros indivíduos autóctones); 9. não questiona alguns aspectos do colonialismo português; 10. parece querer abranger a totalidade, não se dedicando a reflectir sobre apenas um grupo, uma tabanca, ou um aspecto especial que queira explorar, sendo da diversidade que parece querer dar conta. Porém, tal como acontece frequentemente num diário de campo: 1. regista tudo o que vê, relata as conversas, anota nomes, vocabulário local e seu significado, designações em várias línguas; 2. utiliza as expressões correctas para designar partes do corpo e respectivas doenças, tendo como mais-valia a sua formação em medicina; 3. é notória a sua avidez em querer conhecer, compreender e, por vezes, explicar, o que vê; 4. são visitados vários locais e tiradas várias fotografias; 5. alguns dos seus interlocutores foram gratificados, nomeadamente com tabaco; 6. nas descrições demonstra estar interessado nas pessoas e no seu bem-estar; 7. nos seus escritos denota-se que não nega à partida os contributos de outras ciências, uma vez que todas podem ser complementares no que concerne ao estudo da humanidade. Por último, é importante referir que o diário de Mendes Correia não foi trabalhado pelo autor, nem publicado, como o de Malinowski (embora também na origem deste não estivesse a ideia de publicação) e o objectivo aqui é mostrar os interesses do antropólogo no terreno e algumas das suas interpretações mais imediatas.

É sobretudo depois da sua viagem à Guiné (1945-46) que repensa a sua atitude perante a religião e desenvolve uma reaproximação ao cristianismo. Faz até uma certa separação entre a verdadeira religião, a católica, ou cristã, e as outras práticas religiosas, ou práticas religiosas ditas exóticas, que via como «certas epidemias místicas que de vez em quando se desenrolam nalguns pontos», onde «florescem ainda o animismo, o feiticismo, a magia, as superstições, dos antepassados» (Correia, 1946b: 143). Por outro lado, critica as práticas de missão nas colónias; considera que não se deveria destruir a fé religiosa de um ser humano, mas questiona se será legítima a catequese das crianças e a acção missionária em «populações indígenas»: «será legítimo incutir na maleável alma infantil ou na alma do selvagem ideias ou sentimentos religiosos, sem lhes dar ensejo a que a sua razão, desenvolvendo-se, venha a julgar, com autonomia, das excelências ou defeitos da doutrina ensinada?» (*idem*, p. 150). O autor proclama a legitimidade dessa catequese na medida em que fosse «criteriosa, prudente e lealmente orientada» e não constituísse «apenas uma lamentável substituição de superstições

grosseiras, obcecadas e perigosas por outras não menos grosseiras, obcecadas e perigosas» (*idem, ibidem*); duvida que todos os sacerdotes e educadores estejam à altura do seu papel (*idem, p. 151*) e, além disso, compara a criança e o «selvagem», reforçando as suas semelhanças no que à ignorância e ingenuidade diz respeito:

Há que examinar-se se a criança ou o selvagem devem, ou não, ser abandonados à sua sorte no que respeita a sentimentos e ideias morais e religiosas, como todos os perigos decorrentes da sua ignorância, da sua ingenuidade, (...) do fácil acesso à sedução de certos preconceitos ou superstições, condenáveis à face da moral e do próprio interesse individual e colectivo (*idem, p. 150-151*).

Apesar das considerações anteriores, considera um erro grave «imaginar que o mundo ideativo e as concepções religiosas dos povos selvagens e atrasados se reduzem a quase nada» (*idem, p. 152*), ou seja, emprega termos pejorativos para designar seres a quem não reconhece igualdade relativamente ao resto da humanidade. Ainda que considere a «mentalidade primitiva [...] mais rica e complexa do que muitos supõem» (*idem, ibidem*), não deixa de a considerar diferente, porque «primitiva». Por outro lado, considera que, ao invés de existirem «indígenas» pretensamente cristãos, nos quais permanecem as «superstições do seu feiticismo anterior», seria preferível talvez deixá-los no estado anterior (*idem, ibidem*).

Já o Islão é considerado pelo autor como uma grande religião. Como tal, havia dificuldade da acção missionária católica em enfrentar, não as «populações feiticistas e incultas», mas as populações de grande parte da Guiné e do Norte de Moçambique, isto é, os «povos em que é intensa a influência de grandes e poderosas religiões, como o Islão» (Correia, 1946b: 153). Anteriormente, aliás, o autor tinha referido que assim como existia uma «geografia de ideias políticas» também existia uma «geografia religiosa» (1943b: 13). No caso do Islão, questiona se valerá a pena o «ataque frontal», uma vez que era necessário distinguir «as grandes religiões, algumas das quais com certos princípios morais comuns ou mesmo com afinidades em certos dogmas e práticas litúrgicas», de outras «superstições» como o «feiticismo», «animismo» e «magia», «por vezes cruéis e grosseiras» (1946b: 153).

Um outro interesse que surgiu a Mendes Correia depois da viagem à Guiné foi o da necessidade de dominar as línguas nativas. Por essa razão foi registando tudo o que via, voltando mais tarde a fazer referência ao assunto, não só nos seus escritos (por exemplo, 1956b), mas também nas sessões da AN enquanto deputado. Conhecer e falar a «língua dos naturais» era fundamental para a sua compreensão, para ajuizar acerca dos seus sentimentos e divulgar as histórias do cristianismo em línguas vernaculares dos índios do Brasil, dos

«negros africanos» e de muitas populações orientais (Correia, 1956b¹⁵⁴: 228). Com o seu apoio foi criado o já referido Instituto de Línguas Africanas e Orientais na ESC, onde eram leccionadas cadeiras de sânscrito, árabe, concanim (Goa), quimbundo (Angola), ronga (Moçambique), teto (Timor), entre outras. Para ele, os estudos linguísticos tinham também um interesse psicológico (conhecer o horizonte mental dos nativos) e ao nível de estrutura científica. O estudo das línguas, além de permitir utilizar os meios da fonética experimental, gravação, reprodução e análise de sons e fonemas, permitia uma apreciação objectiva, comparativa e classificatória. Neste texto de 1956, o autor já utiliza com bastante naturalidade o termo cultura para dizer que «a língua é parte e instrumento da cultura» e que a linguística pode considerar-se abrangida na etnologia ou na antropologia cultural, sendo mais longínqua a sua ligação com a «raça» e com a antropologia física (1956b: 232). Por essa razão afirma que «os negros dos Estados Unidos falam inglês, não as línguas africanas dos seus ascendentes» e «com a língua inglesa assimilaram, adoptaram, muitos costumes, muitas atitudes, muitas ideias, que já não são da África [...] mas da Europa ou dos descendentes desta no Novo Mundo» (*idem, ibidem*). Em geral, nas suas descrições, nomeadamente as que incluem relatos de viagem, é notório o interesse e fascínio pela diversidade cultural, embora algumas vezes teça comentários, de certa forma, etnocêntricos e elogiadores das elites (que associa à polidez). Assume, contudo, a existência de um certo relativismo no que respeita ao simbolismo e à utilização de sinais. Por exemplo, refere que embora alguns etnógrafos registassem em «povos atrasados» (expressão utilizada) meios como assobios, pancadas em tambores ou sinais luminosos, para a transmissão de pensamentos à distância, também os «civilizados» utilizavam sinais acústicos ou luminosos, mediante um código convencional, para a transmissão de informações (*idem*, p. 238). Estas formulações são, contudo, escritas já no período pós-guerra que suscitou, como veremos, uma nova abordagem do terreno colonial.

3.5. O período pós-guerra: reformulações teóricas e discursivas

Com o fim da guerra (1945), os sistemas coloniais, de um modo geral, começaram em decadência. Por seu turno, na Ásia e na África surgiram movimentos nacionalistas e os já existentes foram reforçados. A partir da fundação da ONU, em 24.10.1945, pela Carta das Nações Unidas, Portugal foi pressionado internacionalmente pelo facto de possuir territórios coloniais. Embora se trate da mesma década, é notória esta marca entre o antes e o depois de 1945. Como resultado das pressões anticoloniais, numa altura em que os países europeus já

¹⁵⁴ Texto produzido no âmbito das suas palestras ao microfone da Emissora Nacional, na série «A Ciência ao Serviço da Humanidade» em 16, 23 e 30.10.1954 e 13.11.1954.

havam concedido a independência às suas colónias, foi necessário proceder a uma reformulação da postura portuguesa face aos territórios ultramarinos e aos seus habitantes. Registam-se primeiro mudanças ao nível dos discursos e depois ao nível oficial. Assiste-se a uma transformação da imagem imperial, que é comum a países como a França, a Inglaterra e a Holanda. Alguns optaram pela concessão de uma autonomia gradual aos territórios coloniais, processo que conduziu à descolonização. Contudo, Portugal não quis seguir essa estratégia e preferiu incorporar os territórios ultramarinos na nação portuguesa designando-os por «províncias ultramarinas»¹⁵⁵, de Portugal, tal como o eram o Minho ou o Algarve, em vez de «colónias». Por sua vez, o Ministério das Colónias passa a designar-se Ministério do Ultramar e o *Boletim Geral das Colónias* muda o título para *Boletim Geral do Ultramar* (embora em 1951 ainda encontremos as duas designações). Tal reformulação deveu-se também à conjuntura marcada pelas independências africanas e pela emergência dos movimentos de libertação colonial, muitas vezes vistos como estando interligados com uma conspiração internacional ou comunista. A expressão «colonização» passa a ser substituída gradualmente por «integração»¹⁵⁶. Porém, o censo de 1950 indica que apenas uma percentagem muito mínima da população das colónias tem o estatuto de «civilizada» ou «assimilada» (Pereira, 1986: 214). E a Constituição de 1951 instituiu o regime de indigenato aos nativos de Angola, Moçambique e Guiné pelo facto de se considerar que estes ainda não tinham alcançado «o nível de cultura e o desenvolvimento social dos europeus», como possuíam os de Cabo Verde, Índia Portuguesa e Macau (Santos, 1955: 159).

Torna-se, contudo, necessário validar o projecto colonial português apostando na legitimação da sua diferença perante os demais (poucos) ainda existentes. Nesse sentido, defende-se uma nação pluricontinental constituída por portugueses de todas as «raças» com a qual todos se identifiquem. As ideias discriminatórias do Acto Colonial começam a ser abandonadas e o regime começa a incorporar a teoria luso-tropicalista de Freyre¹⁵⁷. Para designar o «indígena» começam a empregar-se termos mais neutros, embora se continuem a utilizar estereótipos para o identificar. Os argumentos acerca da «vocaçao imperial» dos portugueses alteram-se: ao contrário de outros países, Portugal ter-se-ia caracterizado por uma colonização desinteressada, baseada na transmissão dos ideais cristãos e na procura de integração das populações colonizadas na civilização ocidental. Em 1951, Freyre visita

¹⁵⁵ «Províncias ultramarinas» é uma expressão que já era utilizada normalmente no século XIX. O Estado Novo vem posteriormente instituir o nome «colónias» e, na década de 50 do século XX adopta-se a expressão anterior.

¹⁵⁶ Este princípio de integração não é novo e já vinha desde os tempos do liberalismo.

¹⁵⁷ Porém, as concepções luso-tropicalistas de Freyre também receberam críticas, sobretudo porque a discriminação racial e as duras práticas administrativas coloniais existiram e persistiram durante muito tempo.

Portugal e as suas colónias na África e na Índia¹⁵⁸, a convite do ministro das Colónias, Sarmiento Rodrigues, para que assim pudesse provar a sua teoria *in situ*. Fenómenos idênticos ao sucesso do Brasil com uma «harmonia» racial (apesar dos conflitos existentes que reconhece) e uma coexistência tolerante de diferentes culturas e religiões, dever-se-iam observar em outros locais sob domínio português e é esta similitude que vai tentar provar. Por exemplo, na Guiné encontrou fulas islamizados que colaboravam com o colono português; em Goa, Damão e Diu constatou que conviviam simultaneamente católicos, muçulmanos, hindus e parsês. Porém, em alguns casos não se trataria propriamente de uma atitude tolerante e talvez fosse a própria pobreza a aproximar os colonos portugueses das gentes nativas.

Nesta altura começam a aparecer títulos exemplificativos da nova visão da realidade como, por exemplo, *Muitas raças, uma só nação*, de António Alberto de Andrade (1953). Contudo, os «discursos» continuavam a transparecer as desigualdades existentes. Posteriormente, com a Conferência de Bandung, realizada na Indonésia a 18.4.1955, foi reafirmada a necessidade de se conceder a independência aos territórios coloniais. Os povos asiáticos tomam consciência do seu valor e da necessidade em se solidarizarem com os africanos. Embora raros, começam a surgir em Portugal discursos que defendem uma maior tolerância relativamente aos africanos (por exemplo, Belchior, 1951). No entanto, o regime português só se terá apercebido da real necessidade de alterações quando começaram os conflitos nas colónias, tendo em 1961 rebentado a guerra em Angola. A política do Estado Novo começou então a alterar a legislação ao nível da abolição das culturas obrigatórias, do trabalho forçado e do «estatuto de indígena» (apenas em 1961).

Num momento caracterizado pelas pressões internacionais, as teses luso-tropicalistas são, de facto, incorporadas nos discursos políticos dos homens do regime e aplicadas à caracterização da colonização portuguesa. Todavia, a ideia do luso-tropicalismo, há muito tempo alvo de descrédito científico, e tendo sobrevivido ao período pós-independência das ex-colónias portuguesas, parece coadunar-se, como referiram historiadores como Valentim Alexandre (2000) e Cláudia Castelo (1998) e antropólogos como Vale de Almeida (2000) e Cristiana Bastos (1998), com algumas das ideias feitas acerca do nacionalismo português, da identidade nacional e da adaptação dos portugueses a diferentes territórios¹⁵⁹.

É sobretudo no período pós-guerra que se regista uma mudança nos discursos de Mendes Correia, em resultado da percepção da conjuntura e da necessidade de adequação de

¹⁵⁸ Freyre não visita Timor, pois foi-lhe transmitida a ideia de que não valeria a pena. Sobre o que escreveu acerca desta viagem, *vide* Freyre (1954a) e Freyre (1954b).

¹⁵⁹ A especificidade da cultura portuguesa é considerada por alguns autores como a de uma «cultura de fronteira» (Santos, 1993) que se deixa contaminar pelo que lhe é exterior (Dias, 1990 [1953]; Santos, 1993).

algumas abordagens, nomeadamente as colonialistas e racialistas. Ainda em 1945, e em termos de política colonial, afirma que era um «desconchavo» pretender-se «presentear os indígenas» com «as delícias do Código Civil ou com as belezas das instituições administrativas e sociais do Continente» e regozija-se com o facto de no Acto Colonial vir previsto que «não se devem hostilizar os indígenas que não sejam contrários à humanidade e à nossa soberania» (Correia, 1945a: 8). No entanto, verifica-se aqui o modo como, por um lado, defende o respeito pela liberdade dos «indígenas» (em moldes restritos, entenda-se), mas apenas na medida em que essas práticas, para além de não atentarem contra a humanidade (o que não chega a explicar devidamente o que isso possa significar), não atentem ou contrariem a soberania portuguesa. Por fim, apesar da discriminação implícita nestas considerações e de um certo paternalismo disfarçado, refere que era necessário tratar bem o «negro africano»: «não deve esquecer-se que o negro africano é muito diferente quando bem tratado, bem alimentado, bem remunerado» (1945a: 10). Para estas considerações, ter-se-á inspirado no missionário inglês Broomfield para quem «a apregoada indolência e apatia do negro não é muitas vezes mais do que miséria, ignorância, fome, doença, o peso de injustiças seculares» (*idem, ibidem*). É razoável concordar aqui com o autor; porém, Mendes Correia acaba por contribuir para a perpetuação dessas «injustiças seculares» ao promover, por exemplo, a realização de estudos que têm em vista amiúde a averiguação da capacidade física do «negro africano», como refere, para o trabalho braçal, que potencialmente contribuiria para o desenvolvimento económico das colónias portuguesas.

Em 1951 Mendes Correia pronuncia-se contra o «estatuto de indígena», nomeadamente na AN a 26.4.1951, defendendo que todos os habitantes do império português – metrópole e colónias - deveriam ser considerados cidadãos portugueses sem diferenciação de estatuto. É também nesse ano que afirma que os exemplos de mescla racial, encontrados nas colónias, testificam a ausência de preconceito racial entre os portugueses (1951e), pressupondo esta asserção a ausência de racismo também no Brasil. Esta asseveração é produzida num contexto particular, como afirmei. Contudo, a ideia de que a colonização portuguesa foi diferente encontra-se em autores de outras nacionalidades, como o brasileiro Gilberto Freyre (1933) ou a americana Ruth Benedict (1942). Esta última refere, talvez por influência de Freyre, que houve uma diferença nas atitudes dos colonizadores de diferentes nações: os espanhóis, os portugueses e os holandeses não partilharam o horror que os ingleses tiveram em relação à miscigenação, nem os franceses impuseram as rígidas distinções de casta, como o fizeram os ingleses (Benedict, (1983 [1942]): 106). Segundo a autora:

The English dealt with natives as with a low, though sometimes useful, caste: they practiced a rigid separatism. Whereas in the French, the Spanish, and the Portuguese colonies marriage with native women was common and a mixed population sprang up, in English colonies intermarriage was the great exception and there was strong feeling against it (*idem*, p. 109).

Segundo Gerald Bender, tanto Portugal, como o Brasil, tentaram no início dos anos 30 reivindicar o seu esplendor através do luso-tropicalismo, acentuando a natureza positiva da mescla portuguesa de «raças» nos trópicos (1980: 31). Todavia, ainda que ambos os países defendessem a singular ausência de racismo entre os colonizadores portugueses, havia uma grande diferença no modo como viam os negros. Os brasileiros destacavam a natureza simbólica do contacto racial entre os portugueses e as civilizações africanas, tendo cada grupo beneficiado da cultura do outro. Já em Portugal caracterizavam-se os africanos como intrinsecamente inferiores e a auto-adulação portuguesa sobre a sua «missão civilizadora» dependia dessa inferioridade (1980: 31). Contudo, apesar das semelhanças e das diferenças da interpretação brasileira e portuguesa do luso-tropicalismo, o ponto central da ideologia dos dois países foi a existência de um colonialismo português não racista, completamente *sui generis* (Bender, 1980: 33). Segundo Bender, a afirmação de que a grande percentagem de mestiços no Brasil é a prova *ipso facto* da ausência de racismo português, pressupõe que as atitudes raciais e a conduta podem deduzir-se da incidência histórica da mescla racial e de que o padrão brasileiro de mescla racial é não só único, mas representativo das relações entre os portugueses e os brancos, em todas as partes do mundo (1980: 61).

Nos anos 50 Mendes Correia reconhece as misturas em contexto colonial, sobretudo ao nível da arquitectura portuguesa e da «arte indígena». No que respeitava a esta última, defendia que se devia estudar a que fosse mais autêntica, se possível, admitindo as influências externas, já que também a arte portuguesa metropolitana recebia influências do ultramar (1954a: 249). Admite essas influências a outros níveis, mas considera que tanto os povos que designa por «atrasados», como os «adiantados», nem sempre estão dispostos a aceitar sugestões alheias, «oferecem grande resistência à adopção dos modelos apresentados ou impostos» e quando adoptam fazem-no de modo «superficial» ou «formal» (*idem, ibidem*). Nesse contexto assinala que «muitos insucessos da transculturação» eram resultado do «conhecimento insuficiente» dos colonizadores da «psicologia e da etnografia indígenas» e de uma «técnica infeliz», materializada não propriamente nas injustiças e violências que tenham ocorrido esporadicamente, mas na ignorância de indivíduos, que mesmo bem-intencionados, desconhecem algumas reacções dos «indígenas», que deveriam saber reconhecer, como já há vários antes Vicente Ferreira tinha acentuado (1954a: 251). As qualidades dos africanos

começam a ser mais valorizadas nos seus discursos, assim como a necessidade de os tratar humanamente. Num discurso da AN, com o objectivo estimular o aumento da população, colonização e emigração para o ultramar, apela à colaboração entre a metrópole e o ultramar, ao apoio das universidades, da JMGIU, e de alguns serviços locais ultramarinos, para o sucesso da «colonização branca» em África, referindo que o «problema da colonização» deveria ter em conta «interesses e os direitos dos indígenas» (Correia, 1952a: 20-1).

A mudança de enfoque nos estudos antropológicos só viria a verificar-se posteriormente a Mendes Correia, com Jorge Dias, cuja formação foi influenciada pela antropologia cultural americana¹⁶⁰. Nos anos 50, após fazer trabalho de campo em Portugal, dirige uma investigação científica nas colónias para estudar os macondes de Moçambique (1956-1960)¹⁶¹. Porém, apesar da sua cisão, relativamente aos estudos de antropologia física, a antropobiologia continuou a desenvolver-se pelas décadas de 50 e 60. Nos anos 60 do século XX, ainda discute a «raça» nos seus textos e o livro *Os Macondes de Moçambique* (1964) tem um capítulo sobre elementos antropobiológicos (índices de robustez; coeficientes de vitalidade e grupos sanguíneos). Jorge Dias pode ser visto como uma excepção, conforme salienta Rui Pereira (1986: 231), pois o seu trabalho no âmbito da etnologia foi mais sério, exaustivo e fundamentado face a trabalhos anteriores. Porém, não terá sido totalmente independente, uma vez que foi marcado pelos interesses da política colonial e por alguns trabalhos antropobiológicos que vinham sendo feitos. Ainda em 1961 afirma que o estudo das populações é a análise dos seus caracteres somáticos (Dias, 1961). Apenas no ano do falecimento de Mendes Correia é aprovada com grande maioria, a 15.12.1960, a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais da ONU e só em 1961, ano do eclodir da guerra em Angola, representativo do início de todas as guerras coloniais, são fundadas universidades em Angola e Moçambique ligadas à universidade portuguesa.

Em conclusão

No que concerne às aplicações práticas da antropologia, no entender de Mendes Correia, os estudos mais ligados à antropologia criminal ou à política da população, tendo em conta as condições sociais, a alimentação ou a saúde, foram sobretudo consagrados à

¹⁶⁰ O autor familiarizou-se com esta corrente quando se deslocou aos EUA. As suas obras *Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril* (1953), com a tentativa de aplicação da dicotomia apolíneos/ dionisíacos (Benedict, 1934) à análise deste terreno, e *Vilarinho da Furna: uma aldeia comunitária* (1981 [1948]), ou *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa* (1990 [1953]), são disso exemplo.

¹⁶¹ Nesse sentido, foi criada, em 1957, a MEMEUP. J. Dias foi o escolhido para dirigir esta missão cuja equipa era constituída por ele próprio e por mais dois investigadores, Manuel Viegas Guerreiro e Margot Dias. Como resultado foram publicados «relatórios de campanha» e quatro volumes da monografia *Os Macondes de Moçambique* desde 1961 (vol. I) até 1966 (vol. IV). O 1.º volume desta foi reeditado em 1998 (Dias, 1998).

população da metrópole, enquanto os estudos antropobiológicos - mais dedicados às práticas antropométricas, e à análise do risco das misturas raciais, incluindo aqui e ali alguma contextualização etnográfica - ocorreram sobretudo no contexto colonial. Os trabalhos produzidos por Mendes Correia privilegiaram, no âmbito do que se pode chamar de uma antropologia da metrópole, a investigação sobre o indivíduo e procuraram averiguar o carácter específico da história e da população portuguesa; por outro lado, no âmbito do que se pode chamar de uma antropologia das colónias, privilegiaram o estudo «tipo» humano representativo de um todo. Temas como a mestiçagem, por exemplo, foram vistos de modo diferente: no caso da metrópole, embora se reconheça a existência de miscigenação, tal não é visto como um problema; no caso dos territórios de além-mar, a mestiçagem era vista como uma possível ameaça, devendo ocorrer apenas dentro de certos limites. Escreveu em 1933 que o «vasto domínio colonial» português era «sede das mais diversas raças» (1933a: 5), sendo essa talvez uma das razões que legitimava a presença portuguesa nos trópicos. Para o autor, o português era diferente de outros povos colonizadores (sobretudo os do Norte); todavia, a política estado-novista não promoveu a miscigenação nos trópicos e o próprio a reprovou em várias ocasiões (Correia, 1934a, 1934c, 1934h, 1940a, 1940b, 1940c).

Segundo João Leal, é apenas nos anos 50 e 60 do século XX que surgem «os primeiros sinais mais consistentes de interesse dos antropólogos portugueses por contextos não-europeus» (2006: 192) e dá como exemplo os trabalhos desenvolvidos por Jorge e Margot Dias em Moçambique. Porém, como demonstrei neste capítulo, o interesse é bastante anterior. Se em termos teóricos não existe consistência, ou ela própria é discutível, existe uma motivação em termos de um âmbito, que é definido como área de investigação. Além disso, para além das publicações registadas na década de 10, ocorreram vários estudos e missões antropológicas dirigidas às colónias que tiveram, desde os anos 30, o apoio estatal de estruturas como o IAC, universidades, SGL, AGC, JMGIC, entre outras, o que denuncia só por si uma área de trabalho e de investigação.

Para o caso alemão, o historiador da ciência Robert Proctor¹⁶² (1988) considerou que a antropologia esteve subjacente às políticas de um regime - o nazi - e foi politizada, sendo tal politização iniciada pelos próprios antropólogos. No que respeita à dominação colonial, alguns autores sugerem que a antropologia esteve também por detrás de processos de dominação colonial, embora nos possamos questionar acerca do interesse e utilidade que teriam, de facto, alguns trabalhos antropológicos para a administração colonial (Asad, 1991:

¹⁶² Autor de *Racial Hygiene: Medicine Under the Nazis*, de 1988, Harvard University, já com 6 edições.

315). No caso português considero que a antropologia não esteve propriamente por detrás de processos de dominação colonial, embora tenha acompanhado essa dominação quando alguns dos seus representantes comungaram dos pressupostos de superioridade civilizacional e rática dos projectos coloniais. Quando deixou de partilhar esses pressupostos, foi a antropologia que esteve na vanguarda da crítica ao colonialismo. Nem a antropologia foi sempre a mesma, nem os antropólogos partilharam as mesmas opiniões, ainda que fossem coevos. Por exemplo, a antropologia praticada por Franz Boas não foi um auxiliar da dominação colonial dos índios do noroeste da América. Em Portugal, e no entender de Mendes Correia, o estudo das populações colonizadas do ponto de vista físico, mas também o resgate das culturas «primitivas», os seus modos de vida e os seus artefactos, seriam fundamentais para que as gerações futuras pudessem conhecer esses exemplos de humanidade quase em vias de extinção. Mendes Correia via-se, assim, movido como que por um espírito de missão que o motivou a impulsionar a realização de estudos acerca de modos de vida sociais diferentes. Por comparação com a Escola de Antropologia de Coimbra, podemos dizer que o seu líder, Eusébio Tamagnini, embora tenha realizado um estudo sobre os são-tomenses (Santos, 1996), esteve sobretudo interessado no estudo da população portuguesa no sentido biológico e racial. Pelo contrário, Mendes Correia foi um dos maiores impulsionadores das pesquisas sobre as populações das colónias. Não obstante, e no caso do professor do Porto, os estudos sobre a realidade social e cultural dos nativos serviam, algumas vezes, apenas para contextualizar os estudos feitos no âmbito da antropologia física. Por outro lado, alguns dos trabalhos produzidos estavam relacionados com o carácter do colonialismo português e com as políticas dirigidas às colónias, sobretudo durante o Estado Novo. Como aponta Duro dos Santos, «as fragilidades específicas do projecto colonial português, o seu prolongamento para lá das descolonizações [...] e a sua configuração num regime político totalitário não terão permitido o crescimento de uma antropologia colonial como noutras nações europeias» (2005: 18).

Creio que, se as incursões pela história da antropologia portuguesa têm omitido factos, figuras e episódios por parte dos estudiosos, não é por desconhecimento dos mesmos, mas por opção, ou por uma incipiente motivação para tratar determinadas questões, tornadas tabus no período pós-guerra, dando lugar a outras prioridades. Nos anos 40 a temática da «raça» estava ainda em alta, discutiram-se os mestiços do Brasil e foi a época de auge do nazismo. Já no período pós-guerra, e a pouco e pouco, Mendes Correia cede o seu lugar a Jorge Dias e o conceito de cultura substitui o de raça. Compreender esta conjuntura e o facto de que certas atitudes e preconceitos, foram o resultado de construções ideológicas, de um contexto político ditatorial, de invenções e de um certo etnocentrismo mascarado, poderá ser mais produtivo.

CAPÍTULO 5.

O LEGADO POLÍTICO DE MENDES CORREIA

Além de ter criado organismos ligados à universidade, ao ensino e à investigação, Mendes Correia esteve por detrás da promoção de iniciativas ligadas à cultura, à divulgação de conhecimentos e às artes, tanto no Porto, como a nível nacional. Primeiro envolve-se nos projectos republicanos de que é exemplo a criação da Universidade do Porto em 1911. Depois, em termos de carreira político-administrativa, foi presidente da CMP, entre 1936 e 1942, e exerceu funções enquanto procurador da CC de 1935 a 1938 e de 1938 a 1942. No âmbito parlamentar foi deputado na AN entre 1945 e 1957. Mas mais do que envolver-se propriamente em «políticas», acaba por associar-se a determinadas questões e defender causas específicas que lhe eram caras. O sentido da sua acção deve ser entendido como o de um homem cuja vida foi norteadada pelo nacionalismo, que implicava a melhoria da situação demográfica (ao nível higiénico, alimentar e condições de vida) do povo português. Esse nacionalismo seria servido pela ciência, num sentido positivista, tal como o consideraram anteriormente médicos como Júlio de Matos, Miguel Bombarda e Egas Moniz, envolvidos também na política. Para Mendes Correia, seria a ciência, em primeiro lugar, que permitiria a regeneração e a grandeza da pátria, tanto na metrópole, como nas colónias. É nesse contexto de «regeneração nacional» que o seu pensamento se forma, vindo a estar ligado, como referi antes, ao Movimento «Renascença Portuguesa», surgido no Porto em 1912, tendo editado algumas das publicações através da sua Tipografia (Correia, 1916a, 1916c, 1919b, 1925j). Colaborou ainda no seu órgão principal – revista *A Águia* (Correia, 1916d, 1923d, 1924b, 1926f) – à qual estiveram ligados indivíduos com modos de pensar distintos, mas que reuniam um ideal nacionalista comum. É essa conjuntura que explica o seu interesse pela arqueologia e património histórico, pela etnografia, arte e música, assim como pela instrução e educação. Os cargos políticos por ele ocupados permitiram-lhe estar mais perto dos centros do poder e de decisão nacionais. Uma aproximação a esses centros permitirá compreender melhor as suas preocupações e averiguar que temas suscitaram mais debates ou consensos.

1. Um autarca com preocupações particulares (1936-1942)

Uma das funções políticas de Mendes Correia foi a de Presidente da CMP¹, tendo sucedido a José Alfredo Mendes de Magalhães. Em 2009 foi editado pelo CEPESE o livro *Os*

¹ Na estrutura do Estado, os governadores civis eram, todavia, mais importantes do que os presidentes de câmara.

Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009), com dois volumes, coordenado por Fernando de Sousa, Manuel Pires Ribeiro e Ricardo Rocha, e patrocinado pela CMP. Esta publicação, que naturalmente dedica um dos capítulos a Mendes Correia, inicia-se com a biografia de Tomás da Silva Ferraz e termina com a de Rui Rio. Mendes Correia foi nomeado presidente da Comissão Administrativa por portaria de 22.8.1936, publicada no *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 198, de 25.8.1936; foi exonerado deste cargo e nomeado presidente da CMP, por portaria de 28.12.1937, publicada no *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 303, de 29.12.1937; e ficou quatro anos e meio neste cargo, até que foi exonerado por portaria do dia 15.8.1942, publicada no *Diário do Governo*, 2.^a série, n.º 193, de 19.8.1942.

O Decreto-lei 27.424, de 31.12.1936, relaciona-se com a promulgação do Código Administrativo por um período experimental de quatro anos até à redacção definitiva e estabelece o agrupamento dos concelhos em distritos e províncias, classificando os distritos em três ordens: 1.^a (Lisboa e Porto); 2.^a (Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Santarém, Vila Real, Viseu); e 3.^a (Aveiro, Bragança, Guarda, Leiria, Portalegre, Setúbal, Viana do Castelo). De acordo com o seu Art. 44.º, as câmaras municipais tinham atribuições: 1.^a de administração dos bens comuns e próprios do concelho; 2.^a de fomento; 3.^a de abastecimento público; 4.^a de cultura e assistência; 5.^a de salubridade pública; 6.^a de polícia. Segundo o Art. 48.º, no uso das atribuições de cultura e assistência, as câmaras tinham o poder de deliberar sobre, entre outros assuntos, «a administração dos expostos e crianças desvalidas ou abandonadas», o «internamento dos alienados e hospitalização dos doentes do concelho» e a «extinção da mendicidade» (pontos 10.º, 11.º e 12.º deste artigo). E de acordo com o Art. 49.º, no uso das atribuições respeitantes à salubridade pública, as câmaras podiam deliberar, entre outros aspectos, sobre «a construção de casas económicas» (ponto 15.º).

Ainda segundo o referido decreto, o mandato dos presidentes das câmaras municipais era de 6 anos, renováveis (Art. 72.º), mas as suas funções eram apenas remuneradas nos concelhos de Lisboa e Porto², e nos de 1.^a ordem (Art. 74.º), e eram incompatíveis com o exercício de quaisquer outras actividades públicas remuneradas pelo Estado (Art. 75.º). Todavia, os funcionários que auferiam um rendimento atribuído por aquele (como seria o caso de Mendes Correia, professor da UP), que fossem nomeados presidentes das câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Porto, ou dos concelhos de 1.^a ordem, eram considerados estar em comissão extraordinária de serviço público e, por isso, tinham direito a optar pelo seu vencimento, ou pelo de presidente da câmara, competindo a esta, em qualquer

² O valor dessa remuneração correspondia a 4.500\$00 no Porto e a 5.000\$00 em Lisboa.

caso, o respectivo pagamento. Segundo o Art. 80.º, o presidente da câmara era também uma autoridade policial com várias competências, como as de zelar pela «manutenção da ordem e tranquilidade pública» (ponto 1.º), «vigiar os mendigos, vadios, vagabundos, músicos ambulantes e menores em perigo moral» (ponto 6.º), «exercer a polícia relativa às prostitutas» (ponto 9.º) e exercer «as atribuições da polícia judiciária relativa à investigação dos crimes públicos e à captura dos criminosos» (ponto 11.º). Contudo, no Estado Novo, a autonomia das câmaras era reduzida e todas as acções tinham de ter autorização do ministro do Interior.

1.1. Medidas de regeneração social: apoio à infância e habitações condignas

Algumas das preocupações de Mendes Correia começam a ser enunciadas logo no discurso de tomada de posse, na sessão de 23.5.1936³, no qual destaca as aspirações que pretendia desenvolver: «ninguém nos levará certamente a mal, que consagremos o maior carinho aos problemas mais directamente relacionados com as condições de vida dessa legião imensa e pungente dos pobres, dos infelizes, os desprotegidos da fortuna». Segundo o próprio, «não pode haver uma verdadeira acção Municipal sem uma fortíssima acção social» e tal deveria incluir «as questões da habitação proletária, da alimentação, da higiene, da assistência, nos meios populares». A atenção da CMP pelos «desprotegidos» contemplou as crianças e os jovens, grupo etário e social sobre o qual o professor da FCUP reflectiu nas décadas de 10 e 20, assim como as classes sociais desfavorecidas. Mendes Correia começou a exercer funções no dia 29.5.1936 e, de acordo com uma acta do mês seguinte, de 4.6.1936, o Internato Municipal⁴ (figuras n.º 44 e n.º 45) e o Colégio dos Órfãos⁵, passaram a ficar dependentes do Pelouro da Educação. Entre 1938 e 1941 quem presidiu à comissão para os assuntos de assistência e educação nos Internatos foi Ana José Guedes da Costa, o primeiro elemento feminino a integrar uma vereação, eleita (em 28.11.1937) e não nomeada, na

³ Nesta data, o corpo gestor da CMP era composto pelos seguintes nomes e pelouros: Mendes Correia (Presidência), Américo Claro da Fonseca (Contrato e Pleitos), Luís José de Pina Guimarães (Higiene e Cemitérios), João Espregueira Mendes (Assistência e Incêndios), António de Almeida e Costa (Educação), Carlos Vasco Michon de Oliveira Mourão (Palácio de Cristal, interinamente a cargo da Presidência), Pedro Maria da Fonseca (Finanças), comandante João de Paiva de Faria Leite Brandão (Acontecimentos) e capitão Paulino Celestino da Silva (Obras e Jardins) (*Boletim Cultural*, volume XIII, 1950: 206).

⁴ Criado pela Junta Geral do Distrito, passou a ser administrado pela Câmara por deliberação de 23.12.1897. Destinava-se a «recolher e educar crianças desvalidas ou abandonadas, de 7 a 10 anos, do sexo masculino, naturais da cidade do Porto (deliberação de 7.8.1920) proporcionando-lhes o ensino literário e profissional que as habilite a ganhar honesta e livremente a sua vida» (*Anuário da Câmara Municipal do Porto*, 1923, p. 190).

⁵ Em 1651 o Padre Baltazar Guedes fundou um Colégio de Meninos Órfãos e Desamparados, tanto do Porto, como do seu bispado. Com o falecimento do fundador, em 1693, o colégio passou a ser administrado pela Câmara Municipal. Em 1903 o colégio ficou instalado no antigo edifício do Seminário. A admissão dos alunos era feita pela câmara, «requerendo-se que sejam órfãos, [...] que tenham de 7 a 10 anos de idade, que possuam robustez suficiente e que não sofram de moléstia contagiosa ou defeito orgânico que os iniba de seguir qualquer carreira que o Colégio faculta, que sejam naturais da diocese do Porto e que comprovem o estado de pobreza» (*Anuário da Câmara Municipal do Porto*, 1923, p. 195).

história da CMP (Sousa *et al*, 2009: 480). A referida vereadora salienta a necessidade de fazer obras e introduzir melhoramentos no Colégio do Órfãos e no Internato Municipal e lamenta que a CMP não possa dispor de maior verba para as casas de beneficência (sessão de 25.6.1938). Não obstante, o Colégio dos Órfãos foi objecto de reparações e melhorias ao nível das condições de alimentação, vestuário e assistência médica, assim como do «ambiente moral e material»; aos educandos da secção masculina foram ainda oferecidas as fardas da Mocidade Portuguesa (*Relatório da Gerência Camarária no ano de 1938*, p.17). Estava a cargo da CMP também o Abrigo dos Pequeninos (figura n.º 46) que apoiava, vestia e alimentava «crianças de alguns dias até aos 5 anos, pertencentes a famílias de trabalhadores pobres da freguesia em que está situado ou das freguesias próximas» (*Relatório da Gerência ...1938*, p. 16). Estas preocupações, como vimos anteriormente, estavam directamente ligadas com as questões médico-sanitárias e antropológicas de Mendes Correia, desde a década de 10.

No sentido de dar continuidade à ideia de edificar casas destinadas aos indivíduos mais desfavorecidos socialmente, foi nomeada, a 25.6.1936, uma comissão para elaborar um plano de construções. A proposta de Mendes Correia assentava em premissas como: a «habitação cómoda e saudável» era «uma condição do bem-estar duma população, da sua actividade, do seu valor físico, moral e económico»; as câmaras municipais tinham funções em «matéria de salubridade habitacional»; e eram louváveis as medidas de urbanização e saneamento, como a construção de casas económicas. Urgia assim um «plano de construções salubres para alojamento de uma grande parte da população portuense [...] instalada nas mais deploráveis condições de higiene, de conforto, de segurança e, até de profilaxia moral» (sessão de 4.2.1937). O relatório elaborado, em resultado do levantamento das ilhas existentes na cidade, queixa-se das retretes e das condições de higiene e de doença (tifo, sífilis, tuberculose) que esses nichos populacionais tinham de enfrentar. A comissão designada para elaborar o plano de construções estimou que seriam necessários mais de «duzentos e cinquenta mil contos» para alojar devidamente as «dezenas de milhares de habitantes» que se encontravam «acumulados dum modo inadmissível em ilhas, infectas e noutras mansardas ignóbeis». Embora a CMP não dispusesse daquela quantia, dispôs-se a assumir o encargo de perto da quarta parte da mesma, obtendo-a num empréstimo, em séries. Na reunião de 2.12.1937, o presidente informa que a CMP podia contar «com a autorização para levantar, no ano de 1938, a importância de seis mil contos, correspondente à primeira prestação do empréstimo solicitado pelo município para a construção de blocos de casas económicas ».

Na reunião de 30.12.1937⁶ é apresentado o *Relato da actuação da Comissão Administrativa*. Nele Mendes Correia lembra as acções desenvolvidas pela câmara ao longo do ano, que procuraram melhorar as condições da vida cidadina em geral, mas especialmente as «condições de vida dos pobres», a quem era dedicado «o mais decidido e particular interesse». O processo que aqui se iniciou - construção de moradias de renda económica ou de moradias para pobres, custeadas pela administração central e/ou municipal - prolongou-se por outros executivos camarários subsequentes. Em 1944, por exemplo, foram criadas várias cooperativas de habitação, tanto no Porto, como nos arredores. De notar aqui uma diferença que se salienta durante o mandato de Mendes Correia. É que enquanto o Estado estava a lançar programas de construção de casas de um ou de dois pisos, habitações unifamiliares, geralmente geminadas, e destinadas sobretudo a determinados grupos sociais, como os servidores do Estado⁷, a CMP estava a procurar condições para alojar «mais de 50 000 pessoas que viviam em condições miseráveis»⁸ (Sousa *et al*, 2009: 480). Isto num contexto em que, segundo o censo de 1940, a população do Porto tinha 259.000 habitantes. Como vimos atrás, uma das competências das câmaras municipais era, precisamente, deliberar sobre a construção de casas económicas. Não obstante, o livro coordenado por Fernando de Sousa (Sousa *et al*, 2009) revela que o autarca em questão terá sido o primeiro presidente da CMP a preocupar-se com este problema. Mendes Correia refere ser necessário reduzir os custos, uma vez que o contexto da II Guerra Mundial⁹ tornava impossível a realização de algumas aspirações. Contudo, continuava a ser «imperiosa» a «salvaguarda da saúde física e moral» dos habitantes do Porto (*Plano da Actividade Municipal para 1942*, p. 35).

1.2. Instrução e educação

Como já assinalai, as preocupações de Mendes Correia estavam relacionadas também com a instrução e a educação da população. É nesse âmbito que podem ser vistas as medidas tomadas pela CMP no sentido de apoiar largamente a vida cultural e científica. A 27.8.1936 o presidente informa que a CMP apoiaria um Grupo de Estudos Brasileiros, que se constituiu no Porto para intensificar «o conhecimento das múltiplas e variadas manifestações de actividade cultural no grande País irmão», com o qual havia «tantas afinidades étnicas, espirituais e económicas». Também os estudos portugueses foram uma preocupação para o autarca. Como vimos no capítulo 1, a FLUP existiu entre 1919 e 1928 e reabriu, após ter sido extinta, apenas

⁶ A partir desta data consultei o *Boletim Municipal da CMP*, dactilografado e com acesso livre.

⁷ Nestes programas incluíam-se os bairros de S. Roque, Ilhéu, Paranhos, Costa Cabral e Ramalde, entre outros.

⁸ As construções para pobres iniciaram-se com os bairros da Triana, do Viso, do Monte Pedral e de Rebordões.

⁹ Contexto de crise alimentar, relacionada com racionamentos e privações, que assolou o país em 1943.

no ano lectivo de 1962-1963. A ausência desta faculdade na cidade foi sempre um motivo de lamento para Mendes Correia. É talvez por essa razão que, aproveitando as suas funções na CMP, lembra na sessão de 17.9.1936 a inexistência de um núcleo de estudos humanísticos no Porto; embora reconhecendo que não estava nas atribuições da câmara organizar um tal centro, considera que a mesma poderia utilizar o Palácio de Cristal¹⁰ tornando-o «sede de uma intensa vida cultural», onde se pudessem realizar conferências e lições, como já vinha acontecendo com a comissão administrativa precedente, que atraíssem não só as «pessoas cultas», mas também as «classes menos instruídas». Para o presidente, era necessário concentrar «a atenção pública nos problemas nacionais, de modo que a gente portuguesa conheça bem a terra em que nasceu, as raízes e o passado da nacionalidade, as condições actuais da vida lusitana e as perspectivas do futuro». Incluía a ressalva de que, «embora não perdendo de vista a universalidade da ciência e os sentimentos de fraternidade que unem os povos sem prejuízo das respectivas individualidades nacionais», havia «vantagem evidente em circunscrever este primeiro empreendimento a estudos portugueses, dos quais decorre precisamente a inconfundível personalidade, marcada fisionomia espiritual e material da nossa Pátria». Segundo o autarca, o Porto - «terra de patriotismo vigilante» - estava indicado como «sede de um grupo cultural dominado [...] por essas nobres preocupações».

Propôs assim que: 1.º «além dos cursos de História de Portugal e de História da Civilização, que no ano lectivo findo funcionaram no Palácio», se organizassem ali, «com carácter de continuidade, outros cursos, palestras e conferências sobre assuntos portugueses desde língua, literatura e história pátria», passando pelas «belas-artes e o folclore em Portugal, até à história natural e económica da metrópole e das colónias – constituindo-se assim um centro pedagógico e cultural, que, pela sua despreocupação de diplomas, de programas rígidos, de exames, etc., se chamará Faculdade Livre para Estudos Portugueses»; 2.º «para esse instituto se obtenha a colaboração desinteressada de individualidades que, pela sua especialização, civismo e qualidades didácticas ofereçam garantia duma útil actividade pedagógica»; 3.º «o ensino seja feito não só em lições cujo número e periodicidade se estabelecerá com os respectivos professores e segundo a índole e exigências das disciplinas, como também em palestras ou conferências sobre temas oportunamente escolhidos dentro do espírito do Instituto»; 4.º «para os cursos regulares haja uma inscrição livre e gratuita, e as palestras e conferências sejam públicas, podendo tanto estas como aqueles ter diferentes níveis de ensino, desde a alta cultura até à vulgarização elementar».

¹⁰ O Palácio e os seus jardins foram adquiridos pela CMP (acta de 18.6.1936) e esse espaço – palco do êxito da Primeira Exposição Colonial Portuguesa (1934) - foi o escolhido para muitas das iniciativas da autarquia.

Mendes Correia procurou, assim, tornar a aquisição de conhecimentos mais acessível a todos os cidadãos. A «Faculdade Livre para Estudos Portugueses», a cargo do Município, passou a funcionar no Palácio de Cristal, a partir de Novembro de 1936, e o seu director foi António Almeida Costa, vereador do Pelouro de Educação. Os cursos que constituíam o novo núcleo de ensino eram: Língua Portuguesa, História da Literatura Portuguesa, História da Civilização, História dos Descobrimentos, História do Porto, História das Ciências em Portugal, História das Artes Plásticas em Portugal, História da Música em Portugal, Geologia e Fisiografia de Portugal e Colónias, Flora de Portugal e Colónias, Fauna de Portugal e Colónias, Antropologia de Portugal e Colónias, Folclore Português, Economia Nacional, Agricultura em Portugal, Enologia, Organização Corporativa, Estudos Luso-Brasileiros e Estudos Galaico-Portugueses. Os seus prelectores e conferentes seriam: Aarão de Lacerda, Abrantes Tavares, Alberto Brochado, Álvaro Las Casas, Américo Pires de Lima, Antero de Figueiredo, António Barbosa, Armando Leça, Augusto César Pires de Lima, Basílio de Vasconcelos, Bettencourt Ferreira, Carlos Ramos, Damião Peres, Ezequiel de Campos, Ferreira do Amaral, João Braga, Joaquim Alberto Pires de Lima, Joaquim Costa, José Júlio Rodrigues, Luiz de Pina, Luiz Supico, Magalhães Basto, Pereira Salgado, Simeão Pinto de Mesquita, Tomás Dias e o próprio Mendes Correia.

A 19.9.1936 propõe que a «designação “Faculdade Livre para Estudos Portugueses” seja substituída pela de “Estudos Portugueses”», uma vez que a designação inicial poderia «sugerir interpretações inexactas sobre a estrutura e a função daquele organismo cultural, que não possui o regime e os objectivos duma escola oficial universitária, e se propõe apenas intensificar o interesse por assuntos nacionais». Em 1947 os «estudos» viriam a transformar-se no Centro de Estudos Humanísticos que foi integrado na UP. A 9.12.1937 Mendes Correia propõe que a CMP saude e homenageie, através dos «Estudos Portugueses», algumas figuras «da alta cultura da Alemanha e do Brasil», que «fizeram parte das delegações dos dois países às comemorações do Quarto Centenário da fixação da Universidade em Coimbra», tendo parte delas recebido ali a distinção de doutoramento *honoris causa*. Entre essas figuras, que iriam visitar o Porto, estavam o camonianista e escritor Afrânio Peixoto, o historiador e académico Pedro Calmon, o antropólogo E. Fisher, o geógrafo Lautensach, o folclorista e filólogo Krüger e a historiadora de arte Gertrud Richert. Segundo Mendes Correia, quase todos eles eram autores de trabalhos sobre «assuntos portugueses»: por exemplo, Afrânio Peixoto, nos seus relatos de viagem em Portugal, e Lautensach, nos seus volumes sobre a geografia do país, «exaltam de modo especial as características do Porto».

No ano lectivo de 1937-1938 os «Estudos Portugueses» promoveram «cerca de 30 conferências realizadas sobre vários assuntos de cultura nacionalista por individualidades portuguesas e estrangeiras», como: Gertrud Richert, do Instituto Ibero-Americano de Hamburgo; Hermann Lautensach, da Universidade de Greifswald; Pedro Calmon, académico e escritor brasileiro e Pierre Hourcade, do Instituto Francês em Portugal (*Relatório da Gerência Camarária*, 1938: 19). No ano lectivo seguinte (1938-1939) promoveram 21 conferências sobre história política e militar, literatura, arqueologia e arte peninsulares, direito, etnografia portuguesa e vida económica nacional (*Relatório da Gerência Camarária*, 1939: 26). Já o *Plano da Actividade Municipal de 1940* (p. 56-57) refere que para esse ano, designado por Ano Áureo, seriam organizadas, além das conferências de carácter geral, três séries especialmente consagradas às comemorações do duplo centenário: 1.^a Individualidade geográfica de Portugal; 2.^a Fundação da Nacionalidade; 3.^a Restauração de Portugal.

1.3. Salvaguarda da memória e do património

As questões de salvaguarda do património e daquilo que entendemos hoje por salvaguarda da memória também motivaram Mendes Correia. Uma das primeiras foi a relativa à cidade, por ele apresentada na sessão de 16.6.1936. Tal tema estava relacionado com o facto de o povoamento, na área da cidade do Porto, remontar a «uma antiguidade muito maior do que se supunha geralmente¹¹» e ser «oportuno» ficarem na toponímia portuense todas as designações que pudessem relacionar-se com «a história mais antiga deste agregado populacional». Desde o século XVI que o termo cidade, nome dado ao «morro, encoberto pelo casario moderno», entre a estação dos caminhos-de-ferro e o largo do Corpo da Guarda, e as imediações de cota mais elevada do que o morro da Sé, tinha caído em desuso. Refere que os estudos de Martins Sarmiento, Alberto Sampaio, Leite de Vasconcelos, Rui de Serpa Pinto e Cuevillas, por exemplo, apontavam no sentido de existir uma relação entre a palavra cidade (assim como os nomes Citânia, Castro, entre outros), e a «existência de velhos povoados indígenas anteriores à ocupação romana». O presidente propôs, assim, que o Largo do Corpo da Guarda se passasse a designar «Largo da Cidade», devendo ser integrado na toponímia «como um dos mais expressivos títulos da antiguidade portuense». A vinda deste debate para autarquia terá sido suscitada pelas reflexões que o autor desenvolveu e publicou anteriormente sobre as origens da cidade do Porto (Correia, 1932a, 1935b). Mendes Correia esteve ligado ainda ao processo das obras do edifício da Sé Catedral do Porto, realizadas entre

¹¹ Segundo Mendes Correia, a fundação do Porto remontava à Idade do Bronze e se Guimarães era o berço, o Porto estaria no seu interior. Sobre este assunto, *vide* Correia, 1932a, 1935b.

1936 e 1938. A zona histórica na qual se integrava beneficiou de vários aspectos circunstanciais: Duarte Pacheco como ministro das Obras Públicas, as Comemorações Centenárias de 1940 e o surgimento da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais¹² (DGEMN). A essas obras sucederam-se outras na área envolvente durante os dois anos seguintes¹³. Todo o processo esteve relacionado com o plano geral de urbanização da cidade e com as já referidas Comemorações Centenárias.

No âmbito da preservação e divulgação do património histórico e cultural, podemos referir ainda a criação do Gabinete de História da Cidade do Porto, por deliberação camarária de 11.6.1936. Este gabinete funcionava na recém-reconstruída torre medieval, junto à Sé, no Terreiro de D. Afonso Henriques, e tinha como desiderato «promover a investigação e o conhecimento dos factos históricos» relativos ao Porto, do ponto de vista material, político, económico, social, cultural, religioso, entre outros¹⁴. O Gabinete continuaria a publicar o *Corpus Codicum Latinorum*, iniciado em 1899; editaria estudos na colecção dos *Documentos e Memórias para a História do Porto*; estimularia a exploração e descrição dos mais importantes fundos de manuscritos e impressos existentes nos Arquivos e Bibliotecas portuguesas e, se possível, estrangeiras; promoveria a instituição e atribuição de prémios a trabalhos científicos, literários e artísticos relativos ao Porto; incentivaria a realização de conferências sobre a história do Porto, integradas nos «Estudos Portugueses», exposições e outras manifestações culturais relacionadas com os fins do Gabinete¹⁵, que a partir de 1938 passou a publicar o *Boletim Cultural da Câmara*, separado do *Boletim Municipal*.

Nesta lógica memorial Mendes Correia propõe também a conclusão da construção do «monumento comemorativo da Guerra Peninsular, na Praça Mouzinho de Albuquerque» (6.8.1936). E interessou-se pelos museus, que estavam num estado precário quando chegou à CMP. A 15.7.1937 propõe que na acta «se consigne um voto de calorosa congratulação pela notícia da promulgação do Decreto-lei pelo qual o Estado adquiriu o Palácio das Carrancas para nele se instalar condignamente o Museu Nacional Soares dos Reis¹⁶, incorporando-se neste as colecções do município com salvaguarda do património municipal». Esteve ainda por detrás da inauguração da Casa-Museu de Guerra Junqueiro, do Museu de Etnografia e História e da idealização do Museu da Cidade do Porto – Museu Municipal do Porto, antigo

¹² A DGEMN esteve relacionada com acções de melhoria em áreas urbanas e em monumentos representativos da fundação da nacionalidade e a sua acção acabou por contribuir para a propaganda do regime do Estado Novo.

¹³ Sobre os projectos em torno da Sé do Porto, entre 1934 e 2001, *vide* Coelho (2001).

¹⁴ *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, n.º 116, 25.6.1938, p. 578.

¹⁵ *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, n.º 116, 25.6.1938.

¹⁶ Este museu existia desde 1833 como Museu Portuense, legalizado em 1836, mas as más condições do edifício de S. Lázaro, conduziram à aquisição do Palácio das Carrancas pelo Estado, em 1937, para aí instalar o museu.

Museu João Allen. Das iniciativas da CMP faziam parte também as homenagens a figuras locais ou nacionais, como a do poeta António Nobre (figura n.º 51) em 1940.

1.3.1. As Comemorações Centenárias (1940)

Segundo a sessão de 30.4.1938, Mendes Correia tinha manifestado ao chefe de governo, numa reunião em Lisboa, o desejo de o Porto, detentor de um «importante papel [...] na História Nacional», obter «melhoramentos de vulto». O presidente da autarquia, delegado da Comissão Executiva das Comemorações Centenárias, e director de todas as realizações desta iniciativa nacional no Porto (figura n.º 48), procurou aproveitar o motivo das comemorações para dar desenvolvimento a obras de carácter municipal e regional. Em 1940 a cidade deveria apresentar um aspecto asseado e limpo e, por isso, as fachadas e os muros confinantes com a vida pública seriam reparados. Como referiu o vereador Vasco Mourão, os melhoramentos enunciados pelo presidente eram «aspirações muito antigas, todas de efectivação já prevista», mas pela sua grandeza ainda não tinham podido ser uma realidade (27.5.1938). O ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, ia assim pôr em marcha algumas obras na cidade e conceder subsídios à câmara para outros melhoramentos (*Relatório da Gerência de 1939*). O Governo determinou que o município elaborasse um plano de urbanização até aos finais de 1939. Nesse sentido, foi contratado o arquitecto urbanista italiano Marcello Piacentini, com os seus colaboradores, também italianos¹⁷. Em 1940 Piacentini foi substituído pelo arquitecto urbanista Muzio, um académico igualmente italiano.

No âmbito destas obras, e com a colaboração da CMP, foi construído: um Hospital Escola (Hospital de São João), um Liceu Feminino (Carolina Michaëlis) e outras escolas; a Estação Central dos Correios e do Telégrafo; novos bairros de casas económicas; um estádio e um campo de aviação; e a instalação do Museu Nacional de Soares dos Reis no Palácio dos Carrancas, em 1942 (Sousa *et al*, 2009: 480). Outros exemplos de manifestações nacionalistas neste contexto foram: *Te-Deum* na Sé e sessão solene na câmara (2 de Junho); cerimónia do hasteamento da bandeira da Fundação e do descerramento duma lápide evocadora num cubelo da primitiva cerca de muralhas do velho burgo (4 de Junho); descerramento da lápide da Rua de Egas Moniz; «Acto Medieval» no terreiro de Afonso Henriques e na Sé (figuras n.º 49 e n.º 50); conferência no Palácio da Associação Comercial (7 de Junho); descerramento da lápide da Rua de D. Manuel II; inauguração da Exposição da Obra de Soares dos Reis no Palácio dos Carrancas; inauguração na UP do I Congresso do Mundo Português (Pré e Proto-história) (4

¹⁷ Enquanto o Porto recebeu um grupo de arquitectos italianos, Lisboa recebeu um grupo de arquitectos alemães.

de Julho); Cortejo do Trabalho Nacional (8 de Julho); inauguração, na UP, do Congresso de Ciências da População (12 de Setembro); inauguração, no Palácio de Cristal, da Exposição Etnográfica do Douro Litoral e da II Feira das Colheitas (15 de Setembro); «sessão patriótica» no mesmo Palácio, promovida pela União Nacional, em colaboração com o SPN e a CMP (30 de Novembro); e sessão solene de encerramento das comemorações nos Paços do Concelho (2 de Dezembro). Em algumas das ocasiões estiveram presentes personalidades como: representante do Chefe de Estado, membros do Governo, Cardeal Patriarca de Lisboa, Júlio Dantas (presidente da Comissão Executiva dos Centenários), representante da embaixada do Brasil, presidente da Academia de Itália (Luigi Federzoni), cientistas nacionais e estrangeiros, velhos colonos de África, entre outros (*Relatório da Gerência Camarária de 1940*, p. 9-10).

As iniciativas da CMP iam sendo divulgadas também na imprensa periódica. Por exemplo, o *Diário de Notícias* de 16.9.1937 publica uma notícia de primeira página¹⁸, continuada no interior, que trata alguns dos problemas sobre os quais a equipa, liderada por Mendes Correia, se estava a debruçar. Ao nível nacional o presidente fez ainda parte da Comissão promotora do 2.º Congresso Nacional de Automobilismo e Aviação Civil em 1937 (figura n.º 47). Em 30.11.1941¹⁹ foi eleita a equipa que iria presidir no quadriénio de 1942 a 1945. Contudo, não cumpriu esse mandato até ao fim. O motivo pelo qual se afastou, por iniciativa própria, poderá estar relacionado com o conflito que ocorreu entre a CMP e o Governo Civil, em Julho de 1942, por causa do «exercício de competências relativas à [...] instalação de uma cabine na Avenida do Brasil» (Sousa *et al*, 2009: 481). Quando abandonou a CMP, foi substituído pelo vice-presidente. Embora tenha estado algum tempo sem cargo político, veio depois a ocupar o cargo de deputado da AN entre 1945 e 1956.

2. O cargo de Procurador da Câmara Corporativa (1935-1938 e 1938-1942)

Mendes Correia foi Procurador à Câmara Corporativa (CC) durante a I (1935-1938) e a II Legislativas (1938-1942), tendo acumulado neste período as funções de presidente da CMP. A CC²⁰, órgão que existiu entre 1935 e 1974, tinha funções consultivas e não possuía poder deliberativo. Era constituída por grupos que representavam interesses locais e socioeconómicos e dava «pareceres sobre as iniciativas legislativas presentes na AN, ainda antes de nela ser iniciada a discussão em sentido próprio»; as suas sessões «processavam-se no âmbito de secções especializadas e decorriam em privado» (Ferreira, 2009: 2). A

¹⁸ Título da notícia: «As Nossas Iniciativas, Interesses do Porto: O Sr. Prof. Dr. Mendes Correia, ilustre presidente da comissão administrativa da [...], aborda os problemas citadinos de mais flagrante actualidade».

¹⁹ *Boletim Cultural*, volume XIII, 1950: 207.

²⁰ Para uma análise mais alargada da CC no Estado Novo, *vide* Ferreira (2009).

Constituição de 1933 definia o Estado como uma «República unitária e corporativa, na qual os elementos estruturais da Nação interferiam na feitura das leis (Art. 5.º)» (*idem, ibidem*). Quando se tratava de elaborar uma legislação, as corporações e as autarquias podiam intervir, mas através da CC (Arts. 18.º e 19.º); no entanto, esta tinha apenas poderes consultivos e não era considerada um órgão de soberania da nação (Art. 71.º). Assim, «os poderes legislativos eram segurados pela AN, eleita pelos cidadãos, dispersos e não organizados, e pelo Governo, cujos membros eram nomeados pelo presidente da República, eleito, até 1959, pelo mesmo sistema» (*idem, ibidem*). A CC assessorava a acção do Governo e destinava-se a «sustentar a discussão das propostas legislativas na AN» (Ferreira, 2009: 5).

Como funcionava em grupos pequenos, a centralização nas figuras do presidente e do relator era evidente. O presidente escolhia quem se pronunciava e liderava as reuniões em que eram produzidos os pareceres. Já o relator, função algumas vezes exercida pelo presidente, era um elemento especializado nas matérias propostas a debate e deliberação: escrevia a apreciação dos projectos e submetia os anteprojectos à aprovação dos restantes membros das instâncias específicas escolhidos pelo presidente. Entre os membros da CC, existiu um predomínio de professores universitários (sobretudo nos cargos de presidente e de vice-presidente, com cinco em sete e quinze em dezanove, respectivamente) entre 1935 e 1974. No entanto, dois dos mandatos presidenciais mais longos foram ocupados por indivíduos não detentores dessas habilitações académicas, como é o caso de Eduardo Augusto Marques e de Supico Pinto. Além disso, entre os presidentes, o primeiro foi o único militar (Matos, 2012).

Em termos de funções na CC, Mendes Correia foi o único relator que não integrava as Secções de Interesses de Ordem Administrativa (Ferreira, 2009: 459). Neste órgão fez parte da secção designada por Administração Local (AL), 23.ª secção da I Legislatura (1935-1938), e da secção Autarquias Locais, assim designada da II à V Legislaturas (1938-1953), tendo em ambos os casos representado a CMP. O presidente da Mesa da CC, enquanto Mendes Correia foi procurador, foi o general Eduardo Augusto Marques (1935-1944), substituído depois pelo monárquico minhoto Domingos Fezas Vital (1944-1946). Mendes Correia foi um dos sete procuradores²¹ para quem a redacção das consultas sobre a Constituição foi episódica (Ferreira, 2009: 451), tendo assim um papel pouco relevante neste órgão. Na I Legislatura (1935-1938) foi relator de um parecer acerca de Alterações à Constituição (*Diário das Sessões*, n.º 185, de 13.4.1938) proveniente de uma iniciativa do deputado Querubim do Vale Guimarães (apresentado no *Diário das Sessões*, n.º 155, de 16.12.1937). Na contestação de

²¹ Cordeiro Ramos, José de Almada, Eduardo Marques, Avelino Gonçalves, Pinto de Mesquita e Júlio Dantas.

Querubim Guimarães defendia-se a existência de distritos, ao invés de províncias. O parecer relatado por Mendes Correia, descrito abaixo, foi contudo negativo ao desaparecimento das províncias administrativas em favor dos distritos (13.4.1938).

Por intermédio das secções 18.^a (Política e Administração Geral) e 23.^a (Administração Local), Mendes Correia emitiu o parecer (13.4.1938) sobre o projecto de lei n.º 192, que pretendia alterar dois artigos da Constituição fazendo desaparecer da divisão administrativa a «província» e restaurando o «distrito», com o seu anterior carácter, e permitindo «a federação dos distritos, quando a tendência natural dos povos e suas legítimas conveniências o aconselharem». No relatório que precedia o projecto em discussão era referido que «o organismo provincial não corresponde a qualquer tradição do nosso País» e que, pelo contrário, o distrito «é uma tradição de mais de cem anos». Para fundamentar o argumento de contraposição, que demonstra o seu nacionalismo mais global, Mendes Correia vai buscar dados da biologia, da geografia e do Código Administrativo. Segundo o próprio, levando em conta especialmente o caso português, a província «deve ser encarada como tendo maior população e área médias e mais profundas raízes históricas do que o distrito». Assim, de acordo com o parecer, a «antiga divisão em províncias» era «a verdadeira divisão» e já estava feita há muito tempo; era esta que melhor obedecia «às condições naturais, não só geográficas, geológicas e climatéricas, como agrícolas e sociais; circunstâncias estas, que actuaram nas culturas, nos processos agrários, nos usos, costumes e carácter dos habitantes, nas relações sociais, na constituição de propriedade, nas formas diversas da sua posse, contratos, etc.» É dado destaque também ao papel da natureza, levando-o a citar a segunda edição do livro *A Terra*, da autoria de Filipe de Figueiredo: «as províncias formaram-se espontaneamente, em obediência às condições naturais, limitando-se o Estado a legalizar, como de direito, o que os factos tinham naturalmente produzido».

Comparando províncias europeias, cita *Síntesis Fisiográfica y Geológica de España* (1932), de Eduardo Hernández Pacheco (caso espanhol), *La géographie de l'histoire, géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer* (1921), de Jean Brunhes e Camille Vallaux (caso francês) e *Portugal auf grund eigener reisen und der literatur*, de Hennann Lautensach (II vol., 1937) sobre Portugal. Refere-se ainda aos geógrafos portugueses Silva Teles e Amorim Girão. No final, a CC deu o aplauso à província ao invés do distrito, como divisão administrativa, e expôs a sua não concordância com o projecto de lei n.º 192²².

²² Este parecer foi assinado por Domingos Fezas Vital, Abel Pereira de Andrade, José Gabriel Pinto Coelho, Ferrand Pimentel de Almeida, Manuel Simões Barreiros, António da Terra, Fernão Manuel de Ornelas Gonçalves e pelo próprio Mendes Correia. No entanto, fizeram declaração de voto Armando Valfredo Pires

3. As funções de deputado na Assembleia Nacional (1945-1957)

De 1945 a 1956 Mendes Correia foi deputado à AN na IV (1945-1949), V (1949-1953) e VI Legislaturas (1953-1957), sempre pelo círculo do Porto e ocupando a comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais. No seu período de actuação não havia partidos políticos, mas sim um partido único, designado por União Nacional. Os partidos e associações que se opunham ao regime foram ilegalizados. Com a Constituição de 1933, a concentração de poderes passou a estar, gradualmente, no Presidente do Conselho de Ministros. Ao longo da permanência neste cargo, discursa sobre temas tão diferentes como: agricultura, vencimentos e reformas dos funcionários públicos, crise dos municípios, elogio da acção do SNI, cinema, acordos culturais entre Portugal e o Brasil, IAC (do qual era membro) ou as províncias ultramarinas.

Desde que começou a exercer funções como deputado, manifestou acreditar no poder de discussão e de legislação que tal cargo lhe concederia. Assim, logo na sessão solene inaugural da IV Legislatura, a 30.11.1945, discursa em resposta à mensagem do Presidente da República, referindo-se a uma das leituras dos tempos de estudante que «maior impressão» lhe causou: *O homem contra o Estado*, de Herbert Spencer, onde este advoga um individualismo extremo, sendo considerada a sua obra mais «positiva». Mendes Correia lembra o capítulo sobre os pecados dos legisladores e uma das principais ideias do livro - «a função do liberalismo no passado foi pôr um limite aos poderes dos reis» e a «função do verdadeiro liberalismo no futuro será limitar o poder dos Parlamentos». Mendes Correia considera que a AN é aberta a todas as aspirações «justas e patrióticas» e refere: «ouvir-se-ão aqui apelos de gentes de todos os cantos do Império, sem distinções de cor, de classe, de confissão política ou religiosa»; diz não distinguir «portugueses de origem metropolitana e nativos, porque uns e outros foram magníficos nestes anos tão cruéis». A 27.1.1948 volta a reivindicar a postura de independência que diz caracterizá-lo. Refere que «concordia não significa concordância sistemática» e que a sua independência estava «dentro da fidelidade, da lealdade, da dedicação por princípios superiores de defesa da causa nacional e por princípios não menos sagrados de defesa da causa das classes menos favorecidas». Diz ainda

(defensor da tese distrital) e José Augusto Fraústo Basso (cuja posição não se encontra transcrita no *Diário das Sessões*). O procurador Armando Valfredo Pires considerava que a argumentação exposta não era suficientemente convincente, que as razões apresentadas podiam ser contrapostas com outras de igual valor e que seria preferível analisar o lado prático da questão, votando favoravelmente no projecto de lei n.º 192.

congratular-se com as discussões que ocorreram de modo imparcial e lembra o ministro do Interior²³ que declarou existirem numerosas ideologias dentro da Situação.

Em várias intervenções de Mendes Correia na AN é possível constatar o modo como os princípios nacionalistas influenciaram as suas propostas. A 15.12.1945, por exemplo, acentua a «formação essencialmente nacionalista» do seu espírito, referindo que:

Em livros publicados em 1919²⁴ e em 1924²⁵ proclamei [...] a minha convicção da existência de raízes muito profundas e sagradas da nossa nacionalidade. Sou, portanto, nacionalista, de doutrina, mas nacionalista neste sentido bem português, que não é o de um nacionalismo exclusivista, egoísta, estreito, agressivo, mas sim um nacionalismo encarado dentro do alto conceito de compreensão fraterna, simpática, universalista, humana - o sentido do nacionalismo português através da história.

Tal espírito nacionalista irá alargar-se a áreas como: a defesa da língua portuguesa; a manutenção de boas relações com o Brasil e a difusão do livro português nesse território; a salvaguarda do património histórico, arquitectónico e cultural; a necessidade do conhecimento da etnografia e das tradições populares portuguesas; o recenseamento eleitoral e a extensão ao voto feminino; as manifestações artísticas nacionais, como as belas-artes, o cinema e a música; e o elogio de vultos que se destacaram na história e na ciência no país. Por outro lado, esses princípios iriam aplicar-se a medidas de regeneração social, assim como ao estímulo de iniciativas com vista a promover o desenvolvimento da ciência e da investigação. Como Portugal era entendido neste contexto como um todo orgânico, do qual faziam parte também as colónias, Mendes Correia irá debruçar-se sobre questões respeitantes ao contexto ultramarino, nomeadamente o ensino nas colónias, o aumento dos conhecimentos sobre o ultramar e várias questões administrativas e legislativas a ele respeitantes.

3.1. Língua, património, tradições populares, voto feminino e artes nacionais

A 15.12.1945 sugere a «defesa da língua portuguesa, em complemento desse notável instrumento diplomático que é o acordo ortográfico luso-brasileiro»; considera ser útil a defesa do livro português, que corria «o grave perigo de ser subvertido por livros e publicações de outros países» e sugere que se faça «uma ampla reforma do ensino» – primário, técnico e superior. Essa reforma deveria avançar no sentido de uma «simplificação, sem complicações, sem excessos de cursos verdadeiramente desnecessários, sem especializações fictícias», que o país não comportava. Na sessão de 28.2.1946 defende a difusão da «língua e do livro portugueses» nas colónias portuguesas, um assunto que

²³ Estaria aqui a referir-se a Cancela de Abreu, ministro do Interior entre 4.2.1947 e 2.8.1950.

²⁴ Correia, 1919b, *Raça e Nacionalidade*.

²⁵ Correia, 1924a, *Os Povos Primitivos da Lusitânia*.

considera importante para o «prestígio nacional» e pelo facto de o país ser uma «nação colonizadora». Contudo, considera estranho que os livros portugueses recambiados das colónias para a metrópole (por não terem tido um comprador) sejam sujeitos a direitos de importação, sobretudo porque tal não acontecia com os livros brasileiros que vinham devolvidos para a metrópole. Refere que o titular das Colónias já tinha resolvido o problema «de maneira decisiva, isentando do pagamento dos direitos de importação os livros entrados nas colónias», mas não se admitia que estivessem «sujeitos a direitos de importação dos livros devolvidos para Portugal ao seu editor ou depositário», já que estes estavam a trabalhar para difundir a língua e a literatura portuguesas. A necessidade de proteger o livro português voltou a ser colocada a 19.3.1947. Mendes Correia considera que uma «vaga de literatura estrangeira» invadia facilmente as livrarias e as bibliotecas nacionais, mas não existia tratamento recíproco em relação ao livro português. Apoia a criação de um Instituto Nacional do Livro, que colabore com entidades, como as Academias, o SNI, o IAC e a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, no sentido de salvaguardar o livro português. Num país em que eram ainda poucos os frequentadores de bibliotecas, era preciso fomentar «a publicação e a distribuição do bom livro português», mas também «aumentar o número de escolas, para haver [...] quem os saiba ler». A 10.3.1948 chama a atenção para a campanha que estava a ser feita a favor do livro português, em especial pela revista *O Ocidente* e dirige ao presidente da AN as seguintes palavras: «um país que não procura desenvolver os valores de cultura, [...] que, em vez de estimular e acarinhar os seus artistas, os seus homens de ciência e de letras, os seus pensadores, pelo contrário, os despreza ou os esquece, não é um país civilizado».

No âmbito das relações luso-brasileiras, elogia o acordo cultural assinado entre os dois países, que estipulava: a atribuição de bolsas de estudo a professores, académicos, membros de outros organismos, diplomados e técnicos; a organização de cursos e conferências de individualidades de um país no outro; o intercâmbio de livros e trabalhos; e a criação nos dois países do Prémio Álvares Cabral para consagração dos trabalhos mais notáveis publicados num deles sobre o outro (7.2.1949). Recorda episódios da história comum dos dois países e a criação, em 1934, do Instituto Luso-Brasileiro para a Alta Cultura, simultaneamente no Brasil e em Portugal, cujos primeiros actos públicos culturais foram as conferências que proferiu no Rio de Janeiro e em São Paulo, e lembra a sua participação no 1.º centenário do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro em 1937. No domínio diplomático salienta a importância do colóquio Luso-Brasileiro de Washington e da presença da missão cultural portuguesa junto dos núcleos de emigrantes lusitanos na América do Norte (14.12.1950). Na sessão de 7.12.1954 refere-se ao Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil,

firmado no Rio de Janeiro em 16.11.1953, e elogia a conveniência do estabelecimento de uma comunidade luso-brasileira. Recorde-se que deste intercâmbio fez parte a participação do Brasil nas comemorações centenárias de 1940 e a integração de Portugal nas Comemorações Centenárias da Restauração de Pernambuco e da Fundação da Cidade de São Paulo em 1954.

A 18.4.1950 elogia o papel do arquitecto Raul Lino «para o aportuguesamento das casas modernas da nossa terra, pela defesa dos nossos materiais e tipos tradicionais, aportuguesamento que por esse país fora se manifesta felizmente em multidões de conjuntos e de pormenores, como alpendres, chaminés, rótulas, janelas de ângulo, azulejos, tectos apainelados e de masseira». Discutiu também a situação dos museus, palácios e monumentos nacionais (3.2.1956). Ao nível da defesa de um melhor conhecimento das tradições populares refere-se ao Congresso de Etnografia e Folclore, realizado em Braga, com a participação de duzentas comunicações, sobre os seguintes temas: «o povo português, a sua psicologia, as suas tradições, a sua arte, os seus anseios, as suas tendências e as suas capacidades» (29.6.1956). A propósito do congresso, elogia a hospitalidade do povo daquela região e opõe as manifestações de cultura popular dos «ranchos de Viana» ao «fado depressivo».

O recenseamento eleitoral e a extensão ao voto feminino foram abordados durante a IV Legislatura (1945-1949). Um dos assuntos discutidos foi o Decreto-lei n.º 35.426, de 31.12.1945, acerca do recenseamento eleitoral para a eleição do Presidente da República e da AN. A este respeito debateu-se, por exemplo, a questão do voto das mulheres. Foi o regime salazarista «o primeiro a conceder o voto a algumas mulheres para a AN e a abrir a uma minoria delas a porta do hemiciclo» (Pimentel, 2011: 38). Em 1934 foram eleitas as três primeiras deputadas à AN – Maria Guardiola (professora de matemática), Domitília de Carvalho (médica) e Maria Cândida Parreira (advogada). A 22.2.1946 Mendes Correia defendeu a possibilidade de as mulheres votarem, com a maior amplitude possível, assim como todos aqueles que tivessem capacidade jurídica, ainda que fosse necessário realizar uma «acção educativa», no sentido de aperfeiçoar a sua «capacidade política». Considera que em alguns «países exóticos», onde exista, por exemplo, a poligamia, essa extensão possa oferecer perigo, já que tal poderia levar a uma sub-representação eleitoral da família. Lembra que na África francesa o voto foi concedido à «mulher indígena». Contudo, em Portugal essa questão de representatividade não se colocava, uma vez que se estava em presença de «uma civilização, a civilização cristã, em que existe a consideração devida à mulher»; por isso, não deveria existir «o menor receio», mais sim a «maior satisfação, de fazer participar do voto todas as mulheres, nas mesmas condições em que está concedido aos homens». Para o

deputado, «o alargamento do voto ao sexo feminino» era «uma questão de utilidade social e uma manifestação de respeito e homenagem pela mulher», limitando-se o assunto ao:

Reconhecimento de que as mulheres são seres humanos e seres pensantes como os homens. Devem ter direitos iguais em todas as questões de grande interesse social, como é necessário reconhecer-se-lhes um altíssimo papel, quer no ponto de vista moral, quer no ponto de vista político, quer no ponto de vista económico, quer [...] no mais lato ponto de vista social (23.3.1946).

Para Mendes Correia, a mulher casada iria votar em consonância com o marido e seriam dois votos, em vez de um por unidade familiar. Esta questão não foi, contudo, consensual. Isto porque a proposta debatida na AN não contemplava o voto da mulher casada. Por essa razão, a deputada Maria van Zeller interveio defendendo que não concordava com o facto de a mulher casada ser «inibida de afirmar as suas convicções políticas» já que: «o voto da mulher casada deve ter maior interesse para o Estado que o voto das solteiras, porque [...] tendo em regra a sua personalidade mais definida e responsabilidades mais pesadas, vota com maior segurança, mais consciência e ponderação»; «as divergências políticas entre os cônjuges» não devem ser «importantes factores da desarmonia dos lares», pois a verificarem-se tal seria «a triste confirmação de que a unidade do lar estava afectada»; e «a mulher que teve voto em solteira» não o deve perder com o casamento.

Por seu turno, também as várias manifestações artísticas foram focadas pela atenção de Mendes Correia. A propósito do culto da arte em Portugal, refere-se à instalação e reconstituição de alguns museus no país e aos 736 espectáculos do Teatro do Povo, que se realizaram de 1936 a 1946 em 363 terras, com uma assistência de 1.920.000 espectadores (30.1.1947). Considera que, apesar do trabalho desenvolvido pelo SNI, apenas uma quarta parte da população portuguesa pôde presenciar, em dez anos, os referidos espectáculos. Louva a criação da Escola Coreográfica, mas considera que o IAC não protegia suficientemente as actividades artísticas e atribuía escassas bolsas. No que respeita à música, envia para a Mesa, a 18.12.1946, um requerimento solicitando, pelo Ministério da Educação Nacional, a nota das «providências adoptadas pela direcção do Teatro Nacional de S. Carlos para assegurar a participação de artistas portugueses na próxima temporada de ópera». Retoma este assunto a 30.1.1947, quando recebe a resposta do seu requerimento e é informado que foram:

Contratados quatro artistas líricos portugueses e um maestro português - o insigne Pedro de Freitas Branco -, contando-se com a colaboração da orquestra sinfónica nacional, com os coros organizados no próprio Teatro, com a colaboração do grupo de bailados Verde-Gaio e do Círculo de Iniciação Coreográfica, e ainda com o concurso de numerosos operários e técnicos, mas que não é possível nesta temporada, por virtude de a orquestra sinfónica nacional não estar livre nessa altura, realizar o desiderato, há muito alimentado, da efectivação da ópera portuguesa, o que só poderá suceder para fins de 1947.

A 10.3.1948 congratula-se com o facto de se ter organizado uma ópera portuguesa e com dois despachos que se referem à «obrigatoriedade da participação de um certo número de artistas portugueses em concertos e orquestras ligeiras e em espectáculos de variedades». Um ano depois, a 9.3.1949, apela à colaboração dos artistas portugueses nos elencos das temporadas líricas do Teatro S. Carlos e defende a existência no local de «um elenco nacional permanente, salvo para lacunas a suprir transitoriamente com estrangeiros». Insiste, assim, na utilidade da «organização própria, e o mais possível nacional» do S. Carlos, lembrando que outros países davam preferência aos seus artistas nacionais, enquanto Portugal praticava uma política artística diferente. A 16.1.1952 elogia a iniciativa do Coliseu que fornecia espectáculos de ópera aos amadores portugueses, não exigindo «*toilette*», uma demanda que considera incompreensível, sobretudo para pessoas «de bom gosto mas de modestos recursos». Critica o facto de uma parte do público daquela sala, um teatro do Estado, ter um «snobismo» que se manifestava «antipatrioticamente em favor dos cantores estrangeiros, tantas vezes de categorias inferiores às de muitos cantores portugueses». Tal teatro deveria ter uma função «pedagógica e nacional» e não contribuir para a «falsa lenda da incapacidade dos portugueses para cantores de ópera, deixando-se-lhes apenas o fado como triste título de aptidão musical». Refere ainda que os artistas nacionais de valor ganhavam «em duas ou três récitas o suficiente para morrerem de fome, se não tiverem outros recursos senão da sua arte».

O apoio ao cinema português foi outra das suas batalhas. Na sessão de 8.1.1947, juntamente com outros deputados (Francisco Eusébio Fernandes Prieto, António de Almeida, João Antunes Guimarães e Fernão Couceiro da Costa), requereu que o Decreto-lei n.º 36.062, de 27.12.1946, de protecção ao cinema português, fosse submetido à ratificação da AN. Voltou-se ao assunto em 20.2.1947, tendo afirmado que o Decreto-lei 36.062 carecia de profundas amplificações e modificações e que o «problema do cinema» era de «transcendência maior» do que parecia. Para além de lembrar alguns momentos da história do cinema, enfatiza que «a sua acção é enorme: impõe ideias, costumes, tipos e modas»; o cinema é «agente de formação educativa», «manifestação de arte», «divertimento», «um elemento que quebra o isolamento dos povos [...] sem que por tal destrua os nacionalismos admissíveis e equilibrados». De acordo com Mendes Correia, a entrega exclusiva do problema das actividades cinematográficas em Portugal à superintendência do SNI, como é feita no Decreto-lei n.º 36.062, devia ser restringida pela constituição de um conselho nacional de cinema, no qual estivessem representadas entidades nacionais como o Ministério da Educação Nacional e o Ministério da Economia. Era necessário criar condições para que mais portugueses fossem ao cinema e que o apetrechamento cinematográfico fosse alargado aos

estabelecimentos de ensino – escolas e universidades. Além disso, sob o pretexto de «preservar o espírito, a tradição e o carácter português» não se devia descer até aos horizontes de «uma uniformização compressiva, monótona, esterilizante e desconsoladora». A 25.2.1947 refere que o cinema era uma indústria que dependia essencialmente do estrangeiro e na sessão de 4.12.1947 defende a pertinência de assegurar um contingente mínimo de filmes nacionais nas salas de exibição. A 2.12.1947 sugere que ao conselho nacional de cinema seja acrescentado um delegado proveniente do Ministério das Colónias. A Lei n.º 2.027 de protecção do cinema nacional foi promulgada a 18.2.1948. Segundo o seu Art.º 1.º, o fundo do cinema nacional foi criado «a fim de proteger, coordenar e estimular a produção do cinema nacional e tendo em atenção a sua função social e educativa, assim como os seus aspectos artístico e cultural». Porém, foram vários os projectos que não tiveram apoio, e não foram criadas estruturas para garantir a expansão e divulgação do cinema nacional no mercado interno. Além disso, a obrigatoriedade da lei em exhibir filmes na proporção mínima de uma semana de cinema nacional, por cada cinco semanas de cinema estrangeiro, não era realista. Quando a lei foi a discussão na AN já estaria aprovada por Salazar e o corpo dos deputados só teria de integrá-la positivamente. Mas, como descreve Henrique Alves Costa:

Deu-se então um caso inesperado. Um novo deputado, o Prof. Mendes Correia, julgando ainda que uma Lei posta à apreciação da AN seria para estudar, discutir e corrigir, procurou documentar-se, consultou várias pessoas ligadas às actividades cinematográficas e foi para S. Bento levantar os seus reparos e expor algumas dúvidas que diversos pontos do diploma lhe suscitavam. Nesse mesmo dia, ou no dia seguinte, logo alguém (A. Lopes Ribeiro sabe quem foi...) procurou o Prof. em casa de seu irmão²⁶, onde estava hospedado, com a incumbência de o convencer (primeiro) das qualidades e vantagens da Lei e (em última instância) o avisar de que “Salazar queria a Lei aprovada depressa, melhor seria o Sr. Professor não fazer ondas...” (Costa, 1978: 89).

O n.º 16 da revista *Cinema* (1946-1947) apresenta a discussão do referido decreto e dá destaque à intervenção de Manuel Múrias na AN, pedindo a imediata aprovação da lei, sem alterações, e são incluídas passagens da intervenção de Mendes Correia, que «isolado do hemiciclo, propunha algumas (e não muito ousadas) emendas» (Costa, 1978: 125).

Mendes Correia discutiu também a proposta de lei que reorganiza o ensino das belas-artes: «a Arte, disse eu em 1925 numa conferência na Universidade de Coimbra (e em 1931 numa outra conferência na Sorbonne), sobre as suas relações com a Antropologia, é irmã da Ciência, e uma e outra são doces companheiras do homem na sua caminhada incessante» (18.4.1950). O deputado refere que «as profissões científicas ascenderam mais depressa na hierarquia social: utilidade, salvação de existências, combate à dor», mas «o lugar da Arte, na sua mais elevada acepção, não é inferior». A 20.4.1950 considera que os cursos de Escultura e

²⁶ O engenheiro Humberto Mendes Correia, na altura a viver em Lisboa.

de Pintura deveriam ser superiores, embora o acesso aos mesmos fosse possível a «alunos com o 5.º ano dos liceus e até sem ele». Como tal, propõe que para esses cursos, com uma duração de 6 anos divididos em três ciclos, o primeiro ciclo tivesse não um ano, mas dois.

3.2. Medidas de regeneração social: alimentação, habitação e demografia

A necessidade de apoiar grupos sociais específicos, em face das condições de vida e de alimentação, foi outra das suas preocupações. A 15.12.1945 elogia «inteiramente tudo o que se fizer no sentido de proteger o património das famílias modestas em matéria de imposto sucessório» e refere que no diploma apresentado à AN não se devia falar em estudo, mas na imediata «promulgação de medidas»; tal como acontecia com outros impostos, este deveria poder ser pago em prestações, já que «é preciso ser humano para o contribuinte». Salienta ainda o facto de os economistas afirmarem «que se poupam somas colossais combatendo a doença e a mortalidade». Segundo Mendes Correia, um factor importante eram as condições alimentares e o IAUP, que o próprio dirigia, tinha organizado um inquérito sobre a matéria, «mais ou menos elaborado nos moldes de um outro, feito na Itália» pelo fisiologista Bottazi; no entanto, foi suspenso, uma vez que durante a guerra as condições alimentares não podiam ser consideradas habituais. Acentua ainda as condições desfavoráveis dos portugueses no ponto de vista de actividade, tendo já passado por «abúlicos», «com intermitências de impulsividade» e «preguiçosos». E questiona: «é um mal biológico, do clima, da raça, da alimentação ou da educação?»; «é um mal que é preciso combater». Cita depois os censos de 1940: «para 6.057.290 indivíduos maiores de 10 anos», registaram-se 139.621 desempregados (2,1%), 03.458 inválidos (1,5%), 624.491 inactivos (13%), num total de 847.570, ou seja, «14% de indivíduos que nada fazem de útil por não poderem ou por não quererem»; tratava-se de perto de um milhão de indivíduos que, por um motivo ou outro, não trabalhava. Era, por isso, necessário «defender e fortalecer a maior riqueza nacional: o ser humano». A 27.1.1948 retoma os problemas da alimentação e refere-se aos trabalhos de Maia Loureiro, Ferreira Dias, Ezequiel de Campos, entre outros «informes pessoais insuspeitos de parcialidade política». Em contraponto, o deputado Botelho Moniz apresenta ideias como: «cada um come do que gosta»; o português era «dos trabalhadores da Europa melhor alimentados»; as «condições de vida do trabalhador português» eram «superiores às do resto da Europa»; e dizer o contrário era «fazer demagogia ou propaganda comunista». Apesar disso, Mendes Correia salienta, baseado em estudos de fisiologia da alimentação, o seguinte:

Devo dizer que me preocupa seriamente esta subalimentação, que, infelizmente, não é só de agora, mas secular, o que não pode deixar de se reflectir na condição física e psíquica da gente

portuguesa. Entendo que sem salário suficiente para uma boa alimentação não é legítimo exigir do trabalhador tudo aquilo que se lhe poderia exigir noutras condições.

Posteriormente (29.1.1948), refere que utilizou os elementos do professor Maia de Loureiro «desconhecendo que tinham sido tirados desses materiais argumentos para uma campanha política», mas, sendo seu colega nas universidades e convivendo com ele no Centro de Estudos Demográficos, considerava que tanto no seu livro sobre a saúde do homem, como na monografia sobre as condições alimentares do povo português, existiam apenas «elementos científicos de pura objectividade».

O tema da habitação foi abordado por Mendes Correia em várias sessões. Em 14.4.1948 cita Oswald Spengler, autor de *A Decadência do Ocidente*, que comparou a casa à «concha dos moluscos, tão estreitamente ligada ela se encontra, na sua fisionomia e na sua função, com a própria existência do homem». Cita também o antropogeógrafo Jean Brunhes, que enumerava três classes fundamentais de factos geográficos, correspondentes às necessidades vitais primárias (alimentação, vestuário e habitação) e Henri Bordeaux, defensor de que a «questão do alojamento é talvez o primeiro problema social». Para o deputado, «o lar é a melhor escola de virtudes domésticas e o bom alojamento é a melhor garantia da felicidade e da civilização dum povo». Este interesse pela habitação já vinha dos seus tempos de estudante, quando participou numa investigação sobre as condições de salubridade das «ilhas» da cidade do Porto e recolheu dezenas de amostras do ar que nelas respiravam os moradores: «as análises bacteriológicas do ar que se respirava naquelas mansardas conduziam a proporções de micróbios mais elevadas do que as verificadas no ar dos esgotos da cidade de Paris». Em 1939, e enquanto presidente da CMP, promoveu um inquérito acerca das condições de salubridade das ilhas, onde se concluiu que em 13.000 das suas casas, nas quais viviam «quarenta e tantos milhares de seres humanos», apenas 3% tinham «regulares condições de salubridade». Foi por sua iniciativa que foram construídos dois bairros municipais de casas económicas e um bloco de 115 moradias apelidado, «com grande injustiça», segundo o deputado, de «bloco Karl Marx», já que se assemelhava a um bloco de habitações do mesmo nome da cidade de Viena, tornado célebre durante a II Guerra Mundial.

A 25, 26 e 28.4.1948, quando se discutiu o projecto de lei sobre inquilinato, de Sá Carneiro, e a proposta de lei do Governo sobre questões conexas, Mendes Correia defende que devia ser atendido o intuito das sociedades cooperativas construírem habitações unifamiliares, para propriedade dos seus sócios, e deveria admitir-se o «apoio das entidades oficiais à concessão de facilidades de crédito a essas sociedades». Segundo ele, «os sócios

dessas cooperativas são gente humilde, modesta, digna de toda a protecção e apoio da nossa parte» (26.4.1948). Considerava ainda flagrante «a percentagem que a renda de casa representa na totalidade dos encargos do agregado familiar» (28.4.1948). Contudo, lamenta ter sido «objecto, em virtude de uma série de afirmações» que tinha feito sobre o assunto, de «acusações várias, seja [...] em conversas particulares, seja mesmo numa minoria da larga correspondência» recebida, tendo sido apodado de bolchevista e de Béla Kun²⁷ (28.4.1948).

A 11.3.1952 discute o aviso prévio de Armando Cândido acerca do excesso demográfico, relacionado com a colonização e a emigração, e com os destinos desses excedentes²⁸. Apesar de existir uma aludida vantagem no aumento da população humana, lembra a necessidade, que lhe era paralela, de encontrar recursos para essas grandes massas populacionais. Embora não se fosse alongar em «dissertações sobre os erros malthusiano e seleccionista, ou darwinista, no que respeita ao ser humano», destaca que «a aplicação da matemática ao estudo do problema da população levou muitos cientistas [...] à convicção de que o crescimento populacional nos países civilizados se opera segundo uma curva logística que, como já previra Quételet²⁹, tenderia para um estado estacionário, não sendo possível o aumento de população ultrapassar certo limite». No caso da população portuguesa, já Armando Cândido tinha descrito «as difíceis circunstâncias» em que vivia grande parte dela, sobretudo nas ilhas adjacentes. Segundo Mendes Correia:

O quadro é profundamente triste e requer remédio, o mais eficaz e pronto possível. Mas não é muito diferente a situação em outros pontos do País e do ultramar. [...] Verifiquei, eu próprio, no Porto que muitas crianças iam para a escola sem refeição alguma e que não eram raras as que não tinham no dia inteiro outra refeição além da que lhes era fornecida pelas cantinas escolares. Em Cabo Verde são tragicamente notórias as consequências para a população das longas estiagens, da falta de trabalho, da insignificância de muitos salários.

Os excedentes demográficos podiam escoar-se, quer pela emigração, quer pela colonização, mas o deputado considera essencial os emigrantes levarem da pátria bons conhecimentos e preparação geral e técnica adequada. As discriminações que existiam, por parte de alguns países de acolhimento, resultavam, em parte, da despreocupação portuguesa durante muitos anos, relativamente «às qualidades e aptidões dos emigrantes». Deste modo, o «problema demográfico nacional», assim como o da colonização, era «mais qualitativo do que quantitativo» e os colonos deviam ter distintas ocupações, nas mais variadas valências, inclusivamente as culturais. Todavia, acaba por elogiar o Fundo de Colonização, criado pelo

²⁷ Comunista húngaro e revolucionário bolchevista que conduziu a República Soviética Húngara em 1919.

²⁸ O discurso desta intervenção foi publicado no *Anuário da ESC* (Correia, 1952a).

²⁹ Lambert Adolphe Jacques Quételet foi matemático e sociólogo.

Ministro Marcelo Caetano em 1945, e faz votos para que o problema demográfico português seja encarado pelo Centro dos Estudos Demográficos do INE, sobretudo qualitativamente.

3.3. Desenvolvimento do ensino, ciência e investigação

Em várias sessões defendeu a criação de instituições de ensino e investigação tanto na metrópole, como nas colónias; apelou a uma melhor remuneração aos profissionais destas áreas; defendeu o restabelecimento da FLUP e propôs uma nova organização hospitalar que apoiasse o desenvolvimento de investigação. A 15.12.1945 elogia o apoio que o Estado Novo estava a dar à investigação científica, destacando a criação de organismos como: o IAC (obra do ministro Cordeiro Ramos); a JMGIC (obra do ministro Viera Machado); e os Centros de Estudos Demográficos e Económicos (criados pelo ministro das Finanças) no INE. Sustenta que o número de universidades e dos seus alunos deveria aumentar. Embora muitos pudessem não terminar os cursos, o facto de terem frequentado a universidade permitiria uma maior divulgação cultural e científica: «não haja receio [...] de se formar um grande proletariado intelectual; se não houver homens competentes, este País terá um destino bastante precário e a preparação desses homens depende essencialmente do modo como organizarmos os estabelecimentos de cultura» (28.2.1946). Apesar dos esforços feitos, era necessário efectuar ajustes, nomeadamente quanto à remuneração do ensino e da investigação. Segundo o deputado: «para que serve a importância de 500\$ ou 550\$ que se dá a um bolseiro, a um homem que terminou o seu curso brilhantemente e que não encontra como colocação senão um lugar de assistente, com 1.200\$ por mês?»; «qualquer indivíduo que se lança na vida prática com um diploma idêntico e com classificações menores ganha logo muito mais, mesmo noutros quadros de funcionalismo público»; é necessário «instituir prémios para a investigação, [...] remunerar os artigos, as memórias e os livros que se escrevem»; «não está certo que em Portugal o trabalho da inteligência seja a maior parte das vezes gratuito»; «a maior fonte de riqueza nacional» é «o elemento humano» (28.2.1946). Era preciso «multiplicar as bolsas de estudo, criar o *full time*, instituir prémios, remunerar devidamente o trabalho intelectual», «melhorar os vencimentos dos naturalistas, do pessoal auxiliar e [...] do pessoal menor, pois um contínuo ou servente de laboratório» tinha, por vezes, uma «especial capacidade técnica que seria justo premiar e conveniente estimular» (20.3.1946). Quanto à investigação, considera que «quer para as bolsas fora do País, quer para as no País, seria vantajoso [...] que as verbas concedidas fossem aumentadas consideravelmente» (20.3.1946).

A 28.01.1946 debate a proposta da organização hospitalar, ressaltando que iria falar como médico e universitário, e não como clínico. Considera que a proposta era uma peça «de

um conjunto muito mais amplo» - o da assistência em geral ao povo português -, e salienta a função pedagógica dos hospitais escolares. Como acréscimo, critica o facto de a proposta não contemplar a investigação científica. Salienta ainda a necessidade de ter em atenção o facto de que a população estava a aumentar e, por isso, um crescente número de pessoas a precisar de assistência. Considera que a «saúde do povo português é uma condição essencial da própria existência». No seu entender, as misericórdias podiam ter um papel autónomo na administração hospitalar, e neste caso, como em outros, alarga o interesse das discussões em causa, dizendo não se tratar «de política de classe, nem de seita, nem de partido», mas sim «a política da Nação». Para ele: 1.º a «revisão do problema hospitalar» seria «a resolução parcial do problema da saúde pública» - «a melhoria das condições da saúde» da população dependia da «elevação do nível de vida, acrescida de uma larga obra de medicina preventiva» e «profilaxia das doenças»; 2.º executando este «plano de assistência», iriam ser melhoradas as condições sociais do exercício profissional do pessoal técnico hospitalar.

A 20.3.1946 pronunciou-se sobre a necessidade de restabelecer a FLUP e o Instituto Superior do Comércio do Porto. Para o deputado, havia vantagem em integrar no plano universitário o ensino superior do comércio, das finanças, da economia e administração e a conveniência em integrar nas universidades «o ensino das ciências coloniais e da administração colonial». Enaltece ainda a JMGIC, que no domínio das colónias estava a trabalhar com o mesmo objectivo do IAC. Pronuncia-se também acerca do ensino particular (25.3.1949) e infantil (26.3.1949), para crianças dos 4 aos 7 anos, recordando que nos grandes centros urbanos haveria crianças a cair «em completo desamparo» sem tais escolas.

A 18.1.1951 discute o aviso prévio de Jacinto Ferreira acerca da situação de um grande número de recém-formados que não conseguem obter uma colocação compatível com a suposta categoria social a que ascenderam. Refere-se de «modo particular à situação de intelectuais altamente especializados que, chamados pelo Estado a funções de especialização igualmente elevada, encontram, por entre a indiferença ou até o despeito alheio, a maior instabilidade [...] nos seus contratos de prestação de serviços». Além disso, os jovens investigadores eram «tratados como assalariados ao sabor de qualquer capricho superior ou de qualquer mudança de intenções governativas». Num discurso que parece quase aplicar-se aos tempos actuais, à excepção da parte respeitante ao ultramar, refere:

Quando todo o progresso das nações assenta sobretudo na cultura e na investigação, damos às vezes a impressão de que [...] tudo - os responsáveis, o meio - é hostil a esta, que tão necessária [...] é na metrópole como num vasto e magnífico ultramar, do qual ainda se desconhecem tantas riquezas naturais e humanas! E o triste é que para várias pesquisas se têm contratado estrangeiros, quando não faltavam no País nacionais com idoneidade pelo menos igual para a tarefa desejada (18.1.1951).

Defendeu também o estatuto das ciências que lhe eram próximas, como a geologia: solicita a elaboração de uma nova carta geológica do país (4.12.1950); comenta que embora a licenciatura de Ciências Geológicas funcionasse em três faculdades de ciências, não havia nenhum geólogo do quadro³⁰ nos serviços geológicos, mas «apenas geólogos contratados no Laboratório de Engenharia Civil» (2.4.1952); pergunta a razão de existirem três licenciaturas em Geologia se, quando chega a altura de utilizar os serviços dos diplomados, eles não são empregados³¹ (2.4.1952); discute a proposta de lei do regime jurídico do solo e subsolo dos planaltos continentais, citando o geógrafo alemão Ratzel e o geógrafo francês Vallaux (12.1.1956), e analisando as expressões científicas utilizadas nessa proposta (17.1.1956). Ao nível universitário defende ainda a restauração da Universidade de Évora e a ida da biblioteca eborense da Manizola para a FLUL (27.1.1954).

3.4. Portugal é também o Ultramar

Logo na sessão inaugural da IV Legislatura (1945-1949) Mendes Correia rende preito ao «régulo indígena de Timor, D. Aleixo da Costa³², que [...] morreu heroicamente», combatendo pela soberania portuguesa, e aborda a orientação da política colonial portuguesa:

Fiéis à nossa tradição de fraterna compreensão universalista, temos sido, desde sempre, como escreveu um autor brasileiro³³, os mais humanos dos colonizadores. As populações indígenas são chamadas ao nosso convívio afectuoso, e consideram-nos responsáveis pelos seus destinos e pelo seu bem-estar. Se [...] se efectuar uma feliz política da população na metrópole e nas colónias, conjugada com a indispensável valorização dos recursos nacionais, de 20 milhões de habitantes que o Império conta passar-se-á nalgumas gerações a mais do quádruplo [...]. Repito o que tenho dito muitas vezes: nós, portugueses, somos ainda poucos; precisamos de ser mais e - se possível - melhores!

Os temas coloniais iriam acompanhá-lo durante as três legislaturas em que esteve ligado à AN. O ultramar é visto como fazendo parte de Portugal e as boas relações com os territórios ultramarinos são fomentadas, assim como as ideias relativas a um «universalismo da cultura portuguesa». Por exemplo, a 27.4.1951 refere-se ao «significado nacional e espiritual» da mensagem enviada pelo arcebispo de Calcutá, monsenhor Périer, ao Patriarca das Índias, D. José da Costa Nunes, contendo a moção aprovada na Conferência dos Bispos Católicos da Península Hindustânica, na qual se prestou homenagem à acção espiritual e missionária dos sacerdotes portugueses na Índia. Destaca ainda o êxito num festival da

³⁰ Só em 1957 foi permitido aos geólogos o ingresso no quadro de pessoal dos Serviços Geológicos (por despachos de 17.5.1957 e 17.6.1957), ou seja, um século depois da criação da instituição.

³¹ Na ocasião enumera algumas competências especiais do geólogo, tendo contribuído, possivelmente, para isso a sua experiência enquanto professor de geologia na FCUP.

³² Está aqui a referir-se ao chefe de Suco, Francisco da Costa Aleixo, que participou na Exposição do Mundo Português em 1940 (*vide* Galvão, 1940; Matos, 2006).

³³ Estará aqui a referir-se a Gilberto Freyre e às suas ideias defendidas em *Casa Grande e Senzala* (1957 [1933]).

Sociedade Coral e Folclórica dos Goeses de Bombaim, fundada em 1941, e lembra o seu labor. Segundo Mendes Correia, «o vice-reitor da Universidade de Bombaim, Sr. Wadia, escreveu que as melodias e cantos populares que ouviu lhe evocaram diferentes origens nacionais e tendem à unificação de culturas no sentido duma “cultura universal comum”». Para o deputado, «o universalismo da cultura portuguesa está expresso» nessas:

canções e danças do Concão exibidas por aquele meritório grupo, que, mantendo na indumentária feminina muito do indiano tradicional, como o sari, apresenta no vestuário masculino, sobretudo, e nos instrumentos musicais os traços mais nítidos da influência portuguesa. Como em Macau, esta acção traduz-se pacificamente no estabelecimento de fecundos laços de afecto, psicologia e cultura entre o Ocidente e o Oriente. Nada de exclusivismo, de opressão, de exploração. Apenas nobre solidariedade, cordial simpatia, um mesmo anseio de progresso humano [...] (27.4.1951).

As suas preocupações com as questões sanitárias e de saúde estenderam-se também às colónias. Por proposta da JMGIC, Mendes Correia foi escolhido para chefiar uma missão científica à África Ocidental Francesa e à Guiné Portuguesa. Quando regressa, refere:

Tendo assistido a notáveis manifestações de vitalidade naquela nossa colónia, tendo presenciado os resultados benéficos da acção governativa nela desenvolvida e tendo estado em contacto com povos diferentes, de estrutura física e mental diversa, verifiquei que o problema capital do destino da população indígena da Guiné está precisamente na existência de uma eficaz assistência médica aos indígenas. Há na Guiné um quadro de treze médicos. Esse quadro é absolutamente insuficiente para a extensão de uma colónia que tem um terço da área de Portugal continental, e é preciso notar que alguns desses médicos se encontram reunidos na capital, em Bissau. [...] Se é certo que não encontrei nenhuma dessas populações em manifesta regressão ou decadência biológica, é certo, no entanto, que abundam por lá, infelizmente, doenças de carácter bastante grave (28.01.1946).

A 4.3.1949 critica o facto de uma missão médica, que se ia dirigir aos centros hospitalares de Angola e Moçambique, ser constituída por jovens, «na totalidade ou na maioria sem o curso de medicina tropical, alheios ao ambiente colonial e aos aspectos particulares da medicina nessas paragens». Lamentava, por isso, «não ver entre os componentes dessa missão elementos das Faculdades de Medicina ou do Instituto de Medicina Tropical». Por outro lado, expõe o facto de serem «abandonadas a estrangeiros certas investigações científicas nalgumas colónias portuguesas», quando existiam portugueses especializados nessas matérias, dando exemplos do que ocorreu nas prospecções mineiras.

3.4.1. Ensino nas colónias

Quanto ao ensino do «indígena», refere-se na sessão de 28.2.1946 aos conhecimentos dos habitantes autóctones da Guiné. Para o deputado não interessava «apenas a saúde física do indígena», já que era «necessário cuidar da sua saúde moral e espiritual», «da sua identificação o mais perfeita possível» com a cultura e a mentalidade portuguesas. Durante a

sua jornada pela Guiné, pareceu-lhe «muito limitada» a acção pedagógica portuguesa «sobre o indígena» e viu poucas escolas para «indígenas». Todavia, estava a ser levada a cabo na Guiné, desde há muito, uma propaganda e defesa da língua portuguesa, tendo-se tomado, por exemplo, «medidas contra a difusão imensa do crioulo»; embora entendesse que no uso do crioulo havia «um fenómeno natural», que se não podia evitar completamente, tal só podia ser contraposto com «uma propaganda intensa e bem-feita da pura língua portuguesa». Elogia a criação da Escola de Artes e Ofícios em Bolama, já que representava «a satisfação de uma necessidade fundamental desse ensino na Guiné»; e lembra que durante o governo do major Vaz Monteiro foram criadas «oitenta escolas de ensino rudimentar para indígenas», embora a promulgação do Estatuto Missionário tenha entregue às missões todo o «ensino rudimentar» a eles dirigido. Segundo o deputado, «de 6 escolas missionárias de ensino rudimentar em 1940-1941 passou-se a 11 em 1941-1942, a 24 em 1942-1943 e a 37 em 1943-1944», havendo então «7 professores europeus e 33 indígenas, estando matriculados 1.927 alunos e tendo-se feito 32 exames do 1.º grau e 14 do 2.º»³⁴. Considera que o «pequeno rendimento em matéria de exames destas escolas» não o assusta, já que era importante a «difusão da língua portuguesa e da cultura e não a larga distribuição de diplomas» - «uma maneira de criar maior número de candidatos a funcionários públicos». No Congresso Colonial, dos Congressos do Mundo Português, já tinha afirmado aliás que nunca os nativos (mesmo mestiços) deveriam, «como não devem os estrangeiros naturalizados, exercer postos superiores da política geral do país, salvo [...] em casos [...] muito excepcionais e improváveis» (Correia, 1940b: 23).

No que concerne ao «ensino primário» – não dirigido à «população indígena», mas à «população de origem europeia e assimilada» -, inscreveram-se nas escolas oficiais em 1943-1944 «34 brancos, 112 mistos e 214 negros, tendo-se realizado 61 exames do 1.º grau e 23 do 2.º e havendo 8 professores, com 3 lugares vagos». Para o deputado, estes números demonstravam o progresso da acção escolar, missionária e não missionária, na Guiné. Contudo, não eram determinantes, pois a influência islâmica, inclusivamente nos «indígenas feiticistas», era «poderosa», constituindo tal um «problema», sendo que em todas as povoações da Guiné se fazia o ensino do árabe e do Alcorão. Todavia, e como havia na vizinha África Ocidental Francesa também uma «acção missionária educativa intensa», pediu mais apoio, recursos e pessoal para as missões. A sua relação com o catolicismo, já abordada, leva-nos a concluir que o autor apenas se aproxima desta religião por volta de 1946, depois de regressar da Guiné e quando exerce as funções de deputado. Não podemos afirmar com

³⁴ Estatísticas que lhe foram enviadas pelo director geral do ensino colonial, Braga Paixão, e que constam do número de Julho de 1943 do jornal *Missões Franciscanas*.

certeza se terá sido apenas a viagem a despoletar este propósito, já que, independentemente das suas convicções, Mendes Correia defendia o projecto colonizador e nele estava incluído o papel das missões religiosas. É nesse sentido que deve ser lida a sua defesa da «necessidade e conveniência de uma colaboração íntima e incessante entre as Missões e as administrações», encarada com o objectivo de dominar o ensino e o «aportuguesamento do indígena»³⁵. O seu raciocínio mantém-se quando a 14.12.1950 elogia a missão de estudo do professor de Quimundo do Instituto de Línguas Africanas e Orientais da ESC ao território de Angola, já que tais factos não contrariavam «a política tradicional portuguesa de difusão [...] da língua pátria pelo Mundo» e concordavam «com a orientação missionária de bem conhecer as línguas indígenas para uma eficiente acção espiritual e civilizadora junto das populações»; ao mesmo tempo, serviam «o objectivo científico de investigação linguística que todos os países civilizados» estavam a adoptar (14.12.1950).

3.4.2. Incrementar o conhecimento acerca das colónias

Quanto às colónias, o que nos imporá não são direitos históricos que lá fora poucos respeitam, mas o que fizermos pela protecção dos indígenas contra os perigos que os ameacem e pela valorização dos recursos naturais dos territórios ultramarinos. Aquela protecção e esta valorização só podem ter uma base segura: a fornecida pela cultura e investigação científicas ao serviço de um grande ideal espiritual, humano e nacional (Mendes Correia na sessão da AN de 28.2.1946).

O facto de Mendes Correia ter sido nomeado para director da ESC, por portaria de 16.10.1946, veio a ter um papel fundamental no que respeita ao incremento dos conhecimentos sobre as colónias. Segundo a lei, tal cargo devia ser ocupado por um professor catedrático seleccionado de outras escolas de ensino superior. Tratava-se de uma nomeação de livre escolha do ministro, embora não visse aumentados os seus vencimentos, já que, não sendo professor ordinário da ESC, não receberia gratificação pela direcção. Esta nomeação constituía uma comissão de serviço, uma vez que o Art. 21.º do Decreto-lei n.º 35.885, de 30.9.1946, estatuiu que os directores da ESC eram nomeados em comissão; o professor catedrático da UP foi assim deslocado do seu quadro para o cargo de director da ESC, sem se ter desvinculado do primeiro. Posteriormente, foi encarregado, por despacho do ministro das Colónias, de elaborar um trabalho sobre as colónias. Na qualidade de director da ESC, e de presidente da JMGIC (cargo para o qual foi eleito depois de ter sido nomeado para director da

³⁵ Durante a viagem à Guiné verificou que os muçulmanos ensinavam por toda a parte a língua árabe e o Alcorão. Além disso, viu poucas escolas portuguesas em funcionamento e apenas dois sacerdotes portugueses, um em Bissau e outro em Bolama. Na capital viu as Irmãs Hospitaleiras no hospital e na catedral e uma igreja em Bafatá. Tratava-se assim, segundo ele, de um «problema difícil» no qual os «indígenas» que não aceitassem os sacerdotes portugueses, por motivo da sua religião, poderiam ficar sem ensino de português, leccionado por portugueses (*Diário de campo de Mendes Correia sobre a viagem à Guiné*; Correia, 1946b: 155).

ESC), teve a tarefa de elaborar uma obra de temática colonial, mediante retribuição fixada em despacho, que Mendes Correia considerou tratarem-se de direitos de autor.

A 12.3.1947 refere que esperava que a ESC pudesse ser transformada numa Faculdade de Estudos Coloniais e elogiou a sua criação recente (1946) do Instituto de Línguas Africanas e Orientais, um organismo que surgia a par das tradições dos «missionários e exploradores de antanho, que estudavam afincadamente as línguas indígenas, para entrarem em mais íntimo e benéfico contacto com as almas das populações». Como acréscimo, almejou que um dia viesse a existir uma «verdadeira Universidade Colonial». A 4.3.1949 defende a necessidade de criar no ultramar «centros de investigação de várias matérias, como o estudo dos solos e da erosão, tão importante em África, [...] paralelos a núcleos já existentes em colónias de outros países». Destaca a importância dos habitantes da metrópole conhecerem o ultramar e vice-versa. Critica o facto de alguns filhos de colonos portugueses se irem formar à África do Sul, e não à metrópole, por entenderem aquela superior e terem ideias desajustadas desta.

O seu projecto colonial contemplou também a defesa do conhecimento e a preservação do património existente no ultramar. Segundo o próprio, apesar das «colecções dispersas e modestamente apresentadas na SGL, na Universidade de Coimbra, no IAUP», era necessário ter um museu colonial digno de uma «nação colonizadora e civilizada». Nesse sentido, a arte e o património ultramarinos deveriam ser valorizados. A 3.3.1949 elogia Rocha Paris, autor do projecto de lei sobre a protecção e conservação de valores monumentais e artísticos dos concelhos de Portugal. Contudo, entende que devem ser reformulados alguns elementos de interesse concelhio, já que as medidas de protecção a monumentos e relíquias arqueológicas de interesse histórico ou nacional deveriam estender-se, não apenas aos «documentos tradicionalmente portugueses», mas também aos das populações ultramarinas sob a bandeira portuguesa: «os indígenas têm as suas tradições, têm a sua arte, e é preciso - está isso dentro do nosso Acto Colonial - respeitá-las dentro daquilo que, de qualquer modo, não colida com a nossa soberania, com a moral e com a humanidade». Para o deputado, era necessário instituir, «tanto na metrópole como nas próprias colónias, a exemplo das outras nações civilizadas, museus de artes e tradições indígenas». As missões científicas às colónias já se estavam a ocupar do assunto, como era o caso da de Moçambique, dirigida por Santos Júnior, que se debruçava sobre os documentos de arte rupestre aí existentes e os recintos muralhados do «tipo dos zimbabwes da União Sul-Africana», objecto de estudo de arqueólogos de vários países. Argumenta que Portugal deveria ter um museu colonial condigno e enaltece o governo belga que, não só tomou medidas quanto ao aspecto artístico, mas também relativamente às «manifestações etnográficas» e ao «estudo das línguas indígenas». E enumera alguns dos

museus de «arte negra» já criados, «à semelhança dos museus de arte da civilização ocidental»: o de Abidjan, na Costa do Marfim, o de Lagos, na Nigéria Britânica, o do Instituto Francês da África Negra, em Dakar e vários no Congo Belga. Além deste, tinham sido criados museus metropolitanos de assuntos coloniais, como o do Congo Belga, em Tervuren, o Museu do Homem, em Paris, o Museu Etnológico Missionário de S. João de Latrão (Roma), no qual os últimos pontífices demonstravam um grande interesse pelo «desenvolvimento das missões religiosas [...], do estudo da linguística, da arte e da etnografia indígenas».

Para comparar as suas propostas, recorda «os esquemas feitos pelo Colonial Office para as colónias inglesas em cumprimento das leis do Colonial Development and Welfare» (27.2.1951). Refere que «lá figuram inevitavelmente verbas consideráveis para a investigação, mesmo em matérias que não parecem de interesse económico directo, como as línguas indígenas, a ciência social, a antropologia, etc.». Acrescenta que os portugueses não deveriam ficar para trás «quando em todos os países civilizados há um grandioso movimento de intensificação da actividade pesquisadora». Para ele, nem sempre a investigação tinha de estar relacionada com a empresa, como acontecia na Companhia de Diamantes de Angola, que não esquecia no «programa dos seus serviços culturais a história natural, a etnologia, a pré-história, o próprio folclore musical das populações da Lunda» e «criou um museu no Dundo».

Na sessão de 10.12.1952 apresenta novas propostas. Para Cabo Verde, sugere que se considere: a «economia do mar no arquipélago, com escolas de náutica e de pesca»; uma «missão científica de biologia marítima mais larga»; a «utilização da população não só na navegação interinsular, mas na navegação de longo curso»; a «organização e fomento de actividades piscatórias», nos mares vizinhos e nos distantes; e o «fomento de empresas industriais conexas com a pesca e economicamente viáveis». Já para Timor sugere o investimento agrícola e que aos alunos timorenses, que deixam as escolas missionárias por virtude da sua idade, lhes seja ministrado o ensino agrícola. Sugere a fundação de um instituto para o estudo dos problemas da pesca em Macau. E considera urgente a presença de investigadores portugueses na estação de biologia marítima de Inhaca, em Lourenço Marques.

A 23.3.1954 refere-se a «certos aspectos da vida» das províncias de Timor³⁶, onde permaneceu um mês, e de Macau, onde esteve duas semanas, das quais tinha regressado em Outubro de 1953. Para o deputado, ambos os territórios faziam parte do conjunto «conturbado do mundo oriental». Relativamente a Timor refere que: tinha visitado «bons edifícios públicos»; observado «excelentes e dedicados esforços em prol da assistência e da saúde

³⁶ Quando visitou Timor esteve com o engenheiro agrónomo Rui Cinatti que lhe mostrou alguns locais.

públicas»; e admirado «obras missionárias de apostolado ou de educação», assim como «certos aspectos felizes da própria exploração pelos nativos, quer na agricultura, quer na pesca». Da sua estada em Macau destaca, entre outros aspectos, as visitas que fez, com o bispo de Macau, então administrador apostólico da diocese, D. João de Deus Ramalho; as «numerosas e importantes instituições de assistência e educação ali existentes»; a sua «organização assistencial e de instrução elementar», e as várias missões que por ali actuavam. Congratulou-se ainda com a criação recente de um Centro de Estudos em Timor e com a existência de um Círculo Cultural e de um Círculo de Cultura Musical em Macau. Diz fazer votos para que, «com instalações, material e colaborações adequadas, se efectivem novas missões científicas em Timor e Macau». Mais tarde, a 20.3.1957, congratula-se com a publicação do Decreto-lei n.º 41.029, que aprova o Regulamento dos Institutos de Investigação Científica de Angola e Moçambique. Tal diploma fora firmado pelo ministro do Ultramar, Raul Ventura, tendo sido os dois Institutos inicialmente criados por Sarmiento Rodrigues, então deputado da AN. Considera que o «êxito dos novos Institutos e dos outros centros recentemente criados constitui uma condição fundamental do êxito» da acção alémmar, permitindo assim aos portugueses «um clima ainda mais favorável [...] na consciência e simpatia das populações e no conceito do mundo civilizado».

Mendes Correia pronunciou-se também sobre a administração colonial. Em 1.4.1949 discute o aviso prévio de Henrique Galvão, deputado independente em representação de Angola na AN. Lembre-se que já em 1947 Galvão tinha denunciado as condições em que ocorria o «trabalho indígena», tendo afirmado num relatório apresentado à AN que só os mortos não estavam obrigados a trabalhar³⁷. Na ocasião (1.4.1949) Mendes Correia diz não pretender discutir pessoas – que para ele estavam acima de qualquer suspeita, quer estivessem ligadas ao governo de Angola, ou ao ministério das Colónias – mas problemas concretos. Defende que abordá-los nem traduz «implicitamente, censura para ninguém», nem «representa qualquer perigo, pela sua tendenciosa divulgação externa», para a soberania portuguesa, ainda que se trate de matérias «delicadas». Reforça o seu argumento lembrando a prática comum de outros países em criticar a ignorância de alguns altos funcionários a respeito das realidades africanas, mesmo diante de estrangeiros, como aconteceu em França; ou os próprios governadores-gerais porem a claro as deficiências e os perigos do território que

³⁷ O seu relatório intitulou-se «Relatório sobre os problemas dos nativos nas colónias portuguesas apresentado por H. Galvão à Assembleia Nacional em sessão secreta» (1947) e foi publicado no livro *O Assalto ao Santa Maria* em 1974, ou seja, depois do 25 de Abril de 1974, embora tenha sido publicado em inglês em 1961.

administravam, ou tinham administrado, como aconteceu na Bélgica, sem que ninguém ficasse «ofendido ou diminuído por se exprimirem divergências»³⁸:

No relatório de uma recente missão parlamentar ao Congo Belga os senadores disseram do estado sanitário dos negros coisas como estas: “Os indígenas são subalimentados e oferecem assim uma menor resistência às numerosas doenças endémicas: malária, tuberculose, lepra, doença do sono. O pessoal médico está demasiado disperso e a maior parte dos hospitais oficiais deixa a desejar, etc.”. Lê-se isto à p. 135 do tomo LXII (1948) do Boletim da Sociedade Real de Geografia de Antuérpia. E o governador, em vez de se ofender, responde citando os remédios que pretende pôr em prática: “Intensificar a agricultura e a criação de gado, sobretudo favorecendo o camponês indígena e as cooperativas rurais; medidas de conservação da fauna e missões (aliás em curso) de estudo de piscicultura; introdução de grandes quantidades de medicamentos novos, como a penicilina e a pentamidina; aumento do pessoal médico, formações médico-cirúrgicas rurais e dispensários”. É o próprio governador quem o diz! (Mendes Correia na sessão da AN de 1.4.1949).

Assim, Mendes Correia procura colocar a ênfase não nas críticas do que havia sido feito, mas no muito que ainda havia a fazer, associando, de certa forma, o sucesso da administração a um melhor conhecimento do ultramar a todos os níveis:

Muito se tem feito, e eu - pelo que respeita sobretudo à acção na etnologia, na biologia humana, na demografia, etc. - tenho-me esforçado por fazer com justo relevo a descrição do nosso labor nas reuniões de Londres e Paris do Instituto Internacional Africano, na Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais (em Bissau³⁹), no Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas de Bruxelas, em artigos de revistas científicas nacionais e estrangeiras, em relatórios oficiais, etc. Mas há muito a fazer [...]. É preciso que não nos possam dizer, com alguma razão, como o Prof. Lestrade, da Universidade de Capetown, que a linguística bantu é, nos nossos territórios de África “campo quase virgem”. É necessário que haja antropologistas ao serviço das colónias, como os há nas colónias inglesas, para o estudo de problemas de nutrição, de biologia humana, de *acculturation*, dos mecanismos e efeitos dos contactos culturais. Do mesmo modo que Olbrechts e Griaule proclamam o interesse da arte negra verdadeira - não é o jazz ou a imitação da Europa -, Possoz e outros estudam o direito nas sociedades indígenas, o padre Tempels descreve uma “filosofia bantu”, etc. Temos de fazer alguma coisa a valer em Angola nesses domínios, que não são de puro interesse especulativo. [...] Para a execução da tarefa grandiosa em curso é preciso, além dos meios de trabalho, pessoal, pessoal, pessoal. Pessoal idóneo e bem pago (1.4.1949).

No que respeita aos contactos culturais e influência externas, considera que:

As pessoas que estão em centros urbanos ou nas proximidades de centros urbanos perderam já muito da sua condição indígena. Mas também não estou de acordo com o que disse o Sr. Deputado António de Almeida relativamente ao desvio de cuanhamas do estado pastoril para a vida piscatória. [...] No Portugal metropolitano, com todos os seus meios de civilização, eu pergunto se será fácil converter pescadores da Póvoa de Varzim em pastores da serra da Estrela e vice-versa (1.4.1949).

³⁸ O conteúdo dos discursos de Henrique Galvão na AN começou a difundir-se dentro e fora do país. O facto de ter apontado convictamente alguns problemas que grassavam pelos territórios coloniais conduziu à sua exclusão das listas da União Nacional em 1949 para as eleições a deputados. Em 1952 foi preso por ter apoiado em 1951 a candidatura de Quintão Meireles à Presidência da República. Posteriormente, evadiu-se da prisão e exilou-se no estrangeiro tendo aí organizado o assalto ao navio Santa Maria em Janeiro de 1961 (Pimenta, 2008: 193).

³⁹ Na sessão de 8.1.1948 foi lembrado que era a Mendes Correia que se devia a iniciativa da reunião da II Conferência em Bissau; por outro lado, a organização e realização do congresso era devida também aos colaboradores de Mendes Correia e ao apoio financeiro do Ministério das Colónias.

Assim, era com algum cepticismo que via o facto de a colonização poder vir a alterar de modo substancial os modos de vida de alguns grupos, uma vez que meio geográfico envolvente teria um papel determinante. Além disso, era necessário conhecer os quantitativos populacionais e as condições de existência dos habitantes do ultramar. A 15.12.1949 solicita elementos acerca do recenseamento da população «nos vários territórios do ultramar português, discriminando-se, dentro do possível, os recursos a utilizar em pessoal e meios financeiros, os processos de recenseamento a empregar, a classificação utilizada dos grupos populacionais (especialmente indígenas e não indígenas, e, nuns e noutros, os grupos étnicos e linguísticos)». Os elementos que solicitou, via Ministério das Colónias, aos governos da Guiné, Macau e Timor, foram discutidos a 12.4.1950. Segundo o deputado, tal escrutínio deveria ser o mais rigoroso possível e o pessoal que nele iria participar no ultramar deveria estar devidamente adestrado. Complementa a sua ideia referindo que «no ultramar interessa tanto a demografia referente aos colonos e aos civilizados como a respeitante às populações não civilizadas» e que os «deveres para com estas não são inferiores» aos que se tinham para com as primeiras, já que tinham «direito, pelo seu atraso, a maiores cuidados» (12.4.1950).

3.4.3. Questões legislativas: revisão da Constituição e do Acto Colonial (1951) e Lei Orgânica do Ultramar (1953)

A 4.4.1951 discute a lei de revisão da Constituição e do Acto Colonial. Refere que havia conveniência em incluir o Acto Colonial na Constituição e em procurar, simultaneamente, ainda que sem abdicar da «orientação tradicional na política ultramarina, actualizar algumas das suas disposições no sentido de corresponderem a certas tendências da opinião mundial sobre as colónias e os povos atrasados». Apesar da utilização da expressão «povos atrasados», ainda em 1951, salienta a necessidade de actualizar certas disposições:

Aplaudo a tendência à integração de Cabo Verde na administração metropolitana, mas parecia-me cabido, no espírito de unificação nacional que a todos anima, marcar desde já (...) para todos os territórios ultramarinos a mesma tendência, sobretudo no campo cultural, técnico e económico. Também não julgo que basta suprimir-se a palavra colónias para dar satisfação às aspirações e melindres das populações ultramarinas. Compreendo que seria puro e perigoso idealismo substituir desde já o indigenato pela cidadania. Mas que esta última apareça aos olhos do indígena que a ambicione como um objectivo viável e mesmo próximo (Mendes Correia em 4.4.1951).

Por outro lado, ao mesmo tempo que recorda a «política indígena portuguesa» de outrora, enaltecendo os seus aspectos positivos, critica a acção dos administradores coloniais, que sobejas vezes se focavam sobretudo na obtenção de mão-de-obra «indígena»: «alguma coisa se deve fazer no sentido de evitar que, sem quebra do reconhecimento do dever de

trabalhar por parte do indígena, a acção dos administradores nunca possa confundir-se com a de angariadores ou agentes de recrutamento». A proposta de lei do Acto Colonial volta a estar em discussão a 26.4.1951, apresentando Mendes Correia uma sugestão para o seu Art. 7.º B: «atendendo ao estado de evolução das várias populações dos territórios ultramarinos, haverá, quando necessário, estatutos especiais que estabeleçam para elas, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos conformes com os seus usos e costumes que não sejam incompatíveis com a moral, com os ditames de humanidade ou com o livre exercício da soberania portuguesa». Aqui o deputado propôs substituir a palavra «nativos» por «populações», sendo tal aceite. Quanto ao «estatuto de indígena», expõe o seguinte:

Não sei nem quero saber se as palavras que vou dizer agradam ou desagradam. Presumo mesmo que desagradarão a muitos, que, considerando-se naturalmente civilizados, entendem que, ressaltando-se de certo modo as obrigações de assistência a populações atrasadas do ultramar, a categoria jurídica e política destas deve ser inspirada essencialmente por conveniências práticas de carácter predominantemente político-económico.

Afirma que há dois anos (1949), numa conferência na Universidade Colonial de Antuérpia (em que participaram, além dos belgas e dos portugueses, ingleses, franceses e holandeses), expôs «As linhas gerais da política indígena portuguesa» e proclamou o «quanto Portugal se honrava duma política tradicional, inspirada simultaneamente em princípios de fraternidade e no conhecimento das realidades». Todavia:

O Governo verificou, entretanto [...] que no momento de uma revisão constitucional havia oportunidade para esclarecer a posição de Portugal perante esse colonialismo tão atacado hoje no Mundo por antigas colónias, que, no geral, são afinal estados fundados por antigos colonos ou descendentes destes e que não raro têm populações autóctones num regime de “indigenato”.

Para o deputado:

Assim, como o próprio Art. 15.º consignaria, chamou-se de transição ao regime de indigenato, e em várias disposições, inclusive na própria integração do antigo Acto Colonial na Constituição, afirmou-se mais claramente do que antes o que era já pensamento tradicional da nossa política: a verdadeira união da metrópole e do ultramar num todo em que qualquer discriminação de raça ou categoria virá a desaparecer, em matéria de direitos e deveres, por uma acção que será suave, tolerante, gradual, respeitadora para todos os grupos étnicos de nacionalidade portuguesa.

No entanto, como observa em seguida, «substituíram-se palavras, esclareceram-se ideias, mas não se alteraram princípios fundamentais». Coloca assim «objecções graves à manutenção dos termos da proposta do Art. 15.º e do próprio capítulo III, ou de grande parte dele, na Constituição revista». O problema que deveria ser colocado era, se nas circunstâncias do mundo e da vida nacional de então, o estatuto constitucional deveria conter «para grande

parte da população do ultramar, uma condição genérica diferente da de cidadania», que era «regra única para a metrópole e para algumas províncias ultramarinas». E perguntava:

Estabelecida pelo Art. 7.º B a possibilidade legal de um regime especial para certas populações menos evoluídas, deve a Constituição englobar todas as modalidades desse regime na expressão genérica de indigenato e chamar indígenas a todos os indivíduos abrangidos por tal regime? Na minha modesta opinião entendo que não.

Aos argumentos a favor do indigenato, adiciona outros, como o anticolonialismo internacional. Considera que «banindo a palavra colónia da terminologia constitucional», dariam «satisfação menos a esse ambiente do que à realidade tradicional dos nossos princípios de união e integração do ultramar e da metrópole, à política de assimilação fraterna e cristã que orientou sempre a nossa política ultramarina». Relativamente aos termos «indígena» e «indigenato», afirma não haver necessidade em «uniformizar sob uma mesma designação jurídica, antipática a muitos, susceptível de explorações malévolas, mesmo junto dos próprios interessados, os grupos populacionais ultramarinos a que se apliquem as disposições do Art. 7.º B da proposta do Governo». Assim, «cada estatuto especial» devia aplicar-se a «grupos circunscritos», determinados, «segundo as necessidades de cada caso, e não com uma uniformização arbitrária de disposições» para grupos heterogéneos. Acrescenta que «distinguir na Constituição dois blocos ou castas de portugueses», «cidadãos» e «indígenas», era «contrário aos preceitos de fraternidade cristã», às «tradições espirituais» portuguesas e à tarefa na qual o Governo e a AN estavam empenhados - unificar a metrópole e o ultramar. Para ele, «a definição de cidadania dada pela Constituição e pelo Código Civil» era «tão susceptível de aplicação a um português da metrópole, como a qualquer natural das províncias ultramarinas», que se encontrasse nas condições do Art. 18.º do Código Civil (segundo o qual só os cidadãos podem gozar plenamente de todos os direitos). Defendia assim que:

Se ninguém nega [...] a um indivíduo na condição de indígena a possibilidade de, devidamente civilizado e assimilado, passar à categoria de cidadão, se o chamado regime de indigenato tem, salvo porventura alguns casos especiais de resistência à evolução, o carácter transitório, porque não havemos de admitir que um dito indígena seja cidadão português, quando, na verdade, uma criança recém-nascida, um fraco de espírito, um analfabeto, um inválido, um interdito, o são também, desde que tenham nascido em território metropolitano de pais portugueses ou estejam nas outras condições do Código Civil? [...] Para salvaguardar os direitos e garantias dos chamados indígenas [...] bastam o Art. 7.º-B, os estatutos especiais nele previstos e mais legislação [...].

Relativamente ao capítulo III, nos aspectos referentes ao trabalho e às responsabilidades do Estado na protecção das populações, considera conveniente «acrescentar o direito a representação nos conselhos governativos nos termos e com a amplitude que a lei estabelecer». No entanto, defende que do «Art. 15.º e de todo o capítulo deveriam desaparecer

todas as menções das palavras indígena e indigenato», assim como «colónia». E acrescenta: «deixemos a outros povos as designações jurídicas de *native*, *african*, etc.». Na Constituição só deveria haver «portugueses, irmãos nossos, almas, seres humanos como nós, colaboradores duma missão cristã, humana e universalista». Remata dizendo que veria com alegria a concessão da cidadania aos «irmãos de além-mar, sem distinção de raças, de cor ou de costumes». A sua visão de alargamento da cidadania encontra-se ainda na ocasião em que discute, na generalidade, a proposta de lei relativa ao Plano de Fomento e defende não se deviam sacrificar os «interesses legítimos e os direitos dos chamados indígenas à primazia ilegítima dos interesses dos civilizados», já que eram todos portugueses (10.12.1952). As propostas de Mendes Correia não foram, contudo, adoptadas. Apesar de o Acto Colonial ter sido revogado com a Constituição de 1951, e o termo colónias passar paulatinamente a ser substituído por ultramar, o «estatuto de indígena» manteve-se até 1961.

A 29.1.1953 discute na generalidade, a Lei Orgânica do Ultramar (que substituiria a anterior Carta Orgânica do Império Colonial Português). Refere-se a dois aspectos – «o da constituição de conselhos legislativos de eleição e o da quase total omissão de referências à política indígena e ao indigenato» – para dizer que não constituíam «modificações arriscadas» da política ultramarina, no sentido «do regime de transição para o *self-government*, regime tão favorito dos ingleses», já que os resultados dessa política estavam «à vista». Considerava que Portugal não deveria abandonar «os seus princípios de soberania, de integridade absoluta dos seus territórios ultramarinos», nem desviar-se da «política tendencial de unificação e de assimilação». Sugere a existência de «conselhos provinciais com certas faculdades legislativas e deliberativas [...] e a conveniência da expressão das opiniões locais». Apesar do alvitre que defendeu em 1951 - «generalização da cidadania a todas as populações portuguesas do [...] ultramar» e «supressão duma condição genérica de indigenato e da própria expressão jurídica “indígena”» - não ter sido adoptado, via «com satisfação que a proposta governamental de lei orgânica» tenha tomado como «fórmula fundamental a da possível unificação, no padrão [...] civilizado, metropolitano». Embora subsistissem «disposições constitucionais relativas a indígenas, a estatutos especiais», era visível que esse regime estava a ser considerado como de «transição, de adaptação passageira».

Em conclusão

A ocupação de cargos políticos não terá afastado Mendes Correia dos interesses da sua terra natal nem dos da terra do seu avô paterno. Em algumas conversas que teve com

Querubim Guimarães (colaborador do semanário *Litoral* de Aveiro), quando se encontravam nas sessões regulamentares da AN, de que ambos fizeram parte, ter-lhe-á revelado que se mantinha ligado com interesse à vida e futuro da região de Aveiro. Por outro lado, apesar de estar associado à acção política do Estado Novo, é possível concluir, a partir da minha pesquisa, que ele não era um político na verdadeira acepção do termo e não teve o propósito de, através da sua carreira, ascender ao Governo. Por ocasião da sua morte, Querubim Guimarães comenta o seu percurso, enquanto homem ligado à ciência e à política, quase sempre mergulhado «nos seus estudos antropológicos, históricos, da pré e da proto-história», e no «estudo das raças ultramarinas, que observou *in loco*», mas que também ocupou um lugar na AN discutindo «os problemas mais ligados à sua especialização» (Guimarães, 1960).

Deste modo, pode dizer-se que durante a sua passagem pela política, Mendes Correia exerceu não tanto uma função científica com desideratos políticos mas, sobretudo, funções políticas que foram apoiadas e fundamentadas pelos conhecimentos e experiência que da ciência tirou. Não foi um político, mas sim um indivíduo que se serve da política para activar ou complementar os seus outros interesses ou motivações. É nesse sentido que critica na AN a actuação de algumas individualidades que acabaram por ser mais políticas que cientistas:

Nas cartas sinópticas de previsão de tempo no Extremo Oriente faltam inexplicável e lamentavelmente as observações meteorológicas da China. Então também há “cortina de bambu” para uma ciência de utilidade geral de parte dum país em que, como Needham recentemente expôs numa revista científica inglesa, se afirma existir uma rede desenvolvida de investigação em ramos vários do saber humano? Ou teremos de aceitar que se trate [...] de mera aparência, sendo os institutos e laboratórios dirigidos por indivíduos (muitos deles pessoalmente conhecidos por aquela individualidade), por indivíduos – repito - que são mais políticos do que cientistas? (23.3.1954).

Foram sobretudo os interesses científicos e nacionalistas que acabaram por se reflectir nas suas intervenções políticas. Da análise das suas intervenções, verifiquei que alguns dos discursos têm conteúdos anteriormente por ele publicados e reflectem as suas preocupações mais comuns - a origem e antiguidade dos locais, memória e património nacional, e grupos sociais específicos. Foram os conhecimentos que possuía, nomeadamente os antropológicos, que o tornaram mais atento a alguns temas sociais e de interesse científico. Terá sido a prática científica que o ajudou na formulação de várias questões e nas argumentações críticas. Enquanto presidiu à autarquia portuense, o seu mandato foi pautado por uma componente social e cultural de grande peso, sendo o primeiro presidente da CMP a preocupar-se com as condições sociais das populações mais desfavorecidas (Sousa *et al*, 2009). Por outro lado, é não só pelas competências da CMP, mas também pelos seus interesses, mais ou menos específicos, que podemos encontrar uma coerência através dos grupos humanos sobre os

quais manifesta preocupação – são amiúde os das classes sociais mais pobres, ou os responsáveis por pequenos furtos ou delitos, que vêm a estar sob a sua mira, desta vez no sentido de lhes serem proporcionadas melhores condições de vida e de existência. Como já tinha afirmado em 1913 na obra *Os Criminosos Portugueses*, uma parte substancial dos pequenos delitos estava relacionada com as condições sociais precárias dos seus autores. Nesse sentido, a gerência à qual presidiu teve uma determinação efectiva no sentido de uma «política social e higiénica», como é ocasionalmente referida, e agiu com o objectivo de demolir casebres infectos e construir novas casas. Durante esse período, destacaram-se ainda as acções realizadas no âmbito da urbanização, e em especial na zona da Sé Catedral, assim como a instalação do Arquivo Histórico. No âmbito das comemorações centenárias de 1940, a CMP teve a seu cargo a organização das sessões solenes, o Acto Medieval, a Feira das Colheitas, e colaborou no Cortejo do Trabalho e na Exposição Etnográfica. Paralelamente, quando ocupou o cargo de procurador da CC não teve um papel muito activo, mas elaborou um parecer sobre a divisão administrativa do país, que foi amplamente discutido.

Os seus discursos na AN foram diversificados e enriquecidos, não só com os seus conhecimentos e a sua experiência universitária, mas também com a bagagem política que obteve nas funções anteriores. Em diversas ocasiões lembrou as viagens ao estrangeiro, e especificamente ao ultramar, e as visitas a museus na Europa (Espanha, França, Itália, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Alemanha, Áustria), assim como em outros continentes (América do Norte, Brasil, Egipto, Quénia e África do Sul). Os seus princípios nacionalistas iriam conduzi-lo a discursar sobre a necessidade de preservar e divulgar a língua portuguesa, assim como outros patrimónios nacionais, como os monumentos arquitectónicos, ou manifestações etnográficas, como as tradições populares portuguesas. No contexto da promoção das boas relações com espaços fora de Portugal, as relações luso-brasileiras são por ele enaltecidas e estimuladas a vários níveis. Outro aspecto que, segundo ele, poderia beneficiar a nação seria a extensão ao voto feminino, assim como o apoio às mais variadas áreas artísticas, como é o caso das belas-artes, do cinema e da música. De notar que essa sua sensibilidade relativamente ao mundo artístico, e em especial à música (canto e orquestra), pode ter sido motivada pelo facto de a sua segunda esposa ter estado ligada à música, enquanto pianista e filha de um professor de piano. Por outro lado, considera que nas equipas das missões científicas dirigidas às colónias deviam fazer parte mais portugueses. Além disso, os seus elogios enfáticos a figuras nacionais, que se destacaram na sociedade portuguesa, contribuem sobejamente para acentuar a sua visão patriótica. Mais: tanto as condições de vida e alimentação do povo português, como as questões relacionadas com a demografia e

emigração estiveram na ordem do dia das suas reflexões. Ainda neste campo, interveio nos debates que discutiram problemas ligados a situações de desigualdade social e de injustiça económica. Entre elas estiveram a necessidade de construir habitações e os vencimentos salariais de várias classes profissionais. O seu empenho pela melhoria das condições na carreira docente e ao nível da investigação científica foi também notório. No entanto, o próprio não vem a ser beneficiado no que aos vencimentos respeita, uma vez que em 1959, quando o Governo aprovou essa melhoria, já estava aposentado.

A sua visão de Portugal inclui o ultramar. Por essa razão, grande parte das suas propostas está relacionada com a necessidade de melhorar as condições sanitárias e de saúde das populações de além-mar, de promover o ensino nas colónias, e de incrementar os conhecimentos acerca das mesmas, tendo tido aí um papel fundamental a ESC e a JMGIC. Discute ainda questões ligadas à administração colonial, assim como documentos legislativos. As populações que estavam sob a administração colonial foram por ele designadas, algumas vezes, por «atrasadas» comparativamente com a população da metrópole e europeia. Todavia, propõe em 1951 a erradicação do «estatuto de indígena» da Constituição; no seu entender as populações às quais o estatuto se aplicava não deveriam ser encaradas apenas através de um carácter político-económico e deveriam ter a possibilidade de alcançar a cidadania, assim que quisessem e lhes fosse possível. Tal estatuto vigorou, contudo, até depois do seu falecimento.

Em geral, procurava ir bem preparado para os debates da AN e fomentava as discussões. Apresentou várias propostas e enfrentou variadas oposições. Algumas vezes foi insinuado que as suas ideias eram comunistas ou bolchevistas. O seu discurso inovador de 1951, quando propõe a abolição do «estatuto de indígena» demonstra como as suas ideias foram evoluindo. Este, entre outros exemplos, permitiu-nos constatar que a realização de uma história das ideias de Mendes Correia constitui uma forma de analisar um conjunto de assuntos presentes na primeira metade do século XX. Por outro lado, esse pensamento foi evoluindo, e adaptando-se, em relação à conjuntura e às pressões internacionais. Apesar de actuar num contexto político muito particular, em que não existia uma oposição formal ao Governo, tenta em várias situações ir negociando e dar continuidade à aprovação das suas ideias. A política talvez tenha sido vista por ele como um modo mais efectivo e rápido de alcançar a concretização de alguns desígnios que, de outro modo, poderiam não sair do papel, ou cuja efectivação poderia ser muito mais demorada. No fundo, reconhece-se uma continuidade lógica entre as suas preocupações enquanto cientista e enquanto político. Alguns assuntos acabam por estar presentes em todas as suas intervenções: as ideias nacionalistas, o ensino e a investigação e a colonização portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O LEGADO DE MENDES CORREIA E DA ESCOLA DE ANTROPOLOGIA DO PORTO

Os estudos constroem-se sobre outros estudos, não no sentido de que retomam onde outros deixaram, mas no sentido de que, melhor informados e melhor conceitualizados, eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas. Cada análise cultural séria começa com um desvio inicial e termina onde consegue chegar antes de exaurir seu impulso intelectual (Geertz, 1989 [1973]: 18).

As vidas dos antropólogos só podem ser entendidas no contexto das culturas nas quais participam. Como lembra Steven Shapin, a ciência, apesar de ser a instituição com mais credibilidade entre nós, deve ser vista como uma actividade exercida por seres humanos em determinados contextos (1999: 170-171). Nesta tese pretendi apresentar uma panorâmica da história da antropologia portuguesa, focando-me na Escola de Antropologia do Porto, num contexto específico (1870-1960), e na figura de Mendes Correia, que considero central para compreender as estratégias do percurso da antropologia e a forma como os saberes estavam interligados entre si, dentro e fora do país. Como referiu Adam Kuper,

As histórias sérias da ciência, como as boas etnografias, têm de abarcar as práticas dos actores, as estruturas institucionais, as redes sociais, os recursos intelectuais e materiais, bem como as relações com outras disciplinas e escolas estrangeiras ou com os organismos oficiais. [...] Não devemos questionar-nos apenas sobre aquilo de que falam os antropólogos, mas também sobre com quem eles falam e quem excluem (2005: 225).

Em Portugal foram os mestres Teófilo Braga (1843-1924), Adolfo Coelho (1847-1919) e José Leite de Vasconcelos (1858-1941), entre outros homens muito ecléticos seus contemporâneos, que contribuíram para as primeiras histórias da antropologia. Mendes Correia emerge numa altura em que os estudos etnológicos e arqueológicos se estavam a começar a afirmar e faz parte da segunda geração, depois de Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso, no âmbito das descrições etnológicas, e após António Aurélio da Costa Ferreira e Fonseca Cardoso, no âmbito da antropologia física. Vive no período pós-Conferência de Berlim (1885) e tem pouco anos quando ocorre o *Ultimatum* Inglês (1890) e as campanhas de dominação de África. É um homem familiar com o período em que as colónias começam a tornar-se lucrativas. Filho de um médico, que também se dedicou à política, tinha um capital social e familiar relevante e essa foi uma das razões pelas quais se licenciou em medicina e teve cargos, como o de presidente da CMP e o de deputado na AN. Todavia, não chega a exercer medicina e direcciona-se para outras paixões. A sua actividade esteve sobretudo ligada à UP, que surge em 1911 com a mudança de regime político e na sequência da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica. Ao longo do seu percurso, esteve

sempre entre as chamadas «letras» e as «ciências». O curso geral dos liceus que frequentou juntava ambas as áreas, não as separando como depois sucedeu. Mais tarde, veio a ser docente tanto na FCUP como na FLUP. E a própria SPAE, por si criada, reunia vários saberes – uns mais ligados às «letras» e outros às «ciências». Foi professor universitário de uma faculdade instituída; começou a sua carreira docente e científica bastante cedo; foi movido por uma grande curiosidade, sobretudo no que dizia respeito ao povo português, às suas origens, à sua composição biológica, aos seus hábitos e tradições e aos seus comportamentos. Procurou que a arqueologia e a antropologia alcançassem autonomia e respeito científico no país. Para isso tentou manter-se informado do que fazia pelo resto da Europa e nas Américas (norte, centro e sul). Foi o responsável, juntamente com alguns dos seus colaboradores, como Rui de Serpa Pinto, Alfredo Athayde e Santos Júnior, pela constituição da Escola de Antropologia do Porto - um local de inovação, criação e produção de conhecimento. Colocou em contacto pessoas de locais e países distintos, promoveu a troca de trabalhos, de investigações e ideias. Ao contrário de outras pessoas, e de outros contextos nacionais, como o americano, que desenvolveram pesquisas etnográficas e linguísticas interessantes nas margens da academia (Price, 2008), o seu trabalho não pode ser considerado como tendo sido desenvolvido nas margens, fora da academia, ou à revelia das instituições financiadoras. No seu tempo, as investigações e as viagens eram controladas politicamente e tinham de ter autorizações específicas e circunscritas a determinados critérios.

Como refere Mendes Correia, embora a tradição dos estudos antropológicos no Porto fosse antiga, só em 1911 o ensino da cadeira de antropologia foi instituído na FCUP (1941a). Ali, surge no ano seguinte como «uma das cadeiras da secção de ciências histórico-naturais e são [...] criados um museu e um laboratório antropológicos e um posto de antropologia criminal» (*idem*, p. 15). O museu e o laboratório são transformados em instituto em 1923. O interesse tanto pela antropologia física, como pela etnologia, já vinha do tempo da Academia Politécnica, pelo menos por parte dos alunos que fundaram a Sociedade Carlos Ribeiro, a *Revista de Ciências Naturais e Sociais* e a *Portugália*, apesar dessa sociedade ter já terminado a sua actividade quando o museu e o laboratório antropológicos são criados. Contudo, alguns dos seus elementos colaboraram posteriormente com as actividades do IAUP. Ricardo Severo, por exemplo, foi sócio da SPAE¹ e o trabalho de Fonseca Cardoso contribuiu com novos

¹ Ricardo Severo ofereceu à SPAE as colecções de revistas que haviam pertencido à *Portugália* e que vieram a ser depositadas na biblioteca do IAUP.

dados de investigação para publicação e com objectos², que ajudaram a aumentar o espólio do museu. Um dos principais legados de Mendes Correia foi, de facto, a criação da SPAE e dos TAE, que continuam a ser publicados³. Mas também do que lhe foi paralelo, como o IAUP, o museu, a biblioteca, os colaboradores que conseguiu agregar na FCUP (figura n.º 52), assim como o intercâmbio científico que promoveu dentro e fora dessa instituição. Para além da organização do laboratório e do museu, o trabalho do IAUP traduziu-se na «efectivação de pesquisas, missões, inquéritos, conferências, etc., no país, no estrangeiro e nas colónias» e em «cerca de 400 publicações em livros, artigos, memórias, comunicações» (Correia, 1941a: 34).

O museu, fundado em 1912, misturava a arqueologia pré-histórica, proto-histórica e luso-romana, a etnografia e a antropologia física, sendo constituído por pequenas salas existentes no último andar do edifício da FCUP. Segundo Mendes Correia, foi aí que se «amontoaram durante anos os materiais reunidos e se trabalhou nas piores condições possíveis de instalação»⁴ (1941a: 16). Quando os membros do Congresso Internacional de Antropologia de 1930 visitaram o museu, ainda encontraram as instalações assim, mas tal situação foi modificada a partir de 1935 com a passagem do IAUP e do museu e laboratório «para as dependências do andar térreo e do entressolho do edifício» (*idem, ibidem*) (figuras n.º 54 e 55). Na altura da reestruturação, as três secções (antropologia, arqueologia e etnografia), com colecções de «antropologia étnica e zoológica» e de «etnografia colonial», foram organizadas «em dois salões, com galerias, um de Antropologia geral e metropolitana, outro de Antropologia colonial» (Correia, 1941a: 34). No primeiro salão encontrava-se a colecção de Alpiarça, da Idade do Bronze e a colecção mesolítica dos concheiros de Muge (em resultado das explorações de 1930, 1931, 1933 e 1937). Do segundo faziam parte «as indústrias líticas pré-históricas descobertas por Santos Júnior em Moçambique, [...] espécimes de pinturas rupestres da mesma província, [...] séries craniológicas da Guiné, Angola e Índia, um [...] grupo de esqueletos de gorilas, reunidos e oferecidos pelo Dr. Liz Ferreira» (Correia, 1941a: 35), entre outros elementos provenientes de São Tomé e Príncipe, Macau e Índia. Ao longo do tempo, o espólio do museu foi sendo enriquecido com material proveniente de doações e de investigações desenvolvidas⁵ no âmbito de escavações, algumas

² Após a sua morte em Timor, a família de Fonseca Cardoso ofereceu o seu espólio científico ao IAUP (Correia, 1941a: 17). Dele faziam parte registos de numerosas observações antropológicas em Angola, Timor e Porto, que Mendes Correia utilizou posteriormente (1916b; 1916e; 1918d).

³ Como refere Vítor Oliveira Jorge, actual director da revista, os TAE são «um importante *património*» e «não é habitual uma publicação de natureza periódica portuguesa de natureza científica, e produzida por uma (relativamente pequena) associação [...] atingir um tal grau de continuidade» (1998: 8).

⁴ Vide também Correia, 1937a.

⁵ Alguns dos investigadores que contribuíram para o espólio foram Ricardo Severo, Camarate França, Hipólito Cabaço, Virgílio Correia, Eugénio Jalhay, Jean Roche, Carlos Teixeira, Russel Cortez e Agostinho Isidoro.

dirigidas por Mendes Correia, e das missões antropológicas (figura n.º 53). A diversidade do acervo do museu é ilustrativa da história do próprio IAUP e da forma abrangente como Mendes Correia via a antropologia, assim como dos seus múltiplos interesses. Do espólio faz parte a única colecção dos Mares do Sul existente em Portugal, levada para o Museu de Etnologia de Lisboa em 1983 para ser estudada pelos antropólogos Mary Bouquet e Jorge de Freitas Branco e que esteve na exposição «Artefactos Melanésios, reflexões pós-modernistas» realizada nesse museu de Março a Dezembro de 1989. Vários objectos, como adornos, utensílios, máscaras e esculturas - do Sepik (Nova Guiné), Ilhas Salomão, Nova Irlanda, Nova Bretanha e Ilhas Almirantado – tinham sido recolhidos pelas missões científicas alemãs nos finais do século XIX, deram entrada em Portugal em Janeiro de 1927 e foram acolhidos na UP por intermédio de Mendes Correia. A sala colonial foi encerrada em Abril de 1974 após o incêndio que afectou parte do edifício da então FCUP.

Actualmente, o «Museu de Antropologia e Pré-História Mendes Corrêa» encontra-se ainda no edifício da antiga FCUP, onde está instalada a reitoria da UP, e pertence ao Museu de História Natural da FCUP. Nele se apresenta uma exposição permanente de colecções arqueológicas organizadas de forma cronológica. Tal disposição permite, segundo a curadora, Maria José Cunha, conhecer peças desde a Pré-História até à Época da Romanização. A mostra resulta da reorganização do espólio feita nos anos 70 por Huet Bacelar (antigo técnico superior do museu), na qual foi dado destaque aos artefactos arqueológicos, em consequência, provavelmente, da formação em Ciências Geológicas do referido técnico, do condicionamento do espaço existente e do facto de ter dado primazia aos objectos que melhor conhecia e mais lhe interessavam. O museu dispõe ainda, embora em reservas não visitáveis, de algumas colecções provenientes do país e do estrangeiro, de uma colecção de numismática e de um espólio fotográfico e documental. Contudo, a apresentação actual do museu, ao destacar essencialmente a arqueologia⁶, talvez não constitua a que Mendes Correia idealizaria para um museu de antropologia, integrador de várias vertentes, como ele a concebia, e abrangente do ponto de vista temporal e geográfico.

⁶ O antigo técnico superior do museu, Huet Bacelar, revelou-me em entrevista (29.3.2007) que desmontou e montou a sala do museu quatro vezes durante o período que esteve em funções. Uma vez que fez a opção de lhe dar uma «leitura arqueológica», quando Santos Júnior visitou o museu ter-lhe-á dito que tinha destruído o museu. Segundo Huet Bacelar, foi a partir da sua montagem que o museu passou a receber os alunos da FLUP a quem o espólio castrejo, romano, da Idade do Bronze, do Paleolítico e Mesolítico interessava. Tal foi possível também, porque a nova disposição permitia a circulação de pessoas no espaço, o que anteriormente, com o número elevado de vitrinas, não era possível. Segundo Huet Bacelar: «a gente entrava ali dentro e só via cacos, ossos, picos aos milhentos e em cima cangas de bois, antropologia física, fetos, rocas...», podendo estar ao lado desses objectos um trabalho publicado sobre os mesmos. Quando Santos Júnior se jubilou, Huet Bacelar teve de João Machado Cruz, director do museu, o apoio para reformular a sala no sentido preferido do técnico.

Não só pela diversidade existente no museu, mas também pelos trabalhos produzidos na Escola de Antropologia do Porto, podemos inferir a orientação que foi «adoptada» (expressão de Mendes Correia, 1941a: 35) nesta escola. Tratava-se, segundo o seu mentor, de uma antropologia «entendida num sentido lato» (*idem, ibidem*). Na sequência do trabalho realizado pela SPAE, a produção científica desta escola também reflectiu a vontade de estudar o Homem, não só sob o ponto de vista da antropologia física, mas também etnográfico. Veja-se aqui a visão integradora de Mendes Correia:

A Antropologia aparece como um estudo integral comparado do homem e dos grupos humanos, abrangendo portanto a Antropologia zoológica, a Antropologia física étnica (a “Etnologia”, segundo a escola de Broca), a Antropologia psíquica e cultural (a “Etnologia” de outras escolas; Etnografia num sentido comum), a Pré-história, etc. (1941a: 35-36).

A orientação, ou «concepção adoptada», vinha, segundo o professor da FCUP, «dos pioneiros da *Portugália*» e era «ao mesmo tempo, ampla e precisa»:

Ampla porque se não reduz nem à morfologia externa e à craniologia, nem a aspectos psicossociais da vida humana. Precisa, porque, abrangendo morfologia, biologia e psicologia, sendo o seu objecto, ao mesmo tempo, estático e dinâmico [...], ela não ultrapassa no seu âmbito as preocupações de comparação – ou sistemáticas – e das origens – ou genealógicas (1941a: 36).

Tal antropologia não era demasiado ambiciosa, nem demasiado céptica:

Já vão longe os tempos em que, de compasso na mão, se supunha possível discriminar (...) a composição antropológica de povos ou até vocações e tendências psíquicas de grupos ou indivíduos. Mas, se esse optimismo incondicional acabou, não há lugar para [...] uma negação absoluta. Persevera-se, tentam-se novos meios de pesquisa. É um dever elementar da Ciência (*idem, ibidem*).

A realização de vários estudos de antropologia física, nomeadamente de medição de crânios, ou de outras partes do corpo, e sobre grupos sanguíneos, para dar apenas dois exemplos, foi muito importante. Tanto mais não seja para depois se concluir, como aconteceu na maioria das vezes, que não existiam diferenças significativas entre os indivíduos que habitavam diferentes latitudes, ou que essas diferenças não eram justificadas, nem pelas medidas do crânio ou forma da face, nem pelos diferentes tipos de sangue. Todavia, ao referir que houve da sua parte, e da parte dos seus colaboradores, uma «adopção» de determinados estudos antropológicos, Mendes Correia está a dizer-nos também que existiram outras orientações, ou concepções contemporâneas desta, mas que não foram adoptadas.

Tanto no âmbito da cadeira de antropologia que leccionou, como no contexto de investigação, procurou incentivar os alunos no que respeita à pesquisa de novos assuntos; deu ênfase à realização de trabalhos práticos, dentro e fora do laboratório, procurou arranjar meios logísticos para a sua realização e foi acompanhando esses trabalhos. Defendeu também a

necessidade de deslocação aos sítios onde se localizavam os objectos de estudo. Não se trata propriamente da ideia de trabalho de campo antropológico, no sentido clássico da expressão, mas da necessidade de desenvolver estudos que impliquem e incluam visitas e levantamento de dados *in situ*. Para além da sua obra, impulsionou e esteve por detrás de várias campanhas no terreno. Esteve presente, por exemplo, nas campanhas arqueológicas nos concheiros de Muge e nas missões antropológicas da Guiné e de Timor.

1. A obra científica de Mendes Correia

Mendes Correia via a antropologia como uma ciência abrangedora, capaz de poder estudar tudo o que estivesse ligado ao homem, tanto no que concerne ao passado, como ao presente. Embora as áreas em que trabalhou sejam hoje disciplinas autónomas, como a geologia, a arqueologia, a antropologia biológica, a antropologia cultural e a primatologia, Mendes Correia via-as sob a mesma, e única, disciplina – a antropologia. Procurou pôr em diálogo distintas áreas e promover o intercâmbio entre diferentes especialistas, inclusivamente a nível internacional. A sua perspectiva era a de juntar, e não a de dividir. Foi esse seu modo de estar que o levou também, amiúde, a procurar estabelecer acordos e a promover equilíbrios entre pessoas cujos interesses eram, à partida, aparentemente inconciliáveis.

Ao escrever esta biografia intelectual tive, necessariamente, de seleccionar e excluir, desde logo porque o seu trabalho é muito diversificado. Mas existem aspectos nas suas pesquisas que nos permitem tirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, a sua obra revela ter um carácter técnico e científico, traduzido pelo estilo formal dos textos, pela revisão bibliográfica do assunto que neles tratou, com autores nacionais e estrangeiros. Nos trabalhos maiores, como os livros, que têm como objectivo (ou cujo título remete especificamente) o estudo de uma população, é comum os textos terem uma sequência semelhante a esta: localização, geografia e acidentes geográficos, arqueologia e pré-história do território, clima, economia e meios de subsistência, descrição da população (caracteres físicos; cultura material; e «usos e costumes»). Quanto às características técnicas, é frequente incluir nos artigos dados numéricos (estatísticos ou não), índices, caracteres métricos e tabelas. Os números, a análise matemática e a estatística, procuram, não só apoiar a apresentação dos estudos, como justificar a avaliação e as conclusões. Por outras palavras, as medições e os dados antropométricos procuravam tornar o conhecimento mais credível e, portanto, científico. Pelo meio, é frequente ir comparando os dados a que chegou com os estudos de autores que, anteriormente, já se tinham debruçado sobre os mesmos assuntos. Com essa

atitude tinha o propósito de inscrever e situar o seu trabalho numa rede e na comunidade científica que trabalhava sobre os mesmos temas.

Para Mendes Correia, o cientista não podia «ser indiferente ou neutro» perante a moral e a religião e devia cultivar «o amor à Pátria e da Humanidade» (1957: 147). Além disso, devia praticar o que designou por «nacionalismo científico» (1946b). Para além dos temas como a origem do homem e da nacionalidade portuguesa, ou as figuras que se destacaram no contexto nacional, outros assuntos que subjazem aos seus ideais nacionalistas eram os que estavam relacionados com a instrução e a educação. Os seus trabalhos têm quase sempre uma abordagem etnopsicológica e, embora as análises sejam fundamentadas a partir de dados históricos e/ou culturais, na base das explicações está quase sempre um fundamento biológico, ou de natureza física, que pode servir de sustentação para outras formulações. Desde o seu trabalho inicial acerca do doente mental (Correia, 1911) que vai procedendo a uma classificação em tipos, frequentemente associados a características físicas, ou facilmente observáveis, aos quais associa, posteriormente, evidências comportamentais que são avaliadas de acordo com a sua própria moral e coadunando-se com os seus próprios preconceitos. A lista de autores que cita permite-nos também verificar quais eram aqueles com quem tinha uma maior afinidade intelectual e científica. Entre eles verifica-se uma influência muito presente de autores da escola francesa de antropologia física, e alguns da escola italiana, mas também de autores espanhóis (sobretudo os que trabalhavam nas áreas de arqueologia e pré-história). Verifiquei ainda que entre os seus livros mais extensos (em média com cerca de 300 páginas) estão publicados, em forma de capítulo, textos anteriormente publicados em artigos de revistas científicas.

Uma das principais influências teóricas do seu trabalho foi o evolucionismo, dominante não só em Portugal, mas também na Europa, na viragem do século XIX para o século XX. Criou um modelo artificial onde forçou o encaixamento da humanidade disposta segundo uma evolução contínua e progressiva. Não só os grupos étnicos das colónias, como alguns indivíduos representantes de classes sociais mais desfavorecidas – crianças da tutoria, indivíduos com comportamento desviante, ou criminal, mendigos, entre outros, são vistos pelo autor como exemplos de estádios de humanidade anteriores à da civilização onde ele se julgava encontrar – considerada superior. Quando está a descrever outros grupos humanos (da metrópole ou das colónias) deixa transparecer o facto de valorizar a sua própria cultura e posição social relativamente aos indivíduos que está a descrever. Tal pode verificar-se não só na descrição de «usos e costumes», como de comportamentos e a sua relação com a moral, na descrição de objectos e de práticas religiosas, entre outros exemplos.

No âmbito da Escola de Antropologia do Porto, tanto no trabalho de Mendes Correia, como no de outros seus membros, houve a partir do final dos anos 20 e início dos anos 30 do século XX uma certa mudança no que aos estudos de antropologia física diz respeito. O assunto principal dos trabalhos deixa tanto de incidir sobretudo em aspectos físicos e morfológicos (estudos sobre o esqueleto) para passar a focar-se mais em aspectos como os grupos sanguíneos e os factores genéticos (Correia, 1927a; Correia, 1931b; Correia, 1931c; Correia, 1941b; Júnior, 1937b) ou a reprodução humana (Teixeira, 1936c; Correia, 1946a). Além disso, é também a partir dessa altura que começa a ser impulsionada a realização de pesquisas sobre os contextos coloniais. No entanto, ao longo das décadas, vai dando continuidade aos temas sobre os quais sempre escreveu, embora adaptando-os, adequando-os e diversificando-os. Por outro lado, vai reforçando nuns casos e atenuando noutros algumas das suas ideias. Nos anos 30 e 40, um período em que se assiste ao auge do racismo na Europa, reforça algumas delas quanto à «raça» e aos mestiços das colónias portuguesas, que não estavam tão explícitas nos seus textos dos anos 10 e 20. Além da crença na ideia de que existiam «raças» humanas, o professor da FCUP defendeu a possibilidade do seu aperfeiçoamento. Foi nesse sentido que propôs algumas medidas eugénicas, como a realização do exame pré-nupcial, o controle da natalidade entre indivíduos com doenças e o controle do mestiçamento nas colónias.

De modo geral, entre os seus textos sobre determinado tema, ou que revelam a procura de resolução para uma questão específica, o autor faz um percurso do geral para o particular. Entre o geral, procura inventariar as diferenças e salienta que o estudo e o conhecimento delas são importantes para o melhor conhecimento da humanidade. No entanto, quase sempre acaba por concluir que as dissemelhanças, afinal, não são assim tão grandes e os dados quantitativos não permitem tirar grandes conclusões para a análise⁷. Por outras palavras, apercebemo-nos nos seus trabalhos de um certo percurso da diversidade para a homogeneidade. Descreve que os métodos utilizados no laboratório antropológico do Porto eram os «métodos correntes de craniografia e craniometria, de osteometria, de estudo antropométrico e descritivo no vivo», assim como os «métodos de identificação, a hematologia étnica, a pesquisa do metabolismo basal» e «alguns trabalhos de psicologia experimental» (1941a: 34). O autor recorre a este tipo de estudos, utilizando sobretudo dados de observação e medição quantitativa, por

⁷ Llobera, por exemplo, reconhece que houve por vezes na antropologia uma incorporação de modelos teóricos de outras ciências, de forma mecânica, cuja aplicação não resultou, contudo, num sucesso; tais incorporações de modelos científicos externos terão constituído algumas vezes obstáculos para a antropologia (1976: 36-37).

influência de trabalhos que estavam a ser produzidos contemporaneamente, por um lado, e entre os seus pares, por outro.

Tal como Mendes Correia, os indivíduos com formação em medicina, habituados a observar corpos humanos, estavam especialmente habilitados para os estudos antropométricos. Não obstante, pode dizer-se que é destes primeiros esforços que nasce uma aproximação ao conhecimento antropológico, embora de domínio bioantropológico e não sociocultural. A antropologia social britânica e a antropologia cultural americana não influenciaram a Escola de Antropologia do Porto, que sobrestimou o estudo das características somáticas dos povos, ou seja, mais no âmbito de uma antropobiologia. A antropologia física que desenvolve não o afasta dos interesses pela pré-história, medicina, ciências naturais, história e etnologia. Contudo, em algumas das suas pesquisas os elementos etnográficos surgem apenas como complementares dos dados antropobiológicos que descreve e sistematiza. Normalmente, as suas análises apresentam primeiro a parte antropológica, ou seja, mais física, e depois a parte etnográfica, isto é, a que respeita aos aspectos socioculturais, folclóricos, medicina popular e cultura material. Todavia, acabou por publicar obras de alguma envergadura, ricamente ilustradas com mapas, fotografias, desenhos, textos descritivos dos solos, da geografia e dos aspectos geológicos, que tiveram o apoio da universidade e foram subsidiadas pelo Estado.

Mendes Correia era considerado um perito em vários assuntos relativos à história, em geral, e, especificamente, à de Portugal, assim como à arqueologia e à antropologia. Entre os aspectos que terão contribuído para a credibilidade do autor estão: o seu curso de medicina (1911), o doutoramento em ciências histórico-naturais (1921) e em letras na área de ciências geográficas (1925). Ou seja: tinha a autoridade científica que é reconhecida a um agente para escrever e publicar, emitir opiniões ou pareceres. Mas não o fazia, contudo, enquanto especialista médico que redige pareceres. Não frequentava, os congressos internacionais de medicina de Pasteur, onde vamos encontrar, por exemplo, figuras como Ricardo Jorge. Participa sobretudo em congressos generalistas e não tanto em eventos mais especializados. Não obstante ter publicado em revistas de medicina, tal, provavelmente, não seria possível hoje devido ao sistema de avaliação científica por pares. Neste campo, a actividade do professor da FCUP foi sobremaneira a de utilizar a ciência natural para dar pareceres individuais, sociais e históricos, procurando algumas vezes encontrar uma origem e uma caracterização para os portugueses. Apesar de não ser um especialista no campo médico, o seu trabalho era visto como um modo autorizado de tratar a história da nação, escrever sobre o povo português e os seus antepassados, os indivíduos ditos criminosos ou as populações

autóctones das colónias. Essa credibilidade foi-lhe concedida a nível nacional, traduzida nas suas publicações e nas funções que desempenhou, mas também a nível internacional. Os seus trabalhos foram publicados em alguns periódicos conceituados da sua época, em boletins de sociedades científicas e em actas de congressos nacionais e estrangeiros. Colaborou com a revista *A Águia*, com cerca de doze artigos publicados; participou também em *Dionysos*, *Primeiro de Janeiro*, *Universidade*, na primeira *Revista da Faculdade de Letras do Porto* (da qual fez parte da comissão de redacção, juntamente com Leonardo Coimbra e Hernâni Cidade), na *Revista de Estudos Históricos* e outras revistas científicas.

A sua obra teve impacto a nível internacional, o que não é muito comum em autores seus contemporâneos e mesmo em outros que lhe sucederam. A atribuição do doutoramento *honoris causa* por universidades europeias e na África do Sul (Joanesburgo) surge desse reconhecimento e também do seu papel enquanto antropólogo oficial. Por volta de 1924 foram feitas referências aos seus trabalhos, assinadas pelo francês G. H. Luquet na revista parisiense *L'Année Psychologique* (AAVV, 1935). Foi citado também por autores como: o pré-historiador Henri Breuil; o geógrafo alemão Hermann Lautensach; o antropólogo Biasutti; os geógrafos Hugo Obermaier e Hernandez Pacheco; o geólogo Raymond Furon; o criminologista Quintiliano Saldaña; e o escritor brasileiro Afrânio Peixoto. Representou também Portugal, estando presente na Comissão Internacional da CIAO (Conferências Internacionais dos Africanistas Ocidentais), um organismo que reuniu em Janeiro de 1945 em Dakar por iniciativa do Instituto Francês da África Negra, dirigido por Théodore Monod, que abrangia naturalistas, etnólogos e geógrafos do noroeste africano com representações em França, Portugal, Espanha e Grã-Bretanha e nas respectivas colónias (Correia, 1945a). Noutra ocasião deslocou-se a Bucavu na companhia de Adriano Moreira. A sua opinião era consultada, ou eram-lhe solicitados os seus conhecimentos, face a assuntos específicos, dentro ou fora do país, como constatei na sua correspondência pessoal.

A altura do seu auge ocorre durante as Comemorações Centenárias (1940) e com a publicação da obra monumental *Raças do Império* (1943a). Após esta fase, vem a ter cargos de poder que mostram a sua relação com o Estado Novo, como o de deputado da AN e o de presidente da SGL. Nos anos 40, o darwinismo social era ainda influente em Portugal. Neste contexto, a mestiçagem era vista como uma ameaça por algumas das figuras mais importantes ligadas à Escola de Antropologia do Porto, como é o caso de Mendes Correia, mas também à Escola de Antropologia de Coimbra, onde figurava Eusébio Tamagnini. No que respeita ao primeiro, o seu pensamento foi evoluindo ao longo do tempo e algumas das suas afirmações mais hostis, dos anos 20 aos anos 40, foram-se atenuando a partir de meados dos anos 40 e

sobretudo nos anos 50. Nos anos 40, e no que respeita ao «império», os exemplos mais positivos, segundo ele, estavam em Cabo Verde. A população que constituía este país, por ser sobretudo mestiça, era considerada também mais «civilizada» que as restantes populações que habitavam os espaços africanos administrados por Portugal. De um modo geral, os livros do professor da FCUP realizados durante os primeiros anos da sua produção (anos 10 e 20) têm mais interesse do que os últimos (anos 40 e 50), salvo raras exceções, uma vez que alguns incluem certos devaneios, excessivas descrições, assim como discursos políticos e elogios a Salazar colocados a propósito de assuntos muito gerais.

Não foi só pela influência de Mendes Correia, mas, de facto, a tradição naturalista e racalista da antropologia, concretizada no domínio da antropologia física, teve uma forte presença universitária até meados do século XX em Portugal. Depois de 1945, não só os estudos de antropologia física, como os ligados à antropologia colonial, passaram a ser bastante questionados (nas próprias sociedades ocidentais incluindo as detentoras de impérios coloniais), a par de uma mudança nos paradigmas teóricos, que se alteraram bastante, e mais ainda, nos anos 50 e 60. Enquanto ciência, a antropologia física evoluiu em sentidos diferentes, dirigindo-se para os estudos de genética humana, alimentação, estudos paleontológicos, ecologia animal, biologia do comportamento, entre outros. A associação da Escola de Antropologia do Porto com os trabalhos de teor racalista (e até racista) e colonialista nela realizados contribuiu para a conotação pejorativa que veio a ter. Essa terá sido uma das razões pelas quais foi ignorada durante tanto tempo.

Pela análise da obra de Mendes Correia verifiquei que as suas considerações acerca de alguns temas, nomeadamente as origens do homem, as ideias sobre a «raça» e sobre os nativos das colónias se vão alterando ao longo dos anos e consoante a conjuntura nacional e internacional. Tal postura pode ser vista não só como uma estratégia, mas também como uma adequação necessária aos tempos do período pós II Guerra Mundial, que despertaram mudanças urgentes. O que mudou nos discursos do autor foi sobretudo a representação que o Estado construía de si – «extinção» do império - e das sociedades que controlava: em vez do império com a «raça» branca a predominar, passaria a valorizar-se a nação pluricontinental e multirracial. A forma como define «raça», que demonstrei no capítulo 3 desta tese, é mais estrita do que a apresentada no capítulo 4, que pressupõe a existência, tanto na metrópole como nas colónias, de maior heterogeneidade (1943a: 5). Contudo, embora reconheça essa heterogeneidade, considera que os condicionalismos biológicos não devem ser abandonados (1943a: 9). Nos finais dos anos 50, e perante as alterações na situação geopolítica mundial, foram introduzidas mudanças na ciência e o discurso antropológico foi também reconstituído

e reelaborado. No entanto, de certa forma, os temas que Mendes Correia escolheu como a «raça» e a mestiçagem, vendo os mestiços como uma ameaça, e a ênfase que colocou em estudos de antropologia física, parecem ter contribuído para o modo crítico como a antropologia feita no Porto, e especificamente por Mendes Correia, passou a ser vista. Tal ideia persiste até hoje.

Enquanto a antropologia física tradicional se desenvolveu mais no âmbito dos estudos antropométricos, craniométricos, arqueológicos e de antropologia criminal na linha antiga, já os estudos da nova antropologia física passaram a ser um meio, e não o objectivo em si, da investigação da evolução humana e dos mecanismos responsáveis pela variação e adaptação. Segundo S. L. Washburn (1951), o estudo da «raça» não deveria continuar a existir, uma vez que não existiam bases científicas que justificassem tal diferenciação entre os homens, e a nova antropologia física, ou a recente antropologia biológica, deveria sustentar-se no estudo de parâmetros e marcadores genéticos e no desenvolvimento da genética das populações. A expressão antropologia biológica passa a designar então um novo paradigma que inclui áreas como a primatologia, a genética, a ecologia humana e a evolução (Washburn, 1951). No entanto, há ainda hoje quem associe a antropologia biológica ao paradigma anterior aos anos 50 do século XX. O desconhecimento relativamente à nova antropologia física, assim como a entrada tardia da antropologia social e cultural (comparativamente com a Inglaterra e com os EUA) no paradigma nacional conduziram a determinados preconceitos que se desenvolveram relativamente à antropologia biológica contemporânea⁸. No entanto, e apesar de um certo arrefecimento desta área durante os anos 70 e 80, já nos 90 do século XX, por impulso de antropólogos como João Pereira Neto e António Bracinha Vieira, surgem vários trabalhos realizados no âmbito da primatologia, por exemplo, no ISCSP (escola que teve origem na ESC da qual Mendes Correia foi director), na FCTUC, na FCUL e no ISPA.

Por outro lado, Mendes Correia não chega a estudar propriamente um grupo de um ponto de vista mais holístico. As suas análises são focadas essencialmente em sujeitos individuais, não se tomando em conta as eventuais relações com outros sujeitos, as suas interações ou até a explicação para as mesmas. Embora fale na influência cultural, e nas mudanças sociais e culturais que podem ocorrer por influências externas, ou despoletadas pela migração, não é motivado pela escola de pensamento difusionista. Tanto os difusionistas, como os funcionalistas repudiaram a ligação entre «raça» e cultura. Assim, no início do século XX, a investigação dos antropólogos físicos e a dos socioculturais distanciou-se. Os

⁸ A nível internacional existem autores que procuram articular o biológico e o cultural (Ingold, 1988, 1990).

arqueólogos e os antropólogos biológicos, contudo, continuaram ligados aos objectivos da antropologia do século XIX, ou seja, a procurar documentar o curso da história humana. Além disso, na antropologia moderna, os antropólogos biológicos continuam preocupados, embora em bases distintas dos que postulavam a ligação entre «raça» e cultura, em encontrar, através dos estudos genéticos, por exemplo, os antepassados das populações actuais.

As colónias constituíram um dos grandes interesses e motivações de Mendes Correia. No âmbito do seu projecto colonial partilha da ideia de missão civilizadora de Portugal, referindo-se por vezes aos nativos das colónias como «selvagens» ou populações atrasadas». Contudo, como afirma, não obstante tenha feito algumas viagens e estabelecido vários contactos, a sua relação com as mesmas nunca foi muito intensa e demorada, embora tenha sempre estimulado o trabalho dos outros:

Sou um modesto biologista, mais precisamente, cultor das ciências do Homem. Sou, de preferência, um estudioso de gabinete, um trabalhador do laboratório e de museu, mais do que homem do campo, do mato, da selva e, muito menos, do mar. Quanto ao mar, apenas por duas vezes, comodamente instalado em admiráveis transatlânticos, fiz a jornada - sempre grata para um português - do Brasil. Quanto às colónias, fiz duas curtas viagens à Guiné em avião e só lá efectuei curtas digressões. Recentemente, também de avião, desloquei-me à África do Sul e a Lourenço Marques. [...] Mas, meus senhores, tenho bem a noção e o sentimento do que são trabalhos de campo. Efectuei numerosas tarefas de prospecção arqueológica e antropológica, fiz escavações, escalei mais de uma centena de montes da nossa terra, na pesquisa de antigualhas e de outras coisas curiosas. Já visitei muitas cavernas, não cavernas daquelas que estão preparadas turisticamente para cómodo percurso dos visitantes, mas grutas irregulares e de acesso por vezes difícil, nas quais, metido em fato-macaco, de rastos sobre o solo húmido, tínhamos, por vezes, para avançar centenas de metros, através de estreitas comunicações, de meter primeiro um ombro e depois o outro, com o gasómetro de acetileno na mão, na nossa frente. [...] Dos títulos singelos que apresento para poder esperar um pouco de atenção pelas minhas considerações, há um que reivindico sem sombra de modéstia: é o de ser um animador, o de ter um grande entusiasmo pelo trabalho científico, não apenas próprio, mas também alheio, nos mais variados domínios. [...] Sofro de um mal de curiosidade ilimitada: entenda-se bem, curiosidade científica. Quanto ao trabalho alheio, em todas as missões de chefia em que me tenho encontrado, poderão acusar-me de ter auxiliado, de ter amparado, alguma iniciativa que não resultou com êxito, algum jovem que não correspondeu às esperanças nele depositadas. Mas ninguém poderá dizer com verdade que eu recusei algum dia, dentro das possibilidades de tais missões, apoio a qualquer valor real. Fui sempre entusiasta do mar, não sendo marinheiro (sessão na AN de 20.1.1950).

Mais do que teorias com um carácter inovador, ou que se tenham destacado no panorama científico nacional e internacional, o que Mendes Correia contribuiu foi com a criação de condições para que outros futuramente pudessem desenvolver investigação no país ou nas ex-colónias, uma vez que esses espaços eram então considerados como fazendo parte do país. Em termos da sua acção, desbravou caminhos, definiu estratégias e delineou trilhas que contribuíram não só para a produção de novos conhecimentos, mas também para a transversalidade do conhecimento. Batalhou pelo progresso científico, pelo reconhecimento da investigação e pela melhoria do estatuto de professor universitário.

Abordou ainda algumas ideias e propostas pelas quais se distinguiu: a influência africana no património genético dos portugueses (1917); os lusitanos como principais antepassados dos portugueses (1919); a necessidade do conhecimento das colónias e seus habitantes (anos 30); a construção de habitação digna para as classes sociais mais desfavorecidas (1936); o acesso dos cidadãos à vida cultural e científica (1936); a valorização do património do país (1936) e do ultramar (1949); a generalização do voto feminino (1945); a dignificação da carreira dos professores do ensino superior (1945, 1946) e dos geólogos (1952); a contratação de artistas nacionais (1946, 1947, 1949 e 1949); a criação de uma universidade colonial (1948); e a abolição do «estatuto de indígena» (1951). Além disso, o seu trabalho científico acaba por não ser muito diferente do produzido em outros locais. Embora a antropologia se tenha interessado inicialmente – século XIX – pelas origens do homem, pela busca de achados arqueológicos, cujos vestígios pudessem ilustrar a vida humana nos seus primórdios, pela sua proximidade com outros mamíferos, em especial os primatas, posteriormente tal foco direccionou-se para o estudo da variabilidade humana, sobretudo a partir de outros elementos, como os genes, e também a partir da componente social e cultural dessa variabilidade. Contudo, a permanência, ou a existência em simultâneo das duas vertentes (biológica e sociocultural), teve um largo espectro desde os inícios da prática antropológica. Assim, não só o trabalho praticado por Franz Boas reuniu as duas vertentes, mas também instituições de que são exemplo o Museu do Homem em Paris ou o Museu de História Natural de Nova Iorque. Para além das propostas em que o professor da FCUP se destacou mais, é no carácter da implementação de estruturas, que permitiram a realização de investigação, e da reunião em torno de si de um conjunto diversificado de colaboradores e discípulos, que sempre estimulou, que reside um dos seus maiores legados.

2. Colaboradores e continuadores da obra de Mendes Correia

Mendes Correia aproveitava as férias para visitar locais onde potencialmente se podiam achar dados arqueológicos, ou antropológicos, e incentivava os seus colaboradores a fazer o mesmo. Alguns dos seus trabalhos surgiram depois publicados na revista *TAE* ou na *Revista de Estudos da Universidade do Porto*. Em 1922 foram apresentados no Congresso Luso-Espanhol as conclusões de vinte trabalhos dos alunos de antropologia da UP (Correia, 1922a). O professor da FCUP encorajou e apoiou, assim, uma primeira geração de arqueólogos e de antropólogos, que vieram a deter posições de influência no campo científico em Portugal (figura n.º 56). Nos anos 30, António de Almeida e Santos Júnior começam a afirmar-se com a produção de artigos no âmbito da antropologia física, cuja temática incidia

sobre as populações colonizadas. Mais tarde, destacam-se Alfredo Athayde, professor das aulas teóricas de antropologia, que sucedeu a Mendes Correia na direcção do IAUP, e Leopoldina Paulo, assistente de Mendes Correia na cadeira de antropologia da FCUP. Entre os seus colaboradores estiveram também: os irmãos Joaquim Alberto e Américo Pires de Lima; Hernâni Monteiro; Bettencourt Ferreira; Amândio Tavares; Luís de Pina; Filipe Ferreira; Constâncio Mascarenhas, Lino Rodrigues, Melo Adrião, Fernando Castro Pires de Lima (filho de Joaquim Alberto Pires de Lima); Maria Irene Leite Costa⁹, entre outros.

Deixou um legado também no campo da geologia. A seguir à morte de Nery Delgado (1835-1908), adjunto da Comissão Geológica de Portugal, liderada por Carlos Ribeiro, houve um certo esmorecimento. No entanto, Mendes Correia viria a ser continuador da escola de arqueologia dos Serviços Geológicos da segunda metade do século XIX, tendo elaborado várias obras sobre o passado pré e proto-histórico, que incluem aspectos antropológicos, geográficos, históricos e arqueológicos (Correia, 1924a, 1928b, por exemplo). Além de ter sido professor do grupo de ciências geológicas na FCUP, desenvolveu iniciativas no sentido de que esta área, e os seus praticantes, se afirmassem no panorama nacional. Por outro lado, durante o período em que foi deputado na AN, interveio defendendo o interesse nacional em investir na geologia e em dignificar o trabalho dos seus praticantes. A sensibilização para os estudos de âmbito geológico ocorreu ainda durante as suas palestras realizadas na Emissora Nacional. Foi sócio da Sociedade Geológica de Portugal - criada em 1940 por figuras ligadas ao Porto, como Carrington da Costa (1891-1982), Carlos Teixeira (1910-1982) e Coteló Neiva (1917-...) - que publicava o *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal* no qual colaborou. Destacou o papel dos geólogos e da geologia para o desenvolvimento do país, alertando para a ocorrência de tragédias se os seus conhecimentos não fossem tomados em consideração. Promoveu a realização de cartografia geológica, não só em Portugal, mas também em outros locais, como as colónias.

Enquanto professor no Porto, foi mestre de Carlos Teixeira¹⁰, um dos geólogos portugueses mais influentes do século XX. Tal ascendência terá sido decisiva, não só pelo

⁹ Diplomou-se em Ciências Histórico-Naturais e em Farmácia, em 1934, ano em que se distinguiu na cadeira de antropologia; colaborou com Mendes Correia nos estudos sobre os nativos das colónias que participaram na exposição colonial. Foi professora e realizou trabalhos de investigação de testes psicológicos e pedagógicos. Nos anos 50 e 60 foi deputada da AN onde interveio sobre questões infantis e de assistência infantil.

¹⁰ Aluno de Mendes Correia na FCUP em geologia, geografia física, paleontologia e antropologia; interessou-se primeiro por temas de antropologia física, arqueologia e etnologia e, mais tarde, destacou-se como geólogo e paleobotânico; tornou-se sócio da SPAE e em 1934 publicou um trabalho nos *TAE* sobre medicina popular e superstições de Vieira do Minho (Teixeira, 1934; *vide* quadro n.º 1, Anexo IV); publicou ainda na área da arqueologia (Teixeira, 1935a, 1936b), antropologia física (Teixeira, 1935b, 1935c, 1936a) e sobre factores ligados à reprodução humana onde conclui «que existe para o homem um período de maior actividade genésica, confirmado não só pelas estatísticas da natalidade, mas também pelas da criminologia sexual, pelas dos

facto de ter sido seu professor, mas pela forma como veio a encarar a investigação científica, também ela diversificada, de modo semelhante ao mestre, pelo exemplo empreendedor que lhe deu e terá estado por detrás da criação da sua própria escola de investigação no Centro de Estudos de Geologia Pura e Aplicada da FCUL. A tradição dos estudos geológicos seria continuada a partir dos anos 40 por figuras como Georges Zbyszewski (1909-1999), Octávio Veiga Ferreira (1917-1997) e José Camarate França (1923-1963), contemporâneos de Mendes Correia, com os quais participou em algumas escavações.

Para além de ter iniciado vários estudos no campo da arqueologia, Mendes Correia impulsionou e apoiou a realização de escavações por parte dos colaboradores da Escola de Antropologia do Porto, através do CEEP (fundação do IAC), anexo à FCUP. As investigações arqueológicas mais importantes promovidas pelo CEEP (criado em 1945) foram as dos concheiros de Muge (Moita do Sebastião, Cabeço de Amoreira e Cabeço da Arruda), realizadas por Jean Roche¹¹ e Octávio da Veiga Ferreira, na sequência das que foram dirigidas por Mendes Correia na década de 30. Foram vários os arqueólogos, além destes dois mencionados, que beneficiaram, nos anos 50 do século XX, do apoio financeiro e institucional por seu intermédio, como aconteceu com Fernando de Almeida (cujas escavações na Egitânia tiveram o apoio do CEEP), Abel Viana, Eduardo da Cunha Serrão, E. Prescott Vicente e J. Camarate França. Os resultados dessas investigações foram muitas vezes publicados nos *TAE*. Quando Mendes Correia foi presidente da SGL, também aí se associaram E. da Cunha Serrão, E. Prescott Vicente e J. Camarate França. O arqueólogo Abel Viana recorreu ao seu apoio para poder realizar escavações na região de Elvas, uma vez que esse objectivo estava a ser dificultado por Manuel Heleno¹². Mendes Correia terá sempre procurado apoiar os que recorreram ao CEEP. O próprio referiu que um dos traços «mais indispensáveis na personalidade do homem de ciência é o acolhimento, o estímulo, o auxílio, a simpatia para com os novos» e que conheceu «velhos, avaros do saber e da glória, que ocultavam informações, documentos, livros, aos jovens que os procuravam» (Correia, 1951b:

suicídios, etc.» (Teixeira, 1936c: 14); em 1940 participou no Congresso da Pré e Proto-História de Portugal (Athayde e Teixeira, 1940) e no CNCP (Teixeira, 1940), integrados nos Congressos do Mundo Português; fez o elogio académico de Mendes Correia na ACL (Teixeira, 1964), destacando a notabilidade do IAUP.

¹¹ Mendes Correia foi o responsável pela vinda a Portugal, em meados dos anos 50, do abade Jean Roche, *maître de recherches* do CNRS, especialista na pré-história e no mesolítico, que trabalhava em Marrocos. Jean Roche visitou os concheiros de Muge, fez escavações em combinação com o Instituto de Estudos Arqueológicos em Portugal e veio a ser o orientador de Vítor Oliveira Jorge (actual presidente da SPAE).

¹² Segundo João Luís Cardoso, apesar das críticas habitualmente feitas a Manuel Heleno, sobretudo relativamente ao seu carácter, ele é o autor do «mais extraordinário repositório de descobertas e considerações originais de índole arqueológica que até ao presente e em Portugal se devem a um só arqueólogo» (1999: 154).

80). Talvez por essa razão refere que a sua consciência não o acusaria de «ter intencionalmente fechado o caminho a um jovem» (*idem, ibidem*).

Os problemas levantados por Manuel Heleno a Mendes Correia e a outros investigadores, de que dei conta no capítulo 3, continuaram nos anos seguintes em várias ocasiões. A personalidade difícil de Manuel Heleno conduziu a que também Afonso do Paço e Eugénio Jalhay não tenham doado o espólio obtido nas suas escavações ao Museu Etnológico, preferindo entregá-lo a museus locais, aos Serviços Geológicos de Portugal ou à Associação dos Arqueólogos Portugueses. Além de Mendes Correia, Manuel Heleno manteve conflitos com Abel Viana e com investigadores dos Serviços Geológicos de Portugal. Nos anos 50, e já muito tempo depois do falecimento de Leite de Vasconcelos, dirige críticas ao seu antecessor no museu (Fabião, 1999: 124). Ao contrário de Mendes Correia, não se conseguiu bater pela instituição à frente da qual estava, nem convencer os meios políticos, apesar dos cargos que ocupou. A nível internacional, não publicou nem frequentou congressos, ao invés de vários investigadores seus contemporâneos como Mendes Correia.

Mesmo depois de se ter afastado das actividades de investigação, na antropologia e na arqueologia, para ocupar cargos políticos e institucionais, o professor da FCUP continuou a ter funções consultivas nas quais deliberava sobre a pertinência de determinadas investigações, ou o seu financiamento. Desenvolveu também sempre contactos nacionais e internacionais, o que constituiu, de facto, a antítese da atitude de Manuel Heleno. Por outro lado, mesmo os debates acesos que manteve com figuras da arqueologia suas coetâneas, acabaram por contribuir para a afirmação desta disciplina em Portugal e para o seu incremento. Segundo Carlos Fabião (1999), os investigadores estrangeiros que vinham a Portugal visitavam o Museu Etnológico; no entanto, os interlocutores preferenciais eram o CEEP, dirigido por Mendes Correia, os arqueólogos da associação dos Arqueólogos Portugueses (Afonso do Paço e Eugénio Jalhay), os Serviços Geológicos de Portugal (onde estavam George Zbyszewski e Octávio da Veiga Ferreira), ou a Sociedade Martins Sarmento (onde o coronel Mário Cardozo mantinha a *Revista de Guimarães*). O geógrafo Orlando Ribeiro¹³ chegou a escrever que Manuel Heleno foi nefasto, já que «não fez nem deixou fazer» (1978: 30). Embora tenha lido Bosch Gimpera e Gordon Childe, Manuel Heleno não produziu uma síntese da pré-história e antiguidade de Portugal, ao contrário do que procurou

¹³ Foi aluno do geólogo suíço Ernest Fleury; deve a sua formação francesa também a Lautensach; trabalhou em Portugal com Lautensach, Martonne e Birot; foi pela mão de Barahona Fernandes que entrou na ACL; participou na organização do Congresso Internacional de Geografia de Lisboa (1949), a primeira reunião internacional de geógrafos depois da II Guerra Mundial (Ribeiro, 2003: 99). Entre os geógrafos mais activos, contou com A. Fernandes Martins e Mariano Feio; ajudaram-nos na preparação e direcção das excursões os geólogos G. Zbyszewski e Carlos Teixeira, a historiadora Virgínia Vau e o etnólogo Jorge Dias (Ribeiro, 2003: 99).

fazer Mendes Correia. Também este último recebe duras críticas da parte de Orlando Ribeiro, ao ser descrito como um autor que:

Cuidou [...] a sua propaganda nacional e internacional, desviou-se da sua vida de homem de estudo, no Porto, para vir ocupar, em Lisboa, posições de prestígio político e chorudos encargos. Muito inteligente, soube ver quais os problemas mais controvertidos da Antropologia e da Etnologia sobre os quais publicou artigos em francês em reputadas revistas internacionais (1977: 52).

Orlando Ribeiro acrescenta que nos trabalhos do professor da FCUP «havia muito joio entre o trigo» (1977: 52). Para ele, «a fama de Mendes Correia não sobreviveu ao afã com que ele e outros lha testemunhavam» e o seu «esquecimento é um acto de justiça» (*idem, ibidem*). De facto, a sua ausência é notória nas listas bibliográficas de trabalhos depois dos anos 60, quando comparada com a de outros autores como Jorge Dias ou Ernesto Veiga de Oliveira. Contudo, as críticas de Orlando Ribeiro dirigiram-se sempre mais para Manuel Heleno do que para Mendes Correia.

Um dos colaboradores mais próximos¹⁴ de Mendes Correia foi Santos Júnior¹⁴, sucessor de Alfredo Athayde na direcção do IAUP. Apesar de ter desenvolvido trabalhos de âmbito distinto, procurou dar continuidade às pegadas do mestre, lembrando os objectivos da antropologia por ele perspectivada, como na lição de abertura do curso de antropologia na Universidade de Luanda, na Faculdade de Ciências, em Outubro de 1970, em que refere:

A Antropologia é uma ciência bem individualizada de enorme âmbito de estudos [...], mas com finalidades bem estabelecidas, com métodos de trabalho particulares, [...] uma ciência autónoma, servindo-se é certo de larga soma de conhecimentos de ciências subsidiárias (Júnior, 1971: 7).

Um dos nomes mais importantes da história da antropologia portuguesa, que entrou para o CEEP em 1947 pela mão de Mendes Correia foi o de Jorge Dias, que não deverá ser considerado propriamente um discípulo, mas um continuador dos estudos antropológicos em Portugal e de algumas estruturas que o primeiro procurou implementar. Jorge Dias estudou filologia germânica na UC e foi influenciado pela tradição intelectual iniciada no Porto por Joaquim de Vasconcelos, Carolina Michaelis, Adolfo Coelho, Teófilo Braga, entre outros. O seu interesse na arqueologia e na etnografia vem na linha de Rocha Peixoto e de Leite de Vasconcelos. Posteriormente, deslocou-se para Rostock, na Alemanha, para leccionar línguas. Em Berlim trabalhou com Richard Thrunwald que o terá posto em contacto com a antropologia cultural norte-americana. Escreveu uma tese sobre a aldeia comunitária de

¹⁴ Licenciado em medicina, professor de antropologia na FCUP, presidente da SPAE e fundador da Reserva Ornitológica do Mindelo, criada pelo Decreto-lei de 2.9.1957, que foi a primeira Reserva Natural de Portugal e a primeira Reserva Ornitológica da Europa, embora actualmente não tenha um estatuto de protecção definido. O seu espólio foi doado pela família e está hoje integrado no Centro de Memória de Torre de Moncorvo.

Vilarinho da Furna do Gerês. Viveu em Espanha entre 1944 e 1947. Quando regressou a Portugal foi convidado, como referi, para trabalhar no CEEP e dirigir a sua secção de etnografia. O exercício dessa função contribuiu para que houvesse um incremento no desenvolvimento da antropologia sociocultural. Tal levou a que os próprios *TAE* passassem a publicar mais trabalhos nesse âmbito. No final dos anos 40 publica a versão revista da sua tese feita na Alemanha (Dias, 1981 [1948]), na qual recusa o papel explicativo da «raça» para o comportamento social (Sobral, 2007), e um livro sobre as origens e distribuição dos arados em Portugal (Dias, 1982 [1948]). Quando visita os EUA em 1950 é influenciado pela antropologia cultural americana e reformula a sua definição disciplinar (Pina-Cabral, 1991: 29). Tal é verificável depois na sua obra sobre Rio de Onor – aldeia do nordeste português com tradições comunitárias – onde cita Ruth Benedict, Lowie, Kluckhohn, Kroeber e Murdoch. Todavia, destaca sobretudo os aspectos materiais e tecnológicos e não tanto a estrutura social (Pina-Cabral, 1991: 29).

Depois de Jorge Dias, outras pessoas entraram para o CEEP: Margot Dias (em 1947), Ernesto Veiga de Oliveira (1948) e Fernando Galhano (1953¹⁵). Em 1956 o trabalho da equipa foi continuado em Lisboa à qual se juntou em 1959 Benjamim Pereira. Enquanto professor, ensinou etnologia na FLUC (1952-1956); etnologia (1956), depois etnologia geral (1957) e etnologia regional (1958) na FLUL; estabeleceu um programa que permitiu a atribuição do grau de licenciatura em Etnologia no ISEU; e, por indicação de Adriano Moreira, leccionou no ISEU as cadeiras de Antropologia Cultural e Instituições Nativas (de 1956 a 1962) e Antropologia Cultural e Instituições Regionais após 1962 (Pereira, 1989: 66). Segundo Ernesto Veiga de Oliveira, Jorge Dias prossegue a «tradição escolar» da etnologia, que referi no capítulo 2, embora fazendo a «revisão crítica [...] dos conceitos formulados pelos seus antecessores» (1972: 7).

Após Santos Júnior se jubilar o seu lugar foi ocupado por João Machado-Cruz¹⁶, professor catedrático em 1973, quando concorreu com Leopoldina Paulo, tendo ganho o lugar. Foi director do museu de antropologia da FCUP e enquanto director do Instituto de Zoologia e Antropologia da FCUP, foi-lhe aconselhado dedicar-se à antropologia. Começou então a trabalhar na área de antropologia biológica (genética humana) procurando desenvolver um trabalho dirigido à comunidade, que ainda hoje defende, nomeadamente em testes de identificação de paternidade e na identificação de registos criminais.

¹⁵ Harry West refere que Galhano se juntou à equipa em 1948 (West, 2006: 147).

¹⁶ Licenciado em ciências biológicas (1949); professor assistente na FCUP, que trabalhou inicialmente sobretudo na área da zoologia, tendo feito uma tese de doutoramento sobre a sardinha (entrevista realizada em 2007).

Uma outra fonte para conhecer a obra produzida pela Escola de Antropologia do Porto é o conjunto de miscelâneas¹⁷ com artigos das pessoas adstritas à escola – professores e investigadores – e outras, nacionais e estrangeiras, com quem foram permutados trabalhos. Este carácter de troca de artigos, ideias, partilha e discussão de métodos, contribuiu sobremaneira para a construção e estruturação da escola. Tal conjunto é composto por 66 volumes, tendo cada um entre 20 e 50 textos, aproximadamente. O primeiro artigo do 1.º volume (escrito por Mendes Correia sobre Alexandre Herculano) data de 1910, e o último artigo, do último volume (de Eduardo da Cunha Serrão sobre arqueologia) data de 1975. No entanto, no âmbito total das miscelâneas existem textos desde meados do século XIX (1854, por exemplo). Tais materiais são classificados a lápis em categorias como: antropologia, antropologia física, etnologia, anatomia (e dentro desta a anatomia topográfica¹⁸), medicina, desenvolvimento psíquico, entre outros; alguns artigos são sobre animais, mas não são classificados como medicina veterinária. Outros assuntos tratados são: arqueologia, memórias, farmacologia, estomatologia, obstetrícia, mineralogia, várias monstruosidades no humano e no animal (galinha, coelho). São sobretudo os médicos que se debruçam sobre anomalias, deficiências e «monstros humanos».

A preocupação comum em muitos desses textos parece ser a de encontrar uma norma e um desvio para cada caso analisado. No entanto, existem excepções. Por exemplo, apesar da maioria dos textos de J. A. Pires de Lima ser sobre anatomia, patologia e zoologia, existe um sobre o sardão nas tradições populares (miscelânea II). Por outro lado, um dos temas mais presentes nas miscelâneas é o da «raça». Pareceu-me também que os textos permutados (e recebidos na escola) eram sobretudo do interesse de Mendes Correia (e não tanto, talvez, da maioria das outras pessoas a ela ligadas). No final dos anos 60, e inícios dos anos 70 do século XX, registei uma grande presença de trabalhos no âmbito da arqueologia e da geologia; parece que estas áreas tiveram um papel muito importante no que respeita a dar continuidade ao trabalho impulsionado e desenvolvido desde os primeiros anos por Mendes Correia e outras figuras da escola. E, de facto, após 1974 a arqueologia desenvolveu-se consideravelmente na FLUP.

A Escola de Antropologia do Porto pode ter apenas perdurado meio século, mas enquadrou-se num período de muitas mudanças, e de ascensão dos fascismos, tendo tal influenciado não só os temas de investigação escolhidos, como os locais com os quais se permutavam trabalhos. No período após a II Guerra Mundial, por exemplo, verifiquei que

¹⁷ Material consultado na Biblioteca da FCUP.

¹⁸ Vide miscelânea XIV.

passaram a existir menos permutas de trabalhos com as universidades de países mais a leste, como a Polónia e a Checoslováquia (hoje República Checa). Isto deveu-se indubitavelmente à Guerra Fria, que passou a isolar pessoas e ideias¹⁹, e que me faz concluir que os trabalhos antropológicos que hoje melhor se conhecem são sobretudo os produzidos mais a Ocidente (Europa e EUA) e, por conseguinte, aqueles que vieram a definir o *mainstream*. Existem vários estudos interessantes, produzidos em universidades do leste (alguns semelhantes aos estudos influenciados pelos ideais românticos), baseados em estudos etnográficos, sobretudo virados para a cultura popular, e, dentro desta, a de raiz essencialmente rural, que são praticamente desconhecidos ou ignorados. Mendes Correia, como de resto a antropologia portuguesa, foi marginal; no entanto, esforçou-se para que assim não fosse.

Num total de 66 volumes, como referi, são 14 os que incluem apenas autores estrangeiros. Isto, embora em outros volumes, possam surgir autores estrangeiros e, em alguns destes, possam surgir autores portugueses²⁰. Com a listagem dos autores estrangeiros²¹ podemos averiguar quem eram os autores de fora com quem eram permutados trabalhos. Entre eles estão: Sergi, Deniker, L. Hoyos Sanz (antropólogos); H. Breuil e Obermeier (arqueólogos); P. Saintyves (etnógrafo e folclorista francês); H. Lautensach (geógrafo, que trabalhou com Orlando Ribeiro); Luís de Hoyos Sáinz (catedrático de fisiologia, presidente da secção de ciências naturais do Ateneu de Madrid, do Instituto de Higiene Escolar, do Comité Internacional de Antropometria); e Sílvio Romero (historiador brasileiro). Desta pequena lista é possível perceber, à partida, que se tratavam de especialistas de áreas muito distintas, mas cujo trabalho preencheria os interesses diversificados de Mendes Correia.

3. Do Porto para Lisboa; de Lisboa para o país

Quando se afastou do Porto, e foi para Lisboa, Mendes Correia não deixou de acompanhar a escola de antropologia que fundou, sobretudo através da correspondência que foi mantendo com Santos Júnior. Através das cartas, e através de Santos Júnior, Mendes Correia: a) solicita artigos sobre determinados assuntos, assim como notas (para a imprensa, para os *Anais* da FCUP e para os *TAE*), fotografias e desenhos; b) estimula o trabalho dos indivíduos ligados à escola e apoia-os na obtenção de financiamento e publicação de trabalhos; c) delega tarefas a pessoas diferentes, consoante as suas responsabilidades e domínios de estudo, ou de acção; d) dá instruções sobre a participação em congressos

¹⁹ Leite de Vasconcelos, por exemplo, lia russo, mas depois essa e outras línguas deixaram de ser obrigatórias.

²⁰ É o caso de António Aurélio da Costa Ferreira, J. Bethencourt Ferreira, Joaquim Leitão, Froilano de Melo (português nascido em Goa), A. Pereira-Forjaz e F. L. Pereira de Sousa, presentes no volume III.

²¹ Consultar o Anexo VI com a lista dos seus nomes e o volume da miscelânea onde participam.

(sugerindo temas de apresentação e nomes dos apresentadores)²²; e) dá conselhos bibliográficos; f) tenta atenuar conflitos. Por outro lado, levou assuntos a discussão na JMGIC e na AN, a pedido de Santos Júnior, ou seja, utilizou os cargos que teve para interceder junto das mais altas instâncias para que determinado projecto fosse aprovado e/ou financiado. Em algumas dessas ocasiões cita as opiniões de especialistas estrangeiros procurando reforçar os seus argumentos.

Pelos seus pares de Lisboa, continuou a ser considerado como um homem do «Norte», e especificamente do Porto, e como professor catedrático da FCUP, uma ligação materializada no quadro a óleo com a sua figura, que faz parte do conjunto de professores retratados no salão nobre da FCUP (figura n.º 57). Deixou, contudo, marcas em outros locais, como a ESC, o ISCSPU, a JMGIC e a SGL. Na ESC foi docente de geografia, director e orientador de dissertações finais do Curso de Altos Estudos Ultramarinos. Foi Mendes Correia²³ quem convidou o então jovem advogado Adriano Moreira, por telegrama, para leccionar direito na ESC, chegando mais tarde a director dessa escola e a ministro das Colónias. Em entrevista, Adriano Moreira referiu que pode bem dizer que deve tudo a Mendes Correia e proferiu estas palavras:

Eles queriam reformar o sistema prisional do ultramar [...] e pediram-me a mim para estudar isso, o que era um cargo enorme, porque eu era muito jovem [...]. Depois visitei as colónias todas de África. E vim de lá com esta ideia: esta coisa do direito que nós andamos a ensinar não corresponde à verdade. O que lá se passa não tem nada a ver com as leis. Eu acho que é preciso alterar a escola, começar a estudar a realidade, porque eu tenho andado a ensinar coisas que não se passam de facto [...]. Eu sinto que ele influenciou muito a minha vida, porque foi ele que me levou lá [...], porque vi que o mundo que tinha sido criado não estava lá e então tenho de prestar esta homenagem ao Mendes Correia, sendo ele um professor velho, antigo com todo o peso que era a universidade nesse tempo, quer no Porto, Lisboa ou Coimbra. Eu acompanhei-o a um congresso importantíssimo que houve em Bucavu [...] um congresso de ciências sociais e eu fui presidente da comissão de administração e fui com Mendes Correia, que era o nosso vulto [...]. Ele teve em conta o meu relatório e disse-me: «Você tem toda a razão! Faça o favor de dizer tudo o que tem a dizer!» E é aí que nasce o Centro de Estudos Políticos e Sociais na JIU, de que é director Carrington da Costa [...]. Eu fui nomeado director desse centro de estudos e com grande espanto, porque eu era o mais novo de todos, e fizemos coisas extraordinárias, não faltava dinheiro naquela altura [...]. Começou a tornar-se evidente no meu espírito que a escola tinha de entrar na universidade [...]. Mendes Correia não pôs a menor objecção a tudo quanto eu queria fazer [...]. Eu não teria aberto aquele caminho se a pessoa que ele era, pela idade, etc., tivesse achado que não devia ser [...] mas ele próprio pôde reconhecer na conferência de Bucavu que o atraso que tínhamos era extraordinário²⁴.

²² Por exemplo, a 6-7-1953 refere: «Quanto à visita dos espanhóis, falarão aí (dez minutos cada) o Abel Viana (megalítico), V. (arte rupestre), o Chico (arte medieval portuguesa) e o Veiga Ferreira (Muge). (...) E não se pretende senão resumos das últimas novidades» (sublinhados no original). Correspondência de Mendes Correia 1930-1953. Pasta 365. Centro de Memória, Torre de Moncorvo.

²³ Nessa altura era presidente da SGL, director da ESC e deputado.

²⁴ Entrevista realizada a 12.7.2010.

Com a intervenção de Adriano Moreira e com o acordo de Moisés Bensabat Amzalak, reitor da UTL (de 1956 a 1963), o ISCSPU entra para a UTL. A ligação da antiga ESC com a SGL ainda se foi mantendo, uma vez que alguns dos alunos, ou professores, da ESC estiveram depois ligados à SGL ou foram seus presidentes, como aconteceu com o próprio Adriano Moreira (de 1964 a 1974). Deve-se assim também a Mendes Correia a reforma nas políticas do país que diziam respeito ao ultramar. Segundo Rui Ulrich, a criação dos Institutos de Investigação de Luanda e de Lourenço Marques, assim como o prestígio que tinha o ISEU, eram também devedores do seu esforço e entusiasmo (Sep. de *Bol. da SGL*, 1957: 128).

Em 1957 foi criada na JIU (presidida por Mendes Correia) a MEMEUP, da qual fizeram parte Jorge Dias (chefe), Margot Dias e Viegas Guerreiro (assistentes). Durante as campanhas realizadas em África, em 1957 e 1958, e além dos trabalhos de investigação, reuniram-se cerca de 300 objectos etnográficos dos macondes (Moçambique), permitindo a realização no SNI, em Fevereiro de 1959 (um ano antes de Mendes Correia falecer), da exposição «Vida e Arte do Povo Maconde». Esta colecção constituiu o núcleo inicial de um museu, que tinha essencialmente um carácter pedagógico, instalado no subsolo do então ISEU situado na Praça do Príncipe Real em Lisboa. O museu, composto pelo conjunto original e por várias aquisições que se lhe seguiram (provenientes de missões de estudo ao ultramar e de compras efectuadas a coleccionadores), foi inaugurado em 1961. Designado por museu de etnologia do ultramar, criou na JIU o Centro de Estudos de Antropologia Cultural. A 20.11.1962 inauguraram-se as instalações do museu no ISCSPU, entretanto transferido para o palácio da Junqueira. O Museu Nacional de Etnologia fundado em 1965 representa a ampliação do pequeno museu que funcionou inicialmente no ISEU.

Mendes Correia foi professor universitário, mas também ocupou cargos políticos. Ter um lugar privilegiado no domínio da ciência e exercer cargos determinantes na avaliação da saúde física e mental de indivíduos, como aconteceu com ele, colocou-o à partida numa situação de poder. O professor da FCUP manifestou uma quase obsessão pelo estudo das causas da doença, do crime, das origens do homem, e especificamente do homem português, mas também das cidades, das línguas, do alfabeto e das migrações humanas. O seu nacionalismo, compatível com regimes políticos diferentes, está omnipresente na sua pesquisa, refira-se ela às origens de Portugal, dos portugueses, à sua posição no sistema colonial, à melhoria do património genético – eugenia – ou ao combate aos comportamentos tidos como desviantes. Embora algumas dessas preocupações fossem comuns às de governos sucessivos, não se pode dizer que tenha havido da sua parte uma reacção mecânica a essas preocupações, ou que os seus trabalhos tenham estado ao serviço de estratégias políticas, ou

que os cientistas e os políticos tivessem as mesmas agendas, a mesma sensibilidade para a resolução dos assuntos, ou os mesmos princípios e valores. É claro que havia diferenças. Mesmo dentro do chamado «partido único» do Estado Novo havia modos de pensar distintos e as propostas apresentadas para a resolução dos mesmos problemas podiam ser muito diferentes, como aconteceu em algumas discussões travadas na AN. Neste caso Mendes Correia utilizou a política como meio de defender interesses nacionais - ligados à obtenção de melhorias para a ciência, à divulgação da língua portuguesa, ao património e às artes - e de expor as suas ideias face ao ultramar. Não desenvolveu uma carreira política; além disso, a sua acção teve limitações, próprias do contexto em que actuou. Por outro lado, as relações entre o meio científico e o meio político nem sempre foram pacíficas e os seus projectos nem sempre foram apoiados, tendo sido, por vezes, direccionados em outros sentidos.

4. Depois de Mendes Correia

O primeiro curso universitário de antropologia viria ainda a ser criado no final da década de 60 no ISCSPU. Nos anos a seguir ao 25 de Abril de 1974 o ISCSP «foi palco de uma luta amarga entre os jovens académicos de esquerda e a ala conservadora dos ideólogos coloniais», que terá sido chefiada pelo antigo ministro do Ultramar Adriano Moreira, que substituiu Mendes Correia na direcção da escola. No final dos anos setenta, e início dos anos oitenta, criaram-se novos departamentos e reconstituíram-se outros que já existiam. Alguns antropólogos, entretanto formados, integram novas escolas. De um ponto de vista teórico, na primeira fase dos anos 80 «a anterior preocupação com a identidade nacional deu lugar a uma procura da diferença» (Pina-Cabral, 1991: 37). No fundo, desde 1974 que as licenciaturas de antropologia em Portugal aumentaram. Depois do departamento de antropologia do ISCSP, veio o da UNL, o do ISCTE (hoje IUL), o de Coimbra (que existiu no departamento de Antropologia, recentemente integrado no departamento de Ciências da Vida na FCTUC). Nos anos 90 do século XX a licenciatura de Antropologia existiu também na Universidade Fernando Pessoa e na UTAD.

No que respeita à antropologia, hoje em dia, pergunto: para que haja um diálogo científico proveitoso e criativo é necessário que haja uma base teórica comum ou um historial, uma identificação com um conjunto de antecedentes? João de Pina-Cabral apresenta assim o problema, que é simultaneamente sincrónico e diacrónico: «como descrever um grupo de cientistas que, apesar de se colocarem sob uma mesma classificação disciplinar, mantêm posições teóricas e metodológicas incompatíveis e que, apesar de reclamarem um passado disciplinar comum, não encontram aí a inspiração para o seu trabalho?» (1991: 13). Como

referiu Pina-Cabral, é num sentido historicista, e não num sentido teórico e metodológico, que podemos dizer que «existem antropólogos em Portugal, mesmo se não existir uma só antropologia» (1989: 31). Será então na medida em que falamos menos de disciplinas e mais de tradições disciplinares que podemos agregar a «diversidade dentro deste campo disciplinar» (*idem, ibidem*). Desde os finais dos anos 70, e sobretudo recentemente, a antropologia tem-se virado para novos terrenos, ou que anteriormente não eram tão tomados em conta, que ilustram uma nova tendência da disciplina para aprender a ver a diferença em terrenos próximos (Lima e Sarró, 2006).

Em Portugal o que se entende por antropologia remete para um grupo de pessoas, os antropólogos, que podem ser muito diferentes entre si e defenderem teorias diferentes, ou até opostas, assim como distintas metodologias. Além disso, nem todos os antropólogos reivindicam os mesmos antepassados, ou precursores da disciplina, ou o trabalho específico que desenvolveram. Assim, Mendes Correia será tido como antepassado pelos antropólogos biológicos, mas não pelos socioculturais. A Escola de Antropologia do Porto, idealizada por Mendes Correia, estará sempre associada ao seu nome e ao dos seus colaboradores, cujas actividades ocorreram sobretudo entre os anos 20 e 60 do século XX. Quase todas as iniciativas tiveram origem no próprio, mas este era receptivo às sugestões dos colaboradores e, de um modo geral, não só incentivava, como apoiava o seu trabalho. Os temas de investigação eram muito diversificados, em resultado da perspectiva totalmente abrangedora que tinha Mendes Correia, um pouco semelhante à visão de Franz Boas, que percepcionava a disciplina como estando dividida em quatro ramos principais (arqueologia, antropologia biológica, antropologia cultural e linguística).

No âmbito da história da antropologia portuguesa, e independentemente das opções de investigação, em termos de objecto e metodologia, conclui-se que Mendes Correia foi um impulsionador de ideias, um empreendedor e um gestor de pessoas. O futuro de pessoas como Santos Júnior, Jorge Dias e a sua equipa, assim como de Adriano Moreira, deveu-se ao convite inicialmente formulado por Mendes Correia para desempenhar funções específicas. São testemunhos vivos dados na primeira pessoa, não só por figuras como Benjamim Pereira (com quem falei pessoalmente), que fez parte da equipa de Jorge Dias, mas também por outras individualidades que estiveram ligadas à ESC, como Adriano Moreira e João Pereira Neto, que entrevistei. Como referiu Almeida Garrett, Mendes Correia «fez escola, [...] foi mestre na plena acepção da palavra», permitindo que os trabalhos fossem «aumentando em número e volume», não só na antropologia metropolitana, mas também na etnografia, pré-história, arqueologia e no âmbito da antropologia colonial (*Bol. da SGL*, 1957, vol. XV: 140).

O que Mendes Correia sempre quis promover foi um estudo geral, subdividido em vários campos específicos, que contribuiria para um conhecimento abrangente do homem. Mas é, de facto, a antropologia que está no centro dos seus interesses, ficando ciências como a arqueologia, geologia, pré-história e etnologia como suas subsidiárias. Muitas vezes, o que procura não parece ser algo específico. É por vários caminhos, pela tentativa de vários percursos, e de várias direcções, que encontra o que procura. Para o autor, a especificidade do Homem talvez resida nesse carácter de não ser específico, de não se limitar apenas a algumas partes da história, do saber, do corpo físico, e do corpo social e comportamental. É essa *especificidade de não ser específico*, de não ser facilmente circunscrito, identificável, classificável, que é desafiador para quem procura estudar a sua obra. Em todo o caso, foi uma figura dominante da antropologia em Portugal, com o qual só ombreia Leite de Vasconcelos - que não se dedica à antropologia física - e que só nos anos 50 do século XX cederá em importância face a Jorge Dias.

Um dos factores que mais terá contribuído para o término da escola foi a morte de Mendes Correia. Os colaboradores e discípulos que ficaram continuaram a produzir alguns estudos, mas não por muito mais tempo. Além disso, desagregaram-se; por um lado, por divergência de interesses científicos e, por outro, em resultado de incompatibilidades pessoais. Em resultado da divisão que depois se verificou, trazida sobretudo pela inovação de Jorge Dias e da sua equipa, a antropologia passou a privilegiar o estudo dos factos sociais em detrimento do estudo dos factos naturais. No entanto, e em outras escolas, como é o caso da Escola de Antropologia de Coimbra, o estudo dos factos naturais não foi abandonado. Simplesmente os estudos raciais (e racistas) e o carácter determinante e determinador associado a essas pesquisas foi alterado. Ou seja, tanto a parte biológica (hoje mais virada para a investigação em paleontologia, genética e primatologia, por exemplo), como a parte de antropologia social e cultural tomaram novos rumos, diversificaram os interesses e arriscaram novos métodos.

No que respeita ao facto de a figura de Mendes Correia ser mais, ou menos, esquecida hoje, provavelmente não é tanto pela sua associação ao Estado Novo, mas mais devido à corrente antropológica a que esteve ligado. A antropologia europeia «do centro» terá vingado, porque se separou efectivamente da escola racial. Ou seja, foi necessário haver uma ruptura para que pudesse emergir a antropologia que existe hoje. Tanto o centro franco-alemão (etnografia), como o centro anglo-americano abandonaram essa área de estudo - a «raça». Assim, a antropologia social não se terá desenvolvido antes em Portugal, talvez porque as

outras áreas estavam ainda muito engajadas e comprometidas com o projecto nacional e colonial português.

Durante a realização deste trabalho procurei, desde o primeiro instante, recusar as conclusões fáceis ou direccionar-me no sentido dos trabalhos que outros autores tinham já feito sobre a história da antropologia portuguesa, embora os tenha utilizado com muita utilidade, ou reproduzir acriticamente os seus conteúdos. Optei por mergulhar nos arquivos e fui procurando organizar e sistematizar o que fui encontrando. Ao fazer a minha análise fui constatando que existiam algumas ideias feitas relativamente ao trabalho produzido pela SPAE e pela Escola de Antropologia do Porto, mas que, no fundo, reflectiam algum desconhecimento e eram elucidativas do muito que havia ainda para explorar e descobrir. Nesse sentido, o meu trabalho traz novos dados para assuntos abordados anteriormente por outros autores. Hoje não faria sentido escrever sobre alguns daqueles temas, estudar as matérias daquela forma, os métodos estão desactualizados, os aparelhos de medição já não funcionam e passaram a ser objectos de museu. No entanto, creio que este trabalho contribui para um melhor conhecimento e compreensão do passado da antropologia e da história da ciência em Portugal.

Fontes e Bibliografia

Documentos avulsos

Acta da reunião da Comissão de Toponímia da Câmara Municipal do Porto, 8 de Janeiro de 1963. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Agendas pessoais de Mendes Correia, Museu de História Natural da FCUP (Vários anos).

Assento n.º 114 do Registo de Baptizados em 1888 na Freguesia da Vitória no Porto. Porto: Arquivo Distrital do Porto.

Cédula Pessoal de António Maria Esteves Mendes Correia, n.º 219123, série A, de 1924 (conforme o Registo Civil de Vagos, de 20.9.1924), colecção familiar.

Correspondência de Mendes Correia 1925-1929. Pasta 364. Fundo do Professor Santos Júnior, Centro de Memória de Torre de Moncorvo.

Correspondência de Mendes Correia 1930-1953. Pasta 365. Fundo do Professor Santos Júnior, Centro de Memória de Torre de Moncorvo.

Correspondência de Mendes Correia 1953-1959. Pasta 366. Fundo do Professor Santos Júnior, Centro de Memória de Torre de Moncorvo.

Correspondência do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia 1959-1973. Pasta 292. Fundo do Professor Santos Júnior, Centro de Memória de Torre de Moncorvo.

Diário de campo de Mendes Correia sobre a viagem à Guiné (1945-1946), colecção familiar.

Documento manuscrito por Mendes Correia em 1946, colecção familiar.

Livro de Actas da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia I, 1918-1924, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Livro de Actas da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia II, 1925-1944, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

Processo n.º 306 de António Augusto Esteves Mendes Correia, 1.º e 2.º volumes, Depósito de arquivo do IICT.

Registo de Casamento de Mendes Correia e Maria do Carmo Bahia, Conservatória do Registo Civil de Lisboa.

Registos de Nascimento e de Óbito de António Augusto Esteves Mendes Correia, Arquivo Distrital do Porto.

Registos de Nascimento e de Óbito de Maria do Carmo Bahia, Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Imprensa Periódica

- Anuário da Câmara Municipal do Porto*, 1923. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Bazar das Letras, das Ciências e das Artes*, Suplemento Literário de *A Voz*, 16.11.1946, n.º 40: 151-152.
- Boletim Cultural*. Vários números, Porto.
- Boletim Cultural*. 1950, XIII, n.ºs 1-2. Porto.
- Boletim Municipal da Câmara Municipal do Porto*. 1937 a 1942. Porto: Tipografia Leitão.
- Comércio do Porto*, 7.1.1960.
- Diário da República*, n.º 89, 2.ª série, 16.4.1987.
- Diário de Coimbra*, 10.12.37, Coimbra.
- Diário de Notícias*, n.º 25.722, de 14.9.1937.
- Diário de Notícias*, n.º 25.724, de 16.9.1937.
- Diário de Notícias*, 7.1.1960.
- Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 198, de 25.8.1936; *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 303, de 29.12.1937; *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 193, de 19.8.1942.
- Diário Ilustrado, Regenerador - Liberal*, n.º 12.835, Domingo, 25.4.1909.
- O Ilhavense*, Janeiro de 1960.
- O Jornal de Vagos, Semanário progressista, noticioso, científico, literário e agrícola*, n.º 378, Sábado, 23.6.1906.
- O Primeiro de Janeiro*, 7.1.1960.
- O Primeiro de Janeiro*, 9.1.1960.
- O Século. Suplemento dedicado ao Império Colonial Português e às comemorações, nas Províncias Ultramarinas, dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal*. Junho de 1940. Lisboa: O Século.
- O Tripeiro, Revista mensal de divulgação e cultura ao serviço da cidade e do seu progresso*, vários números, Porto.
- UPortoAlumni, Revista dos Antigos Alunos da Universidade do Porto*. 2007. 1, II série.

Internet

- http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/correia_antonio_augusto_esteves_mendes.pdf (acedido em 11.08.2010)
- <http://digitarq.cpf.dgarq.gov.pt/details?id=39150> (acedido em 6.12.2011)

www.geneall.net (acedido em 2010)

«História de vida – Academia» - vídeo com Paula Godinho disponível em:

http://www.memoriamedia.net/historiasdevida/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=57 (disponível em e-Museu do Património Imaterial, acedido em 25.7.2011).

<http://www.redeconhecimentojustica.mj.pt/Category.aspx?id=78> (acedido em 6.12.2011).

http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?P_pagina=1004189 (acedido em 27.6.2010).

<http://sociedadeportuguesaantropologia.blogspot.com/> (acedido em 2010 e 2011).

<http://spae.no.sapo.pt/serve.htm> (acedido em 2009).

<http://www.fc.up.pt/fcup/pe/bolonha/dep/dep.php?dep=101&item=2149> (acedido em 1.12.2010).

<http://www.revista.brasil-europa.eu/109/Filosofia-e-Salazarismo.htm> (acedido em 4.10.2011).

<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/biografias?registo=Costa+Ferreira> (acedido em Dezembro de 2011).

http://www.mnarqueologia-ipmuseus.pt/?a=1&x=3&cc_tipo=28 (acedido em Dezembro de 2011).

<http://pt.scribd.com/doc/71761942/Varios-Autores-Enciclopedia-de-Antropologia> (acedido em Dezembro de 2011).

<http://debates.parlamento.pt> (acedido em Setembro de 2010).

Outras fontes publicadas

AAVV. 1884. *Congrès Internationale d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques, Compte rendu de la neuvième session à Lisbonne 1880*. Lisboa: Typographie de L'Académie Royale des Sciences.

AAVV. 1927. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (TAE)*, III, n.º 3.

AAVV. 1934. *Congresso do Ensino Colonial na Metrópole. Organização, Programa e Regulamento das Sessões*. Lisboa: s/ed.

AAVV. 1934. Vol. I e II de *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*. Porto: Edições da I Exposição Colonial Portuguesa.

AAVV. 1935. *A Cultura Portuguesa no Brasil. Missão do Professor Mendes Corrêa, Director da Faculdade de Ciências do Porto, para inauguração do Instituto Luso-Brasileiro*

de Altos Estudos, no Rio de Janeiro e S. Paulo, em Junho e Julho de 1934. Porto: Imprensa Portuguesa.

AAVV. 1957. «Professor Mendes Correia. Homenagem dos seus amigos e admiradores». Separata do *Boletim da SGL*, n.ºs 4-6: 119-152.

AAVV. 1959. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia (TAE)*. XVII.

Actas da Assembleia-Geral da Universidade do Porto, 1911-1935. Porto: Universidade do Porto.

Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto. Vários volumes¹.

Aguiar, Alberto. 1940. «Dr. António Maria Esteves Mendes Correia. In Memoriam». *Revista de Semiótica Laboratorial*. 1934-1936. Vol. IV, n.ºs 1-2: 106-108.

Almeida, António de. 1974. «Da onomástica-tabu no Timor Português – antropónimos e zoónimos». *In Memoriam*, III: 9-26.

Almeida, Maria Emília. 1968. «A raça em antropologia. Trabalho em homenagem à memória do Prof. Doutor Flávio Resende». *Revista da Faculdade de Ciências de Lisboa*. 2.ª série - C - XV (2): 147-180.

Andrade, A. A. de. 1953. *Muitas raças, uma só nação*. Lisboa: AGU.

Anónimo. 1935. «Le Congrès d'Anthropologie Coloniale de Porto». *L'Anthropologie*, tome 45. Paris: Masson et Cie. Éditeurs.

Anónimo. 1951. «Homenagem ao Prof. Dr. Mendes Corrêa». Extracto de *TAE*, XIII, n.ºs 1-2: 1-8.

Anónimo. 1957. «Homenagem ao Sr. Prof. Dr. Mendes Corrêa». Extracto de *TAE*, XV, n.ºs 3-4: 1-15.

Anónimo. 1960a. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada. Vol. 40: 115.

Anónimo. 1960b. «Prof. Mendes Correia», *Livros de Portugal, o Boletim do Grémio Nacional dos Editores e Livreiro*, n.º 13. Lisboa: Livros de Portugal.

Anónimo. 2005. «Colecções de Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia abrem ciclo de exposições “Aventureiros, naturalistas e coleccionadores”». *UPorto – Revista dos Antigos Alunos da Universidade do Porto*, n.º 17: 42-43.

Anuário da Escola Superior Colonial. 1919-1920 (vol. 1) a 1923-24 (vol. 5).

Anuário da Escola Superior Colonial. 1924-27 (vol. 6-8) a 1953-54 (vol. 35).

¹ Pesquisas realizadas no Arquivo Municipal do Porto, onde consultei as actas das reuniões da CMP, e retomadas na BN, já que as actas a partir de 1938 passaram a ser dactilografadas e publicadas.

- Anuário da Escola Superior Colonial*. 1946-1947. Ano XXVIII.
- Anuário da Universidade de Coimbra*. 1887-1888. Coimbra.
- Anuário do ISEU*. 1954-55. Lisboa: ISEU.
- Athayde, Alfredo. 1934. «Fonseca Cardoso e a Antropologia Colonial». In Vol. I de *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, 151-156. Porto: Edições da I Exposição Colonial Portuguesa.
- Athayde, Alfredo, e Carlos Teixeira. 1940. «A necrópole e o esqueleto de S. Paio de Antas e o problema dos vasos de largo bordo horizontal». In Vol. I de *Congressos do Mundo Português, Congresso da Pré e Proto-História de Portugal*, 667-683. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.
- Azevedo, Ayres de. 1940a. «População e Império». In Vol. XVII de *Congressos do Mundo Português, CNCP*, 61-75. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.
- Azevedo, Ayres de. 1940b. «A pureza bioquímica do Povo Português». In Vol. XVII de *Congressos do Mundo Português, CNCP*, tomo 1, secção 2, 551-564. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.
- Balandier, Georges. 1951. «The Colonial Situation: a theoretical approach». In Pierre L. van der Berghe [ed.]. *Africa: Social Problems of Change and Conflict*, 34-61. San Francisco: Chandler.
- Belchior, Manuel. 1951. *Compreendamos os Negros!* Lisboa: AGU (2.^a ed.).
- Benedict, Ruth. S.d. 1934. *Padrões de Cultura*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Benedict, Ruth. 1983 [1942]. *Race and racism*. Londres, Melbourne e Henley: Routledge e Kegan Paul.
- Boas, Franz. 1910. *Changes in Bodily Form of Descendants of Immigrants*. United States Commission, Senate Document 208, 61st Congress. Washington, DC: Government Printing Office.
- Boas, Franz. 1940. *Race, Language and Culture*. Nova Iorque: Free Press.
- Boule, Marcellin. 1923 [1920]. *Les hommes fossiles: Éléments de paléontologie humaine*. Paris: Masson et Cie.
- Bosch-Gimpera, Pedro. 1922. *Ensayo de una reconstrucción de la Etnología Prehistórica de la Península Ibérica*. Santander: Talleres Tipográficos.
- Braga, Teófilo. 1985-1986 [1885]. *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*. Vol. I e II. Lisboa: Portugal de Perto.

Bruet, E., Jean Buy, Couturier, F. Croze, Charles Depéret, Mimi Johnson, A. Mendes Correia, e J. Pereira Salgado. 1928. «Les analyses de Glozel». *Les Cahiers de Glozel* (Paris: Paul Catin, Éditeur), n.º 7: 1-79.

Cardoso, Artur da Fonseca. 1919. «Em terras de Moxico: Apontamentos de etnografia angolense». *TAE*, I, n.º 1: 11-35.

Carqueja, Bento. 1916. *O povo portuguez*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão.

Cartailhac, Emile. 1886. *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris: Reinwald.

Castro, José de. 1964. «Elogio do Professor Doutor António Mendes Correia pelo Académico de Número José de Castro». In *Elogio do Professor Doutor António Mendes Correia*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.

Cinatti, Ruy. 1974. «Alguns aspectos de mudança social no Timor Português». In *Memoriam*, III: 95-105.

Coelho, Francisco Adolfo. 1892. *Os ciganos de Portugal. Com um estudo sobre o calão*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Correia, Germano da Silva. 1934. «Os Eurafricanos de Angola». In Vol. I. de *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, 300-330. Porto: Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa.

Correia, Germano da Silva. 1940. «Antropologia na Índia portuguesa». In Vol. XII de *Congressos do Mundo Português, Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa.*, tomo 1, secção 2, 663-678. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.

Correia, Mendes. 1910a. *Alexandre Herculano*. Porto: Edição da Liga Nacional d'Instrução MCMX. 28pp.

Correia, Mendes. 1910b. «Tolstoi e Nietzsche, antípodas na filosofia, irmãos no viver». *O Porto* (19.11.1910) e *O Imparcial* (21.11.1910). Porto.

Correia, Mendes. 1911. *O Génio e o Talento na Patologia*. Porto: Imprensa Portuguesa.

Correia, Mendes. 1912a. «Instrução e Criminalidade em Portugal». Separata de *Porto Médico*, n.º 1: 1-7.

Correia, Mendes. 1912b. «O problema da vida». Sep. de *Porto Médico*, n.º 4: 1-9.

Correia, Mendes, 1912c. «A situação dos médicos legistas e os progressos da antropologia criminal». *Porto Médico*, n.º 2: 46-53.

Coreia, Mendes. 1913a, 1914. *Os Criminosos Portugueses: Estudos de Antropologia Criminal*. 1.ª ed. 1913, Porto, Imprensa Portuguesa. 2.ª ed, 1914, Coimbra, F. França Amado.

Correia, Mendes. 1913b. «Um delinquente habitual. Exame médico antropológico». Separata de *Gazeta dos Hospitais do Porto* (Porto: Tip. da Enciclopédia Portuguesa), n.º 9: 1-14.

Correia, Mendes. 1913c. «Valor objectivo do conhecimento humano». Separata de *Dionysos*. 30 pp.

Correia, Mendes. 1913d. «A criminalidade precoce». *A Tutoria*, n.º 11: 179-181.

Correia, Mendes. 1915a. *Crianças delinquentes: Subsídios para o estudo da criminalidade em Portugal*². Coimbra: Typ. França Amado.

Correia, Mendes. 1915b. *Antropologia: Resumo das lições feitas pelo Assistente, servindo de Professor da Cadeira*. Porto: Imprensa Portuguesa. 132 pp.

Correia, Mendes. 1915c. Contribuição para o estudo antropológico da população da Beira Alta. Extracto de *Anais da Academia Politécnica do Porto publicados sob a direcção de F. Gomes Teixeira* (Coimbra: Imprensa da Universidade), X: 1-39.

Correia, Mendes. 1915d. «Sobre um crânio ultradolicocéfalo». Extracto de *Anais da Academia Politécnica do Porto publicados sob a direcção de F. Gomes Teixeira*. (Coimbra: Imprensa da Universidade), X: 1-3.

Correia, Mendes. 1915e. «A perfuração da fosseta olecraniana nos húmeros portugueses». Extracto de *Anais da Academia Politécnica do Porto publicados sob a direcção de F. Gomes Teixeira*, X: 1-9.

Correia, Mendes. 1915f. «Sobre três crânios de negros Mossumbes». Porto: Tipografia «Porto Medico», Laboratório Antropológico da FCUP. 9 pp.

Correia, Mendes. 1915g. «A criança delinquente». *A Tutoria*, n.º 3: 3-5.

Correia, Mendes. 1916a. «O Retrato de Nun'Álvares». Separata de *Revista dos Liceus* (Porto: Tipografia da «Renascença Portuguesa»), n.º 7: 1-16.

Correia, Mendes. 1916b. «Timorenses de Okussi e Ambeno (Notas Antropológicas sobre Observações de Fonseca Cardoso)». Extracto de *Anais da Academia Politécnica do Porto publicados sob a direcção de F. Gomes Teixeira* (Coimbra: Imprensa da Universidade), XI: 1-16.

Correia, Mendes. 1916c. «Antropologia Timorense». Separata de *Revista dos Liceus* (Porto: Tipografia da «Renascença Portuguesa»), n.º 4: 1-8.

Correia, Mendes. 1916d. «Os berberes e os povos peninsulares». *A Águia*, X: 94-104, 169-177.

² Existe em microfilme na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Correia, Mendes. 1916e. «Antropologia Angolense – Quiocos, Luimbes, Luenas e Lutchazes (Notas antropológicas sobre observações de Fonseca Cardoso)». *Archivo de Anatomia e Antropologia* (Lisboa: Instituto de Anatomia da UL), II, n.º 4: 323-356.

Correia, Mendes. 1916f. «Instrumentos Paleolíticos dos Arredores de Lisboa». Separata de *Gente Lusa* (Granja), n.º 2: 1-8.

Correia, Mendes. 1916g. «Sobre alguns objectos proto-históricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã». *O Arqueólogo Português*, XXI: 331-337.

Correia, Mendes. 1916-1917. «Sobre alguns crânios da Índia Portuguesa». *Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto*, III, n.º 3: 251-274.

Correia, Mendes. 1917a. «Nota sobre alguns índices sagrados de portugueses». Separata de *Portugal Medico*, (Porto: Tip. a vapor da «Enciclopédia Portuguesa»), n.º 2: 1-8.

Correia, Mendes. 1917b. «À propos des caractères inférieurs de quelques crânes préhistoriques du Portugal». Extracto de *Archivo de Anatomia e Anthropologia* (Lisboa: Instituto de Anatomia da UL) III, n.º 3: 221-237.

Correia, Mendes. 1917c. «Novos subsídios para a Antropologia portuguesa». *Asociación Española para el Progreso de las Ciencias. Congreso de Sevilla*, 141-150. Madrid: Imprenta de Eduardo Árias.

Correia, Mendes. 1917d. «Taylorismo e Reeducação Profissional». Separata de *Portugal Médico*, III, n.º 8: 1-14.

Correia, Mendes. 1917-1918. «Sobre uma forma craniana arcaica». *Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto*, IV, n.º 1: 1-79.

Correia, Mendes. 1918a. «Osteometria Portuguesa. I Coluna Vertebral». *Anais da Academia Politécnica do Porto* (Coimbra: Imprensa da Universidade), XII: 1-30.

Correia, Mendes. 1918b. «Estudos de Etnogenia Portuguesa (Crânios braquicéfalos)». Separata dos *Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto* (Porto: Tip. a vapor da «Enciclopédia Portuguesa»), IV, n.º 2: 1-80.

Correia, Mendes. 1918c. «Estudos da Etnogenia Portuguesa. Os habitantes primitivos do território». Sep. da *Terra Portuguesa* (Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial). 7 pp.

Correia, Mendes. 1918d. «Antropologia Angolense II. Bi-N'Bundo, Andulos e Ambuelas-Mambundas (Notas antropológicas sobre observações de Fonseca Cardoso)». *Archivo de Anatomia e Antropologia*, IV, n.ºs 2-3: 283-321.

Correia, Mendes. 1918e. «Um pretenso vencedor de Aljubarrota. Sobre um crânio do Museu do Carmo». Separata de *A Medicina Moderna*, n.º 291: 1-7.

Correia, Mendes. 1918f. «Notas craniográficas e as pretendidas sobrevivências neandertaloides nas províncias portuguesas do Norte». Separata dos *Anais Científicos de Medicina do Porto*, IV, n.º 3: 1-21.

Correia Mendes. 1919a. «Osteometria Portuguesa. II. Cintura Escapular». *Anais da Academia Politécnica do Porto*, XIII: 102-123, 172-192.

Correia, Mendes. 1919b. *Raça e Nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.

Correia, Mendes. 1919c. «Osteometria Portuguesa. I. Tronco e esqueleto zonal dos membros». In *Congreso de Bilbao*. Asociación Española para el Progreso de las Ciências, 209-221. S.I: Sucesores de Rivadeneira (S. A.).

Correia, Mendes, 1919d. «As Condições Físicas na Formação das Raças». Extracto de *Anais da Academia Politécnica do Porto* (Coimbra: Imprensa da Universidade), XIII: 1-30.

Correia, Mendes. 1919e. «Relatório dos Trabalhos de 1919». *TAE*, I: 77-80.

Correia, Mendes. 1919f. «Origins of the Portuguese». *American Journal of Physical Anthropology*, II, n.º 2: 117-145.

Correia, Mendes. 1919g. «As Origens Humanas. Ideias modernas sobre o problema». Separata de *A Medicina Moderna* (Porto: Tipografia da Empresa Guedes), n.º 304: 1-23.

Correia, Mendes. 1919h. «Sur les proportions des membres chez le fœtus». Extrait de *Revue Anthropologique*, n.ºs 7-8: 220-224.

Correia, Mendes. 1919i. «Mendigos e criminosos». Separata do *Portugal Médico* (Porto: Enciclopédia Portuguesa), 3.ª série, V, n.º 1.

Correia, Mendes. 1920a. «Osteometria Portuguesa. III. Cintura Pélvica». *Anais da Academia Politécnica do Porto*. Extracto (Coimbra: Imprensa da Universidade), XIV: 1-16.

Correia, Mendes. 1921a. *Homo. Os modernos estudos sobre a origem do homem*. Lisboa: Lumen. 319 pp.

Correia, M. 1921b. «Etnologia Ibérica. Considerações sobre as origens do povo português». Extracto de *Anais da Academia Politécnica do Porto* (Coimbra: Imprensa da Universidade), XIV: 1-21.

Correia, Mendes. 1921c. «Sur quelques différences sexuelles dans le squelette des membres supérieures». Extrait des *Comptes rendus des séances de l'Académie des Sciences de Paris*. T. 172. P. 817: 1-4.

Correia, Mendes. 1922a. *Curso de Antropologia na Universidade do Porto. Trabalhos dos Alunos. Notas apresentadas ao Congresso de Ciências Luso-Espanhol, efectuado em 1921*. Porto: Imprensa Nacional. 27 pp.

Correia, Mendes. 1922b. «De l'asymétrie du squelette des membres supérieurs». Extrait des *Comptes rendus des séances de l'Académie des Sciences de Paris*. T. 174: 1-3.

Correia, Mendes. 1922c. «L'hérédité mendélienne et l'analyse ethnologique». Extrait de la *Natur und Mensch. Revue de Biologie Sociale* (Berne), n.º 10: 1-8.

Correia, Mendes. 1922d. «Os problemas da análise etnológica». Extr. de *Revista da Faculdade de Letras do Porto* (Porto: Tipografia de «A Tribuna»), n.ºs 5-6: 1-18.

Correia, Mendes. 1923a. «Nouvelles observations sur l'Homo taganus, nob». *Revue Anthropologique*, n.º 33: 570-579.

Correia, Mendes. 1923b. «Osteometria Portuguesa. IV. Esqueleto do braço e do antebraço». Extracto de *Anais da Academia Politécnica do Porto* (Coimbra: Imprensa da Universidade), XV: 1-38.

Correia, Mendes. 1923c. «Novas discussões sobre a origem do homem». *TAE*, II, n.º 1: 1-35.

Correia, Mendes. 1923d. «A propósito duma nota do “homo”. Einstein e a Evolução Orgânica». Extracto de *A Águia*, XXII, n.º 7: 1-7.

Correia, Mendes. 1924a. *Os Povos Primitivos da Lusitânia*. Porto: A. Figueirinhas. 390 pp.

Correia, Mendes. 1924b. «Uma invasão pré-histórica na Península Ibérica (Os Capsienses)». Extracto de *A Águia*, XXIV, n.ºs 19-20 (139-140): 19-32.

Correia, Mendes. 1924c. «L'origine de l'homme. L'état actuel du problème». *Scientia. Revue Internationale de Synthèse Scientifique* (Milano: Félix Alcan *et al*), XXXV: 339-350.

Correia, Mendes. 1925a. «Antropologia criminal integral: O normal delinquente e a crise moral». Separata do *Boletim do Instituto de Criminologia* (Lisboa: Oficinas Gráficas da Cadeia Nacional), V: 1-25.

Correia, Mendes. 1925b. «O significado genealógico do “Australopithecus” e do crânio de Tabgha e o arco antropofílico Índico», *TAE*, II, n.º 3: 249-286.

Correia, Mendes. 1925c. «A sepultura neolítica do Vale das Lages e os “eólitos” de Ota». *Butlletí de L'Associació Catalana d'Antropologia, Etnologia i Prehist.* (Barcelona), Vol. III, n.º 2: 117-146.

Correia, Mendes. 1925d. «A necrópole de Parada Todeia». Separata de *O Archeólogo Português*, XXVI (1923-24): 1-16.

Correia, Mendes. 1925e. «Nótulas Arqueológicas: estação luso-romana em Fiães». Separata de *Revista de Estudos Históricos* (Porto: FLUP), n.º 2: 1-13.

Correia, Mendes. 1925f. «As primeiras migrações humanas». Separata de *Diónyos* (Porto: s/ed), n.º 2: 1-13.

Correia, Mendes. 1925g. «Notas morfológicas sobre os molares superiores nos portugueses». *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, IX: 9-16.

Correia, Mendes. 1925h. «As diferenças sexuais nos esqueletos portugueses». *Congresso de Coimbra*. Asociación Española para el Progreso de las Ciencias. Ciencias Naturales. Tomo VI, 29-33. S/l: José Molina.

Correia, Mendes. 1925i. «Inquéritos escolares». Separata de *Educação Nova* (Porto: Tipografia da «Enciclopédia Portuguesa»), n.ºs 12-13: 1-7.

Correia, Mendes. 1925j. *A Antropologia nas suas relações com a Arte*. Porto: Renascença Portuguesa. 67 pp.

Correia, Mendes. 1925k. «A Lealdade duma rainha portuguesa». *Revista de Estudos Históricos* (Porto: FLUP), II, n.º 3: 168-189.

Correia, Mendes. 1925l. «A atitude moral». *Dionysos*, n.º 1: 8-13.

Correia, M. 1926a [1921]. *Homo. Os modernos estudos sobre a origem do homem*. 2.^a Ed. Coimbra: Atlântida. 299 pp.

Correia, M. 1926b. «Osteometria portuguesa. II. Esqueleto apendicular dos membros superiores». In *Congresso do Porto. Associação portuguesa para o Progresso das Ciências*, 1-6. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Correia, Mendes. 1926c. «O homem terciário em Portugal». Separata de *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses*, III, n.º 9: 1-16.

Correia, Mendes. 1926d. «Sur les prétendues ‘races’ sérologiques». Extrait de *L’Anthropologie* (Paris: Masson et C^{ie}, Éditeurs), XXXVI: 437-445.

Correia, Mendes. 1926e. «Glozel e Alvão. Os portugueses e a invenção do alfabeto». Extracto de *TAE*, III, n.º 2: 1-26.

Correia, Mendes. 1926f. «Pré-história no distrito do Porto. O petróglifo do guerreiro no castro pré-romano do reguengo». Separata de *A Águia*, n.ºs 37-48: 1-4.

Correia, Mendes. 1926g. «Nouvelle hypothèse sur le peuplement primitif de l’Amérique du Sud». Estratto da *Atti del XXII Congresso Internazionale degli americanisti*, 97-118. Roma: s/ed.

Correia, Mendes. 1926h. «Le normal délinquant et la crise morale». *Revue anthropologique* (Paris: Librairie Émile Nourry), n.º 7-9: 1-22.

Correia, Mendes. 1927a. «Sur la valeur anthropologique des groupes sanguins». *Le Sang. Biologie et Pathologie*. Paris: Gaston Doin & C^{ie}, Éditeurs. 11 pp.

Correia, Mendes. 1927b. «Os portugueses e a questão de Glozel». Separata de *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses*, IV, n.º 9: 1-13.

Correia, Mendes. 1927c. «A questão de Glozel». *TAE*, III, n.º 3: 236-239.

Correia, Mendes. 1927d. «O petroglifo do guerreiro lusitano no Monte do Castelo de Penafiel». Separata de *Brotéria*, IV, n.º 1: 1-12.

Correia, Mendes. 1927e. «La dispersion de l'homme sur la surface terrestre». Extrait de *Scientia. Revue Internationale de Synthèse Scientifique* (Milano: Tipo-Lit. Turati Lombardi e C.), Vol. XLII: 210-214.

Correia, Mendes. 1928a. *O problema eugénico em Portugal*. Separata do livro *Congresso Nacional de Medicina*, 1-8. Porto: Tipografia da Enciclopédia Portuguesa.

Correia, Mendes. 1928b. «A Lusitânia Pré-Romana». In Vol. I de *História de Portugal*, eds. Damião Peres, e Eleutério Cerdeira, 77-214. Barcelos: Portucalense Editora.

Correia, Mendes. 1928c. «Nouvelles recherches sur l'homme tertiaire en Portugal». *III.º Session Amsterdam. 20-29 Septembre 1927*. Paris: Libraire E. Nourry. 5 pp.

Correia, Mendes. 1928d. «La question de Glozel et l'origine de l'alphabet». Estratto dall'*Archivio di Storia della Scienza (Archeion)* (Roma: Casa Editrice Leonardo da Vinci), IX, n.º 1: 53-62.

Correia, Mendes. 1928e. «A questão de Glozel II». *TAE*, III, n.º 4: 322-335.

Correia, Mendes. 1928f. «Sur une inscription proto-ibérique d'Alvão». Extracto de *TAE*, III, n.º 4: 1-16.

Correia, Mendes. 1928g. «Le serpent, totem dans la Lusitanie protohistorique». *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, XV: 1-7.

Correia, Mendes. 1928h. «Signes alphabétiformes gravés sur une pièce magdalénienne des Asturies». Estratto dagli *Atti della Pont. Accademia delle Scienze Nuovi Lincei*. Roma: Suola Tipografica. 5 pp.

Correia, Mendes. 1928i. «L'authenticité d'Alvão: réponse à M. Dussaud». Extracto de *TAE*, IV, n.º 1: 1-7.

Correia, Mendes. 1928j. «Nouveaux documents sur l'art préhistorique en Portugal». *Revue anthropologique* (Paris: Librairie Émile Nourry), n.ºs 4-6: 1-8.

Correia, Mendes. 1928l. «Les différences sexuelles dans le squelette chez le Portugais et la hiérarchie des sexes». *III.º Session Amsterdam. 20-29 Septembre 1927*. Paris: Libraire E. Nourry. 4 pp.

Correia, Mendes. 1929a. *Geologia e Antropologia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, Exposição Portuguesa em Sevilha.

Correia, Mendes. 1929b. *A cronologia das mais antigas inscrições do noroeste da Península*. Madrid: Asociación Española para el Progreso de las Ciencias.

Correia, Mendes. 1929c. «Art rupestre en Traz-os-Montes (Portugal). 1.º Pétroglyphes de la Vallée de l’Avelames. 2.º Le sanctuaire d’Outeiro Machado». *Revue Archéologique publiée sous la direction de MM. E. Pottier et S. Reinach* (Paris: Libraire Ernest Leroux), série 5, n.º 29: 121-136.

Correia, Mendes. 1929d. *A Geografia da Pré-história*. Porto: Imprensa Portuguesa. 80 pp.

Correia, Mendes. 1930a. «As pinturas do dólmen do padrão (Vandoma)». Separata de *O Archeólogo Português*, XXVII: 1-11.

Correia, Mendes. 1930b. «Um caso invulgar de criminalidade infantil». Extracto de *TAE*, IV, n.º 4: 1-15.

Correia, Mendes. 1931a. *A Nova Antropologia Criminal*. Porto: Imprensa Portuguesa.

Correia, Mendes. 1931b. «Os grupos sanguíneos na genética». Extracto de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, XVI: 1-31.

Correia, Mendes. 1931c. «Sur quelques schémas de l’hérédité des groupes sanguins». Extrait du *XV^e Congrès International d’Anthropologie & d’Archéologie Préhistorique. IV^e. Portugal. 21-30 Septembre 1930*. Paris: Librairie E. Nourry. 6 pp.

Correia, Mendes. 1931d. «L’art rupestre préhistorique dans le nord-ouest de la Péninsule Ibérique». Extrait du *XV^e Congrès International d’Anthropologie & d’Archéologie Préhistorique. IV^e. 21-30 Septembre 1930*. Paris: Librairie E. Nourry. 4 pp.

Correia, Mendes. 1931e. «Inquérito sobre as ideias morais em criminosos e não criminosos». Extracto de *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*, I, n.º 2: 101-105.

Correia, Mendes. 1931f. «O Prof. Carrara e “A Nova Antropologia Criminal”». Extracto de *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*, I, n.º 3: 181-190.

Correia, Mendes. 1932a. *As origens da cidade do Porto*. Gaia: Edições Pátria. 54 pp.

Correia, Mendes. 1932b. «Herman Ten Kate (Um amigo de Wenceslau de Moraes)»³. Extracto de *TAE*, V, n.º 3: 1-40.

Correia, Mendes. 1932c. «A controvérsia transformista»⁴. Separata da revista *Descobrimento*. Lisboa: Tipografia Seara Nova. 11 pp.

³ Publicado também em Correia, 1940f: 39-94.

⁴ Publicado também em Correia, 1934c.

Correia, Mendes. 1932d. «Estatura e índice cefálico em Portugal». Extracto de *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto* (Vila do Conde: Tip. do Reformatório), II, n.º 1-2: 37-72.

Correia, Mendes. 1932e. «Gravuras rupestres no Brasil». Extracto de *TAE*, V, n.º 4: 1-8.

Correia, Mendes. 1932f. «La taille des Portugais d'après les os longs. Hommage au Prof. J. Matiegka». *Anthropologie* (Praga), X: 268-272.

Correia, Mendes. 1932g. «Ideias morais em jovens criminosos e não criminosos». In *Asociación Española para el Progreso de las Ciencias*, 55-58. Madrid: Huelves y Compañía.

Correia, Mendes. 1932h. «La Nouvelle Anthropologie Criminelle». Extrait de *Scientia: Revue Internationale de Synthèse Scientifique* (Milão: s/ed), Vol. 51: 357-365.

Correia, Mendes. 1932i. «L'étude du criminel en Portugal»⁵. Extrait de *Revue de Droit pénal et de Criminologie* (Bruxelas: s/ ed.), Vol. 2: 1-28.

Correia, Mendes. 1932j. «A fisionomia humana e os animais». Separata de *Archivo de Medicina Legal*, V, n.º 1-2: 1-11.

Correia, Mendes. 1933a. *Introdução à Antropobiologia*. Biblioteca de Altos Estudos, Academia de Ciências de Lisboa: Coimbra: Imprensa da Universidade. 85 pp.

Correia, Mendes. 1933b. «Valencianos e Portugueses». Separata de *Homenagem a Martins Sarmiento*, 242-254. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.

Correia, Mendes. 1933c. «Les peintures mégalithiques de Côta (Beira Alta). (Lettre à Monsieur le Prof. H. Breuil)». Extracto de *TAE*, VI, n.º 2: 1-8.

Correia, Mendes. 1933d. «Les inscriptions de Parada, Alvão et Lerilla». Extrait du *XV^e Congrès International d'Anthropologie & d'Archéologie Préhistorique. V^e Session de l'Institut Internat. d'Anthropologie. Paris. 20-27/9/1931*. Paris: Librairie E. Nourry. 9 pp.

Correia, Mendes. 1933e. «A posição sistemática do esqueleto de Combe-Capelle». Extracto de *TAE*, VI, n.º 2: 1-40.

Correia, Mendes. 1933f. «Les migrations préhistoriques. Le témoignage spécial de la Péninsule Ibérique». Extrait de *Revue Anthropologique*, n.º 7-9: 1-26.

Correia, Mendes. 1934a. «Os mestiços nas colónias portuguesas». In Vol. I de *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, 331-349. Porto: Edições da I Exposição Colonial Portuguesa.

⁵ Publicado também em extracto de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 1932, XVII: 1-30.

Correia, Mendes. 1934b. «Discurso Inaugural no I Congresso Nacional de Antropologia Colonial». In Vol. I de *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, 21-29. Porto: Edições da I Exposição Colonial Portuguesa.

Correia, Mendes. 1934c. *Da Biologia à História*. Porto: Imprensa Portuguesa. 387 pp.

Correia, Mendes. 1934d. «La Atlántida y los orígenes de Lisboa»⁶. *Investigacion y Progreso* (Madrid: s/ed.), n.ºs 7-8: 221-225.

Correia, Mendes. 1934e. «As Novas Ideias sobre a Atlântida». Separata de revista *A Terra*, n.ºs 12-13: 1-25.

Correia, Mendes. 1934f. «Moron». Extracto de *TAE*, VI, n.º 3: 1-7.

Correia, Mendes. 1934g. «As ruínas de Zimbábue e a arqueologia de Moçambique». Extracto de *Actas do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, 1-3. Porto. Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa.

Correia, Mendes. 1934h. «Valor psicossocial comparado das raças coloniais». In Vol. II de *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, 385-393. Porto: Edições da I Exposição Colonial Portuguesa.

Correia, Mendes. 1934i. *O Instituto de Antropologia da Universidade do Porto e a investigação científica colonial. (Notícia apresentada ao I Congresso Nacional de Antropologia Colonial)*. Porto: Imprensa Portuguesa. 24 pp.

Correia, Mendes. 1935a. «A Teologia e a origem do homem». Separata de *TAE*, VII, n.ºs 1-3: 1-32.

Correia, Mendes. 1935b. *As origens da cidade do Porto (Cale, Portucale e Porto)*. 2.ªEd. Porto: Fernando Machado & C.ª Editores. 77 pp.

Correia, Mendes. 1935c. «A etnogenia brasílica». Extracto de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, XIX: 1-22.

Correia, Mendes. 1935d. «Uma visita ao Instituto do Cérebro, de Buch». *Revista de Ciências Médicas e Humanismo*, n.º 14: 62-65.

Correia, Mendes. 1935e. «À busca da Atlântida». *TAE*, VII, n.º 4: 265-268.

Correia, Mendes. 1935f. *Cariocas e Paulistas*. Porto: Fernando Machado. 303 pp.

Correia, Mendes. 1936a. «A propósito do “Homo Taganus”. Africanos em Portugal». Separata de *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, n.º 43: 1-23.

Correia, Mendes. 1936b. «Pré-história de Moçambique. Um plano de estudos». Extracto de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, XX, n.º 3: 1-32.

⁶ Texto publicado também em português (Correia, 1934c: 93 e seguintes).

Correia, Mendes. 1936c. «La Nuova Antropologia Criminale». Traduzione dal testo portoghese a cura del Prof. Tancredi Gatti. Estratto dalla *Giustizia penale. Parte 1.^a - I presupposti del diritto e della procedura penale* (Città Di Castello: Società Anónima Tip. «Leonardo da Vinci»), n.º 1: 1-35.

Correia, Mendes. 1936d. «La Nuova e la Vecchia antropologia criminale». Estratto dalla *Giustizia penale. Parte 1.^a - I presupposti del diritto e della procedura penale* (Città Di Castello: Società Anónima Tip. «Leonardo da Vinci»), n.º 7: 1-50.

Correia, Mendes. 1937a. «Os Estudos de Antropologia na Academia Politécnica do Porto (1888-1911)». In *O Ensino na Academia Politécnica* (1.º Centenário da Academia Politécnica e da Escola Médico-Cirúrgica do Porto). Porto: Universidade do Porto. 12 pp.

Correia, Mendes. 1937b. «Les méfis des îles du Cap-Vert». Sonderabdruck aus *Zeitschrift für Rassenkunde* (Ferdinand Enke Verlag Stuttgart), 5 (1): 80-87.

Correia, Mendes. 1937c. «A nova e a velha antropologia criminal»⁷. Separata de *Arquivos de Medicina Legal e Identificação* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional), 13: 1-30.

Correia, Mendes. 1938a. «Antigos escravos africanos em Portugal e no Brasil». *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, XXIII: 1-29.

Correia, Mendes. 1938-1942. *Relatório da Câmara Municipal do Porto*. Vários volumes, 1939-1942. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Correia, Mendes. 1939a. «Les “profils” en Anthropologie, Biotypologie et Criminologie». *Bolletino del Comitato Internazionale per L’Unificazione dei metodi e per la sintesi in Antropologia Eugénica e Biologia*, n.º 9: 1- 6.

Correia, Mendes. 1940a. «Discurso na Sessão Inaugural do Congresso Nacional de Ciências da População». In Separata de *Congressos do Mundo Português, CNCP*, 1-20. Porto: Imprensa Portuguesa.

Correia, Mendes. 1940b. «O mestiçamento nas colónias portuguesas». In Vol. XIV de *Congressos do Mundo Português, Congresso Colonial*, tomo 1, secção 1, 113-133. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.

Correia, Mendes. 1940c. «Factores degenerativos na população portuguesa e seu combate». In Vol. XVII de *Congressos do Mundo Português, CNCP*, tomo 1, secção 2, 577-589. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.

⁷ Publicado também em Correia, 1940f: 101-156.

Correia, Mendes. 1940d. «O elemento português na demografia do Brasil». In Vol. IX de *Congressos do Mundo Português, Congresso Luso-Brasileiro de História. O Império e a República*, tomo 3, secção 2, Parte 2, 243-58. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.

Correia, Mendes. 1940e. «Novas estações líticas em Muge». Memória apresentada ao *I Congresso do Mundo Português. Congresso da Pré e Proto-História de Portugal*, 1-17. Lisboa: s/ed.

Correia, Mendes. 1940f. *Da Raça e do Espírito*. Porto: Imprensa Portuguesa.

Correia, Mendes. 1941a. *A Escola Antropológica Portuense*. Lisboa: s.n.

Correia, Mendes. 1941b. «Conceitos genéticos de raça e de constituição». In *Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais. Lisboa. Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais*, Volume XIII, Suplemento II: 27-29.

Correia, Mendes. 1941c. *Plano de Estudos Antropológicos Coloniais*. S/l: s/ed.

Correia, Mendes. 1941d. «Anthropologie et Préhistoire du Portugal». *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal* (Coimbra: s/ed.), 8 (1): 42-58.

Correia, Mendes. 1941e. «Perspectivas duma antropologia citológica»⁸. In *XVI Congreso de la Asociación Española para el Progreso de Las Ciencias, Zaragoza 1940*. Madrid: s/ed. 15 pp.

Correia, Mendes. 1943a. *Raças do Império*. Porto: Portucalense Editora. 625 pp.

Correia, Mendes. 1943b. «O Bloco Peninsular». Extracto de *Ocidente* (Lisboa: Tipografia da Editorial Império, Limitada), n.º 59: 5-34.

Correia, Mendes. 1944a. *Timor Português. Contribuições para o seu estudo antropológico*. Lisboa: Ministério das Colónias. 235 pp.

Correia, Mendes. 1944b [1938]. *Raízes de Portugal. Portugal "Ex-Nihilo"!... Terra e Independência. A raça*. Lisboa: Edição da Revista «Ocidente».

Correia, Mendes. 1944c. «Prefácio». In António Nascimento Leitão, *Aveiro e sua Laguna (estudo comparativo de temas regionais)*, 11-14. Lisboa: Sá da Costa.

Correia, Mendes. 1944d. «O mestiçamento nas colónias portuguesas». Separata de *África Médica* (Porto: Costa Carregal), n.º 12: 1-4.

Correia, Mendes. 1944e. *Gérmén e Cultura*. Porto: IAUP. 235 pp.

Correia, Mendes. 1944f. «Los timorenses y la posición sistemática de los indonesios». *Investigación y Progreso*, 15: 257-261.

⁸ Publicado também em *Gérmén e Cultura*, 1944e: 1-19.

Correia, Mendes. 1944g. «As tendências bio-étnicas do Brasil contemporâneo». Extracto de *Publicações do Congresso Luso-Espanhol do Porto*, V: 1-11.

Correia, Mendes. 1944h. «Cultura e Culturas». Separata de *O Lar do Médico* (Suplemento do *Jornal do Médico*), n.º 13: 1-8.

Correia, Mendes. 1945a. «Missões antropológicas às Colónias». Separata de *Jornal do Médico* (Porto: Costa Carregal), VII (149), n.ºs 11-12: 1-10.

Correia, Mendes. 1945b. «Sobre um problema de biologia humana em Timor Português»⁹, *BGC*, n.º 235: 13-26.

Correia, Mendes. 1945c. «Tabu da sogra nos Bantos da África Portuguesa». Extracto de *TAE*, X, n.ºs 3-4: 1-12.

Correia, Mendes. 1946a. «A masculinidade nos nascimentos em Portugal». Separata de *Revista do Centro de Estudos Demográficos* (Lisboa: INE), n.º 3: 9-31.

Correia, Mendes. 1946b. *Em face de Deus. Memórias e Confissões*. Porto: Fernando Machado. 174 pp.

Correia, Mendes. 1946c. «O Liceu do Porto há meio século». *O Tripeiro*, n.º 6: 121-123.

Correia, Mendes. 1946d. «A Academia Politécnica há quarenta anos». *O Tripeiro*, n.º 8: 174-176.

Correia, Mendes. 1946e. «Elementos para a classificação de raças e línguas na Guiné Portuguesa». In *Congresso Comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné*. Volume 2, 373-387. Lisboa: SGL.

Correia, Mendes. 1947. *Uma jornada científica na Guiné Portuguesa*. Lisboa: AGC. 193 pp.

Correia, Mendes. 1948a. «Cômputos da população global da África». Separata de *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 5: 17- 35.

Correia, Mendes. 1949a. *Ultramar Português I – Síntese de África*. Lisboa: Agência Geral das Colónias. 400 pp.

Correia, Mendes. 1949b. «Professor João Avelar Maia de Loureiro». *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 6: 7-11.

Correia, Mendes. 1949c. «La posición sistemática de los amerindios». Separata del *Homenaje a Don Luis de Hoyos Sainz*, tomo I: 217-222.

⁹ Publicado também em Correia, 1954a: 129-145.

Correia, Mendes. 1950a. «O Porto, suas origens, evolução e perspectivas». Separata de *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, XIII, n.º 3-4: 1-24.

Correia, Mendes. 1950b. «Donde veio o nome de Lisboa?»¹⁰. Separata de *Revista Municipal de Lisboa*, n.º 42: 1-20.

Correia, Mendes. 1950c. «Contacts culturels dans les colonies portugaises». Separata de *Estudos Coloniais. Revista da Escola Superior Colonial*, Vol. 1: 1-11.

Correia, Mendes. 1951a. «Reverendo Pe. Eugénio Jalhay, S. J.»¹¹. *Arqueologia e História* (Lisboa), VIII, n.º 5: 67-82.

Correia, Mendes. 1951b. «Études anthropologiques sur les populations de l'Archipel du Cap-Vert et de la Guinée Portugaise». *Première Conférence Internationale des Africanistes de l'Ouest, 1945* (Dakar: IFAN), 2:120-122.

Correia, Mendes. 1951c. «O estudo das populações e o futuro do ultramar». *Mensário Administrativo*, n.º 47-48: 1-28.

Correia, Mendes. 1951d. «Contacts culturels dans l'Afrique Portugaise». *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, VI, n.º 5: 5-14.

Correia, Mendes. 1951e. «A cultura portuguesa na África e no Oriente»¹². *Estudos Coloniais. Revista da ESC*, II, n.º 1: 19-51.

Correia, Mendes. 1951f. *A alimentação do povo português; bibliografia prefaciada e coordenada pelo Prof. Doutor António Augusto Mendes Correia*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos. 251 pp.

Correia, Mendes. 1951g. «L'organisation de la recherche scientifique dans l'Afrique Portugaise». *Anais da Junta de Investigações Coloniais*, VI, n.º 1: 7-16.

Correia, Mendes. 1952a. «Aumento da população, emigração, colonização». Extracto de *Anuário da Escola Superior Colonial*. 23 pp.

Correia, Mendes. 1952b. «Contacts culturels dans la Guinée portugaise». Separata de *Actas da Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais em Bissau 1947. Anais da JIC* (Lisboa: Ministério das Colónias), VI, n.º 5: 7-14.

Correia, Mendes. 1952c. «No 5.º centenário de Leonardo da Vinci». Separata do *Boletim da SGL*, n.º 10-12: 1-27.

¹⁰ Publicado também em Correia, 1954a.

¹¹ Publicado também em Correia, 1954a: 319-334.

¹² Publicado também em Correia, 1954a: 227-263.

Correia, Mendes. 1953a. «Locais arqueológicos e históricos em África: Relatório e proposta ao IV Congresso de Turismo Africano, em Lourenço Marques». Separata da *Revista Guimarães*, LXIII, n.º 63: 5-8.

Correia, Mendes. 1953b. «Aspectos demográficos do arquipélago de Cabo Verde». Separata de *Garcia de Orta* (Revista da JIU), I, n.º 1: 1-15.

Correia, Mendes. 1954a. *Antropologia e História*. Porto: Imprensa Portuguesa. 335 pp.

Correia, Mendes. 1954b. *Ultramar Português II – Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Agência Geral das Colónias. 261 pp.

Correia, Mendes. 1954c. «Portugal e a Índia». In *Palestras na Emissora Nacional, em 31 de Julho, 7, 14, 21 e 28 de Agosto e 4 e 11 de Setembro de 1954*, 1-27. Lisboa: s/ed.

Correia, Mendes. 1954d. «Cientistas no Brasil». In *Antropologia e História*, 265-294. Porto: Imprensa Portuguesa.

Correia, Mendes. 1954e. «Júlio de Matos e a psiquiatria em Portugal». In *Antropologia e História*, 295-318. Porto: Imprensa Portuguesa.

Correia, Mendes. 1955. *Um Mês em Timor. Palestras na Emissora Nacional, na Série «A Ciência ao Serviço da Humanidade»*. Lisboa: s/ed. 24 pp.

Correia, Mendes. 1956a. «Notice préliminaire sur les squelettes préhistoriques de Moita de Sebastião (Muge)». Separata de *Crónica del IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas (Madrid, 1954)*, 133-139. Lisboa: Casa Portuguesa.

Correia, Mendes. 1956b. «O interesse dos estudos de linguística e o seu carácter científico». *Boletim da SGL*, LXXIV, n.º 7: 227-242.

Correia, Mendes. 1956c. «A “cultura luso-brasileira”. (A propósito de duas conferências de Pedro Calmon)». Separata do *Boletim da SGL*, série 74, n.ºs 10-12: 347-357.

Correia, Mendes. 1957. *Professor Mendes Correia. Homenagem dos seus amigos e admiradores*. Separata do *Boletim da SGL*, XV, n.ºs 4-6. 152 pp.

Correia, Mendes. 1958a. «Notas de visitas a institutos científicos do Congo Belga». *Boletim da SGL*, série 76, n.ºs 7-9: 203-212.

Correia, Mendes. 1958b. «Sobre o “Ano Geofísico Internacional”». Separata de *Boletim da SGL*, série 76, n.ºs 1-3: 3-20.

Correia, Mendes. 1962. «Da antropobiologia ultramarina». *Estudos, Ensaios e Documentos* (Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar), n.º 95: 145-238.

Correia, Mendes, A. de Almeida, e J. Camarate França. 1954. «Nouvelles stations lithiques du Timor portugais et préhistorique de l’Indonésie Orientale». *Crónica del IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas e Protohistóricas*, 295-298. Madrid: s/ed.

Correia, Mendes, e Alfredo Athayde. 1930. *Contribution à la craniologie d'Angola* (XV Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique. Portugal. 21-30.9.1930). S/l: s/ed.

Correia, Mendes, e Alfredo Athayde. 1931. *Contribution à l'anthropologie de la Guinée portugaise* (Actas do XV Congrès International d' Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique. Paris. 21-30.9.1930), 1-3. Paris: Libraire E. Nourry.

Cunha, A. Xavier da. 1982. «Contribution à l'histoire de l' Anthropologie Physique au Portugal». *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*, XI, 1: 5-56.

Dantas, Júlio. 1919. *Espadas e Rosas*. Lisboa: s/ed.

Darwin, Charles. 1968 [1859]. *A Origem das Espécies*. São Paulo: Hemus.

Darwin, Charles. 1871. *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex*. Londres: John Murray.

Diários das Sessões da Câmara Corporativa. I Legislatura (1935-1938) e II Legislatura (1938-1942). [Em linha]. [Consult. Outubro e Novembro 2011]. Disponível em WWW: URL: <http://debates.parlamento.pt>

Diários das Sessões da Assembleia Nacional. IV Legislatura (1945-1949), V Legislatura (1949-1953) e VI Legislatura (1953-1957). [Em linha]. [Consult. Outubro e Novembro 2011]. Disponível em WWW: URL: <http://debates.parlamento.pt>

Dias, Jorge. 1953. *Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril*. Porto: Imprensa Portuguesa.

Dias, Jorge. 1961. «A expansão ultramarina à luz da moderna antropologia». *Ensaio Etnológicos. Revista Estudos de Ciências Políticas e Sociais* (Lisboa: JIU), n.º 52: 145-158.

Dias, Jorge. 1981 [1948]. *Vilarinho da Furna. Uma Aldeia Comunitária*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Dias, Jorge. 1982 [1948]. *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Dias, Jorge. 1990 [1953]. «Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa». *Estudos de Antropologia* (Lisboa: INCM), I: 135-157.

Dias, Jorge. 1971 [1968]. «O Carácter Nacional Português na Presente Conjuntura». In *Estudos do Carácter Nacional Português*, 35-49. Lisboa: JIU.

Dias, Jorge. 1984. «Antropologia Cultural». *Estudos Políticos e Sociais*, XII, n.ºs 3-4: 241-456.

Dias, Jorge. 1998 [1964]. *Os Macondes de Moçambique. Aspectos Históricos e Económicos*. Vol. I. Lisboa: CNCDP e IICT.

- Durkheim, Émile. 1912. *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. Paris: PUF.
- Durkheim, Émile, e Marcel Mauss. 1903. «De quelques formes primitives de classification, contribution à l'étude des représentations collectives». *Année Sociologique*. 6: 13-89.
- Elogio do Professor Doutor António Mendes Correia*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Estatutos da Sociedade de Antropologia de Coimbra*. 1899. Coimbra: Imprensa da Universidade. 6 pp.
- Estatutos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 1918. Porto: SPAE.
- Estatutos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 1924. Porto: SPAE.
- Fernandes, Barahona. 1940. «Hereditariedade e profilaxia eugénica das doenças mentais». In Vol. XVII de *Congressos do Mundo Português, CNCP*, tomo 1, secção 2, 626-651. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.
- Ferreira, Cláudio. 1932. «Diferenciação das raças pelo sangue». In *Memória apresentada ao XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica, IV Sessão do Instituto Internacional de Antropologia*, 3-12. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Ferreira, A. Liz. 1940. «Observações sobre o tipo morfológico constitucional dos indígenas de Angónia (Distrito de Tete)». In Vol. XIV de *Congressos do Mundo Português, Congresso Colonial*, tomo 1, secção 1, 135-152. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.
- Ferreira, A. J. Liz, Alfredo Athayde, e Hugo de Magalhães. 1945. *Gorilas do Maiombe Portugêses*. Memórias, Série Zoológica I. Lisboa: JMGIC.
- Fontes, Victor. 1934. «Instruções antropológicas para uso nas Colónias». Vol. I de *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, 188-197. Porto: Edições da I Exposição Colonial Portuguesa.
- Freyre, Gilberto. 1957 [1933]. *Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Freyre, G. 1954a. *Aventura e Rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e de acção*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Freyre, G. 1954b. *Um brasileiro em terras portuguesas. Introdução a uma possível Lusotropicologia*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Galton, Francis 1979 [1869]. *Hereditary genius*. Londres: Lulyan Friedman.

Galton, Francis. 1883. *Inquiries into Human Faculty and its development*. Londres: MacMillan.

Galvão, Henrique. 1940. *Exposição do Mundo Português. Secção Colonial*. Lisboa: Neogravura, Limitada.

Galvão, Henrique. 1974. *O Assalto ao Santa Maria*. Coleção Compasso do Tempo. Águeda: Edições Delfos.

Gini, Corrado. 1940. «Les facteurs de la décroissance de la natalité à l'époque contemporaine». In Vol. XVII de *Congressos do Mundo Português, CNCP*, tomo 1, secção 1, 76-123. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.

Giuffrida-Ruggeri, Vincenzo. 1916-1917. «La posizione antropologica dell'Uomo fossile di Combe-Capelle». *Rivista di Antropologia* (Roma). T. XXI.

Giuffrida-Ruggeri, Vincenzo. 1918. «Prime linee de un'Antropologia sistematica dell'Asia». *Archivio per l'Antropologia e la Etnologia* (Firenze). T. XLVII.

Giuffrida-Ruggeri, Vincenzo. 1921. *Su l'origine dell'uomo, nuove teorie e documenti*. Bolonha: N. Zanichelli.

Gobineau, Arthur de. 2006 [1853]. *The inequality of the human races*. Translated by Adrian Collins M. A. Sussex: Historical Review Press.

Guimarães, Querubim. 1960. «Uma figura nacional que desaparece». *Litoral*, Semanário de Aveiro, 16.1.1960.

Gonçalves, Júlio. 1957. «Professor Mendes Correia. À guisa de prolegómenos». *Boletim da SGL*, 75.^a série, n.º 4-6: 119-124.

Heleno, Manuel. 1956. «Um quarto de século de investigação arqueológica». *O Arqueólogo Português*. 3. Lisboa: MNAELV.

Herculano, Alexandre. 1916 [1846]. *História de Portugal*. Lisboa: Aillaud & Bertrand. 7.^a ed.

Herskovits, Melville J. 1963. *Antropologia Cultural*. I. São Paulo: Editora Mestre Jou.

Jesus, Quirino de, e António de Oliveira Salazar. 1987. *Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar*. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Jubainville, Henry Arbois de. 1904. *Les Celtes. Depuis les temps les plus anciens jusqu'en l'an 100 avant notre ère*. Paris: Albert Fontemoing.

Júnior, Joaquim Rodrigues dos Santos. 1934. «O Prof. Mendes Corrêa no Instituto Luso-Brasileiro de Alta-Cultura». Extracto de *TAE*, VI, n.º 4: 1-8.

Júnior, Santos. 1937a. «Missão antropológica a Moçambique». *TAE*, VIII, n.º 2.

Júnior, Santos. 1937b. «Grupos sanguíneos nos indígenas de Tete, Zambézia». *TAE*, VIII, n.º 2: 213-217.

Júnior, Santos. 1938a. «Missão antropológica de Moçambique. (2.ª campanha)». *TAE*, VIII, n.º 3.

Júnior, Santos. 1938b. «Relatório da missão antropológica à África do Sul e a Moçambique». *TAE*, VIII, n.º 3: 1-52.

Júnior, Santos. 1944a. *Missão antropológica de Moçambique. Las Ciencias* (Madrid), IX, n.º 3: 1-10.

Júnior, Santos. 1944b. *Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique. Algumas tribos do distrito de Tete*. Lisboa: JIU.

Júnior, Santos. 1956. *Antropologia de Moçambique*. Porto: Imprensa Portuguesa.

Júnior, Santos. 1969. «O Professor Mendes Correia, fundador e 2.º presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia». Separata de *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia*. Porto: FCUP.

Júnior, Santos. 1971. «Antropologia (Amplitude e finalidade desta ciência)». *Trabalhos do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa»*. Porto: FCUP. 19 pp.

Keith, Arthur. 1916. «On certain factors concerned in the evolution of human races». *Journal of the Royal Anthropological Institute*, XLVI: 10-34.

Lapouge, G. Vacher de. 1896. *Les sélections sociales. Cours libre de Science Politique*. Paris: Librairie Thorin & Fils.

Le Bon, G. 1910 [1894]. *Les lois psychologiques de l'évolution des peuples*. Paris: s/ed.

Leça, Riba 1934. «Esterilização, não; eugenia, sim». *Brotéria*. Maio 1934.

Lima, J. A. Pires de. 1934. «Estudos de Antropologia Colonial. O que temos feito e o que precisamos fazer». In Vol. I. de *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, 105-133. Porto: Edições da I Exposição Colonial Portuguesa.

Lima, J. A. Pires de. 1940. «Influência de Mouros, Judeus e Negros na Etnografia portuguesa». In Vol. XVIII de *Congressos do Mundo Português, CNCP*, tomo 2, secção 3, 63-102. Lisboa: Edição dos Congressos do Mundo Português.

Lima, J. A. Pires de, e Constâncio Mascarenhas. 1930. *Contribuição para o estudo antropológico da Guiné Portuguesa*. S/l: s/ed. (XV Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique. Portugal. 21-30.9.1930).

Loureiro, J. A. Maia de. 1940. «Natalidade, mortalidade e selecção da Raça». In Vol. XVII de *Congressos do Mundo Português, CNCP*, tomo 1, secção 1, 124-139. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.

Loureiro, J. A. Maia de. 1945. «Reflexões acerca da estatística de mortalidade por causas em Portugal». *Revista do Centro de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística*, n.º 1-2: 65-94.

Lubbock, John. 1882. *As Origens da Família* (condensação por Teixeira Bastos). Lisboa: Nova Livraria Internacional.

M., C. 1946. «Em face de Deus: Uma consciência que se procura». *Bazar das Letras, das Ciências e das Artes*, Suplemento Literário de *A Voz* (Lisboa), n.º 40: 151-152.

Magalhães, António Leite de. 1919. «Subsídios para o estudo etnológico de Timor». *TAE*, I: 37-65.

Malinowski, Bronislaw. 1989 [1967]. *A Diary in the Strict Sense of the Term*. Londres: The Athlone Press.

Malthus, T. 1798. *An Essay on the Principle of Population, as it affects the future improvement of society*. London: J. Johnson.

Martins, J. P. Oliveira. 1888 [1880]. *O Brazil e as Colónias Portuguezas*. 3.ª ed. Lisboa: António Maria Pereira.

Martins, J. P. Oliveira. 1884-1893. *Política e História*. Lisboa: Guimarães & C.ª.

Mello, Lopo Vaz de Sampaio. 1936. «Da influência da eugenia no fenómeno da colonização e na política do império». *Boletim Geral das Colónias*, n.º 131: 37-69.

«Missões Antropológicas e Etnológicas às Colónias, Decreto-lei n.º 34.478». 1951 [1945]. *Anuário da Escola Superior Colonial*. P. 146-149.

Monod, Théodore. 1950. «Two African International Scientific Conferences». *Geographical Review*, XL, n.º 2: 309-312.

Montaigne, Michel de. 1972. *Ensaios*. Colecção «Os Pensadores». São Paulo: Abril Cultural.

Monteiro, Hernâni. 1959. «Professor A. A. Mendes Correia». *TAE*, XVII, n.º 1-4: 1-8.

Monteiro, Hernâni. 1960. «Prof. Doutor A. A. Mendes Corrêa». Extracto de *TAE*, XVIII, n.º 1-2: 1-8.

Neto, João Pereira. 1988. «Parecer sobre a eventual criação da licenciatura em Antropologia na Universidade de Coimbra». *Estudos Políticos e Sociais*, XVI, n.º 1-2: 130-131.

O Porto e a sua Universidade. 1925. Porto: Universidade do Porto.

Oliveira, José Osório. 1934a. «O negro. Contribuição brasileira para o seu estudo». *O Mundo Português*, I, n.º 4: 135-138.

Oliveira, José Osório. 1934b. «A mestiçagem. Esboço duma opinião favorável». *O Mundo Português*, I, n.º 11: 367-369.

Oliveira, José Osório. 1939. «A suposta inferioridade do mestiço». *O Mundo Português*, VI, n.º 62: 57-60.

Oliveira, José Osório. 1940. «Os portugueses no Brasil». *O Século. Suplemento dedicado ao Império Colonial Português e às comemorações, nas Províncias Ultramarinas, dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal* (Lisboa). P. 73-74.

Peixoto, António Augusto da Rocha. 1890. «Notícias. A Sociedade Carlos Ribeiro». *Revista de Ciências Naturais e Sociais* (Porto), I: 189-190.

Peixoto, A. A. da Rocha. 1898. «A Sociedade Carlos Ribeiro. Nótula histórica». *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, V, n.º 20: 178-215.

Peixoto A. A. da Rocha. 1908. «Formas da vida comunalista em Portugal». In A. A. da Rocha Peixoto, 1967, *Obras*. Póvoa do Varzim: Câmara Municipal de Póvoa do Varzim.

Peres, Damião. 1970 [1938]. *Como nasceu Portugal*. Porto: Portucalense Editora.

Péry, Gérard. 1875. *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Pessoa, Alberto. 1940. «História da introdução em Portugal dos métodos científicos de Identificação Criminal». In Vol. XII de *Congressos do Mundo Português, Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa, Ciências Físico-Matemáticas e Militares, Ciências Naturais e Biológicas*, tomo 1, secção 2, parte 1, 709-722. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.

Renan, Ernest. 1992 [1882]. *Qu'est-ce qu'une nation? Et autres essais politiques*. Paris: Presses Pocket.

Pina, Luís de. 1931. «Les angles de la base du crâne chez les indigènes des colonies portugaises africaines». In *XV Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique*, 20-27. Paris: s/ed.

Pina, Luís de. 1940. «A antropologia criminal em Portugal». In Vol. XII de *Congressos do Mundo Português. Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa, Ciências Físico-Matemáticas e Militares, Ciências Naturais e Biológicas*, tomo 1, secção 2, parte 1, 679-706. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.

Pina, Luís de. 1966. «Faculdade de Letras do Porto (Breve História)». *Cale: Revista da Faculdade de Letras do Porto*, n.º 1: 59-172.

Pinto, Rui Correia de Serpa, e Hugo de Magalhães. 1942. *Bibliografia do Professor Mendes Corrêa (1909-1944)*. 2.ª Edição. Porto: Imprensa Portuguesa.

Professor Mendes Corrêa. 1888-1988. 1.º Centenário do seu nascimento. Porto: FCUP.

Reitoria da Universidade do Porto (coord.). 2005. *1. Etnologia e Arqueologia. Mendes Correia. Ciclo de Exposições «Aventureiros, Naturalistas e Coleccionadores»*. Porto: UP.

Reynold, Gonzague de. 1936. *Portugal*. Paris: Spes. 352 pp.

Ribeiro, Leonel. 1963. «O saudoso Arqueólogo Prof. Doutor A. A. Mendes Corrêa e as suas teses duma grande civilização ocidental e duma provável origem ocidental do alfabeto». Separata de Actas do II Colóquio Portuense de Arqueologia. *Lucerna*, III: 1-15.

Saldaña, Quintiliano. 1933. «La nouvelle anthropologie criminelle». Extracto de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, XVIII: 1-24.

Sampaio, Alberto. 1923. *Estudos Históricos e Económicos*. Porto: Livraria Chardron.

Sant'Ana, J. 1940. «A mortalidade na população portuguesa e suas principais causas». In Vol. XVII de *Congressos do Mundo Português, CNCP*, tomo 1, secção 1, 140-180. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.

Santa-Rita, Gonçalo 1940. «O contacto das raças nas colónias portuguesas. Seus efeitos políticos e sociais. Legislação portuguesa». In Vol. XV de *Congressos do Mundo Português, Congresso Colonial*, tomo 2, secção 2, 13-70. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários.

Santos, Francisco Bahia. 1955. *Política Ultramarina de Portugal*. Lisboa: s/ed.

Sardinha, António. 1915. *O valor da raça: introdução a uma campanha nacional*. Lisboa: Almeida, Miranda e Sousa.

Serrão, Eduardo da Cunha. 1959. «Investigações arqueológicas na região de Sesimbra. Resultado das campanhas realizadas pelo centro de estudos de etnologia peninsular». *TAE* (Volume de homenagem ao Prof. Doutor Mendes Correia), XVII, n.º 1-4: 187-203.

Tamagnini, Eusébio. 1915. «A cor do cabelo e dos olhos nos estudantes das escolas primárias portuguesas». *Revista da Universidade de Coimbra*. IV.

Tamagnini, E. 1933. «Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos». *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, XVI: 111-134.

Tamagnini, E. 1934. «Os problemas da mestiçagem». In Vol. I. de *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, 39-63. Porto: Imprensa Portuguesa.

Tamagnini, E. 1934-1935. «Lição inaugural do ano lectivo de 1934-35». *Revista da Faculdade de Ciências*, V, n.º 1: 28.

Tamagnini, E. 1939. «Les dimensions du nez, l'indice nasal et le prétendu fort métissage négroïde des portugais». *Congrès International des Sciences Anthropologiques et Ethnologiques*, I, 175-176. Copenhaga: s/ed.

Tamagnini, E. 1940a. «Os grupos sanguíneos dos portugueses». In *Actas dos Congressos do Mundo Português, CNCP*. Porto: Imprensa Portuguesa. 27 pp.

Teixeira, Carlos. 1934. «Medicina e superstições populares de Vieira». Extracto de *TAE*, VI, n.º 4: 1-40.

Teixeira, Carlos. 1935a. «Um peso bizantino, inédito, de Braga». Separata de *Alto Minho*, n.º 3: 1-4.

Teixeira, Carlos. 1935b. «O índice da secção dos cabelos nos Portugueses». Extracto de *TAE*, VII, n.ºs 2-3: 1-7.

Teixeira, Carlos. 1935c. «Um caso de polidactilia familiar». Extracto de *TAE*, VII, n.º 4: 1-8.

Teixeira, Carlos. 1936a. «Um caso de polidactilia hereditária». Extracto de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, XX: 1-8.

Teixeira, Carlos. 1936b. *Subsídios para o estudo da Arqueologia Bracarense. I. O Monte de Castro*. Porto: Imprensa Portuguesa. 24 pp.

Teixeira, Carlos. 1936c. «A periodicidade das funções genésicas humanas». Extracto de *TAE*, VIII, n.º 2: 1-15.

Teixeira, Carlos. 1940. «A mulher portuguesa e o seu papel bio-sociológico». Separata de *Congressos do Mundo Português, CNCP*. Porto: Imprensa Portuguesa. 12 pp.

Teixeira, Carlos. 1964. «Elogio histórico de A. A. Mendes Correia». *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. I. Lisboa: s/ed.

Topinard, Paul. 1885. *Éléments d'anthropologie générale*. Paris: Adrien Delahaye e Émile Lescrosnier.

Topinard, Paul. 1892. «L'anthropologie du Bengale ou étude des documents anthropométriques recueillis par M. Risley». *L'Anthropologie*, III, n.º 3: 282-316.

Tylor, Edward B. 1884. *A Sociedade Primitiva* (tradução de Teixeira Bastos). Lisboa: Nova Livraria Internacional.

Wallace, Alfred Russel. 1962 [1869]. *The Malay Archipelago*. Nova Iorque: Dover Publications.

Vasconcelos, José Leite de. 1895. «Excursão Arqueológica a Alcácer do Sal: uma raça originária de África». *O Arqueólogo Português*. I. Lisboa: Imprensa Nacional.

Vasconcelos, José Leite de. 1901. *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Paris: Aillaud.

Vasconcelos, José Leite de. 1915. *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Vasconcelos, José Leite de. 1928. «A Antropologia portuguesa como fonte de investigação etnográfica». *Boletim de Etnografia*, n.º 4: 1-19.

Vasconcelos, José Leite. 1941. «Origem do povo português (estado actual e sucinto do problema)». *Revista Lusitana*, XXXVIII: 196-246.

Fontes secundárias

AAVV. 1988. *As Raças Humanas*. Volume I. Lisboa: Resomnia Editores.

AAVV. 1999. *Al-Madan* (Almada: Centro de Arqueologia de Almada), II série, n.º 8.

Alexandre, Manuel Valentim Franco. 1993. *Os sentidos do império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento.

Alexandre, Valentim. 2000. «O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)». In *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas*, org. Jorge Vala, 133-144. Oeiras: Celta.

Anderson, Benedict. 1991 [1983]. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso.

Andrews, G. R. 1991. *Blacks & Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: UWP.

Appadurai, Arjun. 1986. *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.

Areia, M. R. de, e M. A. da Rocha. 1985. «O Ensino da Antropologia em Coimbra». In *Cem Anos de Antropologia em Coimbra, 1885-1985*, 13-60. Coimbra: MLAUC.

Asad, Talal (ed.). 1973. *Anthropology and the Colonial Encounter*. Londres: Ithaca Press.

Asad, Talal. 1991. «Afterword. From the History of Colonial Anthropology to the Anthropology of Western Hegemony». In *Colonial Situations. Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge*, ed. George W. Stocking Jr., 314-324. Madison e Wisconsin: The University of Wisconsin Press.

Augstein, Hannah Franziska. 1996. *RACE. The Origins of an Idea, 1760-1850*. Thoemmes Press. Bristol.

Bahn, Paul G. 1996. *The Cambridge illustrated history of archeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Barnard, Alan, e Jonathan Spencer eds. 2006 [1996]. *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Banton, Michael. 1996 [1984]. «Eugenics». In *Dictionary of Race and Ethnic Relations*, ed. Ellis Cashmore, 125-126. London, New York: Routledge.
- Banton, Michael. 1998 [1987]. *Racial Theories*. Cambridge: CUP.
- Barnes, J. A. 1972. «Social Networks». *Module in Anthropology*, n.º 26. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Baroja, Julio Caro. 1995 [1987]. *La cara, espejo del alma: historia de la fisiognómica*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, Círculo de Lectores.
- Bastos, Cristiana. 1998. «Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi- Strauss e Gilberto Freyre». *Análise Social*, XXXIII, n.ºs 146-147: 415-432.
- Bastos, Cristiana. 2002. «Um centro subalterno? A Escola Médica de Goa e o Império». In *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, coord. C. Bastos, M. Vale de Almeida e B. Feldman-Bianco, 133-149. Lisboa: ICS.
- Bastos, Cristiana. 2004. «O médico e o *inhamessoro*: o relatório do goês Arthur Ignacio da Gama em Sofala, 1878». In *A Persistência da História: Passado e Contemporaneidade em África*, org. Clara Carvalho, e João de Pina-Cabral, 91-117. Lisboa: ICS.
- Bastos, Susana Pereira. 1997. *O Estado Novo e os Seus Vadios: Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Baudet, Sabine, Marie-Christine Péan, e Françoise Gauquelin. 1977. *O Corpo. Olhando as suas formas, descobre-se um temperamento, um carácter, uma psicologia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Bender, Gerald J. 1980 [1978]. *Angola: Mito y realidad de su colonización*. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, Sa.
- Bourdieu, Pierre. 1979. *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre. 1980. *Le Sens Pratique*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre. 1988. *Homo academicus*. P. Collier, trans. Palo Alto: Stanford University Press.
- Boxer, Charles. 1967. *Relações Raciais no Império Colonial Português. 1415-1825*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Boxer, Charles. 1969. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70.

Branco, Jorge Freitas. 1986. «Cultura como ciência? Da consolidação do Discurso Antropológico à Institucionalização da Disciplina». *Ler História*, nº 8: 75-101.

Cardoso, João Luís. 1999. «O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa». *Al-Madan* (Almada: Centro de Arqueologia de Almada), II série, n.º 8: 138-156.

Carvalho, Clara. 2004. «O olhar colonial: antropologia e fotografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa». In *A Persistência da História: Passado e Contemporaneidade em África*, org. Clara Carvalho, e João de Pina-Cabral, 119-145. Lisboa: ICS.

Casanova, Catarina. 2011. «O papel de Mendes Corrêa enquanto referência na Antropologia Biológica em Portugal: caminhos e percursos da Primatologia». In *Mendes Correia (1888-1960): entre a ciência, a docência e a política*, coord. Ana Cristina Martins, 85-127. Lisboa: ACD Editores.

Castelo, Cláudia. 1998. *O Modo Português de Estar no Mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.

Castilho, José Manuel Tavares. 2009. *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e Carreira Parlamentar*. Lisboa: Assembleia da República, Texto Editora.

Castro, Celso. 2006 [2004]. *Franz Boas: Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Catroga, Fernando. 1977a. «Os inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político-social». *Revista de História das Ideias*, I: 287-394.

Catroga, Fernando. 1977b. «A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal». *Biblos. Revista da Faculdade de Letras* (Homenagem a Victor Matos e Sá), LIII: 285-327.

Catroga, Fernando. 1996. «História e Ciências Sociais em Oliveira Martins». In *História da História em Portugal, Séculos XIX-XX*, coord. Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, e Fernando Catroga, 117-159. Lisboa: Círculo de Leitores.

Centlivres, Pierre. 1982. «Des “instructions” aux collections: la production ethnographique de l’image de l’Orient». In *Collections Passion*, eds. Jacques Hainard, e Roland Kaehr, 33-61. Neuchâtel: Musée d’Ethnographie.

Coelho, Sofia Thenaisie. 2001. *A Cidade em Suspense. Projectos em torno da Sé do Porto (1934-2001)*. Coimbra: Centro de Cultura Urbana Contemporânea.

Comaroff, John. 1997. «Images of Empire, Contests of Conscience». In *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*, org. Frederick Cooper, e Ann Laura Stoler, 163-197. Berkeley: University of California Press.

Connerton, Paul. 1993 [1989]. *Como as Sociedades recordam*. Oeiras: Celta.

Cooper, Frederick. 2005. *Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*. Berkeley: University of California Press.

Cooper, Frederick, e Ann Laura Stoler, eds. 1997. *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Bourgeois World*. Berkeley: University of California Press.

Corrêa, Mariza 1982. *As Ilusões da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo.

Corrêa, Mariza, Emilio Willems, e Donald Pierson. 1987. *História da Antropologia no Brasil (1930-1960): Testemunhos*. Editora da Universidade Estadual de Campinas.

Costa, Henrique Alves. 1978. *Breve História do Cinema Português (1896-1962)*. Venda Nova – Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa.

Costa, Rui Manuel Pinto. 2009. *O Poder Médico no Estado Novo (1945-1974). Afirmação, Legitimação e Ordenamento Profissional*. Porto: UPorto editorial.

Cunha, Maria José, e Rogério Ferreira de Sousa. 2006. «A Coleção de Antiguidades Egípcias do Museu de História Natural da Universidade de Porto». *Revista da Faculdade de Letras: História*, série III, VII: 235-241.

Dias, Nélia. 1996. «O corpo e a visibilidade da diferença». In *Corpo Presente. Treze reflexões antropológicas sobre o corpo*, org. Miguel Vale de Almeida, 23-44. Oeiras: Celta.

Dirks, Nicholas B. 1992. «Introduction: Colonialism and Culture». In *Colonialism and Culture*, ed. Nicholas B. Dirks, 1-25. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

Edwards, Elizabeth. 1990. «The Image as Anthropological Document. The Photographic “Types”: The Pursuit of Method». *Visual Anthropology*, n.º 3: 235-258.

Eriksen, Thomas Hylland, e Finn Sivert Nielsen. 2007 [2001]. *História da Antropologia*. Petrópolis: Editora Vozes.

Escobar, Arturo. 1994. «Welcome to Cyberia: Notes on the Anthropology of Cyberculture». *Current Anthropology*, XXXV, n.º 4: 211-231.

Fabian, Johannes. 1983. *Time and the Other: How anthropology makes its object*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Fabião, Carlos. 1996. «Archaeology and Nationalism: the Portuguese Case». In *Nationalism and Archaeology in Europe*, orgs. M. Díaz-Andreu, e T. Champion, 90-107. Londres: UCL Press.

Fabião, Carlos. 1999. «Um Século de Arqueologia em Portugal I». *Al-Madan*, série II, n.º 8: 104-126.

Fatela, João. 1989. *O Sangue e a Rua: Elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*. Lisboa: Dom Quixote.

- Ferreira, Nuno Estevão. 2009. «A Câmara Corporativa no Estado Novo: composição, funcionamento e influência». Tese de doutoramento, Lisboa, ICS da Universidade de Lisboa.
- Figueiras, Isilda. 1981. *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa. Índices. Vol. 1-10. 1914-1981*. Coimbra: Instituto de Antropologia da UC.
- Fink, Carole. 1991. *Marc Bloch: A life in history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Foucault, Michel. 1968 [1966]. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Portugália Editora.
- Foucault, Michel. 2002 [1987]. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Gallo, Donato. 1988. *O Saber Português: Antropologia e Colonialismo*. Lisboa: Heptágono.
- Geertz, Clifford. 1989 [1973]. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Gellner, Ernest. 1991. *Reason and Culture: The Historical Role of Rationality and Rationalism*. Oxford: Blackwell.
- Goffman, Erving. 1988 [1963]. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Goody, Jack. 1995. *The Expansive moment: the rise of social anthropology in Britain and Africa, 1918-1970*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gould, Stephen Jay. 2004 [1981]. *A Falsa Medida do Homem*. Vila Nova de Famalicão: Círculo de Leitores.
- Gravlee, Clarence C., H. Russel Bernard, e William Leonard. 2003. «Heredity, environment, and cranial form: A re-analysis of Boas's immigrant data». *American Anthropologist*, 105 (1): 125-138.
- Guimarães, Ângela. 1984. *Uma Corrente do Colonialismo Português: A Sociedade de Geografia de Lisboa - 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Guimarães, Gonçalves. 1995. «A escola de antropologia do Porto e os estudos pré-históricos em Portugal». Separata da *Revista de Ciências Históricas* (Porto: Universidade Portucalense), n.º 10: 59-78.
- Hallowell, A. 1965. «The history of anthropology as an anthropological problem». In *Contributions to anthropology: Selected papers of A. Irving Hallowell*, ed. R. D. Fogelson, 1976: 21-35. Chicago.

Handler, Richard, ed. 2000. *Excluded Ancestors, Inventible Traditions: Essays Toward a More Inclusive History of Anthropology*. Vol. IX de *History of Anthropology*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press.

Handler, Richard. 2000. «Boundaries and Transitions». In *Excluded Ancestors, Inventible Traditions: Essays Toward a More Inclusive History of Anthropology*, ed. Richard Handler, Vol. IX de *History of Anthropology*, 3- 10. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press.

Harris, Marvin. 1952. *The Nature of Culture*. Chicago: University of Chicago Press.

Harris, Marvin. 2001 [1968]. *The rise of anthropological theory. A history of theories of culture*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press.

Hayes, Carlton J. H. 1941. *A Generation of Materialism: 1871-1900*. Nova Iorque, Evanston e Londres: Harper Torchbooks.

Henriques, Isabel Castro. 1997. *Percursos da modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais em Angola*. Lisboa: IICT e ICP.

Hinsley, Curtis M. 2008. «Personalities and Institutions in Americanist Archaeology, 1850-1950». *Reviews in Anthropology*, XXXVII, n.ºs 2-3: 122-135.

Homem, Armando Luís de Carvalho. 1991. «A História que nos fez e a História que se faz: Da primeira à segunda fase da Faculdade de Letras do Porto». *Revista de História*, n.º 11: 227-240.

Ingold, Tim, ed. 1988. *What is an Animal?* Londres: Unwin Hyman.

Ingold, Tim. 1990. «An Anthropologist Looks at Biology». *Man*. XXV, n.º 2: 208-229.

Isaac, Benjamin. 2004. *The invention of Racism in Classical Antiquity*. Princeton University Press.

Jahoda, Gustav. 1999. *Images of Savages. Ancient Roots of Modern Prejudice in Western Culture*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Jorge, Vítor Oliveira. 1998. «Preâmbulo». *TAE*, XXXVIII, n.ºs 3-4: 7-11.

Kuklick, Henrika. 1992. *The savage within. The social history of british anthropology, 1885-1945*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

Kuper, Adam. 2005. «Histórias alternativas da antropologia social britânica». *Etnográfica*, IX, n.º 2: 209-230.

Latour, Bruno. 1993 [1991]. *We have never been modern*. Nova Iorque: Harvester Wheatsheaf.

Laviolette, Patrick. 2008. «Anthropology in the UK: Never mind the biographies, here's the reflexive symbols». *Reviews in Anthropology*, n.º 37: 231-258.

Leal, João. 2000. *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Leal, João. 2006. *Antropologia em Portugal. Mestres, Percursos, Transições*. Lisboa: Livros Horizonte.

Lima, Antónia Pedroso. 2003. *Grandes Famílias. Grandes Empresas. Ensaio Antropológico sobre uma Elite de Lisboa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Lima, Antónia Pedroso de, e Ramon Sarró. 2006. *Terrenos Metropolitanos: Ensaio sobre produção etnográfica*. Lisboa: ICS.

Lima, Joaquim. 2007. *Princípios de Antropologia em Bernardino Machado*. Porto: Campo das Letras.

Llobera, Josep R. 1976. «The History of Anthropology as a Problem». *Critique of Anthropology*, II, n.º 7: 17-42.

Llobera, Josep R. 2003. *The making of totalitarian thought*. Oxford, New York: Berg Publishers.

Lohmann, Roger Ivar, 2008, «Introduction: Biographies of Anthropologists as Anthropological Data». *Reviews in Anthropology*, n.º 37: 89-101.

Lopes, João Teixeira, coord. 2001. *A Tutoria do Porto. Estudo sobre a morte social temporária*. Porto: Afrontamento.

Lopes, Óscar. 1996. «7.ª Época - Época Contemporânea». In *História da Literatura Portuguesa*, 17.ª Edição, 937-1061. Porto: Porto Editora.

Lourenço, Eduardo. 1995. «Oliveira Martins e Pessoa». *Revista da Biblioteca Nacional*, n.ºs 1-2: 115-122.

Madureira, Nuno Luís. 2003. «A estatística do corpo: antropologia física e antropometria na alvorada do século XX». *Etnográfica*, VII, n.º 2: 283-303.

Marques, A. H. de Oliveira. 1985 [1972]. *História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Palas Editores.

Marques, A. H. de Oliveira, e Fernando Marques da Costa. 1978. *Bernardino Machado*. Lisboa: Montanha.

Martins, Ana Cristina, coord. 2011. *Mendes Correia (1888-1960): entre a ciência, a docência e a política*. Lisboa: ACD Editores.

Martins, Ana Cristina. 2011. «Mendes Correia (1888-1960) e a arqueologia coeva: (en)trechos». In *Mendes Correia (1888-1960): entre a ciência, a docência e a política*, coord. Ana Cristina Martins, 37-73. Lisboa: ACD Editores.

Martins, Leonor Pires. 2006. «Ossos do ofício: antropometria e etnografia no Norte de Moçambique (1916-1917)». In *Portugal não é um país pequeno: contar o “império” na pós-colonialidade*, org. Manuela Ribeiro Sanches, 113-139. Lisboa: Cotovia.

Matos, Patrícia Ferraz de. 2000. «Discursos e Saberes sobre *Raça*: Bibliografia Portuguesa (1870-1970)», Base de dados bibliográficos com contextualização, em formato digital¹³.

Matos, Patrícia Ferraz de. 2006. *As Côres do Império: Representações raciais no Império Colonial Português*. 1.^a edição. Lisboa: ICS.

Matos, Patrícia Ferraz de. 2007. Recensão de *A Escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950. O que significa seguir uma regra científica?*, de Gonçalo Duro dos Santos, *Etnográfica*, XI, n.º 2: 496-501.

Matos, Patrícia Ferraz de. 2009. Recensão de *Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, de Margarida Calafate Ribeiro, *Lusotopie*, XVI, n.º 2: 269-275.

Matos, Patrícia Ferraz de. 2010. «Aperfeiçoar a “raça”, salvar a nação: Eugenia, teorias nacionalistas e situação colonial em Portugal». *TAE*, n.º 50: 89-111.

Matos, Patrícia Ferraz de. 2012. «Eduardo Augusto Marques, 1867-1944». In *Os Presidentes do Parlamento Português (1822-2012)*, coord. Fernando de Sousa, e Maria da Conceição Meireles Pereira. Lisboa: Assembleia da República.

Matos, Sérgio Campos. 1998. *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Colibri.

Mayr, E. 1982. *The Growth of Biological Thought: Diversity, Evolution, and Inheritance*. Cambridge MA: Harvard University Press.

Mead, Margaret. 1974. *Ruth Benedict: A Humanist in Anthropology*. Columbia University Press.

Mello, Luiz Gonzaga de. 2005 [1982]. *Antropologia Cultural. Iniciação, Teoria e Temas*. Petrópolis: Editora Vozes.

Monteiro, Américo Enes. 1997. «A recepção da obra de Friedrich Nietzsche na vida intelectual portuguesa (1892-1939)». Tese de doutoramento em Cultura Alemã, Porto, FLUP.

¹³ Contém 1044 entradas com registos. Esteve disponível em <http://www.ceasiscte.org/projraca.asp> e estará brevemente disponível na página da Internet do CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia.

Mosse, George L. 1963. *The Culture of Western Europe. The Nineteenth and Twentieth Centuries. An Introduction*. Londres: John Murray.

Mosse, George L. 1992 [1978]. *Il Razzismo in Europa. Dalle Origini all' Olocausto*. Milano: Arnoldo Mondadori Editore. S. p. A.

Moutinho, Mário Canova. 1982. «A Etnologia Colonial Portuguesa e o Estado Novo». In *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, 415-442. Lisboa: A Regra do Jogo.

Nunes, João Arriscado, e Maria Eduarda Gonçalves. 2001. «Introdução». In *Enteados de Galileu? A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência*, org. João Arriscado Nunes, e Maria Eduarda Gonçalves, 13-31. Porto: Edições Afrontamento.

Oliveira, Ernesto Veiga de. 1972. «Introdução». In *Museu de Etnologia do Ultramar. Povos e Culturas*, 1-16. . Lisboa: JIU.

Oliveira, Maria Antónia. 2003. «Biografia e Ficção». In *Revista de Comunicação e Linguagens. Ficções*, n.º 32: 101-116.

Pereira, Ana Leonor. 1999. «Eugenia em Portugal?». *Revista de História das Ideias*, n.º 20: 531- 600.

Pereira, Ana Leonor. 2001. *Darwin em Portugal (1865-1914). Filosofia. História. Engenharia Social*. Coimbra: Almedina.

Pereira, Ana Leonor, e J. R. Pita. 1993. «Ciências». In *História de Portugal*, org. José Matoso. Vol. V, *O liberalismo 1807-1890*, coord. Luís Reis Torgal e João Roque, 652-667. Lisboa: Círculo de Leitores.

Pereira, Rui. 1986. «Antropologia aplicada na política colonial portuguesa do Estado Novo». *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.ºs 4-5: 191-235.

Pereira, Rui. 1989. «A questão colonial na etnologia ultramarina». *Antropologia Portuguesa* (Coimbra: MLAUC), n.º 7: 61-78.

Pereira, Rui. 1998. «Introdução à Reedição de 1998». In *Os Macondes de Moçambique. Aspectos Históricos e Económicos*, Jorge Dias, V-LII. Vol. I. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, IICT.

Pichot, André. 2000. *La Société Pure. De Darwin à Hitler*. Paris: Flammarion.

Pimenta, Fernando Tavares. 2008. *Angola, os Brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento.

Pimentel, Irene Flunser. 1998. «O aperfeiçoamento da raça. A eugenia na primeira metade do século XX». *História*, n.º 3: 18-27.

- Pimentel, Irene Flunser. 2011. *A cada um o seu lugar: A política feminina do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- Pina-Cabral, João de. 1989. «Breves Considerações Sobre o Estado da Antropologia em Portugal». *Antropologia Portuguesa*, n.º 7: 29-36.
- Pina-Cabral, João de. 1991. *Os contextos da antropologia*. Lisboa: Difel.
- Pina-Cabral, João de. 2008. «History of Anthropology and Personal Biography». *Anthropology Today*, XXIV, n.º 6: 26-27.
- Pires, Daniel. 1996. *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1910-1940)*. Lisboa: Grifo.
- Poliakov, Léon. 1974 [1971]. *O Mito Ariano*. São Paulo: Perspectiva.
- Porter, Roy. 1999. *The Greatest Benefit to Mankind: A Medical History of Humanity from Antiquity to the Present*. Londres: Fontana Press.
- Porto, Nuno. 2002. «Modos de Objectificação da Dominação Colonial: O Caso do Museu do Dundo, 1940-1970». Tese de doutoramento, Coimbra, FCTUC.
- Price, David H. 2008. «On the Ambivalence of Orthodoxy in American Anthropology». *Reviews in Anthropology*, XXXVII, n.ºs 2-3: 102-121.
- Proctor, Robert. 1988. «From Anthropologie to Rassenkunde in the German Anthropological Tradition». In *Bones, Bodies, Behaviour*, ed. G. W. Jr. Stocking, 138-179. Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- Quine, M. S. 1996. *Population politics in Twentieth-Century Europe: fascist dictatorships and liberal democracies*. London: Routledge.
- Quintais, Luís. 2004. «Mestres da Verdade Invisível no Arquivo da Psiquiatria Forense Portuguesa». Tese de Doutoramento, Lisboa, ICS da UL.
- Ribeiro, Orlando. 1977. *Introduções Geográficas à História de Portugal*. Lisboa: INCM.
- Ribeiro, Orlando. 1978. *Geografia e Civilização. Temas portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ribeiro, Orlando. 1981. *A Colonização de Angola e o Seu Fracasso*. Lisboa: INCM.
- Ribeiro, Orlando. 2003. *Memórias de um Geógrafo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Ricoeur, Paul. 2000. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil.
- Rolo, António Rosmaninho. 2004. «Correia, António Augusto Esteves Mendes (1888-1960)». In *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974. A-L*, dir. Manuel Braga da Cruz, e António Costa Pinto, colaboração Nuno Estêvão Ferreira, 434-438. Lisboa: ICS e Assembleia da República.

Roque, Ana Cristina. 2010. «Missão Antropológica de Moçambique: Antropologia, História e Património». In *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos. 1883-2010*, coord. Ana Cristina Roque e Teresa Albino, 84-89. Lisboa: IICT.

Roque, Ricardo. 2001a. *Antropologia e Império. Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*. Lisboa: ICS.

Roque, Ricardo. 2001b. «Porto-Paris, ida-e-volta: Estratégias nacionais de autoridade científica. A Sociedade Carlos Ribeiro e a antropologia portuguesa no final do século XIX». In *Enteados de Galileu? A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência*, orgs. João Arriscado Nunes, e Maria Eduarda Gonçalves, 239-290. Porto: Edições Afrontamento.

Roque, Ricardo. 2003. «CORREIA, ANTÓNIO Augusto Esteves MENDES». In *Dicionário de Educadores Portugueses: 900 biografias de homens e mulheres que se dedicaram ao ensino e à educação nos séculos XIX e XX*, coords. António Nóvoa, e Filomena Bandeira, CD-ROM, Ficha n.º 237. Porto: Asa.

Roque, Ricardo. 2006. «A Antropologia Colonial Portuguesa (1911-1950)». In *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no século XX*, ed. Diogo Ramada Curto, 789-822. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Rosas, Fernando, e J. M. Brandão de Brito, dir. 1996. *Dicionário de História do Estado Novo*, volume I e II. Venda Nova: Bertrand Editora.

Rowlands, M., e J. Gledhill. 1976. «The relation between archaeology and anthropology». *Critique of Anthropology*, n.º 2: 23-37.

Ruffié, Jacques. 1983. *De la biologie a la culture*. Vol. II. Paris: Flammarion.

Samuel, Paulo. 1990. *A Renascença Portuguesa: Um perfil documental*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

Sanjek, Roger. 2006a [1996]. «Boas, Franz». In *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, eds. Alan Barnard, e Jonathan Spencer, 71-74. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Santos, Boaventura de Sousa. 1993. «Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 38: 11-39.

Santos, Cândido dos. 2007. *Para a História da Universidade do Porto*. Porto: UP.

Santos, Gonçalo Duro dos. 1996. «Topografias Imaginárias: as estórias de Eusébio Tamagnini no Instituto de Antropologia de Coimbra». Tese de licenciatura, Coimbra, UC.

Santos, Gonçalo Duro dos. 2005. *A Escola de Antropologia de Coimbra. 1885-1950. O que significa seguir uma regra científica?* Lisboa: ICS.

Santos, Ricardo Ventura. 1998 [1996]. «Da morfologia às moléculas, de raça a população: trajectórias conceituais em antropologia física no século XX». In *Raça, Ciência e Sociedade*, orgs. Marcos Chor Maio, e Ricardo Ventura, 125-39. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Sahlins, Marshall. 1986. *Historical Metaphors and Mythical Realities*. Michigan: Michigan Press.

Sahlins, Marshall. 2008. *The Western Illusion of Human Nature*. Chicago: Prickly Paradigm Press.

Saraiva, António José, e Óscar Lopes. 1996. *História da Literatura Portuguesa*. 17.^a Edição. Porto: Porto Editora.

Schwarcz, L. M. 2007 [1993]. *O Espectáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

Shapin, Steven. 1999. *A revolução científica*. Lisboa: Difel.

Schouten, Maria Johanna. 2001. «Antropologia e colonialismo em Timor português». *Lusotopie*, VIII, n.º 1-2: 157-171.

Smith, Anthony. 2001. *Nacionalismo. Teoria, Ideologia, História*. Lisboa: Teorema.

Sobral, José Manuel. 1999. *Trajectos: O Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*. Lisboa: ICS.

Sobral, José Manuel. 2003. «A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português». *Análise Social*, XXXVII, n.º 165: 1093-1126.

Sobral, José Manuel. 2004. «O Norte, o Sul, a raça, a nação: representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)». *Análise Social*, XXXIX, n.º 171: 255-284.

Sobral, José Manuel. 2006. «Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português». In *Nação e Estado. Entre o Global e o Local*, org. Manuel Carlos Silva, 27-49. Porto: Afrontamento.

Sobral, José Manuel. 2007. «O outro aqui tão próximo: Jorge Dias e a redescoberta de Portugal pela antropologia portuguesa (anos 70-80 do século XX)». *Revista de História das Ideias*, n.º 28: 479-526.

Sobral, José Manuel. 2010. «Representações portuguesas e brasileiras da identidade nacional portuguesa no século XX». *Revista de Ciências Sociais* (Fortaleza), Vol. 41, n.º 2: 125-139.

Sousa, Fernando de, Manuel Pires Ribeiro, e Ricardo Rocha. 2009. «António Augusto Esteves Mendes Correia». In *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*. Vol. II, 479-485. Porto: CEPSE.

Stepan, N. L. 1991. *The Hour of Eugenics. Race, Gender and Nation in Latin America*. Ithaca and London: Cornell University Press.

Stocking, George W. Jr. 1966. «The history of anthropology: Where, whence whither?» *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, II, n.º 1: 281-90.

Stocking, George W. Jr. 1968. *Race, culture and evolution. Essays in the history of anthropology*. Chicago: University of Chicago Press.

Stocking, G. W., Jr., ed. 1974. *The Shaping of American Anthropology, 1883-1911: A Franz Boas Reader*. Nova Iorque: Basic Books.

Stocking, George W. Jr. 1982. «Afterword: A view from the Center». *Ethnos*, n.º 47: 172-186.

Stocking, George W. Jr. 1983. «The Ethnographer's Magic: Fieldwork in British Anthropology from Tylor to Malinowski». In *Observers Observed: Essays on Ethnographic Fieldwork*, ed. George W. Stocking Jr., 70-120. Wisconsin e Londres: University of Wisconsin Press.

Stocking, George W. Jr., ed. 1988. *Bones, Bodies, Behaviour. Essays on Biological Anthropology*. Vol. 5. Londres: University of Wisconsin Press.

Stocking, George W. Jr. 1995a. «Delimiting anthropology: Historical reflections on the boundaries of a boundless discipline». *Social Research*, n.º 62: 933-66.

Stocking, George W. Jr. 1995b. *After Tylor. British Social Anthropology 1888-1951*. Londres: Athlone Press.

Stocking, George W. Jr. ed. 1996. *Volkgeist as Method and Ethic. Essays on Boasian Ethnography and the German Anthropological Tradition*. Vol. 8. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press.

Stoler, Ann Laura. 1992. «Rethinking Colonial Categories: European Communities and the Boundaries of Rule». In *Colonialism and Culture*, ed. Nicholas B. Dirks, 319-352. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

Sullivan, Gerald. 2008. «Three boasian women: Margaret Mead, Ruth Benedict, and Ruth Landes». *Reviews in Anthropology*, n.º 37: 201-230.

Thomas, Nicholas. 1994. *Colonialism's Culture. Anthropology, Travel and Government*. Cambridge: Polity Press.

Thomas, Nicholas. 2000. «Colonial conversions: difference, hierarchy, and history in early twentieth-century evangelical propaganda». In *Cultures of Empire. A reader. Colonizers in Britain and the empire in the nineteenth and twentieth centuries*, ed. Catherine Hall, 298-328. Manchester: Manchester University Press.

Thomaz, Omar Ribeiro. 2001. «“O Bom Português”: Usos e Costumes d’Aquém e d’Além-Mar». *Mana*, VII, n.º 1: 55-87.

Tinhorão, José Ramos. 1988. *Os Negros em Portugal. Uma Presença Silenciosa*. Lisboa: Caminho.

Torgal, Luís Reis, e Luís Oliveira Andrade. 2003. *Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*. In *Estudos do Século XX*, Vol. 3. Coimbra: Quarteto Editora.

UPortoAlumni. *Revista dos Antigos Alunos da Universidade do Porto*, 2007. Série II, n.º 1.

Urry, James. 2006 [1996]. «Anthropological societies». In *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, eds. Alan Barnard e Jonathan Spencer, 44-45. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Vale de Almeida, Miguel. 2000. *Um mar da cor da terra. Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta.

Varanda, Jorge. 2007. «A Bem da Nação»: *Medical science in a diamond company in Portuguese Angola*. Tese de doutoramento, Londres, Universidade de Londres.

Vermeulen, Han F. 2006. «Enlightenment anthropology». In *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, eds. Alan Barnard e Jonathan Spencer, 183-185. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Washburn, S.L. 1951. «The new physical anthropology». *Transactions of the New York Academy of Sciences*, Series II, XIII, n.º 7: 298-304.

West, Harry. 2006. «Invertendo a bossa do camelo: Jorge Dias, a sua mulher, o seu intérprete e eu». In *Portugal não é um país pequeno: contar o “império” na pós-colonialidade*, org. Manuela Ribeiro Sanches, 141-190. Lisboa: Cotovia.

ANEXOS

ANEXO I

Textos de Mendes Correia existentes na Biblioteca Nacional do Brasil, Rio de Janeiro

I. Textos obtidos pela pesquisa geral

1. Correia, António Augusto Mendes. 1929. *A geografia da pré-história*. Porto: Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto. 80 p. ilus.
2. Correia, Mendes. 1932. *As origens da cidade do Porto*. Gaia: Port. Ed. Pátria. 54 p. ilus.
3. Correia, Mendes. 1933. *Introdução à antropobiologia*. Coimbra: Imp. da Universidade. 84 p. ilust.

II. Textos obtidos pela pesquisa do Catálogo Antigo

1. Correia, Mendes. 1926. *Homo (os modernos estudos sobre a origem do homem)*. Coimbra: Atlântida. X, 299 p. ilus.
2. Correia, Mendes. 1932. *Gravuras rupestres no Brasil*. Porto: Instituto de Antropologia da Universidade do Porto. 8 p. ilus.
3. Correia, Mendes. 1934. *Valor psico-social comparado das raças coloniais*. Porto: Ed. da Exposição Colonial Portuguesa. 11 p.
4. Correia, A. A. Mendes. 1935. *Cariocas e Paulistas, impressões do Brasil*. Porto: F. Machado. 303 p.
5. Correia, Mendes. 1936. *A propósito do "Homo taganus", africanos em Portugal*. Lisboa: Bertrand. 23 p. ilus.
6. Correia, Mendes. 1938. *Raízes de Portugal*. Lisboa: Ed. de "O Ocidente". 77 p. ilus.
7. Correia, Mendes. 1940. *Da raça e do espírito*. Porto: Imp. Portuguesa. 305 p. ilust.
8. Correia, Mendes. 1944. *Timor português: contribuições para o seu estudo antropológico*. Lisboa: Imp. Nacional. 235 p. ilus.
9. Correia, Mendes. 1944. *Gérmén e Cultura*. Porto: Instituto de Antropologia da Universidade do Porto. VIII, 233 p.
10. Correia, Mendes. 1947. *Uma jornada científica na Guiné portuguesa*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, Divisão de publicações e biblioteca. 193 p. ilus.
11. Correia, Mendes. 1949. *Ultramar português*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, Divisão de publicações e biblioteca. V ilus.
12. Correia, Mendes. 1950. *Donde veio o nome de Lisboa?* Lisboa: Ofic. Gráficas da C. M. L. 20 p.
13. Athayde, Alfredo; Almeida, Maria Emília de Castro e; Correia, António Augusto Mendes. 1962. *Introdução à Antropologia Tropical*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. 238 p. ilus.

ANEXO II

Textos de Mendes Correia existentes no Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro

1. *A Antiguidade do Porto.*
2. *A cultura portuguesa na África e no Oriente.*
3. *A cultura portuguesa no Brasil. Discursos.*
4. A escola antropológica portuense.
5. A fisionomia humana e os animais.
6. A geografia da pré-história.
7. A Guiné portuguesa e a conferência internacional.
8. Correia, Mendes; Teixeira, Carlos. 1949. A jazida pré histórica de Eira Pedrinha Condeixa. S.l.: S.ed.
9. A lenda e as ruínas de Calcedónia Serra do Gerez.
10. A masculinidade nos nascimentos em Portugal.
11. A nova e a velha antropologia criminal.
12. A psicologia do minhoto.
13. A teologia e a origem do homem.
14. Ameríndios.
15. Anthropologie et préhistoire du Portugal. Conférence.
16. Antigos escravos africanos em Portugal e no Brasil.
17. Antropologia e História.
18. Arqueologia e História Sacra. Sep.
19. As origens da cidade do Porto.
20. As tendências bioétnicas do Brasil contemporâneo.
21. Cânones antropométricos em indígenas nasc da colon.
22. Cariocas e paulistas. Impressões do Brasil.
23. Celtas na Beira.
24. Cientista no Brasil
25. Congresso Nacional de Ciências da População.
26. Contacts culturels dans les colonies portugaises.
27. Contos e novelas africanos.
28. Contos e novelas angolanos.
29. Contribuição para a antropologia da Idade do Ferro.
30. Contribuição portuguesa para o estudo da comunicação.
31. Contribuição portuguesa para o estudo da Pré-História geral.
32. Contribution a l'anthropologie de la Guinée Portugaise.
33. Crânes des sambaquis du Brésil.
34. Da Pré-História à História Portuguesa.
35. Da raça e do espírito.
36. Dinamometria nos indígenas das colónias portuguesas.
37. Discurso no centenário do Real Gabinete Português de Leitura.
38. Discursos pronunciados, na noite de 14 de Maio de 1937, na sessão solene comemorativa do Real Gabinete Português de Leitura.
39. Onde veio o nome de Lisboa.
40. Em face de Deus. Memórias e confissões.
41. Estatura e índice cefálico em Portugal.
42. Factores degenerativos na população portuguesa.
43. Formação do pessoal colonial.
44. Geologia e antropologia em Portugal, 1929.

45. Gérmén e cultura. Colectânea de memórias e artigos.
46. Herman Ten Kate, um amigo de Wenceslau de Moraes.
47. Homo.
48. Introdução à antropologia tropical.
49. Investigação científica no ultramar.
50. Júlio de Matos e a psiquiatria em Portugal.
51. La nouvelle anthropologie criminelle.
52. La nuiva antropologia criminale.
53. La nuova antropologia criminale.
54. La nuova e la vecchia antropologia criminale.
55. La zoogeographie des 'Lusiades'.
56. Les inscriptions de Parada.
57. Les metis des iles du Cap Vert.
58. Les migrations prehistoriques le témoignage.
59. Locais arqueológicos e históricos em África.
60. Martins Sarmiento e a consciência nacional.
61. Memórias. Timor Português, Contribuições para estudo.
62. *Moron*, 1934, Porto: Imprensa Portuguesa. Extracto do Fasc. III do Vol. III dos *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. P. 1-7.
63. Nouvelles observations sur l'Homo tagunis.
64. Novos elementos para a cronologia dos concheiros.
65. O apoio humano e económico da África à Europa.
66. O bloco peninsular.
67. O contributo dos descobrimentos dos espanhóis, 1942.
68. O elemento português na demografia do Brasil.
69. O estudo do povo português.
70. O mestiçamento nas colónias portuguesas.
71. O método biológico no diagnóstico da gravidez.
72. O Porto e a População de Lisboa.
73. O Porto, suas origens, evoluções e perspectivas.
74. O problema ligure em Portugal.
75. Os estudos de antropologia na Academia Politécnica, 1937.
76. Pré-história e gente do Ribatejo.
77. Raça e nacionalidade.
78. Raças do império.
79. Raízes de Portugal.
80. Sobre um problema de biologia humana em Timor.
81. Sur L'Anthropologie du Néolithique du Portugal.
82. Tabu da sobra nos bantos da África portuguesa.
83. Timor português, contribuições para est antropologi, 1944.
84. Timor português, contribuições para seu estudo, 1944.
85. Ultramar português, 1949, África.
86. Ultramar português, 1949, Cabo Verde.
87. Um caso invulgar de criminalidade infantil.
89. Um nome antigo do Lima.
90. Uma jornada científica na Guiné Portuguesa.
91. Valencianos e portugueses.

ANEXO III

Textos de Eusébio Tamagnini existentes no Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro

1. Tamagnini, Eusébio. 1936. *Alguns aspectos do problema escolar português*. S.l.: s.ed.
2. Tamagnini, Eusébio. 1936. *Contribuições para o estudo da antropologia portuguesa: a pigmentação dos portugueses*. Coimbra: Tipografia Atlântida.
3. Campos, Daniel Saraiva Vieira de, Tamagnini, Eusébio. 1949. *Contribuições para o estudo da antropologia portuguesa*. S.l.: S.ed.

ANEXO IV

Quadro n.º 1. Temas das conferências apresentadas na SPAE, entre 1918 e 1944, classificados pela autora¹:

Autor	Paleontologia, Arqueologia pré-histórica e Evolução humana	Pré-História e Arqueologia nas colónias	Medicina	Antropologia física nacional	Antropologia física colonial (inclui Primatologia)
Mendes Correia	“A paleontologia e a origem do homem”, 1920.				
José Maria de Oliveira			“Fístula auricular congénita”, 1920.		
Joaquim A. Pires de Lima				“Um caso de braquidactilia familiar”, 1922.	
Hernâni Monteiro					“Mutilações dentárias da região da Humbe”, 1922.
Mendes Correia	“Einstein e a evolução orgânica”, 1922.				
Júlio G. de Bettencourt Ferreira				“O índice crânio-mandibular”, 1923.	
Amândio Tavares			“Agenesia do grande e pequeno peitoral”, 1923.		
J. C. Bettencourt Ferreira			“Um caso histórico de albinismo”, 1923.		
Joaquim Fontes	“O homem fóssil em Portugal”, 1923.				
Mendes Correia	“A idade do ferro em Portugal”, 1924.				

¹ Fontes: *Livros de Actas da SPAE* (Vol. I de 1918-1924 e Vol. II de 1925 a 1944) e Mendes Correia (1941a).

Alberto de Sousa			“Anomalias arteriais no vivo”, 1924.		
Georges-Louis Dubreuil-Chambardel (1879-1927)	“La Touraine et le jardin de France”, 1924.				
Irene Cândida de Melo Pestana			“A acuidade visual nas crianças das escolas do Porto”, 1924.		
Júlio J. de Bettencourt Ferreira	“Vestígios do culto ofiolátrico em Portugal”, 1924.				
Alfredo Athayde				“A correlação entre a capacidade craniana e o ângulo facial de Francfort”, 1924.	
Júlio J. de Bettencourt Ferreira					“Alguns crânios da Índia existentes no Museu Bocage de Lisboa”, 1924.
José Maria de Oliveira			“Um caso de fosseta paralacrimal congénita”, 1924.		
Alfredo Athayde				“Um método para medir ângulos de torção e outros”, 1924.	
Mendes Correia	“O suposto homem terciário do Vale das Lages”, 1926.				
Carlos de Passos	“Arqueologia artística”, 1926.				
José de Pinho	“Etnologia primitiva do Norte do país”, 1926.				

Mendes Correia	“Os achados de Alvão”, 1926.				
Conde de Bégouen	“O mistério de Glozel”, 1927.				
Luiz Cardim	“As relações dos caracteres rúnicos com os alfabetos ibéricos”, 1927.				
Joaquim Pires de Lima	“Uma visita ao monte de S. Miguel-o-Anjo”, 1928.				
Mendes Correia	“A arte pré-histórica em Trás-os-Montes”, 1928.				
Amândio Tavares					“Dissecação dum negro de Moçambique”, 1929.
Santos Júnior	“Pinturas pré-históricas em dois dólmenes do conselho de Carrazeda de Ansiães”, 1929.				
Luiz J. de Pina Guimarães	“O dólmen do Telhal (Ranhados-Meda)”, 1930.				
Alfredo Athayde					“Novo índice craniano para diagnose do sexo”, 1930.
Alfredo Athayde	“Sobre alguns esqueletos portugueses antigos, encontrados no mosteiro da Serra do Pilar”, 1930.				
Rui de Serpa Pinto	“Sobre uma interpretação original da célebre Pedra Formosa descoberta por Martins Sarmiento na Citânia de Briteiros”, 1930.				
Santos Júnior	“As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa”, 1930.				
Júlio G.					“O índice crânio-

Bettencourt				mandibular nos portugueses”, 1930.	
José de Pinho	“Sobre uma jóia ibérica”, 1930.				
Alfredo Athayde				“Técnica antropológica”, 1931.	
Luiz de Pina Guimarães				“O índice cefálico na população portuense”, 1931.	
Luiz de Pina Guimarães				“Os ângulos na base do crânio nos portugueses”, 1931.	
Luiz de Pina Guimarães				“A estatura da população portuense”, 1931.	
Rui de Serpa Pinto		“Alguns instrumentos pré-históricos da região da Lunda (Angola)”, 1931.			
Mendes Correia	“Crânios da necrópole pré-romana de Alcácer do Sal”, 1931.				
Santos Júnior	“Arte rupestre e cerâmica eneolítica em Trás-os Montes”, 1931.				
Rui de Serpa Pinto	“Investigações geológicas e pré-históricas sobre o quaternário português”, 1931.				
Luiz J. de Pina Guimarães				“O índice auricular nos portugueses”, 1932.	
Luiz J. de Pina Guimarães				“O índice cefálico nos transmontanos”, 1932.	

Santos Júnior	“As olarias de Muge”, 1932.				
Mendes Correia	“As origens da cidade do Porto”, 1932.				
Alberto Souto	“Estações de arte rupestre da Serra do Arestal”, 1932.				
Luiz J. de Pina Guimarães				“O índice esquelético em crianças portuguesas dos dois sexos”, 1932.	
Santos Júnior	“Explorações arqueológicas no Castro da Sr. ^a do Castelo-Adeganha-Moncorvo”, 1932.				
Rui de Serpa Pinto	“As minas e metalurgia durante a idade do bronze em Portugal”, 1932.				
Alfredo Athayde				“Comparação de medidas antropológicas”, 1933.	
Rui de Serpa Pinto	“A casa dos moiros (Baião)”, 1933.				
P.e Eugénio Jalhay	“A Arte rupestre do Noroeste da Península: Novas hipóteses e novas descobertas”, 1933.				
José de Pinho	“Um pretense falso do Museu Municipal do Porto”, 1933.				
José de Pinho	“A estação eneolítica de Pepim (Amarante)”, 1933.				
Santos Júnior	“Estação eneolítica de Mairos (Chaves)”, 1933.				
Georg Leisner	“Pinturas do dólmen ‘Pedra Coberta’ (Vinianzo-Galiza)”, 1933.				
Alfredo				“Hereditariedade da cor dos	

Athayde				olhos e dos cabelos”, 1934.	
Santos Júnior	“Uma jornada arqueológica em Trás-os-Montes”, 1934.				
Santos Júnior	“Petroglifos de Ardegães (Maia), 1934.				
Mendes Correia	“Impressões e insculpturas de pés humanos pré-históricos”, 1934.				
Mendes Correia	“O problema de Moron em Estrabão”, 1934.				
Mendes Correia	“Os Belitanos de Artemidoro”, 1934.				
Mendes Correia	“O problema lígure em Portugal”, 1934.				
Manuel Artur Dias Gaspar	“Novas estações asturienses ao Sul do Douro”, 1934.				
Armando Leão					“Dissecação duma negra de Benguela (Angola)”, 1934.
Alberto Souto	“Solução demográfica dum problema de Arte: A falta de românico no Baixo-Vouga”, 1934.				
Mendes Correia	“Sepulturas pré-históricas de Alpiarça”, 1934.				
Mendes Correia				“A identificação no Brasil e o desmemoriado de Collegno”, 1934.	
Luiz J. de Pina Guimarães				“Identificação humana em Portugal: História e realizações”, 1934.	
Santos Júnior	“O castro de Sampaio (Vilariça)”, 1935.				
				“O índice da secção do	

				cabelo nos portugueses. Um caso de polidactilia hereditária”, 1935.	
Armando Leão					“Dissecação de um negro de Moçambique”, 1935.
Luiz J. de Pina Guimarães				“A propósito das alterações das figuras papilares digitais”	
Carlos Teixeira			“Um caso de heptadactilia das quatro extremidades”, 1935.		
Alberto Souto	“A geologia do quaternário e o homem do paleolítico do Vale de Cértima, Mealhada e Pampilhosa”, 1935.				
Mendes Correia	“Estela antropomorfa do Monte do Rebolido, Entre-os-Rios”, 1935.				
Santos Júnior	“Novas descobertas de arte rupestre em Trás-os-Montes”, 1935.				
Carlos Teixeira	“O Monte de Castro (Braga), 1935.				
Manuel de Melo Adrião				“Contribuição para o estudo da abóbada palatina dos portugueses”, 1935.	
Capitão Mário Cardoso	“A pedra formosa e similares”, 1935.				
Carlos Teixeira			“A temperatura e o número de concepções humanas, sua correlação”, 1935.		
Armando de	“As estradas romanas no				

Matos	concelho de Gaia”, 1936.				
Amílcar de Magalhães Mateus					“Índices ante-braquial e túbio-femoral em indígenas de Angola e Moçambique”, 1936.
Júlio G. de Bettencourt Ferreira				“Estudo do malar nos pontos de vista anatómico, etnológico e do dimorfismo sexual”, 1936.	
Mendes Correia	“Duas novas estações pré-históricas portuguesas (Gandra e Paúl de Magos)”, 1936.				
P.e Eugénio Jalhay e Cap. Manuel Afonso do Paço	“Grutas de Alapraia e a cultura do vaso campaniforme”, 1936.				
Alfredo Athayde				“Interpretação de índices de constituição”, 1936.	
Mendes Correia	“Novos elementos sobre o homem dos sambaquis do Brasil”, 1936.				
Filipe Ferreira			“Anomalias dentárias e sua importância clínica”, 1937.		
Santos Júnior					“Missão Antropológica a Moçambique”, 1937.
Leonídio Ribeiro			“Etiologia e terapêutica da homossexualidade”, 1937.		
Mendes Correia	“A estação eneolítica de Vila Nova de S. Pedro (Cartaxo), 1937.				
António Paúl				“Morfologia da abóbada palatina no vivo”, 1937.	

Santos Júnior	“Explorações pré-históricas no concelho de Penafiel”, 1937.				
Luiz J. de Pina Guimarães				“Figuras papilares da palma humana (Portugueses e Negros), 1937.	
Jorge A. Martins d’Alte					“Dissecação dum negro de Moçambique”, 1937.
Carlos Teixeira	“Lucernas romanas de Braga”, 1938.				
Santos Júnior					“Missão Antropológica a Moçambique (2. ^a Campanha)”, 1938.
Luiz J. de Pina Guimarães					“Figura papilares da região plantar em negros da Guiné, Angola e Moçambique”, 1938.
Mendes Correia	“Novas estações líticas em Muge”, 1938.				
M. H. da Cruz Júnior		“Contribuição para o estudo da pré-história de Manica e Sofala”, 1938.			
António Liz Ferreira					“Um caso de lesões deformantes poliarticulares encontradas num ‘Gorila gina’ de Angola”, 1938.
Mendes Correia	“Novas pinturas do dólmen de Baltar”, 1938.				
Alfredo Athayde				“Determinação do volume do corpo humano”, 1938.	
Alexandre Alberto					“As figuras papilares digitais nos aborígenes de

Sarmento					Angola”, 1939.
Luiz J. de Pina Guimarães				“Dermopapilas e teratologia”, 1940.	
Carlos Teixeira	“Estação romana de Canelas (Poiars da Régua)”, 1940.				
Mendes Correia				“Conceitos genéticos de constituição e raça”, 1940.	
Total	59	2	10	27	11

Autor	Eugenia e higiene	Antropologia criminal	Etnologia e etnografia nacional	Etnologia e etnografia colonial (e Brasil)	Homenagem biográfica/obra
Major Leite de Magalhães				“Estudo etnológico de Timor”, 1919.	
Capitão David Magno				“Etnografia dos Dembos”, 1919.	
Luís Bastos de Freitas Viegas					“Elogio histórico do prof. Dr. Aarão de Lacerda”, 1921.
Joaquim A. Pires de Lima			“O dente santo de Aboim de Nóbrega e a lenda de S. Frutuoso Abade”, 1921.		
Coronel Alexandre Sarsfield				“Etnografia Africana”, 1922.	
Joaquim R. Santos Júnior			“Estudo antropológico e etnológico da povoação de S. Pedro o Velho”, 1923.		
Joaquim P. Vitorino Ribeiro			“O sebastianismo na iconografia popular”, 1923.		
Constâncio Mascarenhas				“A pátria do Buda”, 1923.	
Carlos de Passos			“Barcos de pesca”, 1923.		
Ferreira Soares			“Terminologia anatómica e médica de Vila da Feira”, 1924.		
Mendes Correia		“Antropologia criminal integral”, 1925.			
Jaime de Magalhães Lima			“Os povos do Baixo-Vouga”, 1925.		
Artur de			“Moralidade e costumes		

Magalhães Basto			portuenses no século XVI”, 1925.		
Vasco Nogueira de Oliveira			“Rocas e fusos do norte de Portugal”, 1926.		
Luiz José de Pina Guimarães			“Folclore de Guimarães: Bruxas e Medicina”, 1928.		
Artur de Magalhães Basto			“Transformação dos costumes burgueses portuenses no princípio do século XIX”, 1928.		
Constâncio Mascarenhas				“Os povos de Angola”, 1929.	
Santos Júnior			“Medicina popular transmontana”, 1929.		
Santos Júnior			“Afinidades folclóricas entre a Galiza e o Norte de Portugal”, 1929.		
Luiz A. Rodrigues Lobo			“Etnografia dos Lusíadas”, 1929.		
Fernando de Castro Pires de Lima			“Alguns aspectos da vida portuguesa no cancioneiro da povoação minhota de S. Simão de Novais”, 1930.		
Fernanda de Matos Cunha			“Notas etnográficas sobre Barcelos”, 1930.		
José de Pinho			“Algumas sobrevivências do culto fálico em Portugal”, 1930.		
J. Beleza dos Santos (dirigiu Inst. de		“O problema do degredo”, 1932.			

Criminologia em Coimbra)					
Fernando de Castro Pires de Lima e Alexandre de Lima Carneiro			“Medicina popular do Minho”, 1932.		
Júlio G. de Bettencourt Ferreira			“Viagem científica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira no Norte do Brasil, no século XVII”, 1932.		
Renato Kehl	“Política eugénica”, 1932.				
António dos Santos Graça			“O Poveiro”, 1932.		
Mendes Correia		“Fórmulas e perfis individuais em Antropologia Criminal”. 1933.			
Joaquim Afonso Fernandes Duarte			“Estudo paralelístico da linguagem verbal e da linguagem gráfica da criança”, 1933.		
Mendes Correia			“Montaigne e a Antropologia”, 1933.		
Carlos Teixeira			“Folclore de Vieira do Minho”, 1934.		
Luiz J. de Pina Guimarães		“Tipos constitucionais e criminalidade”, 1934.			
José Vitorino da Costa, Eng. Óscar Saturnino e Mendes					“Homenagem à memória de Dr. Rui de Serpa Pinto”, 1934.

Correia				
Santos Júnior			“A dança dos pretos (Moncorvo)”, 1934.	
Ângelo Maia Mendes			“A escolha da carteira escolar, no desenvolvimento e no aproveitamento do aluno”, 1934.	
Fernando de Castro Pires de Lima			“Cancioneiro de Celorico de Basto”, 1934.	
Armando Leão			“Folclore entomológico”, 1934.	
Fernando de Castro Pires de Lima				“Medicina indígena de Mon’bane (Moçambique)”, 1935.
Mendes Correia				“A etnogenia brasílica”, 1935.
Joaquim Fernandes Figueira			“O conde de Basto”, 1935.	
Santos Júnior			“O chocalheiro de Vale de Porco (Mogadouro), 1935.	
Justino Pinto de Oliveira			“Estudo antropológico e etnográfico da população de Arneirós (Lamego)”, 1935.	
Joaquim Fernandes Figueira			“Crendices e lendas de Entre-Douro e Minho”, 1936.	
Mendes Correia		“Novas directrizes de antropologia criminal”, 1936.		
Arnaldo D. da Fonseca		“Estudo do índice bário nos criminosos”, 1936.		

Rozeira					
Armando Leça			“O cancioneiro na vida portuguesa”, 1936.		
Luiz J. de Pina Guimarães			“Folclore médico na Beira Alta”, 1937.		
Joaquim Fernandes Figueira				“Entre Negros: Alguns aspectos da sua psicologia”, 1937.	
Armando Leça			“Nótulas sobre o cancioneiro português”, 1938.		
Joaquim Fernandes Figueira			“Os marcadores de água em S. Nicolau de Bastos”, 1938.		
Luiz J. de Pina Guimarães		“Psicopatologia criminal: Uxoricídio”, 1938.			
Alexandre Alberto Sarmento				“Contribuição ao estudo das mutilações étnicas dos Banhembra”, 1939.	
Armando Leça			“O canto e a dança no cancioneiro português”, 1939.		
Santos Júnior			“Olaria popular portuguesa”, 1940.		
Luiz J. de Pina Guimarães		“O delinquente por tendência na nova reforma prisional portuguesa”, 1940.			
Total	1	8	36	9	2

ANEXO V

Lista dos volumes das miscelâneas da Escola de Antropologia do Porto

- Miscelânea I: Mendes Corrêa, Volume I.
- Miscelânea: J. Pires de Lima, Hernâni Monteiro, Amândio Tavares, Álvaro Rodrigues, etc., Volume II.
- Miscelânea: Pantens, Létienné, Rulot, Sergi, Reiss, Volume III.
- Miscelânea: Leite de Vasconcelos, Pires de Lima, Fonseca Cardoso, Emanuel Ribeiro, Volume IV.
- Miscelânea: Costa Santos, Santos Júnior, J. de Pinho, Rui de Serpa, Athayde, Volume V.
- Miscelânea: Glozel, Volume VI.
- Miscelânea II: Mendes Corrêa, Volume VII.
- Miscelânea III: Mendes Corrêa, Volume VIII.
- Miscelânea IV: Mendes Corrêa, Volume IX.
- Miscelânea V: Mendes Corrêa, Volume X.
- Miscelânea VI: Mendes Corrêa, Volume XI.
- Miscelânea?: ?, Volume XII¹.
- Miscelânea I: Santos Júnior, Volume XIII.
- Miscelânea I: J. A. Pires de Lima, Volume XIV.
- Miscelânea II: J. A. Pires de Lima, Volume XV.
- Miscelânea I: Luís de Pina, Volume XVI.
- Miscelânea: J. L. de Vasconcelos, Alberto Souto, Filipe Ferreira, Ricardo Severo, etc., Volume XVII.
- Miscelânea: Carlos Teixeira, Amílcar Mateus, A. Rozeira, A. Martins d'Alte, António d'Almeida, F. Pires de Lima, etc., Volume XVIII.
- Miscelânea: O. Deperét, Lucien Fabre, V. Buck, A. Hrdlicka, W. Pessler, L. Cipriani, etc., Volume XIX.
- Miscelânea: O. Deperét, P. Saintyves, A. Hrdlicka, W. Pessler, M. Wigmati, etc., Volume XX.
- Miscelânea: J. Déchelette, L. Lindet, Lucien Mayet, E. Piette, etc., Volume XXI.
- Miscelânea: Leite de Vasconcelos, Aurélio C. Ferreira, Félix Alves Pereira, etc., Volume XXII.
- Miscelânea: Alexandre Sarmiento, Coteló Neiva, António Cruz, etc., Volume XXIII.
- Miscelânea: Dechelette, G. Sergi, Breuil, R. Martin, A. Castellanos, Hrdlicka, etc., Volume XXIV.
- Miscelânea: A. Paul, A. Moitas, Jorge M. Dalte, Filipe Ferreira, etc., Volume XXV.
- Miscelânea: L. Biret, Deniker, H. Breuil, Dastley, etc., Volume XXVI.
- Miscelânea: Delattre, Obermaier, O. Schlaginhaufen, etc., Volume XXVII.
- Miscelânea VII: Mendes Corrêa, Volume XXVIII.
- Miscelânea I: A. Athayde, Volume XXIX.
- Miscelânea I: Carlos Teixeira, Volume XXX.
- Miscelânea II: Santos Júnior, Volume XXXI.
- Miscelânea VIII: Mendes Corrêa, Volume XXXII.
- Miscelânea II: Carlos Teixeira, Volume XXXIII.
- Miscelânea: Bethencourt Ferreira, Leopoldina Paulo, Hugo de Magalhães, Volume XXXIV.
- Miscelânea: Orlando Ribeiro, Carrington da Costa, Coteló Neiva, H. Lautensach, etc., Volume XXXV.

¹ Esta miscelânea encontrava-se desaparecida no período em que realizei as pesquisas (2007-2009).

- Miscelânea: Constâncio Mascarenhas, A. Moitas, Martins d'Alte, M.^a Irene Leite da Costa, A Sarmento, etc., Volume XXXVI.
- Miscelânea I: Pires de Lima, Volume XXXVII.
- Miscelânea: Mário Cardoso, José de Pinho, Afonso do Paço, A. Souto, etc., Volume XXXVIII.
- Miscelânea: H. Obermaier, Octobon, A. Ruhlmann, Lacombe, etc., Volume XXXIX.
- Miscelânea: Gabriel Pereira, Bernardino Machado, Armando de Matos, etc., Volume XL.
- Miscelânea IX: Mendes Corrêa, Volume XLI.
- Miscelânea I: Russell Cortez, Volume XLII.
- Miscelânea: P. R. Giot, Raffaello Parenti, Lemaire, Blanchar, etc., Volume XLIII.
- Miscelânea: E. Echreider Angyone Costa, J. Comas, L. Pales, L. Hoyos Sainz, etc., Volume XLIV.
- Miscelânea III: J. A. Pires de Lima, Volume XLV.
- Miscelânea: Elogios históricos. Notícias históricas e memórias à Acad. R. das Ciências de Lisboa, Volume XLVI.
- Miscelânea I: Jorge Dias, Volume XLVII.
- Miscelânea III: Santos Júnior, Volume XLVIII.
- Miscelânea: F. Cardoso, R. Severo, Hernandez, A. G. Ferreira, Pires de Lima, Volume XLIX.
- Miscelânea: Carrington da Costa, Volume L.
- Miscelânea: J. Lorenzo Fernandez, Volume LI.
- Miscelânea: Afonso do Paço, Maxime Vaultier, M. L. Arthur, Eugénio Jalhay, etc., Volume LII.
- Miscelânea: Abel Viana, J. Formosinho, A. Deus, Quintas Neves, José de Pinho, P.^o E. Jalhay, etc., Volume LIII.
- Miscelânea X: Mendes Corrêa, Volume LIV.
- Miscelânea I: A. Almeida, Volume LV.
- Miscelânea II: A. Athayde, Volume LVI.
- Miscelânea: L. H. Sainz, Volume LVII.
- Miscelânea: Leopoldina Paulo, Volume LVIII.
- Miscelânea I: Agostinho F. Isidoro, Volume LIX, 1958-1978
- Miscelânea IV: Santos Júnior, Volume LX, 1955-1974.
- Miscelânea: Maria de Lourdes Bártholo, Henrique Leonor Pina, Carlos T. da Silva, Fernando Lanhas, Marcos Albuquerque, etc., Volume LXI, 1927-1971.
- Miscelânea I: Ernesto de Oliveira, Volume LXII, 1952-1968
- Miscelânea: Manuel Monteiro, Vergílio Correia, P.^o J. Monteiro de Aguiar, J. Camarate França, João de Castro Nunes, etc., Volume LXIII, 1901-1971.
- Miscelânea II: Jorge Dias, Volume LXIV, 1957-1972.
- Miscelânea III: Carlos Teixeira, Volume LXV, 1947-1979.
- Miscelânea I: Eduardo C. Serrão e Eduardo P. Vicente, Volume LXVI, 1951-1975.

ANEXO VI

Lista dos autores estrangeiros que fazem parte das miscelâneas da Escola de Antropologia do Porto

ALVAREZ, M. Rubén García (LI);
ANCIAUX, Léon (XLIV);
ARAGÓN, Francisco de las Barras de (XXIV);
ARTHAUD, Gabriel (VI);
ARTHUR, M. L. (LII);
BARRADAS, José Pérez de (XXIV);
BÁRTHOLO, Maria L. (LII)
BAUR, Erwin (XXI);
BAYET, Adrien (VI);
BAYE, Le Baron J. de (XXVI);
BEAUVIEUX, Jean (XLIV);
BEGOUEN, Comte (VI);
BEM-AMOS, Dan (LXIV);
BERARDINELLI, W. (XX);
BLANC, A. C. (XXXV);
BLANCHARD, Raphael (XLIII);
BLONDEL, S. (XXI);
BOETTICHER, Ernest (XXVI);
BOLDRINI, Marcelo (XLIII);
BOSCH-GIMPERA, P. (V);
BÖTTICHER, Ernst (XXVII);
BONSOR, George (XXI, XXVI);
BOURINET (XXIV);
BOYLE, Mary E. (XXIV);
BREUIL, L. Abbé Henri (XX, XXIV, XXVI, LV);
BRUET, E. (VI);
BUCHI, E. C. (XLIV);
BUHLER, Alfred (XLIV);
BUY, J. (VI);
CAPITAN (XXIV);
CARRO, Xesús (XXIV);
CARTAILHAC, E. (XX);
CASTELLANOS, Alfredo (XIX, XXIV);
CASTRILLI, Vincenzo (XIX);
CHAPUT, E. (XIX);
CHOFFAT, Paul (LXIII);
CIPRIANI, Lidio (XIX);
CLOSSON, C. – C. (XXVI);
COGNÉ, J. (XLIII);
COLLIGNON, M. Maxime (XXI);
COMAS, Juan. (XXVII) (XLIV);
CORRENS, Car W. (XXXV);
CORTEZ, Russell (XLII);
COSTA, Angyone (XLIV);

COUTURIER (VI);
CROZE, F. (VI);
CRUCHET, R. (II);
CUEVILLAS, Florentino López (XIX, XXIV, LI);
CUSCOY, Luis Diego (XLIV);
D'AGUIAR, J. Monteiro (XX);
DANKMEIJER, J. (XLIV);
DÉCHELETTE, Joseph. (XXI);
DELATTRE, R. P. (XXVII);
DENIKER, J. (XXVI);
DEPÉRET, Charles (VI, XIX, XX);
DIAZ, Aurelio Rodríguez (V);
DORNELLAS, Affonso de (III);
DUCHATEAU, Armand (LXIV);
DUKINFELD-ASTLEY, H. J. (XXVI);
DUNCKER, G. (IV);
DUSSAUD, René (VI);
ECHREIDER, Eugène (XLIV);
ENGERRAND, Georges (XXVI);
FABRE, Lucien (XIX);
FARABEE, William C. (XXI);
FERNÁNDEZ, Luís Tobio (XXIV);
FERNANDEZ, Joaquín Lorenzo¹ (XXIV, LI);
FINSCH, Otto (XXVI);
FLEURY, Ernest (III);
FRAGUAS, Antonio (XIX);
FRANKOWSKI, Eugenjusk (XIX);
FRASSETTO, Fábio (VII);
FRENTAG, M. (XX);
FURUHATA, Tanemoto (XX);
GAETANO e Guido Pieraccini (XLIII);
GAUDRY, M. Albert (XX);
GENNA, Giuseppe (XLIII);
GIMPERA, Pedro Bosch. (V, XIX, XX, XXIV);
GIOT, Pierre-Roland (XLIII);
GOMEZ, Jose Royo y (XLIV);
GONZÁLEZ, Sebastián (XXIV);
GRANCIÈRE, Aveneau de la (XXI);
GROBE, Hans (XXI);
GUERNE, M. Jules de (XXIV);
GUILCHER, André (XLIII);
HAECKEL, Ernest (XXVI);
HANDSCHIN, Ed. (XLIV);
HAWKES, C. F. C. (XXXIX);
HRDLIČKA, Aleš (XIX, XX, XXIV);
IHERING, H. von (XXVII);
IMBELLONI, J. (XX);
JACOVELLA, Bruno C. (LX);

¹ Em alguns textos o nome surge como Joaquín e em outros como Xaquín.

JACQ, M. (XLIII);
JALHAY, Eugénio (LII);
JOHNSON, Mimi (VI);
KEEN, E. (XXXIX);
KEHL, Renato (XXI);
KOPPERS, Wilhem (LVI);
LACOMBE (XXXIX);
LAGNEAU, Gustave (XXVII);
LAMMERS, H. J. (XLIV);
LAUTENSACH, Hermann (XXXV);
LEHMANN-NITSCHKE, Roberto (XIX);
LEHMANN, Siegfried (XX);
LÉTIENNE, Auguste (III);
LIEBREICH, Richard. (III);
LINDET, L. (XXI);
LORENZANA, María Pura (XIX);
LOTH, J. (VI);
MACWHITE, E. (XXXIX);
MARTELLI, Gino-Luigi (XIX);
MARTIN, Rudolf (III);
MASSARI, Cláudia (XLIII);
MAYET, M. Lucien (XXI);
MOENS, H. M. Bernelot (III);
MONTANÉ, Louis (XX);
MOREL, Gaston (XXI);
MORLET, Dr. A. (VI);
MÜLLER, Theodor (XLIV);
NEVEU-LEMAIRE, M. (XLIII);
O'ROURKE, F. J. (XXXIX);
OBERMAIER, Hugo (XXVII, XXXIX);
OCTOBON, E. (XXXIX);
OJEDA, Luís Thayer (XX);
OLIVEIRA, I. B. de Sá (XXVI);
PAÇO, Afonso do (LII);
PALES, Léon (XLIV);
PANTENS, G. (III);
PARENTI, D. Raffaello (XLIII);
PARIS, Pierre (XXI);
PAUW, M. L. (XXVI);
PEBLER, Wilhelm (XIX, XX);
PEDRAYO, Ramón Otero (XX);
PERICOT, Luís. (XX);
PERTHES, M. Boucher de (XXXIX);
PESSLER, Wilhem. (XX);
PEYRONY, D. (VI, XXIV);
PHALIPAU, M. de Vaux (XIX);
PIETTE, Ed. (XXI);
PITTARD, Eugène (XIX);
POINSARD, Léon (III);
POKROWSKI, M. Le Dr. (XXVI);

PRADENNE, A. Vayson de (VI);
QUIJANO, Vicente de la Puente y (V);
REISS, R.-A. (III);
RIBA, Eduardo Fontseré Y. (XX);
RIBEIRO, Leonídio (XX);
ROITER, M. (XX);
RIDDER, A. de (XXI);
RISCO, Vicente. (XXIV);
RIVET, P. (XXIV);
ROITER, M. (XX);
ROMAN, F. (XXI);
ROMERO, Sylvio (XL);
ROUSSEL, Jean (XLIV);
ROUZIC, Zacharie le (XXIV);
ROZPRÝM, F. (XX);
RUHLMANn, Armand (XXXIX);
RUTOT, A (III);
SAINTYVES, P. (XX);
SÁINZ, Luís de Hoyos (XLIV, LVII);
SALDANA, Quintiliano (XIX);
SALMON, Philippe. (XIX);
SANGMEISTER, Edward (LII);
SANTA-OLALLA, Julio Martinez (XXIV, XLIV);
SCHMIDT, Hilde (XXIV);
SERGI, Giuseppe (III, XXI);
SERGI, Sergio (III);
SCHLAGINHAUFEN, Otto (III, XXVII, XLIV);
SCHOPPE, Curt. (XXI);
SCHUCHERT, Charles (III);
SIRET, Louis (XXVI);
SMYTH, Alfred (XL);
SUK, V. (XIX, XXVII);
TEIJEIRO, Modesto López (XXIV);
TEIL, Dritter (XXIV);
THIEME, Verlag Von Georg (XXIV);
TILDESLEY, M. L. (XLIV);
TORMO, I. Ballester (XX);
TRILLO-FIGUEROA, Antonio Carbonell y (V);
UNAMUNO, Telesforo de Aranzadi Y (XX);
VALLAUX, Camille (XIX);
VALVERDE, Xoxé Filgueira (XXIV);
VAULTIER, Maxime (LII);
VIGNATI, Milcíades Alejo (XX);
WILDHABER, Robert (XLIV);
WLOSZCEWSKI, Stefan (XXXV);
ZBYSZEWSKI, Georges. (XXIV e LII);

ANEXO VII – Figuras dos Capítulos 1, 2, 3, 4, 5 e das Considerações finais

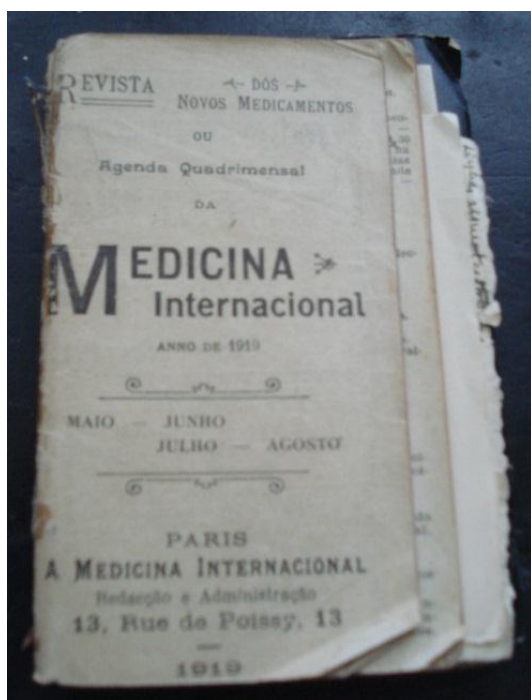


Figura n.º 1. Agenda pessoal de Mendes Correia, 1919. Museu de História Natural da FCUP.

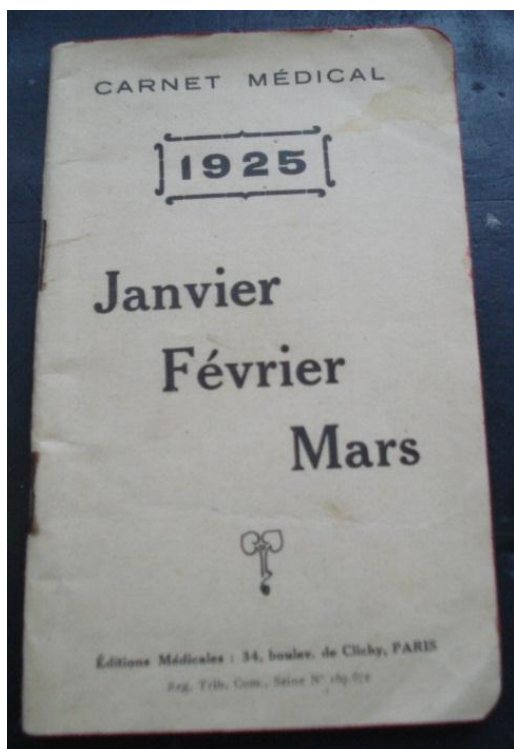


Figura n.º 2. Agenda pessoal de Mendes Correia, 1925. Museu de História Natural da FCUP.



Figura n.º 3. Pais de Mendes Correia, sem data. Fotografia tirada na União – Photographia da Casa Real de Fonseca & C.ª. Praça de Santa Thereza 47. Porto.

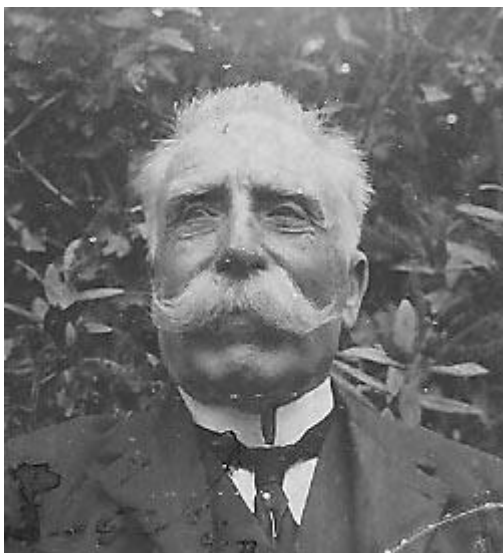


Figura n.º 4. Pai de Mendes Correia. Fotografia da sua cédula pessoal (n.º 219123, série A, de 1924).



VAGOS — Chalet do Dr. Mendes Correia

Figura n.º 5. Casa do pai de Mendes Correia em Vagos. Postal.



Figura n.º 6. Prédio habitado por Mendes Correia na Rua de Sampaio e Pina em Lisboa. Fonte: <http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/vilas/6/6-2-8f.jpg>



Figura n.º 7. Mendes Correia com o sobrinho João.



Figura n.º 8. Mendes Correia com as sobrinhas Maria do Céu e Maria Antónia.



Figura. nº 9. Mendes Correia com o Chefe de Estado, Óscar Carmona, no Porto, sem data.



Grupo tirado no Teatro Anatómico do antigo Instituto de Anatomia, durante uma reunião de Curso de 1911. Da esquerda para a direita: o Prof. Mendes Corrêa, o Dr. Eduardo da Silva Bastos, o Dr. Alfredo João de Oliveira, o Dr. Eduardo da Fonseca e Almeida, o Prof. Hernâni Monteiro (sentado), o Dr. Abel Tavares (pai), o Dr. Alberto Pereira de Macedo, o Prof. Carlos Lima, o Dr. A. Figueira de Lemos, o Prof. Oliveira Lima, o Prof. Teixeira Bastos (sentado), o Prof. Almeida Garrett, o Dr. Casimiro Carvalho, o Dr. Vitor Chaves, o Prof. J. A. Pires de Lima (sentado), o Prof. Rocha Pereira, o Dr. António da Silva Arco (sentado), o Dr. Schmitts Fejo de Azevedo, o Dr. Manuel da Cunha Gonçalves, o Prof. Américo Pires de Lima e o Dr. Manuel Pinto.

Figura nº 10. Mendes Correia no Instituto de Anatomia, numa reunião do curso de 1911. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Fasc. 1-2. Vol. XXV. Março-Junho de 1962.



Figura n.º 11. Logótipo do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.



Figura n.º 12. Mendes Correia, Estúdios Alvão, sem data.

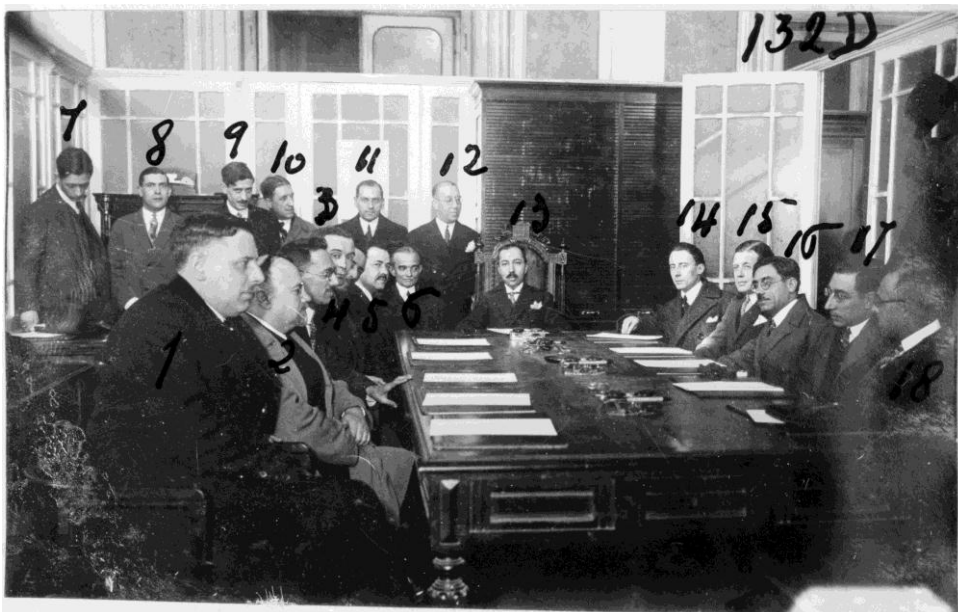


Figura n.º 13. Posse da Junta de Educação Nacional a 23-2-1929. 1. Mendes Correia; 2. Joaquim Alberto Pires de Lima; 3. Luís Cabral de Moncada; 4. Celestino da Costa; 5. Maximino Correia; 6. Agostinho Campos; 7. Rodrigo Sarmiento de Beires; 8. Luís Simões Raposo; 9. Manuel Minas; 10. []; 11. Pedro Monteiro de Barros; 12. Armando Cordeiro Ramos; 13. Gustavo Cordeiro Ramos; 14. António Pereira Forjaz; 15. Lopo Vaz Sampaio Melo; 16. Ferrand Pimentel de Almeida; 17. Manuel Paulo Mena; 18. José Beleza dos Santos. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Figura n.º 14. Capa de *A Escola Antropológica Portuguesa*, 1941, Lisboa, s. ed.



Figura n.º 15. Fotografia do processo de Mendes Correia na ACL em 1928 quando entrou na academia.



Figura n.º 16. Mendes Correia em Montpellier, 1941. Verso da fotografia: “Montpellier, 8 de Maio de 1941. Ampliação duma foto Henri Manuel”.



Figura n.º 17. Colar da Academia Pontificia de Ciências “Novi Lyncaei” (Roma, 1924). Departamento de Biologia da FCUP.



Figura n.º 18. Grande-Oficial da Ordem Militar de Cristo (Lisboa, 1937). Departamento de Biologia da FCUP.

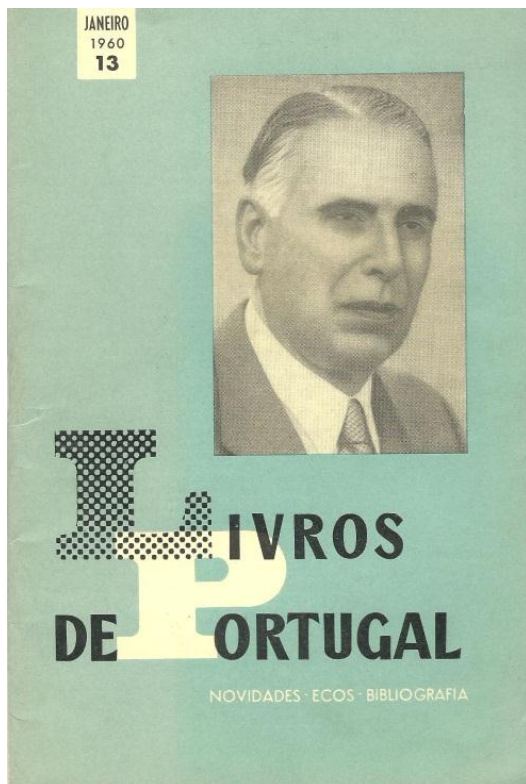


Figura n.º 19. Capa da edição n.º 13 de *Livros de Portugal*, o *Boletim do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros*, Janeiro de 1960.



Figura n.º 20. Busto em gesso de Mendes Correia, Museu de História Natural da FCUP.



Figura n.º 21. Busto em bronze de Mendes Correia, Museu de História Natural da FCUP.

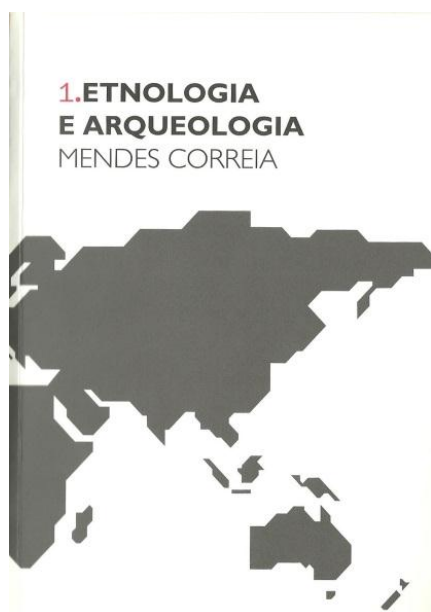


Figura n.º 22. Capa do catálogo da exposição “Aventureiros, Naturalistas e Coleccionadores” dedicada a Mendes Correia, Porto, 2005.



Figura nº 23. Fotografia da Sala da exposição “Aventureiros, Naturalistas e Coleccionadores” In *Etnologia e Arqueologia. Mendes Correia. Ciclo de Exposições “Aventureiros, Naturalistas e Coleccionadores”*, 2005, Porto, Universidade do Porto.

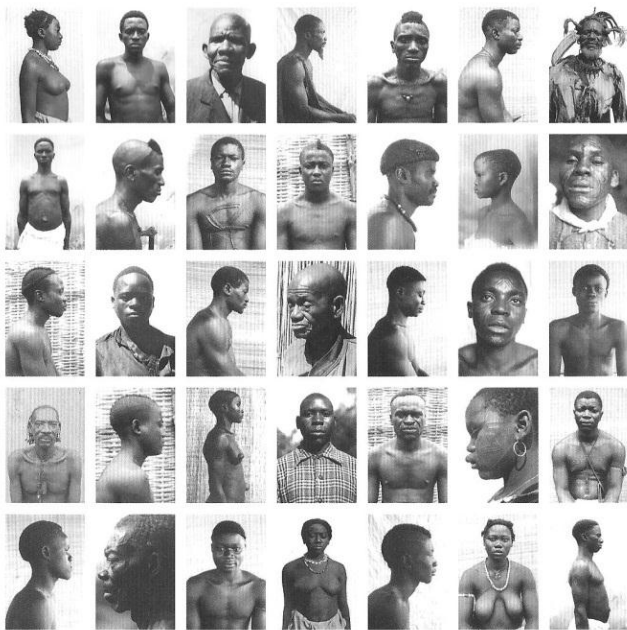


Figura nº 24. Fotografias da exposição “Aventureiros, Naturalistas e Coleccionadores”, Porto, 2005.

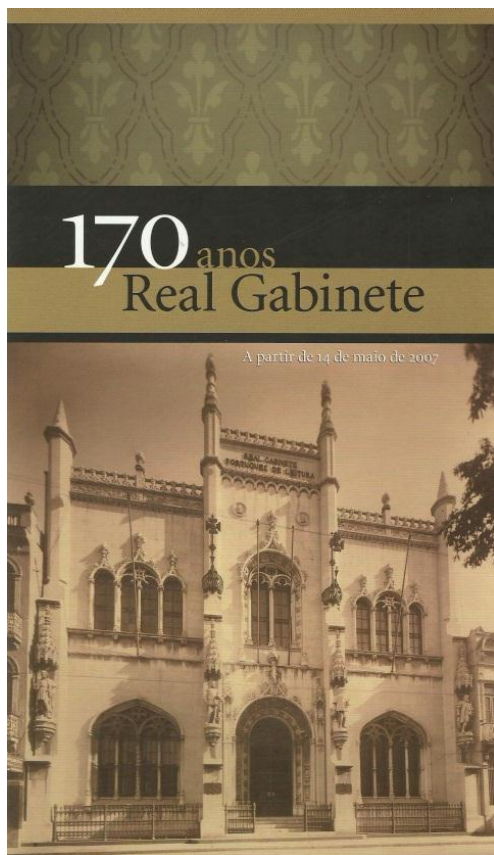


Figura nº 25. Anúncio da celebração dos 170 anos do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, 2007.



Figura n.º 26. Primeiro logotipo da SPAE.



Figura n.º 27. Leopoldina Paulo, 1944. Primeira mulher doutorada da Universidade do Porto. *UPortoAlumni, Revista dos Antigos Alunos da Universidade do Porto*. 2007. Junho. 1. II Série.



Figura n.º 28. Logotipo actual da SPAE.

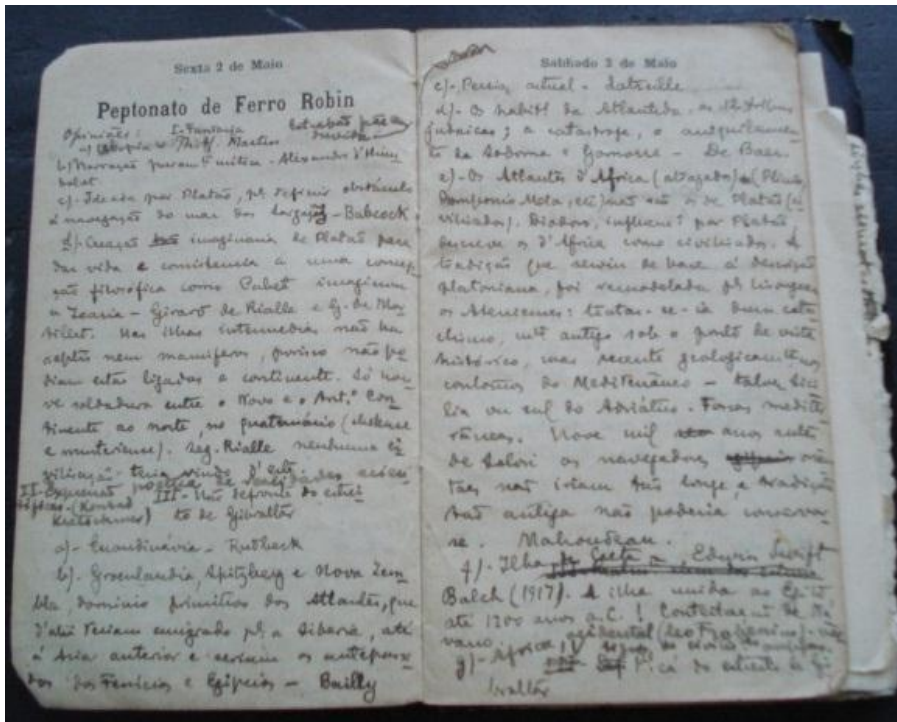


Figura n.º 29. Apontamentos de Geografia. Agenda pessoal de Mendes Correia. Museu de História Natural da FCUP.

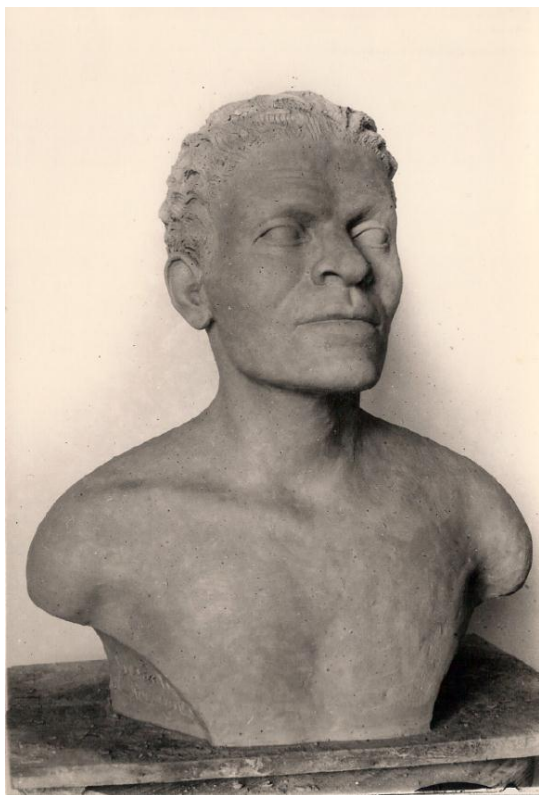


Figura n.º 30. Busto do *Homo afer taganus* de frente. Tentativa de reconstituição pelo escultor Agostinho Rodrigues. Museu de História Natural da FCUP.

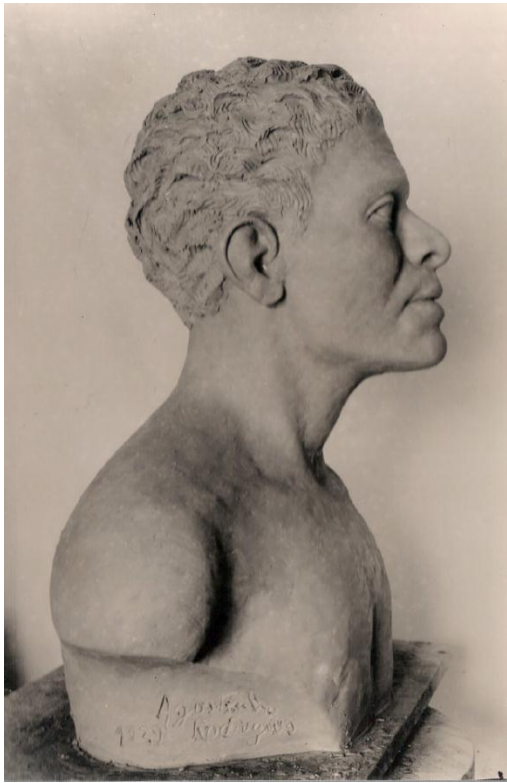


Figura n.º 31. Busto do *Homo afer taganus* de perfil. Tentativa de reconstituição pelo escultor Agostinho Rodrigues. Museu de História Natural da FCUP.



Figura n.º 32. Mendes Correia e Francisco de Almeida Moreira no Congresso Instituto Internacional de Antropologia em Amesterdão (1927). Colecção particular.

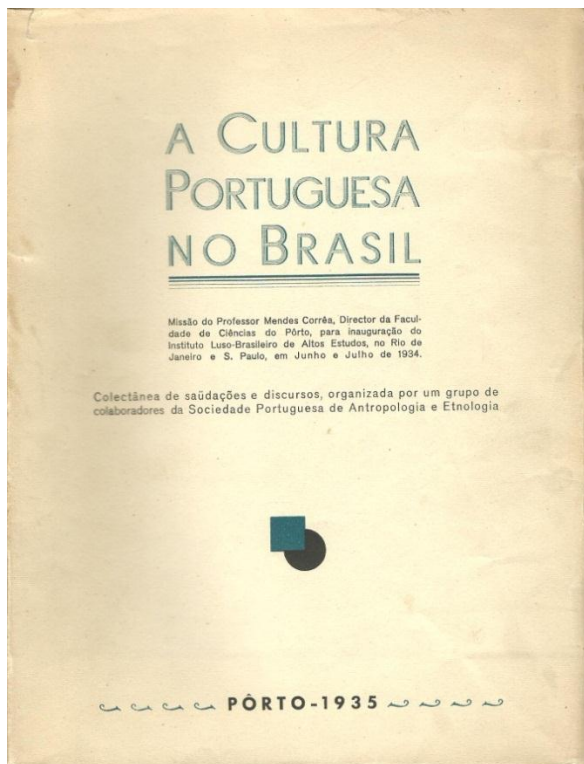


Figura n.º 33. Capa da edição *A Cultura Portuguesa no Brasil*. 1935. Porto: Imprensa Portuguesa.



Figura n.º 34. Mendes Correia proferindo uma conferência na Junta de Província do Ribatejo, em Santarém, a 18-6-1938. Para além de Mendes Correia, foram identificados no álbum Carlos Borges, Eugénio de Lemos, Mário Pais de Sousa e Proença Duarte. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Figura n.º 35. Mendes Correia proferindo uma conferência na Junta de Província do Ribatejo, em Santarém, a 18-6-1938. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Figura n.º 36. Assistência à conferência de Mendes Correia na Junta de Província do Ribatejo, em Santarém, a 18-6-1938. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

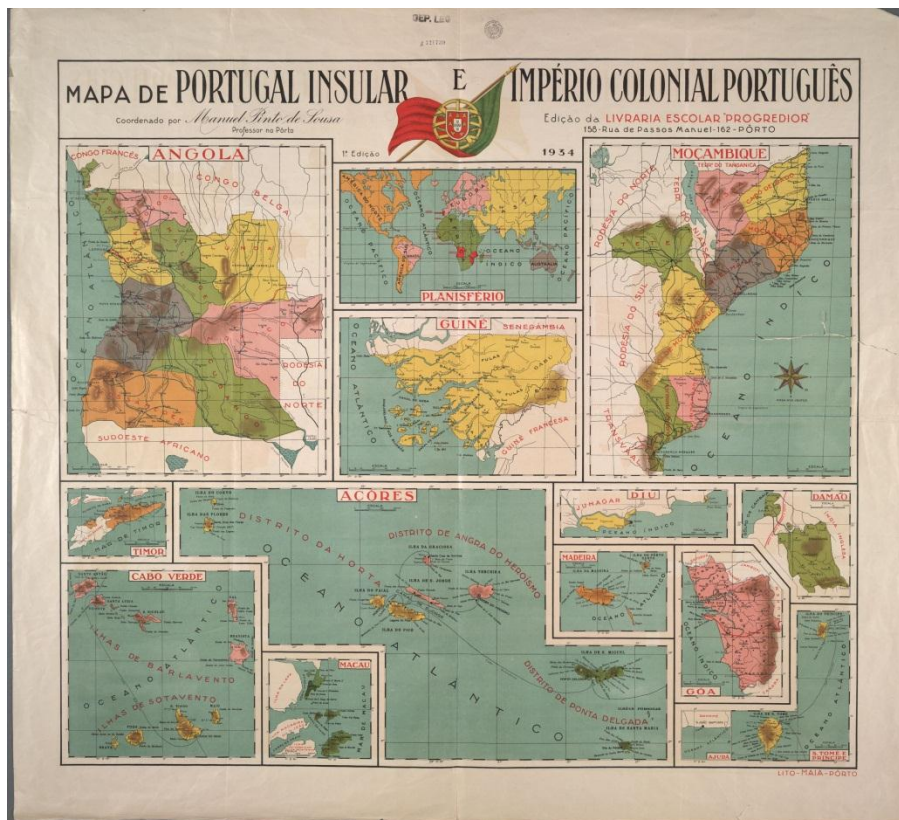


Figura n.º 37. Mapa de Portugal Insular e Império Colonial Português, 1934.



Figura n.º 38. Fotografia tirada antes de sair para a missão antropológica de Moçambique, de 1946, com toda a equipa. Os dois últimos à direita são Santos Júnior e o seu filho Norberto. Centro de Memória, Torre de Moncorvo.



Figura n.º 39. Missão antropológica a Moçambique de 1948. Norberto (filho de Santos Júnior) realizando as medições aos nativos na varanda do Posto de Larde. Centro de Memória, Torre de Moncorvo.



Figura n.º 40. Missão antropológica a Moçambique em 10.8.1948. Momento de preencher as fichas com os dados recolhidos. Centro de Memória, Torre de Moncorvo.

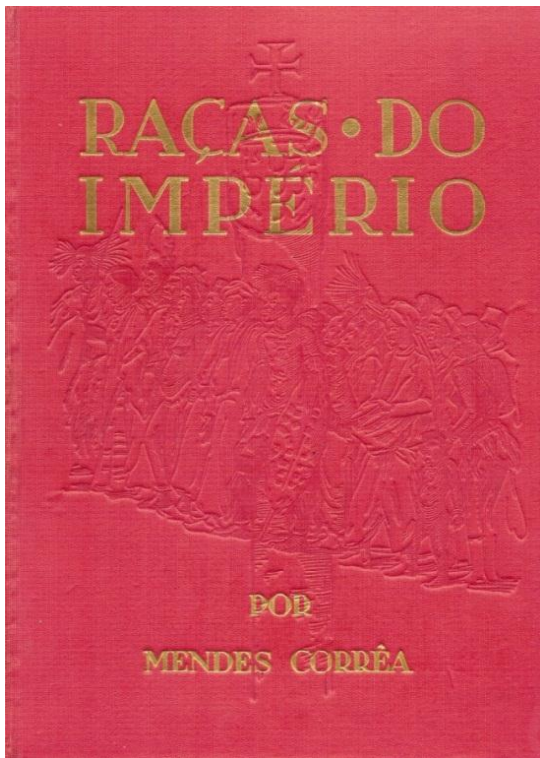


Figura n.º 42. Capa do livro *Raças do Império* (Correia, 1943).

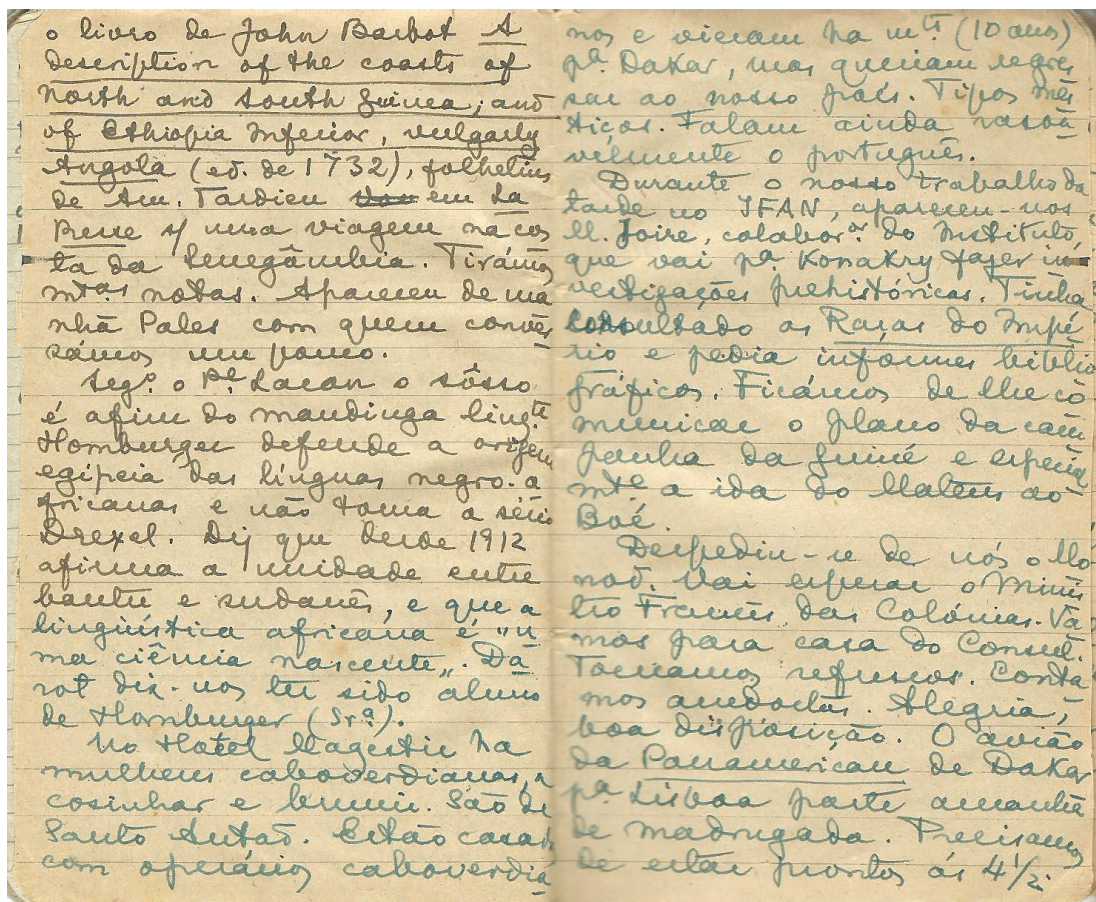


Figura n.º 43. Diário de campo de Mendes Correia sobre a viagem à Guiné, 1945-46. Coleção particular.



Figura n.º 44. Internato Municipal do Porto, Secção Feminina, anos 20. Arquivo Municipal do Porto.



Figura n.º 45. Internato Municipal do Porto, Secção Masculina, anos 20. Arquivo Municipal do Porto.

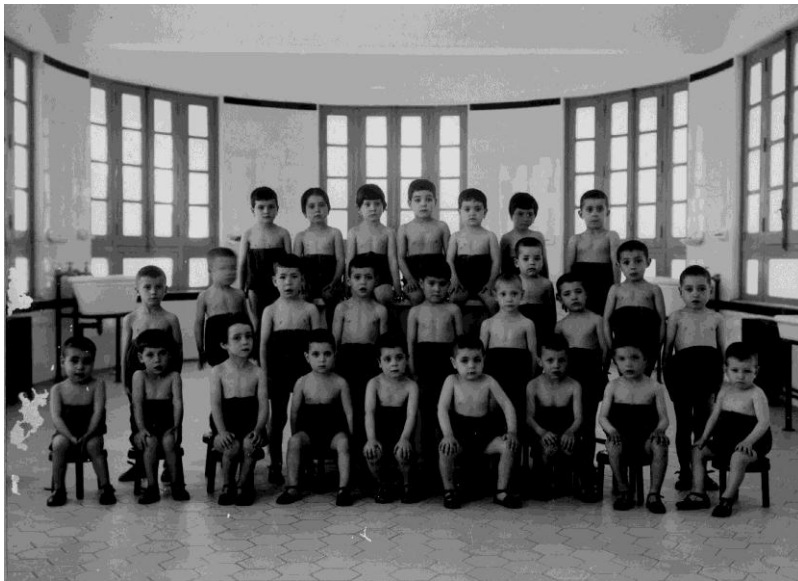


Figura n.º 46. Abrigo dos Pequeninos, 1938. Arquivo Municipal do Porto.



Figura n.º 47. Comissão promotora do 2.º Congresso Nacional de Automobilismo e Aviação Civil, na Presidência da República, a 10-3-1937. Para além de Mendes Correia (quarto a contar da direita), foram identificados no álbum: Luís Lupi, engenheiro Carlos Santos, José Pinto (José Miranda), Beirão da Veiga, Fernão Conceição da Costa, capitão Lucínio Presa e António Calém Júnior. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Figura n.º 48. Membros da comissão organizadora das festas centenárias a 11-4-1938. Para além de Mendes Correia (segundo a contar da esquerda), foram identificados no álbum: Coronel Linhares de Lima; engenheiro Nobre Guedes; conde de Penha Garcia; Luís Pastor de Macedo; Alberto de Oliveira; Júlio Caiola; arquitecto Pardal Monteiro; António de Oliveira Salazar (presidente do Conselho); arquitecto Cottinelli Telmo; engenheiro Duarte Pacheco; António Eça de Queirós; Manuel Múrias; capitão Henrique Galvão (director da Emissora Nacional); professor Providência da Costa; António Ferro (director do Secretariado da Propaganda Nacional); pintor Sousa Lopes; João Couto; arquitecto Raul Lino; comandante Quirino da Fonseca; brigadeiro Silveira e Castro; capitão Gomes da Silva; Júlio Dantas; e Afonso de Ornelas. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Figura n.º 49. Acto Medieval no Porto, Comemorações Centenárias, 1940. Mendes Correia é o terceiro a contar da direita. Arquivo Municipal do Porto.



Figura n.º 50. Acto Medieval no Porto, Comemorações Centenárias, 1940. Arquivo Municipal do Porto.



Homenagem a António Nobre — Grupo tirado junto do túmulo do Poeta

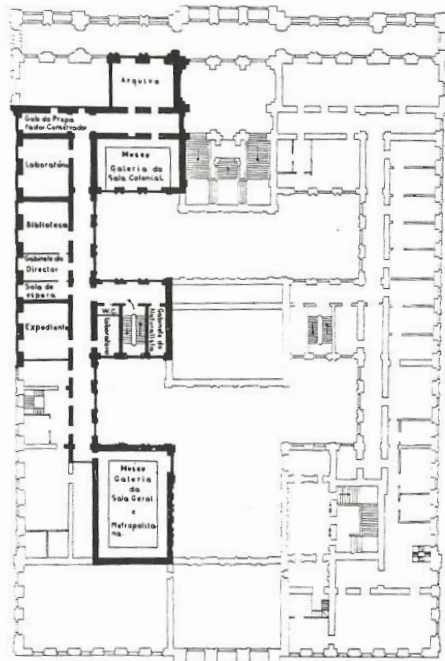
Figura n.º 51. Homenagem a António Nobre. *Relatório da Câmara Municipal do Porto*, 1940. Mendes Correia é o quarto a contar da direita. Arquivo Municipal do Porto.



Figura n.º 52. Mendes Correia e colaboradores: Da direita para a esquerda: Alfredo Athayde, Mendes Correia, (?) e Marques Teixeira (?), 23.7. 1941, Póvoa do Lanhoso. Coleção particular.

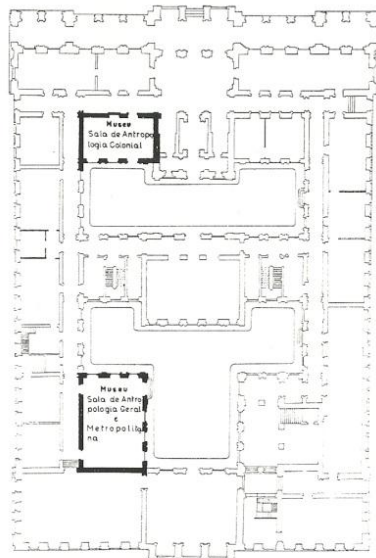


Figura n.º 53. Museu de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica. Museu de História Natural da FCUP. Anos 40 do século XX.



Planta do entre-solo do edifício da Faculdade, com indicação das dependências do Instituto de Antropologia

Figura n.º 54. Planta do entressolho do edifício da FCUP, indicando as dependências do Instituto de Antropologia, Correia, 1941a.



Planta do andar térreo do edifício da Faculdade, com indicação das dependências do Instituto de Antropologia

Figura n.º 55. Planta do andar térreo do edifício da FCUP, indicando as dependências do Instituto de Antropologia, Correia, 1941a.



Figura n.º 56. Professores e estudantes de Ciências Biológicas. Em pé, da esquerda para a direita: Leopoldina Paulo, Amílcar Mateus, Arnaldo Rozeira, Santos Júnior, Manuel Ferreira, Marques Teixeira, Pires de Lima, Alfredo Silva, António Machado, João Cabral, Alfredo Athayde, Alzira Almoester, Maria Emília Carregal, Maria Otilde Costa. Retirado de: http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?p_pagina=1001831 em 20.7.2012.



Figura n.º 57. Quadro a óleo com a figura de Mendes Correia. Salão Nobre do edifício histórico da FCUP. Fotografia do quadro cedida pela FCUP.

